



Denise Elias • Renato Pequeno
(Organizadores)

DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

*Difusão do Agronegócio
e Novas Dinâmicas
Socioespaciais*

Denise Elias
Renato Pequeno
(Organizadores)

Banco do Nordeste do Brasil
Fortaleza
2006

Presidente:
Roberto Smith

Diretores:
Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
Francisco de Assis Germano Arruda
João Emílio Gazzana
Luiz Ethewaldo de Albuquerque
Pedro Rafael Lapa
Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Ambiente de Comunicações Social
José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Rodrigo Leite Rebouças

Revisão Vernacular: Maria do Céu Vieira

Diagramação: Dulcineide Bessa Silva

Capa: Rérisom Máximo. Imagem de Satélite da cidade de Petrolina (PE)

Tiragem: 1.000 exemplares

Internet: www.bnb.gov.br

Cliente Consulta: 0800.783030

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei 10.994 de 14/12/2004

Copyright © 2006 by Banco do Nordeste do Brasil

D569 Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais/Denise Elias,
Renato Pequeno, (Orgs.). – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil,
2006

484 p.; il

ISBN 85-87062-80-2

1. Agronegócio. 2. Geografia econômica. 3. Geografia urbana. 4.
Geografia agrária. I. Elias, Denise (Org.). II. Pequeno, Renato (Org.).

Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais

Denise Elias

Renato Pequeno

(Organizadores)

Alexsandra Muniz

Andrea Ballesterio

Dalva Maria da Mota

Denise Elias

Diego Gadelha

Edgard Porto

Edilson Pereira Júnior

Francisco Kennedy Silva dos Santos

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Maria Dione Carvalho de Moraes

Maria do Socorro Lira Monteiro

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

Pedro Carlos Gama da Silva

Renato Pequeno

Soraia de Fátima Ramos

Teresinha de Jesus Alves Aguiar

Vicente Eudes Lemos Alves

Banco do Nordeste do Brasil
Fortaleza
2006

Prefácio

Conforme consta nos dicionários, apresentar significa dar a conhecer, expor, mostrar, exhibir, submeter a exame, pôr à disposição, entre tantas outras acepções e sentidos segundo as quais se pode compreender este verbo.

Não terei capacidade, nesta apresentação, de oferecer aos leitores o sabor de conhecer o livro, algo só possível após sua leitura completa. Tampouco, tenho a pretensão de exhibi-lo, mostrá-lo ou expô-lo por meio da minha leitura.

Espero, no entanto, convidá-los a ler esta obra, ora à nossa disposição e, desta forma, espero, sim, que esta coletânea seja submetida ao exame que cada um dela fará.

Tenho minhas razões para este convite. Uma delas associa-se à amplitude desta obra, expressa em sua estrutura: são quatorze artigos científicos, organizados em três partes.

Na primeira, constam dois textos mediante os quais é possível se aproximar do que os organizadores do livro denominam Um Novo Nordeste.

Denise Elias discorre sobre a reestruturação econômica e territorial que a globalização vem promovendo, com base em procedimentos e métodos cada vez mais científicos, comandando a produção de bens e serviços. Os arranjos produtivos que expressam essas mudanças são analisados em suas relações com as ações das multinacionais, gerando uma oligopolização do território e enfocando as novas bases, segundo as quais se organiza o mercado de terras e se conforma um mercado de trabalho agrícola formal, nesta região brasileira. As cidades dos agronegócios, também, são foco de seu interesse e são vistas, por meio dos impactos socioespaciais gerados no campo e na cidade, em decorrência da territorialização do capital e da oligopolização do espaço. A dimensão socioespacial da realidade contemporânea é, ainda, lida por meio das desigualdades acentuadas nestas cidades.

Edgard Porto analisa o Nordeste, tomando como referência suas articulações com as políticas de desenvolvimento regional, ora implementadas no país, chamando a atenção para o fato de que a partir da mundialização da economia e da sociedade essas políticas são muito diferentes. Os nexos com a sociedade capitalista e as repercussões da passagem do fordismo para a produção do tipo flexível são os caminhos por ele escolhidos para defender a tese de que se verifica tendência a maior heterogeneidade regional, referente ao desenvolvimento econômico e social. Este enfoque requer uma visão teórica sobre as políticas regionais, mas o autor não se restringe a ela, pois arrola o conjunto de ações e iniciativas que vêm sendo colocadas em prática, de forma integrada e articulando-se a estratégias nacionais e internacionais de maior escopo. Uma de suas conclusões está na constatação de que “...os novos formatos regionais são mais difíceis de serem identificados, por serem mais amplos na descentralização das unidades e mais enxutos na circulação de capitais, mercadorias e pessoas”.

Na segunda parte do livro, dedicada à análise da Expansão da Fruticultura e da Soja no Nordeste, os leitores têm, ao seu dispor, cinco artigos que retratam a difusão dos agronegócios na Região Nordeste, a partir de escalas territoriais diferentes, mas oferecendo elementos para uma leitura acerca da produção do espaço contemporâneo a partir da articulação entre escalas geográficas.

No texto de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Dalva Maria da Mota e Pedro Carlos Gama da Silva, o Nordeste é visto a partir da análise da expansão da fruticultura no Vale do Rio São Francisco, por meio de arranjos territoriais fortemente impulsionados por políticas públicas, voltadas ao melhor aproveitamento das águas para a irrigação. As condições impostas pelo mercado - qualidade, competitividade e estratégias empresariais - são estudadas, bem como as questões relativas às condições de classe, étnicas e de raça são consideradas para compor a leitura apresentada neste artigo. Além disso, as articulações escalares aparecem, ao se destacar como se organizam as produções de manga, uva e côco para a exportação, reestruturando as relações entre o global e o local e redefinindo as desigualdades de gênero e a organização social dos atores envolvidos com estes setores da economia.

A fruticultura no Nordeste também é o tema do artigo de Soraia de Fátima Ramos, que adota a perspectiva, proposta por Milton Santos, de compreender o território usado como expressão e sinônimo do espaço geográfico, analisando em seu estudo a passagem do meio natural para o meio técnico e, em seguida, a instalação do meio técnico-científico-informacional promovendo valorização seletiva do espaço e ampliando o uso agrícola do semi-árido nordestino. Esta dinâmica possibilita à autora reconhecer, na instalação da fruticultura irrigada, a constituição de espaços luminosos, ressaltando, no entanto, que essa mesma dinâmica é portadora de fragilidades e exclusões.

A pecuária extensiva, base constitutiva das narrativas que, sobre o Piauí, instituíram-se no imaginário social, é adotada como referência, por Maria Dione Carvalho de Moraes, como base para o contraponto instituído pelos novos discursos que se elaboram, tomando como referência a difusão da agricultura moderna, de base científica, nos cerrados deste estado. Assim, neste artigo, a análise subjetiva dos processos e dinâmicas que assolam a região ganha foco central, por meio das relações entre processos históricos, cultura, novas ações e novos discursos que recompõem a narrativa sobre o que é o Piauí, a partir da modernização, e que tornam invisíveis as populações camponesas tradicionais e suas práticas de reprodução social.

No artigo seguinte, sob outra perspectiva, a ocupação do cerrado piauiense continua em pauta. A valorização fundiária e as conseqüências ambientais são as duas dimensões valorizadas por Maria do Socorro Lira Monteiro e Teresinha de Jesus Alves Aguiar. As comparações que estabelecem entre o cerrado piauiense e outros cerrados brasileiros fornecem elementos para se compreender o movimento geral da modernização da agricultura científica, promovido por políticas públicas, que ampliaram a participação brasileira na divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, oferecem condições para se começar a tratar das particularidades e singularidades desse movimento.

Ao fechar a segunda parte desta obra, Vicente Lemos Eudes Alves, tratando, ainda, dos cerrados piauienses, compõe um quadro explicativo baseado em: análise das iniciativas governamentais para a modernização agrícola, via diferentes projetos e programas financiados com recursos

públicos; chegada dos sulistas ao Piauí, tendo como condição e expressão desse movimento os interesses econômicos decorrentes da valorização econômica das terras na região; ampliação e redefinição das relações entre o espaço rural e o urbano, em função da modernização, o que inclui a presença de empresas de agronegócios no sul do Piauí.

A terceira parte deste livro é composta por artigos voltados à discussão do novo espaço frutícola globalizado, que vem se constituindo no Baixo Jaguaribe (CE).

Alexsandra Muniz analisa esse espaço, e, para isto, toma como referência as relações de trabalho observadas vis-à-vis à estrutura fundiária, aos níveis de adoção de tecnologia, às formas de utilização das terras agrícolas e à condição de proprietário, assalariado temporário, parceiro, arrendatário ou ocupante dos que se dedicam à produção frutícola. Conclui destacando que a reestruturação produtiva não beneficia a maior parte da população local, como denotam o valor dos salários e a tendência à concentração fundiária, dos meios de produção, da renda e do poder político nessa sub-região.

A estrutura fundiária continua em pauta no artigo subsequente, de autoria de Francisco Kennedy Silva dos Santos, analisada em suas relações com as determinantes do preço e uso das terras na área do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Este autor chama a atenção para o fato de se ter estabelecido uma associação entre modernização da agricultura e desenvolvimento, desconsiderando-se a tendência geral de queda do nível de vida das populações locais. Neste artigo, os planos, programas e ações que expressam as políticas públicas promotoras das mudanças em análise são estudados para se compreender o contexto de determinações no qual se inscreve a redefinição da estrutura fundiária e do preço da terra.

No texto apresentado por Andrea Ballestero, a dimensão política do espaço geográfico é a mais valorizada. Delimitando a temática, a partir da qual a análise se desenvolve, elegeram o estudo da reconfiguração do espaço geográfico por meio da reconfiguração do espaço político local, na condução das políticas hídricas desenvolvidas no Baixo Jaguaribe. As práticas, as relações entre participação e ciência, e os movimentos que expressam este conjunto

de articulações denotadores de alianças e conflitos são os recortes analíticos escolhidos para compreender a problemática em pauta.

As cidades e o urbano tornam-se o foco de atenção primordial nos quatro últimos artigos desta terceira parte do livro.

Maria Lucenir Jerônimo Chaves analisa os papéis regionais de Limoeiro do Norte, com base na dinâmica imposta pela atividade agropecuária na região. As primeiras funções regionais são tratadas, neste artigo, para se compor o quadro segundo o qual a modernização da agricultura redefine as articulações dessa sub-região a outras escalas espaciais, alterando os papéis urbanos desempenhados por esta cidade no Baixo Jaguaribe, do ponto de vista das relações entre o campo e a cidade e no referente às articulações interurbanas.

Como mostra Renato Pequeno, os espaços intra-urbanos alteram-se, bem como as políticas de planejamento que sobre eles incidem, a partir de perspectiva analítica que compreende a cidade como condição e expressão de uma Economia Política da Urbanização. Para isso, as cidades do Baixo Jaguaribe são analisadas em sua evolução recente, de vários pontos de vista: do demográfico, dos conflitos e compatibilidades no tocante ao uso do solo, dos problemas de circulação e transporte, das carências de infra-estrutura e equipamentos sociais, e dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano.

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo dedica-se à compreensão da produção da moradia nas áreas de modernização da agricultura no Baixo Jaguaribe. O problema habitacional é analisado em relação às condições socioeconômicas e infra-estruturais dos domicílios, oferecendo elementos para se compreender como se constituem a diversidade na produção do espaço e a segregação socioespacial.

Um ramo da atividade industrial, o calçadista, é tomado como base para se entender como novas materialidades e funcionalidades impõem-se ao município de Russas, à medida que determinantes da ordem distante, a internacional, redefinem a ordem próxima, a local. O foco recai sobre as repercussões da instalação de uma unidade da indústria Dakota S/A, nesta cidade, redefinindo suas dinâmicas socioespaciais.

Estas três partes do livro são antecedidas por uma breve introdução, na qual Denise Elias apresenta os elementos essenciais para se pensar os espaços agrários luminosos do Nordeste brasileiro e conta, ao leitor, um pouco da história deste livro. Além disso, são precedidas por um apêndice fotográfico, onde o leitor poderá, por meio de linguagem diversa daquela presente nos artigos, ler, por outro caminho, os temas neles analisados.

Esta descrição que ofereço da estrutura e das partes constitutivas deste livro não tem, apenas, o objetivo de convidar o leitor a entrar nele, comprovando a multiplicidade temática, a partir da qual se pode compreender como os agronegócios redefinem as dinâmicas socioespaciais no Nordeste do Brasil. Minha intenção é destacar, além dessa multiplicidade, outras qualidades dessa obra.

Sua coerência teórico-conceitual é uma das características que valorizam essa coletânea. Essa coerência é relativa, como é saudável que seja para se preservar as singularidades de cada autor e as formas a partir das quais combinam a leitura de teorias, conceitos e noções partilhadas por todos, a autores e textos selecionados para se compreender as especificidades exigidas e sugeridas pelas múltiplas realidades empíricas.

Neste ponto, o referente à articulação entre o teórico e o empírico, está outra qualidade desta obra. Conforme se verifica pela leitura dos diferentes artigos, seus autores conhecem o “chão da terra” e se esforçam, com sucesso, para não fazer a aplicação simplificadora de grandes chaves explicativas para analisar como a modernização comandada pelos agronegócios integra-se a uma dada formação socioespacial brasileira, combinando-se com um quadro natural, com formas de produção, com relações sociais e com práticas políticas que lhes são tão peculiares.

A valorização das articulações entre diferentes escalas, condição indispensável para se desenvolver uma análise geográfica capaz de responder as questões que se nos apresentam no mundo contemporâneo, é outro ponto alto dessa coletânea. O local é visto a partir das determinações globais, como muito se tem feito nos estudos recentes. Entretanto, é destacável que as escalas nacional e regional tenham sido valorizadas, uma vez que pouco se tem dado

atenção a elas e que não há qualquer possibilidade de se compreender o Nordeste sem se jogar luz nestes níveis de determinação geográfica.

Vários artigos desta obra oferecem elementos para se verificar como continuidades e descontinuidades territoriais combinam-se como elementos constitutivos e como resultantes de novas lógicas espaciais. Ao mesmo tempo, esta questão remete à idéia que vem ganhando, cada vez mais importância, e que representa uma ruptura paradigmática nos estudos geográficos: a da superação/cominação contraditória da organização do espaço em áreas com a sobreposição articulada a esta lógica, imposta pela estruturação espacial em eixos.

As relações entre o urbano e rural estão presentes, nesta obra, não, apenas, porque nela há artigos voltados à compreensão da cidade e do campo. Essas relações são valorizadas à medida que os agronegócios constituem-se o fio condutor que articula os textos componentes da coletânea. Neles, as sub-regiões enfocadas são, em grande parte, estruturadas a partir de empresas, instituições e atores que estão presentes em espaços urbanos não metropolitanos, mas desempenham ou representam papéis regionais que não se estabelecem, apenas, com base em fluxos definidos nos espaços contíguos a essas cidades, pois as intermediações entre a ordem distante e a ordem próxima podem se definir, também, por meio de comandos que refletem interesses econômicos e políticos estabelecidos em espaços não contíguos em diferentes escalas. Assim, a agropecuária e a vida no campo, agora comandadas pelos agronegócios, não compõem mais um mundo rural; eles requerem a unidade indissociável, complementar e contraditória entre o campo e a cidade, sob comando do mundo urbano.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente, e Pesquisadora do
CNPq.
Junho de 2006

Sumário

Pensando os espaços agrários luminosos do Nordeste do Brasil.	15
---	-----------

Parte 1

Um Novo Nordeste

Agronegócio e desigualdades socioespaciais	25
<i>Denise Elias</i>	

As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste	83
<i>Edgard Porto</i>	

Parte 2

A Expansão da Fruticultura e da Soja no Nordeste

Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil.	117
<i>Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Dalva Maria da Mota e Pedro Carlos Gama da Silva</i>	

Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semi-árido brasileiro.	151
<i>Soraia de Fátima Ramos</i>	

Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí.	173
<i>Maria Dione Carvalho de Moraes</i>	

Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e conseqüências ambientais.	211
<i>Maria do Socorro Lira Monteiro e Teresinha de Jesus Alves Aguiar</i>	

Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista.235

Vicente Lemos Eudes Alves

Parte 3

Discutindo o Novo Espaço Frutícola Globalizado: o Baixo Jaguaribe (CE)

Relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe.261

Alexsandra Muniz

Uma análise da estrutura fundiária e dos determinantes do preço e uso de terras no Perímetro Irrigado Morada Nova.287

Francisco Kennedy Silva dos Santos

Construcción del espacio político a través de las prácticas locales: Bajo Jaguaribe y la política de recursos hídricos de Ceará.307

Andrea Ballesterio

Modernização agropecuária: o novo contexto da expressão regional de Limoeiro do Norte.327

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

Transformações no espaço intraurbano e processos de planejamento territorial no Baixo Jaguaribe.353

Renato Pequeno

A produção da moradia no Baixo Jaguaribe.399

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo

O novo espaço da produção calçadista no Ceará: o caso do município de Russas.435

Edilson Pereira Júnior e Diego Gadelha

Anexos.467

Pensando os espaços agrários luminosos do Nordeste do Brasil

Mediante um conjunto de artigos sobre diferentes aspectos da realidade socioespacial das áreas mais dinâmicas do agronegócio da região Nordeste, esta coletânea pretende apresentar questões para o reconhecimento dos processos de (re)produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados nordestinos recentemente incorporados aos circuitos produtivos da agropecuária globalizada, assim como alimentar o debate sobre a difusão do agronegócio no Brasil.

Fruto da dispersão espacial do agronegócio pelo território brasileiro e da inserção dos lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados, processa-se um acirramento da divisão territorial do trabalho agropecuário e uma desintegração competitiva do espaço agrícola. Acirram-se as especializações produtivas agrícolas, denotando-se a formação de arranjos territoriais produtivos inerentes ao circuito superior do agronegócio.

Também no Nordeste difundem-se estas especializações produtivas agrícolas, a compor alguns importantes arranjos produtivos voltados à fruticultura tropical e aos grãos, especialmente para a exportação. Como arranjos produtivos de grãos, destacam-se o sul do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia, notadamente da soja. Associados à fruticultura, existem outros dois, a saber: o primeiro, da área situada do Baixo Açu (RN) ao Baixo Jaguaribe (CE), e o segundo, formado pela região de Juazeiro (BA)/ Petrolina (PE).

Estes seriam os novos territórios produtivos associados ao agronegócio, nos quais é visível a articulação com a escala internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Nestes novos arranjos territoriais produtivos, as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades e tanto o meio técnico como o meio técnico-científico-informacional imperam sobre o meio natural. É também nestes territórios

onde mais se reproduzem as desigualdades socioespaciais. Estes seriam, então, novos territórios de exclusão. O estudo dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação destes arranjos produtivos nos auxilia na compreensão da reorganização do espaço produtivo comandada pela racionalidade do atual período histórico, imposta por empresas associadas aos sistemas agroindustriais, nacionais e multinacionais.

O intuito é discutir alguns dos processos que regem a difusão do agronegócio, principalmente relacionados aos elementos sociais da estrutura agrária, como a estrutura fundiária e as relações de trabalho. Temos como objetivo, também, a partir das redefinições econômicas e territoriais advindas dos processos supracitados, discutir os impactos para o incremento da urbanização, pois se multiplicam as evidências de serem visíveis, em todas as áreas nas quais se processa a reestruturação da economia e do espaço agrícolas, o crescimento urbano e o incremento da urbanização. Conforme defendemos, é possível identificar, em todo o Brasil, inclusive no Nordeste, cidades cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções, ou seja, as cidades do agronegócio. Nestas, processa-se a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio.

No Brasil, de modo geral, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promove um incremento na economia urbana, especialmente associado ao crescimento do consumo produtivo, da dinâmica populacional e do mercado de trabalho, estabelecendo-se muitas novas relações campo-cidade. Dessa forma, também nos pontos luminosos do espaço agrícola do Nordeste é possível observar este fenômeno, apresentando-se não só cidades que se adaptam ao agronegócio, como Petrolina (PE), Limoeiro do Norte (CE), cidades do agronegócio da fruticultura tropical, ou Balsas (MA), Uruçuí (PI), Barreiras (BA), cidades do agronegócio da soja, como também cidades que nascem do agronegócio, tal como Luís Eduardo Magalhães (BA), cidade do agronegócio da soja.

A inserção de partes do semi-árido e dos cerrados nordestinos nos circuitos produtivos globalizados do agronegócio acirra a divisão social e territorial do trabalho agrícola, com a refuncionalização dos espaços

agrícolas e urbanos. São visíveis e incontestáveis as novas territorialidades nestes espaços, áreas de criação de novas horizontalidades e verticalidades e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Assim, a reestruturação da produção e do espaço agrícola tem resultado em novas territorialidades, bem como em novas sociabilidades no campo. Todavia, mostra-se incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa, ao promover inúmeras desigualdades socioespaciais, com grande destaque para as próprias cidades do agronegócio, nas quais as desigualdades socioespaciais mostram-se gritantes, como pode ser observado em qualquer uma das cidades supracitadas, principalmente nas maiores.

Todo livro tem sua história

No movimento de mudanças econômicas, sociais e territoriais brasileiras, entre os resultados da dispersão espacial da produção e a reorganização produtiva do território, devemos ressaltar também processos como o da dispersão espacial dos programas de pós-graduação em geografia por vários Estados onde até então não existiam. Até muito recentemente, estes se concentravam nas regiões Sudeste e Sul, e somente na última década se difundem pelas diversas regiões do país. Naturalmente, difusão com tal velocidade como a ora observada apresenta alguns problemas de ajustes das instituições de ensino superior (IES), não apenas de ordem material, mas de várias outras naturezas e magnitudes ainda mais difíceis de serem construídas.

Devemos enfatizar, contudo, que a multiplicação das pesquisas científicas associadas aos mestrados e aos doutorados estão entre os resultados extremamente positivos de tal realidade, com o incremento da produção do conhecimento que vem se produzindo nas e sobre as diferentes partes do Brasil. Dessa maneira, a multiplicação das diferentes formas de olhar o País permite avançarmos não só na análise sobre a geografia do Brasil do presente, mas também, conseqüentemente, na elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares, até porque as regiões e/ou lugares são frações do espaço total do planeta, nas quais o mundo é empiricamente percebido, e onde podemos compreender as diferentes formas de empiricização da globalização, que

diferentemente do que muitos ainda pensam, não homogeniza os lugares. Acreditamos, desse modo, avançarmos também na compreensão das novas lógicas da relação centro-periferia, em suas diferentes escalas, assim como das desigualdades socioespaciais hoje reinantes. Isto nos ajuda a prosseguir, também, na busca de soluções por uma outra globalização.

Todo livro tem uma história, uma justificativa para sua existência. Na minha opinião, a história desta coletânea está intrinsecamente associada à minha própria história, especialmente desde a última década, quando me mudei para a cidade de Fortaleza, onde trabalharia durante um ano como professora visitante do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), então recém-criado, com a primeira turma em andamento. Desde aquele momento pesquise a expansão da agricultura científica nas áreas do semi-árido cearense e, mais recentemente, também nos cerrados do Nordeste.

A presente coletânea é fruto, na verdade, de pesquisa cujo objetivo principal é reconhecer a dinâmica de (re)produção do território de um dos lugares de reserva muito recentemente inseridos nos circuitos espaciais da produção do agronegócio globalizado. Trata-se da região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Até a década de 1970, esta região teve sua economia alicerçada na pecuária extensiva, na agricultura de sequeiro e no extrativismo da carnaúba. Mas, nas duas últimas décadas, é a área, no Estado, de maior interesse dos capitais hegemônicos do agronegócio. Mediante inúmeras políticas públicas, do governo federal e estadual, têm ocorrido as adequações da produção e do território para a reprodução ampliada do capital na agropecuária regional.

Como metodologia, além dos elementos clássicos de uma pesquisa científica, consideramos fundamental a realização de trabalhos de campo e de colóquios não só no nosso objeto de estudo propriamente, mas também nas demais áreas do Nordeste nas quais também se processa a expansão do agronegócio globalizado, onde existem processos semelhantes aos do escopo da principal área de pesquisa. Dessa forma, visitamos o oeste da Bahia (em julho de 2004), o sul do Maranhão e do Piauí (em janeiro e fevereiro de 2005), Juazeiro/Petrolina (BA/PE) (em julho de 2005) e a região de Açu/Mossoró (RN) (em setembro de 2005).

Nestas áreas, os trabalhos de campo eram precedidos por passagens pelas capitais do respectivo Estado pelo qual estávamos viajando, quando então visitávamos instituições públicas de planejamento, de pesquisa agropecuária, de ensino superior etc. Foram visitadas as capitais Salvador, Teresina, Natal, Recife e Aracaju, assim como algumas cidades médias, a exemplo de Campina Grande (PB) e Mossoró (RN). Nossos objetivos principais nestas visitas eram o levantamento bibliográfico e o contato com pesquisadores que trabalhassem com linhas de pesquisa atinentes às do escopo da pesquisa, buscando a interlocução e talvez, um dia, a construção de uma rede nacional de pesquisa. Portanto, durante as visitas, interessavam-nos, particularmente, os programas de pós-graduação.

Pudemos conhecer vários colegas, e deles obtivemos colaboração e, ao mesmo tempo, trocamos idéias durante rápidos colóquios. Como observamos, inúmeros pesquisadores de universidades públicas, assim como nós, muitas vezes realizam suas pesquisas de forma solitária, com pouca interlocução. Em algumas IES, ao contrário, encontramos professores que já se encontram trabalhando com alguma interlocução com pesquisadores de várias outras instituições.

Entre os departamentos visitados, citaríamos os de Sociologia e Economia e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI); os Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); os de Pós-Graduação em Geografia, Economia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o de Mestrado em Análise Regional da UNIFACS, em Salvador; o de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS); o de Pós-Graduação em Sociologia Rural da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); os Programas de Pós-Graduação em Geografia, Sociologia e Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); os cursos de Geografia, Ciências Sociais e Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), campus de Açú e Mossoró.

A idéia desta coletânea adveio destas visitas ao percebermos a possibilidade de divulgar as pesquisas de alguns dos colegas que conhecemos e que trabalham

sobre o tema. Apesar da grande diversidade de linhas de pesquisa, optamos pelo assunto ora apresentado em virtude da carência de estudos e pesquisas sobre os pontos luminosos do espaço agrícola do Nordeste. Alguns dos colegas das IES e demais instituições públicas, que conhecemos durante tais trabalhos de campo, conosco colaboraram nesta empreitada da coletânea e nos brindaram com artigos, como é o caso das professoras Maria Dione Carvalho de Moraes e Maria do Socorro Lira Monteiro, respectivamente do Departamento de Ciências Sociais e de Economia da UFPI e ambas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema); da professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, do Departamento de Ciências Sociais da UFPE; dos pesquisadores da Embrapa, Pedro Carlos Gama da Silva e Dalva Maria da Mota, respectivamente da Embrapa Semi-Árido e Embrapa Tabuleiros Costeiros¹, ou ainda do arquiteto, técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Edgard Porto.

Nas apresentações da pesquisa em reuniões científicas nacionais, entre 2004 e 2005, conhecemos outros colegas que realizam pesquisas de interesse comum, a exemplo de Vicente Eudes Lemos Alves, doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), cujo artigo mostrou-se relevante. Nos trabalhos de campo na região do Baixo Jaguaribe (CE), nosso objeto de pesquisa, pudemos conhecer alguns pesquisadores estrangeiros, componentes de um importante grupo de pesquisa, comandado por uma cientista política norte-americana que tem por objetivo principal estudar as ingerências políticas das novas formas de gestão dos recursos hídricos, gestadas pelo Banco Mundial, do qual a região do Baixo Jaguaribe é uma das que servem de laboratório para tais políticas. Nesta linha encontra-se a colaboração da doutoranda porto-riquenha Andrea Ballesterio.

Da mesma forma, resgatamos contato com colegas do grupo de pesquisa que era coordenado pelo professor Milton Santos, na Universidade de São Paulo (USP), do qual tivemos o privilégio de compor a primeira formação, quando do seu ingresso nesta IES, em meados da década de 1980. Neste particular, ressaltamos a colaboração de Soraia de Fátima Ramos.

¹ Quando a conhecemos, atuava na Embrapa Tabuleiros Costeiros, em Aracaju, mas transferiu-se para a Amazônia pouco depois da nossa visita à empresa.

Destacamos que todos os demais artigos desta coletânea foram escritos por componentes do grupo de pesquisa que coordeno, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 1999, intitulado Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste.

Durante nossos trabalhos de campo e visitas às instituições públicas de ensino, pesquisa e planejamento, conhecemos, ainda, vários outros professores, pesquisadores e técnicos. Alguns também foram convidados a participar da coletânea, mas, por imposição do tempo, isto não foi possível.

Trabalhos da natureza deste ora realizado raramente constituem um produto individual, pois, de modo geral, resultam de ação coletiva desenvolvida num determinado intervalo de tempo. Desta forma, gostaria de registrar meus agradecimentos aos alunos, de graduação e de mestrado, que nos últimos anos aceitaram, juntamente comigo, enfrentar o desafio da pesquisa, como orientandos. Direta e indiretamente, todos contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas que deram origem a esta coletânea. Portanto, embora eles não estejam aqui nomeados individualmente, cabe-me ressaltar esta colaboração.

Tal colaboração se deu de várias formas, seja na busca da bibliografia, no trabalho de campo, no debate de idéias e de problemas, na construção da metodologia, na realização de colóquios, na construção de banco de dados, no apontamento de dúvidas e críticas, e, principalmente, por aceitarem o desafio de tentar compreender o presente sistema temporal a partir da reestruturação da economia e do território, notadamente do seu uso agrícola e das conseqüências para o incremento da urbanização. Agradeço, pois, a quantos diretamente comigo compartilharam de partes da pesquisa nos últimos três anos.

Gostaria de agradecer de forma muito especial ao arquiteto-urbanista Renato Pequeno, seja pelas sábias colaborações acadêmicas de várias magnitudes, tais como as atividades de pesquisa conjunta e co-orientação, seja pelas trocas de todas as outras naturezas que se manifestam no cotidiano e se constituem num sustentáculo para minha própria existência. Com ele tenho

partilhado não só as alegrias, mas também as dúvidas, ansiedades, dificuldades e, principalmente, os projetos e as saudades do futuro.

Agradeço, ainda, ao CNPq, cujo apoio financeiro possibilitou o desenvolvimento da pesquisa, incluindo a realização das viagens para os trabalhos de campo relacionados aos pontos luminosos do espaço agrícola do Nordeste brasileiro.

Denise Elías

Parte 1

Um Novo Nordeste

Agronegócio e desigualdades socioespaciais¹

Denise Elías

Introdução

O principal objetivo deste artigo é reconhecer a dinâmica de (re) produção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados nordestinos recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, como resultado da dispersão espacial da agricultura científica (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003a, 2003b) e do agronegócio pelo território brasileiro, difundindo-se especializações produtivas. O intuito é apresentar os processos que a regem e algumas das desigualdades socioespaciais resultantes.

Como pressuposto teórico consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, a qual atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes, desde então, passam por acelerado processo de reorganização, e mostram-se extremamente abertos à expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação (SANTOS, 1994; 1996) característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização econômica um de seus principais vetores.

Iniciamos pela contextualização da divisão territorial do trabalho agrícola no Brasil resultante das mudanças do setor nas últimas décadas. Para isto, destacamos como a região Nordeste se insere nesta dinâmica, assim como quais são as áreas e culturas selecionadas. Da mesma forma, ressaltamos o que estamos classificando de novos arranjos territoriais produtivos agrícolas inerentes ao circuito superior do agronegócio, cujos circuitos espaciais de

¹ Este artigo é fruto de estudos e reflexões realizados durante a consecução do projeto integrado de pesquisa Economia política da urbanização do Baixo Jaguaribe (CE), que contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2004-2006.

produção e círculos de cooperação mostram a reorganização do espaço produtivo comandada pela racionalidade do presente período histórico, imposta por empresas agrícolas e agroindustriais nacionais e multinacionais.

Estes novos arranjos territoriais produtivos agrícolas articulam-se com a escala internacional, e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, então, os pontos luminosos do espaço agrário nordestino, as áreas mais dinâmicas no relacionado à expansão da modernização da produção e do espaço agrícolas. Nestes, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994; 1996) tem substituído o meio natural e o meio técnico.

Ao se considerar que a difusão do agronegócio se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades, optamos por apresentar alguns dos impactos negativos para os elementos sociais da estrutura agrária. Sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, a impor uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a proletarização das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal.

Em todo o País, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem um incremento da economia urbana, especialmente associado ao dinamismo do consumo produtivo, da dinâmica populacional e do mercado de trabalho. Diante disto, são estabelecidas muitas novas relações campo-cidade. Apresentam-se, então, cidades cujas vidas de relações e demandas principais associam-se ao agronegócio. A estas cidades classificamos de cidades do agronegócio (ELIAS, 2005a, 2005c; ELIAS; PEQUENO, 2005d).

Também nos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas do Nordeste é possível observar esta tipologia de cidade. Destacariamos Petrolina (PE) e Limoeiro do Norte (CE) como cidades do agronegócio da fruticultura tropical, e Balsas (MA), Uruçuí (PI), Barreiras (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA), como cidades do agronegócio da soja.

A inserção dos espaços agrícolas de reserva nos circuitos produtivos globalizados da agricultura

Nos últimos cinqüenta anos, vivemos acelerado processo de transformações de diversas naturezas, magnitudes e complexidades, caracterizando novo momento do capitalismo, o qual recebe diversas denominações e conta com diferentes interpretações, muitas vezes díspares e conflitantes entre si. Para SANTOS (1979; 1985; 1988; 1993; 1996; 2000) viveríamos um novo período histórico, por ele denominado de período técnico-científico-informacional, que tem na globalização da produção e do consumo um de seus pilares.

Entre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização, há um grande processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, especialmente no grupo de países de baixa renda, historicamente classificados de Terceiro Mundo. Naturalmente com intensidades e complexidades distintas, para isto é importante a interação entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma de interação entre os novos fatores da produção e os elementos de estruturação do espaço, a resistência dos movimentos sociais etc.

Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção. Em face desta possibilidade, a velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do atual estágio do modo de produção hegemônico no mundo.

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas, o homem passa a ter o poder de induzir os progressos técnicos e imprimir intensa velocidade de renovação das forças produtivas e, dessa forma, passa a ter grande poder de interferência na natureza. Estas novas possibilidades modificaram radicalmente a relação homem-natureza. Desse modo, o homem, que já foi mero observador da natureza, transforma-se em agente com profunda capacidade de interferência

nela, e constrói, rapidamente, uma segunda natureza, uma natureza artificializada, na qual os fixos artificiais são cada vez mais numerosos.

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, erguem-se as bases materiais que propiciaram a dispersão espacial da produção. Nas últimas décadas, o avanço dos transportes e das comunicações tem possibilitado fluxos, de matéria e de informação, até então inimagináveis. Isto é tão verdade que a instantaneidade e a simultaneidade são signos do presente (SANTOS, 1996). Conseqüentemente o espaço da produção em geral, incluindo o agrícola, amplia-se e abrange áreas até então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade.

As novas possibilidades de fluidez do espaço, somadas às que a revolução tecnológica vem propiciando à intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, promovem verdadeira reestruturação produtiva no setor. A partir desta reestruturação, muitos novos espaços agrícolas podem ser incorporados à produção e ao consumo agropecuários globalizados.

Mas a reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo.

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

A divisão territorial do trabalho agropecuário também tem se redefinido no período técnico-científico-informacional, quando as regiões

Sudeste e Sul foram as primeiras a ser intensamente atingidas pelos processos de modernização em geral e formam, no dizer de Santos (1986b; 1993; 1996), a Região Concentrada. Somados à região Centro-Oeste existem os principais espaços agrícolas alvo de transformação nos últimos quarenta anos no Brasil, a compor arranjos territoriais produtivos agrícolas dominados por empresas, nacionais e multinacionais, hegemônicas da agropecuária mundial.

É a Região Concentrada que, desde o início da reestruturação produtiva da agropecuária, se adapta progressiva e eficientemente aos interesses dos capitais hegemônicos, e se reconstitui à imagem do período técnico-científico-informacional, transformando-se na área com maior expansão da agricultura científica e dos diferentes ramos do agronegócio. Hoje a Região Concentrada e a região Centro-Oeste são as mais mecanizadas para a produção agropecuária moderna e aquelas nas quais o meio técnico-científico-informacional se dá com contigüidade (SANTOS, 1993), seja no espaço agrário, seja no espaço urbano, que se adapta para servir ao agronegócio. Portanto, se expandiram com maior dinamismo e complexidade e possuem, assim, a maior composição técnica e orgânica do espaço agrícola, constituída com o conjunto técnico inerente ao novo ciclo de expansão capitalista.

No entanto, nem mesmo a Região Concentrada se apresenta homogênea. O Estado de São Paulo é o núcleo do padrão agrário moderno (MULLER, 1988). Tal fato pode ser comprovado, entre outros, pela pujança do seu interior, o qual gera, desde meados dos anos 1980, a segunda maior economia do país. Mas também neste Estado a reestruturação produtiva da agropecuária não se processa de forma homogênea. Algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio. É o caso da região de Ribeirão Preto, a nordeste do Estado, um dos principais, se não o principal, exemplos do Brasil agrícola moderno (ELIAS, 1996; 1997; 2003a; 2003b), na qual se concentram os complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja.

Ao se considerar, porém, a divisão territorial do trabalho agropecuário resultante do processo de reestruturação produtiva do setor, conforme

ressaltado por vários autores, poderíamos distinguir outras duas grandes regiões: a Amazônia, que comporia a fronteira agrícola, incorporada mais recentemente e de forma parcial à modernização, e a região Nordeste, considerada como a área mais resistente às transformações no conjunto de sua agropecuária. Entretanto, se a reestruturação produtiva da agropecuária e o meio técnico-científico-informacional se dão de forma contígua nos espaços agrícolas da Região Concentrada e no Centro-Oeste, aparece como manchas e pontos em todo o restante do território brasileiro, incluindo estas outras regiões.

Alguns autores (DELGADO,1985; SORJ, 1980; SILVA, 1982), quando analisam as transformações da agropecuária brasileira, apresentam a região Nordeste como um subsetor arcaico da agropecuária no país, baseada numa estrutura fundiária extremamente concentrada, na grande propriedade e na pequena exploração; no uso extensivo da terra e da mão-de-obra; na baixa capitalização, tanto por trabalhador quanto por unidade de área, com a predominância de não-assalariados e semi-assalariados, sujeitos a várias formas de dependência, com alta utilização por unidade de produto e baixo grau de integração técnica com os setores industriais componentes dos complexos agroindustriais.

Contudo, destacamos, tais estudos foram realizados antes das novas dinâmicas socioeconômicas em processo e não puderam, portanto, considerá-las para análise. Conforme enfatizado por vários pesquisadores, hoje não existe apenas um Nordeste, mas vários, com profundas diferenciações entre si, como já mostraram, entre outros, Menezes (1995), Andrade (1980), Melo (1978) e, mais recentemente, Araújo (1997; 1999; 2000). Na opinião desta autora, com o processo de reestruturação econômica e territorial das últimas décadas reforça-se a realidade dialética, denotando-se alguns subespaços dinâmicos.

Se até a década de 1980 o conjunto da agropecuária nordestina permaneceu quase inalterado, a partir de então se vislumbra a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado em alguns lugares específicos dessa região. Estes passam a receber vultosos investimentos de algumas importantes empresas do setor, difundindo-se a agricultura científica e o agronegócio.

Nesse contexto, o semi-árido, notadamente alguns dos seus vales úmidos, à semelhança dos cerrados nordestinos, que até então, de certa forma, compunham o exército de lugares de reserva (SANTOS, 1993) para o agronegócio, tornam-se atrativos e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor. Ou seja, tais áreas assumem novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola.

Como temos defendido (ELIAS, 2002a; 2002b; 2003a; 2005b), hoje existe acentuada dicotomia entre agricultura tradicional e agricultura científica. Mencionada dicotomia apresenta-se em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros pontos luminosos (SANTOS, 1993; 2000) em pleno semi-árido, especialmente em alguns dos seus vales úmidos (submédio São Francisco e baixo curso dos rios Açu e Jaguaribe), assim como nos seus cerrados, particularmente no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e no sul do Piauí.

Nas últimas duas décadas, estes espaços agrícolas do Nordeste vêm sendo afetados por intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso significa que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva, e atingem fortemente algumas áreas especializadas em determinadas culturas, corroborando o avanço do capitalismo no campo.

Ainda nos anos 1980, o submédio do rio São Francisco foi o primeiro a viver esse processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio e hoje possui importante região produtora de frutas, voltadas especialmente para a exportação, notadamente seu trecho polarizado pelos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Da mesma forma, o oeste da Bahia, polarizado pelo município de Barreiras, foi a primeira área do Nordeste a se associar aos processos de difusão da produção intensiva de soja. Nestas áreas são visíveis as reestruturações da produção e do território, com inúmeras conseqüências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária.

Em meados da mesma década, a produção intensiva de frutas tropicais passou a ocupar o baixo curso do rio Açu, no Rio Grande do Norte, polarizada pelo município de Açu.² Praticamente no mesmo período, a produção intensiva de frutas tropicais ocupa o baixo curso do rio Jaguaribe, no Ceará, região

polarizada pelo município de Limoeiro do Norte.³ No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o agronegócio globalizado passou a ocupar outros lugares de reserva no Nordeste. Destacariamos o sul dos Estados do Maranhão e do Piauí, que sofre uma ocupação intensiva pela produção de grãos, especialmente a soja. Desde então, todas estas áreas vivem importantes transformações socioespaciais (ELIAS, 2001; 2002a; 2002b; 2003a; 2003b; 2005b).

A inserção dos lugares de reserva do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção agropecuária intensiva baseia-se, muito fortemente, no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas no Brasil, cujo ápice teve lugar durante o longo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), claramente de inserção passiva do país à economia e consumo globalizados. Neste período, toda a população brasileira foi submetida aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais, com o acirramento do neoliberalismo, da diminuição, se não eliminação completa, do papel do Estado como maestro de um projeto de nação.

Isto é muito claro com as privatizações desenfreadas ocorridas durante a administração de FHC. A síntese das prioridades do seu governo é encontrada em programas como o Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo Ministério do Planejamento, que teve continuidade com o Avança Brasil, os quais sintetizam as prioridades de investimentos durante seu governo. Nestes, a discussão do desenvolvimento regional, de forte presença em décadas anteriores, é substituída pela discussão dos “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, cujo objetivo maior é atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado.

Tais eixos promovem a implantação de grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico e exacerbam a seletividade dos

² Os demais municípios da região são estes: Baraúna, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Upanema, Serra do Mel, Pendências, Afonso Bezerra, Itajá e Ipangaçu.

³ Os municípios componentes da região do Baixo Jaguaribe são Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Alto Santo, Palhano, Ibicuitinga, São João do Jaguaribe, Limoeiro do Norte e Quixeré.

investimentos produtivos. Um projeto megalomaniaco que, embora até hoje concretizado em pequena monta, impregnou a burocracia, principalmente associada ao planejamento, e influenciou a utilização e o desenvolvimento de uma verdadeira panacéia de metodologias, de estudos de viabilidade, como dos *clusters*, das cadeias produtivas etc.

Neste projeto, a região Nordeste foi “contemplada” com dois eixos, o Transnordestino e o São Francisco, que visam à construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos. Dois exemplos podem ser mencionados. O primeiro são os investimentos em infra-estrutura econômica: transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem), sistemas técnicos associados à eletrificação, ao saneamento, às telecomunicações.

Outro exemplo é a difusão da infra-estrutura hídrica, com grande expansão das políticas públicas inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos: construção de adutoras, canais, barragens, irrigação, programas de transposição de bacias hidrográficas, implantação de comitês de bacias hidrográficas etc. Tudo isto em vários Estados nordestinos, sendo o Ceará o principal laboratório dos novos sistemas normativos e técnicos inerentes aos recursos hídricos, cujo comando cabe ao Banco Mundial.

Os estudos de viabilidade econômica, que viraram “moda” e se multiplicaram na última década, apontaram dez atividades como as de maior possibilidade de inserção competitiva do Nordeste. Três foram escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais, o agronegócio de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programas e projetos de incentivo; e o turismo litorâneo, que teve expressivo reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Assiste-se, deste então, a radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido, notadamente sobre os seus vales úmidos, e dos cerrados do Nordeste, construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas, consideradas agora com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas oportunidades para o

agronegócio globalizado, em especial, de frutas tropicais, para o primeiro bioma, e soja, para o segundo.

Neste contexto, o semi-árido e os cerrados nordestinos passam a ser considerados como frações do espaço total do planeta cada vez mais abertas às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos. Isto é ainda mais verdade no relacionado aos mercados, cada vez mais longínquos e competitivos; aos preços, geridos pelas principais bolsas de mercadorias do mundo; à pesquisa agropecuária, muitas vezes induzida pelos interesses de multinacionais hegemônicas nos respectivos ramos, e, sobretudo, no referente aos centros de decisão e comando, todos localizados fora da região e mesmo fora do país.

Novos arranjos territoriais produtivos agrícolas

Se o crescimento econômico é um resultado inegável da apropriação dos lugares de reserva do Nordeste brasileiro, o mesmo se pode dizer dos impactos negativos em termos sociais, territoriais e ambientais. A difusão da agricultura científica e do agronegócio, com a territorialização do capital no campo, inclusive de importantes multinacionais, passa a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa à distribuição de terra, nem de renda para os pequenos produtores, como insistem os *lobbies* dos ruralistas ou as propagandas do próprio Ministério da Agricultura.

O principal tema neste item associa-se a um dos resultados destes processos. Trata-se do acirramento da dialética na organização dos espaços agrícolas considerados para análise, formando-se alguns arranjos territoriais produtivos agrícolas, a contribuir para o acirramento da desintegração dos espaços agrários nordestinos. A fragmentação dos espaços agrícolas aumenta a diferenciação na lógica de sua organização, na qual se denota a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos, fortalecendo as diferenças, cada vez mais complexas e devastadoras. Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica à margem desse processo. Reforça-se, dessa forma, a existência de vários Nordestes.

De acordo com Castro (1996), há duas lógicas na organização do território nordestino: uma conservadora, com base nos azares climáticos; outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional e organiza o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Na nossa opinião, é possível, com base nas novas dinâmicas hegemônicas nos até então lugares de reserva nordestinos, detalhar alguns dos elementos para análise desta fragmentação, muito mais devastadora do que as preexistentes. Isto acirra a refuncionalização dos espaços agrícolas em pauta, e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola, que resultam numa nova divisão territorial do trabalho agropecuário.

Devemos destacar a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrícola. Sobressaem principalmente três grandes grupos: um inerente à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples de mercadorias. Este, apesar da difusão do capitalismo no campo, continua a se reproduzir em todo o Brasil, como já provaram alguns importantes estudos, entre os quais os de Oliveira (1997).

Um segundo grupo, composto pela pequena produção integrada ao agronegócio, cuja produção é comumente classificada de produção integrada, e que, apesar de suas especificidades, pode ser observado em todas as áreas citadas de expansão da fruticultura. E um terceiro grande grupo composto por empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria. Entre os integrados, o caso da soja nos cerrados é o exemplo mais notório. Cada um destes gera circuitos produtivos e círculos de cooperação específicos.

Neste item, privilegiamos a compreensão dos dois últimos grupos, pois na nossa opinião neles encontramos os pontos luminosos do espaço agrícola do Nordeste, pontos de difusão da agricultura científica e do agronegócio, novos focos de dinamismo da economia agrícola regional, nos quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. Assim sendo, estes se mostram os novos territórios da exclusão, de toda sorte de reprodução das desigualdades socioespaciais. Com este direcionamento, temos entre

nossos objetivos colaborar tanto para a compreensão da (re)produção do espaço, como para a desmitificação do agronegócio presente na sociedade brasileira atual.

A partir da dialética na organização dos espaços agrícolas recentemente incorporados à produção intensiva e utilizando para análise a categoria dos circuitos espaciais da produção proposta por Santos (1986a, 1988), é possível vislumbrar vários circuitos produtivos vinculados ao agronegócio globalizado, a formar diferentes arranjos territoriais produtivos. Nestes territórios, os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Compreender os fixos e os fluxos, os sistemas de objetos e os sistemas de ação das principais empresas territorializadas nos vales úmidos e nos cerrados nordestinos, principalmente as associadas ao circuito superior (SANTOS, 1979) da economia agrícola, com vistas a entender seus circuitos espaciais de produção e os seus círculos de cooperação, é um exercício de análise que permite a síntese das estratégias de ação dos grandes conglomerados e das empresas agrícolas em geral atuantes no agronegócio, assim como do território resultante destes processos, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas e de toda sorte de desigualdades socioespaciais.

Neste sentido, descreveremos, a seguir, alguns dos principais arranjos territoriais produtivos associados ao circuito superior do agronegócio hoje vislumbrados no Nordeste, assim como parte das relações sociais de produção existentes, bem como os agentes econômicos situados à frente de tais processos.

Um arranjo territorial produtivo agrícola seria o associado à produção de frutas que se estende do baixo curso do rio Açu (RN) ao baixo curso do rio Jaguaribe (CE). Conforme acreditamos, existe na junção destas áreas, pertencentes a dois Estados, um arranjo produtivo associado à produção intensiva de frutas, especialmente melão, abacaxi e banana. Neste, é possível encontrar tanto o pequeno produtor integrado, a atuar em parceria com

médios empresários agrícolas, seja no Baixo Jaguaribe, seja no Baixo Açu, até uma única empresa multinacional dominando todas as etapas do processo produtivo.

A produção integrada baseia-se, especialmente, no compromisso, por parte dos empresários, com o oferecimento de assistência técnica, com vistas ao incentivo ao uso de novas tecnologias, para melhoria da produtividade; na compra conjunta de insumos, no intuito de reduzir os preços e, principalmente, no fortalecimento da participação na comercialização da produção. Neste caso, os empresários, responsáveis pelas chamadas “parcerias”, ficam com um percentual sobre o montante auferido com as vendas da produção do seu “parceiro”, mas se ocorrer algum fato que inviabilize a comercialização, eles não terão nenhum prejuízo, pois fazem apenas a intermediação da comercialização e não a compra do produto para posterior revenda.

Amplia-se, assim, o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expropriados pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, às quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. Esta subordinação se dá por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção. Considerando alguns dos parceiros participantes desta relação, parece-nos possível afirmar que, entre as conclusões prováveis, está-se reproduzindo a sujeição formal, mencionada por Martins (1990).

Para ilustrar, podemos dar um dos principais exemplos deste tipo de circuito produtivo existente na região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Um dos mais importantes empresários agrícolas a investir na região na última década, de origem e vivência urbanas, vem consolidando uma posição de destaque na produção regional de frutas. Instituiu um programa de parceria que oferece assistência técnica, incentiva o uso de novas tecnologias e garante a venda da produção dos seus parceiros. Desse modo, fortalece sua presença no setor da comercialização e no de fornecimento de insumos industriais para a agricultura. É responsável pela difusão, na região, de técnicas de produção mais modernas, por investir em mão-de-obra especializada, e adotar a informatização de parte de seu processo produtivo etc. Este empresário é um dos precursores na adoção destas novas formas de relação com os pequenos produtores e tem conseguido bons resultados na distribuição da produção, no mercado local

e regional.⁴ Hoje ele consegue aglutinar a produção de cerca de cinquenta produtores, alguns já pequenos empresários agrícolas, localizados não só no município-sede da sua empresa (Limoeiro do Norte), mas também em outros municípios vizinhos. Oficialmente, seus estabelecimentos agrícolas, situados dentro de um perímetro irrigado público entre os que já nascem inseridos no Novo Modelo de Irrigação, somam cerca de 25 ha⁵, e a área total de produção dos seus parceiros concentra aproximadamente 500 ha⁶. Este e outros tipos de parceria também são bastante presentes no Baixo Açu⁷.

Em relação ao mesmo arranjo territorial produtivo, devemos destacar, também, a forte presença da multinacional Del Monte⁸, uma das três principais empresas do setor de frutas do mundo. Após extensa pesquisa sobre o melhor local para implantação de uma nova unidade produtiva na América Latina, instalou-se na área em meados da década de 1990. Em dez anos, aproximadamente, introduziu significativas mudanças quanto aos vários aspectos da produção, difundindo a agricultura científica e o agronegócio de frutas tropicais. Assim, juntamente com a racionalização do espaço agrícola, introduziu-se uma nova dinâmica, seja no tocante às relações de trabalho, com significativa participação na difusão do mercado de trabalho agrícola formal, seja quanto à dinâmica do mercado de terras, cujo preço vem crescendo geometricamente desde sua chegada. No Vale do Açu, produz principalmente banana, de modo especial no município de Ipanguaçu, enquanto no Vale do Jaguaribe destaca-se com a produção de melão, no município de Quixeré, e de abacaxi, no município de Limoeiro do Norte.

⁴ De acordo com informações obtidas durante trabalho de campo, a principal fruta produzida é a banana. Ele chega a comercializar 350.000 quilos por semana.

⁵ Segundo informações, a quantidade de terras sob seu poder é bem maior, já que se utiliza do nome de outras pessoas para a oficialização das negociações com as terras dentro do perímetro irrigado, porquanto as leis que regem o funcionamento deste não permitem determinadas negociações de terra, pois a propriedade desta ainda é do Estado, no caso, na figura do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

⁶ Vale destacar que este empresário, ao contrário de outros que têm se estabelecido na região do Baixo Jaguaribe, é cearense e reside na capital, Fortaleza. Da mesma forma, vale citar que a acumulação original de seu capital não se processou no setor. Isto já demonstra algumas das transformações da agropecuária do Estado.

⁷ Sobre este assunto, destacam-se os trabalhos do professor Aldenor Gomes da Silva, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁸ Del Monte Fresh Produce, multinacional que atua no ramo da fruticultura em mais de cinquenta países nos cinco continentes.

Sua produção é quase totalmente verticalizada, pois todas as etapas desta estão sob sua realização. Além da terra e da mão-de-obra, poucas outras relações são estabelecidas nos lugares nos quais está instalada, uma vez que pouco interage com os poderes locais; praticamente ignora por completo a legislação ambiental e, em parte, a trabalhista; traz de fora do país quase todo o pacote tecnológico utilizado na produção, assim como parte da mão-de-obra especializada; exporta quase toda a produção, e deixa para o mercado local somente o refugo, que não tem o padrão exigido pelo mercado externo.⁹

Na nossa opinião, o circuito produtivo da fruticultura comandado pela Del Monte neste arranjo territorial produtivo gera muito mais verticalidades do que horizontalidades, como pode ser verificado pelo fraco dinamismo da economia urbana de Ipanguaçu ou mesmo de Açu, cidade que polariza a região, na qual reside uma parte dos trabalhadores especializados da empresa. Entre algumas das mais notórias horizontalidades, poderíamos citar o fluxo de funcionários especializados a ocorrer diariamente entre Açu e Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte, e Quixeré e Limoeiro do Norte, no Ceará. Isto reforça nossa hipótese da formação de um arranjo territorial produtivo inerente à fruticultura, composto pelas áreas produtoras dos dois Estados, cuja hegemonia pertence à Del Monte.

Outro arranjo territorial produtivo agrícola é o composto pela região polarizada pelos municípios de Juazeiro (PE) e Petrolina (BA), também associado à produção de frutas tropicais, com objetivo principal de exportação. Este seria, na verdade, o primeiro arranjo territorial produtivo a se formar no Nordeste inerente ao agronegócio da fruticultura. O grande destaque neste caso, no referente aos principais agentes transformadores do espaço agrícola, é a forte presença do Estado. Esta é corporificada pela Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), na organização dos sistemas técnicos e normativos, pois a produção desta área se baseia predominantemente na construção dos perímetros irrigados públicos, principalmente o Nilo Coelho¹⁰, até hoje o mais importante entre todos os existentes na área.

⁹ Mais recentemente, outro ramo do agronegócio vem se difundindo nas duas áreas citadas do semi-árido, o da carcinicultura, notadamente da produção de camarão em cativeiro.

Neste caso, desde cedo, a produção de frutas se deu marcadamente pela associação entre os colonos irrigantes e as empresas agrícolas, multiplicando-se os exemplos de “parcerias”. Hoje, são cerca de trinta empresas atuantes dentro do próprio perímetro, as quais trabalham integradas ou não com o pequeno agricultor. Neste modelo, merece destaque o domínio da comercialização por parte dos donos dos *packing houses*, responsáveis, por exemplo, por 70% da manga exportada produzida por pequenos produtores do perímetro. A Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), criada em 1988, que congrega 55 empresários associados, neles incluídos os proprietários dos *packing houses*, detém a hegemonia da comercialização, especialmente da exportação.

Conforme acreditamos, os processos verificados no Baixo Jaguaribe e em Juazeiro/Petrolina apresentam vários pontos de conexão, embora devam ser resguardadas a questão de escala entre as duas regiões, assim como o intervalo de tempo para a difusão dos processos, uma vez que no Baixo Jaguaribe é mais recente e se encontra em estágio menos complexo e avançado de capitalização e organização empresarial. Em contrapartida, em ambas é nítida a presença do Estado no papel de maestro da construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para a construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc. Entre as mais fortes especificidades da presença do Estado está sua condição de proprietário da terra dos perímetros. No Baixo Jaguaribe, o Estado, como agente produtor do espaço agrário, está representado pelo Dnocs, pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e pela Secretaria de Agricultura Irrigada (Seagri), principalmente, e em Petrolina/Juazeiro pela Codevasf.

Um terceiro arranjo territorial produtivo agrícola bastante específico é o associado à produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, isto é, a difusão do que muitos chamam de “modelo do Centro-Oeste”. Abrangia inicialmente o oeste da Bahia, e posteriormente se estendeu para o sul do Maranhão e sul do Piauí. Predomina a produção da soja, embora outras culturas também mereçam destaque, como o algodão, o arroz, o milho,

¹⁰ Sobre o assunto pode ser lida a dissertação de Sá (1991) e o artigo de Soraia Ramos, nesta mesma coletânea.

o café, entre outras. Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge.¹¹ A Bunge está instalada na cidade de Luís Eduardo Magalhães (BA) e no município de Uruçuí (PI), enquanto a primeira encontra-se no município de Barreiras (BA).

Neste arranjo produtivo, estas duas multinacionais comandam a produção de soja por parte de centenas de médios e grandes empresários agrícolas. Apesar de não atuarem na produção agrícola diretamente, dominam a produção por meio da compra e da moagem do grão, compondo um tipo específico de parceria no qual o principal elo de dependência entre os empresários agrícolas e as agroindústrias se dá pelo empréstimo de capital que estas fazem aos primeiros. Ou seja, as agroindústrias adiantam o capital da compra da produção no período do plantio, substituindo as instituições financeiras no fornecimento de capital de custeio. Com isto, praticamente tornam os empresários agrícolas, aos quais chamam de “clientes”, seus fornecedores exclusivos, e garantem a matéria-prima para a produção.¹²

Este circuito produtivo promove não só verticalidades mas também inúmeras horizontalidades. Poderíamos citar a quantidade de empresários agrícolas envolvidos no processo, migrantes de áreas onde a modernização da agricultura se processou em décadas anteriores, como do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, na sua grande maioria. Associada à difusão da soja nos cerrados do Nordeste, dá-se uma série de transformações na dinâmica populacional, sendo a chamada migração de “gaúchos” um dos principais fatos a considerar para análise.¹³ Do mesmo modo, na economia urbana, que passa a crescer de forma bem distinta do até então ocorrido, com grande destaque para a expansão dos setores inerentes ao consumo produtivo, ou seja, o consumo associado às demandas da agricultura científica e do agronegócio, mas também ao consumo consumptivo, associado às demandas dos migrantes descendentes, que impõem seus padrões de consumo às respectivas áreas, a serem, em parte, atendidos localmente. O nível de renda destes empresários ligados

¹¹ A Cargill e a Bunge são algumas das mais importantes multinacionais atuantes no setor de agronegócio em todo o mundo. A Bunge é a principal empresa na industrialização de soja e líder na comercialização de grãos (soja, trigo, milho, sorgo, girassol e semente de algodão). No Brasil, presente em dezesseis Estados, é líder na comercialização de óleos vegetais.

ao complexo agroindustrial da soja acaba também sendo um importante propulsor da economia urbana.

Estes seriam, então, alguns dos novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio no Nordeste brasileiro, que promovem distintos circuitos espaciais da produção agrícola, nos quais os elementos da organização do espaço são comandados pelos sistemas técnicos e sistemas de ação do presente. Nestes, o território e a economia estão articulados com a escala internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, pois, os pontos luminosos do espaço agrário do semi-árido e dos cerrados nordestinos, as áreas mais dinâmicas quanto à expansão da modernização da produção e do espaço. Nestas, o meio técnico-científico-informacional tem rapidamente substituído o meio natural e o meio técnico.

Oligopolização do espaço agrícola e dinâmica do mercado de terras

Entre os impactos negativos mais marcantes e presentes nas áreas consideradas para análise está o processo de prevaência da concentração fundiária e do latifúndio, com destaque para uma forte oligopolização do espaço agrário, e agravamento da privatização da terra e da água. Ou seja, é cada vez mais difícil o acesso aos dois principais fatores de produção da agricultura pela maior parte dos pequenos produtores. Se no Brasil o acesso privado à terra está regulado por lei desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, aspecto reforçado com a promulgação do Estatuto da Terra, na década

¹² Em certos aspectos, notadamente no relacionado ao adiantamento do capital na época do plantio, que na verdade se constitui na compra antecipada da produção, apresenta características similares ao verificado no setor de suco concentrado de laranja no Estado de São Paulo, quando da instalação da primeira agroindústria de suco concentrado, no município de Matão (Citrosuco), principal forma de compra da laranja durante cerca de duas décadas, tendo propiciado a formação de uma classe média de empresários agrícolas.

¹³ Os chamados “gaúchos”, que são também paulistas, paranaenses, entre outros, normalmente já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas, constituindo, muitas vezes, a terceira ou a quarta geração, se considerarmos os primeiros a iniciar o processo migratório, geralmente, seus pais, avós, ou outros familiares.

de 1960, parece-nos que este passa a acontecer com os recursos hídricos desde a última década do século XX.

Isto denota, também, o acirramento do mercado de terras como outro problema existente, qual seja, o aumento dos seus preços, contrariando ainda mais as aspirações por uma reforma agrária. Esta tem, agora, seu processo mercantilizado com a substituição da desapropriação pela compra da terra. Com a difusão dos sistemas técnicos e das políticas públicas voltadas a organizar as condições econômicas e de infra-estrutura para o agronegócio da fruticultura e de grãos, as terras passam por forte aumento de preços. Tal processo acirra o mercado de terras, e a torna cada vez mais cara e inacessível aos agricultores, que passam, cada vez mais, a ter a sobrevivência mediada por relações monetarizadas, em virtude de não possuírem mais condições de produzir a própria alimentação e muito menos de gerar renda complementar.

Conforme evidenciaram as características da incorporação do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção e ao consumo agropecuário globalizados, a prevalência da concentração fundiária continua sendo uma realidade extremamente presente, em pleno século XXI, juntamente com outros dos seus traços estruturantes, aumentando sobremaneira a expropriação e a expulsão de agricultores que não detêm a propriedade da terra (meeiros, antigos parceiros, pequenos arrendatários).

O baixo preço da terra está entre os fatores inicialmente atrativos dos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço da terra. Hoje, embora tenha se instalado uma nova dinâmica do mercado de terras em todos os pontos luminosos do espaço agrícola nordestino, nos quais já se observa claramente a forte presença de especuladores, brasileiros e estrangeiros, algumas destas áreas ainda possuem preços muito mais baixos do que os das áreas onde a capitalização do campo é mais antiga e complexa.

Entre os exemplos desta nova realidade colhidos em processo de trabalho de campo, alguns casos merecem destaque. Citemos um exemplo observado na cidade de Uruçuí, que disputa com a de Bom Jesus o título de “capital da soja” nos cerrados do Piauí.¹⁴ Uma gaúcha residente há dois anos

no município cita que a família tinha 100 ha de terra no Rio Grande do Sul. Venderam a terra e parcelaram o pagamento em quatro vezes, e somente com a primeira parcela compraram 1.000 ha em Uruçuí, ou seja, apenas com um quarto do capital adquiriram uma propriedade em Uruçuí dez vezes maior do que a do Rio Grande do Sul. No oeste da Bahia e demais áreas dos cerrados nordestinos, a terra ficou muito cara; chegou a aumentar até setenta vezes desde a década de 1970 até hoje.

São inúmeros os exemplos em todas as áreas consideradas para estudo. Ainda segundo a entrevistada, que já ocupa posição de destaque no Sindicato dos Produtores Rurais de Uruçuí, assim como junto ao Sebrae, “o valor da terra triplica todo ano”.¹⁵ Não são poucos os depoimentos que afirmam ser o maior ganho do agricultor não a produção em si, mas a “valorização” da terra. Ainda de acordo com informações, as “sobras” de capital são utilizadas, principalmente, para a compra de novas terras.

Da mesma forma, em algumas áreas o processo de regularização fundiária é bem mais recente. Merecem destaque as áreas do sul do Maranhão e do Piauí, nas quais a violência é a regra. São recorrentes as narrativas quanto aos conflitos de terra. A procuradoria jurídica tem efetivado algumas fiscalizações sobre os cartórios, em face da dinâmica do mercado de terras. Conforme observado, muitas das terras dos cerrados piauienses são devolutas. Os entrevistados citam de diferentes formas os problemas inerentes à regularização fundiária, e mencionam exemplos de grilagem “disfarçada”, “desonestidade dos cartórios”, “superposição de escrituras”, interseção de terras, disputas acirradas entre vizinhos. Fala-se mesmo da existência de uma “indústria da grilagem”, imperando a “regularização fundiária a facção”, com muitos conflitos fundiários marcados por mortes. Também são vários os depoimentos segundo os quais, no sul do Piauí, a estrutura fundiária chega a ter “oito andares”.

Poderíamos arriscar uma periodização do processo de regularização fundiária dos cerrados nordestinos que hoje apresentam expansão da soja,

¹⁴ Vale destacar que a esmagadora multinacional Bunge está instalada no município de Uruçuí (PI).

onde até então a função de “refrigerador”, a agricultura para o autoconsumo e a pecuária extensiva eram predominantes. A década de 1970 surge como um marco no qual a grilagem campeou no espaço agrário. Toda a região conheceu um ciclo de violência contra os camponeses, notabilizado pela expulsão, grilagem, queima de casa etc. Muitos “geraiseiros”, que viviam em equilíbrio com a natureza, foram expulsos ou mortos. Nos cerrados baianos, a construção e asfaltamento da BR-242 é um signo deste processo.

Outro momento pode ser caracterizado na década de 1980, com a chegada dos migrantes sulistas. Neste a regularização fundiária deu-se de forma distinta da primeira fase, e se caracterizou pela hegemonia da denominada violência não criminalizada, como a do desvio da água, da presença ostensiva dos agentes de financiamento para os empresários, da difusão de “empresas colonizadoras”, entre outros. Vale destacar que a ocupação produtiva do oeste da Bahia se deu primeiramente à ocupação do sul do Maranhão e do Piauí. Portanto, há uma diferença de mais de dez anos entre os processos inicialmente considerados para a região de Barreiras e as demais áreas de expansão da soja.

Exemplo de uma dinâmica distinta do mercado de terras é o que vem ocorrendo no município de Ipanguaçu (RN), onde se localiza uma das principais porções de terra da multinacional Del Monte, na qual ela realiza sua produção de banana. Desde a chegada desta empresa à região, em 1993, intensificou-se a negociação de terras, e estabeleceu-se uma dinâmica de compra e venda completamente distinta da preexistente. Hoje, no município, existe um processo oligopsônico no referente à propriedade da terra, considerando que a Del Monte é proprietária de uma parte significativa do total das terras agrícolas do município. São cerca de 8.000 ha se somarmos as terras em Ipanguaçu e em municípios vizinhos. No Ceará, a empresa já possui 7.000 ha. Se lembrarmos que o Baixo Açu e o Baixo Jaguaribe são áreas contíguas e compõem um só arranjo territorial produtivo fruticultor, o peso da empresa no processo de concentração fundiária é ainda mais forte.

Sobre este assunto, estudo interessantíssimo foi realizado por Albano (2005) em pesquisa inédita junto ao cartório do município de Ipanguaçu, a

¹⁵ Em janeiro de 2005, o preço médio do hectare equivalia a trinta sacas de soja, e o preço desta, naquela ocasião, oscilava entre R\$ 28,00 e R\$ 32,00.

qual revela a dinâmica do mercado de terras implantado no Baixo Açu, desde a chegada da Del Monte. Depoimentos colhidos pelo autor junto à proprietária do cartório de Ipanguaçu mostram como, nos últimos três ou quatro anos, após cerca de dez anos de intenso processo de compra de terras por parte da Del Monte, a negociação com terras diminuiu, e hoje é inexpressiva. Tal fato associa-se, seja pela pouca oferta de terras atualmente existentes para venda, já que todas estão apropriadas, seja pelo alto preço por ela alcançado.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o processo de concentração fundiária acirra-se na região, desde a construção da barragem Armando Ribeiro, concluída em 1983, que perenizou o rio Açu e propiciou novas perspectivas para a agricultura. Desde então, desencadeou-se o interesse de grupos empresariais atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação na região de Ipanguaçu e Açu, já para a produção de frutas, processo evidenciado ainda na década de 1980. Pelas afirmações do autor, segundo podemos concluir, é neste momento que se intensifica o processo de territorialização do capital no campo, pois o predomínio da pessoa física até então existente no processo de compra e venda das terras passa a ser rapidamente substituído pelo da pessoa jurídica, de origem exógena a Ipanguaçu ou mesmo à região de Açu. Mas, como também fica evidente no estudo supracitado, é com a chegada da Del Monte, na primeira metade da década de 1990, que a reorganização produtiva do território e a concentração fundiária se dão com grande velocidade.

Como os regimes de exploração da terra estão diretamente associados à propriedade da terra, o acirramento da territorialização do capital nos espaços agrícolas considerados é concomitante à diminuição da exploração indireta, com a gradativa diminuição da cessão da terra pelo proprietário com a obtenção de rendas pré-capitalistas, como a da divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, tão frequentes até aquele momento.

Formação do mercado de trabalho agrícola formal

O estudo do mercado de trabalho agrícola formal nos ajuda a melhor compreender como vêm se dando as mudanças nas relações sociais de

produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo rebate de forma incontestada no modo de organizar e gerir o trabalho. Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, torna-se imprescindível compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária das áreas consideradas para estudo, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores assalariados no campo representa a materialização do movimento do capital.

Como exemplo dos processos de transformações das relações sociais de produção observados nas áreas em estudo, utilizaremos dados para a região do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento do processo de expansão do mercado de trabalho agrícola formal promovido pela reestruturação produtiva da agropecuária. Nossa tentativa visa compreender algumas das vicissitudes das novas formas de trabalho agrícola, em especial a associada ao que Santos (1988, 1993) chamou de agrícola não-rural, ou seja, aquele que já foi expropriado dos meios de produção, que mora na cidade, mas trabalha no campo. Para alguns pesquisadores, este é o signo do proletário agrícola.

A existência de um mercado de trabalho formal no setor agropecuário dos vales úmidos do semi-árido, assim como dos cerrados, é muito recente. Dos respectivos contingentes totais da população economicamente ativa dos Estados aos quais pertencem cada uma das áreas, principalmente no Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, uma parcela significativa permanece, ainda hoje, ligada às atividades agropecuárias. No entanto, devemos destacar a predominância da agricultura familiar, voltada ao autoconsumo ou à produção simples de mercadorias, o que contribui para expor um quadro de condições pouco dinâmicas associadas ao mercado de trabalho agrícola.

Como resultado da expansão do agronegócio, responsável pela difusão de um novo modelo de produção agropecuária, fazendo destas áreas pontos de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vem sendo transformado. Desse modo, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990.

Entre as fontes de informação sobre o mercado de trabalho segundo municípios, sobressai o acompanhamento do emprego formal, com carteira assinada, realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Com base nessa fonte, é calculado o estoque de mão-de-obra empregada, divulgado pelo ministério por meio do Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS), que permite visualizar a situação de cada município quanto ao emprego de mão-de-obra via estoque anual de trabalhadores.¹⁶

Ao utilizar tal fonte para um detalhamento do caso cearense, é possível observar que, tomando o Estado como um todo, o estoque total de empregos formais praticamente dobrou (93%) entre os anos de 1985 e 2002, e passou de um estoque de 8.379 para 16.148 empregos no período. Deste total, a região do Baixo Jaguaribe concentrava o inexpressivo percentual de 0,62% no primeiro ano, passando para 18,08% no segundo ano considerado para análise, ou seja, subiu de 52 para 2.921 o número total de empregos formais na agropecuária. Essa concentração reforça a idéia do crescimento da agropecuária desta região. A base de dados da Caged aponta para uma tendência de crescimento do emprego formal na região em relação ao Estado como um todo, uma vez que o número de admissões de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária na região chegou a 34% do número total de admissões no setor. A análise do estoque de empregos formais na agropecuária distribuído no Baixo Jaguaribe, segundo seus municípios, mostra que em 2002 somente um município (Quixeré)¹⁷ concentrava sozinho cerca de quatro quintos (81,5%) deste contingente.

É nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré onde vêm se instalando, ao longo da década de 1990, algumas médias e grandes empresas agrícolas associadas ao agronegócio da fruticultura, as quais promovem grande impulso à atividade agrícola. Vale lembrar, também, que é nestes dois municípios onde se encontra instalada a Del Monte no Estado do Ceará.¹⁸

Os dados referentes ao ano de 2002 revelam um crescimento, assim como uma nova territorialização do mercado de trabalho agrícola formal, que obedece ao presente momento de organização do espaço agrícola regional. Estas características estão em sintonia com a recente dinâmica da agricultura

baseada na reestruturação produtiva da atividade agropecuária. Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico.

Como podemos observar, seja na análise de dados da fonte supracitada, seja em trabalho de campo, as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do Baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado de trabalho formal total da região. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

Outra característica a ser destacada é o tamanho dos estabelecimentos por quantidade de empregados. De maneira geral, em todos os anos analisados (1985, 1995, 2002) e para todo o Estado do Ceará, há predominância dos estabelecimentos com até quatro empregados, sendo expressivo o número de estabelecimentos que não possui nenhum emprego formal. No Baixo Jaguaribe, são 55 os que registravam empregos formais na atividade agropecuária, no ano de 2002, contra os quatro em 1985 e os 26 em 1995. No ano de 1985, dos quatro estabelecimentos com empregados formais, somente um empregava de 20 a 49 empregados.¹⁹ Todos os demais ficaram abaixo desta faixa.

Situação bastante distinta registrou-se em 2002, quando sete estabelecimentos possuíam mais de cinquenta empregados. Deste total de estabelecimentos, três registravam de 100 a 249 empregados.²⁰ O grande destaque foi o município de Quixeré, que possuía uma empresa, por dedução,

¹⁶ Agradeço a Juscelino Eudâmidas Bezerra que, como meu orientando de Iniciação Científica, foi responsável pelo trabalho de construção do banco de dados inerente ao mercado de trabalho agrícola formal, a partir dos dados do Ministério do Trabalho. Juscelino contou com uma bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Agradeço, também, a esta instituição.

¹⁷ Vale lembrar que a região do Baixo Jaguaribe considerada para a análise dos dados é formada por dez municípios.

¹⁸ Entre as outras empresas de destaque, citaríamos, em Quixeré, J.S. Sallout, Melão Doçura e Frutacor; em Limoeiro do Norte, Faego, Banago, Agrofrut, Frutacor e Asfruta.

a Del Monte, com mais de mil empregados, realidade jamais registrada, seja na região do Baixo Jaguaribe, seja no Ceará como um todo, já que esta empresa é a única em todo o Estado com este quantitativo de empregados. Concentrava, então, cerca de 51% dos empregos formais existentes em todos os setores econômicos e 69% dos empregos formais no setor agropecuário do município de Quixeré, assim como 10% do total de empregos formais no setor da agropecuária em todo o Ceará.²¹

Os dados supracitados, por si só, corroboram nossa hipótese de que as mudanças ocorridas na atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe vêm promovendo a organização de um mercado de trabalho agrícola formal na região, na qual, até muito recentemente, desconhecia-se tal realidade.

Mencionada empresa vem se dedicando à produção de frutas, sendo o melão e o abacaxi seus carros chefes no Baixo Jaguaribe. As determinações exógenas predominam na organização da produção desta empresa, notadamente no relacionado aos mercados, já que o objetivo maior da produção é a exportação, principalmente para os mercados europeu e norte-americano. A evolução da produção do melão no Baixo Jaguaribe é paralela à chegada das empresas agrícolas. Hoje, o melão lidera as exportações de frutas no Ceará.²²

Os ciclos produtivos do melão, principal cultura não só da Del Monte, assim como de outras importantes empresas na região, nos ajuda a melhor compreender algumas das variações no percentual de admitidos no setor agropecuário no Baixo Jaguaribe, pois uma das características do mercado de trabalho agrícola é a sazonalidade, dada pelas diferentes demandas de trabalho durante o processo produtivo, tendo em vista o ciclo produtivo das culturas.

O ápice da geração de empregos no ciclo do melão é o segundo semestre, quando se realiza a colheita do fruto, fase conhecida pelo maior uso da força de trabalho. De acordo com informações do Caged, no ano de 2003, do total de admitidos no setor da agropecuária no Baixo Jaguaribe, considerando o primeiro e o segundo semestres, é notório o destaque do

¹⁹ No município de Morada Nova.

²⁰ Um no município de Jaguaruana, um no de Limoeiro do Norte e um no de Quixeré.

segundo semestre no número de admitidos, 3,5 vezes maior do que no primeiro semestre (respectivamente 2.682 contra 736 admitidos). Do total de admitidos em toda a região, 89% concentraram-se no município de Quixeré.

A difusão da fruticultura no Baixo Jaguaribe é o ponto-chave para entendermos o novo padrão produtivo nesta região e, conseqüentemente, o mercado de trabalho agrícola. O município de Quixeré, por exemplo, está ligado à lógica globalizada de produção e consumo de frutas tropicais. Dessa forma, além dos dados de instituições como o IBGE, conforme pudemos confirmar durante a pesquisa de campo neste município, houve uma queda da área plantada e da produção de alimentos voltados para o consumo local. Estes produtos foram substituídos por frutas para a exportação, como o abacaxi, a banana, a goiaba e, em especial, o melão, e a mudança no produto cultivado muitas vezes vem acompanhada da mudança do tipo de produtor, pois quem domina a cadeia produtiva de frutas são as empresas agrícolas. A evolução da produção do melão é paralela à chegada das empresas agrícolas no Baixo Jaguaribe. Elas passam a investir na região e incorporam, cada vez mais, um maior número de terras dos produtores locais, o que evidencia também a migração dos agentes produtores do espaço para este novo lócus de valorização do capital. De acordo com dados do IBGE, no ano de 1999, o município de Quixeré possuía 80 ha de área plantada com melão. Já no ano de 2002, a área plantada chegou a 2.500ha.

Para a análise dos impactos do atual processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola, não podemos deixar de considerar, como diz Santos (1988), o fato de que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam definitivamente os traços materiais do passado, obrigando a considerar as fases respectivas de instalação de novos instrumentos de trabalho e de criação de novas relações de trabalho, já que em cada fase as relações sociais de produção não são da mesma natureza.

Desse modo, é necessário considerarmos o contexto no qual as relações de trabalho foram geradas a partir do conhecimento da sua história, uma vez que o trabalho é historicamente produzido e, portanto, mutante com a

²¹ O Estado do Ceará é composto por 184 municípios.

²² Conforme dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Ceará (Seagri), do total das exportações de frutas realizadas pelo Estado, no ano de 2003, 84% foram da cultura do melão.

história humana. Nesse sentido, é importante levar em conta alguns elementos próprios desta construção histórica. Para isto, faz-se necessário focalizar as principais dinâmicas nas relações de trabalho ao invés de oferecer uma visão limitada, fixa no tempo e no espaço, visto não se tratar de algo linear onde se pode demarcar o seu início e o seu término, pois os processos não são estanques, mas interligados.

A presença do trabalhador assalariado temporário não somente representa a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano. Dessa forma, entre os trabalhadores agrícolas assalariados temporários, deve-se distinguir aquele que detém apenas sua própria força de trabalho, o bóia-fria, residente na cidade, que se desloca diariamente para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daqueles que ainda possuem uma pequena propriedade de terra, na qual residem com a família. Aqueles, como não conseguem auferir a subsistência, vendem sua força de trabalho durante algumas épocas do ano, especialmente para as empresas agrícolas mais dinâmicas.

O trabalhador agrícola assalariado temporário que não possui o meio de produção fundamental para a realização da agricultura é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário em diferentes momentos do processo produtivo.

A década de 1980 marca a eclosão de inúmeros estudos sobre vários aspectos da modernização da agropecuária brasileira. Para Silva (1981, p. 118), um dos que escreveram sobre o progresso técnico e as relações de trabalho na agropecuária, o trabalhador agrícola temporário é, fundamentalmente, “um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente”. Na opinião de Andrade (1979), desde a intensificação do capitalismo no campo, a contínua proletarização do trabalhador rural é o

fato mais marcante do meio rural brasileiro.

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todos os arranjos territoriais produtivos em análise é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola.

Portanto, de um lado, existe o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, que mora na cidade e trabalha no campo, denominado de trabalhador agrícola não-rural, e de outro o trabalhador especializado, permanente em sua grande maioria, que atende às demandas prementes do agronegócio.

Engana-se, porém, quem imagina ter cessado a expansão das formas não-capitalistas. Tais formas, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Apesar da expansão do mercado de trabalho agrícola formal, materialização da proletarização do trabalho agrícola, e do acirramento da divisão social do trabalho no setor, esta convive com as antigas características ligadas às formas clássicas de relações de trabalho no semi-árido e nos cerrados nordestinos. Neste ponto, é importante lembrar as contribuições de Oliveira (1997) e Martins (1990), segundo os quais o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, pois cria relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas.

Nos arranjos territoriais produtivos agrícolas considerados para estudo, existem as duas situações a conviver lado a lado, ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado e do trabalho camponês. Dessa forma, embora contundentes as evidências quanto à expansão do mercado

de trabalho agropecuário formal, é na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado que encontramos também o sustentáculo das relações de produção não-capitalistas no campo.

Assim, nos espaços agrícolas onde a reestruturação ainda não chegou, nos espaços não selecionados para receber os investimentos produtivos modernos, permanece o predomínio das relações de trabalho não-capitalistas, para as quais o trabalho com a terra tem como objetivo principal a subsistência da família ou a produção simples de mercadorias. Estes dados revelam algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo nos espaços agrários em análise, cujos reflexos têm sido sua própria fragmentação. No referente às relações de trabalho, a formação de um mercado de trabalho agrícola formal e novas formas de subordinação dos camponeses aos processos modernos de produção agrícola são evidentes.

De acordo com estudo mais aprofundado, ainda inédito, realizado por Muniz(2004) sobre as relações de trabalho na região do Baixo Jaguaribe, a abertura desta região à competição global somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva trouxe consigo um conjunto de transformações sobre o trabalho agrícola.

Tal estudo nos permite vislumbrar algumas das particularidades da dinâmica do trabalho agrícola na região do Baixo Jaguaribe, sintetizadas a partir da exposição de certos aspectos, a exemplo de: difusão da racionalização do processo de trabalho; redução do tempo de produção, com a utilização de um conjunto de inovações tecnológicas e práticas modernas de produção; aumento da produtividade do trabalho; aumento do tempo de não trabalho para os trabalhadores de baixo nível técnico-educacional; intensa exploração da força de trabalho; aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho; mudança na estrutura profissional com novas categorias de trabalho; maior diferenciação, complexidade e segmentação da classe trabalhadora; crescente oferta de emprego para profissionais qualificados (trabalhadores assalariados permanentes); aumento da demanda por força de trabalho não qualificada ou semiquificada em determinadas fases do processo produtivo; ampliação da divisão social e territorial do trabalho;

representatividade dos trabalhadores comprometida (redução dos índices de sindicalização); debilitação político-ideológica da perspectiva de classe social; crescimento do mercado de trabalho formal; intensa mobilização da força de trabalho (desterritorialização e simultânea reterritorialização); crescimento da terceirização nas empresas agrícolas.

Embora novas oportunidades de trabalho estejam surgindo com o cultivo de frutas, cujas variedades geneticamente modificadas permitem uma produção quase contínua ao longo do ano, estas não são suficientes para empregar o contingente de agricultores desocupados com as mudanças no processo produtivo. Portanto, a tendência é essa situação se agravar cada vez mais com o crescimento da população em idade ativa.

Diante disto, vislumbramos um cenário pouco promissor para o camponês com saberes e fazeres histórica e empiricamente construídos mas sem o domínio do conhecimento técnico-científico. A exclusão deste agricultor de alguns ambientes de trabalho já se mostra, tendo em vista a territorialização do capital e o mercado de trabalho que se apresenta cada vez mais seletivo enquanto o capital investido em máquinas e equipamentos vem se intensificando rapidamente, provocando o desemprego tecnológico, que é estrutural e não depende de uma situação conjuntural desfavorável.

Como tanto o trabalhador braçal quanto o especializado residem, em grande parte, nas cidades, aumenta o processo de urbanização nestes arranjos produtivos agrícolas. O trabalhador agrícola assalariado, na maioria dos casos, reside nas periferias de cidades locais e médias. No município de Quixeré, por exemplo, já existe um bairro periférico (Lagoinha) habitado quase exclusivamente por trabalhadores agrícolas temporários.

As cidades do agronegócio

No Brasil, a territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrícola têm promovido profundos impactos socioespaciais, quer no campo quer nas cidades. Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado

da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados, que têm poder de impor especializações produtivas ao território.

É possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e expansão destas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de cidades médias e locais, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos.

Os elementos estruturantes destas novas relações são encontrados na expansão das novas relações de trabalho agropecuário, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e a migração descendente (SANTOS, 1993) de profissionais especializados no agronegócio; na difusão do consumo produtivo agrícola (SANTOS, 1988; ELIAS, 2003a; 2003b). Ao mesmo tempo, dinamizam o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana, e evidenciam que é na cidade que se realiza a regulação, a gestão e a normatização das transformações verificadas nos pontos luminosos do espaço agrícola.

A racionalização deste espaço imposta pela difusão do agronegócio deriva da formação de redes de produção agropecuária globalizadas que associam: empresas agropecuárias, fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, empresas de pesquisa agropecuária, empresas de marketing, cadeias de supermercados, empresas de *fast food* etc.

Como resultado temos a intensificação da divisão do trabalho, das trocas intersetoriais, da especialização da produção e a produção de diferentes arranjos territoriais produtivos agrícolas, assim como a reestruturação das cidades nas suas adjacências, a mostrar o aprofundamento da territorialização do capital no campo e da monopolização do espaço agrícola.

Conforme defendemos, é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, e formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura. Como observado, nestas cidades se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio.

Segundo SANTOS (1994), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização, pois afora o fenômeno da fábrica moderna dispersa dá-se também o fenômeno da fazenda moderna dispersa (SANTOS, 1993).

Paralelamente à intensificação do capitalismo no campo com a difusão da agricultura científica e do agronegócio, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, porquanto, entre outras coisas, a gestão da agropecuária moderna necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos. Tal fato colabora para o Brasil chegar ao século XXI com uma generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território. Os antigos esquemas utilizados para classificar a sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas, até hoje empregados pelos institutos oficiais de pesquisa do país, estão, em parte, já bastante ultrapassados. Requerem, portanto, urgente revisão, capaz de dar conta da complexidade e da dinâmica da realidade atual.

Ao lado da metropolização, principal característica da urbanização brasileira nas décadas de 1960 e 1970, SANTOS (1993) adverte para o fato de o Brasil ter passado por verdadeira revolução urbana, a partir da década de 1980, com a expansão do fenômeno da involução metropolitana, quando crescem também as cidades médias e locais. Daí concordarmos com sua afirmação de ser impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural. Para ele, uma divisão entre um Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país.

Uma das conseqüências da reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil é o processo acelerado de urbanização e crescimento urbano, promovidos, entre outros, pelas novas relações entre o campo e a cidade, desencadeadas pelas novas necessidades do consumo produtivo agrícola, o qual cresce mais rapidamente do que o consumo consumptivo. Isto denota o que Santos (1988; 1994; 1996; 2000) chamou de cidade do campo, conceito que utilizamos por cerca de uma década (ELIAS, 1996; 1997; 2003a; 2003b; 2005a; 2005c), embora atualmente preferamos substituí-lo pelo de cidade do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2005d).

Sem dúvida, o impacto de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais na dinâmica populacional e na estrutura demográfica é intenso. Concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, às transformações nas relações de trabalho, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada por grande crescimento populacional, particularmente urbano. Dessa forma, o Brasil tem apresentado acelerado processo de urbanização e notável crescimento urbano.

Como observado, uma das características do processo de modernização das atividades agropecuárias no Brasil é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações entre o campo e as cidades. Isto se deve à crescente integração dessas atividades ao circuito da economia urbana.

Tal situação se dá tanto pelo fato de seus produtos serem cada vez mais entregues aos mercados urbanos para serem processados e consumidos, como, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna a sua regulação.

A cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que

lhes dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva tornam-se responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das cidades do agronegócio.

As casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de marketing, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre tantas outras coisas, difundem-se por todas as partes do Brasil agrícola moderno.

Com isso, a reestruturação da agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, como foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não-material, aumentando a terciarização das economias próximas às áreas de realização do agronegócio, especialmente os ramos associados ao circuito superior da economia.

O resultado é uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agropecuárias modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre campo e cidade, vislumbrável nos diferentes circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços. O crescimento da produção não-material deve-se ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades aparentemente naturais associadas à existência individual e das famílias.

Nas condições brasileiras, existem vários exemplos segundo os quais os lugares que mais rapidamente respondem aos apelos de uma produção científica estão entre os que mais fizeram surgir inúmeras atividades não classificáveis entre as mais tradicionais atividades econômicas, particularmente do terciário. Nessas áreas, para melhor entender a urbanização, temos de nos preocupar com a existência das novas atividades comerciais e de serviços,

nem sempre disponíveis em forma de estatísticas, mas fundamentais para o reconhecimento da realidade contemporânea.

Os anos 1970 foram de radicais transformações para inúmeras atividades terciárias, com a instalação de muitos novos fixos e, conseqüentemente, a constituição de muitos novos fluxos, de matéria e de informação, seja intra-urbanos, interurbanos ou entre campo e cidade. A intensificação e a especialização da produção aumentam as trocas, da mesma forma que as possibilidades de fluxos. Isto promove maior integração do território nacional.

Com a fluidez possível graças à construção dos modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações, intensificam-se as trocas de toda natureza, com grandes impactos na vida social e no território, reformulando o sistema urbano antigo. A expansão dos complexos agroindustriais não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas como causou profundos impactos nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização.

O aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho agrícola, possível a partir das condições de instantaneidade e de simultaneidade (SANTOS, 1996; 2000) verificadas com a revolução tecnológica, induziu à transformação das relações entre as cidades do agronegócio, e aumentou as diferenças entre elas, as quais se tornam cada vez mais distintas umas das outras, a despeito de existirem inúmeras características similares decorrentes do processo uníssono que as rege.

Em virtude de se organizarem para atender às demandas das atividades econômicas, o resultado é uma total remodelação do território, seguida da organização de um novo sistema urbano, hoje muito mais complexo do que há trinta anos, com uma veloz e incessante substituição do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional. Cada vez que o território brasileiro é reelaborado para atender à produção dos complexos agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, e, desse

modo, amplia-se a complexidade dos seus sistemas técnicos. Diante disto, o território torna-se cada vez mais rígido, mais rugoso, promovendo uma urbanização corporativa (SANTOS, 1993; ELIAS, 1996; 2003a; 2003b), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes *holdings*. Dessa forma o conhecimento do processo de expansão do meio técnico-científico-informacional no campo parece ser, a partir da análise do fenômeno espacial, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais.

Nas áreas mais modernas do *Brasil* agrícola (SANTOS, 1993), é intenso o desenvolvimento de áreas urbanas cujos nexos essenciais se devem às inter-relações cada vez maiores criadas no contexto da globalização da produção de produtos agrícolas e agroindustriais. A modernização da atividade agrícola e agroindustrial, em especial, redefine o consumo do campo, que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, e criou demandas até então inexistentes.

As cidades do agronegócio no Brasil agrícola moderno têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. No período técnico-científico-informacional as cidades se multiplicaram no país e passaram a desempenhar muitas novas funções, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pela produção agrícola e industrial associadas aos complexos agroindustriais.

Contudo, não é apenas a cidade que tem força para receber e emitir numerosos e variados fluxos. Hoje, muitas das atividades realizadas no campo são não necessariamente agrícolas, mas industriais, visto que uma parte considerável das agroindústrias localiza-se no campo, junto à produção de suas matérias-primas. Essas agroindústrias têm o poder de criar muitas novas relações, próximas e distantes, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1986a; 1988) buscam nexos distantes. Conseqüentemente, criam uma gama de novas relações sobre o território, transformam radicalmente as tradicionais relações campo-cidade e fazem com que esses dois espaços passem a emitir e a receber larga quantidade de fluxos de matéria e de informação. O resultado é uma total reorganização do

território brasileiro, urbano e agrícola, onde se destaca a expansão do meio técnico-científico-informacional não só nas cidades, mas também no campo.

Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo, a modernização agropecuária associada ao setor industrial, com a conseqüente especialização dessas produções; o crescimento da produção não-material, seja associada ao consumo produtivo agrícola ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; o intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não-rural; a migração descendente etc. É inviável, assim, considerar apenas as antigas relações campo-cidade, pois até mesmo o urbano é diferente do que era trinta anos atrás. Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização.

No período técnico-científico-informacional, as cidades do agronegócio se multiplicam no país e passam a desempenhar muitas novas funções. Transformam-se, então, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado, e resultam em muitas novas territorialidades. Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital (CARLOS, 2004), a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.

Em todas as áreas de expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios. Comumente, algumas cidades que poderiam ser classificadas como cidades locais ou mesmo médias têm forte ligação com alguma produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano associado ao consumo produtivo agrícola. As características do crescimento dessas cidades são visivelmente associadas à demanda da produção agrícola e agroindustrial modernas. Nestas, é nítida a dependência da economia de alguma importante produção agrícola e/ou de sua transformação industrial.

Diferentemente do consumo consumptivo, que cria demandas heterogêneas segundo os estratos de renda, o consumo produtivo agrícola gera

demandas heterogêneas segundo as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial), assim como durante as diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando os equipamentos mercantis. Dessa forma, para compreender a economia urbana das cidades do agronegócio, é importante observar as funções exercidas por cada uma durante as diferentes etapas do processo produtivo, como, por exemplo, na safra e na entressafra.

É no período de safra das principais culturas de cada área que podemos distinguir com maior nitidez a especialização da cidade. Este é o momento mais dinâmico nas várias áreas do Brasil agrícola com áreas urbanas, afetando todos os setores econômicos. Um exemplo marcante é o próprio funcionamento por vinte e quatro horas de muitas das agroindústrias em manutenção durante a entressafra. É também neste período que aumenta o número de empregos agrícolas temporários, especialmente para a colheita. Mas o essencial é destacar que aumentam exponencialmente o consumo produtivo agrícola, assim como o consumptivo, o qual gera inúmeros fluxos, materiais e de informação, de diferentes complexidades.

Ressaltamos, ainda, que quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes de produção agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais produtivos e os seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade.

Como as demandas para a produção de soja apresentam diferenças em relação às demandas para a produção de laranja, de cana, de café, da produção de aves etc., o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho agrícola induz à transformação das relações entre as próprias cidades do agronegócio, aumentando as diferenças entre elas. Há grandes distinções entre as cidades do agronegócio no referente aos seus elementos componentes, aos diferentes graus e complexidades do terciário, da infra-estrutura urbana, entre outros. Isto permite se falar na existência de uma rede de cidades do agronegócio, mais presente na Região Concentrada, sendo os grandes destaques as cidades médias, as quais já estariam em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território.

As cidades do agronegócio no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT) e Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP) são exemplos evidentes de cidades do agronegócio.

Tal realidade já é também presente nos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas nordestinos, seja associada à expansão da fruticultura nos vales úmidos, como Petrolina (PE) e Limoeiro do Norte (CE), ou à expansão da soja nos cerrados, como acontece em Balsas (MA), Uruçuí (PI), Barreiras (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA), desestruturando a formação socioespacial anterior e trazendo novas dinâmicas territoriais, políticas, sociais e culturais ao entorno.

Se algumas cidades se adaptam ao agronegócio, acreditamos que Luís Eduardo Magalhães nasce do agronegócio. Localizada no oeste da Bahia, já é resultado de desmembramento ocorrido no ano de 2000 do município de Barreiras, até então principal centro urbano dos cerrados nordestinos, o primeiro a despontar como tendo sua economia atrelada ao agronegócio da soja neste bioma, como já apontava Santos Filho (1989), na década de 1980. Luís Eduardo Magalhães é resultado da luta política desencadeada pelos migrantes descendentes (especialmente gaúchos), que se associam ao sistema agroindustrial da soja e buscam consolidar o próprio território, independente de outras forças conservadoras locais. Na nossa opinião, este é um dos últimos municípios criados como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerente à expansão da agricultura científica globalizada, cuja economia se sustenta no agronegócio.

Antigo distrito de Barreiras, a cerca de 1.000 quilômetros de Salvador, Luís Eduardo Magalhães origina-se de antigas fazendas e cresce a partir de um posto de gasolina (posto Mimoso do Oeste), localizado às margens da BR-242. No início da década de 1980, surgem os dois primeiros loteamentos (Mimoso do Oeste e Cruz) e, menos de uma década depois, instalam-se as plantas da Bunge (esmagadora e fertilizantes). A Bunge Alimentos instalada em Luís Eduardo Magalhães está entre as maiores

refinadoras de óleo de soja da América Latina. Com estas, o distrito começa a crescer em ritmo acelerado, e culmina com sua emancipação.

Contudo, o grande dinamismo da economia urbana pode ser evidenciado com o setor financeiro. Em meados de 2004²³, existiam cinco bancos e somente outras 21 cidades baianas possuíam igual número. O setor imobiliário também mostra a pujança da cidade que, em muitos casos, parece mais um canteiro de obras, dado o número de construções em andamento, os fluxos de caminhões descarregando materiais de construção etc. O comércio deste tipo de material é um dos que mais crescem na cidade, e já somava cerca de vinte estabelecimentos por ocasião do trabalho de campo.

Os períodos de boa safra de soja são os de maior dinamismo também neste tipo de comércio, como foi o caso do ano de 2004, quando algumas obras chegaram a parar por dificuldade de entrega de materiais de construção, provenientes de outros municípios na sua grande maioria. A cidade já apresenta, também, demanda para a construção verticalizada e condomínios fechados. Como em quase todo o restante da economia da região, a soja também é a moeda predominante, sendo os preços fixados em sacas de soja e os grandes pagamentos programados para os períodos de safra.²⁴

Nesta cidade, o comércio varejista e atacadista mostra-se em ascensão e, em alguns setores, rapidamente vem assumindo papel local e regional, polarizando com a cidade de Barreiras, sobretudo no relacionado ao comércio inerente à agricultura científica. Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, equipamentos agrícolas, insumos químicos etc., localizadas na entrada principal. Vale destacar que o oeste baiano responde atualmente por cerca de 5% das vendas de máquinas agrícolas do Brasil. A surpresa continua quando, logo em seguida, o visitante se depara com as plantas da Bunge, com seus portentosos silos, dentro do perímetro urbano principal da cidade, na sua área residencial.

Fica difícil, nos casos nos quais o espaço agrário sofre forte impulso dos investimentos inerentes aos sistemas agroindustriais hegemônicos, não o associar também às mudanças no espaço urbano, promovendo uma diversificação das atividades econômicas, assim como das suas funções. A

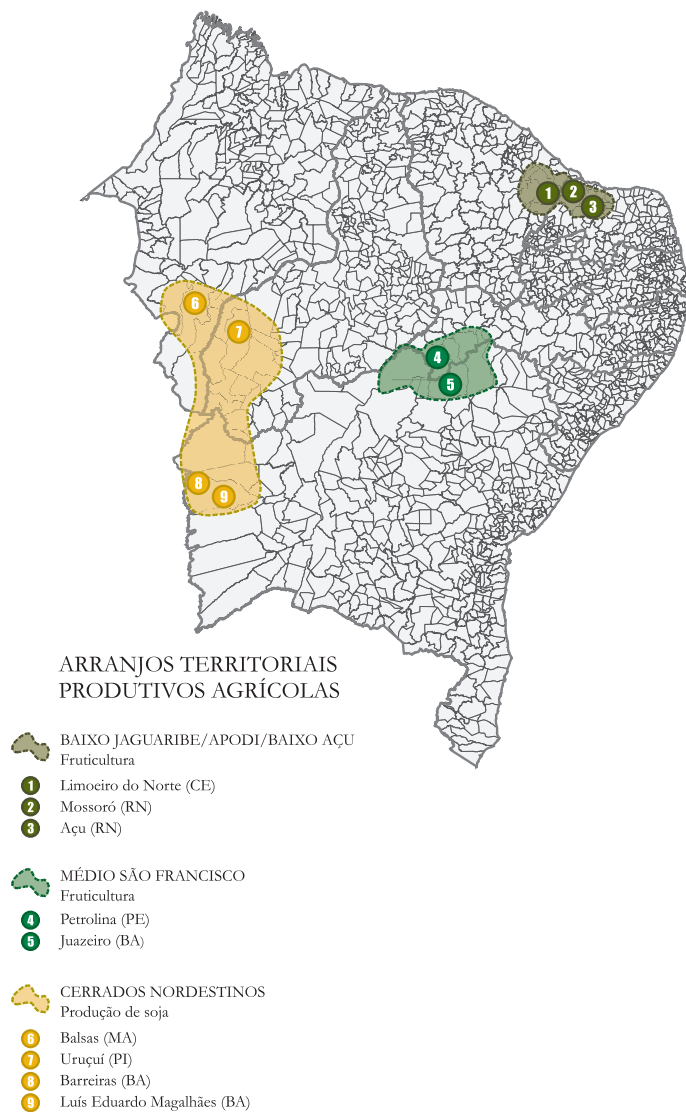


Figura 1 - Arranjos territoriais produtivos agrícolas

Fonte: Elaboração da autora

dinâmica populacional de Luís Eduardo Magalhães nos serve de exemplo, porquanto o ritmo de seu crescimento populacional supera de longe a média nacional. Seu contingente populacional somava cerca de 10 mil habitantes no ano de 2000, quatro anos mais tarde, atingiu cerca de 40 mil.

A migração é outra característica do oeste baiano, que passa a ser o destino de fluxos migratórios originários tanto das áreas menos atingidas pela capitalização do campo quanto de áreas do Sul e Sudeste do país, submetidos à maior pressão fundiária e demográfica. Apesar de modesto e precário, o Terminal Rodoviário de Luís Eduardo Magalhães reflete este tipo de fluxo, sobretudo quando interrogamos sobre os fluxos de origem/destino do terminal e deparamo-nos com as linhas que fazem ligação direta com várias cidades da região Sul do país. Alguns municípios merecem destaque, como Santa Cruz do Sul, um dos com maior número de chegadas.

A agricultura científica incrementa ainda inúmeros outros comércios e serviços na cidade. Impulsionada pela significativa população flutuante, formada por técnicos agrícolas, representantes comerciais, compradores de terras, empresários agrícolas etc., a rede hoteleira tem crescido sobremaneira e hoje já soma cerca de 500 leitos em pousadas e hotéis, alguns com classificação de até quatro estrelas.

Ainda em relação ao ano de 2004, ocorreu a primeira versão local da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, um dos principais signos de feira comercial inerente à agricultura científica, sem dúvida a principal vitrine da modernidade do agronegócio brasileiro, que acontece somente em outras três cidades em todo o Brasil.²⁵ Foram 150 expositores oriundos de todo o país e cerca de 1,5 mil empregos temporários.

Como evidenciado, os resultados da Agrishow 2004 tiveram reflexos durante todo o restante do ano, e muitos outros negócios foram iniciados na época da feira e foram sendo fechados durante o ano. A feira também acaba por atrair investimentos para a cidade. Após a Agrishow 2004, importantes empresas

²⁵ Data de realização de trabalho de campo, como parte das atividades do projeto integrado de pesquisa (CNPq) Economia política da urbanização do Baixo Jaguaribe (CE).

se instalaram no município, a exemplo da francesa Dagrís, que produz óleos vegetais e biodiesel, com previsão de funcionamento em 2006.

Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio

A difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, seja de frutas tropicais ou de soja, no Nordeste brasileiro, vem promovendo metamorfoses de inúmeras naturezas, notadamente com a expansão do capitalismo no campo. Entre os impactos negativos deste processo, sobressaem os seguintes: a crescente desarticulação da agricultura de subsistência e aumento da participação de empresas agropecuárias no total da produção agropecuária regional; a expansão da monocultura e, conseqüentemente, diminuição da biodiversidade, ampliando o processo de erosão genética; a mudança dos sistemas técnicos agrícolas, com difusão de um pacote tecnológico dominado por uma produção oligopolizada, muitas vezes impróprio para as condições do semi-árido e do cerrado, destruindo saberes e fazeres historicamente construídos; o aumento da concentração fundiária, com a expropriação e a expulsão de agricultores que não detêm a propriedade da terra; o acirramento do mercado de terras, do acesso privado à terra, que tem seus preços elevados, contrariando ainda mais as aspirações pela reforma agrária; o acirramento da privatização dos recursos hídricos, com as novas formas de normatização do seu uso; a formação de um mercado de trabalho agropecuário formal, com a expansão do trabalho assalariado, braçal e especializado; a fragmentação do espaço agrário, diferenciando cada vez mais os espaços da produção, compondo diferentes arranjos territoriais produtivos agrícolas e distintos circuitos da economia agrícola; o incremento da economia urbana e das cidades locais e intermediárias; e o crescimento desordenado das cidades do agronegócio, que têm aumentado suas periferias urbanas e suas carências de infra-estrutura.

São visíveis as novas territorialidades no Nordeste, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas horizontalidades e

²⁴ Um prédio em Luís Eduardo Magalhães, inaugurado em 16 de julho de 2004, tinha apartamentos de 300 m², cujo preço estava fixado em 300 mil sacas de soja.

verticalidades (SANTOS, 1996) e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Entretanto, ao se considerar que a reestruturação produtiva da agropecuária se dá de forma extremamente excludente, acentuam-se as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criarem-se muitas novas desigualdades. Dessa forma, o que está se processando é uma produção regulada pelo mercado associado ao novo padrão estandardizado de consumo alimentar de frutas frescas e de derivados de soja comandado por grandes grupos hegemônicos do sistema alimentar, com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho. Como resultado, verifica-se a refuncionalização dos seus espaços agrários e urbanos, enquanto se difundem especializações territoriais produtivas, embora incapazes de se associarem à consecução de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Tudo isto vem se refletindo nas cidades do agronegócio, as quais também passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores. Entre os problemas mais marcantes, mencionamos os seguintes: acessibilidade desigual aos equipamentos e às redes de infra-estrutura; insuficiência de infra-estrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas em situação de risco; intensificação da favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; presença de vazios urbanos com conseqüente especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infra-estrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga; pólos geradores de tráfego sem capacidade de escoamento, entre outros.

Na busca pela compreensão do processo de urbanização e das transformações intra-urbanas vigentes nos pontos luminosos de crescimento econômico associadas à agricultura científica e ao agronegócio nas fronteiras agrícolas da fruticultura e da soja no Nordeste, foram identificados vários processos que se repetem, apesar da diversidade da realidade econômica, socioambiental e cultural presente no semi-árido e nos cerrados nordestinos.

²⁵ Ribeirão Preto (SP), onde se iniciou a feira e onde ela apresenta versão de maior dinamismo; Rio Verde (GO) e Rondonópolis (MT).

Estes processos encontram-se diretamente relacionados ao intenso e rápido crescimento demográfico e de reestruturação territorial pelo qual têm passado as sedes dos municípios, assim como a uma redistribuição espacial da população nas respectivas regiões. Desse modo, acelera-se uma migração intra-regional nos novos arranjos territoriais produtivos. Além disso, vale mencionar o maior fluxo migratório proveniente das regiões vizinhas e outros Estados. Deflagra-se desordenado crescimento urbano, expandindo-se as cidades ao longo dos sistemas viários regionais ou mesmo seguindo as vias intramunicipais de acesso às sedes distritais e localidades rurais. Passa, então, a ocorrer uma série de problemas atrelados à circulação e à mobilidade urbana e regional, atingindo tanto as áreas centrais das cidades como as periferias, os espaços de transição e as localidades rurais mais longínquas.

Como evidenciado, a acessibilidade desigual aos equipamentos sociais e às redes de infra-estrutura entre as populações das áreas urbana e rural, assim como a centralização das instituições públicas e dos serviços nos municípios mais destacados (Barreiras, Uruçuí, Limoeiro do Norte, Petrolina, Balsas) já vêm contribuindo para a aceleração desse fenômeno da urbanização. Estes se tornam ainda mais visíveis nas áreas onde a reestruturação produtiva da agropecuária concentra a propriedade da terra e diferencia as partes que compõem a região, seja nas relações de trabalho, seja na alocação de investimentos.

Deste crescimento urbano predominantemente excludente, emergem diversas questões associadas à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios trazidos pela urbanização, assim como aos conflitos e incompatibilidades de uso e ocupação do território. Isto leva ao surgimento de marcas de degradação ambientais comprometedoras das condições de habitabilidade nas diferentes escalas.

A implantação de agroindústrias dissociada de estudos de adequação do uso do solo, a presença de estabelecimentos comerciais atacadistas que remanescem nos centros, os usos institucionais considerados impactantes sobre o meio urbano (como matadouros, aterros sanitários, cemitérios) são alguns dos processos a colaborar de forma negativa para a deterioração da paisagem nas cidades do agronegócio do Nordeste

Considerações finais

Todos os argumentos supracitados nos permitem afirmar que a inserção dos espaços agrícolas do semi-árido e dos cerrados na produção e consumo agrícolas globalizados tem se dado de forma totalmente insustentável, por ocorrer com grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, além de criar muitas novas desigualdades sociais e territoriais. Dessa forma, os espaços agrícolas que se adaptam ao agronegócio globalizado, transformando-se nos pontos luminosos do semi-árido e dos cerrados nordestinos, nos quais as verticalidades passam a ser hegemônicas sobre as horizontalidades, estão deixando rapidamente de ser fruto da solidariedade orgânica localmente tecida, até então predominante, para se tornar resultado da solidariedade organizacional, comandada por grandes grupos econômicos, entre os quais sobressaem as multinacionais Cargill, Bunge e Del Monte.

A reprodução das desigualdades socioespaciais a reger a inserção dos lugares de reserva do espaço agrário nordestino nos leva a concluir, também, que os novos arranjos territoriais produtivos são meras regiões do fazer e jamais regiões do reger, para utilizar as noções apresentadas por Santos (1996, 2000), porquanto suas respectivas populações não estão conseguindo exercer nenhuma ingerência sobre os processos neles verificados. Com a dispersão espacial da agricultura científica e do agronegócio, passam a ter a possibilidade de executar, mas jamais de decidir os rumos do seu desenvolvimento. Isto é ainda mais verdade para os poderes públicos locais, obedientes ou simplesmente omissos aos ditames das empresas que estão se territorializando nestas respectivas áreas.

Conforme percebemos, são visíveis e incontestáveis as novas territorialidades nas áreas consideradas para análise, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas horizontalidades e verticalidades e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Assim, a inserção de partes do semi-árido e dos cerrados nordestinos nos circuitos produtivos globalizados do agronegócio vem acirrando a divisão social e territorial do

trabalho agrícola, com a refuncionalização dos espaços agrícolas. Entretanto se mostra incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa.

Para encerrar, reafirmamos, de fato, a reestruturação da produção e do espaço agrícolas do semi-árido e dos cerrados da região Nordeste do Brasil é uma realidade, mas, como em todo o restante do país, se dá de maneira excludente, e por ser espacialmente concentrada, socialmente seletiva, só atinge alguns segmentos econômicos e pequena parte da população, além de só vingar com amplo amparo do Estado.

Como medidas mitigadoras, urge a realização de programas de desenvolvimento baseados em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela qualidade estética, pela sustentabilidade ambiental e, principalmente, pela equidade social, que nunca existiu, seja no semi-árido, nos cerrados ou no país como um todo. Um bom começo seria substituir a ideologia do consumo e do neoliberalismo, que impede a convivência realmente solidária, pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, as quais, também, jamais existiram no país.

Como somos otimistas e temos esperança e, como acreditamos na transformação, na mudança, no novo, temos muitas saudades do futuro. Dessa forma, a exemplo de Santos, conclamamos todos para a busca de uma outra globalização, na qual não haja lugar para o globalitarismo, que globaliza a taxa de lucro, a exploração, a miséria, a exclusão social. Uma nova globalização, redigida pela esperança, a globalizar também as lutas sociais, o conhecimento, a busca pelo novo e a vontade de mudar o mundo. Acreditamos que a resistência dos homens e mulheres simples abrirá novos caminhos, guiados pela empiricização da totalidade.

Por entendermos constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o estudo apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da produção agropecuária brasileira globalizada. A análise em processo visa contribuir para avançarmos na percepção das novas relações sociais de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção agropecuária no Brasil e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também,

avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação centro-periferia, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje reinantes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas a outra globalização.

Referências

ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu (RN)**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ALBUQUERQUE, R. C. de. Viabilidade do Nordeste no século 21. *In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000. p. 353-405.

ALVES, V. E. L. **Formação territorial sul piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa**. 2000. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, M. C. de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, A. A. de. **Modernização na fronteira agrícola dos cerrados piauienses: o caso de Bom Jesus**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ARAÚJO, M. R. S. de. **Expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, (des)territorialização e os desafios para o desenvolvimento territorial: o caso do município de Bom Jesus (PI)**.

2005. Relatório de Qualificação (Mestrado) – Prodema, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 29, p. 7-36, 1997.

_____. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. *In*: CASTRO, I. E. de et al. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 73-92.

_____. A questão regional e a questão nordestina. *In*: TAVARES, M. da C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: P. Abramo, 2000.

BANCO DO NORDESTE. **Documento básico do Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste**. Fortaleza, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Brasil em Ação: relatório final**. Brasília, 1999.

_____. Ministério do Planejamento. **Avança Brasil**. Brasília, 2000.

CALDAS, A. dos S.; LIMA, N. A globalização e a agricultura periurbana de Juazeiro-Petrolina: mudanças na estrutura produtiva. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A INSERÇÃO DO SEMI-ÁRIDO LATINO-AMERICANO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL, 1998, Salvador. **Anais...** Salvador: P&A, 1998. p. 91-114.

CAMPOLINA, C. D. A nova geografia econômica do Brasil. *In*: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000. p. 303-351.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. *In*: GONÇALVES, M. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP; ANPUR, 2003.

CASTRO, I. E. de. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-324.

CAVALCANTE, E. **Geo-economia do semi-árido irrigado: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento**. 2. ed. Recife: UFPE, 1997.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA, 1997. p. 79-92.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Regional do Baixo Jaguaribe**. Fortaleza, 2004.

CERQUEIRA, P. da S. **O uso do trabalho na fruticultura: uma análise da microrregião de Juazeiro-Bahia na década de 1990**. 2004. Salvador. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Unifacs, Salvador, 2004.

CHAVES, M. L. J. **Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais**. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; Unicamp, 1985.

ELIAS, D. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Região de Ribeirão Preto (SP): o Brasil agrícola moderno. **GEOSP**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 1, p.73-83, abr. 1997.

_____. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. **Geonordeste**, Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/UFS, ano XI, n. 2, 2001.

_____. A integração competitiva do semi-árido cearense. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização excludente**. Fortaleza: D. Rocha, 2002a. p. 15-43.

_____. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002b. 366p.

_____. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp; 2003a. 480 p.

_____. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (Org.). **O território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: EGAL, 10. 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005a. p. 4475-4487. 1 CD-ROM.

_____. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, Rio Claro, SP: AGETEO, v. 30, n. 2, p. 223-239, mai./ago. 2005b. ISSN 01000-7912.

_____. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2005c. 1 CD-ROM. ISBN 857401198-3.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, São Paulo, n. 25, 2005d.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. **Dinâmica econômica e produção do espaço urbano**. Presidente Prudente: Unesp; FCT; GASPERR, 2006a.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, n. 8, p. 29-51, jan./jun. 2006b.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e**

mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

_____. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção de identidades territoriais. *In*: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996. p. 367-415.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JESUS FILHO, A. de. **Perspectivas de sustentabilidade da agricultura irrigada no pólo Juazeiro/Petrolina diante do conflito de usos de água na região**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - UNIFACS, Salvador, 2004.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R.; SILVA, S. R. da. A fruticultura e o desenvolvimento local: o caso do núcleo produtivo de fruticultura irrigada de Limoeiro do Norte (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p.38-57, jan./mar.2004.

MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. Mercado formal de trabalho no Estado do Ceará e na região Nordeste. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza, v. 1, n. 5, p. 91-101, jan./jun. 2003.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENEZES, D. de. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 3. ed. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1995.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento. **Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste**. Brasília, 1998.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária.** 2002. 225 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

MORAES, D. C. de. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos cerrados: o caso do Piauí. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 1999, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPB; Cirad, 1999. 1 CD-ROM.

_____. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense.** 2000. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Caminas, Campinas, 2000.

_____. Fala da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. **Raízes**, Campina Grande: UFCG/PPGS, v. 22, n. 1, p. 30-45, jan./jul. 2003.

MULLER, G. O núcleo do padrão agrário moderno. **SP em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 50-56, out./dez. 1988.

MUNIZ, A. M. V. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências.** 2004. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In*: ROSS, J. L. (Org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1998. p. 465-534.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

PEQUENO, R. Condição da moradia: retrato das desigualdades socioespaciais. *In*: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM,

2005. 1 CD-ROM. ISBN 857401198-3.

PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003. 343 p.

ROCHA, A. P. B. **Expansão urbana de Mossoró**: período de 1980 a 2004. Natal: EDUFRN, 2005.

SÁ, A. J. **Espaço e subordinação**: o caso de um perímetro irrigado no submédio São Francisco. 1991. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

SANTOS, C. C. M. dos. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano**: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 1980. 2000. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Os circuitos espaciais da produção. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986a.

_____. A região concentrada e os circuitos produtivos. *In*: **O centro nacional**: crise mundial e redefinição da região polarizada. São Paulo: Departamento de Geografia USP, 1986b. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS FILHO, M. (Coord.). **O processo de urbanização do oeste baiano**. Recife: Sudene, 1989.

SANTOS FILHO, M.; FERNANDES, A. A modernização do campo nos cerrados baianos. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano VIII, n. 25, p. 63-75, 1988.

SILVA, A. G. da. Nova fase do sindicalismo: os trabalhadores do Pólo Agroindustrial do Açu (RN). **Raízes, movimentos sociais no Campo**, Campina Grande, ano XVI, n. 15, p. 24-35, dez. 1997.

_____. **A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu**. Natal: CCHLA, 1992.

_____. Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, v. 2, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2001.

SILVA, A. F. da. A agricultura na região do Baixo Açu: uma retrospectiva. **Sociedade e Território**, Natal: UFRN/CCHLA, Departamento de Geografia, v. 13, n. 2, p. 25-36, jul./dez. 1999.

SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, M. M. **As transformações na produção irrigada e as desigualdades no pólo Açu-Mossoró**. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Natal, 2003.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, H. R. de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNB, v. 28, n. 4, p. 499-518, out./dez. 1997.

WEHRMANN, M. E. S. de F.; DUARTE, L. M. G. Sojicultor: agente de transformação nos cerrados brasileiros. *In*: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (Orgs.). **Dilemas do cerrado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VALENTE JÚNIOR, A. S.; ALVES, M. O. Perfil das atividades não-agrícolas no rural do pólo de desenvolvimento de agronegócios Baixo Jaguaribe: resultados preliminares. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLI., 2003. Juiz de Fora, MG. **Anais... Juiz de Fora, MG, 2003**.

As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste

Edgard Porto

Introdução

Sem pretensão de ser rigoroso nos limites temporais, muito menos de repensar a história das políticas nacionais de desenvolvimento, podemos dizer que os procedimentos dos governos no Brasil são muito diferenciados antes e depois do processo de mundialização dos fluxos socioeconômicos.

As políticas estatais do pós-guerra do final do último governo Vargas, passando pelos governos de Kubitschek e de toda a fase dos governos militares, até o final da década de 1980, apesar de apresentarem posturas diferenciadas em vários aspectos, tinham importantes traços comuns, até mesmo quanto ao seu recorte regional.

Na década de 1950, o desafio era promover a horizontalização da economia, tirando atraso na presença de meios de produção e de básicos em relação aos países desenvolvidos. Variadas e articuladas iniciativas foram tomadas para incentivar os parques industriais, os quais viabilizaram a produção de máquinas e equipamentos e a produção de bens de consumo durável. Concomitantemente foram criados os elementos de infra-estrutura de circulação, permitindo que, posteriormente, auxiliasse a descentralização da produção do Sudeste para ocupar novas regiões do Brasil, entre estas, o Nordeste brasileiro. Tal ímpeto, inserido num ambiente internacional favorável à expansão da economia mundial, induziu as políticas nacionais de desenvolvimento a lançar mão da criação de instituições gestoras regionais, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e seus incentivos fiscais e

financeiros; e a criação de empresas estatais como a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), entre outras (OHLWEILLER, 1986).

Ora, por várias razões, este esforço iria exigir a presença do Estado numa dimensão jamais vista. A principal delas é que todo aquele parque industrial nascente iria necessitar de um largo setor produtor de básicos e de uma malha de equipamentos de infra-estrutura que, no tempo, nenhum grupo privado tinha interesse ou condições – pelo porte inicial destes, diante da magnitude dos investimentos e da incerteza de retorno a curto e médio prazo (gastos em prospecções etc.) – de implantar. Diante disto, só ao Estado, que socializa custos, caberia arcar com tais ônus. Daí a emergência, em série, das empresas estatais, e da máquina técnica de planejamento, entre tantas outras funções próprias de um Estado fadado a alavancar aquela modalidade de ciclo de desenvolvimento que buscava cobrir uma larga defasagem histórica. Assim, nos termos historicamente colocados, a presença de Estado, inclusive como produtor de mercadorias, era imprescindível e insubstituível (PORTO; CARVALHO, 1990).

Com a mundialização da economia, modificam-se os processos produtivos, são modificados os procedimentos de atuação dos Estados em potencializar o desenvolvimento e tudo isso altera as políticas regionais em seus métodos e em suas capacidades de intervenção. É nesta fase que este trabalho se concentra, sem deixar de destacar e considerar nas análises o importantíssimo legado da fase anterior, o qual, sem dúvida, ainda exerce papel significativo no ambiente social, físico e econômico na atualidade brasileira.

Mas a partir dos anos 1990 o governo Collor/Itamar Franco toma medidas relativamente radicais em relação ao capital externo, e expõe a economia brasileira à competitividade internacional. Dessa forma, reduz o papel do Estado no processo de desenvolvimento, com reflexos diretos nas políticas regionais, onde foram praticamente destruídas as agências responsáveis pela sua gestão. Em continuidade ao processo de adaptação da economia brasileira aos rigores da mundialização dos fluxos, inaugura-se um novo método de atuação estatal nas políticas de desenvolvimento regional.

Baseado na constatação da importância da logística nas trocas de mercadorias entre as distintas regiões do mundo e na identificação da necessidade do Brasil em implantar uma rede de ligações intermodais para articular regiões brasileiras com regiões de outros países, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998-1999/2002) adotou uma série de políticas de desenvolvimento. Os investimentos públicos e privados foram apresentados e concatenados sob uma única visão de desenvolvimento. Nesta, a partir da logística de transporte, surgia como conseqüência uma política de desenvolvimento com significativo reflexo regional diferenciado por parcelas do território brasileiro. Assim, surgiram os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, com um modelo de gestão concentrado, prioritariamente, nos gerentes de programas e não em instituições regionalizadas (BRASIL, 1999).

Embora o governo Lula não tenha apresentado um programa nacional de desenvolvimento, articulado territorialmente e com caráter executivo; grande parte dos projetos elencados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento tenham sido incorporados no programa no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, nas prioridades e metas para 2006 e na Parceria Público Privado (PPP), e a imprensa anuncie constantemente o interesse de investidores nacionais e internacionais em projetos de corredores de transportes baseados nos seus enunciados, o tema dos eixos está incorporado na gestão Lula, mesmo com ressalvas.¹

Além disso, os estudos sobre a Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA), que significa traçar os Eixos de Integração e Desenvolvimento numa escala sul-americana, estão em pleno desenvolvimento e com apoio governamental. O governo federal oferece provas incontestes do seu apoio ao projeto IIRSA, seja pela presença do presidente Lula em suas reuniões, ou quando expõe a visão (Plano Brasil de Todos) de que

cada vez mais o destino das regiões depende de uma dimensão

¹ Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/http://www.planejamento.gov.br/>arquivos_down/sof/lei/ anexos_ldo_11178/AnexoI_Metas_Prioridades.pdf; e http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/noticias/ppp.htm>. Acesso em: 04 out. 2005.

nacional e crescentemente relacionada à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. Isto muda o enfoque do planejamento e do desenvolvimento exclusivamente nacional e implica uma estratégia de fortalecimento e de integração das logísticas de infra-estrutura na América do Sul.²

O IIRSA, como veremos mais adiante, expande espacialmente a política dos eixos a uma escala sul-americana. Portanto, como podemos concluir, a concepção dos eixos é a que, na prática, vem comandando os investimentos em infra-estrutura no país. Mais do que isso, pela sua dimensão, trata-se da política resultante no maior impacto regional no Brasil e em toda a América do Sul.³

Entretanto, concomitantemente a isso, o programa oficial de desenvolvimento regional, apresentado publicamente pelo governo federal, traz uma concepção muito diferenciada, tanto em conceito quanto nos impactos sobre as distintas parcelas do território nacional.⁴

Este trabalho de pesquisa faz uma avaliação crítica sobre os dois conceitos de política regional para o Brasil e seus efeitos para o Nordeste brasileiro, e aborda o problema em quatro momentos. Nesse intuito, metodologicamente, observaremos os dados e as justificativas contidas nos discursos oficiais, e também levaremos em consideração os relatórios de estudos prospectivos elaborados para os ministérios e órgãos de governo que deram origem aos projetos finais, assim como identificaremos as ações que efetivamente estão sendo realizadas. Neste último caso, o comportamento traduzirá as políticas possíveis de ser absorvidas pela realidade, seja em decorrência de maior ou menor indução estatal, isto é, pelo descompasso entre a realidade socioeconômica e o planejamento governamental. Dessa forma, o propósito é reconhecer as intenções estratégicas fundamentais e as

² Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=5>. Acesso em: 4 out. 2005.

³ Disponível em <http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/L/lb04_cartera_de_proyectos_iirsa_2004/lb04_cartera_de_proyectos_iirsa_2004.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: 4 out. 2005.

⁴ Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programas/index.asp>>. Acesso em: 4 out. 2005.

transformações exigidas pelo ambiente político partidário – que podem servir apenas para a construção de discursos, razão pela qual se torna indispensável a aferição da sua efetiva execução.

A seção inicial traz duas análises significativas e que vão fornecer suporte teórico para as considerações críticas desenvolvidas nas seções seguintes. A primeira análise expõe uma visão do papel do recorte territorial de um plano de desenvolvimento e a segunda explica e justifica a importância da integração regional pela logística de transportes.

Na segunda seção discutimos o modelo de integração oriundo da política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, buscando identificar o quanto ele ainda está presente na atualidade.⁵ Comentamos sobre os princípios ou base para a escolha do modelo de indução nacional do desenvolvimento (com base nos eixos) e os rebatimentos das suas políticas e projetos sobre as distintas regiões brasileiras, com ênfase para o Nordeste do país.

Na seção seguinte, nossa discussão se volta para desvendar a verdadeira política regional brasileira e seus resultados sobre a realidade. Neste momento relacionamos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), posta recentemente à discussão pelo governo federal, com os investimentos previstos pelos projetos de logística dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento, compreendendo suas convergências e divergências e suas repercussões sobre o território nacional, em particular sobre o agronegócio e os setores mais destacados do Nordeste brasileiro.

Concluimos com comentários sobre as tendências do desenvolvimento regional brasileiro e seus reflexos sobre o Nordeste, avaliando as possibilidades diferenciadas de repercussão regional das políticas dos eixos e o PNDR. Tudo isso ancorado por uma abordagem teórica que explica as características atuais dos movimentos de mundialização dos fluxos socioeconômicos.

⁵ Ver relatórios apresentados pelo Consórcio Brasileira ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e ao Ministério do Orçamento e Gestão do governo federal, durante o ano de 1997: Sumário Executivo do Relatório Final, Caracterização e Análise dos Eixos; Visão geral de tudo; e Seminário de Salvador.

A dispersão da produção em escala mundial e a integração pelos meios de comunicação

Nexo da sociedade capitalista

Ao falarmos do Nordeste do Brasil ou do próprio país, estamos necessariamente entrando na área do desenvolvimento regional, ou seja, carecemos entender claramente qual o papel do recorte regional para a compreensão e indução do desenvolvimento socioeconômico. É importante salientar tal aspecto, porquanto é comum se restringir o desenvolvimento regional a simples políticas de compensações regionais, de tratamento a desigualdades regionais ou aspectos correlatos. A visão regional é um recorte para compreender e para intervir no processo de desenvolvimento, naqueles aspectos a serem observados sob a ótica do espaço, entendido como a interação entre os fluxos socioeconômicos e determinada territorialidade (PORTO, 2004). Inicialmente daremos particular destaque a este ponto porque ele é a base teórica da análise sobre os planos estatais dos últimos governos.

Para isso precisamos compreender três aspectos marcantes e associados na sociedade capitalista.

O primeiro refere-se às características da produção capitalista – e suas exigências diferenciadas por cada situação – na utilização de vias, redes de infra-estrutura, equipamentos de apoio etc. Há sempre um adensamento desigual de fluxos socioeconômicos de alguns desses elementos, ao serem utilizados por variados momentos da produção, por variados processos produtivos, em tempos distintos. Isso vai favorecer a utilização mais intensa de uns meios de circulação do que de outros, resultando em territórios com usos e ocupações diferenciados. Sob este aspecto, o desenvolvimento regional é desigual em razão da estrutura da sociedade e não é só porque governos locais assim o fazem em que pese estes governos tenham capacidade de potencializar ou não os processos e seus resultados.

O segundo aspecto a ser ressaltado é o relacionado à rotatividade do capital. O tempo decorrido pelo somatório dos momentos da produção e da circulação reflete-se no valor da produção em um dado período de trabalho.

Desse modo, caso duas empresas tenham tempo de rotação do capital diferente, a que trabalhar com menor tempo terá maior valor de produção em dado período. O capital fixo (máquinas, matéria-prima, equipamentos, materiais auxiliares etc.) possui sempre um tempo maior de rotação do que o capital circulante (edificações, salários, consumo de energia, água, combustíveis etc.), ou seja, os investimentos com maior porte em capital fixo têm seus retornos mais lentos. Isto pode ser um dado importante para as análises do comportamento das empresas nos nossos dias e para a compreensão de suas localizações territoriais (PORTO, 2004).

O terceiro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de que o Estado aparece com expressiva contribuição, qual seja, a de adiantar o capital investido em elementos espacializáveis do capital fixo público, a exemplo das vias de circulação, redes de infra-estrutura etc., cujas qualidade e presteza irão favorecer para aumentar a velocidade da circulação geral, tanto de mercadorias, quanto de pessoas. Em tese, os recursos para esses investimentos estatais advêm do setor produtivo e retornam a ele em forma de valor, sempre privilegiando alguns setores e determinados espaços. Tal procedimento, de caráter político – não necessariamente partidário, é que vai limitar ou induzir as possibilidades de desenvolvimento de regiões ou de seus subespaços.

Produção flexível

Mas para se tornar possível entender os resultados espaciais dos movimentos socioeconômicos nos dias atuais, é indispensável, antes de qualquer análise, entender claramente os processos ocorridos na realidade mundial e em que medida isso difere do ciclo anterior ou, como parece ser unânime afirmar, a fase da produção fordista ou da sociedade industrial (HARVEY, 1996; CHESNAIS, 1998).

Há dois processos significativos e estruturantes para a compreensão da realidade atual, os quais se tornam indispensáveis para a discussão do desenvolvimento regional: a reestruturação da produção e a criação de fluxos financeiros livres de fronteiras⁶, quase desterritorializados. Ambos acontecem numa escala mundial, articuladamente, porém trazem resultados espaciais diferentes.

A atual “produção flexível”, que superou a fase fordista, é o resultado de uma reestruturação do processo de produção, em todos os seus momentos, na busca de elevar a valorização geral do capital. Isso se verificou, fundamentalmente, no momento da produção, nas relações entre o capital e o trabalho (TEIXEIRA, 1995); na elevação da rotatividade do capital e no papel da instituição (estatal ou privada) capaz de adiantar os custos de investimento em capital fixo e até em capital circulante.

Uma alteração significativa para todo o novo processo de produção foi a repartição do momento da produção em vários processos, separados em suas fases, em subprodutos, os quais se complementam para formar um novo subproduto ou uma nova mercadoria. O esquema do momento da produção possui as mesmas características de antes; agora, no entanto, esses momentos que podiam ser realizados em uma única unidade de produção de uma empresa passam a ser realizados em várias unidades, em várias empresas, próximas ou distantes milhares de quilômetros umas das outras. Isso gerou o sentimento da mundialização do capital, conforme comenta Mézáros (2000).

Houve uma criativa e marcante repartição dos investimentos em custo fixo e até em custos de circulação, aqueles que têm menor rotatividade e, portanto, atrasam o processo de reprodução social. A administração e o controle estratégico de uma série de unidades de produção foram centralizados, enquanto as próprias unidades ganharam a possibilidade de se descentralizar. Isso foi permitido por várias razões: primeiro porque os avanços tecnológicos propiciaram a operação da produção com máquinas e equipamentos modernos, intensivos em capital, excludentes em mão-de-obra, cujos custos iniciais são comparativamente menores do que os custos sociais crescentes em mão-de-obra; em segundo lugar, sem ordem de hierarquia, vieram os avanços na informática que criaram novos canais de controle da utilização das máquinas e equipamentos e possibilitaram a circulação de informações pelas novas vias de comunicação; e em terceiro lugar, os meios de transportes aéreos, terrestres, hidroviários e marítimo/fluvial se interconectaram em sistemas intermodais, capazes de ajustar sincronizadamente o tempo do transporte das mercadorias a grandes distâncias e, com isso, rebaixar

⁶ Como a questão dos fluxos financeiros apresenta relativamente pouca interação quantitativa com o objeto desta análise (Nordeste brasileiro), embora dele não esteja dissociada, optamos por concentrar as análises no processo de reestruturação da produção.

os custos por unidade/produto, principalmente para as cargas de menor valor agregado.

A repartição do processo anterior de produção, ao descentralizar subprocessos, também repartiu atividades de apoio que se transformaram em serviços e se deslocaram para fora das próprias unidades parciais e descentralizadas de produção, algumas se reconcentrando nas maiores metrópoles mundiais (SASSEN, 2003).

Nessas condições de repartição da produção e dos processos contidos em cada unidade de produção, aparece um resultado espacial importante. Esse conjunto de pequenas unidades, que relativamente resulta em pequenos valores relativos de taxa de lucro, embora traga melhores resultados em determinado tempo, em razão da elevação da sua rotatividade, se espacializam sob os mais variados critérios de localização. Em determinadas situações elas devem ocorrer em aglomerações e em outros casos de forma dispersa em algum local do planeta.

Isso não quer dizer que a espacialização deixou de ter um nexos, uma lógica geográfica. A produção flexível permitiu algumas unidades se deslocarem para novos territórios, mas, no geral, algumas áreas históricas em concentração das unidades de produção fordista ainda são líderes na produção industrial e nas trocas comerciais em escala mundial.

Se analisarmos as tendências de crescimento do PIB industrial mundial entre 1988 e 2000, podemos afirmar existir uma tendência à descentralização de unidades industriais para países da Ásia – que poderá estar sendo a área industrial mais forte do planeta – África, Oriente Médio e América Latina. Do ponto de vista da produção industrial, a Europa e a América do Norte estão tendendo a reduzir suas participações relativas mundiais, apesar de ainda serem os países líderes nessa produção (CASTELLS, 1999a) (Tabela 1).

Há uma tendência de que a lógica da maioria das unidades de produção, no geral e em todos os segmentos, contenha em seus mecanismos de localização uma proximidade com outras unidades. Entretanto as atrações ou necessidades de cada uma delas são diferenciadas em virtude das suas características de produção e de circulação: porte, relações com os fornecedores de insumos, com os compradores dos seus produtos e

com os elementos de infra-estrutura e ambiência socioeconômica das suas proximidades. Em cada caso, as exigências locais dão um peso maior ou menor a cada um desses fatores. Isto, a princípio, não pode previamente determinar a liderança de um deles.

Tabela 1 – Participação por região da produção industrial mundial: projeções para o ano 2000 (%)

Essas fraturas do capitalismo geram uma espacialidade instável. Ela busca dirimir seus entraves como o enxugamento espacial, que lhe apresenta rugosidades importantes para reduzir suas taxas de lucro. Tais problemas submetem as mais variadas regionalizações a problemas de adequação constante e a reespacializações gradativas.

Por mais paradoxal que pareça, o enxugamento do “chassi” da

PAÍSES E CONTINENTES	ANO	
	1998	2000
América do Norte	23,4	18,0
África e Oriente Médio	1,7	2,7
América Latina	3,0	4,6
Europa Ocidental	27,3	24,6
Europa Oriental	17,6	15,2
Outros países asiáticos e oceânicos	4,9	8,0
Região da Ásia desenvolvida	22,1	26,2

Fonte: Castells (1999a, p. 127), citando cálculos do CEPII a partir do modelo Industrie 2000 e das bases de dados CHELEM e PIM.

economia veio acompanhado da sua expansão em escala mundial, de maneira que algumas unidades de produção tendem a se descentralizar para fora da tríade (América do Norte, Europa Ocidental e Ásia), enquanto outras tendem a se reconcentrar em torno de algumas cidades mundiais. Trata-se de um movimento de expansão e retração territorial, de descentralização regional e de concentração econômica, que pulsa cada vez com maior velocidade e vem trazendo significativas alterações na territorialidade do desenvolvimento mundial. Uma dessas alterações é, sem dúvida, a tendência de maior heterogeneidade regional do desenvolvimento, como podemos observar nas análises a seguir, quando teremos a oportunidade de confrontar uma abordagem teórica com políticas efetivamente elaboradas para o Brasil

(PORTO, 2004).

A política dos eixos e seus reflexos regionais

Nesta seção pretendemos avaliar criticamente os princípios ou as bases para a escolha do modelo de indução nacional do desenvolvimento (com base nos eixos) e os rebatimentos das suas políticas e projetos sobre as distintas regiões brasileiras, com ênfase para o Nordeste do país.

A política nacional de desenvolvimento do governo Fernando Henrique Cardoso foi apoiada, de maneira geral, nos estudos denominados de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, os quais, em síntese, significavam:

um corte espacial efetuado com objetivos de planejamento com vistas à integração e ao desenvolvimento sustentável, organizado em torno de uma rede multimodal de transporte, e apresentando possibilidades de estruturação produtiva interna, que define a sua inserção em um espaço mais amplo (nacional ou internacional).⁷

Trata-se de uma metodologia com forte recorte territorial para a identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados “que estimulem o desenvolvimento econômico e social do país” (Ibid). Com tal objetivo, o estudo expõe os projetos em infra-estrutura econômica (transportes, energia e comunicações), desenvolvimento social e informação e conhecimento, com vistas à elaboração do PPA 2000-2003.

Entretanto, reconhecemos, a idéia central dos eixos está na identificação de corredores principais de circulação de mercadorias do país, diretamente articulados com as áreas produtivas, responsáveis no seu conjunto por grande parte da produção econômica brasileira. Tais corredores e áreas de produção constituem uma espacialidade que representa o recorte territorial

⁷ Ver relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa Brasil em Ação, Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, Identificação de Oportunidades de Investimentos Públicos e/ou Privados, Sumário Executivo do Relatório Final, Caracterização e Análise dos Eixos, tomo V – São Francisco, p. 1, Consórcio Brasileira. Tais estudos deram subsídios para o Projeto Brasil em Ação, referência para o PPA 2000-2003.

principal do projeto dos Eixos de Desenvolvimento. Sob este aspecto, os eixos constituem uma política de desenvolvimento regional. E é esta parcela mais importante dos estudos que devemos considerar para as nossas análises, por serem elas ainda apresentadas como oportunidades de investimentos públicos e privados.

Alguns aspectos a dar suporte aos trabalhos dos eixos devem ser ressaltados, pelo menos aqueles que ajudam a construir o raciocínio deste trabalho, o que vai demonstrar uma amplitude significativa das suas estratégias nacionais e internacionais, de forma articulada sobre os grandes negócios, embora, no final, o foco tenha sido apurado na direção da integração pela logística, pois, entre estes aspectos, sobressaem:

- a) contava-se com uma elevação do “comércio internacional, principalmente de bens de maior conteúdo adicional, mas concentrado em alguns blocos de países” e que os fluxos comerciais viessem a se expandir com taxas mais altas do que a renda mundial e que o Brasil viesse a manter um ritmo acelerado de crescimento equilibrado, o mesmo ocorrendo com a economia mundial (BAHIA, 2001);
- b) conforme adotado, deveriam ser incentivadas as relações de comércio exterior brasileiro com o recém bloco do Mercosul. Isto deu um foco importante nas relações entre as áreas do Sudeste brasileiro e a região de Buenos Aires;
- c) segundo identificou-se, a tendência da espacialização da economia brasileira era fortalecer o crescimento da produção agrícola de corte moderno na direção do Centro-Oeste e essa nova produção iria constituir “matéria de importância para a economia do país, tanto no aspecto do abastecimento interno como do comércio exterior”;
- d) também era explícita a idéia de que passava a ser estratégica a implantação de um sistema de transporte capaz de rebaixar os custos de circulação interna para integrar as novas regiões produtoras aos mercados consumidores do Brasil e de outros países, tornando assim os produtos competitivos em escala internacional;
- e) teve-se a consciência de que o modelo de transportes no Brasil carecia de uma profunda reformulação, passando de um sistema

baseado no modo rodoviário para um sistema multimodal, onde tais investimentos poderiam ser indutores dos mercados existentes e da criação de novos mercados, além de possibilitar o surgimento de novos investimentos no setor produtivo nas áreas de influência desses novos corredores de circulação;

f) com base em estudos (BRASIL, 1997) que projetaram o crescimento da produção para o ano de 2000 e 2020 – notadamente cimento, arroz, milho, soja, farelo de soja, óleo, trigo, fertilizantes, minério de ferro, gasolina, óleo diesel e álcool –, e passível da utilização do transporte multimodal, foram identificados os corredores mais importantes (2000), quais sejam:

- 1) Corredor Rio Grande, que engloba, principalmente, as trocas de fluxos de granéis agrícolas entre o extremo Sul do Brasil, o Uruguai e o Norte da Argentina, com exportações pelos portos de Porto Alegre e Rio Grande;
- 2) Corredor Paraná/Santa Catarina, englobando a produção de granéis agrícola, principalmente farelo de soja, entre parte da região Sul e parte do Centro-Oeste brasileiro pelos portos de Paranaguá e São Francisco;
- 3) Corredor São Paulo, envolvendo parte da produção industrial, fertilizantes e granéis agrícolas do Estado de São Paulo e parte dos Estados do Centro-Oeste do Brasil pelo porto de Santos;
- 4) Corredor Centro-Leste, responsável por exportações de alguns grãos, envolvendo a produção do Espírito Santo, Minas Gerais e alguns Estados do Centro-Oeste do Brasil pelo porto de Tubarão, em Vitória;
- 5) e o Corredor do Nordeste, considerado como de consumo de produtos industriais produzidos principalmente no Sudeste brasileiro, embora absorva também parte da produção de grãos e farelo de soja produzidos no oeste da Bahia e sul dos Estados do Piauí e Maranhão;
- 6) para o ano 2020 este sistema poderia vir a ser ampliado, e incorporar também possíveis corredores da Amazônia, mediante utilização da hidrovía Madeira-Amazonas, articulando-se com o sistema do Centro-Oeste.

Em síntese, tais corredores esboçavam uma estrutura possível de circulação de mercadorias no Brasil, tanto referente à espacialização da economia historicamente desenhada durante várias décadas – centradas no Centro-Sul do país –, como também àquela que mais recentemente se desloca para o Centro-Oeste brasileiro. Tal movimento é atestado pelo incremento nas taxas de participação regional no PIB nacional, onde entre 1985 e 2002 o Nordeste sofreu redução de 14,1% para 13,5%, enquanto o Centro-Oeste cresceu de 4,8% para 7,4%, a região Norte de 3,8% para 5,0%, a região Sul permaneceu estável em 17% e o Sudeste caiu de 60,2% para 56,3%, embora tenha qualificado sua produção.⁸

A força dessa espacialização e das suas tendências parece ter dado ânimo para serem os eixos montados, acrescidos de outros investimentos em energia, comunicações, equipamentos e vias de escoamento, tudo desenhado sob medida para um modelo espacial de desenvolvimento cujas bases já estavam assentadas há tempos e que prosseguia expandindo-se também de forma concentrada economicamente, apesar de tendências à descentralização espacial.

Tal espacialidade é resultante de imbricadas relações entre as unidades de produção nacional e seus mercados, no âmbito nacional e internacional, sempre em busca da redução de custos de circulação das mercadorias, principalmente de baixo valor agregado. Enfim, esse tem sido um diferencial significativo para a competitividade internacional.

Como tal, essa espacialidade foi potencializada, hierarquizada em porte e diferenciada por funções. A “Rótula”, representada por parte da região Sudeste, embora com maior significado em São Paulo, concentra e articula os fluxos nacionais de mercadorias, serviços e informações, via corredores descritos, e fica responsável pela maioria das trocas com outras regiões do Mercosul e de outros blocos econômicos mundiais. É uma espécie de modelo concêntrico, cujo ponto central irriga e é irrigado por caminhos mais densos da circulação dos fluxos socioeconômicos nacionais.

⁸ Disponível em: <http://sei/pib/nacional/xls/part_grandes_regioes.xls>. Acesso em: 4. out. 2005.

O Nordeste do Brasil – onde estão localizados os eixos do São Francisco e Transnordestino – dentro do sistema nacional, opera com uma densidade de fluxos e com um porte de investimentos considerado periférico no país, uma espécie de mercado consumidor estacionário, relativamente a outras regiões, e com pequena capacidade de atração de novos investimentos em unidades produtivas de corte moderno, além de apresentar os mais baixos índices de desenvolvimento social.

Quando analisamos os eixos propostos para o Nordeste, um fato importante é ressaltado: há uma contradição visível entre o método de identificação dos eixos de circulação lineares e com capacidade de atrair investimentos no seu entorno e a espacialidade dos eixos, do ponto de vista formal e bidimensional, para compor manchas que completam todo o território nordestino.⁹

Os projetos mais significativos responsáveis pela lógica dos eixos de concentração atual e futura de fluxos socioeconômicos são as rodovias BR-116 e BR-101, a hidrovia do São Francisco e a ferrovia Transnordestina, essas últimas formando um circuito integrado de ligação entre o Sudeste e grande parte do Nordeste. Quando se esperava que fossem apresentados os efeitos diretos que tais corredores poderiam trazer sobre o desenvolvimento regional, de forma territorialmente localizada por manchas, e quais as intervenções necessárias para cada caso, é exposta uma listagem de intervenções que constituem o “portifólio de investimentos”, classificados em quatro grandes áreas: infra-estrutura econômica, desenvolvimento social, informação e conhecimento e meio ambiente. Tais investimentos, afóra os investimentos em transportes, são generalizados para uma territorialidade (divididas entre os eixos São Francisco e Transnordestino) que não se coaduna espacialmente com os eixos de circulação principais mas parecem responder às demandas generalizadas por todos os cantos da região nordestina.

Evidentemente tal conduta pode ser explicada por variados motivos, desde conflitos metodológicos não identificáveis pela equipe, até por respostas a fortes e diversificadas pressões políticas por inclusão de projetos

⁹ Foi excluído o Estado do Maranhão dos eixos considerados nordestinos e incluído no Eixo Araguaia-Tocantins.

ou montante de recursos. Para este trabalho, mais importa a identificação dos conflitos do que explicá-los ou dirimi-los. Mesmo porque é de difícil aferição a contestação do que foi realmente executado pelo PPA 2000-2003 e o que foi projetado pelo Brasil em Ação, principalmente no referente às questões sociais e sobre os projetos de menor porte de recursos e disseminados por distintos pontos da região. Conforme sabemos, embora os grandes investimentos não tenham sido realizados, ainda continuam em pauta, alguns com alterações, como é o caso do traçado da ferrovia Transnordestina.

Entretanto, há um fato essencial evidenciado pelo estudo dos eixos, normalmente pouco considerado em trabalhos similares realizados mais recentemente. Trata-se do recorte territorial que apresenta claramente as possibilidades diferenciadas de parcelas do território nacional em inserir-se no processo de desenvolvimento em escala mundial.

Vistas sob a ótica do mercado, as tendências da espacialização do desenvolvimento realçam as desigualdades regionais, tanto na escala nacional quanto na escala da região considerada Nordeste brasileiro. Contudo expressam claramente um método de atuação regionalizada, pois se espera que o entorno dos eixos possa atrair novos investimentos e adensar ainda mais os caminhos dos fluxos mais importantes.

Um aspecto marcante, entre outros, deixou de ser observado pela metodologia dos eixos: o Nordeste brasileiro, como é oficialmente considerado, não é uma região homogênea, nem, tampouco, pode se restringir suas potencialidades apenas sob a ótica do “modelo eixos”. Como vimos, a economia mundializada utiliza hoje procedimentos de descentralização espacial de algumas unidades de produção, de alguns setores que podem encontrar maior lucratividade em certos pontos do território mundial. São estratégias de empresas ou conglomerados de empresas mundiais passíveis de uma lógica diferenciada das estratégias nacionais, tal como ocorreu com o caso da Ford na Bahia. São situações que tiram proveito de localizações estratégicas para o mercado mundial, para um determinado produto ou uma cadeia produtiva específica. São peculiaridades só identificadas em análises focadas em setores e por recortes regionais específicos. Isso escapou da metodologia dos eixos e pode ter deixado de fora algumas potencialidades do Nordeste brasileiro, se levarmos em conta a ótica metodológica do Brasil em Ação.

Mais um fato merece ser salientado: o IIRSA. A condição de liderança política e econômica do Brasil na América do Sul é incontestável, mesmo se não tiver sido explorada com a mesma intensidade por todas as gestões governamentais mais recentes. A economia brasileira representa 52,2% da economia da América do Sul, onde o país em segundo lugar, Argentina, participa com apenas 13,7%.¹⁰ Apesar disso, nunca houve uma tentativa organizada de formulação de um plano de desenvolvimento nessa escala territorial, pelo menos de maneira mais coordenada, do ponto de vista da identificação conjunta dos investimentos espacialmente prioritários. Tal investida iniciou-se na reunião de presidentes de países da América do Sul, realizada em Brasília, em agosto de 2000, quando se discutiu a possibilidade da montagem de uma espécie de eixos de desenvolvimento de integração da América do Sul (BAHIA, 2001).

Tal processo vem se desenvolvendo desde essa época. A partir de então, foram realizadas seis reuniões de ministros de transportes, energia e telecomunicações dos doze países, com o intuito de promover a infraestrutura regional em um marco de

competitividad y sostenibilidad crecientes, de forma tal de generar las condiciones necesarias para alcanzar en la región un padrón de desarrollo estable, eficiente y equitativo.... Estava montada a Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana – IIRSA (Iirsa, 2004, p. 3).

Se analisarmos os objetivos e produtos da IIRSA, podemos constatar que eles se coadunam perfeitamente com os objetivos gerais dos eixos, principalmente no relacionado ao portfólio de investimentos em infraestrutura de transportes e comunicações, tendo como diferença básica a escala da sua realização.

Em síntese, foram criados dez eixos sul-americanos, pelo menos seis dos quais articulados de forma complementar com os eixos nacionais, e os

¹⁰ Disponível em: <http://sei/pib/outros_paises/xls/continente_americano.xls>. Acesso em: 4. out. 2005.

outros quatro, mesmo indiretamente, promovem interações importantes (Figura 1).

Nesse sentido, algumas conclusões merecem destaque.

Em primeiro lugar, existem convergências entre os conceitos de eixos com base na circulação de mercadorias articulada a áreas de produção e de mercado, entre os projetos do Brasil e o sul-americano, o que parece indicar reforço à política brasileira dos eixos nos seus aspectos de investimentos em corredores de infra-estrutura de transporte. Entretanto, hoje não há menção pública em reconhecimento a essas políticas, embora seja anunciada constantemente a intenção de implantar projetos enquadrados nessa lógica

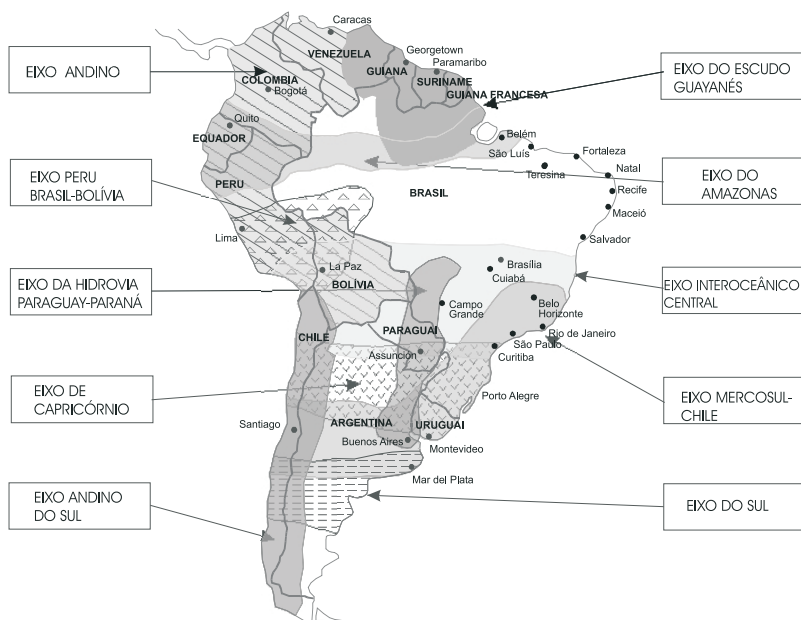


Figura 1 – Mapa dos eixos de integração e desenvolvimento da América do Sul

Fonte: Trabalhada sobre mapa do IIRSA.

dos eixos, conforme veremos mais adiante.

Independente da forma ou das idiosincrasias políticas, a realidade econômica mundial e as articulações para fomentar a política da América do Sul estão induzindo os “caminhos” para os investimentos e eles trarão reflexos significativos nas distintas regiões brasileiras.

Em segundo lugar, conforme fica explícito, a região Nordeste do Brasil continuará sendo um corredor de consumo, praticamente isolada de outras regiões do Brasil, afora com a “Rótula”, como também parece que será por essa “Rótula” que o Nordeste poderá se articular com as outras regiões da América do Sul. De outra forma, como tudo indica, a falta de corredores Leste-Oeste na altura da região nordestina a faz dependente (e assim parece continuar) dos fluxos articulados pelo Sudeste do Brasil.

Em terceiro lugar, a estrutura dos corredores sul-americanos parece dar ainda maior consistência ao modelo de concentração espacial da economia brasileira na “Rótula”, e também fortalecer a ampliação da capacidade de sucção dessa “Rótula” em face de outras regiões do Brasil e da América do Sul.

A política regional oficial e a política dos eixos

O maior objetivo do PNDR é reverter as desigualdades regionais mediante exploração das potencialidades endógenas da diversidade ambiental, socioeconômica e cultural brasileira.

Apesar de reconhecer as tendências do recente desenvolvimento mundial de elevar as desigualdades regionais, de concentrar a capacidade de investimento em alguns conglomerados e de reduzir a capacidade do Estado em promover o desenvolvimento, o PNDR advoga a necessidade cada vez maior de minorar tais efeitos negativos (BRASIL, 2005).

Os levantamentos realizados (principalmente quanto aos aspectos sociais, associados à renda – tempo de estudo por faixa etária, grau de urbanização, e percentual de rendimento/habitante em relação à média do Brasil) mostram um quadro de dois Brasis: as carências significativas das

regiões Norte e Nordeste e uma relativa capacidade de desenvolvimento socioeconômico no Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ao se aplicar critérios de identificação por Mesorregiões Geográficas do IBGE, por renda baixa e pequena variação recente do PIB, o PNDR identifica algumas manchas vistas como prioritárias para os investimentos governamentais voltados para reduzir a pobreza. O conjunto dessas áreas representa

23% do território nacional e apenas 8,4% da população, o que implica numa densidade demográfica baixa, próxima de sete habitantes por km². O grau de urbanização é de 50%. No conjunto, sua participação no PIB nacional é insignificante, algo em torno de 1,7% (BRASIL, 2005, p. 48) (Figura 2).

A gestão apresentada ocorre a partir de instituições governamentais que articulariam programas nacionais diversos, em “múltiplas escalas”, utilizando a regionalização recém-comentada e as Mesorregiões, a Região de Fronteira, o Semi-Árido e a divisão regional tradicional: Nordeste, comandadas pela Sudene; Norte, pela Sudam; e Centro-Oeste, sob a responsabilidade da Sudeco (BRASIL, 2005).

Nitidamente o método do PNDR é composto por uma associação entre o foco das áreas mais pobres, delimitada de forma a identificar homogeneidades nesse critério e uma gestão pública, embora não seja explicitada a articulação institucional, pelo menos em forma de modelos específicos de fomento ao programa. Além disso, não ficam claros o caráter e as articulações entre as intervenções e as múltiplas escalas.

Ideologicamente o PNDR se concentra em elevar as condições das áreas de menor dinamismo econômico e em reduzir os níveis de pobreza da sua população. Com esta finalidade, trabalha sobre pequenas e médias unidades de produção localizadas em territórios definidos com limites rigorosos, embora compreenda três níveis de escala: micro, meso e macrorregiões. É uma postura clara de desenvolvimento endógeno e com fortíssima participação estatal na condução das intervenções e indução ao desenvolvimento.

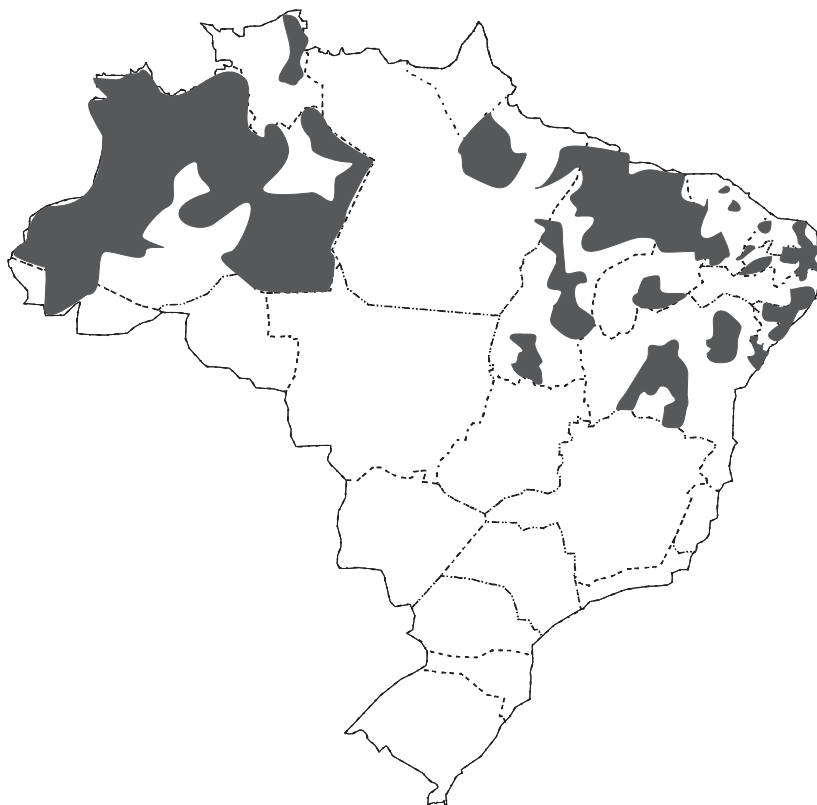


Figura 2 – Manchas de pobreza do PNDR e mesorregiões

Fonte: Trabalhada sobre mapa do PNDR.

A concepção de desenvolvimento e, por conseguinte, a abordagem metodológica da política dos eixos e a do PNDR são completamente diferenciadas. Isto traz resultados díspares no porte dos investimentos, na abrangência espacial das ações e nos resultados sociais. Ambas, porém, são políticas regionais.

Ao mesmo tempo, as concepções dos eixos trabalham identificando as tendências mundiais, seus reflexos sobre o território e as articulações. Ao potencializar os fluxos socioeconômicos, há uma tendência de fomentar regiões com capacidade de inserir-se no mercado internacional de forma competitiva. Ademais, os investimentos são estimulados para haver uma associação espacial entre as intervenções públicas e privadas, com uma gestão de visão empresarial.

Parecem, à primeira vista, concepções antagônicas e posturas de desenvolvimento que caminham para lados opostos. Mas a realidade dos fatos tende a demonstrar não ser isso tão verdadeiro. Podem ser ações com condições efetivamente diferenciadas de alterar o panorama regional brasileiro. A questão é identificar quais e em que medida isso pode vir a acontecer.

Tendências do desenvolvimento regional brasileiro e os reflexos sobre o Nordeste

Se observarmos as intenções de investimentos anunciados pelo governo Lula para o Brasil, via PPI¹¹, constataremos que a ênfase é dada à infraestrutura como propulsora da recuperação econômica nacional, notadamente nas áreas de telecomunicações, energia, transportes e equipamentos de apoio: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Espera-se que a iniciativa privada assuma a maior responsabilidade por esses investimentos, mas “alguns ficarão a cargo do setor público”. Sob tal ótica, os maiores investimentos, com capacidade de estruturar o espaço brasileiro, terão uma abordagem de mercado compatível com a lógica dos eixos, porquanto as prioridades de investimentos estarão necessariamente atreladas à viabilidade econômica e financeira, ou seja, maior carregamento atual e maior perspectiva de incremento no futuro. O porte e a capacidade de irradiação espacial de tais investimentos, caso realmente eles sejam realizados, terão significativa capacidade de alterar o cenário regional brasileiro e provavelmente com uma intensidade muito superior à do porte dos investimentos pensados para o recorte das Mesorregiões e das áreas de

¹¹ Ver Plano Prioritário de Investimentos (PPI) - (Projeto Piloto: Relatório de Progresso n. 1), Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, DF, Brasil, março de 2005 (Mimeo).

pobreza do PNDR.

Como evidenciado, o método de intervenção do PNDR possui expressivas limitações para atuar sobre a realidade dos fluxos socioeconômicos em escala mundial, com grande competitividade, com intensa rotatividade, inclusive espacial, e com imensa capacidade de elevar disparidades socioeconômicas. Por sua vez, do ponto de vista da ideologia da sociedade capitalista, os procedimentos adotados pelos eixos são mais “adequados” aos interesses da realidade atual, da fase da produção flexível.

Algumas justificativas sobre as possibilidades e os limites diferenciados dos dois métodos de intervenção residem no entendimento teórico da lógica da realidade atual. Do ponto de vista da economia, o formato regional da fase da produção flexível é constituído por subespaços e pontos no território, articulados, na maioria das vezes, com maior intensidade com outros subespaços e unidades de produção localizadas a grandes distâncias (Figura 3).

Segundo Haesbaert (2003), a atratividade entre unidades de produção, que constroem a identidade de dada região, ficou mais tênue, mais afrouxada, com laços menos fortes, porém ainda presente e realçada por alguns elementos de articulação, o que não permite levar ao extremo da desterritorialização geral.

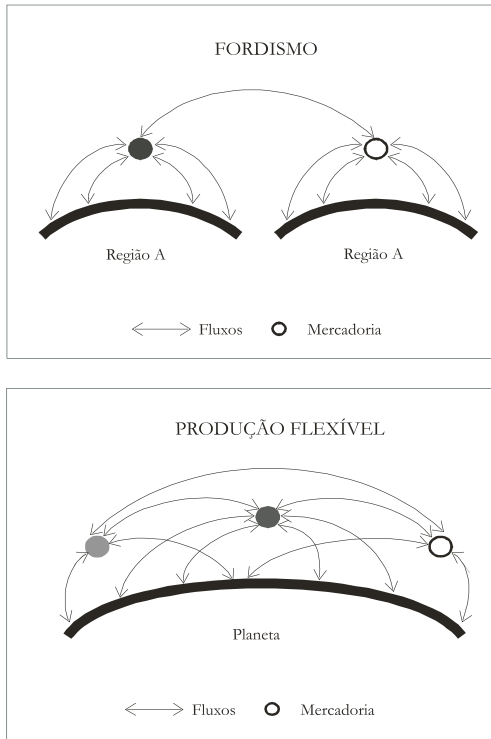


Figura 3 – Esquema de regionalização no fordismo e na produção flexível

Fonte: Porto (2004, p. 231).

Como resultado disso, os novos formatos regionais são mais difíceis de serem identificados, por serem mais amplos na descentralização das unidades e mais enxutos na circulação de capitais, mercadorias e pessoas. As atividades urbanas também se descentralizaram e formaram subcentros que se articulam entre si, mas, sob outro ponto de vista, cada um deles forma outras tramas de articulação com outras subáreas de outras cidades, com maior intensidade do que com áreas da própria região. A cultura local (regional) deixou, relativamente, de ter a forte presença na formação dos ambientes econômicos, porém participa de forma resistente com laços menos intensos. Sob este aspecto, apesar de limitações, estão presentes algumas possibilidades de atuação do método adotado pelo PNDR,

embora isso não tenha porte para ser entendido como uma política nacional de desenvolvimento regional e sim como recortes regionais para traçar desenvolvimentos localizados territorialmente.

É preciso, no entanto, atentar para o fato de que as desigualdades entre as regiões, dominantes na fase fordista do desenvolvimento, ampliaram-se para desigualdades intensas também dentro das regiões, das metrópoles e das cidades. Ou seja, a identificação das manchas de pobreza do PNDR representa as áreas com homogeneidade de renda (8,4% da população), mas pode não ter capacidade de assegurar resultados sobre o volume relativo de famílias pobres objeto das intervenções.

Como os serviços demandados pelo setor produtivo tendem a se reconcentrar numa rede de cidades, tais famílias podem estar tendendo a se deslocar para essas áreas, como mostram estudos realizados para a Bahia (PORTO, 2004). Ao mesmo tempo, essa rede média de cidades também perde oportunidades de trabalho. Do ponto de vista qualitativo, os serviços tendem a se deslocar para as maiores metrópoles do mundo, que se tornaram os centros nodais dos fluxos de atividades mais importantes, aqueles que formam os centros de atividades modernas e de alta tecnologia, intensivas em mão-de-obra (SASSEN, 2003). Isso equivale a dizer que uma política de desenvolvimento regional precisa entender a dinâmica do processo e identificar as territorialidades que serão os futuros centros dos problemas da pobreza, se este for o seu objetivo, e não se referenciar por situação pretéritas.

Além disso, investimentos como aqueles que desviarão possivelmente a circulação de mercadorias para hidrovias ou para ferrovias poderão atrair novos investimentos e expandir seus resultados para áreas próximas, criando um novo corredor de produção, necessariamente atraindo também maiores contingentes de população. Sob tais condições, as áreas indicadas para investimentos pelo PNDR, localizadas dentro dessa trama de circulação, poderão vir a sofrer alterações capazes de desviar suas estruturas internas e perder a capacidade de continuar inseridas nos critérios utilizados pelo projeto, embora possam ter atraído importante contingente de pobreza. Isso significa elevar a desigualdade socioeconômica dentro dos novos corredores. Igualmente, as áreas localizadas fora do novo contexto espacial de desenvolvimento econômico poderão tornar-se ainda mais críticas do ponto de vista social.

Em outras palavras, caso a política dos corredores seja implementada, terá ampla capacidade de interferir no panorama regional no Brasil, como também de desviar a importância das ações previstas nas políticas do PNDR. Se fizermos a superposição do mapa do conjunto dos eixos sul-americanos e das manchas de pobreza da PNDR, veremos que as duas políticas atuam em espaços diferenciados e que, nesse contexto, o Nordeste brasileiro não é considerado pelos grandes projetos da América do Sul (Figura 4).

Se observarmos o problema territorialmente em outra escala, apenas para comprovar as análises teóricas apresentadas neste trabalho, poderemos constatar que os maiores investimentos privados no Nordeste do Brasil, no ano de 2004, foram concentrados em três Estados (85%) e nestes nas suas áreas mais desenvolvidas: 59% na Bahia, sendo 37% no litoral; 14% no Ceará, com 6% nas imediações de Fortaleza; e 12% em Pernambuco, com cerca de 5% nas imediações da região de Recife. Convém ressaltar a presença da agropecuária na Bahia (5%), Maranhão (2%), Pernambuco e Piauí (ambos com 1%), o que deve estar representando, com maior ênfase, as produções de grãos no oeste da Bahia, no sul do Piauí e no sul do Maranhão e a produção de frutas no entorno de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Além disso, também são concentrados em setores da economia: indústria de transformação – 26% (só na Bahia 20%); comércio e serviços, 24%, distribuídos entre os maiores Estados e nas maiores cidades; papel e celulose – 17%, praticamente na Bahia; e transportes, energia e agropecuária, com 9% cada setor (MOREIRA, 2005).

Mas se analisarmos as políticas do IIRSA, poderemos constatar que grandes áreas do Nordeste podem sofrer processo de migração populacional interna para as áreas de concentração de investimentos no Nordeste, como também para outras regiões do Brasil.

Por fim, convém ressaltar alguns aspectos merecedores de especial atenção na formulação de planos regionais, na sociedade atual. Há um conjunto de processos que criam regionalidades diferentes, porém todas articuladas de forma incontrolável. Um recorte regional, em formato bidimensional e homogêneo, não expressa a realidade em sua complexidade de articulações. Hoje exige-se uma flexibilidade na regionalização, sob os mais distintos olhares, e que comporte abrangências territoriais diversas em pontos, caminhos e regiões (planos) diferenciados em porte e capacidade

de articulação no cenário mundial (HAESBAERT, 2003). Como tal, seus recortes, com vistas a reconhecer seus papéis, seus perfis e seus contornos, devem ser realizados de maneiras diversas. Apenas uma visão rápida não deixa as impressões necessárias e suficientes ao seu reconhecimento. Assim, não é bastante uma metodologia que apresente um corte regional a partir de delimitações político-administrativo, por exemplo.

As possibilidades de que dada região possa atrair investimentos



Figura 4 – Eixos sul-americanos e as manchas de pobreza do PNDR

Fonte: Elaboração do autor com base em mapas do IIRSA e PNDR.

Diante disso, a sociedade mundial tem exigido novos comportamentos para a gestão das políticas de cunho regional ou territorial: novas posturas metodológicas para conceituar e definir região; novas formas de construção de políticas públicas; e novos formatos de articulações entre as distintas instâncias do poder público e as inúmeras instâncias da sociedade, no intuito da efetividade das ações. Visto de outro ângulo, alteraram-se a divisão de responsabilidade regional, a estrutura regional e o tempo de realização.

ficarão na decorrência das suas possibilidades de trocar, cada vez mais, fluxos com outras regiões. Para tal, a lógica dos procedimentos de modernização é praticamente a mesma para qualquer região, guardadas algumas especificidades de porte, setor e localidade. Mas os processos produtivos, independentemente do valor, estarão sempre concatenados socialmente e distribuídos numa divisão de trabalho também espacial. Os pequenos negócios necessariamente estarão imbricados com a circulação geral de capitais, não importa onde eles estejam localizados, embora as relações sociais se apresentem com maior densidade em torno de pequenas (relativamente) territorialidades. A lógica dos grandes investimentos, independentemente do grau de desenvolvimento das regiões, tende a se uniformizar, a se alastrar para variadas partes do planeta, criar “ilhas de desenvolvimento” e acirrar a competitividade entre essas “ilhas”. Evidentemente isso não se aplica a todos os investimentos nem a todos os procedimentos de gestão regional. Aplica-se, porém, aos investimentos voltados para a produção de corte moderno, qualificada e competitiva internacionalmente. Este é o perfil do portfólio de investimentos da política dos eixos, aquele que parece ter maior capacidade de formatar políticas regionais para o Brasil.

Referências

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: SPE, 2001.

BRANDÃO, C. A. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades regionais**. Salvador, 2004. (Série estudos e pesquisas, 67).

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Corredores de transportes no Brasil**. Brasília: GEIPOT, 1997.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Brasil em Ação: relatório final**. Brasília, 1999.

_____. Ministério do Planejamento. **Avança Brasil**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política nacional de desenvolvimento regional**: proposta para discussão. Brasília, 2003. 56 p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 4 out. 2005.

CARVALHO, E. A crise de exaustão do capital. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 9, p. 39-56, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 2.

_____. **Fim de milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999c. v. 3.

CHESNAIS, F. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 7-31, 1998.

ROURA, J. R. C. **Disparidades regionales en el crecimiento**: convergencia, divergencia y factores de competitividad territorial. Madrid: Universidad de Alcalá, 1997.

MATTOS, C. de. Reestructuración del mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago: ¿hacia una ciudad dual? *In*: SEMINARIO DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES: RII. 2001, Rosario, Argentina. **Anais...** Rosario, Argentina: Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas da Universidade Nacional de Rosário, 2001. 1 CD-ROM.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. de E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 352 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MÉNDEZ, R. **Geografía económica**: la lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2000.

MOREIRA, C. A. L. A retomada dos investimentos na Região Nordeste. **Conjuntura Econômica**, Fortaleza: BNB, n. 2, jan./fev. 2005.

OHLWEILER, O. A. **Evolução sócio econômica do Brasil**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

PORTO, E. **Desenvolvimento e território na Bahia**. Salvador: SEI, 2003.

_____. **Limites e possibilidades das políticas de desenvolvimento regional**. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Geografia da Universidade de Barcelona, Barcelona, 2004.

PORTO, E.; CARVALHO, E. **Macrorregião de Salvador**. Salvador: SEI, 1995. (Série estudos e pesquisas).

_____. **Plano Diretor de Feira de Santana**. Feira de Santana, BA: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1990.

_____. Trazado de unión de metrópolis iberoamericanas. **Regiones y desarrollo sustentable**, Tlaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala, v. 3, n. 5, jul./dic. 2003.

PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO. **Eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. Brasília: BNDES, 1999.

SASSEN, S. Localizando ciudades en circuitos globales. **EURE**, Santiago, v. 29, n. 88, p. 5-27, 2003. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008800001&lng=es&nr

m=iso>. Acesso em: 17 mai. 2004. ISSN 0250-7161.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **A Bahia no Nordeste e no Brasil**. Salvador: SEI, 2003.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. *In*: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

Parte 2

A Expansão da Fruticultura e da Soja no Nordeste

Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil¹

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Dalva Maria da Mota

Pedro Carlos Gama da Silva

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar processos sociais ocorridos em regiões de fruticultura do Nordeste do Brasil que produzem para mercados de consumo dos chamados países do Norte. Mencionadas regiões foram delineadas por meio de políticas públicas destinadas ao aproveitamento das águas das barragens construídas para a produção de energia elétrica e irrigação. Com a irrigação, criaram-se oportunidades para o cultivo de legumes e frutas tropicais, algumas delas consideradas exóticas. A partir da década de 1980, dois pólos principais de fruticultura irrigada se constituíram: um no Vale do São Francisco, na região dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, e outro no Vale do Açu-Mossoró-RN, abrangendo as áreas dos municípios de mesmo nome. O primeiro, orientado para a produção de mangas e uvas, e o outro, para a produção de melão. O desenvolvimento dessas regiões tem sido objeto de vários estudos (OLIVEIRA, 1991; CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994; CAVALCANTI, 1999; SILVA, 1999; RODRIGUES, 2001; MARSDEN; CAVALCANTI, 2001; Silva, 2001 e outros), os quais indicam suas especificidades como produtoras de frutas para mercados da Europa e Estados Unidos.

Mais recentemente, surge um outro pólo, o Platô de Neópolis-SE (MOTA, 1999, 2001), onde o coco é privilegiado como principal produto.

¹ Trabalho elaborado com o apoio do CNPq e da Embrapa.

Embora surgidas em tempos diferentes, a região do Vale do São Francisco, a mais antiga, e o Platô de Neópolis, a mais recente, foram inspiradas e modeladas pela globalização dos sistemas agroalimentares e apresentam semelhanças no relacionado às formas de delimitar o território e definir a infra-estrutura técnica e organizacional características de sua instalação como áreas de produção, em substituição à tradicional agricultura de sequeiro, e à instalação de novas áreas de produção para consumidores diferenciados.

O projeto de modernização dessas regiões está pautado num modelo de gestão que assegura às empresas privadas um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais no intuito de estabelecer elos com novas cadeias agroalimentares (MCMICHAEL, 1994; BONANNO, 1999) com base em produtos frescos (FRIEDLAND, 1997).

Igualmente relevante é a externalização desse tipo de produção (MARSDEN, et al., 1996) que, apesar de não ser totalmente absorvida pelos novos mercados, é construída segundo suas determinações.

Conforme demonstram os números da exportação da manga do vale, algumas empresas locais chegam a exportar 70% da produção, enquanto no Brasil o percentual é de apenas 16,8% da quantidade produzida; as outras mercadorias são importantes porque gradativamente ocupam janelas no mercado global. Este é, talvez, o ponto nevrálgico da questão a ser aqui examinada. Os vínculos com os mercados ou possíveis consumidores do Norte passam a ser determinantes dos processos de organização do trabalho e controle dos trabalhadores nesses novos espaços produtivos. Como indica o título, um olhar para o Norte torna-se decisivo para as ações ocorridas na fruticultura do Sul. Como bem ressalta Redclift (1998), essa relação Norte/Sul, já em alguns momentos, aparentemente crucial para o pagamento da dívida dos países do Sul, termina por mudar os destinos das populações locais e os controles exercidos sobre os seus territórios, embora nem todos os resultados sejam virtuosos.

Para compreender a atualização dos processos pelos quais áreas novas ou renovadas são inseridas nos circuitos globais, privilegiamos neste artigo aspectos distintivos dos processos de construção dessas mercadorias

(APPADURAI, 1994), segundo usos particulares do trabalho e de aportes tecnológicos vários que asseguram a circulação de cada uma delas nas pautas de produtos nobres e de exportação de uma região de grandes desigualdades sociais e pobreza – o Nordeste brasileiro. Migrantes com diversas trajetórias de trabalho e histórias de vida vêm se destacando na arte de produzir frutas, de acordo com padrões de qualidade previamente definidos, compondo um mosaico formado por diferenças e desigualdades segundo recortes de gênero e etnicidade orientados pelo novo modo como se instalaram nas novas regiões.

Constituição e mudanças nas regiões produtoras de frutas frescas

Políticas estratégicas, apoiadas em projetos hidroelétricos e sistemas modernos automatizados de irrigação, transformaram partes de regiões do semi-árido e dos tabuleiros costeiros nordestinos num espaço para produção de frutas frescas com fortes vínculos com os mercados nacional e internacional. Neste cenário, novos modelos de apropriação do território, do meio ambiente e do trabalho emergiram, orientados por estratégias locais para atendimento a padrões de qualidade e eficiência exigidos externamente. Destes, exemplos aqui analisados são as regiões do Vale do São Francisco, especialmente no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, ocupando uma área de 31.000 ha, e o Platô de Neópolis, no Estado de Sergipe, com 7.000 ha (Figura 1).

A agricultura irrigada da região do Vale do São Francisco teve origem no decorrer das décadas de 1960 e 1970, com os primeiros projetos públicos de irrigação instalados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Bebedouro e Mandacaru) e com os projetos hidroelétricos que objetivavam a construção da barragem de Sobradinho. Mas é nos anos 1980 que se define seu perfil como região dinâmica no contexto da denominada “modernização conservadora” (MARTINE, 1987).²

² Quando a agricultura brasileira passou por mudanças que beneficiaram regiões específicas, produtos e grupos de produtores e repercutiram na configuração de novos espaços produtivos, na modernização da base técnica de produção e na transformação das relações sociais daí decorrentes, mas também na exclusão de parcela significativa dos trabalhadores e pequenos produtores.



Figura 1 – Vale do São Francisco
Fonte: Silva (2001).

O forte apoio estatal por meio de fartos incentivos fiscais e financeiros e o suporte de instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) foram fundamentais à consolidação de uma base produtora de frutas frescas nos anos 1980 (CAVALCANTI, 1998; SILVA, 2001). A opção pela fruticultura está definida no Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf) (BRASIL, 1995), que delimita o desenvolvimento da região com base em mudanças nos mercados globais. Todas as políticas para o vale a partir de 1987 concorreram para o fortalecimento do pólo frutícola. Desde então, a atividade conhece rápida expansão.

Gradativamente as culturas tradicionais nordestinas como cana-de-açúcar e algodão perdem importância na pauta de exportação, com a entrada em cena de outros produtos como uva, manga, melão, entre outros. Os primeiros construídos de acordo com os requisitos dos mercados são a manga sem fibra e a uva sem semente, por exemplo. Mesmo ao coco, cultura tradicional no litoral nordestino, são agregados novos atributos tecnológicos para dotá-lo de características adequadas à sua distribuição e ao consumo *in natura*, em atendimento às exigências de segmentos de mercado. A introdução de novas culturas e a transformação de produtos tradicionais têm contribuído para a reelaboração e re-significação de símbolos da agricultura nordestina, desta vez como frutos tropicais, saudáveis e naturais, associados ao clima e à beleza da região.

Novas relações entre produtores, trabalhadores, agentes de mercado e consumidores promovem a dinamização dessas regiões, ressaltada pela circulação de trabalhadores e mercadorias. As cidades passam a abrigar os novos atores migrantes que se deslocam de regiões várias para realizar as tarefas de transformação das frutas em mercadorias que circulam fora dos limites locais de controle. Além dos trabalhadores e empresários atraídos pelas novas oportunidades de produção e emprego nas unidades agroindustriais, a região passa a oferecer outras oportunidades e ocupação de mão-de-obra. O setor de serviços se expande pelo tipo de trabalho requisitado na agricultura, evidenciado empiricamente pela instalação de novas agências e serviços bancários, hotéis, restaurantes,

bares, escolas profissionalizantes, empresas de consultoria, venda e manutenção dos equipamentos de irrigação, casas comerciais especializadas em fertilizantes e defensivos, entre outros.

O mercado de trabalho se reestrutura pela constituição de um núcleo central de trabalhadores – registrados nas diferentes unidades produtivas, principalmente nos tratos culturais e nas atividades de colheita e pós-colheita e de um outro periférico – formado por trabalhadores temporários que transitam entre as unidades de produção em diferentes épocas. Profissionais altamente qualificados e trabalhadores polivalentes inserem-se em processos de produção para atendimento aos requisitos formulados externamente. Além disso, as mulheres ampliam sua participação no mercado, segundo uma divisão sexual do trabalho na qual predomina o viés de gênero.

Esse dinamismo das regiões, no entanto, não tem sido suficiente para evitar a convivência nelas de áreas modernas de agricultura irrigada com a agricultura tradicional de sequeiro e com bolsões de miséria onde os migrantes “errantes do fim do século” (SILVA, 1999) vivem na periferia das cidades e perambulam em busca de ocupação, demonstrando a ruptura entre lugares de morada e de trabalho. Como indicado em outros estudos, o modelo implantado no vale privilegia as empresas, embora, inicialmente, os projetos públicos de irrigação tenham sido concebidos, também, com um cunho social incluindo “colonos” e pequenos produtores das áreas ribeirinhas, que perderam as terras até então por eles cultivadas em virtude da inundação da barragem. As exigências do modelo empresarial de desenvolvimento do vale deixaram esses “colonos” à parte. Entretanto, o fracasso de muitos deles e a flexibilidade nas transferências dos lotes atraíram pequenos e médios produtores capitalizados de distintas origens para os negócios da fruticultura.

Dos anos 1980 ao início dos anos 1990, a expansão das áreas cultivadas e o aumento da produção garantiram o crescimento do emprego na região do vale, e abriram oportunidades para a contratação de homens e, principalmente, de mulheres, em face do crescimento dos parreirais e da exportação da uva, como, também, pelas atividades de pós-colheita incrementadas com o crescimento das exportações da manga.

Em contraste com a regularização das relações de trabalho observadas no início da atividade frutícola, nos últimos anos da década de 1990 (CAVALCANTI; SILVA, 1999), o nível de emprego foi reduzido e formas precárias de parceria foram criadas marginais ao sistema de proteção social e trabalhista (SILVA, 2001).

No início do novo milênio, as relações sociais se reconfiguraram nos planos individuais e coletivos, como consequência das divisões entre os que têm ou não trabalho, entre os grupos étnicos que contribuíram para a formação da região, entre homens e mulheres e entre os produtores com acesso diferenciado às políticas públicas engendradas mediante apoio dos fundos de fomento internacionais. A crescente substituição do trabalho humano pela tecnologia agrava o problema do desemprego. Este continua a constar nos itens a serem superados na pauta das políticas públicas e na agenda de diferentes organizações da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, essas novas regiões se constituíram e são exemplos de sucesso e de exclusão social, reflexos de políticas para os diferentes tipos de produtores, cujas consequências se revelam num campo de forças onde desigualdades são reforçadas quanto ao acesso aos recursos: terra, informação, tecnologia, conhecimento e mercado. Todavia, as intervenções do Estado brasileiro na agricultura, o apoio a grupos de produtores, regiões e produtos comuns em outras fases da economia nacional tendem a mudar, pelas exigências do Acordo Geral de Tarifas Comércio (GATT) e acordos de livre comércio, como Mercosul. A flexibilização do trabalho, comum ao novo contexto de globalização, vem também agravando a diferenciação entre produtores e trabalhadores, como analisado por Silva (1999) para o caso da citricultura. Nesses processos, porém, algumas categorias sociais se beneficiam. As mulheres, por exemplo, encontraram no *boom* da produção da uva de mesa um espaço para o seu fortalecimento como categoria de trabalhadoras (CAVALCANTI et al., 1998). Do mesmo modo, a região de Petrolina/Juazeiro transformou-se no grande pólo de atração de migrantes, como evidenciado no incremento demográfico registrado no censo do início dos anos 1990 (IBGE, 1991), uma migração diferenciada. Migrantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com experiência em fruticultura,

aproveitaram as novas condições oferecidas no vale para se fortalecerem como produtores; agricultores locais expulsos das áreas tradicionais de agricultura encontraram no assalariamento as condições para a sobrevivência de suas famílias. Tais deslocamentos interregionais revelam uma itinerância de atores, atraídos pelos espaços de expansão da fruticultura.

As novas condições dos mercados: qualidade, competitividade e estratégias empresariais

À combinação de fatores já mencionados, agregam-se as características naturais das regiões, que contribuem para ampliar as vantagens comparativas do negócio frutícola. As características climáticas, com baixos índices de pluviosidade, não superiores a 400mm anuais no Pólo Petrolina/Juazeiro, e altos índices de insolação, contribuem para que, sob condições de irrigação, seja possível produzir frutas a qualquer época do ano, fora de limites sazonais. Isto permite a ocupação de janelas de mercado quando os outros centros produtivos estão em recesso. Outra vantagem comparativa é o baixo preço da mão-de-obra em relação a outras regiões frutícolas como a Califórnia, sem contar que a atual onda de flexibilização das relações de trabalho tem servido para disfarçar relações precárias de controle e pagamento dos trabalhadores; mesmo assim, reduzir o trabalho e o emprego está entre as estratégias das empresas. Além disso, a estabilidade econômica decorrente do plano real (BRASIL, 1995), e os novos hábitos e formas de consumo de frutas e legumes estimularam o aumento da demanda por frutas no mercado nacional.

Por todas essas características, o sucesso do vale estimulou a criação de outros pólos fruticultores, entre os quais, o Platô de Neópolis que, apesar de ter sido implantado no contexto da reduzida participação do Estado na economia, não prescindiu de recursos públicos para sua implantação.

Em ambos os casos, em que pesem as vantagens comparativas, a busca por aumentos de produtividade é incessante e tem se dado por meio de inovações tecnológicas. Tais inovações repercutem na automatização de processos de irrigação, na transformação de tratos culturais, embalagem, acondicionamento e transporte. A pressão por

pesquisa para satisfazer cada vez mais às exigências dos mercados é uma constante. Em paralelo, a manutenção de redes de informação sobre preços, oportunidades de mercado e atendimento às exigências do consumidor tornaram-se estratégias igualmente decisivas para assegurar a competitividade da região e dos seus produtos.

As regiões produtoras de frutas frescas têm se esmerado na observância das exigências e cuidados especiais com as frutas e, também, com as áreas produtoras, segundo uma dinâmica de produção fundamentada em investimentos tecnológicos nas fases de produção, embalagem e transporte e de novas formas de controle sobre o trabalho e os trabalhadores. Observadores externos verificam se as condições de trabalho estão seguindo os padrões técnicos, fitossanitários e ambientais definidos para a sua distribuição. Visitas de varejistas europeus são freqüentes à região (PIRES, 1999). Há também um controle direto exercido por técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) nas fases de pós-colheita e de embalagem das frutas para aquele país.

Como já analisado,

perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente o tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos. Produtores e trabalhadores devem estar preparados para as novas práticas de gestão e outros trabalhos especializados requeridos (CAVALCANTI, 1996, p. 115).

Portanto, as unidades de produção devem ser ágeis no treinamento e atualização dos conhecimentos dos seus trabalhadores; com base na “externalização”, para serem as responsabilidades compartilhadas, assim como o conhecimento e, talvez, os benefícios. Estes últimos, no entanto, parecem inacessíveis à maioria dos atores num contexto onde o desemprego estrutural domina a cena e na qual a organização dos trabalhadores é frágil e insuficiente para reverter o quadro. É verdade que enquanto novas regiões frutícolas estão entre os exemplos de solução para o problema do desemprego no Nordeste não há muito espaço para contestação (CAVALCANTI; BENDINI, 2001). Apesar de os trabalhadores do vale e do platô terem ensaiado algumas ações de protesto e greves, ainda não conseguiram formar um sindicato forte, por exemplo.

Todavia, para os empresários, médios e pequenos produtores, o contexto também não é dos mais fáceis. As exigências dos mercados e a fragilidade dos produtores ante os grandes compradores do Norte requereram se organizarem, eles também, para assegurar a competitividade dos seus produtos em espaços comerciais (CAVALCANTI, 1999a, 1999b). Exemplos de experiências nesse terreno são a Associação de Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport) e a Associação dos Concessionários de Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis (Ascondir).

A despeito do lugar de destaque ocupado pela tecnologia nesses processos, a margem de manobra do empresariado depende de fatores múltiplos, entre os quais preços, política cambial e outros fatores conjunturais. O racionamento de energia ocorrido no Brasil, no segundo semestre de 2001, e o atentado às torres em Nova York, em setembro do mesmo ano, foram alguns dos fatores prejudiciais à exportação das frutas brasileiras, seja pela dificuldade experimentada para manter uma produção altamente dependente de energia, seja pelo fechamento de portos por vários dias, o que retardou a distribuição e afetou a qualidade dos frutos. Apesar disso, nesse ano “as vendas cresceram em volume, mas os preços caíram”, afirma o gerente da Valexport, associação que congrega 45 produtores do Vale do São Francisco (BRASIL..., 2002). Segundo esse informante, a entrada de novos produtores no mercado tem aumentado a oferta, mas também tem derrubado os preços, a exemplo da manga, que depois de alcançar US\$10 pela caixa de 4kg no mercado americano em 2000, caiu para US\$6 em 2001. A saída seria a conquista de novas janelas de mercado, a partir de diferentes estratégias comerciais e de marketing.

Evidenciam-se na atualidade crescentes críticas às políticas protecionistas adotadas por países europeus, as quais reduzem as possibilidades de circulação dos produtos brasileiros nos mercados mundiais. Mesmo assim, para o ano de 2002, o Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) prevê o crescimento de 30 a 35% das exportações em relação a 2001. Nestes números, a participação da fruticultura irrigada nordestina deverá ser significativa, pois a manga, o melão e a uva constam na pauta dos produtos mais exportados em 2001.

Um aspecto central nas estratégias para competição e competitividade é a organização dos produtores para a defesa dos seus interesses quanto a comercialização, financiamentos, conquistas de novos mercados, melhoria dos padrões de gestão, redirecionamento de políticas públicas, entre outros aspectos. Com esta finalidade, a Valeexport e a Ascondir foram fundadas. O surgimento da Valeexport é resultante de alguns pontos, como: a) experiências negativas de produtores com vendas isoladas; b) incentivos das instituições governamentais. Esta empresa consolidou-se com o fortalecimento do pólo frutícola, quando os diferentes interesses privados passaram a ser explicitados na reivindicação de políticas para o setor, além da obtenção do reconhecimento dos poderes públicos constituídos “para exercer uma espécie de governança setorial privada com funções públicas” (SILVA, 2001, p. 184). Como consequência, a ação pública da Valeexport na região do vale é decorrente da negociação com a organização dos interesses privados e políticos locais, originando uma modalidade de gestão simultaneamente setorial e territorial. Ao se espelhar nessa experiência da Valeexport, a Ascondir tem desempenhado também este papel. Além disso, essas associações intermediam a comercialização. No entanto, não assumem diretamente as vendas, quase sempre geridas por cooperativas que congregam pequenos e médios produtores.

Classe, etnicidade e gênero nos novos contextos produtivos regionais

Essas novas regiões são formadas por categorias sociais várias. Grosso modo, as análises revelam uma divisão da população entre produtores (empresários ou pequenos produtores “colonos”) e trabalhadores. Mas essas categorias são também internamente diferenciadas por região, gênero e etnia, marcadores importantes da diversidade presente nesse espaço produtivo (CAVALCANTI, 1999b).

Entre os produtores, há os naturais da região Nordeste e outros que para lá acorreram diante do sucesso da fruticultura. Este segmento divide-se, ainda, entre os exclusivamente dedicados à atividade agrícola e os que desempenham outras atividades. No caso do vale, empresários

e “colonos” participam do gerenciamento das unidades de produção. No platô, os produtores irrigantes são exclusivamente empresários.

Para os dois casos, os trabalhadores são predominantemente oriundos dos municípios circunvizinhos aos projetos e desvinculados dos meios de produção. Em alguns casos, porém, são originários da agricultura familiar e dependem de outras estratégias para assegurar a reprodução social do seu grupo, como o assalariamento temporário ou permanente. Há, ainda, alguns entre eles que vivenciam uma migração de retorno; exemplares são trabalhadores nordestinos que haviam migrado para a região Sudeste, onde trabalharam na produção de limão e retornaram com alguns dos seus patrões para o vale, onde chegaram a ascender à condição de pequenos produtores. Apesar de poucos, esses casos de mobilidade são efeitos virtuosos dos processos em curso. Empresários de origem japonesa ou italiana de segunda geração também ali se instalaram. Esses exemplos contribuem para tornar claro um processo contínuo de migração e de como se constrói, nas novas regiões, uma cultura particular de produzir “frutas”.

Portanto, as disputas de mercado, a busca contínua por inovações tecnológicas, o aumento da produtividade e qualidade dos produtos, assim como o atendimento às exigências dos compradores e consumidores desejosos de conhecimento “sobre a construção da mercadoria e do processo produtivo” (CAVALCANTI, 1999a, p.148) e das preocupações com a sustentabilidade ambiental alimentam o cotidiano dessas novas regiões e as estratégias usadas pelos atores sociais envolvidos. Paradoxalmente, não obstante as diferenças de políticas que perseguiram o crescimento do emprego, as estratégias produtivas têm funcionado como redutoras de mão-de-obra efetivamente usada e, em relação aos que permanecem, são seletivas porque requerem novas e atualizadas qualificações. Ao mesmo tempo a heterogeneidade das etapas da produção agrícola, também, tem sido usada como justificativa para contratação de trabalhador “múltiplo”, capaz de realizar diferentes atividades e, assim, ser remanejado de uma para outra função ao longo dos ciclos de produção das culturas. Convivem nos mesmos espaços trabalhadores especializados com polivalentes e outros desqualificados para as novas tarefas exigidas pela qualidade dos produtos

(LARA, 2001). Com o crescimento da demanda por postos de trabalho, escutam-se também as vozes dos empresários a reclamar da falta de pessoal qualificado para assumir novas tarefas na produção.

Apesar dos espaços ocupados pelas mulheres na produção de uva, responsáveis por cerca de 70% das atividades no Vale do São Francisco (CAVALCANTI, 1997, 1998, 1999), em ambas as regiões a predominância é de trabalhadores homens, com a justificativa de possuírem a capacidade de se adaptarem a qualquer atividade agrícola e representarem menores despesas nos custos de produção, ao contrário das mulheres, que requerem mais gastos com seguridade social – licença maternidade, e são responsáveis diretas pelos filhos, além de, conseqüentemente, mais susceptíveis aos acontecimentos externos ao trabalho; ou, ainda, pela idéia usualmente compartilhada por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura nordestina, de ser a mulher capaz de executar apenas tarefas leves e delicadas, o que escamoteia a qualificação obtida no dia-a-dia do trabalho, tão evidente no caso das fases de produção da uva.

O crescimento do emprego feminino na produção da uva contrasta com o observado em pesquisa realizada no platô onde as mulheres constituem apenas 5,4% do total dos trabalhadores; assim mesmo, quase a metade trabalha de forma temporária e clandestina.

No Nordeste, as áreas de fruticultura irrigadas são predominantemente de culturas permanentes, cujos sistemas de produção possuem características diferentes da agricultura irrigada tradicional (matéria-prima para as agroindústrias), com repercussões no número e formas de ocupações geradas. É aqui interessante comparar o que acontece nos casos da agricultura irrigada tradicional e nas novas áreas com fruticultura irrigada.

A atividade frutícola tende a diminuir os postos de trabalho nas atividades propriamente agrícolas e a intensificar os serviços, essenciais para a formação das imagens e símbolos agregados às frutas que concorrerão nas gôndolas dos supermercados mundiais. Mas a construção dessas mercadorias não termina nos centros de produção agrícola; novas

fases como a pós-colheita, embalagem e transporte apropriado deverão garantir a chegada das frutas aos centros distribuidores com qualidade. A tendência é privilegiar o uso de tecnologias mais sofisticadas que reduzam toques manuais nas fases de seleção e de embalagem, com conseqüências na redução dos coeficientes de utilização de mão-de-obra. Se a previsão inicial de ocupação era de 5,4 empregos/ha/ano (OLIVEIRA, 1991), atualmente este índice é de menos de 2 empregos/ha no Vale do São Francisco (SILVA, 2001) e 1 emprego para cada 5,9ha no Platô de Neópolis, proporção que tende a aumentar, pois em 2002 eram 4,7ha para cada emprego. A diferença entre esses números pode ser explicada pelas especificidades das culturas em cada caso.

Como afirma Cavalcanti (1999b), 37 mil trabalhadores, permanentes e temporários, ocupam-se na fruticultura do Vale do São Francisco. Essa informação é atualizada por Silva (2001), com base em informações do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, segundo o qual a estimativa é de 60 mil trabalhadores. “Destes, apenas 25 mil são permanentes e 35 mil são temporários. Desse total de trabalhadores, 50% deles, ou seja, 30 mil, têm carteira assinada e apenas 10 mil são sindicalizados”.

Em pesquisa realizada no Platô de Neópolis, como constatou Mota (1999; 2001), até junho de 2004, o número total de empregos era de 811. Destes, 651 eram permanentes (620 homens e 31 mulheres) e 160 temporários (147 homens e 13 mulheres) para 4.000 ha em produção.

Na configuração das relações de trabalho no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, um dos aspectos mais evidentes é a relação entre ocupação e gênero. Enquanto os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho, as mulheres se inserem apenas de forma precária e pontual, embora no discurso dos técnicos e gerentes haja o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves, como adubação e cata às baratas do coqueiro, ambas atividades temporárias. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, apesar destas características serem fundamentais para poucas atividades na agricultura do platô.

Além dos empregos oferecidos pelas empresas, observa-se a expansão da terceirização. Muitas das atividades, anteriormente sob a responsabilidade do produtor, hoje são terceirizadas, estratégia justificada como flexibilização das relações trabalhistas. No vale, já se registram empresas ou equipes de trabalhadores especializadas em atividades pontuais como, por exemplo, a poda da mangueira ou a instalação de um parreiral.

ATIVIDADE	AGRICULTURA IRRIGADA TRADICIONAL	FRUTICULTURA IRRIGADA
Preparo e correção do solo, plantio, pulverizações e colheita	Utilização intensa de mão-de-obra em decorrência do curto ciclo da maioria das culturas	Redução drástica da utilização de mão-de-obra em decorrência de as culturas serem perenes
Fertilização	Utilização regular de mão-de-obra	Redução drástica de mão-de-obra pela automatização dos sistemas de irrigação e da fertirrigação
Poda mecânica e drenagem	Pouco freqüentes ou inexistentes	Atividades freqüentes, apesar da baixa utilização de mão-de-obra (o caso da drenagem)
Manejo da irrigação	Grande utilização de mão-de-obra para remanejamento do equipamento, controle e condução da irrigação	Baixa utilização de mão-de-obra pela automatização dos sistemas de irrigação e pela irrigação localizada que dispensa manuseio do equipamento
Tratamento de pós-colheita	Inexistente	Intensa na utilização de mão-de-obra

Quadro 1 – Quadro comparativo entre as atividades da agricultura tradicional e fruticultura irrigada

Fonte: Silva (2001). Organização dos autores.

Outra característica comum nos casos analisados é a diversidade de atores sociais envolvidos, que têm contribuído para se instituir na região novos sistemas de conhecimento, competências, qualidades cobradas por mercados exigentes dos Estados Unidos e de países da Europa. Conforme informações, a região do Vale do São Francisco beneficiou-se das diferenças étnicas e culturais dos que lá chegaram levando sua

maneira própria de atuar e representar o mundo. Fala-se da objetividade dos “paulistas” e “italianos”, ou do trabalho duro dos “japoneses” e seus descendentes, ou da criatividade dos “nordestinos” que contribuíram para garantir o sucesso da região. Ao reconhecê-las, os informantes estão refletindo sobre o modo como essas diferenças se revelam e se reconfiguram no cotidiano da produção (CAVALCANTI, 1999a).

Os resultados dessa diversidade étnica e cultural são ressaltados ou criticados segundo identificações e disputas entre os distintos migrantes. No platô, por exemplo, gerentes originários do Sudeste do Brasil se vêem como mais racionais que os trabalhadores locais e afirmam que “os nordestinos não gostam de trabalhar, têm muitas crendices e dias santos, tudo é motivo para faltar ao trabalho” (MOTA, 1999, p. 72). Esses contrastes resultam do modo como os diferentes atores se relacionam nos novos espaços produtivos.

Como analisado até aqui, é possível afirmar que a qualidade dos produtos está vinculada às características da combinação dos fatores de produção e, mais particularmente, àquelas do modo de relacionamento entre os atores. Os requerimentos do trabalho na produção agrícola, sob irrigação, exigem se instaurar certa polivalência. A heterogeneidade das etapas de produção na agricultura assim como os ciclos de produção de cada espécie vegetal requerem tratamentos culturais em tempos precisos e segundo conhecimentos que extrapolam experiências vividas por muitos dos trabalhadores na agricultura de sequeiro ou em outras atividades profissionais.

Nestes termos, a constituição de núcleo central da força de trabalho pela polivalência tem se delineado como tendência nos casos ora analisados, à semelhança do que vem acontecendo em regiões de fruticultura argentina (CAVALCANTI; BENDINI, 2001). Ao mesmo tempo, constata-se, também, que os empregadores, preocupados com prazos e padrões de qualidade, buscam restringir a mobilidade de um núcleo central de trabalhadores pela regularização da relação trabalhista. No vale, os trabalhadores nessa condição encontram-se sob o estrito controle de fiscais, até mesmo externos, os quais observam o ritmo de trabalho, as relações entre os trabalhadores e, principalmente, os critérios de qualidade. O condicionamento para uma racionalidade produtivista com qualidade é imposto aos trabalhadores, embora formas de resistência se evidenciem.

No platô, pelas diferentes razões já discutidas, predomina a contratação de gerentes e trabalhadores de origem local, concorrendo para o fortalecimento de sociabilidades com base em relações preexistentes. Ou seja, 40% dos trabalhadores são parentes e as redes de recrutamento funcionam com base no parentesco e na camaradagem. Neste emaranhado de relações que mesclam trabalho com relações pessoais, despontam situações de reprodução de condições domésticas no trabalho: refeições partilhadas pelos membros de uma mesma família; realização conjunta de percursos de idas e vindas. Também se reproduzem situações de forte controle social pelas hierarquias familiares, quando diferentes membros da família controlam-se mutuamente no local de trabalho e na esfera doméstica. Enquanto os trabalhadores recrutadores de parentes e amigos não querem se comprometer ao indicar pessoas que não atuem segundo os interesses das empresas, os indicados evitam decepcionar um amigo ou parente por temerem repercussões negativas nas relações na vida social local.

Assim, essas redes tornam-se eficientes no controle da força de trabalho pelos compromissos de reciprocidade assumidos entre quem indica e quem é indicado. No momento do trabalho do platô não se observam situações de controle de conversa ou de brincadeiras entre os trabalhadores. Aliás, este é um dado destacado pelos trabalhadores como muito positivo. Apesar desta condição, o agrupamento dos trabalhadores do platô é segmentado por sexo, seja porque as mulheres trabalham em épocas e atividades específicas, seja porque existe uma noção segundo a qual homens e mulheres trabalhando juntos comprometem um padrão moral considerado adequado.

“Frutas para o mercado global”: uva, coco e manga

Entre os produtos associados aos novos padrões de consumo (MENNEL et al., 1994) sobressaem as frutas secas. Os instrumentos da cultura de consumo, a propaganda, a mídia, o novo padrão estético dos corpos e os freqüentes resultados de pesquisas sobre as conseqüências do consumo e de hábitos e costumes são determinantes na criação de novas necessidades para um estrato privilegiado da população. Padrões alimentares são modificados.

Multiplicam-se as variedades de alimentos frescos, disponíveis durante todo o ano. A dieta desindustrializa-se, naturaliza-se. Há maior demanda por alimentos frescos, exóticos, produzidos de acordo com certos requerimentos ecológicos e fitossanitários (CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994, p. 60).

Entretanto essa naturalização de dieta deve ser melhor qualificada porque sua construção depende de incrementos do trabalho e tecnologia.

No Vale do São Francisco, assim como no Platô de Neópolis, predominam os denominados sistemas de produção de culturas permanentes ou de longa duração. A manga, a uva e o coco, entre outras culturas, têm conquistado importantes janelas dos mercados nacional e internacional. São cultivadas em sistemas de produção intensivos no uso de tecnologia, mas com pouca utilização do trabalho humano e, no caso do coco, sem nenhum tratamento de pós-colheita.

Uva: cultura e espaço de mulheres

A introdução do cultivo de uva na região Nordeste é decorrente de uma conjunção de esforços entre diferentes pioneiros da iniciativa privada e políticas públicas. Chamam a atenção a origem externa à região desses pioneiros e dos técnicos, assim como a capacidade do Estado, por meio de diferentes instituições, para fornecer suporte tecnológico, contribuindo para a sedimentação do mercado de frutas frescas e, mais recentemente, a intensificação da produção de vinhos. Assim, a fruticultura comercial em larga escala teve como cultura central a uva. Isto rompeu até mesmo com a noção de vinculação do produto a um único território.

Entre as diferentes regiões produtoras de uva no Brasil (Sudeste, Sul e Nordeste), o semi-árido nordestino possui vantagens comparativas em decorrência das condições de luminosidade, umidade e disponibilidade de água, que possibilitam direcionar a produção para qualquer época do ano. Desse modo, ocupam janelas de mercado. Estratégias usadas por diferentes tipos de produtores têm conferido vantagens competitivas ao colocar a região no rol dos principais centros produtivos, garantindo a superação das divisões sazonais características de cultivos limitados ao clima.

Dos produtos cultivados no Vale do São Francisco, a uva ocupa 3.758 ha distribuídos em sistemas de produção de colonos dos projetos públicos de irrigação e médios e grandes empresários (SILVA, 2001). A participação desse produto na pauta de exportação cresceu significativamente até o ano 2002, conforme mostra o Gráfico 1 (NEHEMI et al., 2004).

A partir de 2003 há um decréscimo nas exportações, seja pelas chuvas que atingiram o Vale do São Francisco, seja pelo prolongamento da safra da Grécia.

No mercado nacional, o pique de consumo é o período natalino, mas a uva hoje compõe item de alimentação das classes médias e altas da população em decorrência do aumento do consumo provocado pela estabilidade econômica e relativa redução do preço. Se há três décadas este era um produto encontrado apenas em pontos estratégicos ou especiais de venda, na atualidade está disponível nas feiras, nos pequenos supermercados e a preços comparáveis com frutas regionais. Claro está que a qualidade dessa fruta vendida regionalmente não é a mesma, pois varia segundo as classes, os locais onde é vendida e consumida, como já indicado, inferior à da exportada. Segundo afirmam Douglas e Isherwood (1996), “os padrões de consumo têm o poder de exclusão”, revelando desigualdades nas esferas de consumo.

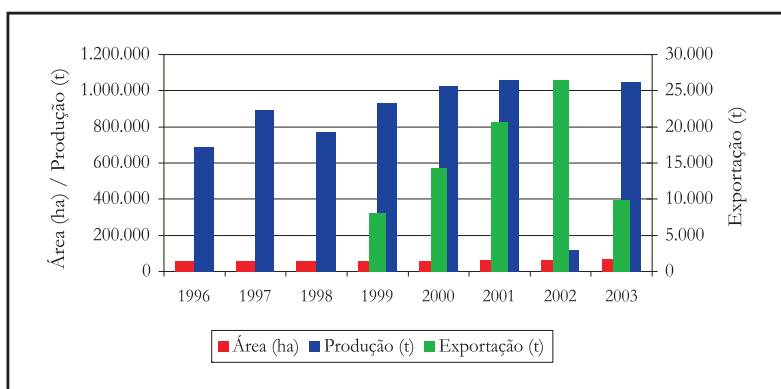


Gráfico 1 – Uva: evolução da área em produção, produção e volume de exportação no Vale do São Francisco, período 1996-2003

Por ser uma das culturas a ocupar maior quantidade de mão-de-obra, portanto, muito adequada às características da agricultura familiar, o cultivo da uva tem surpreendido, não apenas pelo uso decrescente da mão-de-obra, no total de apenas 2,5 trabalhadores por ha/ano, mas pelos novos sistemas de parceria instituídos. Tais arranjos mostram tendências da organização do trabalho, e comprometem, inclusive, a ocupação das mulheres. As iniciativas recentes de estabelecimento de parceria para o cultivo da uva indicam o reconhecimento da necessidade de tratamentos especiais com a cultura, geralmente obtidos em parcelas menores e sob os cuidados de uma família.

A uva é uma cultura caracterizada por grande irregularidade na utilização de mão-de-obra, requerendo dos produtores a contratação temporária de trabalhadores para as fases de poda, raleio e colheita. Além disso, as orientações técnicas se dão por meio de consultorias especializadas.

Grosso modo, as atividades de homens e mulheres estão divididas segundo a exigência de maior ou menor dispêndio de energia física, como também com base nas representações de que delicadeza é inadequado aos homens. Assim, compete às mulheres as denominadas tarefas “leves”, como raleio da uva, colheita e pós-colheita. Aos homens, cabe a implantação do parreiral, pulverização, poda, amarrio, pós-poda e serviços mecanizados em geral. Segundo a representação dominante no Vale do São Francisco, trabalho com uva é feminino e trabalho com manga é masculino.

Quanto aos destinos da produção, sobressaem a região Nordeste (70%), a região Sul (20%) e o mercado internacional (10%) (INCRA, 2000).

Coco: produto da moda

Largamente cultivado no Nordeste em condições de sequeiro, principalmente por pequenos produtores, o coco é um produto em ascensão em diferentes regiões do Brasil como mostra o Gráfico 2 (NEHEMI et al., 2004).

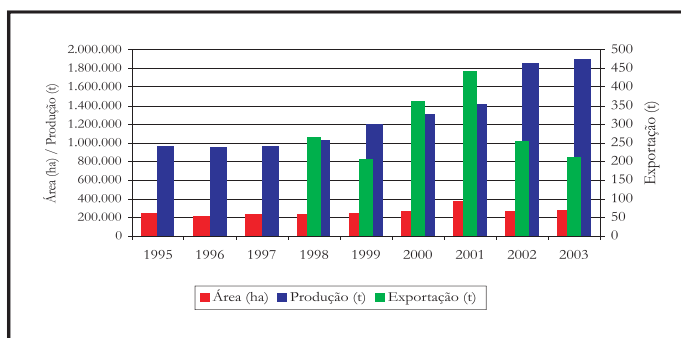


Gráfico 2 – Evolução da área e da produção de coco no Brasil, período 1995-2003

No entanto, nas áreas de expansão mais recentes são utilizados sistemas intensivos de produção com irrigação, predominantemente por microaspersão.³ A água de coco, principal produto de circulação nacional, passou a integrar as pautas de consumo de diferentes faixas da população. Uma incipiente industrialização na forma de acondicionamento possibilita sua comercialização em garrafas, copos e caixas, à venda em supermercados, bares, restaurantes e na rua, competindo com os refrigerantes. O crescimento do consumo da água de coco, cerca de 330% nos últimos cinco anos, tem sido justificado pela preocupação das pessoas em consumirem cada vez mais produtos naturais, frescos, e pelo fato de ser esta uma bebida que por suas propriedades e composição substitui as bebidas isotônicas e energéticas artificiais, representando 4% do mercado total de refrigerantes (MIRIZOLA FILHO, 2000). O Nordeste é a principal região produtora, e contribui com quase 80% da produção nacional.

No Vale do São Francisco e no Platô de Neópolis, o coco ocupa a segunda maior área plantada, com 1,0 e 1,5 mil ha, respectivamente, da

³ Caracterizados por sua alta eficiência na aplicação de água, de forma localizada, na região das raízes mais efetivas, com economia de energia. Esses sistemas permitem diversos graus de automação, inclusive automação total, além de aplicações de fertilizantes via água, a fertirrigação, melhorando a disponibilidade de nutrientes para as culturas irrigadas.

variedade anã, exclusiva para a produção de água e manejada segundo exigências dos diferentes segmentos consumidores no relacionado a cor, grau de maturação e características da água. Embora o consumo da água de coco esteja concentrado no mercado nacional, os novos investimentos na sua produção e distribuição objetivam a conquista de outros mercados, como o europeu, a exemplo da uva e da manga. Como esclarece um pesquisador da Embrapa: “Temos notícias de que, atualmente, uma empresa está exportando o coco *in natura*, parafinado, para um país europeu, com possibilidades de expandir a exportação”. Para garantir seu fluxo, buscam-se soluções para a embalagem da água, sem comprometer sua qualidade.

Nas novas áreas de fruticultura, o coco está sendo produzido por grandes e pequenos produtores, segundo estratégias dependentes dos seus objetivos de capitalização. Pela novidade, os “sistemas modernos de produção”, iniciados há menos de uma década, ainda não oferecem suficientes informações sobre número de produtores, formas de gestão e relações com os mercados. No Brasil ocupam 57.000 ha de área plantada, mas uma grande parte ainda não entrou em produção. Estes novos plantios, explorados empresarialmente, estão sendo realizados, principalmente, em as regiões não tradicionais de cultivo, tais como o semi-árido nordestino e as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A expectativa do crescimento do mercado para a água de coco tem animado os produtores a expandir suas áreas com espécies precoces, monitorar para tal todas as fases da produção para garantir a qualidade e produtos *just in time*.

No entanto, a sustentabilidade da atividade é questionável quando, tecnicamente, se sabe que a rápida expansão do plantio de coqueiros da variedade anã não garante, a longo prazo, a lucratividade esperada, em decorrência do custo da produção irrigada, ameaças de superprodução e conseqüente baixa nos preços. Além disso, pelas suas características de empregos gerados, não se pode esperar soluções significativas para o problema do desemprego. Quando comparado a outras culturas, constata-se a baixa exigência de mão-de-obra por hectare para a cultura do coqueiro, em virtude do reduzido número de plantas por hectare⁴ e

⁴ A densidade de plantio utilizada nos cultivos de coqueiro é de 205 coqueiros por ha, ao passo que para as culturas do citros e bananeira, estas densidades são de 470 e 2.000 plantas ha, respectivamente.

por não demandar trabalho de pós-colheita. Ademais, essa cultura tem safras distribuídas em cerca de quatro colheitas anuais, realizadas de forma rápida pelo fato de os seus frutos serem colhidos em cachos.

Na área do Platô de Neópolis, constatou-se a geração de um emprego para cada 5 ha. Os novos empregados são, em sua maioria, homens, jovens entre 18 e 30 anos, 75% registrados e 25% clandestinos. Dos registrados, apenas 0,8% são mulheres, que atuam em atividades administrativas. No discurso dos técnicos e gerentes, entretanto, havia o reconhecimento de ser o trabalho feminino o mais adequado para as tarefas mais leves, como adubação e “cata às baratas” do coqueiro, ambas atividades temporárias. Isto, segundo justificam, porque “as mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, obedientes e limpas”, uma dimensão das desigualdades de gênero também encontrada no Vale do São Francisco, na viticultura.

Apesar do reconhecimento da ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho em diferentes contextos (PIÑERO, 1999; LARA, 1998, entre outros), é importante relativizar o fato por cultivo. No Platô de Neópolis, observa-se tendência inversa, ou seja, a quase exclusão das mulheres do trabalho com a cultura do coqueiro. Na verdade, as relações de trabalho restritas aos homens para esta cultura parecem reproduzir um padrão de produção historicamente constituído na agricultura de sequeiro, na qual a variedade predominante é a gigante, com plantas de até 20 metros e que demandam colheita manual com escalção das árvores. Por estar o coqueiro muito associado à conquista de espaço e à reserva de valor, foi sempre uma atividade muito relacionada aos homens, que o escalavam e controlavam o comércio dos seus frutos. Esse padrão se reproduz na moderna agricultura irrigada, embora as árvores sejam baixas e permitam colheita manual sem escalção. Todas estas atividades estão sob a responsabilidade de técnicos homens, socializados no meio rural compartilhando representações sobre uma divisão social do trabalho na qual aos homens competia a responsabilidade pelas culturas comerciais.

Manga: campeã de exportação

Embora cultivada em todas as regiões do Brasil, a manga é uma cultura predominante no Sudeste e Nordeste. A produção brasileira pode ser observada no Gráfico 3 (NEHEMI et al., 2004).

Pelas excelentes condições para o seu desenvolvimento, o Nordeste destaca-se por oferecer 57% da produção nacional. De maneira geral, é um cultivo feito de modo extensivo em quintais, pequenas propriedades e chácaras, onde são utilizadas cultivares diversas. O cultivo tecnificado da manga é um fato recente. No Vale do São Francisco, a estimativa para o ano 2002 era de 27.000 ha em todo o vale e de 13,5 mil ha no Pólo Petrolina-Juazeiro. Isto revela crescimento da área plantada quando comparada com os dados do ano 2000, constantes do Gráfico 3. As variedades predominantes são Tommy Atkins e Haden, com ampla aceitação no mercado internacional, e gradativamente industrializadas nacionalmente. A expansão da cultura deve-se à sua grande aceitação no mercado internacional e à já citada conjugação de diferentes fatores e estratégias. É uma fruta consumida predominantemente *in natura*.

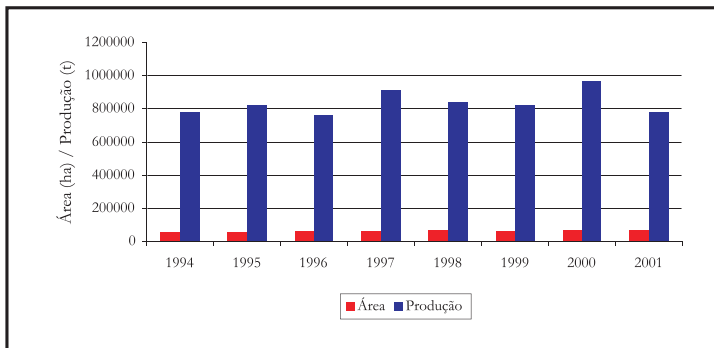


Gráfico 3 – Evolução da produção e área de manga no Brasil, período 1994-2001

Conforme observamos, existem três diferentes formas de produzir: 1. os sistemas de grandes produtores com plantios que chegam a 200 e 300 ha, integrados aos mercados internacionais e associados à Valexport; 2. os sistemas de produção de médios produtores que têm entre 5 e 40 ha, exportando para outros países, vinculados à Aprovale e a outras pequenas organizações, ou de forma isolada por meio de empresas exportadoras e *packing houses* comerciais instaladas recentemente na região; e 3. os sistemas de pequenos produtores que possuem de 1 a 3 ha de manga e que comercializam individualmente no mercado regional (INCRA, 2000).

Até 2001 a evolução das exportações foi crescente. No entanto a baixa rentabilidade obtida ultimamente pelos produtores desestimulou novos plantios nas principais regiões produtoras do Brasil. Para 2005, porém, os produtores acreditavam na possibilidade do aumento das exportações.

Nos anos recentes, a produção da manga tem passado por muitas alterações, com elevado grau de sofisticação tecnológica e gerenciamento empresarial. Em consequência, os números relativos à sua exportação têm sido considerados animadores em virtude de ocuparem brechas de mercado, como a entressafra do México, principal país exportador para os Estados Unidos. Na construção da cor, sabor, tamanho e apresentação da fruta, os produtores do vale tentam ser competitivos. Eles também têm conseguido avançar ou retardar a fase de maturação da fruta segundo as possibilidades de atender a nichos e tempos de mercado, mantidos pelas vantagens comparativas.

Os diferentes sistemas de produção combinam estratégias e fatores de produção conforme as relações dos produtores com o mercado. Nesse terreno, os grandes produtores são mais competitivos, pois os pequenos produtores enfrentam problemas financeiros, técnicos e associativos os quais limitam a obtenção da qualidade dos seus produtos e prejudicam os preços no mercado interno. Isto causa problemas na identidade e identificação desses produtores com exportadores, que atribuem à produção “fora do tempo” a causa dos seus sucessos e insucessos. Os médios produtores têm conseguido produzir a menores custos do que os grandes e têm também conquistado mercados fora do país, a exemplo de Canadá, França e Alemanha. No caso do mercado interno, o Estado de São Paulo é o principal consumidor da manga produzida no vale (90%).

Na manga, a utilização da mão-de-obra é bem menor do que em outras culturas. No vale, esta cultura ocupa a maior área e absorve um homem para cada 2ha (CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994), enquanto no platô esta mesma relação foi de um homem para cada 4,8 ha de manga (MOTA, 1999). A desproporcionalidade entre o número de pessoas ocupadas, em cada caso, deve-se ao fato de no Vale do São Francisco os pomares já estarem produzindo, e no platô encontrarem-se em implantação. Nas duas experiências, as atividades são desenvolvidas,

principalmente com a mão-de-obra assalariada registrada e, predominantemente, masculina. As etapas de irrigação e colheita utilizam a maior parte do trabalho requerido para este cultivo. No entanto, ante as exigências externas de menor manuseio das frutas frescas, já presentes na fase pós-colheita, é provável que, gradativamente, esta atividade venha a ser automatizada.

Resistência local e constituição dos novos atores

Os estudos sobre a globalização têm enfatizado as relações entre as demandas de consumidores de produtos de qualidade e a precariedade de relações de trabalho como elementos da competitividade dos locais de produção nos mercados. A globalização não é uma história de homogeneização (APPADURAI, 1999). Para Bonanno et al. (1994), a globalização se dá em meio a conflitos resultantes da convivência de ganhadores e perdedores, requerendo, portanto, instâncias de mediação. Marsden (1997; 1999) e Marsden e Cavalcanti (2001) ressaltam as assimetrias presentes nas novas regiões produtivas ligadas aos mercados globais no trabalho, nas dimensões gênero, etnicidade e usos do meio ambiente. Nos casos ora estudados, estão presentes aspectos dessas dimensões que merecem melhor análise, como expressões de movimento de resistência.

As relações global/local

A novidade das mercadorias frutas, aqui consideradas como evidências empíricas das novas formas de organização do trabalho e gestão empresarial, nos convida a compreender a trama das relações presentes nas relações globais locais; no entanto, o esforço metodológico para separar esses espaços ou unificá-los não se esgota analiticamente, dada a complexidade da relação (CAVALCANTI, 1999b) instituída na prática cotidiana dos atores envolvidos.

A atualização das desigualdades de gênero

As mulheres que encontraram trabalho e emprego na viticultura alcançaram mudanças significativas no modo como se relacionavam

dentro e fora do espaço doméstico. Entre estas mudanças mencionamos o respeito e o reconhecimento externos por chegarem a ser trabalhadoras sindicalizadas e representantes sindicais. Segundo seus discursos, na luta por melhores condições de trabalho, elas passaram a destacar a própria qualificação para lidar com mercadorias tão sensíveis e de “qualidade”. De acordo com informações, a tentativa de empregar homens nas fases de pré e pós-colheita da uva gerou alguns protestos de homens e mulheres resistentes a essa possibilidade. Isto demonstra a permanência de representações sobre os papéis de homens e mulheres na casa e fora dela.

Formas de organização

Três categorias sociais – empresários, colonos e trabalhadores – presentes nos novos contextos produtivos indicam graus de autonomia e dependência na condução do trabalho e nos elos com os mercados. Cada uma dessas categorias se constitui por meio de vínculos com a sociedade local, com os mercados e entre si. Com experiências diferenciadas no trato da fruticultura, muitos investiram na possibilidade de se constituírem como sujeitos competentes nos novos contextos. A Vallexport, a Ascondir e as várias pequenas cooperativas evidenciam aspectos de como operar nos mercados. A Ascondir, por exemplo, tem atuado para conseguir novos parceiros para a venda dos produtos e formou uma cooperativa na expectativa de vir a competir no mercado mundial.

Diante da heterogeneidade de situações em que vivem esses atores, eles foram forçados a encontrar uma base comum para resistir às propostas de emancipação e de cobrança de novas taxas pela utilização dos serviços de água e energia. Exemplar é o movimento então formado, denominado de irrigantes, pelo qual os produtores do vale vislumbraram eliminar todas as diferenças entre eles por uma pauta comum de reivindicações contra a retirada do Estado. Esperavam, com isso, tornar visível sua presença como agentes produtivos do Vale do São Francisco. Esse movimento lhes assegurou ganhos momentâneos, mas não teve continuidade, como mostram os significativos números de associações, fusões de empresas e inovações tecnológicas e novas parcerias de trabalho que promovem as transformações requeridas pelo mercado de produtos de qualidade, conforme assinalamos a seguir.

A externalização da produção e a reestruturação dos setores

Embora recentes, os processos aqui estudados remetem a tendências já observadas, algumas das quais tratadas em trabalhos anteriores pelos autores deste artigo, nas regiões do Platô de Neópolis e no Vale do São Francisco.

A expansão e a consolidação desses complexos foram acompanhadas por um processo de “exclusão” dos pequenos agricultores de áreas de sequeiros e colonos dos perímetros públicos irrigados, que deram lugar à “inclusão” de pequenos fruticultores profissionalizados e mais capitalizados tecnicamente para inserção nos mercados. Nesse espaço, até então dominado pelas grandes empresas, a inclusão da pequena produção constitui um dos principais fatores de expansão e consolidação da fruticultura.

Como evidenciado, a produção voltada para o mercado de produtos de qualidade passa a exigir, cada vez mais, novas tecnologias, mão-de-obra qualificada e serviços especializados, tanto no processo produtivo, quanto nas atividades pós-colheita, abrindo espaço para a participação das mulheres e dando origem a diversas relações contratuais. Os serviços tornaram-se uma parte inextrincável do complexo frutícola, envolvendo trabalhadores qualificados, um número significativo de técnicos e firmas, entre outros profissionais especializados vinculados a empresas ou autônomos.

As exigências atuais das cadeias de abastecimento de alimentos de qualidade, baseadas em novas combinações e convenções associadas à natureza e ao local de produção, representam uma ameaça para as cadeias de produtos convencionais. Diante disto, a capacidade de definir legitimamente normas ou convenções relativas à qualidade, assim como de poder adotá-las, converte-se numa importante ferramenta econômica para alcançar o mercado global de alimentos de qualidade.

Além disso, os fruticultores buscam novas alternativas de cultivos com fruteiras exóticas, como mangostão, figo-da-índia, lichia, atemóia, ou apelam para o resgate de produtos tradicionalmente conhecidos, como sapoti e romã, até então sem qualquer apelo comercial.

A fusão e associação de algumas empresas e a entrada em cena de empresas com *packing houses* apenas para comercialização, sem investimento direto na produção, e o aparecimento de pequenas associações de fruticultores são novos fenômenos presentes no complexo frutícola do Vale do São Francisco. Assim como o surgimento da indústria de transformação, a jusante da produção, a exemplo do envasamento da água de coco, processamento de frutas (polpa e doces etc.) como forma de aproveitamento de produtos e, principalmente, devido à dificuldade de mercado para alguns produtos, como o coco e a goiaba.

Pelo exposto, fica sublinhado o caráter da nova relação estabelecida entre a agricultura e o novo setor de serviços. Enquanto o número de trabalhadores na agricultura está sendo reduzido, uma multiplicidade de prestadoras de serviços: acondicionamento, embalagem, apresentação e transporte dos produtos, surge com força suficiente para agregar diferentes grupos de produtores que, individualmente, não alcançariam os mercados mais compensadores. Um novo senso de cooperação emerge como condição para garantir prazos e qualidades, e também novos conhecimentos técnicos para a circulação dos produtos. Exemplos significativos das novas formas de relacionamento entre os diferentes setores da economia são observados, apesar dos novos riscos e formas de dependência que, embora parte da história da agricultura, se acentuam nos novos locais de construção de produtos frescos e perecíveis.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at large: public worlds**. v. 1. Minneapolis: London, 1994.

_____. **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. New York; Cambridge: Cambridge University, 1999.

BONANNO, A. et al. **From Columbus to Conagra: the globalisation of agriculture and food**. Lawrence: University of Kansas, 1994.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. *In*: CAVALCANTI, J.

S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: UFPE, 1999. p. 47-96.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório especial para o desenvolvimento do Vale do São Francisco**. Brasília, 1995. (Mimeogr.).

BRASIL exporta mais fruta e ganha menos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2002. Agrofolla. p. 1.

CAVALCANTI, J. S. B.; FERREIRA IRMÃO, J. Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale São Francisco-NE-Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA, 17., 1994. Porto Alegre. **Anais...** v. 2. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: CNPq, 1994. p. 59-72.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, urbanização, constituição e produção da força de trabalho: políticas, energéticas e irrigação no Vale do São Francisco. *In*: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO R. C.; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. v. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 421-429.

_____. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, jan./abr. 1997.

CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da El trabajo femenino en la agricultura de exportación: las trabajadoras en la producción de uva: Brasil. *In*: BENDINI, M.; BONACCORSI, N. **Con las puras manos**. Buenos Aires: La Colmena, 1998. p.77-94.

CAVALCANTI, J. S. B. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação: heterogeneidades no trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, San Pablo, v. 5, n. 9, p. 155-171, 1999a.

_____. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. *In*: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.).

Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999b. p. 123-170.

CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A. C. B. da. Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco. *In:* CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999. p. 259-281.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I. **Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 339-362.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **The world of goods.** Routledge: London, 1996.

FRIEDLAND, W. H. Commentary on part III: creating space for food and agro-industrial just in time. *In:* GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 226-232.

GOODMAN, D.; WATTS, M. Agrarian questions: global appetite, local metabolism: nature culture, and Industry in Fin-de Siècle. *In:* **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 1-32.

GOODMAN, D. Agro-food studies in the age of ecology: nature, corporeality, bio-politics. **Sociologia Ruralis**, United Kingdom, v. 39, n. 1, p. 17-38, 1999.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, 1991.

INCRA. **Diagnóstico e planejamento do desenvolvimento sustentável local: a experiência de Santa Maria da Boa Vista: síntese do relatório final.** Brasília: INCRA; FAO, 2000.

LARA, S. M. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana.** México: J. Pablos, 1991. 302 p.

_____. **Análisis del mercado de trabajo rural en México, en un contexto de flexibilización.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 363-382.

LONG, N. Globalisation and localization: new challenges to rural research. *In*: MOORE, H. (Ed.). **The future of anthropological knowledge: the uses of knowledges: global and local relations.** New York: London, 1996. (ASA Decennial Conference Series).

MARSDEN, T. K.; CAVALCANTI, J. S. B.; FERREIRA IRMÃO, J. Globalization, regionalisation and quality: the socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley, Brazil. **International Journal of Sociology and Food**, Pullman, v. 5, p. 85-114, 1996.

MARSDEN, T. K. Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development. *In*: GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 169-191.

MARSDEN, T. K. Globalização e sustentabilidade: criando espaços para alimentos e natureza. *In*: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: UFPE, 1999. p. 25-46.

MARSDEN, T. K.; CAVALCANTI, J. S. B. Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food labour and environmental values. **Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 39-68, 2001.

MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. *In*: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. p. 9-19.

MCMICHAEL, P. **The Global restructuring of agro-food systems.** Ithaca: Cornell University, 1994.

MENNEL, S.; MURCOTT, A.; OTTERLOO, A. H. V. **The sociology of food: eating, diet and culture.** London: SAGE, 1994.

- MIRIZOLA FILHO, L. A. Produção de coco aumenta 25% em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2000. *Agrofolha*, p. 3. Entrevista.
- MOTA, D. M. da. Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE. **Ratzes**, Campina Grande, v. 20, p. 63-75, 1999.
- MOTA, D. M. da. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 113-134, 2001.
- NEHEMI, I. M. D.; FERRAZ, J. V.; NEHEMI FILHO, V. A. (Coords.). **Agriannual 2004**. São Paulo: FNP Consultoria e Agroinformativos, 2004.
- OLIVEIRA, A. C. de. (Coord.). **Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro**. Recife: UFPE, 1991.
- PIÑERO, D. E. Trabajadores rurales y flexibilización laboral: el caso do Uruguay. *In*: APARICIO, S.; BENENCIA R. (Orgs.). **Empleo rural en tiempos de flexibilidad**. Buenos Aires: La Comena, 1999. p. 99-132.
- PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão: a trama de relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- REDCLIFT, M. Global environmental change and global inequality: north/south perspectives. **International Sociology**, London, v. 13, n. 4, p. 499-516, 1998.
- RODRIGUES, J. F. **Políticas públicas e modernização na região de fruticultura no Rio Grande do Norte: o lugar da agricultura familiar**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, A. G. da. Trabalho e tecnologia na produção na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte. *In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: UFPE, 1999. p. 307-340.

SILVA, J. G. da. Agroindústria e globalização: o caso da laranja em São Paulo. *In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: UFPE, 1999. p. 221-258.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século.* São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, P. C. G. da. *Articulação dos interesses públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas.* 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura no semi-árido brasileiro

Soraia de Fátima Ramos

Introdução

Este artigo deriva das reflexões acerca dos usos do território brasileiro e as especificidades dos subespaços predominantemente agrícolas no presente período histórico. As investigações sobre os atuais usos agrícolas no território nacional culminaram na elaboração de dissertação de mestrado¹, a qual buscou analisar as implicações espaciais, os usos do território, mediante a passagem do chamado meio natural para o meio técnico e, principalmente, com a instalação do meio técnico-científico-informacional no país. Este recorte temporal, sistematizado por Santos (1996) nos permitiu apreender, segundo os diferentes momentos da história humana, a qualificação da materialidade e a empiricização do tempo, e, concomitantemente, nos ajudou a explicar os distintos usos do território num pedaço do país.

Nosso referencial teórico fundamenta-se, assim, nas contribuições de Milton Santos às ciências humanas e, em especial, à geografia. Uma de suas maiores colaborações foi conceituar o espaço geográfico, objeto desta disciplina. Como sinônimo de território usado, o espaço é um sistema, um conjunto indissociável de objetos e de ações, os quais explicam a diversidade dos lugares em cada porção do planeta e em cada estágio

¹ A dissertação intitulada *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)* foi apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em 2002.

da civilização. Para tanto, Santos (1996) atribui às técnicas um papel central em sua análise espacial. Por meio do exame das técnicas é possível compreender o caráter das relações sociais e o rebatimento das ações humanas sobre a natureza, em cada instante das divisões social, territorial e internacional do trabalho.

No Brasil, desde meados da década de 1970, os acréscimos materiais e as ações conjugadas têm configurado uma outra forma-conteúdo ao espaço geográfico. A expansão do meio-técnico-científico-informacional ocorre de modo contínuo na porção centro-sul, ou Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e, em forma de pontos e manchas no restante do país. Neste processo, o espaço nacional é permeado por inúmeras modernizações seletivas, o que equivale a desiguais densidades técnico-científico-informacionais e, em consequência, novas possibilidades de usos do território.

Consoante essas transformações gerais, o campo brasileiro recebe com maior força as inovações do período e cada vez mais adere à chamada agricultura científica (SANTOS, 1994). Há, conseqüentemente, alterações tanto na forma como no conteúdo dos espaços reservados às atividades agropecuárias. Introduzem-se modernas técnicas de manejo e cultivo, acirram-se as relações agricultura-indústria, há integrações entre diferentes capitais, modificam-se a distribuição e a regionalização da produção agrícola no Brasil. É neste sentido que sugerimos falar no surgimento de novos sistemas técnicos agrícolas, os quais se referem às especificidades na organização de subespaços agrícolas no interior do país. Os objetos e as ações presentes em cada subespaço correspondem às diferentes combinações de técnicas e tecnologias, desde o preparo do terreno, passando pela produção em si, até a armazenagem, o beneficiamento, a comercialização e a distribuição do produto, somados às variadas ações políticas, tais como aquelas relacionadas ao crédito rural e à assistência técnica.

Diante disso, o intuito do trabalho que ora apresentamos é desvendar a gênese do processo de conformação de um subespaço agrícola luminoso na porção do semi-árido, região Nordeste do Brasil, a partir das transformações no uso do território nos municípios de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. Por meio da idéia de sistemas técnicos agrícolas buscamos um suporte conceitual para nos guiar na análise do

uso agrícola do território e, deste modo, contribuir para uma interpretação geográfica das transformações ocorridas em nosso meio rural. O esforço foi no sentido de apontar as influências exercidas pelo território na atividade econômica, agricultura, e ao mesmo tempo assinalar as determinações econômicas, políticas e sociais incidentes sobre o espaço geográfico.

Examinamos inicialmente as formas pretéritas e o sistema de objetos e de ações que viabilizariam as posteriores inovações no semi-árido. Ao investigar as origens do atual sistema técnico agrícola predominante na região de Petrolina e Juazeiro nos foi possível confirmar a idéia de Santos e Silveira (2001) de expansão do meio técnico-científico-informacional no Brasil, sobretudo por volta de meados dos anos 1970. Tal fato ajudou-nos a reconhecer a existência no interior do semi-árido nordestino – parcela do território nacional identificada com o atraso – de um espaço luminoso. Estes são subespaços que acumulam densidades técnicas e informacionais, e oferecem mais atrativos às atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

De acordo com as proposições de Santos (1996) a respeito da história das transformações da natureza pelo trabalho humano, e para efeito da análise de determinadas situações geográficas, reconhecemos três grandes fases e quatro subperíodos no uso do território e constituição dos atuais municípios de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e Juazeiro, no Estado da Bahia. A primeira fase data dos primórdios da história do território brasileiro até praticamente o final do século XIX, correspondente ao período pré-técnico. O meio natural impunha-se dominante e o uso agrícola incipiente limitava-se a práticas rudimentares. A segunda fase, entre o final do século XIX até meados dos anos 1960, marca a chegada da mecanização, a agricultura em escala comercial e o crescimento urbano em ambas as cidades. Esse período pode ser subdividido em pelo menos dois grandes momentos: do final do século XIX até os anos 1940 e, daí até meados da década de 1960. A terceira fase tem início por volta dos anos 1970 e alcança o século XXI, com características peculiares desde o final dos anos 1980. A fase inaugura a entrada do meio técnico-científico-informacional e corresponde à constituição de um subespaço luminoso no semi-árido a partir da combinação entre modernas técnicas de irrigação com o cultivo de frutas para exportação.

Na região de Petrolina e Juazeiro, a compreensão e explicação do recente uso do território, deu-se com a escolha de algumas das variáveis componentes do sistema técnico agrícola do período, as quais manifestam mais diretamente as especificidades do uso agrícola no contexto do semi-árido nordestino, às margens do rio São Francisco. Da materialidade natural e construída, destacamos a oferta hídrica e as condições edafoclimáticas, somadas à artificialização da natureza, com destaque para as novas variedades e os modernos equipamentos de irrigação. Além disso, têm-se as ações que motivaram ou são decorrentes das transformações socioespaciais, com predomínio das políticas trabalhadas pela Sudene, Codevasf e Embrapa.

O advento dos perímetros públicos irrigados, como resultado de políticas públicas, é a chave para a compreensão do atual retrato de Petrolina e Juazeiro como espaço luminoso no semi-árido. Desde a instalação dos perímetros, criaram-se as condições para o desenvolvimento de uma moderna fruticultura irrigada, a qual ilumina o semi-árido nordestino. Este subespaço é marcado por uma racionalidade instrumental, imbuída por conflitos entre governo, empresas e agricultores. Nota-se, nos últimos anos, uma mudança no perfil dos produtores da região. Agora, as atenções estão voltadas aos médios e grandes empresários agrícolas, provenientes de outras partes do país e, até mesmo, do mundo, em detrimento de antigos colonos.

Ao buscar a elaboração de uma teoria menor que dê conta de interpretar as exigências e conseqüências dos usos agrícolas nesta contemporaneidade, procuramos mostrar que o campo moderno está atrelado à incorporação dos elementos de uma agricultura científica. Tal fato vem permitindo alterar as condições de produção no campo e repercute em outros setores, notadamente nas indústrias de insumo e beneficiamento, e no comércio e serviço de produtos agropecuários, intensificando o processo de urbanização em diversas partes do país. Contudo, os novos usos agrícolas hoje factíveis decorrem de escolhas políticas nas quais se evidenciam embates entre os distintos lugares e agentes sociais.

Formas pretéritas e práticas agrícolas

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto do trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (SANTOS, 1996, p.45).

O cenário predominante até há poucas décadas em relação ao semi-árido nordestino era o de uma natureza inóspita em razão do clima quente e seco, e ausência recorrente de chuvas culminando em longos períodos de estiagens. A paisagem era composta, ainda, pela vegetação de caatinga, relevo pouco movimentado, solos pedregosos e uma população rarefeita. No entanto, um fator geográfico natural, o imperioso rio São Francisco nascente em Minas Gerais e percorrendo os Estados da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe até desaguar no oceano Atlântico, permitiu desde épocas mais remotas uma ocupação humana diferenciada na área genericamente conhecida como sertão.

Na primeira fase da história territorial do submédio do São Francisco, as práticas agrícolas e o uso da irrigação eram totalmente dependentes das determinações da natureza com seus períodos de cheia e estiagem. A fertilização natural das terras às margens do São Francisco distingue a área de beira-rio da imensa região de sequeiro porque favoreceu desde sempre as condições para práticas agrícolas de subsistência. Daí Andrade (1983) identificar para esta época dois sistemas de produção agrícola no sertão: a de beira-rio e a agricultura de chuva. Ambos os sistemas se referem à fase em que a natureza ditava a forma de produção social do espaço geográfico na maior parte do país. Com o método por inundação ou agricultura de vazante, a produção agrícola não podia atingir grande escala, nem os produtores podiam escolher a melhor época para o plantio, de acordo com a demanda de mercado.

O perene rio São Francisco, ao atravessar grande parte do território nacional, possibilitou o abastecimento das cidades que iam surgindo às suas margens, tanto em decorrência de práticas agrícolas de subsistência como em razão das trocas comerciais estabelecidas entre as várias regiões

do país, beneficiadas pela importante via natural para o transporte de pessoas e mercadorias. Serão nessas terras, situadas nas margens direita e esquerda, que surgirão respectivamente Juazeiro e Petrolina. A ocupação e a organização territorial foram beneficiadas no período colonial dada a posição estratégica ponto de encontro dos caminhos terrestres, abertos por criadores de gado e de bandeirantes, com a mencionada via fluvial. A ação de missionários corroborou a consolidação dos novos núcleos urbanos que cresciam lentamente.

Na segunda fase, entre o final do século XIX e começo do século XX, se realiza a mecanização do território, e o fenômeno da urbanização ganha maior força. Os novos fixos, como a navegação a vapor, por meio do navio Saldanha Marinho em 1871, e a estrada de ferro Salvador-Juazeiro em 1896, exemplificam os acréscimos materiais que irão contribuir para ampliar os fluxos da região com o restante do país. Desde o início do século XX, a cidade de Petrolina assiste a um intenso processo de expansão urbana. Até então era tida como nó de comunicação e ocupava uma posição subalterna em relação à cidade vizinha, Juazeiro, uma das mais importantes cidades mercados do interior do país. Inauguram-se em Petrolina diversas obras como, em 1926, a estrada de ferro ligando a cidade a Teresina, no Piauí, uma nova catedral em 1929, e um hospital com destaque regional em 1936. O crescimento da cidade pernambucana explica-se por ações desempenhadas primeiramente pela força e influência de um religioso, Dom Malan, e também por meio do papel político da família Coelho (DOMINGUES, 1989).

Uma presença humana cada vez mais desarticuladora do espaço natural, como diria Isnard (1982), marca a intensificação do uso do solo na região. Inicia-se, assim, o processo de transformações sucessivas no uso agrícola, e de experiências nos métodos de irrigação, os quais estão diretamente relacionados à evolução da mecanização do território. Após os anos 1940, a experiência com a agricultura de vazante pelos ribeirinhos diminui de importância. As rodas-d'água e, depois, as motobombas permitiram um uso econômico mais eficiente da oferta hídrica disponível.

No período, o cultivo comercial da cebola às margens do São Francisco apreende uma nova organização territorial e inaugura outro sistema técnico agrícola. Na região, esta cultura pode ser considerada uma das precursoras entre as lavouras irrigadas praticadas em escala comercial com vistas ao provimento de mercados distantes. As novas técnicas de irrigação somam-se ao emprego de adubos, inseticidas, fungicidas, e da disponibilização de crédito rural. Com o desenvolvimento das rodovias nos anos 1940 e 1950, a ampliação da escala de comercialização da produção local foi estimulada. E, também, pela inauguração da ponte rodoferroviária Presidente Dutra, em 1954, unindo Petrolina a Juazeiro e o Sul ao Norte do país.

Paralelamente, o recorrente fenômeno das secas tem sido uma das preocupações com o semi-árido e explica grande parte das ações de políticas públicas na região. As ações de órgãos como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs) em 1909, transformado em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), em 1919 e, em 1945, no Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs) correspondem a novos acréscimos materiais com a construção de obras de caráter emergencial: açudes, estradas, poços, ferrovias e barragens. A solução hidráulica ou política da açudagem acontece no mesmo período em que verbas federais começaram, em 1936, a serem destinadas à área demarcada como Polígono das Secas. Daí em diante crescerá o conhecimento científico e o interesse econômico sobre a zona semi-árida, principalmente entorno de Petrolina e Juazeiro.

Valorização seletiva e o uso agrícola no semi-árido

Entre os anos 1940 e 1960, a difusão da idéia de integração dos mercados regionais e do desenvolvimento urbano industrial converge com as preocupações da parcela do Brasil afetada pelas secas. Na tentativa de sanar os desequilíbrios regionais o governo federal delinea políticas com base em estudos de planejamento regional. Após a Constituição de 1946, e seguindo o exemplo americano do Vale do Tennessee, o governo brasileiro realiza um plano de desenvolvimento do Vale do São Francisco. Um dos marcos deste processo se deu em 1948, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1952, com a criação do

Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e, em 1955, com a inauguração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Os objetivos eram impulsionar a industrialização e viabilizar os futuros projetos de irrigação, disponibilizando crédito e infra-estrutura para a geração de energia elétrica.

A região de Petrolina/Juazeiro provavelmente não conheceria a riqueza em sua atividade agrícola se não fossem os estudos e levantamentos técnicos encomendados ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sobre o semi-árido brasileiro. Era necessário primeiramente conhecer a região para, em seguida, ocupá-la. E, neste sentido, a atuação de Celso Furtado foi decisiva para o questionamento das ações voltadas apenas ao equipamento do território com infra-estruturas materiais. A criação da Sudene, em 1959, marca uma nova etapa no Nordeste em razão da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e da visão de incremento regional apoiada numa abordagem técnico-econômica (REBOUÇAS, 1997).

Acompanhando as novas diretrizes, a antiga CVSF, transformada em 1967 na Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), passou a ser denominada Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em 1974. Esta empresa pública vem desempenhando marcante papel como indutora na preparação do território para a instalação de uma racionalidade instrumental. Das suas sete superintendências, uma está localizada em Juazeiro e outra em Petrolina. Ao lado dos incentivos realizados pela Sudene, a Codevasf garantiu a realização da agricultura irrigada em grandes extensões do semi-árido. Entre os municípios de Casa Nova, Bahia, e Petrolina, Pernambuco, foi inaugurado em 1968 o primeiro perímetro público da região, o de Bebedouro. Cabia ao poder público disponibilizar a área a ser ocupada pelos colonos e empresas, equipando o local com toda a infra-estrutura necessária à instalação dos irrigantes nos lotes: asfaltamento, eletrificação rural, construção de canais, dutos e agrovilas servidas por escolas, postos médicos e moradias.

Nas décadas seguintes, diversos programas e incentivos de caráter estatal modernizante contribuíram para um novo uso do território no semi-árido. Nos anos 1970 e 1980 foram inaugurados diversos perímetros

públicos, apoiados em ações como o Programa Plurianual de Irrigação em 1971, o Provale em 1972 e, em 1974, o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do São Francisco, o Polonordeste, e o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), além do Projeto Sertanejo em 1976. Na década de 1980, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Programa Nacional de Irrigação (Proni) e o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine) exemplificam as ações oriundas de políticas públicas que proporcionaram as condições necessárias às modernas práticas agrícolas, de irrigação, e a efetivação de empreendimentos agroindustriais.

Se inicialmente a Codevasf executava as obras para a irrigação, o gerenciamento e a manutenção dos perímetros, além de garantir a assistência técnica aos colonos, desde a década de 1980 vem transferindo parte das antigas responsabilidades aos produtores irrigantes. Para Pinto (1989, p. 129), “os projetos públicos de irrigação, que em geral são pioneiros nas áreas onde se instalam, têm papel relevante como indutores da iniciativa privada.” Assim, as recentes mudanças nas diretrizes das políticas efetuadas pela Codevasf se referem à passagem das prioridades sociais em assentar a população mais pobre atingida pelas estiagens (VERGOLINO, 1991) para uma política voltada aos empresários agrícolas mais capitalizados e em condições de assumir os riscos que toda atividade agrícola moderna encerra.

Desse modo, a entrada na terceira fase inaugurará a composição de um novo meio geográfico à região, o meio-técnico-científico-informacional, transformando decisivamente a base material, os fluxos de relações e as possibilidades de uso agrícola no semi-árido nordestino. As novas técnicas de irrigação prenes de informação e saber científico se somam e contrapõem-se às técnicas empíricas, próprias de uma fase na qual as imposições da natureza prevaleciam sobre o trabalho humano. As técnicas exógenas, mediadas por políticas públicas, têm provocado uma mudança no sistema técnico agrícola da área como, por exemplo, mediante introdução e expansão de cultivos de outras regiões do país.

Portanto, Petrolina/Juazeiro, subespaço da zona semi-árida, assinala a ocorrência de uma valorização seletiva do território, pautada pela desigual inserção dos novos sistemas de objetos técnicos e de ações conjugadas.

O conhecimento das potencialidades do lugar, aliado aos avanços científicos e tecnológicos, impulsiona as transformações econômicas e territoriais nesta parcela do país. Para exemplificar, temos a inauguração em Petrolina, em 1976, de uma unidade local da Embrapa, o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido (CPTSA); em 1977, a criação da barragem de Sobradinho e, no início da década de 1980, a consolidação do Distrito Industrial de Petrolina.

Durante a década de 1980, os incentivos oferecidos pelo governo, associados à existência da infra-estrutura de irrigação, foram benéficos à realização de um sistema técnico agrícola centrado no cultivo de tomates e à instalação de grandes empresas processadoras na área em análise. A produção de tomates no submédio do Vale do São Francisco ganhou relevo em virtude das particularidades naturais da área quanto a insolação e temperatura, e favoreceu o desenvolvimento de fruto com sabor mais acentuado e de coloração mais adequada aos padrões de mercado. Contudo, a superoferta da matéria-prima, com o aumento da área plantada, somada aos problemas fitossanitários e à saída das agroindústrias processadoras para outras regiões do país, teve por consequência a sua desvalorização. A partir daí, os produtores mais capitalizados diversificaram sua produção em direção às tendências de mercado e partiram para a produção de outras culturas.

Espaços luminosos e fruticultura irrigada

Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo (SANTOS, 1996, p. 148).

O final do século XX enseja novas condições para o *uso do território* no submédio do Vale do São Francisco, entorno dos municípios de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. As profundas transformações em sua atividade agrícola e dinâmica territorial privilegiam a produção de frutas irrigadas – especialmente mangas e uvas de mesa – e fazem da região um espaço cada vez mais luminoso no conjunto do país.

Conforme Silva (1996), nos últimos anos há uma tendência para a ampliação dos mercados de alimentos frescos, especialmente frutas e legumes, em razão da desvalorização e redução nas exportações brasileiras de *commodities* tradicionais. As frutas encerram novas oportunidades no cenário do agronegócio em razão do aumento da demanda mundial por produtos com baixas calorias, de fácil preparo e consumo, rico em vitaminas, sais minerais, fibras e proteínas. Esta é a justificativa para a expansão das negociações com frutas frescas no mercado mundial, como é o caso do comércio de uvas de mesa e mangas.

Originária dos países de clima temperado, a uva tem hoje na China, Turquia, Itália, Chile e Estados Unidos os maiores produtores, incluídos, também, entre os maiores consumidores de uva de mesa no mundo. O Chile destaca-se como o maior exportador mundial de uva de mesa (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA). Em virtude das suas condições climáticas, o Brasil não ocupa lugar de destaque internacional na produção de uvas, embora nos últimos anos conheça expressivo crescimento no volume produzido, a partir da inserção de novas regiões produtoras, como o Vale do São Francisco. Segundo dados do IBGE (2003), a área colhida com uvas está distribuída da seguinte forma: 70% nos Estados da região Sul, 19% no Sudeste e 10% no Nordeste. Nos Estados do Ceará, da Bahia e de Pernambuco, porém, os rendimentos têm sido significativamente superiores à média dos demais Estados e da nacional.

No caso da produção de mangas, Índia, China, Tailândia, México, Paquistão, Filipinas e Brasil estão, respectivamente, entre os primeiros produtores, e o México e o Brasil ocupam de longe a posição de maiores exportadores mundiais (Food and Agriculture Organization - FAO). Internamente, a região Nordeste do Brasil respondeu por 59% da área colhida e 66% da quantidade produzida de mangas para o ano de 2003. Os Estados da Bahia e de Pernambuco são os maiores exportadores e produtores com, respectivamente, 32% e 17% da quantidade produzida da fruta no país (IBGE, 2003).

Atualmente, a saída para a crescente competitividade no mercado internacional é a diferenciação verificada por meio de reclamos à qualidade

da produção, organização e gerenciamento das unidades produtivas. Para as frutas frescas crescem as exigências do mercado consumidor, sobretudo internacional, quanto à padronização referente a coloração, sabor, tamanho e textura dos produtos finais. A nova racionalidade vincula-se à compra de certos tipos de sementes, mudas, adubos, defensivos, trato no cultivo, armazenagem, entre outros. Segundo Cavalcanti (1997, p. 84):

... o valor agregado aos produtos (polimento das frutas, tipos de embalagem, rótulos são valores que ultrapassam a produção como tradicionalmente considerada) foge ao controle direto de alguns atores sociais e os deixam vulneráveis frente aos demais.

Deste modo, o espaço torna-se rígido porque não é flexível a todas as formas de capital e modos de produzir, porque impõe a lógica dos rendimentos crescentes, da modernização constante e da atenção às variações do mercado, que só podem ser acompanhadas por poucos.

Nas tentativa de responder aos reclamos do mercado internacional, compreende-se que a realização do atual sistema técnico agrícola em Petrolina/Juazeiro, com a expansão da fruticultura irrigada em modernas bases científicas e organizacionais, só foi possível pelo aproveitamento das condições naturais ímpares (tipos de solo, presença de sol na maior parte do ano e oferta hídrica), somado aos acréscimos técnicos, e com o apoio fundamental do poder público em décadas anteriores. O alargamento no conhecimento sobre a ecologia nordestina promoveu maior racionalidade no uso do território. Além disso, a união das novas técnicas com os recursos naturais tem garantido a estabilidade na produção, a escolha do melhor período da safra e, por conseguinte, maior controle sobre o escoamento dos produtos. Entretanto, aqueles que não dominam ou não aderem a essas modernizações sucessivas tornam-se impossibilitados de praticar o uso agrícola dominante e, conseqüentemente, de se inserirem no competitivo cenário internacional.

As mudanças nos métodos de irrigação, combinadas com a escolha e substituição de cultivos, denunciam a nova exclusão social do período. Na região, a exclusão técnica pode ser exemplificada com a passagem da agricultura de vazante para um período com o sistema de pivô central,

substituído, depois, pela aspersão convencional e, mais tarde, pela microaspersão e gotejamento. Os novos equipamentos otimizam o uso da água, evitam a salinização dos solos e têm a vantagem de combinarem-se com o uso de fertilizantes ou defensivos, no intuito de melhorar a concentração de açúcar, uniformizar o tamanho e aumentar a produtividade das frutas. No entanto, somente alguns produtores conseguem acompanhar o ritmo dessas inovações.

Em estudo realizado junto à área irrigada (CODEVASF, 1999), esta empresa apontou produção de 29 de frutas em Petrolina/Juazeiro. Deste total destacam-se em relação à área plantada, entorno de 98% dos cultivos, onze tipos de frutas: acerola, banana, coco, goiaba, graviola, limão, mamão, manga, maracujá, pinha e uva (Tabela 1). Apesar da grande potencialidade em produzir ampla variedade de frutas, inclusive aquelas da própria região e mais adaptadas às carências hídricas, o que se nota é uma especialização na área de cultivo do submédio do São Francisco, pois, nos dias atuais, a produção de frutas na região tem se pautado em cinco culturas: uva, manga, coco, goiaba e banana.

A uva e a manga são produzidas especialmente nas propriedades mais modernas, de médios e grandes empresários; já a banana e a goiaba são produzidas por colonos e pequenos e médios produtores. A banana, embora não necessite de grandes investimentos, é mais sensível a um problema de ordem natural, o vento. Devido o aumento da devastação da vegetação de caatinga, tem crescido a força dos vendavais na destruição das plantações. Já a uva não se generalizou entre os pequenos produtores porque é exigente de tecnologia mais avançada, como as sementes melhoradas e o próprio trato na lavoura, o que torna maiores os investimentos. Na década de 1990, mais uma novidade foi introduzida na região, a variedade de uvas apirênicas, sem sementes, a partir de convênio entre Valeexport, Sebrae, Embrapa, Instituto Agrônômico de Campinas e do Ministério da Agricultura.

Na Tabela 2 constam os principais métodos de irrigação utilizados para algumas frutas selecionadas em Petrolina/Juazeiro. A aspersão convencional é a técnica de irrigação mais comum, nas áreas cultivadas com banana (78%), coco (39%) e goiaba (51%). Para as três frutas o

método por sulcos é a segunda técnica mais utilizada. Nas áreas cultivadas de uva e manga, porém, aparecem métodos mais modernos. Com a uva destaca-se em primeiro lugar, com 35% da área cultivada, a microaspersão, seguida da aspersão convencional, com 30%. Quanto à manga, a modernização é ainda maior porque 43% de sua área cultivada é realizada com o uso da microaspersão, seguido pelo método de sulcos, com 26%. O método por gotejamento, outra das técnicas mais recentes, é inexpressivo na área de banana, coco e goiaba, enquanto na área de manga e uva ultrapassa os 14% das técnicas empregadas.

A nova ampliação e a modernização do aeroporto internacional de Petrolina e, também, da ponte Presidente Dutra, ilustram as influências da dinâmica econômica, fruticultura irrigada, nas transformações da paisagem. Nesta, a modernização e incorporação de novos fixos promovem renovações nos fluxos, o que modifica a relação e a inserção da região na divisão regional e internacional do trabalho. Assim, o movimento de urbanização pautado pela especialização e modernização agrícola, tal como se manifesta em outras regiões do país, como aquela investigada por Elias (1996) em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, também pode ser encontrada no submédio do São Francisco. A introdução de técnicas de irrigação e a valorização seletiva do território para novas práticas agrícolas colaboraram para concentrar equipamentos, serviços, agroindústrias, além dos fluxos financeiros e populacionais no interior dos municípios de Petrolina e Juazeiro, os quais exercem influência num raio aproximado de 300 km (PETROLINA, 1999).

As modernizações incorporadas por Petrolina/Juazeiro correspondem aos novos aportes técnico-científico-informacionais, utilizados seletivamente. Daí que o alcance de mercado e os círculos de cooperação são diferenciados para cada agente envolvido no processo (SANTOS, 1994). As empresas agrícolas atuantes na região e com maior poder de decisão provocam novas redes de relações, contribuindo para alterar a materialidade presente, a participação na divisão territorial do trabalho e as possibilidades de uso do espaço local. Para estas empresas, o alcance de mercado é o mundo. Ao mesmo tempo, os demais agentes procuram acompanhar as inovações preponderantes – associação de produtores – mas encontram dificuldades técnicas e políticas.

Tabela 1 – Petrolina (PE) e Juazeiro (BA): área plantada e percentagem com frutas, segundo os perímetros irrigados, 1999

	Perímetros/Petrolina						Perímetros/Juazeiro									
	Bebedouro		Nilo Coelho		S/Perímetro		Curaçá		Mandacaru		Maniçoba		Tourão		S/Perímetro	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Acerola	3,2	0,49	497,9	3,84	24,8	2,13	23,0	0,85	-	-	23,3	0,91	-	-	9,0	0,29
Banana	23,8	3,66	3.097,2	23,90	127,7	10,98	31,4	1,16	1,9	1,24	167,1	6,56	49,9	6,36	178,8	5,70
Coco	31,6	4,87	2.081,9	16,07	226,5	19,47	574,6	21,28	28,2	18,47	459,7	18,04	69,2	8,82	686,0	21,88
Goiaba	149,0	22,94	1.747,1	13,48	61,3	5,27	114,6	4,24	39,3	25,74	409,9	16,09	56,9	7,25	145,2	4,63
Graviola	-	-	24,3	0,19	2,4	0,21	0,8	0,03	-	-	3,4	0,13	-	-	3,7	0,12
Limão	2,2	0,34	60,1	0,46	3,0	0,26	30,4	1,13	1,0	0,65	68,5	2,69	9,4	1,20	130,0	4,15
Mamão	1,6	0,25	87,9	0,68	2,8	0,24	0,5	0,02	-	-	1,7	0,07	3,0	0,38	9,9	0,32
Manga	71,5	11,01	3.945,9	30,45	466,7	40,12	1.337,8	49,54	77,7	50,88	1.111,4	43,62	514,6	65,60	1.550,7	49,46
Maracujá	1,0	0,15	145,0	1,12	1,9	0,16	28,3	1,05	4,6	3,01	159,5	6,26	14,0	1,78	207,2	6,61
Pinha	2,7	0,42	160,2	1,24	0,6	0,05	74,2	2,75	-	-	37,4	1,47	0,3	0,04	26,5	0,85
Uva	362,8	55,87	1.001,8	7,73	238,1	20,47	474,5	17,57	-	-	92,0	3,61	55,6	7,09	134,1	4,28
Subtotal	649,4	100,0	1.2849,3	99,17	1.155,8	99,36	2.690,1	99,63	152,7	100,0	2.533,9	99,45	772,9	98,52	3.081,1	98,28
Total	649,4	100,0	12.956,5	100,0	1.163,3	100,0	2.700,2	100,0	152,7	100,0	2.548,0	100,0	784,5	100,0	3.135,0	100,0

Fonte: Cadastro frutícola (CODEVASF, 1999).

Tabela 2 – Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) métodos de irrigação utilizados, segundo a área cultivada das principais frutas, 1999

Métodos de Irrigação	Coco		Goiaba		Banana		Manga		Uva	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Aspersão (convencional)	1.608,0	38,68	1.389,2	51,01	2.854,8	77,62	978,8	10,78	715,3	30,32
Bacia	230,3	5,54	58,2	2,14	27,6	0,75	467,1	5,15	4,5	0,19
Gotejamento	73,0	1,76	17,0	0,62	44,0	1,20	1.300,8	14,33	349,6	14,82
Microaspersão	634,6	15,26	352,7	12,95	303,0	8,24	3.910,3	43,08	831,0	35,23
Não Irrigado	24,4	0,59	24,3	0,89	9,9	0,27	53,9	0,59	1,0	0,04
Pivô Central	9,0	0,22	3,0	0,11	48,0	1,31	4,5	0,05	29,4	1,25
Sulco	1.578,4	37,96	878,9	32,27	390,5	10,62	2.360,9	26,01	428,1	18,15
Total	4.157,7	100,0	2.723,3	100,0	3.677,8	100,0	9.076,3	100,0	2.358,9	100,0

Fonte: Cadastro frutícola (CODEVASF, 1999).

De acordo com os dados levantados em bibliografia e trabalho de campo, sugerimos previamente, e para efeito de análise, quatro grandes tipos de empreendimentos agrícolas produtores de frutas na região de Petrolina/Juazeiro.

O impacto causado por uma inovação na própria produção ou no pós-colheita traz, conseqüentemente, a eliminação de grande número de produtores do cenário. Algumas poucas empresas otimizam o seu negócio e forçam a adaptação dos demais agentes à forma de produção por elas imposta. Em geral, as políticas agrícolas resultam das necessidades e exigências do mercado globalizado; servem, portanto, não à grande maioria dos produtores locais e a objetivos estratégicos nacionais, mas aos interesses de uma parcela dos consumidores e, principalmente, a alguns grupos econômicos. Os grandes empresários agrícolas, por exemplo, acabam por estabelecer a normatização da produção, e impõem aos demais produtores o modelo hegemônico. Segundo Silveira (1999, p. 165), “a densidade dos novos objetos e das novas ações nas áreas agrícolas revela, certamente, a antecedência de um trabalho intelectual de pesquisa e planejamento da produção e circulação.”

No ano de 1988, a criação de uma associação de produtores de frutas irrigadas do Vale do São Francisco, a Valexport, buscou agregar e fortalecer os empresários de hortifrutigranjeiros da região por meio de convênios, parcerias técnicas para pesquisa e desenvolvimento da fruticultura irrigada, bem como melhorar a comercialização e exportação das frutas do vale. E, em 1999, foi criado o Sistema Integrado de Comercialização do Vale do São Francisco (Sicvale), que vem a ser um leilão on line para comercialização da produção de frutas. Os produtores disponibilizam via internet a previsão da colheita: quantidade, variedade, classificação e o preço para seus produtos, aguardando os possíveis compradores de qualquer parte do mundo. Este mecanismo é utilizado, sobretudo, por empresários agrícolas interessados em ampliar seu alcance de mercado. Todavia, as grandes empresas da região parecem prescindir da Valexport e do Sicvale para a realização dos seus negócios, porque possuem outros mecanismos de organização, tais como consultores e os escritórios em diversas partes do país e do mundo (Tabela 3).

Tabela 3 – Tipologia para produção de frutas no Vale do São Francisco, 2001

Características do sistema técnico agrícola	Colonos	Pequenas empresas agrícolas	Médias empresas agrícolas	Grandes empresas agrícolas
Principais culturas	arroz, feijão, milho, banana, goiaba e coco	banana, goiaba e coco	goiaba, coco, uva e manga	manga e uva
Mão-de-obra	familiar	familiar e assalariada	assalariada, com alguma especialização	assalariada e especializada
Destino da produção/mercado	mercado interno local, regional e nacional	mercado interno local, regional e nacional	mercado interno regional e nacional	mercado externo
Comercialização	dependentes de intermediários	dependentes de intermediários	realização de negócios com grandes redes de supermercados	realização de negócios com grandes atacadistas e redes supermercados; comercializam produção de outros; possuem escritórios em diversos países
Métodos de irrigação mais utilizados	aspersão convencional – dificuldades para adaptação a novos métodos	aspersão convencional e gotejamento	gotejamento e microaspersão	gotejamento e microaspersão
Compras de insumos e equipamentos	mercado local (escritórios e representantes de empresas)	mercado local (escritórios e representantes de empresas)	mercado local ou nacional	mercado nacional ou internac. (diretamente c/ grandes empresas)
Parcerias técnico-científicas	não desenvolvem parcerias; dependem do poder público quanto ao acesso às novas tecnologias	não desenvolvem parcerias; dependem do poder público quanto ao acesso às novas tecnologias	desenvolvem parceria técnico-científica com a Embrapa	influenciam os rumos das pesquisas; desenvolvem convênios com a Embrapa
Assistência técnica	são beneficiários da assistência prestada pela Codevasf	contratam técnicos e consultorias em certos períodos	possuem assistência técnica própria em seu quadro de funcionários	assistência técnica própria, consultorias e participação em eventos técnico-científicos
Infra-estrutura de armazenagem packing house	não possuem	não possuem	locação de infra-estrutura de terceiros	têm infra-estrutura própria
Sicvale	não utilizam	não utilizam	utilizam	não utilizam
Valexport	não são associados	associados	associados	associados e principais articuladores

Fonte: Cadastro frutícola (CODEVASF, 1999).

O atual dinamismo econômico do semi-árido, como uma das maiores áreas produtoras de frutas do país, é explicado em parte pelas condições naturais ímpares, e oferta de mão-de-obra, mas também por ações e objetos incorporados a cada etapa histórica. Hoje, a região de Petrolina/Juazeiro tornou-se um espaço luminoso em meio à castigada região semi-árida do Nordeste brasileiro.

Considerações finais

Uma perspectiva geográfica para a análise e interpretação das transformações no uso do território no período atual nos foi dada por Santos (1996). Para o autor, em tempos de globalização o espaço geográfico ora constituído reflete um sistema de objetos e de ações calcados na ciência, técnica e informação. Daí que essa expansão gradual do meio-técnico-científico-informacional, conjugado às modernizações seletivas na agricultura brasileira, redesenha as possibilidades de uso agrícola no território brasileiro.

As notáveis mudanças na dinâmica espacial e ocupação do solo, em virtude da incorporação da chamada agricultura científica, resultam na existência de subespaços luminosos. Nessas frações do território, como é o caso de pontos no submédio do Vale do São Francisco, são maiores as densidades técnico-científico-informacionais que dão sustentação a novas práticas agrícolas e substanciam uma outra organização territorial. O fato pode ser exemplificado com as recentes transformações nos sistemas de cultivos de parcela do semi-árido nordestino, notadamente às margens do rio São Francisco nos municípios de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia.

Desde a segunda metade do século XX, e em decorrência de escolhas políticas e dos avanços técnico-científicos, há um conhecimento mais profundo das virtualidades do lugar. Há, pois, em Petrolina/Juazeiro uma valorização da natureza e um uso mais racional destas aptidões naturais ímpares: solos, clima e oferta hídrica, quando combinados com os conhecimentos científicos e acréscimos materiais. A paisagem local é reveladora das mudanças na forma-conteúdo do espaço em análise:

introdução de novas variedades e métodos de cultivos, construção de canais e dutos para distribuição de água, agrovilas, eletrificação rural, pavimentação de estradas, ampliação do aeroporto, além de um crescimento urbano ligado aos novos consumos do campo: prestação de serviços, comércio de insumos, implementos e equipamentos agrícolas, entre outros.

A origem do processo de constituição deste novo sistema técnico agrícola, e que pode ser apontado como o vetor das modernizações na região, foi a criação dos perímetros públicos irrigados a partir da década de 1970. Para tanto, as ações de caráter modernizador, efetuadas pelo Estado brasileiro, foram decisivas à incorporação da área à nova lógica capitalista dominante. As ações públicas implementadas por órgãos do governo, tais como as realizadas pela Sudene e Codevasf, contribuíram para dotar a região de infra-estrutura material e política necessária ao desenvolvimento do novo sistema técnico agrícola. Por décadas foram construídos os sistemas de engenharia, o aporte artificial, aliado às políticas que permitiriam a transformação no uso agrícola do semi-árido. Nos perímetros públicos a ocupação agrícola pioneira por colonos irrigantes seria decisiva à entrada de médios e grandes empresários agrícolas em anos mais recentes.

Hoje, o modo como os elementos do período atual se afirmam e iluminam parcelas do território nacional caracteriza-se na região por um sistema técnico agrícola hegemônico cujo pilar é a fruticultura irrigada. Ainda que haja um potencial para um uso agrícola diversificado com a produção, por exemplo, das mais variadas espécies frutícolas, verifica-se nos últimos anos uma tendência para as especializações produtivas. A escolha predominante pelo cultivo de mangas e uvas justifica-se como resposta a demandas longínquas, o mercado internacional. Neste ponto, a flexibilidade do calendário agrícola, decorrente do controle científico da lavoura, vem favorecendo a inserção e o destaque da região no cenário internacional com frutas *in natura*.

A presente dinâmica territorial, a qual abarca o espaço mundial, é portadora de fragilidades e exclusões. O novo sistema que otimiza o uso agrícola baseia-se em informações e técnicas cada vez mais distantes do lugar. Tal avanço modernizador constitui um problema na medida em que se torna um modelo exógeno impositivo. Se, por um lado, ganha-se

em produtividade e conquistam-se mercados globalizados, por outro, uma parcela dos agentes sociais colonos e pequenos agricultores pouco capitalizados se vêem fora do processo. É neste sentido que alertamos para a chamada alienação do lugar, tal como advertido por Santos (2005).

As exclusões técnicas e políticas impedem uma parte dos agricultores de acompanhar as modernizações sucessivas, as quais têm motivado na região a substituição de culturas e de métodos de irrigação. Além disso, o alcance de mercado não é o mesmo para todos os produtores e produtos. Cada vez mais o acesso por informação (perfil e demanda de mercado, novas tecnologias, oferta de crédito, políticas específicas) é uma pré-condição à produção no campo. E aqueles que não estão à frente ou não detêm o controle de tais informações são mais vulneráveis às constantes oscilações na reestruturação produtiva do lugar.

É preciso, pois, refletir sobre os usos do território pautados somente na busca pela eficiência econômica. Urge a implementação de políticas públicas que incluam maior número de agentes sociais na tomada de decisões e realização de variados sistemas técnicos agrícolas.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Revista de Estudos Avançados**, Dossiê Nordeste, São Paulo: IEA, v. 11, n. 29, 1997.

CODEVASF. **Cadastro frutícola**. Petrolina: Codevasf, 1999.

DOMINGUES, R. de C. A. **Petrolina: crescimento urbano e intervenção do estado**. Recife: UFPE, 1989.

ELIAS, D. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

- IBGE. **Produção agrícola municipal**. v. 30. Brasil, 2003.
- ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.
- PETROLINA. Prefeitura Municipal. **Perfil sócio-econômico de Petrolina**. Petrolina, 1999.
- PINTO, L. C. G. Irrigação pública e irrigação privada: vantagens e limitações. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E EMPREGO: O CASO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA IRRIGADA NO BRASIL. 1989, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEAS; PRONI, 1989.
- REBOUÇAS, A. C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Revista de Estudos Avançados**, Dossiê Nordeste, São Paulo: IEA, v.11, n. 29, 1997.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- SILVEIRA, M. L. **Um país uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN, 1999.
- VERGOLINO, T. B. Cooperativas nos projetos públicos de irrigação: limitações e possibilidades de desempenho. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE, 5., 1991, Recife. **Anais...** v. 2. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação J. Nabuco, 1991.

Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí¹

Maria Dione Carvalho de Moraes

Introdução

A temática do imaginário social do Piauí no campo do desenvolvimento agrícola é aqui abordada com o foco nas narrativas mestras (MORAES, 2000b)², por meio de imagens de um passado remoto que remete, por um lado, à intersecção entre mito e história na fundação de um Piauí pecuarista extensivo e, por outro, a inflexões discursivas demarcadoras de uma nova dizibilidade: a de uma agricultura moderna, de base científica, sobretudo no tocante à incorporação dos cerrados do sudoeste piauiense, referida no período situado dos anos 1970 ao final dos anos 1990.

O primeiro conjunto discursivo é identificado como falas de um destino pastoril que contrastam, particularmente, com o tema posterior da vocação agrícola.³ Naquelas, forja-se a imagem limitada de um Piauí agricultável, enquanto a ênfase no fado pecuarista se constrói apoiada na

¹ Artigo originado da tese de doutorado (MORAES, 2000b), mais especificamente do capítulo 4, e de pesquisas posteriores desenvolvidas na região (MORAES; VILELA 2003; 2003a, 2003b).

² Teoricamente, recorro ao conceito de narrativas mestras (MORAES, 2000b) inspirada na discussão da emergência da racionalidade política da nação como forma de narrativa – estratégias textuais, metáforas, estratégias figurativas, que constituem a própria história da nação e dos territórios, como invenção sociocultural e política. Ver, a propósito, Schiller e Fouron (1997), Anderson (1989) e Bhaba (1994).

negação de quaisquer possibilidades de cultivo agrícola de escala no solo piauiense utilizando, como um dos argumentos, a aridez das terras do Estado, em particular as do sudoeste, constituídas em grande parte pelas chapadas das regiões dos cerrados tidas, até 1970, no Nordeste, segundo Mueller (1995), como “fundo de quintal”.

No imaginário piauiense, o decantado baixo dinamismo dessa região perduraria até o último quartel do século XX, e se ancoraria em argumentos segundo os quais os núcleos humanos ali apoiados na pecuária disseminavam-se pelas chapadas e tabuleiros, sem escoadouro para os seus produtos. Nesse caso, teriam como solução de transporte apenas o rio Parnaíba, reproduzindo-se, nos limites da subsistência, como verdadeiras “ilhas humanas” (CASTELO BRANCO, 1970). Assim, se por um lado a memória social do destino pastoril sustentava um etos e uma genealogia alimentadores de um passado heróico, funcionou, por outro, como entrave para o debate de outras dinâmicas econômicas da região interior. A compreensão da idéia do vazio⁴ do sudoeste piauiense passa, pois, pela desconstrução analítica de determinada feição agroeconômica do Piauí, baseada na pecuária como carro-chefe do complexo gado-algodão-agricultura de subsistência.

Mas os últimos trinta anos do século XX conheceriam uma inflexão discursiva em relação a essa região do Estado. Os anos 1970, ainda titubeante, os 1980, com maior vigor, e os 1990 rompiam, definitivamente, com o imperativo do destino pastoril e assumiam a idéia da vocação agrícola como mais uma feição da economia piauiense, mesmo sem alterações profundas na estrutura agrária e, principalmente, fundiária. Sem dúvida, isto se vincula ao processo de incorporação dos cerrados piauienses que, a partir do final dos anos 1980, ganharia visibilidade como uma nova frente de expansão do agronegócio do complexo carnes/

³ Ferreira (1999) traz três acepções para o termo vocação que interessam registrar aqui; 1. talento, aptidão; 2. terreno ao qual a árvore se adapta de modo admirável; 3. predestinação; e, para destino, duas acepções: 1. direção; 2. fado. Enquanto as duas primeiras significam oposição ao termo destino, a última aponta para uma aproximação de sentido. Curiosamente, a certa altura, esse mesmo movimento se encontra nas narrativas mestras analisadas.

⁴ Sobre a idéia de vazio no pensamento social brasileiro, e em relação aos cerrados, ver Moraes (2000b).

grãos, mais tarde largamente tratada como uma nova fronteira agrícola. Esta frente abre-se no Piauí ainda nos anos 1970, apesar de só ganhar visibilidade, nesses termos, no final dos anos 1980.⁵

Ocorreria, dessa forma, importante inversão no imaginário social sobre a região sudoeste piauiense, tida, até então, como detentora de uma economia de pequena dinamização. Esta caracterização, sustentadora da necessária – do ponto de vista das master narratives – idéia de vazio, cederia lugar, progressivamente, ao discurso da região como fronteira agrícola. E, efetivamente, a despeito de não ser curto o caminho entre as retóricas governamentais e a concretização daquilo que apregoam, o Piauí apresentaria, gradativamente, dos anos 1970 aos 1990, uma agenda de desenvolvimento⁶ para aquele espaço.

Imagens de um destino pastoril: narrativas da fundação de uma nação piauiense

Como se sabe, desde o período colonial, até meados do século XIX, a pecuária extensiva foi, no Piauí, não apenas a principal fonte geradora da riqueza de fazendeiros e comerciantes e dos recursos necessários à manutenção e funcionamento das instituições públicas ao longo do período, mas também a base de uma forma de pensar a sociedade. Verdadeiro *topos* fundante na memória sócio-histórica piauiense, mesmo quando se considera, segundo Santana (1964) e Medeiros (1996), que a pecuária piauiense não se constituiu como um ciclo, por falta de dinamismo, essa premissa se faz presente.

Com efeito, como afirmam esses autores, apesar de fazer parte de um circuito comercial e incorporar terras, aquela atividade econômica

⁵ Em Moraes (2000b) ver discussão teórica sobre fronteira agrícola e frente de expansão. Quanto à referência à abertura dessa fronteira no Piauí já nos anos 1970, trata-se da localmente chamada “era dos projeteiros” ou da fase de valorização futura como referida por Moraes e Messias (1987). Cf. Moraes (2000b) sobre “projeteiros” e “gáuchos” como categorias êmicas referentes a exploradores de fora que aportam na região.

⁶ Sobre a tensão subjacente ao conflito interpretativo e político próprio ao campo, no qual se movimentam as questões do desenvolvimento, ver Ribeiro (1992), Shanin (1999) e Moraes (2000b).

caracterizou-se, no Piauí, pela ausência de competitividade. Mas é ela, sem dúvida, que dá origem à nação piauiense, como se depreende de relatos históriográficos, sociográficos e literários segundo os quais:

(...) o gado é a própria alma do Piauí (...). Em nenhum lugar jamais foi tão nítido o caráter de uma civilização; em nenhum lugar poderíamos encontrar mais definido aquilo que Capistrano de Abreu chamou de a “civilização” do couro (CASTELO BRANCO, 1970, p. 44-45).

Na verdade, Abreu (1982) se referiu a uma “época do couro”, não a uma civilização.

Sem dúvida, a pecuária piauiense ocupava posição especial na produção econômica colonial, entre 1670 e 1780, quando a economia açucareira entrava em colapso e a mineração passava da fase de apogeu para o começo do declínio. A fim de permanecer infensa às crises do mercado consumidor regional e não de exportação, a pecuária via-se na contingência de criar um esquema de auto-subsistência, afastando-se do quadro geral da economia colonial, agroexportadora (FURTADO, 1967; FUNDAÇÃO CEPRO, 1979; BRANDÃO, 1999).

No século XIX, até 1870, o comércio do gado foi responsável pela dinâmica da economia piauiense em virtude das condições relativamente prósperas da economia nacional em seus meados e do bom desempenho da economia regional nos mercados regional e externo. Com efeito, entre 1850 e 1890, a pecuária respondia por 50% das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial⁷, mas perdia espaço, em termos nacionais, a partir de 1870, em razão da maior competitividade das demais províncias, pela não-diversificação e a extensividade do rebanho (QUEIROZ, 1993).

Nessa segunda metade do século XIX, o Piauí passa a atender à demanda internacional pelo algodão, estimulada pela Guerra de Secessão norte-americana, cujas exportações, entre 1850 e 1870, vinham em segundo lugar, depois do gado, na composição da receita geral da província. Com o final da guerra nos EUA, um dos principais fornecedores mundiais, a

⁷Sobre a indústria pastoril no decênio 1869-1879, ver Nunes (1975).

produção piauiense voltou-se, na sua quase totalidade, para os mercados regional e nacional (SANTANA, 1964; FUNDAÇÃO CEPRO, 1979; ROCHA, 1988).

No início do século XX, a economia agrária piauiense, até então baseada na combinação entre pecuária extensiva e lavoura algodoeira, inserir-se-ia no mercado internacional pelo extrativismo vegetal da borracha da maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu. Esse extrativismo, porém, logo sofreria refluxos: a exploração de borracha de maniçoba paralisou-se totalmente por volta de 1920, em face da entrada, no mercado mundial, da que era produzida no sudeste asiático. As exportações de cera de carnaúba e de amêndoa de babaçu interromperam-se em torno dos anos 1950, e suas explorações se limitaram ao fornecimento de matérias-primas às indústrias locais que, por seu turno, restringiram-se ao fornecimento de subprodutos às indústrias do Centro-Sul e ao abastecimento, com óleos comestíveis e outros derivados, do mercado regional (ROCHA, 1988; QUEIROZ, 1993).

Desde os anos 1950 já se modificava a estrutura produtiva do Piauí. Até então, os excedentes eram auferidos, por meio da renda da terra, pelos proprietários aos rendeiros, parceiros e meeiros, e os lucros da exportação extrativista pelos comerciantes exportadores. Com a retração deles no mercado internacional, os grandes proprietários passaram a captar excedentes somente pela renda da terra, retirada das pequenas unidades produtoras de bens de subsistência (MONTEIRO, 1993). Aliás, historiadores como Mott (1985) e Brandão (1999) referem a existência – além dos vaqueiros, posseiros e agregados – de cultivadores livres (sitiantes), nos interstícios das grandes fazendas de gado no Piauí, desde os séculos XVII e XVIII, o que contribui para questionar a tese predominante na historiografia piauiense, segundo a qual o Piauí, na medida em que se volta inteiramente à pecuária extensiva, direciona apenas a mão-de-obra que cuidava da criação, no interior das fazendas, ao cultivo de produtos, por exemplo, como mandioca e feijão, simplesmente como atividades de subsistência. Com efeito, nas master narratives, essa agricultura ficou quase invisível, por ser a pecuária a atividade tida como economicamente importante, de modo a ser mencionada apenas como agricultura de subsistência vinculada à reprodução da força de trabalho, no âmbito da grande propriedade.

É indiscutível o papel da pecuária na formação do mundo econômico e social piauiense, como memória social (MORAES, 2000b) de um passado remoto do qual, no entanto, não se tem registro mais detalhado de populações subalternas, sob o ponto de vista econômico ou cultural, em que pese a inegável presença histórica de índios, escravos, vaqueiros e moradores. Até mesmo o vaqueiro, figura do mundo da pecuária alçada à categoria de herói cultural, pode ser visto, nas narrativas mestras piauienses, mais como metonímia em relação aos criadores de gado *vacum* do que propriamente como personagem principal⁸. É o que se pode dizer, por exemplo, da definição do Piauí como “pátria de vaqueiros” (CASTELO BRANCO, 1970), apesar do destaque conferido, por exemplo, à dança do boi dos folguedos juninos – tida como tradição de caráter verdadeiramente totêmico – e às cantigas de gado – tidas como gestas autenticamente piauienses:

O meu boi morreu,
que será de mim?
Manda buscar outro, morena,
Lá no *Piauí*
(CASTELO BRANCO, 1970, p. 44).

Ao valorizar os vaqueiros como heróis culturais, a memória oficial não raro enfatiza também o papel democratizante da pecuária extensiva, invocando o costume de se pagar a quarta. Há, certamente, uma romantização desses aspectos da “época do couro”, que perdura por toda a primeira metade do século XX, com o uso feito pelos folcloristas das imagens do vaqueiro na literatura popular, inclusive nos folhetos de cordel. (A propósito, a tese das cantigas de gado como as únicas gestas autenticamente nacionais é de Celso Magalhães, retomada por Sílvio Romero).

⁸ Sobre estratos sociais no Piauí-colônia, cf. Brandão (1999). A propósito do seu eclipsamento nas narrativas mestras, leia-se: “Longe iríamos se fosse nosso propósito entrar em detalhes minuciosos acerca da vida de um vaqueiro e do que diz respeito a uma fazenda de gados” (ALENCASTRE, 1981, p. 86). [Grifos da autora].

A glorificação das virtudes do vaqueiro, ressaltando-se a lealdade absoluta ao patrão – capacidade de subtrair o gado à ação asselvajadora da criação extensiva e obediência à ordem social da fazenda, cuja recompensa era o direito à plantação e à criação própria – é, na verdade, a exaltação do regime da pecuária. Com efeito, esse é o imaginário que remete à história da colonização portuguesa no Piauí, a se confundir, segundo Abreu (1982) e Ribeiro (1998), com a própria expansão, pelos sertões, da pecuária no Vale do São Francisco. As regiões sul e sudoeste piauienses⁹ – atualmente identificadas como dos cerrados – são tradicionais de pecuária de corte, cujo povoamento deu-se, no século XVII (MOTT (1985), nos marcos do sertanismo de contrato. Aliás, a memória social funde, nesse processo, história e mito, uma vez que “o Piauí é descoberta de vaqueiros” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 68), genealogia na qual os ascendentes são os

(...) netos dos sertanistas baianos e dos bandeirantes paulistas que, enquistados no Vale do São Francisco, aí se desenvolveram, bravos e autônomos, como uma nova raça de cruzados. Em seu isolamento étnico, (...) um tipo racial definido, que novos cruzamentos não vieram perturbar. Entregues à atividade rude do pastoreio, (...) fortes e destemidos, dando origem a uma sociedade livre, movediça e varonil. Foi desse núcleo de irradiante força de expansão que partiram os verdadeiros descobridores, conquistadores e povoadores do vale parnaibano (...)” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 68). [Grifos da autora].

Veja-se que a ascendência estabelecida não inclui as populações autóctones, nem as negras, de origem africana, que constituíam a mão-de-obra escrava¹⁰, pois, se “o piauiense é, antes de tudo, um vaqueiro, (...) nestas chapadas imensas, (...) outra não podia ser a atividade natural do homem que não a de pastoreio” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 43-44). Assim, o ser piauiense define-se, numa perspectiva objetivista de identidade cultural (CUCHE, 2002), por imperativos do meio, origem e tradição, circunscrito pelo determinismo geográfico do sertão.

⁹No Piauí, é generalizada a forma de referir-se ao sul e sudoeste do Estado simplesmente como “sul do Piauí”. A pesquisa que dá origem a este artigo focou a região sudoeste.

¹⁰Boa parte da historiografia não se debruça sobre a existência de escravidão no Piauí, com base na idéia da incompatibilidade do trabalho escravo com a atividade pecuária. Mas pesquisadores da Fundação Cepro (1979), Mott (1985) e Brandão (1999) questionam essa tese.

Essa visão idílica do vaqueiro como herói da região sertaneja assemelha-se ao modo pelo qual o índio foi tomado pelos românticos como símbolo da nacionalidade brasileira, embora apareça, de fato, mais como símbolo que como categoria social, que se definia pelo trabalho subalterno nas fazendas de gado: “(...) o gado é a própria alma do Piauí. Há, ali, no indivíduo, como na coletividade, uma perfeita mística do boi. O próprio estado é criador, nesta pátria de vaqueiros. (...)” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 44-45). [Grifos da autora].

Nesse trabalho de conceitualização realizado pela memória social, os personagens comportam-se mais como significados corporalizados que como figuras reais de carne e osso (MORAES, 2000b), levando a pensar que como a classe dominante de fazendeiros não gerou heróis necessitou ela, para representar a hegemonia, de um tipo econômico e socialmente subordinado – o trabalhador pastoril – com uma eficiência simbólica própria: a de significar a subordinação da natureza, o que, no caso, remete à idéia euclidiana do vaqueiro/sertanejo como rocha viva da nacionalidade.

Mas, na idealização do vaqueiro, escamoteiam-se questões da estrutura social. Esconde-se, em primeiro lugar, a relação estabelecida, desde o período colonial, entre terra e poder econômico, social e político; em segundo, a constituição histórica das elites piauienses, no jogo social dos séculos XVII e XVIII, em literal luta armada pela posse da terra, no combate às populações indígenas, no posterior confronto entre, de um lado, arrendatários e posseiros e, de outro, potentados baianos – com a vitória dos interesses locais piauienses, consolidada na segunda metade dos anos 1700¹¹, além da estruturação socioeconômica baseada na alta concentração da propriedade da terra, característica da pecuária extensiva, não modificada depois da referida conquista (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979).

Nesse processo, a retórica do destino pastoril participa da construção social de uma identidade sociocultural piauiense cristalizando, ao estabelecer um prognóstico supra-histórico, a própria história: “o Piauí viveu e viverá da pecuária. O Vale do Parnaíba deu-nos a independência

¹¹ Sobre processo econômico e tensões na bacia do Parnaíba, a partir da segunda metade dos anos seiscentos, ver Fonseca Neto (1997).

física, a pecuária deu-nos a independência econômica e quiçá a política” (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979, p. 93). [Grifo da autora]. Esta é uma fala do general Gayoso e Almendra, representante de grandes famílias proprietárias do Piauí, no fim da Primeira República brasileira, quando parecia fundamental às elites dirigentes locais assegurar a transferência de recursos nacionais para a economia piauiense em crise. Aliás, de acordo com Albuquerque Júnior (1994), certos grupos, cujos territórios tradicionais passaram por processos de destruição, tendem a lutar por suas identidades tradicionais, afirmando sua naturalidade e seu caráter permanente. Além disso, a visão de uma natureza e um destino *pastoris* apontam para a impossibilidade da agricultura, *stricto sensu*, no Piauí, no sentido do cultivo de produtos agrícolas em escala comercial:

[O piauiense] raramente se dedica à lavoura. O roçado, quando o faz, é unicamente para a própria manutenção. O solo, arenoso nas regiões saarizadas, ou impermeável e granítico nas chapadas [cerrados], é um obstáculo invencível aos seus poucos meios de produção. A agricultura, em consequência, não é compensadora; só entra em segundo plano em sua vocação (...). A alma fica fundamentalmente pastoril (CASTELO BRANCO, 1970, p. 57)¹². [Grifos da autora].

Convém lembrar que a obra de Renato Castelo Branco, recorrentemente citada, foi na sua primeira edição (1942) contemporânea das primeiras pesquisas sobre a presença de água nos cerrados brasileiros, que desembocariam em amplo programa de estudos com vistas à moderna agricultura, cujos ecos alcançariam o Piauí somente na segunda metade dos anos 1980. Com efeito, os cerrados do sudoeste piauiense foram considerados, até os anos 1980, como região estagnada, com dinâmica econômica não reelaborada. A exceção se deu no Vale do Gurguéia, onde foi implementado, ainda na década de 1970, o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) Vale do Gurguéia, que pretendia a modernização agrícola da região com base em seus vastos recursos hídricos (MORAES, 2000b).

¹² Obras que tratam da economia colonial piauiense enfatizam a pecuária e a ausência de cultivos e cultivadores(as). Mas texto da Fundação Cepro (1979) lembra a importância da coleta de produtos da natureza voltada à subsistência de populações envolvidas com o trabalho pastoril.

Aliás, em relação ao manancial de águas superficiais nos cerrados piauienses, destaca-se o rio Parnaíba, além do qual há os vales do Itaueira e Uruçuí-Preto. Conforme se sabe, o Parnaíba, que nasce na Chapada das Mangabeiras ou Jalapão, desempenhou, para Piauí e Maranhão, papel semelhante ao do São Francisco para o oeste baiano. O Parnaíba comandou, por muito tempo, inclusive pela navegação, a dinâmica da região, a seguir seu curso simbólico, num processo civilizatório que se completa pelo contato com o litoral¹³, reiterando o imaginário da relação sertão/litoral, sobejamente conhecido no pensamento social brasileiro. Esta imagem, observe-se, subjaz a idéia do vazio, que opõe a representação da natureza, rica, à da presença humana, pobre: “(...) E isto explica porque, sendo esta a zona mais fecunda, mais rica e mais amena de todo o vale, é também a mais inculta e despovoada (...)” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 74). [Grifo da autora].

Prolegômenos a uma inflexão: das falas do destino pastoril às da vocação agrícola

De acordo com Bandeira (1978), nos anos 1970, a agricultura piauiense tinha alta participação na renda do Estado (45%) e empregava mais de 50% da população economicamente ativa (PEA) estadual, embora com índices de produção e produtividade abaixo da média nordestina, exceto em alguns produtos extrativos, como babaçu e cera de carnaúba. Essa condição da agricultura piauiense refletia pesadamente na economia global do Estado, de sorte que a idéia das possibilidades de uma agricultura moderna no Piauí era, ainda, sujeita a controvérsias, tanto que, no final dos anos 1970, um vigoroso estudo da Fundação Cepro (1979) criticava a idéia de uma vocação agrícola piauiense, com base em pesquisas e diagnósticos agrônômicos da Sudene.¹⁴

¹³ A importância do Parnaíba transparece na literatura, música e lendas. No romance *Nas pegadas do rio*, Guimarães (1982) mistura mito, história e folclore, para lembrar a interrupção da sua navegabilidade em virtude da construção da barragem de Boa Esperança, na década de 1960, no município de Guadalupe.

¹⁴ Para detalhes, ver Fundação Cepro (1979) e Moraes (2000b).

Tais diagnósticos, por sua vez, eram caudatários de documentos como o Relatório de Viagem do engenheiro agrônomo Shiro Miyasaka, indicador da pobreza do solo piauiense em elemento fósforo (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979), no qual se criticava a idéia da exuberância dos recursos naturais do Piauí e se justificava a impossibilidade de aproveitamento dos recursos produtivos da pecuária, dadas as condições tecnológicas da época. Convém lembrar, no entanto, que no final dos anos 1970 já existiam condições técnico-agronômicas favoráveis à incorporação agrícola dos cerrados em outras regiões brasileiras. Esse não era, ainda, o caso da agricultura piauiense que, em termos de modernização, se encontrava, segundo Bandeira (1978), abaixo da média nordestina.

Em relação à controvérsia quanto à chamada vocação agrícola, uma inflexão se desenhava nos discursos sobre o agronegócio piauiense, ainda nos anos 1970. Essa mudança discursiva, que ali se ensaiava e tomaria corpo nas décadas seguintes, seria caudatária da implantação de programas especiais, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o Polonordeste, o qual “no que concerne à política agrícola, objetivava a promoção de uma ‘agricultura eficaz’, aumento do emprego e melhoria da renda no meio rural” (DOMINGOS NETO, 1988, p. 20). As linhas de ação do programa, para o Nordeste, foram definidas, geoeconomicamente, para vales úmidos, serras úmidas, áreas secas, tabuleiros costeiros e pré-amazônia. O Piauí foi contemplado nas áreas dos vales úmidos, com os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) Delta do Parnaíba, Vale do Gurguéia (este dividido em norte, médio e sul do Gurguéia) e Vale do Rio Fidalgo (este, posteriormente, desmembrado em dois, dando origem ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado das Fazendas Estaduais) (DOMINGOS NETO, 1988).

O final dos anos 1970 no Piauí pode ser tomado, então, como um momento no qual se preparava o terreno para a germinação de novos paradigmas sobre a sua economia agrícola, à luz do que ocorria desde os anos 1960 no restante do país. No caso piauiense, exerceram papel determinante as negociações com o Banco Mundial, que passou a atuar,

diretamente, no Nordeste, em programas de desenvolvimento rural, a partir de 1976, confundindo-se com o Polonordeste, criado em 1974 e implantado, no Piauí, em 1976.

Efetivamente, em 1978 chegava ao Piauí a primeira missão do Banco Mundial e, em 1981, assinavam-se os acordos do empréstimo e do projeto de ampliação da área de atuação do Polonordeste no Estado, com o nome de Projeto Vale do Parnaíba. Entre 1982 e 1986, a intervenção governamental, no meio rural piauiense, gerou, como lembra Domingos Neto (1988), intensa produção de siglas e nomes: PDRI, Perímetros Irrigados, Polonordeste, Projeto Sertanejo, Nordesteão, Programa Vale do Parnaíba, Projeto Mafrense, Projeto Vale do Itauera, Projeto Vale do Gurguéia, Projeto Vale do Fidalgo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) etc. Na atual região dos cerrados, apenas a área restrita ao Vale do Gurguéia foi contemplada.

O advento dos recursos financeiros do Banco Mundial e o financiamento de programas de desenvolvimento rural acabaram por trazer à tona, já nos anos 1980, a questão fundiária e o tema da reforma agrária, que passaram, por imperativos externos, a fazer parte dos discursos oficiais. Com isto, ganha visibilidade uma categoria social promovida, no plano discursivo, de agricultura de subsistência a pequena produção. Assim,

(...) as propostas no campo fundiário não foram nada arrojadas nem pretenderam remover as causas do processo de monopolização fundiária que havia sido intensificado nas últimas duas décadas (...) Mas o projeto não deixou de sentenciar que o não-acesso à terra por parte dos trabalhadores poderia (...) limitar severamente a resposta aos melhoramentos na tecnologia e na prestação de serviços agrícolas, assim como os benefícios derivados deles (DOMINGOS NETO, 1988, p. 24).

Nesse processo, elaborou-se, em 1986, um diagnóstico para a implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. A chamada pequena produção rural do Piauí ganhava visibilidade no discurso oficial,

(...) seguramente [como] um dos traços mais importantes do sistema de organização social da produção agropecuária do Estado do Piauí. (...) Ela representa um aspecto decisivo, porquanto é dela que provém a maior parte da produção de alimentos, de matéria-prima e da produção animal (ROCHA, 1988, p. 29).

Mas ao contrário do que se possa imaginar, a emergente idéia de vocação agrícola não se concretizaria, na prática, com base na pequena, porém na grande produção¹⁵, o chamado agronegócio, como ocorreria, a partir do final dos anos 1980, nos cerrados, embora, na verdade, os primeiros programas especiais referidos não atingissem os cerrados do sudoeste do Estado, à exceção do Vale do Gurguéia. Nesse sentido, importante etapa da incorporação agrícola dos cerrados do sudoeste piauiense pelo agronegócio do complexo carnes/grãos foi a constituição de um mercado de terras, ainda na década de 1970, no rastro da política desenvolvimentista promovida, desde os anos 1960, pela Sudene, a qual incluía a modernização da agricultura nordestina.

Assim, a investida naquela região piauiense, nos anos 1970, é, consoante Monteiro (1993), caudatária daquela política, constituindo-se o preço extremamente baixo das terras um fator de atração de capitais privados, processo por meio do qual se implantaram grandes projetos agropecuários na região. Segundo Guimarães (1988), principalmente no município de Ribeiro Gonçalves (sudoeste piauiense), um total parcial de 382.867 ha de terras públicas foi vendido pela Companhia do Desenvolvimento do Piauí (Comdepi), para a instalação desses projetos. Nessa territorialização do capital, 60% do total dos trinta projetos, relacionados por Guimarães (1988), adquiriram áreas entre 12.000 e 25.000 ha¹⁶.

Esses projetos, financiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste Agropecuário (Finor Agropecuário), tinham como premissas a mudança da base técnica e o fomento ao aumento da capacidade empresarial no setor rural e ao aporte de capital. O Finor Agropecuário constituiu-se, assim, num mecanismo facilitador da aquisição de terras por empresários do Centro-Sul, e do próprio Nordeste. De acordo com Monteiro (1993), a inserção do Piauí nesse mecanismo de financiamento deveu-se à existência de grande área de terras devolutas alienadas pelo governo do Estado via

¹⁵ As categorias pequena produção e grande produção são utilizadas, aqui, como aparecem no discurso em análise. Para análise teórica, ver Porto (1994), Vilela e Moraes (1997) e Moraes (1998).

¹⁶ Guimarães (1988) relaciona trinta empresas e respectivas áreas. Ver, também, Moraes (2000b).

Comdepi. Esta autora pesquisou diretamente treze projetos implantados até 1984, tendo sido, segundo ela, instalados, até aquele ano, 78 projetos, a maioria no sudoeste, cujo número chegou, em 1990, a 132.

Nos anos 1970, entretanto, os cerrados do sudoeste piauiense podiam ser vistos como áreas de valorização futura, conceito utilizado por Moraes e Messias (1987) para se referir à relação entre tempo tecnológico e tempo do capital, e à subversão da relação tempo-espaco pela qual recursos e territórios condicionam-se aos contextos de mercado. Tal situação remete, ainda, ao denominado exército de reservas de lugares, Santos (1988), no sentido de que certas regiões se tornam susceptíveis de acolher atividades econômicas do tipo hegemônico, como ocorreria com os cerrados.

Com efeito, naquele período, concentraram-se na região os maiores investimentos de iniciativa privada, como reflorestamentos de caju e manga, e projetos de pecuária com incentivos públicos via Finor Agropecuário e Fundo de Investimento Setorial (Fiset)¹⁷. Entre 1977 e 1987 foram aplicados, no Piauí, financiamentos para um total de 108.871,52 ha, com 88,90% dessa área correspondendo a terras de cerrados. Só os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Canto do Buriti detiveram 81,4% dos projetos de reflorestamento, e em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves foram aplicados recursos para o plantio de 76.719,56 ha em reflorestamento com a cultura do caju, com vistas ao comércio da castanha (OLIVEIRA, 1999). Embora boa parte tenha sofrido solução de continuidade, promoveram eles, de certa forma – até porque alguns continuam a operar produtivamente – uma inflexão na idéia e nas falas de destino pastoril.

É que, apesar de se dedicar também à pecuária, muitos começaram a modernizá-la e a investir na exploração comercial de caju e manga. Desse modo, rompia-se com o mito da impossibilidade da agricultura de escala no solo piauiense. Nesse sentido, pode-se dizer que o final dos anos 1970 e o início dos 1980 correspondem a uma importante etapa na inflexão do ideário do destino pastoril e na construção da idéia da vocação agrícola, a se concretizar, sobretudo, com a definitiva incorporação dos cerrados piauienses, a partir de meados dos anos 1980, pelo agronegócio do complexo carnes/grãos para exportação.

¹⁷ A respeito desses fundos, ver Oliveira (1999) e Moraes (2000b).

Incorporação dos cerrados e os novos discursos da vocação agrícola: do Piauí para o mundo?

Plantar os cerrados piauienses é certeza da colheita de uma nova e mais próspera realidade (PIAUI, 1992, p. 12).

A incorporação dos cerrados piauienses pelo agronegócio do complexo carnes/grãos, para exportação, é caudatária do processo de anexação das chapadas do Centro-Oeste brasileiro e se insere no processo de instituição social do novo Nordeste dos cerrados (HAESBAERT, 1995; MORAES, 2000b), como atualmente usado ao se referir ao sul do Maranhão, ao oeste da Bahia e ao sudoeste do Piauí. Entretanto, o fato de a incorporação das chapadas do Piauí ter-se dado mais tardiamente remete a certas questões de âmbito interno e externo ao Estado.

No âmbito interno, certamente teve influência o ideário do destino pastoril parceiro de uma mentalidade empresarial local pouco afeita, durante muito tempo, a outras opções de economia agrícola. Acrescente-se a isto a hegemonia de elites político-administrativas do centro-norte, que alimenta, em certa medida, o atual discurso separatista do sul e sudoeste, com a incorporação das chapadas parecendo favorecer uma possível mudança nesse quadro de poder para incluir na cena política, com maior vigor, a proposta da criação do Estado do Gurguéia.¹⁸

No âmbito externo, há de se considerar o papel que coube a uma economia periférica como a do Piauí, no contexto do pacto federativo e da divisão regional do trabalho, em vigor no país, para se compreender o fato de os cerrados do sul do Maranhão e do oeste da Bahia virem sendo incorporados antes que os piauienses por oferecerem, já no início de 1980, vantagens locacionais aos novos investidores, no próprio processo de integração da economia nordestina à nacional, a qual aliás se deslanchara desde os anos 1960. Isso se constituía em elemento de extrema importância

¹⁸ Para análise desse fenômeno de reterritorialização político-administrativa, no contexto do novo Nordeste dos cerrados, ver Haesbaert (1995, 1996) e Moraes (2000a, 2000b, 2001, 2002, 2002a, 2002b).

nas dinâmicas de territorialização do capital que, no caso dos cerrados, como lembram Bertrand, Théry e Waniez (1990) e Moraes (2000b), subordinaram-se ao movimento do agribusiness internacional, vinculado ao complexo carnes/grãos para exportação.

Nesse processo, como ocorreu em outras regiões brasileiras, apostava-se, no Piauí, num saber projetado sobre uma mão-de-obra qualificada e externa¹⁹. Negava-se, assim, a potencialidade de um saber local capaz de engendrar essa nova face agrícola do Estado:

No campo promocional, além da divulgação massiva das oportunidades de investimentos e a realização de simpósios e visitas de grupos empresariais à região, torna-se oportuno que o governo e as associações empresariais celebrem convênios com cooperativas e entidades de classe das principais regiões produtoras do país, visando, inclusive, à criação de mecanismos que venham facilitar a contratação de mão-de-obra qualificada e vivenciada em centros produtores mais desenvolvidos (PIAUI, 1985, p. 9-10). [Grifo da autora].

Tal mão-de-obra qualificada seriam os “gaúchos”, que aportariam na região a partir da segunda metade dos anos 1980. Aliás, o imaginário sobre a superioridade gaúcha tem presença antiga nas narrativas mestras piauienses: “A economia de criação, indisciplinada e livre, não se coaduna, por sua natureza intrínseca, ao regime da escravidão. Gera, ao contrário, populações movediças e arrogantes, como o gaúcho, o beduíno ou o filho da estepe” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 80). [Grifo da autora]. Num movimento de conceitualização semelhante ao referido com o vaqueiro, no âmbito do imaginário do destino pastoril, as narrativas mestras da vocação agrícola elegem o gaúcho como símbolo, herói cultural, para domar o sertão modernizado pelo agribusiness (cerrados).²⁰

¹⁹ Sobre como os programas para as regiões de cerrados lidavam com o tema de “um tipo apto à ocupação racional dos cerrados”, ver Moraes (2000b), especialmente capítulo II.

²⁰ A respeito do significado do termo gaúcho, ver Moraes (2000b). Ainda sobre o emprego desse termo no Maranhão e na Bahia ver, respectivamente, Andrade (1984) e HAESBAERT (1995), autor este que trata, ainda, da representação social dos “gaúchos” no pensamento social brasileiro.

Naquele contexto de reconceituação da face agrícola do Estado, realizava-se, em 1985, o I Seminário sobre o Cerrado Piauiense, com “proposições básicas para uma política de integração socioeconômica” (PIAUÍ, 1985). Os cerrados eram, então, definidos como “o espaço geográfico mais adequado para expansão da fronteira agrícola”, com o Piauí “ingressa[ndo] na fase empresarial de aproveitamento dos seus recursos naturais” (PIAUÍ, 1985, p. 5). Como se vê, o trecho enuncia uma das chaves temáticas do discurso da vocação agrícola – fronteira agrícola – cujo imaginário, como lembra Souza (1997), no caso brasileiro, é de algo em constante movimento, devido à idéia de um Brasil inesgotável, sempre passível de expansão.

Ao mesmo tempo, refere também um evento sobre significativo passo da pesquisa científica no Piauí, nos anos 1980: uma linhagem de soja, resultante de uma seleção cultivar, a “cristalina”, realizada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa (Embrapa-CNPSo), introduzida, no Estado, pela então Unidade de Execução de Pesquisa Agropecuária Estadual de Teresina (Embrapa-UEPAE Teresina). Os resultados daquela pesquisa sobre cultivo de soja nos cerrados piauienses seriam decisivos para o aporte tecnológico necessário à incorporação das chapadas. Outro passo importante, ainda, seria a celebração de convênio, para estudos na região, com o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (Embrapa-CPAC).

Com efeito, a pesquisa de soja no Piauí iniciou-se em 1978 e o lançamento do primeiro material de soja adaptada deu-se em 1980. Tratava-se do cultivar “tropical”, seguido pelos “Teresina” e “Carajás”, lançados em 1982, e pelos “Cariri” e “Seridó”, em 1985. Os primeiros experimentos foram realizados na própria sede da Embrapa – UEPAE/ Teresina (atual Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte/ CPAMN) e os primeiros testes ocorreram em Uruçuí, no sudoeste do Estado. Diante disto, simbolicamente, pode ser visto como o berço da soja nos cerrados piauienses, até porque, nos anos 1990, viria a ser um dos municípios-base do chamado Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia. A referida pesquisa visava, de fato, a uma variedade identificada na latitude entre cinco e seis graus e vinculada a materiais

adaptados a climas tropicais, os quais, posteriormente, uma vez saídos dos campos experimentais piauienses, difundir-se-iam, via Centro Nacional de Aproveitamento de Recursos Genéticos da Embrapa (Embrapa-Cenargen), para outras regiões do globo, localizadas na mesma latitude.

Efetivamente, segundo o governo do Piauí anunciava, já em meados dos anos 1980, os cerrados piauienses respondiam por 24% da produção estadual de algodão herbáceo, 14% da de arroz, 10% de feijão, 10% de milho e 9% de mandioca. Quanto aos novos produtos, a soja e o caju apareciam como prioritários para exploração, registrando-se, segundo Oliveira (1999), em relação ao caju, mais de 90.000 ha, ou 80% de toda a área cultivada. Mas é no início dos anos 1990 que proliferam as falas oficiais sobre os cerrados piauienses, e se inclui, em relatórios do governo, o tema da sua incorporação definitiva:

Os cerrados piauienses apresentam-se, hoje, não só como a alternativa mais imediata para expansão da fronteira agrícola, mas também como um celeiro capaz de produzir alimentos básicos (sendo responsável atualmente por cerca de 60% da produção de grãos do estado) e suprir a demanda protéico-animal. Sua exploração, conduzida racionalmente, proporcionará empregos diretos e indiretos, produtos agrícolas com menores custos, melhoria do nível de renda do produtor rural, bem como representará grande geração de impostos e aumento da arrecadação (PIAUI, 1992, p. 28).

Naquele contexto, uma dizibilidade nova para o Piauí, ao incorporar a região sudoeste do Estado como produtora de riquezas oriundas da agricultura, requeria estudos e levantamentos promotores da visibilidade daquela parte do espaço considerada, até então, um vazio e cuja contraface passava a ser, agora, a frente de expansão para o agronegócio do complexo carnes/grãos e, até, um “celeiro de alimentos básicos”! Nesse sentido, era preciso reinventar o Piauí e ressemantizar uma região, na medida em que o seu espaço natural tornava-se moeda forte no promissor mercado do novo Nordeste dos cerrados. Um dos primeiros passos seria justificar a baixa dinâmica econômica em vigor até então, atribuindo-a à pecuária extensiva, agora, não mais um destino:

o domínio da pecuária extensiva, pouco exigente de mão-de-obra, e das grandes propriedades rurais reflete o vazio demográfico que caracteriza a região sul do estado, evidenciado pelas densidades de 0,8 a 6,9 hab./km² (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992, p. 21).

Na metamorfose do vazio em potencialidade e na negação do destino pecuarista, torna-se mister dar publicidade não só ao esforço do governo, mas também ao interesse que a região dos cerrados e a recém-descoberta vocação agrícola despertavam nos novos investidores. Aparece, então, com presença forte no discurso oficial, uma retórica de valorização do próprio governo, dos cerrados piauienses, e das novas potencialidades do Piauí:

À luz do trabalho do governo do Piauí, grandes empresas desenvolveram seus projetos para os cerrados. A cooperativa Carol, de São Paulo, vai gastar 250 milhões de dólares num projeto de 250 mil hectares de soja. A Ceval, do grupo Hering, também tem planos semelhantes, de olho nos altos índices de produtividade registrados. Os esforços governamentais sensibilizam além-mar. Os japoneses, por exemplo, se voltam para o potencial produtivo dos cerrados e já iniciaram estudo que vai levar à recuperação da navegabilidade do rio Parnaíba, importante canal de escoamento da produção até o Porto de Luís Correia e daí para o mundo (...) (PIAUI, 1992, p. 12).

No mercado do novo Nordeste dos cerrados urge, pois, dar visibilidade, em bases científicas, ao sudoeste piauiense, por meio da sua delimitação, descrição, medição e mapeamento, consolidando-se a idéia da vocação agrícola do Piauí, apresentado como promissor produtor de grãos e possuidor de, aproximadamente, 11,5 milhões de ha em áreas de cerrados, o que corresponde a 6% da área de cerrados do Brasil e a 37,3% dos do Nordeste. Segundo Castro (1995), desse universo, 70,4% (33% da área total do Estado) encontram-se em áreas de domínio e 29,65% em áreas de transição, ocupando o Piauí o quarto lugar no país e o primeiro no Nordeste, em termos de cerrados. Nesse processo, o governo do Estado publica, em 1992, um estudo preliminar das potencialidades dos cerrados piauienses, no intuito de contribuir

para o conhecimento técnico-científico sobre o Estado e fornecer subsídios aos interessados na realidade econômica da região²¹.

Referido estudo daria sustentação às narrativas mestras dos cerrados como fronteira agrícola, com base em um diagnóstico da região, com vistas a um conhecimento técnico-científico firmado em dados de clima, solos, vegetação, recursos hídricos, aspectos socioeconômicos e infraestrutura de apoio à produção e comercialização. A partir daí, seriam traçadas estratégias para a sua incorporação produtiva sem, no entanto, se levar em conta o envolvimento das populações locais, numa anamnese que sublinhasse outras alternativas de conhecimento e de propostas sobre e para a região.²² Segundo mostra o estudo, os cerrados piauienses localizam-se, em sua maior parte, na mesorregião do sudoeste do Piauí²³, abrangendo algo em torno de vinte municípios e 8,35 milhões de ha e, embora o Estado tenha áreas de cerrados em outras regiões, esta mesorregião é a parte incorporada pelo agronegócio do complexo carnes/grãos nas chapadas e pela agricultura irrigada, no Vale do Gurguéia. Limita-se, ela, a leste, com o semi-árido piauiense, a oeste, com o Maranhão, ao sul, com o Tocantins e a Bahia, formando com tais unidades da federação um *continuum* de cerrados. Na verdade, sua transformação em fronteira agrícola, para o complexo carnes/grãos, demarca importante mudança no diagnóstico agrícola do Piauí, em relação ao elaborado pela Sudene, na década de 1970, que identificava apenas 5.616.800 ha, em todo o Estado, como propícios à agricultura.

Essa nova fala política piauiense, sustentada em argumentos técnico-científicos, apresenta como uma das grandes vantagens naturais dos cerrados – apesar da baixa fertilidade natural dos solos – a intensa presença

²¹ O mesmo documento identifica, como um ponto de estrangulamento, a “túmida postura empreendedora dos empresários locais para investimentos modernos na agricultura, agroindústria, indústria e turismo” (MIR/Sudene/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994, p. 35).

²² Sobre concepções de diagnóstico e anamnese e sua aplicação à análise dos cerrados, ver Moraes (2000b).

²³ Esta mesorregião compreende cinco microrregiões geográficas piauienses com áreas de cerrados: Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Floriano, Alto Médio Gurguéia e Chapadas do Extremo Sul.

de águas subterrâneas e superficiais, principalmente nos vales do Gurguéia (Baixo Gurguéia) e do Parnaíba (Alto e Médio Parnaíba). Ademais, a pecuária, durante muito tempo a atividade econômica básica da região, é exposta, no diagnóstico referido, em dois padrões espaciais: a) o da pecuária extensiva, ainda persistente em boa parte dos estabelecimentos e constituída de rebanhos pequenos de gado pé-duro e mestiço zebuínio, com destaque para suínos, caprinos e outros animais; b) o da pecuária semi-intensiva, que se expande do sul (Corrente e Cristalândia) ao sudoeste, em níveis variados de modernização, com pastagens cultivadas, melhores raças e o leite começando a ter importância comercial, sem diminuir a da pecuária de corte, além de contar com o concurso de projetos de grandes empresas.

Ressalta-se também, ao lado da pecuária, a existência de grandes projetos de fruticultura comercial de manga e caju. Chama, ainda, a atenção o fato de o arroz e a soja passarem a ser produzidos em grande escala, o primeiro utilizado como cultura de “abertura de áreas”, ou seja, de rotação com a soja e, devido a isto, ainda ser cultivado em maior escala que esta. Com isto, difunde-se a imagem da modernização agrícola do Estado com vistas a uma “(...) agricultura, com adoção de novas tecnologias (...) evoluindo da pecuária extensiva (...) para uma exploração agrícola mais moderna, tecnificada, racional, produtiva e empresarial (...)” (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992a, p. 29). Nesse discurso, o preço da terra e o custo da mão-de-obra, praticados na região, aparecem como atrativos para investidores externos:

A grande quantidade de terras potencialmente produtivas e a preços insignificantes, bem como a disposição de mão-de-obra de baixo custo são características que têm atraído diversas empresas agrícolas e investidores individuais de outros estados (destaque para o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso) a se instalarem e desenvolverem extensos projetos agrícolas na região dos cerrados piauienses (...) (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992a, p. 29-30. [Grifos da autora].

Conforme se sublinha, no contexto dessas vantagens locais, inclui-se a questão fundiária, na perspectiva de modernização dos latifúndios improdutivos, e não de uma reforma agrária. Assim, a estrutura fundiária da região é apresentada no intuito de demonstrar

as grandes potencialidades a serem exploradas economicamente, bem como mostrar a existência de grandes latifúndios improdutivos na região (...) [apontando para a] questão básica, que é a viabilidade econômica dos cerrados, que já vem despertando grande interesse aos empresários da área agropecuária e o seu reflorestamento que, aos poucos, tem-se implantado na região e confirmado sua viabilidade econômica (TORRES; ANDRADE, 1991, p. 35).

A referência aos latifúndios improdutivos insere-se numa linha teórica e política de racionalidade que defende sua modernização, distanciando-se de uma proposta de reforma agrária, haja vista uma das vantagens locais apresentadas pelo próprio governo do Estado ser o baixo custo da mão-de-obra, referindo-se, no caso, à população local e camponesas da região, tidas como potenciais trabalhadores rurais assalariados. Aliás, o discurso oficial é inequívoco quanto às vantagens oferecidas aos capitais privados: a terra e a força de trabalho local.

No tocante a fatores restritivos, o diagnóstico refere aspectos pluviométricos, vegetacionais e edáficos. Quanto a solos, a orientação é a de que para eles se voltassem ações especiais, principalmente de irrigação e adubação, com aplicações de calcário para corrigir o Ph e neutralizar o teor de alumínio tóxico que interfere no sistema radicular da maioria das plantas cultivadas. Ao mesmo tempo, informava ser o Piauí relativamente rico em afloramento de rochas calcárias²⁴, fator útil para esta correção (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992a).

Já no relacionado às populações camponesas locais, a proposta de desenvolvimento resultante do diagnóstico é quase muda. Efetivamente, ela converge para o protagonismo de empresários agrícolas, sem uma linha sequer dedicada àquelas populações tradicionais da região – os pequenos produtores que haviam merecido um estudo, no início dos anos 1980, quando da elaboração do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Então, embora o diagnóstico dos cerrados refira a presença de pequenos produtores de culturas tradicionais, não fornece análise detalhada nem acerca de sua situação, nem em termos das condições de sua inserção – como agricultores/as, e não como assalariados/as agrícolas – no processo de modernização agrícola da região.

²⁴ As maiores ocorrências de calcário se dão nos municípios piauienses de Santa Filomena e Antônio Almeida, na mesoregião sudoeste do Piauí.

A invisibilidade e a indizibilidade das populações camponesas locais se patenteiam no estudo preliminar sobre as potencialidades dos cerrados, tanto no diagnóstico da região quanto na proposta de desenvolvimento preconizada. No primeiro caso, semelhante ao ocorrido em outras regiões de cerrados no Brasil, também no Piauí o governo estadual, ao pôr-se como sujeito, por excelência, de um diagnóstico que seria a base do modelo de intervenção, elabora um discurso técnico-científico (SANTOS, 1988) que não incorpora o conhecimento das populações camponesas tradicionais – que vivem entre “baixões” e “chapadas” – sobre o ambiente dos cerrados e que ficam, assim, eclipsadas.²⁵ Com efeito, o projeto de exploração agrícola tido como moderno, tecnificado, racional e focado no grande empreendimento empresarial não inclui os chamados pequenos produtores. Nas falas mestras, a breve referência a esta categoria social diz respeito ao seu “fraco desempenho produtivo” (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992a), reiterando a suposta incapacidade de inclusão dessas populações locais em frentes de modernização agrícola. São esses, segundo Moraes (2001a), os marcos da inclusão/exclusão no “negócio do cerrado”.

Aliás, as master narratives, no afã de enfatizarem a incorporação das chapadas ao processo produtivo pela agricultura intensiva, costumam partir do imaginário do marco zero: “o sul do Piauí, de história recente, pode ofertar produtos agropecuários, mesmo enfrentando dificuldades próprias de uma fronteira agrícola” (AUDITORIA AMBIENTAL, 1998, p. 11). [Grifo da autora]. Ora, estabelecer ponto zero na história de territórios é, como lembram Hobsbawn e Ranger (1984), inventar tradições – condutas que integram estratégias histórico-políticas presentes nas meta-narrativas, não constituindo, este caso, uma exceção.

O diagnóstico referido fundamentaria, assim, estratégias de promoção do “desenvolvimento dos cerrados” com base no agronegócio do complexo carnes/grãos. Tornava-se essencial àquela estratégia discursiva referir o vazio econômico, sociocultural e populacional, salientando a densidade demográfica da região – em média, três habitantes por quilômetro

²⁵ Para uma análise do modo de vida de populações camponesas dos cerrados, entre “baixões” e “chapadas”, cujas narrativas sobre o processo em curso nos cerrados são socialmente “eclipsadas”, ver Moraes (2000b) especialmente os capítulos V e VI, e Moraes (2005).

quadrado (FUNDAÇÃO CEPRO, 1992a) – além da pequena participação da população da região no total da do Estado (aproximadamente 8,6%), o que justifica a necessidade de povoá-la, ou melhor, repovoá-la. Destarte, o discurso da fronteira agrícola se punha pleno de sentido, era preciso, sim, preencher um vazio de gente, de cultura, de economia, de saberes, de tecnologia, de desenvolvimento.

No entanto, se o governo do Estado promoveu a ocupação do vazio, inclusive, com o concurso da propaganda de suas potencialidades, tal ocupação, na prática, ficava entregue à lógica do capital, conforme suas próprias vantagens locais. Exemplo disso foi a ausência de um zoneamento agroecológico da região, delimitador de áreas de preservação e de utilização para as diversas potencialidades exploratórias.²⁶

Um dos impactos desse processo desordenado, iniciado com os grandes projetos da década de 1970, e que teve continuidade com a incorporação das chapadas nos anos 1980 e 1990, pode ser visto na mudança ocorrida na proporção entre a população urbana e rural na região, sem, no entanto, importantes transformações na infra-estrutura urbana dos municípios, capazes de reterritorializar significativos segmentos populacionais rurais desterritorializados (MORAES, 2000b). Com efeito, a população urbana cresce, desde então, na região, a taxas mais elevadas que a rural: em 1970, esta correspondia a 64,9%, e a urbana a 35,1% da população total. Em 1980, a urbana era de 57,5% e a rural de 42,5%. Consoante Torres e Andrade (1991), vários municípios mais que duplicaram sua população urbana ao longo da década de 1980, a exemplo de Antônio Almeida (177,29%), Marcos Parente (149,70%), Landri Sales (141,56%), Gilbués (128,17%) e Bom Jesus (105,17%), num movimento que não refluiria nos anos de 1990.

Essas mudanças na distribuição da população remetem às rápidas transformações nas paisagens natural, social e econômica decorrentes da concretização da nova fronteira, que imprime ritmos e sentidos até então desconhecidos, com investidores, em sua maior parte oriundos de outros

²⁶ Isso só viria a tomar corpo a partir do ano 2004, com um Zoneamento Ecológico e Econômico que vem sendo levado a cabo pela Codevasf.

Estados e regiões, produtos incomuns e investimentos em escalas inauditas, na região. Quer sejam empresários de portes variados quer sejam colonos em projetos de colonização privada, dirigidos por grandes cooperativas, em sua maioria, do Sul do país, o fato é que condomínios de grandes grupos empresariais somam-se a médios e a projetos de colonização privada, cada vez mais estimulados pela propaganda oficial. Nesse contexto, os novos atores sociais, que para lá se dirigem, nos anos 1980 e 1990, os chamados gaúchos, querem se diferenciar dos instalados nos anos 1970, década conhecida, conforme Moraes (2000), depreciativamente, na região, como a “era dos projeteiros”:

Os produtores de grãos na região de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena são empreendedores que pegaram projetos abandonados de plantação de caju, explorados por pessoas sem experiência no setor agrícola, [que] aportaram no Piauí vindos de Recife, com o objetivo tão-somente de fazer a captação dos recursos da Sudene e, posteriormente, desativaram estes projetos, abandonando as terras sem gerar produção e empregos, sem gerar impostos para o estado (Seminário Piauí: Caminhos do Desenvolvimento, 1992, p. 75).²⁷[Grifo da autora].

Mas os gaúchos criticam os sucessivos governos do Piauí, e ao mesmo tempo, revelam-se descontentes com a imagem das populações locais a seu respeito e com as muitas dificuldades relativas à infra-estrutura e às diferenças culturais, especialmente em relação ao trabalho na agricultura:

(...) Olha, é muito relativa essa história dos aventureiros [projeteiros]. Nós também somos [tidos, aqui, como] aventureiros. Porque a gente largou tudo, trouxe a família e coisa e veio pra cá pra buscar melhora. Agora, a gente tem que entender o seguinte: houve uma série de inconseqüência, de irresponsabilidades... para esta região não ter dado certo até hoje. E esses aventureiros [projeteiros] (...) houve uma irresponsabilidade muito grande de quem pegou dinheiro, né? Agora também houve uma irresponsabilidade muito grande de quem deu o dinheiro. (...) Hoje, nós estamos pagando as conseqüências! (...) [população local] ainda nos olham na cara pensando... – Esse é mais um que vai... (...) Tá chegando mais um aventureiro pra sugar essa região

²⁷ Esta distinção entre “projeteiros” e empreendedores remete à estabelecida por Moog (1981) entre bandeirantes e pioneiros. A respeito ver, também, Oliveira (1993).

(...) Nós somos é nivelados, como se fosse mais um aventureiro que chega aqui. Hoje nós temos o Paulo, o Pedro, o Miguelzinho, nós, o Marcelo, é... um monte de gente! (A. D. F., Empresário paranaense, Uruçuí, dez./97)²⁸.

(...) [a região] é atrativa mas eu vou dizer uma coisa: a gente pensava... de um a dez a gente esperava uma dificuldade de cinco. É nove! Depois que a gente tá aqui quase que há um ano... [a] infra-estrutura e o próprio costume do pessoal daqui trabalhar. Aqui se trabalha visando um festejo. (...). Aqui o pessoal trabalha a semana inteira, se no final de semana, onze horas você não liberar pra vir prum festejo, ele pede a conta... e lá no nosso costume do Sul, época de plantio, feriado é no dia que chove. Não tem sábado, não tem domingo, quer dizer, não é o ano todo. Agricultura é o seguinte, ninguém estabelece o calendário pra ela. Ela tem o calendário dela. (...) Então você tem que aproveitar aquele tempo e não o tempo que você quer... Eu vou plantar em janeiro! Não, não é em janeiro que você vai plantar! Então a dificuldade é muito grande! (T. O. W., Empresário paranaense, Uruçuí, dez./97).

A essas vozes juntam-se pesquisadores da área de produção de grãos do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte (Embrapa-CPAMN), para os quais o Piauí já chegara, em 1995, a uma produtividade, em plantio de soja, superior à dos Estados cultivadores tradicionais, com uma média de 2.500 kg/ha, quando a média nacional ficava em torno de 2.200 kg/ha. A crítica dos pesquisadores recai sobre questões de infra-estrutura cuja precariedade levaria, em setembro de 1991, os governos do Maranhão e do Piauí a proporem ao Conselho Deliberativo da Sudene a criação de um programa de ação conjunta para o Vale do Parnaíba, envolvendo todo o território piauiense e os municípios da bacia hidrográfica do nordeste do Maranhão. O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (Prodepar) seria implementado entre 1991 e 1995 e incluía os cerrados para a agricultura de sequeiro. De acordo com este programa,

A seleção dos municípios levou em conta a disponibilidade de terras a preços relativamente baixos e com topografia adequada

²⁸ A expressão “monte de gente” aponta para a rede regional gaúcha referida por Costa (1995), situação encontrada em pesquisa que venho realizando com novas levas de “gaúchos” aportados no Piauí pós-ano 2000. A propósito, ver Santos (1993) sobre colonização de migrantes oriundos do Sul do país.

para mecanização agrícola; baixa ocorrência de seca e precipitação pluviométrica, com média anual superior a 1.200 mm; existência de minas e jazidas de calcário dolomítico para os municípios situados na área dos cerrados; existência de projetos instalados e com sucesso na exploração, inclusive já ocupando uma faixa significativa do mercado nos principais centros consumidores regionais, e auto-suficiência na produção de sementes selecionadas (MIR/Sudene/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994, p. 9).

No Prodepar, os cerrados eram apresentados como dotados de vantagens comparativas locais ou renda diferencial I, para o desenvolvimento de atividades econômicas:

as áreas de cerrados situadas ao sul e sudoeste do estado têm-se mostrado favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura de sequeiro com o uso da moderna tecnologia de produção, em especial nos municípios de Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruçuí, Barreiras do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Bertolínia, Guadalupe, Marcos Parente, Landri Sales e Palmeira do Piauí (MIR/Sudene/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994, p. 23).

Esses municípios, acrescidos de mais cinco, compunham a chamada Área Programa VI-Ribeiro Gonçalves, a maior definida pelo programa, que entre as recomendações e proposições ressaltava duas, transcritas a seguir, as quais remetiam, diretamente, como referido por Moraes (2000b), à constituição da fronteira agrícola dos cerrados como espaço potencial para o capital:

- a) elaborar e executar imediatamente um projeto de “marketing” visando divulgar, junto à classe empresarial regional, nacional e internacional, as potencialidades, as vantagens e os incentivos que os Estados envolvidos no Programa oferecem. (...) Deverão ser negociadas reportagens em programas tradicionais e de audiência nacional, como “Globo Rural”, “Manchete Rural”, alusivas aos projetos agropecuários implantados com sucesso, bem como às pesquisas que demonstram viabilidade da exploração econômica de novas culturas, especialmente as irrigadas;
- b) divulgar novos incentivos para os empreendimentos industriais e agroindustriais nas fases de implantação, relocação, revitalização ou ampliação, bem como os benefícios na área tributária, como

redução ou isenção de impostos e apoio aos programas de modernização tecnológica que resultem no aumento da qualidade, da produtividade e da capacidade produtiva (MIR/Sudene/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994, p. 50).

Na segunda metade dos anos 1990, a região foi incluída nas metas do Programa Brasil em Ação, do governo federal, como um dos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste, e inicialmente, em 1998, anexou-se ao Pólo Balsas e compôs o Pólo Uruçuí/Balsas. Em 1999, porém, por pressões de políticos e empresários do Vale do Guruguéia, o Pólo Uruçuí/Balsas foi desmembrado, e deu origem ao Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Guruguéia (MORAES, 2000b).

O Banco do Nordeste, coordenador do plano de ação para este pólo, estipulou metas (até o ano 2003) em quatro dimensões: a) econômica (anel viário, eletrificação, barragens, estrutura de comunicação, irrigação, assentamentos, agroindústria, pesca, comercialização); b) sociocultural (saúde, abastecimento de água, saneamento, habitação); c) ambiental (capacitação, fortalecimento do Ibama, matas ciliares, bacias hidrográficas, reservas ecológicas); d) informação e conhecimento (infra-estrutura educacional, capacitação em produção e comercialização; ensino superior e pesquisa). Conforme os objetivos de tais mudanças:

A região do pólo Uruçuí/Guruguéia será a maior produtora de grãos e carnes do Estado do Piauí, bem como de produtos originários da agricultura irrigada, ambos com alta competitividade e forte inserção no mercado internacional²⁹. A vitalização do pólo será feita por meio de dotação mínima de infra-estrutura econômica e social, da integração das cadeias produtivas e comerciais, do resgate da cidadania, do respeito ao meio ambiente e da massificação do processo de capacitação (BNB, 1999).

²⁹ Sobre o mercado internacional, ver Moraes (2000b), inclusive o mapa: Pólo Uruçuí-Guruguéia – Principais mercados. No segundo semestre de 1999, firmava-se, no Piauí, um Protocolo de Intenções com vistas a organizar a cadeia produtiva do agronegócio de grãos nos cerrados (Jornal Meio Norte, Teresina, caderno Municípios, Seção Geral, p. 5, 17 outubro de 1999, artigo, Banco do Nordeste investe em 81% dos financiamentos). Convém lembrar o mercado regional para o farelo e óleo de soja, identificado, desde o início da década. Conforme Araújo e França (1992), 80% de todos os óleos comestíveis consumidos no Nordeste são de soja, sendo apenas 28% a sua participação no total das rações demandadas na região.

Uma das vantagens locacionais do pólo é a saída da soja dos cerrados do Piauí para o porto de Ponta da Madeira, no Maranhão, a um custo menor que o da enviada da região Centro-Oeste ao porto de Paranaguá, no Paraná, chegando-se, segundo empresários do ramo, a uma redução em torno de 30% do frete marítimo. No entanto, um dos grandes problemas de infra-estrutura, reclamado pelos empresários, ainda no início do ano 2000, dizia respeito ao precário sistema viário da região. Por isto, em março daquele ano, anunciava-se uma parceria entre governo do Estado, produtores e Departamento de Estradas de Rodagem para a construção da Transcerrado, rodovia de 5.000 km de extensão que deveria ligar os projetos agropecuários às estradas federais, facilitando o escoamento da produção (TRANSCERRADO..., 2000). A demanda por investimentos desse tipo na melhoria do sistema viário decorre do incremento da produção de soja no Estado: consoante dados do IBGE, foram produzidas, em 1999, 180.000 toneladas de grãos, com previsão, para 2000, de 235.000 (RIBEIRO, 2000), o que levou o então ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, a dizer que “o Piauí foi o responsável pelo equilíbrio da produção nacional de soja na safra 1999/2000 (...), tanto que estou abrindo as fronteiras do Piauí para o mundo” (PIAUI, 2000).

Considerações finais

Aponte aqui, sobretudo, como as narrativas mestras organizam e estabelecem uma discursividade que produz hierarquias e interdições. Em relação a uma dizibilidade sobre o passado, a historiografia, o poder constituído, os representantes das elites econômicas, intelectuais e políticas do Piauí concorrem para construí-la, fundada na pecuária. Até um certo momento, o discurso dominante era o que se poderia definir como o de um destino pastoril. Esse passado e esse destino geridos pelas próprias elites têm no vaqueiro um herói cultural, à moda romântica, de modo que com tais mecanismos políticos, econômicos e simbólicos, esta representação predomina, até os anos 1970, no imaginário da economia agrícola e agrária piauiense.

Mas essa mesma década emite sinais de uma inflexão discursiva pela qual agências do poder público, empresas privadas e os chamados produtores rurais modernos começariam a produzir uma nova versão, aqui focalizada com base, principalmente, em dada região, a dos cerrados do sudoeste piauiense. Tal discurso se vai reelaborando socialmente, ao delimitar contornos e dispor os argumentos numa lógica que se pretende sem contradições e numa racionalidade que apresenta o espaço dos cerrados do sudoeste como um agroecossistema (MORAES, 2000b) construído pela modernidade agrícola. Trata-se, porém, de uma modernidade seletiva e excludente, com o novo Nordeste concretizando-se na forma de um novo Piauí agrícola. Como observado, essa nova face agrícola parece se instituir via atores sociais privilegiados e monopolizadores do acesso aos recursos e do papel de dizentes de um projeto de modernização agrícola do estado, os quais se apresentam como os únicos com ela condizentes.

Nesse sentido, as falas componentes dessas estratégias discursivas têm em comum o ufanismo resultante da proeza da incorporação das chapadas, o qual, no início dos anos 1990, se expressava em termos grandiloqüentes:

Já convidamos o senhor governador do estado e o senhor secretário de agricultura do Piauí para visitar esse trabalho pioneiro que realizamos em Rondonópolis, Mato Grosso. (...) Ao conhecer Uruçuí [sudoeste piauiense] há dez meses, eu vi o Mato Grosso de há vinte anos, pois as condições eram e são idênticas (C.E., do Setor de Produção de Grãos. Seminário Piauí, 1992, p. 76). [Grifos da autora].

Tal previsibilidade, analisada à luz das características da ruptura epistemológica efetuada pelo iluminismo (RIBEIRO, 1992; MORAES, 2000b), constrói uma memória voltada para o futuro, reaproximando vocação e destino pela visão evolucionista do progresso técnico-científico. Entretanto, essas narrativas produzem, na verdade, outro vazio e aí é de se perguntar: o novo Piauí agrícola corresponde a um novo Piauí agrário? as master narratives primam pela indizibilidade e invisibilidade das populações camponesas tradicionais e de suas práticas de reprodução social no ambiente dos cerrados. Mas esta é outra parte da mesma história.³⁰

³⁰ Tratado em Moraes (2000b) e em outros trabalhos.

Referências

ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: EdUnB, 1982. 344 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994. 500f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Caminas, Campinas, 1994. 2 vol.

ALENCASTRE, J. M. P. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981. 190 p.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. 191 p.

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários**. São Luís: Cáritas Brasileira Estudos e Pesquisa, 1984. 147 p.

ARAÚJO FILHO, A. A.; FRANÇA, F. M. Subsídios a uma política de financiamento rural para os cerrados nordestinos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 23, n. 1-4, p. 1-118, jan./dez. 1991.

AUDITORIA AMBIENTAL. **Estudo de impacto ambiental para implementação do Projeto Nova Santa Rosa**. Teresina, 1998. 92 p. (Mimeo.).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Plano de ação: visão de futuro: Pólo Uruçuí/Gurguéia**. Fortaleza, [1999]. 15 p.

BANDEIRA, W. Piauí: agricultura e desenvolvimento. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 5, n. 1-2, p. 10-17, jan./ago. 1978.

BERTRAND, J. P.; THÉRY, H.; WANIEZ, P. **Les japonais et la mise en valeur agricole des cerrados au Brésil: pour quelle maîtrise de l'espace et de l'approvisionnement alimentaire?** Paris: Societé Francaise d' Economie Rurale, 1990. 28 p.

BHABA, H. H. (Ed.). Introdução. *In: Nation and narration*. Routledge: London, 1994. p. 1-7.

BRANDÃO, T. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: EDUFPI, 1999. 189 p.

CAMINHOS do desenvolvimento. *In: SEMINÁRIO PIAUÍ: CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO*, 1992, Teresina. **Anais...** Teresina: Secretaria do Planejamento do Estado, 1992. 278 p.

CASTELO BRANCO, R. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Quatro Artes, 1970. 185 p.

CASTRO, A. A. J. F. **Comparação florístico-geográfica (Brasil) e fitossociológica (Piauí - São Paulo) de amostras de cerrados**. 1994. 538 f. Tese (Doutorado em Biologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DOMINGOS NETO, M. O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 15-28, jan./jun. 1988.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.

FONSECA NETO, A. **É o Piauí uma invenção do Maranhão? Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, n. 54, 1997.

_____. **Piauí: evolução realidade e desenvolvimento**. Teresina: [s. n.], 1979. 262 p.

_____. **O Polonordeste no Piauí: uma avaliação referencial**. Teresina: [s. n.], 1981. 368 p.

_____. **Piauí: visão sumária**. 5. ed. Teresina: [s. n.], 1992. 56 p.

_____. **Cerrados piauienses: estudo preliminar de suas potencialidades**. Teresina: [s. n.], 1992a. 64 p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967. 248 p.

GUIMARÃES, H. **Nas pegadas do rio**. Teresina: Comepi, 1982. 234 p.

_____. **Ribeiro Gonçalves: um município do tamanho do mundo**. Teresina: Comepi, 1988. 131 p.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. 1995. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. **Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção de identidades territoriais**. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996. p. 367-415.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p.

MEDEIROS, A. J. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996. 240 p.

MIR; SUDENE; PIAUÍ. Governo do Estado; MARANHÃO. Governo do Estado. **PRODEPAR: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba**. Recife, 1994. 52 p. (Versão preliminar).

MONTEIRO, M. S. L. **Grandes propriedades financiadas pelo Finor Agropecuário no Piauí: análise dos impactos sócio-econômicos**. Campina Grande, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1993.

MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 361 p.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p.

MORAES, M. D. C. **De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades da ordem da razão**. In: WANDERLEI,

M. N. B.; DUQUE, G. (Orgs.). Agricultura familiar. **Raízes**, Campina Grande: UFPB, n. 17, p. 121-134, 1998. (Edição especial).

_____. O novo Nordeste dos cerrados: transformações na agricultura nordestina: o caso do Piauí. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., AND BRAZILIAN CONGRESS OF RURAL ECONOMY AND SOCIOLOGY, 38. 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA; SOBER, 2000a. 1 CD-ROM.

_____. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense.** 2000. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000b.

_____. Modernização agrícola e verticalização do território: o novo Nordeste dos cerrados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. 1 CD-ROM.

_____. O negócio do cerrado: inclusões exclusões (ou dos impactos sociais da modernização agrícola nos cerrados piauienses). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos cerrados: o caso do Estado do Piauí. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento territorial.** Campina Grande: Embrapa; CIRAD; UFPB, 2002. p. 91-112.

MORAES, M. D. C. O sertão desencantado: memórias, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura.** Sergipe: Embrapa, 2002a. p. 253-294.

_____. Le nouveau Nordeste des cerrados dans les nouvelles dynamiques territoriales du Nordeste brésilien. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Eds.) **Planification du developpement territorial au Brésil.** Montpellier: CIRAD, 2002b. p. 25-41. (Serie colloques).

_____. Memória social dos cerrados: modernização agrícola, atores, imaginário, e narrativas. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORDESTE, 5., 05 a 09 set. 2005, São Luís. **Anais...** São Luís, 2005. 1 CD-ROM. Artigo apresentado em Mesa Redonda “Memórias e narrativas do mundo rural”.

MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L. O. Estudo de caso no Estado do Piauí: agricultura familiar e multifuncionalidade nos cerrados piauienses: indicações de uma identidade positiva e de densidade do tecido social local. *In*: MALUF, R. **Relatório final: estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras.** Rio de Janeiro: CNPq; Coagr, 2003. 44 p. (Projeto 520.755/2001-04).

_____. **Relatório final: agricultura familiar nos cerrados do sudoeste piauiense: impactos da fronteira de grãos e desafios para a sustentabilidade.** Teresina: [s. n.], 2003a. 69 p.

_____. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. *In*: CARNEIRO, M. J. O.; MALUF, R. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003b. p. 102-122.

MOTT, L. R. B. **Piauí colonial.** Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. 142 p.

MUELLER, C. C. **Organização do espaço regional e agricultura.** Brasília: Áridas, 1995. 154 p. (Relatório final. Projeto Áridas: GT IV).

NUNES, O. **Pesquisas para a história do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 3. 303 p.

OLIVEIRA, L. L. Bandeirantes e pioneiros. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 37, p.214-24, nov. 1993.

OLIVEIRA, P. A. **A participação das políticas públicas de incentivos financeiros na exploração dos cerrados piauienses.** 1999. 7 f. Artigo (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1999.

PIAUÍ disputa com a China a implantação de indústria. **Jornal Meio Norte**, Teresina, 3 abr. 2000. Primeiro Caderno, seção Política Local.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Cerrado piauiense**: proposições básicas para uma política de integração econômica do cerrado piauiense. Teresina, 1985.

_____. Piauí: dois anos de trabalho. **Revista comemorativa dos dois anos da Administração Freitas Neto**, Teresina, 1992. 24 p.

PORTO, M. G. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, 1994, p. 75-80.

QUEIROZ, T. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: APeCH; UFPI, 1993. 40 p. (Série curto-circuito, história).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, E. Safra de grãos pode render R\$ 194,5 mi. **Jornal Meio Norte**, Teresina, p. 3, 03 mar. 2000. Cidades.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Brasília: UnB, 1992. 55 p. (Série antropológica, 123).

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun. 1988.

SANTANA, R. M. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964. 141 p.

SANTOS, J. V. **Matuchos**: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 p.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 25, p. 59-62, 1988.

_____. Guerra dos lugares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999. p. 3-5.

SHANIN, T. The idea of progress. *In*: CICLO DE ESTUDOS TEODOR SHANIN, 28 out. a 3 nov. 1999. **Anais...** Recife, 1999. 6 p.

SCHILLER, N. G.; FOURON, G. “Laços de sangue”: os fundamentos do Estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p. 33-66, jun. 1997.

SOUZA, C. V. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997. 171 p.

TORRES, R. W. C.; ANDRADE, M. E. S. Os cerrados do Piauí e seus aspectos sócio-econômicos. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 14, n. 1, p. 43-50, jul./dez. 1991.

TRANSCERRADO. **Jornal Meio Norte**, Teresina, 15 mar. 2000. p. 3. Cidade.

VILELA, S. L.; MORAES, M. D. C. **Para além de agricultura familiar**. Jaguariúna: Embrapa; CNPMA, 1997. 30 p. Texto apresentado em mesa-redonda no Seminário: Agricultura Familiar como Base do Desenvolvimento Rural Sustentável.

-

Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e conseqüências ambientais

*Maria do Socorro Lira Monteiro
Teresinha de Jesus Alves Aguiar*

Introdução

No âmago do novo padrão de desenvolvimento em implementação no país, a partir de 1950, estava incluso o processo de modernização da agropecuária, caracterizado pela mudança da base técnica, pela dependência não somente do recurso natural – terra –, mas também de meios de produção gerados numa indústria especializada para o setor. Isto resultou na consolidação dos complexos agroindustriais, na criação de mecanismos estatais subvencionadores, como crédito agrícola, PGPM, incentivo à exportação, à pesquisa e incentivos fiscais, compelindo à busca de novos espaços e de fontes de recursos naturais e alterando a geografia econômica brasileira, das suas regiões e dos seus Estados.

Nessa perspectiva, a exploração dos cerrados nordestinos revela-se relevante diante das vastas áreas caracterizadas por tipos de solo, vegetação e clima radicalmente diferentes das outras regiões. Ademais, detém potencial econômico expressivo, vocacionado para a agricultura de grãos, pastagens e fruticultura tropical, além de baixa densidade demográfica. A ocupação dos cerrados, entretanto, ocorre de forma diferenciada no Brasil, em virtude das especificidades institucionais, econômicas, políticas e naturais vigentes em cada unidade da federação.

No caso do Piauí, a ocupação do cerrado, apesar de seu início nos anos 1970, é efetivada em termos produtivos tão-somente na década de 1990, mediante a produção de grãos, em particular, da soja. Tal ocupação,

ao invés de corrigir as conseqüências nefastas das ocupações ocorridas, antes, no restante do país, as reproduz de forma acentuada, porque o governo do Estado, com o objetivo de tornar a região um significativo pólo de agricultura comercial, incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de terras, uma vez que o Estado detém vastas áreas de terras disponibilizadas via Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi) a preços “simbólicos”, possibilitando a constituição e dinamização do mercado de terras.

Esse cenário justifica a premência de uma análise das estratégias empresariais de ocupação e uso das terras no cerrado piauiense – particularmente em Uruçuí –, a partir da década de 1970, haja vista centrar-se nas alternativas de valorização da terra: especulativa e produtiva. Além do mais, o debate sobre a irracionalidade dos procedimentos de ocupação e uso do solo coloca a agropecuária como uma das atividades de maior responsabilidade pela degradação do meio ambiente, resultante do desmatamento, do uso intensivo de fertilizantes, de agrotóxicos e da mecanização, com o intuito de incrementar a produtividade e a produção.

Em termos de procedimentos metodológicos, realiza-se levantamento de documentação bibliográfica e estatística em instituições vinculadas às questões ambientais e agrícolas existentes no país, no Estado e em Uruçuí, acrescido de pesquisa de campo, junto ao cartório de Uruçuí, às empresas agropecuárias e técnicos do Ibama, por meio de entrevistas e questionários. A pesquisa abrange, também, os estudos de Impacto Ambiental (EIAs), os relatórios de Impactos Ambiental (RIMAs) e os licenciamentos Ambientais (LAs) de cada empreendimento, para averiguar o cumprimento da legislação ambiental em vigor.

Este artigo, a princípio, aborda os condicionantes de ocupação e uso das terras nos cerrados brasileiros e em especial no piauiense, especificamente em Uruçuí, durante as décadas de 1970 e 1980. A seção seguinte versa sobre os condicionantes institucionais, políticos e econômicos que propiciam a ocupação produtiva a partir dos anos de 1990 em Uruçuí. A terceira seção trata dos aspectos ambientais, enquanto as considerações finais sintetizam os resultados obtidos ao longo da execução de toda a investigação.

Cerrados brasileiros e piauiense: especificidades de sua ocupação ao longo das décadas de 1970 e 1980

De acordo com o BNB (1998), os cerrados brasileiros ocupam uma extensão total de 207 milhões de ha, equivalente a 23% do território nacional, nela incluídos os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal, além dos ecótonos, que consistem em transições com os biomas da Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga.

A ocupação produtiva do cerrado começa somente por volta dos anos 1970, graças à pressuposição de não serem suas terras propícias à atividade agropecuária e, em decorrência do processo de modernização da agropecuária, possibilitar novas formas de exploração, aliada à premência de garantir a regularização fundiária na região Sul. Ademais, a intensificação do comércio externo, pressionado pela urgência de geração de divisas e de melhorar o balanço de pagamentos, no momento em que os preços internacionais da soja estão em elevação, incita o interesse pela exploração dessa leguminosa nos cerrados de forma tecnificada e num contexto empresarial.

Tal ocupação ocorre, inicialmente, nas regiões do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e Mato Grosso. Posteriormente, com a construção de Brasília e abertura de estradas que ligam o Nordeste às demais regiões, começa a ocupação do cerrado setentrional, localizado no oeste da Bahia, sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e de Tocantins.

Segundo o BNB (1998), entre as políticas públicas de incentivo à ocupação dos cerrados brasileiros, destacam-se o Polocentro, que também transfere à Embrapa recursos para pesquisas com vistas ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas e comerciais, priorizando a soja tropical, e o Prodecer, o qual impulsiona a introdução de modernas tecnologias e valoriza sua ocupação de forma racional.

O Piauí possui área territorial de 250.934 km², e ocupa 16,2% do Nordeste e 2,9% da área nacional. Conforme a Fundação Cepro (1992),

desta área, cerca de 11,5 milhões de ha são cerrados, representando 46% e 6%, respectivamente, da área total do Estado e da área dos cerrados do Brasil.

Nesse Estado, mais da metade da área é constituída de solo latossolo vermelho-amarelo; em proporções equivalentes, seguem os solos concrecionados, litólicos e areias quartzosas. Em decorrência das características de cada tipo de solo, a adubação e irrigação apresentam-se como elementos essenciais para suprir as deficiências naturais, demandando a aplicação de calcário, que tanto permite corrigir o PH como neutralizar o alumínio tóxico.

Possui clima subúmido e úmido, com temperatura média entre 23 e 24°C e taxa anual de precipitação em torno de 1.100 mm, embora passe, em média, cinco meses sem chuvas. A umidade relativa do ar varia de 50% a 70%, sendo elevada a radiação solar. Além do período seco, registra-se a ocorrência de déficits hídricos na fase de chuvas veranicas, cujo pico ocorre nos primeiros dez dias de janeiro. Verifica-se a predominância da vegetação do tipo cerrado e suas transições com a caatinga, caracterizando-se por savanas estacionais, com presença de matas de galeria perenes ao longo dos rios.

As áreas de cerrado são favoráveis à mecanização e possibilitam o cultivo de sequeiro e irrigado, aproveitando o potencial hídrico dos vales úmidos, dos rios Itaueira, Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e Parnaíba, além de representativo potencial de águas subterrâneas. De acordo com avaliação da Comdepi, as reservas de calcário dolomítico (insumo fundamental para o aproveitamento agrícola) da região totalizam 7,9 milhões de toneladas.

Ademais, a viabilidade econômica encontra-se consubstanciada, também, na grande quantidade de terras potencialmente produtivas e a preços insignificantes, na disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo e nos incentivos fiscais e financeiros dos governos federal e estadual. Tais condições despertam o interesse, a partir de meados dos anos 1970, de diferentes empresas e investidores do Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso, a se instalarem e desenvolverem extensos projetos agropecuários no cerrado piauiense.

Diante disto, o governo do Piauí monta um aparato legal com o objetivo de traçar diretrizes para o uso das terras integrantes do patrimônio público, e de incentivar a criação de um mercado de terras local. Para tanto, delega à Comdepi a responsabilidade de repassamento das terras. Logo, as políticas públicas do governo federal e o arcabouço institucional estadual, juntamente com a estratégia de utilizar o Polonordeste/PI para a implantação de infra-estrutura básica, criam um mercado nacional, tanto para produtos manufaturados como para produtos agropecuários.

Com base nos dados do Censo Agrícola de 1960, dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985 e das informações obtidas junto às instituições pesquisadas, foram identificadas as características fundamentais à compreensão da forma como se desenvolvem os negócios com terra e a apropriação da terra no Estado e em Uruçuí.

Conforme se verificou pelos dados, entre os Censos de 1960 e 1985 a taxa de crescimento nos estabelecimentos atinge 45,8%, e a taxa de crescimento da área incorporada é de 9,1%. Consta-se, assim, o aumento de forma significativa no Estado, nas duas bases de análises. Todavia, enquanto o estrato de menos de 10 ha possui taxa de crescimento de 71,6% e de 55,1% para os estabelecimentos e área apropriada, respectivamente, o estrato de 10.000 e mais ha mantém taxa de crescimento de 16,3% e 27%, respectivamente, para os estabelecimentos e áreas apropriadas.

No entanto, quando se calculam as taxas referentes à fase compreendida entre 1970 e 1985, comprova-se profunda modificação. A taxa de crescimento no estrato de menos de 10 ha é de 12% e 13,9% para os estabelecimentos e área incorporada, respectivamente, e o grupo de área de 10.000 e mais ha apresenta taxa de crescimento de 37,7% e 59,4%, para os estabelecimentos e áreas apropriadas, respectivamente. Visualiza-se esse cenário, também, por meio da comparação do Índice de Gini, que em 1960 é de 0,82; em 1970, 0,86; em 1980, 0,87 e em 1985, é de 0,86. Segundo estes dados revelam, desde a década de 1970 o novo arcabouço institucional implementado em níveis federal e estadual promove rápida e crescente ocupação patrimonial mediante instalação de grandes propriedades, contribuindo de forma decisiva para o aprofundamento da concentração da terra.

Ao longo dessa fase, o cerrado piauiense estende-se por vinte municípios. Este artigo, porém, analisa apenas Uruçuí, por se constituir no lócus mais procurado para instalação de projetos agropecuários. Referido município encontra-se situado na microrregião do Alto Parnaíba, e possui uma área de 8.578,5km², equivalente a 3,57% da área total do Estado.

Como mostra a Tabela 1, há significativo crescimento do número de estabelecimentos e de incorporação de novas áreas de terras, representado pelo incremento do total de estabelecimentos no estrato de 10.000 e mais ha.

A ocupação da terra em Uruçuí apresenta taxas de crescimento positivas. Entre 1960 e 1970, a taxa está em torno de 29,8% e 23%, para os estabelecimentos e áreas apropriadas, respectivamente. De 1970 a 1980, este fica ao redor de 49,2% e 25,1% para os dois itens. Para 1980 a 1985, as taxas situam-se na ordem de 5% e 14,9%, respectivamente, para os estabelecimentos e áreas incorporadas. Como estes dados demonstram, as políticas públicas e, particularmente, o Finor Agropecuário e o Fiset são mecanismos bastante efetivos no incentivo à ocupação das terras no município.

A pesquisa de imóveis registrados, realizada junto ao cartório de Uruçuí, relativa ao período de janeiro de 1970 a dezembro de 1989, visa comprovar tal situação. Nesse período, são efetivados 860 negócios, atingindo uma área total de 1.563.859 ha; na década 1970, são 447 transações com uma área de 972.803,53 ha; nos anos de 1980, 413 transações, com uma área negociada de 591.055,47ha (Tabelas 2 e 3).

Conforme os dados indicam, durante as duas décadas, preponderam as transações com imóveis entre 100 e menor que 1.000 ha, com 397 transações. Isto representa 46,2% do total de imóveis negociados e uma área de 115.277,63 ha, e corresponde a apenas 7,4% do total de área transacionada. Em contraposição, no estrato de 10.000 e mais ha, são efetuados 46 negócios, o que corresponde a 5,3% do total, mas equivale a uma área de 899.030,79ha, ou seja, 57,5% da área total negociada no período. Portanto, tais percentuais revelam a expressiva quantidade de

negócios realizados e o significativo número de transações com grandes propriedades, explicitando que as políticas públicas de fomento à ocupação do cerrado do Piauí incentivam o aprofundamento da concentração da estrutura fundiária no município.

Ainda de acordo com os quadros referidos, Uruçuí caracteriza-se por dois extremos. Sob um ângulo, observa-se grande número de unidades produtivas confinadas a exíguas faixas de terras situadas no baixão, onde os pequenos produtores, em geral, nativos do próprio município, produzem somente para a subsistência. Sob outro ângulo, presencia-se o irrisório número de estabelecimentos com extensas áreas de terras, dispostas geograficamente nos platôs.

Explicita-se a concretude desse cenário por meio dos incentivos concedidos pelo Fiset, para a implantação de 548 projetos em todo o Estado, entre 1970-80, para a exploração de caju. Deste total, 81 são instalados em Uruçuí, e correspondem a 14,8% do total de projetos, reiterando o fato de que o município consiste nas áreas mais procuradas pelos compradores de terras. O IBDF estabelece o limite de 100 ha de terra para incentivar, via Fiset, projetos de (re)florestamento. No entanto, os laudos de vistoria de acompanhamento do Ibama (instituição substituta do IBDF, em 1989) provam a existência de diversas empresas que possuem áreas superiores ao limite fixado, como o grupo empresarial que administra os projetos instalados na Fazenda Nova ou Bonita, detentor de 58 projetos e de uma área incorporada de 20.109 ha.

Além do mais, o caráter patrimonialista da ocupação de Uruçuí fica explícito quando se verifica encontrarem-se os projetos instalados, em sua maioria, abandonados e com suas atividades paralisadas, não restando nenhum vestígio da cultura projetada. Porém, os recursos do Fiset até o fim de sua vigência, 1986, são liberados. Em decorrência desta liberação, algumas empresas administradoras sofrem inquéritos administrativos promovidos pelo extinto IBDF, com a finalidade de apurar as responsabilidades pela não condução das atividades produtivas programadas.

Tabela 1-- Área dos estabelecimentos segundo o grupo de área, em Uruçuí, nos anos 1960, 1970, 1980 e 1985

Ano	Total	0 < 10		10 < 100		100 < 1.000		1.000 < 10.000		10.000 e +		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1960	E	169	24,3	238	34,2	243	35,0	44	6,3	1	0,1	
	A	204.388	713	0,3	9.699	4,7	74.893	36,6	107.753	52,7	11.310	5,5
1970	E	902	170	18,8	384	42,6	287	31,8	61	6,8	-	-
	A	251.509	607	0,2	14.948	5,9	96.922	3,5	139.032	55,3	-	-
1980	E	1.346	817	60,7	233	17,3	238	1,7	53	3,9	4	0,3
	A	314.707	1.590	0,5	10.226	3,2	78.107	24,8	145.640	46,3	79.140	25,1
1985	E	1.413	816	57,7	277	19,6	260	18,4	55	3,9	5	0,3
	A	361.654	1.746	0,5	11.945	3,3	88.656	24,5	148.306	41,0	110.997	30,7

Fonte: IBGE (1960; 1970; 1980; 1985)

Nota: E - Número de estabelecimentos (mil); A - Área (ha).

Tabela 2 – Número de negócios por estrato de área, em Uruçuí, de 1970 a 1989

Ano	Número de Negócios								Total
	Estrato de Área (ha)								
	0 < 100		0 < 1.000		1.000 < 10.000		10.000 e +		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1970/79	169	37,8	175	39,2	68	15,2	35	7,8	447
1980/89	61	14,8	222	53,7	119	28,8	11	2,7	413
Total	230	26,7	397	46,2	187	21,7	46	5,3	860

Fonte: Pesquisa no cartório do município de Uruçuí (2001).

Tabela 3 – Área negociada por estrato de área, em Uruçuí, de 1970 a 1989

Ano	Área de Negócios								Total em 1.000 ha
	Estrato de Área (ha)								
	0 < 100		0 < 1.000		1.000 < 10.000		10.000 e +		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1970/79	6.839	0,7	48.593	5,0	206.300	21,2	711.069	73,1	972,802
1980/89	3.671	0,6	66.684	11,3	332.738	56,3	187.961	31,8	591,055
Total	10.510,09	0,7	115.277	7,4	539.039	34,5	899.030	57,5	1.563,88

Fonte: Pesquisa no cartório do município de Uruçuí (2001).

Outra política de incentivo à ocupação de Uruçuí é o mecanismo 34/18, transformado em Finor a partir de 1974. Todavia o presente artigo analisa somente os projetos incentivados pelo Finor Agropecuário. As empresas quando se candidatam a receber recursos deste tipo de financiamento têm suas terras classificadas pelo Incra como latifúndios por exploração, com o objetivo de se transformarem em empresas rurais. Conforme relatórios da Sudene (1989; 1993; 1995; 1999), são instalados doze projetos em Uruçuí. Desse total, 66,7% destinam-se à pecuária, em particular, à pecuária de corte e reprodução.

Na visão de Monteiro (1993), a justificativa dos empresários pelo investimento preferencial na pecuária centra-se nos riscos acarretados pela atividade agrícola, como os advindos das irregularidades pluviométricas, da não existência na região de grandes quantidades de áreas de terras cultiváveis, sem necessidade de corretivos ou irrigáveis, e do fato de o rebanho servir como reserva de valor e objeto facilitador de acesso aos instrumentos de financiamento.

Destes projetos, quatro foram concluídos e dois estão em fase de implantação. Os seis restantes encontram-se nas condições de excluído e/ou caduco. O Projeto Companhia Brasileira de Alimentos Básicos, por exemplo, está nas condições de concluído e caduco. Segundo este panorama permite inferir, a implantação desses projetos no município visava promover a acumulação de capital, sobretudo mediante valorização especulativa da terra e, secundariamente, valorização produtiva.

Em relação ao preço da terra no Piauí, a FGV inicia seus cálculos em 1977. No entanto, o preço da terra em Uruçuí, além de não refletir o resultado desses cálculos, não acompanha as mudanças na política macroeconômica, pois ocorre somente o rebatimento de tais políticas no preço da terra, mas não na determinação do preço em si, e sim, no incentivo à aquisição de terras, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Preço de venda de um hectare de terra em Uruçuí, de 1985 a 1989

Data de Referência		Preço Mínimo		Preço Médio		Preço Máximo	
Ano	Sem.	US\$	*	US\$	*	US\$	*
1985	1º	8,71	25,64	8,71	93,56	52,25	153,82
1986	1º	14,45	31,37	14,45	262,75	216,76	470,58
1987	1º	20,28	36,44	20,28	145,8	152,13	273,37
1988	1º	28,04	49,23	28,04	209,28	196,3	344,7
1989	1º	112,19	210,91	112,19	234,36	149,59	281,22

Fonte: Incra(2001).

Nota: (1) *A conversão para a moeda corrente do ano de referência está calculada pelo valor do dólar médio do referido ano: 1985 - cruzeiro; de 1986 a 1988 - cruzado; e 1989 - cruzado novo (Conjuntura Estatística, 2000).

Esta Tabela demonstra o baixo nível dos preços das terras no município e, ao mesmo tempo, mostra que os preços se elevam, na medida

em que a demanda por terra cresce, fato comprovado pelos dados obtidos junto ao cartório. Ademais, é incontestável que os preços médios da terra sofrem oscilações em razão de alguns fatores, como: ser a terra bruta, estar limpa e/ou manter infra-estrutura.

Nesse sentido, em Piauí: Assembléia Legislativa (1998), consta um exemplo axiomático da dinâmica do mercado de terras em Uruçuí. Trata-se do caso do Senhor José Pedro de Araújo, que adquire 2.501,80ha de terras, em 7/6/1985, ao valor total de Cr\$ 5.020.600,60 (moeda nacional da época). No mesmo período, o preço médio de mercado calculado pelo Incra para o total da terra era de Cr\$ 234.068.408,00. Isto comprova que o preço de mercado da terra é estabelecido apenas teoricamente, pois na prática o Estado aliena terras a preços “simbólicos” e as transações denotam favorecimento dos adquirentes de terras públicas, com a justificativa de atrair empreendedores interessados no desenvolvimento das atividades agropecuárias no município.

Com efeito, a aquisição de terra, no Piauí, historicamente, representou importante forma de aplicação de riqueza, pois o processo desenvolve-se de acordo com os interesses dos grandes proprietários. A diferença é que, antes de 1970, a apropriação de amplas extensões de terra dá-se em decorrência das atividades extrativa e pecuária, e após 1970, são o Finor Agropecuário, o Fiset e as facilidades concedidas pelo governo estadual que estimulam sua aquisição.

O descontrole no padrão de ocupação e uso da terra no município leva a acreditar não haver nenhuma preocupação por parte dos governantes em relação aos impactos das novas atividades econômicas sobre o solo, os recursos hídricos e o uso de tecnologias inapropriadas ao contexto socioambiental. Ou seja, não obstante existir um arcabouço institucional com condições de regulamentar o processo de apropriação da terra, este é frágil e, assim, não possui capacidade de promover uma ocupação racional, até porque sua regulação é regida pelos interesses dos agentes econômicos com melhores condições para adquirir vastas extensões de terras. Logo, o processo de ocupação das terras em Uruçuí, até a década de 1980, caracteriza-se pelo desbravamento, no sentido de que o desmatamento da terra implica a garantia da posse e sua valorização, revelando o caráter eminentemente patrimonialista.

Por fim, este desbravamento aliado à iniciativa do poder público e da política de terra dão lugar à perspectiva de uma ocupação no município, a partir da década de 1990, em moldes empresariais, pela instalação de médios e grandes empreendimentos agrícolas modernos, nos quais a produção de grãos e, principalmente, de soja, são as atividades econômicas fundamentais.

Cerrado piauiense: especificidade de sua ocupação e uso a partir de 1990

Apesar do descaso do governo federal com a formulação de políticas agropecuárias de cunho regional, a partir da década de 1990, o Finor Irrigação e o FNE são implementados e, em 1993, é criado o Programa Nordeste Competitivo, sob a responsabilidade do BNDES. Esses novos arranjos institucionais de incentivo à modernização da agropecuária visam aumentar a produtividade e expandir a fronteira agrícola, interiorizando a produção por meio da inclusão de vastas áreas de cerrado e, em particular, do cerrado piauiense, ao viabilizar, por um lado, o grande empreendimento em moldes empresariais e, por outro lado, no incitar a valorização especulativa das terras, pois estas se tornaram condição *sine qua non* para o acesso às facilidades creditícias propiciadas pelas políticas estatais.

Tal como nas décadas de 1970 e 1980, a ocupação do cerrado do Piauí, a partir dos anos 1990, ocorre, também, via grandes propriedades. A diferença centra-se no uso produtivo da terra. Nessa perspectiva, analisa-se a estrutura fundiária ao longo do período em foco, com base nos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96, com o objetivo de confrontá-los com as informações coletadas em pesquisa de campo.

Os dados dos Censos demonstram uma taxa de decréscimo da ordem de -23% e -18,3% nos estabelecimentos e áreas incorporadas no Estado, respectivamente. Tal decréscimo, porém, não significa redução absoluta do número de estabelecimentos. Acredita-se que está estreitamente relacionado com as características distintas de coleta do Censo de 1995/96 em relação ao de 1985, até porque está se considerando os estabelecimentos de todos os tipos de condição legal da terra.

Além do mais, a tendência concentracionista da estrutura fundiária permanece, pois, em 1985, o estrato de área de menos de 10ha detém 71,4% dos estabelecimentos e 3,3% da área, e, em 1995, o mesmo grupo conta com 64,8% dos estabelecimentos e 3% da área. Enquanto isto, o estrato de 10.000 e mais ha soma, em 1985, 0,03% dos estabelecimentos e 15,7% da área incorporada e, em 1995, 0,02% dos estabelecimentos com 12,5% da área total apropriada. Esses dados confirmam quão estrutural é a concentração da terra no Estado, ilustrada inclusive por meio do Coeficiente de Gini: 0,86 em 1985, e 0,83 em 1995.

Nesse sentido, analisa-se a pesquisa nos imóveis realizada junto ao cartório de Uruçuí, a partir de 1990. Conforme as Tabelas 5 e 6, entre 1990 e 2000, são realizadas 358 transações, numa área total de 453.815,5 ha, e de 2001 a agosto de 2005, são levados a efeito 123 negócios, com área incorporada de 229.108ha.

Diante do exposto, conforme se percebe, a década de 1990 é fortemente influenciada pelas mudanças na conjuntura econômica, na medida em que, até o ano de 1992, o risco da hiperinflação aliado à elevada liquidez e incerteza, como também, ao descrédito em relação à segurança de manter riqueza em qualquer tipo de aplicação financeira, continua favorecendo a aquisição de terras em Uruçuí. São, então, efetivadas 86 negociações, ou seja, 24% do total das transações, numa área de 164.574,92ha, ou seja, 36,3% da área total transacionada.

No entanto, em virtude das mudanças ocorridas na conjuntura econômica de 1993 até 1997, os negócios com terra ficam quase congelados. Desse modo, apenas 26 transações são levadas a efeito (7,3% do total transacionado), incorporando 71.551,51 ha, isto é, 15,8% do total da área negociada.

O número de negociações somente volta a crescer a partir de 1998, com o advento do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia. Este novo arranjo institucional provoca, aparentemente, mudanças na estrutura de aquisição das terras, haja vista que, em 1998, os negócios realizados nos estratos de 100 a menor de 1.000 ha preponderam no município, pois entre os 150 negócios, 136 estão situados nesse grupo de área (90,7%), no total de 45.145,97 ha, equivalente a 64,9% da área total

negociada. No entanto, ressalte-se, tal mudança de estrutura da aquisição de terras não significa uma ruptura na concentrada estrutura fundiária de Uruçuí, porquanto acontece em razão da instalação, em 1998, de um núcleo da Cooperativa Triticola de Santa Rosa (Cotrirosa), que ao reunir 75 famílias funda o projeto agrícola Nova Santa Rosa, mediante a ocupação de uma área de aproximadamente de 60.000ha. O isolamento deste fato é visível quando se observa que, em 1999, em tão-somente dois negócios efetivados no estrato de área de 10.000 e mais ha, ou seja, 5,1%, são comercializados 60.000ha de terras, isto é, 63,2% do total das terras transacionadas.

Segundo se percebe, essa tendência concentracionista continua no período de 2001 a agosto de 2005, haja vista que dos 123 negócios realizados, não obstante o estrato de 100 a menor de 1.000 ha preponderar em número (58), representando 47,1% das transações, engloba somente uma área de 23.548ha, ou seja, 10,3% do total. No entanto, em contraposição, o grupo de área de 10.000 e mais ha, em apenas quatro negócios (3,2%), incorpora uma área de 80.000 ha ou 34,9% do total de terras transacionadas.

Com exceção dos cooperados da Cotrirosa, identificados como pequenos produtores para a subsistência no Estado do Rio Grande do Sul, os demais empreendedores agrícolas já trabalhavam com grãos, no Sul do país ou em Mato Grosso, ou em Mato Grosso do Sul ou em Goiás, como arrendatários. Sem condições de comprar terras na sua região de origem, em face do preço elevado, sentiram-se pressionados a migrar. Como evidencia a coleta de dados junto aos proprietários dos empreendimentos agropecuários, uma das razões centrais para a escolha de Uruçuí com vistas à exploração produtiva, de início, foi o baixo preço da terra, conforme constatado na Tabela 7, onde constam os preços da terra no município.

Entre os motivos que condicionam os empresários agropecuários a recorrerem ao município para instalar seus negócios, além do baixo preço da terra, mencionam-se a vocação e qualidade da terra para a produção de grãos. Ademais, a chapada plana facilita a mecanização e as condições de localização são bastante favoráveis em relação ao destino das exportações dos grãos, diante da proximidade do porto de Itaqui (MA) e em relação às vantagens oferecidas pela proximidade da demanda do mercado interno – a região Nordeste como um todo.

Tabela 5 – Número de negócios por estrato de área, em Uruçuí, de 1990 a agosto de 2005

Ano	Número de Negócios								Total
	Estrato de Área (ha)								
	0 < 100		0 < 1.000		1.000 < 10.000		10.000 e +		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1990/2000	21	5,8	240	66,8	91	25,3	7	1,9	359
2001/ago.05	22	17,9	58	47,1	39	37,7	4	3,2	123
Total	43	8,9	298	61,8	130	27,0	11	2,3	482

Fonte: Pesquisa no cartório do município de Uruçuí (2001).

Tabela 7 – Área negociada por estrato de área, em Uruçuí, de 1990 a agosto de 2005

Ano	Área de Negócios								Total em 1.000 ha
	Estrato de Área (ha)								
	0 < 100		0 < 1.000		1.000 < 10.000		10.000 e +		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1990/2000	1.676	0,4	89.840	19,8	209.653	46,2	152.645	33,6	453,815
2001/ago.05	796	0,3	23.548	10,3	124.764	54,4	80.000	34,9	682,923
Total	2.472	0,3	113.388	16,6	334.417	49,0	232.645	34,1	682,923

Fonte: Pesquisa no cartório do município de Uruçuí (2001).

Apesar da Tabela 7 expor o baixo nível dos preços da terra em Uruçuí, a pesquisa realizada junto ao cartório prova que os negócios com terra são realizados a um preço ainda mais baixo, ou seja, a compra e venda de terras no município não obedecem às referências de preços estabelecidas oficialmente pelo Incra, mas seguem as condições microeconômicas do mercado de terras local, como exemplificado a seguir: Pedro S. Prestes compra 1.232,5ha em 1994 ao preço de R\$ 4.363,63 (valor de um ha igual a R\$ 3,54) enquanto o preço médio por ha calculado pelo Incra é de R\$ 176,60.

Tabela 7 – Preço de venda de um hectare de terra em Uruçuí de 1990 a 1995

Data de Referência		Preço Mínimo		Preço Médio		Preço Máximo	
Ano	Sem.	US\$	*	US\$	*	US\$	*
1990	1º	17,51	28,30	66,53	107,51	122,56	198,05
1994	1º	43,55	70,64	108,87	176,60	174,20	282,55
1995	1º	87,53	124,38	87,53	124,38	87,53	124,38

Fonte: Incra (2001).

Nota: (1) *A conversão para a moeda corrente do ano de referência está calculada pelo valor do dólar médio do ano: 1990 - cruzeiro; 1994/95 - real. (Conjuntura Estatística, 2000).

Os migrantes chegam a Uruçuí a partir de 1988, e adquirem terras de particulares – inclusive a Fazenda Itália e a Cotrirosa compram terras de antigos proprietários de projetos financiados pelo Finor Agropecuário –, o que deixa claro que os novos arranjos institucionais, diferentemente do ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, são decisivos para dinamizar o mercado de terras e efetivar uma ocupação produtiva nos moldes empresariais modernos.

Esta ocupação produtiva consta da Tabela 8, e explicita a evolução da produção de grãos no referido município. No período estudado, verifica-se a grande flutuação na produção do arroz, na medida em que a cultura é própria para abrir novas áreas. A produção de soja, por sua vez, inicia-se somente em 1992, e utiliza 250ha de área plantada, produzindo 300 toneladas. Há, no entanto, crescente processo de incorporação de novas áreas. Desse modo, até 1995 a área plantada encontra-se com 5.085 ha, entre 1996 e 2000, com 39.926ha, e entre 2001 e 2004 aumenta para 145.631ha. Por conseguinte, ocorre progressivo crescimento na quantidade produzida, de tal forma que entre 1991 e 1995, 1996 e 2000 e de 2001 a 2004, a produção é de 21.884, 105.473 e 292.864 toneladas, respectivamente, o que representa um acréscimo de 59,6%, 35,6% e 32,0% em termos respectivos da produção total da oleaginosa do Estado. Como prova esta situação, a taxa de crescimento, durante o período analisado em relação à área cultivada, é de 56,4% e em relação à quantidade produzida, é de 65,0%.

Todo este dinamismo é tributado à estratégia do governo federal, que, juntamente com o BNB e o BB, procura incentivar a ocupação produtiva do município, mediante implementação do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia. A razão central desta atitude reside no fato de o cerrado do Piauí afigurar-se como a última fronteira agrícola do país, e também representar uma das áreas de grande potencial de desenvolvimento da agroindústria.

Tabela 8 – Produção agrícola, de Uruçuí e Estado do Piauí, de 1980 a 2004

Ano	Produto	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Produção total do Piauí (t)
1980/88	Arroz (casca)	13.142	17.300	675.825
	Milho (grão)	4.422	2.371	714.366
	Soja (grão)	-	-	-
1991/95	Arroz (casca)	103.350	111.304	1509.823
	Milho (grão)	20.653	11.678	1340.383
	Soja (grão)	5.085	21.884	36.713
1996/00	Arroz (casca)	44.269	56.533	407.914
	Milho (grão)	5.630	15.112	381.188
	Soja (grão)	39.926	105.473	295.998
2001/04	Arroz (casca)	56.672	61.662	618.197
	Milho (grão)	6.070	18.212	589.742
	Soja (grão)	145.631	292.864	915.747

Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal. Estado do Piauí (1980 a 2004).

Desse modo, ressalta-se, as transações não deixam dúvida de que a variável produtiva tem determinado o preço de mercado de terras, na medida em que os agentes econômicos demandam terras para fins produtivos. Em sentido oposto, a terra como reserva de valor tem perdido seu atrativo, devido à redução nas taxas inflacionárias e aos ativos financeiros, os quais se mostram mais atrativos do que a terra.

Em face destas constatações, conforme se assevera, a ocupação territorial do cerrado piauiense, a partir dos anos 1990, com destaque para o município de Uruçuí, em que pese a mudança de estratégia

empresarial com a terra de especulativa para produtiva, ocorre de forma semelhante às décadas de 1970 e 1980, no tocante à grande propriedade. Isto porque, mesmo com a emergência de novos arranjos institucionais, não se verificam modificações substanciais no ambiente institucional.

Aspectos ambientais

A legislação ambiental brasileira tem como marco principal a Lei nº 6.938, de 31/8/1981, que dispõe sobre a PNMA, e estabelece a compatibilidade do desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. A Constituição Federal de 1988 também adota o princípio do desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental. Esse conjunto de leis cria dispositivos destinados a promover maior controle das atividades impactantes ao meio ambiente. Entre esses estão a AIA, implementada pelos EIAs e RIMAs; as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); e o licenciamento ambiental. Ademais, conforme a lei recomenda, o órgão ambiental deve emitir um termo de referência para embasar os EIAs em seus estudos. Todavia, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar) ainda não elaborou esse termo. Logo, os empreendedores utilizam como referência a resolução do Conama.

Segundo essa legislação, todos os empreendimentos agrícolas que geram impactos ao meio ambiente devem solicitar licenças aos órgãos competentes e para poderem estas ser emitidas faz-se necessária a apresentação dos estudos de EIA e seus respectivos RIMAs das atividades propostas, em áreas a partir de 1.000 ha. Esses estudos têm caráter preventivo, visam assegurar um desenvolvimento sustentável das atividades planejadas e servem como instrumento balizador para tomada de decisão do órgão público competente para autorizar ou não o empreendimento, além de permitir à sociedade civil se posicionar a respeito das atividades impactantes.

Todavia, dos 31 projetos pesquisados, foram encontrados na Semar somente quinze EIAs/RIMAs, ou seja, 48,38% do total. Os demais (51,62%) não foram localizados nem houve explicação convincente para o fato. Não obstante essa situação, todas as empresas têm áreas plantadas,

mesmo sem EIA/RIMA. No entanto, em conformidade com o agrônomo que elabora EIA/RIMA em Uruçuí, antes de 2002, a grande maioria das licenças ambientais era emitida sem muitas exigências dos EIAs/RIMAs. Após esse período, porém, o órgão ambiental passou a ser mais criterioso quanto à emissão destes documentos.

De acordo com um técnico da Semar, os empreendedores agrícolas com recursos próprios não procuram o órgão ambiental para solicitar o licenciamento e elaborar EIA/RIMA, já que esses estudos representam um custo. Um outro motivo possível é o extravio desse documento dentro do próprio órgão ambiental, uma vez que somente em 2004 se inicia a organização do arquivo no Departamento de Licenciamento e Fiscalização. Identificou-se, ainda, que oito estabelecimentos mudaram de nome e razão social, artifício utilizado para evitar possíveis autuações pelos órgãos ambientais, ou ainda quando há algum problema de licenciamento.

Ademais, conforme se verificou, entre os 48,38% de EIAs pesquisados, 53% apresentam os RIMAs no mesmo documento dos EIAs, isto é, não apresentam em documento separado, com linguagem acessível à sociedade, e esse procedimento fere a legislação ambiental vigente.

As autorizações de desmatamento são procedidas pelo Ibama, após emissão da licença prévia pela Semar. Do universo pesquisado, foram emitidas 41,93% de autorizações de desmatamento, significando que 58,07% dos empreendimentos não receberam autorização para tal operação. Os dados confirmam a necessidade de fiscalização no município, para evitar desmatamentos sem critérios, com conseqüente impacto sobre os solos, os recursos hídricos, a fauna e a flora, além de garantir que Áreas de Reserva Legal (que correspondem à área de no mínimo 20% do total de cada propriedade) sejam preservadas. Isto, por um lado, constitui importante mecanismo de garantia da preservação do ecossistema em áreas produtivas e, por outro, propicia a formação de corredores ecológicos. No cerrado do Piauí, o Ibama exige se destinar 30% para Reserva Legal.

Apesar da dificuldade de localizar as Áreas de Reserva Legal para posterior fiscalização, esse problema vem sendo contornado na medida

em que desde 2004 exige-se o georreferenciamento dessas áreas. Essa estratégia, além de facilitar sua localização nas áreas cultivadas, permite o reconhecimento do cumprimento ou não da legislação.

As licenças ambientais são outro influente mecanismo de defesa do meio ambiente. Sua emissão deve ocorrer após análise e aprovação dos EIAs/RIMAs e devem estar associadas diretamente à comprovação da existência das Áreas de Reserva Legal de cada empreendimento. Do universo pesquisado de 31 projetos, 51% receberam a emissão de licenças e 49% não foram licenciados. Entre as licenças emitidas, 100% são prévias, correspondendo a dezesseis; 81,25% são de instalação, ou seja, a treze (destas, cinco estão no prazo de validade), e 18,75% são de operação (são três, das quais somente uma foi renovada).

Ainda conforme a pesquisa demonstra, a maioria dos projetos inicia a operacionalização apenas com as licenças prévia e de instalação, sem se preocupar com a de operação, pois dos dezesseis que adquiriram a licença prévia, treze solicitaram a licença de instalação e somente três a de operação, ou seja, 81,25% estão em atividade sem essa licença. Além disso, os projetos cujos financiamentos são próprios não se preocupam em requerer as licenças ambientais, demonstrando falta de conhecimento da importância da legislação ambiental ou pouca consciência ambiental. Todavia, a partir da exigência das licenças ambientais pelos agentes financiadores dos projetos agrícolas, essa realidade começa a mudar. Portanto, apenas quando os recursos financeiros são passíveis de ameaças os empreendedores obrigam-se a reconhecer a legislação ambiental. Nessa perspectiva, faz-se mister que o Estado, como órgão fiscalizador, se faça mais presente no município, pois sua atuação vem se dando de forma tímida e pouco sistemática.

Então, com vistas a disciplinar o uso e ocupação do cerrado no Estado de forma racional, foram emitidos, no ano de 2003, dois importantes decretos estaduais (PIAUÍ, 2004a, 2004b). O primeiro versa sobre a obrigatoriedade da apresentação do título de propriedade e do georreferenciamento do imóvel. Assim as licenças só serão expedidas mediante comprovação dessa exigência, com o objetivo de diminuir o problema de grilagem de terras na região. O segundo exige serem as

Áreas de Reserva Legal contínuas e contíguas às outras Áreas de Reserva Legal existentes nos outros estabelecimentos ou às Áreas de Preservação Permanente, se existir.

Esses decretos são um marco importante na legislação ambiental direcionado para ocupação e uso racional dos recursos naturais dos cerrados do Piauí, como medida mitigadora relevante para a sustentabilidade desse ecossistema, tendo em vista que viabilizam grandes áreas de preservação com formação de corredores ecológicos. No entanto, faz-se necessária a presença efetiva do poder estatal na região, para garantir o cumprimento dessa legislação.

Considerações finais

A ocupação do cerrado piauiense, particularmente de Uruçuí, somente se inicia nos anos 1970. No entanto, apenas na década de 1990 ocorre uma ocupação produtiva pela produção em larga escala de grãos, sobretudo a soja. Desse modo, infere-se que as décadas de 1970 e 1980 constituem palco de ampla movimentação no sentido de estabelecer grandes projetos agropecuários no município, atraídos por incentivos governamentais, a resultar numa acumulação de capital desenvolvida, em especial, por meio da valorização especulativa e, secundariamente, da valorização produtiva, uma vez que não se registram modificações substanciais na estrutura produtiva. A partir de 1990, presencia-se profunda transformação na estrutura produtiva de Uruçuí, centrada, principalmente, na produção granífera, em decorrência de novos arranjos institucionais e do baixo preço das suas terras, contribuindo, por conseguinte, para o aprofundamento da concentração da estrutura fundiária. Além do mais, conforme se constata, a dinamização do mercado de terras passa, necessariamente, pela ação deliberada do Estado.

Constata-se, ainda, que a metade dos empreendimentos pesquisados não se preocupa com a elaboração dos EIAs/RIMAs, e a maioria inicia a operacionalização apenas com as licenças prévias, sem interesse em adquirir as demais licenças ambientais, principalmente se os recursos são próprios. Assim, o processo de uso e ocupação do cerrado

de Uruçuí, além de ser irreversível, em face do acentuado dinamismo econômico alicerçado na agricultura granífera, está ocorrendo de forma desordenada e acelerada, sem a devida preocupação com o cumprimento da legislação ambiental, que é um instrumento normativo para a garantia do desenvolvimento com responsabilidade ambiental.

Nesse contexto, faz-se necessário converter-se a inquietação ambiental realmente em um instrumento de mudanças para que a produção agrícola venha a se tornar sustentável no município. Para isso se concretizar, é preciso estar essa produção alicerçada nas dimensões social, econômica e ecológica como preceitos básicos do desenvolvimento sustentável.

Referências

BNB. Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia no Estado do Piauí. Fortaleza, 1998.

CEPRO. Cerrados piauienses. Teresina, 1992. 64 p.

CONJUNTURA estatística. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 54, n. 12, p. 18, dez. 2000.

IBGE. Censo agrícola de 1960: Maranhão - Piauí. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Censos agropecuários do Piauí de 1970, 1980, 1985, 1995/1996.** Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Produção agrícola Municipal: Estado do Piauí: anos de 1980 a 2004.** Rio de Janeiro, 2004.

INCRA. Diretoria de Cadastro Rural. SIPT: sistema de informações sobre preço de terras. Brasília, 2001.

MONTEIRO, M. do S. L. Grandes propriedades financiadas pelo Finor-Agropecuário: análise dos impactos sócio-econômicos. 1993. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1993.

PIAUÍ. Assembléia Legislativa. **Relatório conclusivo da comissão parlamentar de inquérito dos conflitos agrários e da análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais.** Teresina, 1998. 176 p.

_____. Decreto Estadual. nº 11.110, de 25 de agosto de 2003. In: PIAUÍ. **Legislação Ambiental de Estado do Piauí: resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente/SEMAR.** Teresina-PI, 2004a.

_____. Decreto Estadual. nº 11.126, de 11 de setembro de 2003. In: PIAUÍ. **Legislação Ambiental de Estado do Piauí: resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente/SEMAR.** Teresina-PI, 2004b.

SUDENE. **FINOR: projetos no sistema.** Teresina, 1989.

_____. **FINOR: projetos no sistema.** Teresina, 1993.

_____. **FINOR: projetos no sistema.** Teresina, 1995.

_____. **FINOR: projetos no sistema.** Teresina, 1999.

URUÇUÍ. Prefeitura Municipal. **Documentação do cartório do município de Uruçuí.** Uruçuí, 2001.

—

Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista

Vicente Lemos Eudes Alves

Introdução

Compreender o território brasileiro em suas múltiplas dimensões (sociais, culturais, econômicas, espaciais, naturais etc.) requer um exercício de conhecer suas partes e as especificidades que elas apresentam. Definir um recorte, portanto, torna-se fundamental, pois pode-se, por meio dele, chegar às manifestações particulares dos lugares e, ao mesmo tempo, desvendar aquelas conduzidas por um movimento exterior, global, mas que interfere na organização socioespacial local.

Desse modo, tenta-se aqui focar o olhar sobre uma das partes do território brasileiro, o sul do Piauí, pertencente à unidade geográfica dos cerrados nordestinos. Tal região participa, nas últimas três décadas, do processo de modernização agropecuária cujas manifestações aparecem sobre o espaço agrícola, alvo de alteração em virtude da incorporação de elementos da técnica e da ciência, e sobre o espaço das cidades, que ganha novas formas e funcionalidades a partir da instalação de produtores e de empresas do setor de agronegócios. Esses novos atores articulam novos cenários os quais, por conseguinte, se conflitam com os modos de organizações anteriores.

A recente presença de grupos econômicos hegemônicos e a mobilização de agricultores modernizados confirmam aquela região, a partir de novas formas de acumulação, como integrante da lógica global de reprodução do capital. Nesse caso, insere-se ela pela produção de mercadorias agrícolas destinadas aos grandes mercados consumidores brasileiro e do mundo.

A proposta desse texto, portanto, é entender de que maneira os cerrados piauienses se inserem nesse contexto de modernização, assim

como apontar algumas alterações na organização do espaço rural e urbano.

Os cerrados piauienses e as iniciativas governamentais de modernização nas décadas de 1970 e 1980

As mudanças hoje verificadas no Piauí, particularmente nos cerrados do sul do Estado, têm suas origens na década de 1970, quando ocorreram investimentos públicos federais destinados a impulsionar a modernização do setor agropecuário de várias regiões brasileiras. No Nordeste, de modo especial, a preocupação era proporcionar condições para a economia de áreas do interior da região, tradicionalmente de baixo rendimento produtivo, integrar-se ao mercado nacional, ou mesmo ao internacional, a partir das exportações. Nesse sentido, entre outros programas, foram criados o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste. Além disso, disponibilizaram-se linhas de créditos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste (BNB) para projetos de reflorestamento e melhoramento da pecuária.

No caso piauiense, dos recursos direcionados pelo Polonordeste para a modernização agropecuária, beneficiou-se principalmente a camada de médios e grandes proprietários rurais (BANDEIRA, 1993). Isso não ocorreu de maneira distinta do restante do Nordeste, o que confirma a intenção do programa de atingir especialmente esse público. Com efeito, buscava-se orientar os recursos para aqueles proprietários de estabelecimentos supostamente em condições de se tornarem auto-suficientes. Assim, conforme se observa, não somente as diretrizes do Polonordeste seguiam essas orientações, mas também as de programas executados em outras regiões, como o Polocentro, no Centro-Oeste. Dessa maneira, as estratégias visavam dirigir recursos para aqueles agricultores aptos a responder mais rapidamente ao propósito definido pelo Estado brasileiro naquele momento, qual seja, o de aumentar o total das exportações a partir da produção agropecuária, garantindo, com isso, o equilíbrio da balança comercial, além de responder à pressão crescente por alimento decorrente do processo de urbanização em curso no país.

Outros programas governamentais destinados ao Nordeste apresentaram objetivos semelhantes aos do Polonordeste. É o caso, por exemplo, do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), administrado pela Sudene. Significativa parcela dos recursos desse programa seguiu para o setor rural, com destaque para a pecuária nordestina, cujo funcionamento ocorria com técnicas convencionais, como as de criar o gado solto alimentando-se de pastagens naturais. Dos projetos agropecuários aprovados pela Sudene, entre os anos de 1965 e 1976, a pecuária bovina foi a que obteve mais participação (64,4% do total dos projetos) nos destinos dos recursos (CARNEIRO et al., 1984). Isso comprova a preocupação na condução das políticas públicas em modernizar esse setor econômico, particularmente no Nordeste.

A atuação do Finor Agropecuário, no Piauí, concentrou-se, em grande parte, na região centro-sul, com destaque para a área de cerrados, onde fazendeiros locais e também provenientes de outros Estados beneficiaram-se com financiamentos públicos facilitados via linhas de créditos de bancos oficiais (Banco do Brasil e do Nordeste). Tais recursos teriam teoricamente como destino o melhoramento da capacidade produtiva das tradicionais fazendas de gado (aquisição e melhoramento do rebanho, plantação de pastagens etc.), e, em menor volume, a formação de áreas de extrativismo. Os reflexos positivos nesses setores, porém, não foram substanciais, haja vista serem poucos, atualmente, os pecuaristas do Estado que criam seus rebanhos em bases mais modernas.

Em complementação ao Finor foram disponibilizados também para a região dos cerrados piauienses recursos advindos do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) que, prioritariamente, destinavam-se a projetos de reflorestamento (principalmente de caju) mediante financiamento do Banco do Brasil, via Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Tais projetos tiveram o mesmo fim dos de pecuária melhorada, quase todos eles foram abandonados, restando apenas as áreas com vestígios de grandes plantações de cajueiros, hoje substituídas por lavouras modernas.

Como se observa, nenhum desses programas cumpriu o objetivo de sustentar o desenvolvimento agropecuário e florestal das regiões semi-

árida e dos cerrados do Piauí. Em contrapartida, o que se presenciou foi um aumento substancial da concentração fundiária no Estado, viabilizado também pela apropriação ilegal de terras públicas, sendo a região sul a mais atingida (BANDEIRA, 1993).

A grilagem de terras nos cerrados piauienses é atualmente um grave problema, motivo de preocupação das autoridades governamentais em face tanto do volume de terras apropriadas de maneira ilegal como do surgimento de conflitos agrários envolvendo posseiros, grileiros e produtores agrícolas modernizados. Essa questão, no entanto, tem suas raízes principalmente na década de 1970, quando se instalam as primeiras empresas sustentadas com recursos da Sudene. Em meados desta década (conforme relatos da população local, obtidos em trabalhos de campo), era comum a presença de representantes de empresas de outros Estados, sobretudo nordestinos, nos municípios dos cerrados piauienses à procura de terras para aquisição. Segundo apontam os moradores, quem se dispunha a vendê-las necessitava apenas da apresentação de um simples papel (uma carta, por exemplo) que comprovasse a presença da família na área. A regularização destas terras era providenciada, posteriormente, pelos advogados das empresas.

Essa prática foi extremamente difundida no sul do Piauí e revela que uma das estratégias das empresas empreendedoras naquele momento era adquirir terras a baixo ou nenhum custo e utilizá-las para receber os benefícios governamentais, como os do Finor Agropecuário e do Fiset. Isso porque somente poderiam ter acesso a recursos dos programas aquelas empresas que se apresentassem como detentoras de terra na área do pretenso projeto. Conforme se verificou, mais tarde, poucas delas levaram adiante os projetos apresentados às instituições financiadoras.

Superada a fase dos projetos agropecuários e de reflorestamento, ocorridos principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, inicia-se a de mobilidade de agricultores sulistas interessados no Piauí, atraídos pela possibilidade de adquirir terras a preços inferiores aos de outras regiões do Brasil.

Entretanto, a apropriação privada dessas terras nem sempre ocorreu

de forma legalizada como supostamente queria o governo piauiense. Este, interessado em trazer grupos capitalistas para a região, implantou programas de distribuição de lotes destinados a empresas e agricultores individualizados, geralmente de outros Estados (MORAES, 2000). O objetivo do governo, em diferentes administrações, era fazer da região dos cerrados um celeiro de produção de grãos. Todavia, a ocupação dessa área foi desordenada e dela resultou ampla transferência, de maneira ilícita, de terras públicas para as mãos de particulares. Isto hoje apresenta complicações para solucionar a regularização das mencionadas terras, pois é possível encontrar nos cerrados piauienses documentação fundiária atestando dois ou mais proprietários de uma mesma área. Ou seja, sobreposição de proprietários de posse de documentos cujas terras não existem, ou com documentação no “segundo ou terceiro andar”, como costumam relatar os técnicos que investigam os problemas fundiários da região.

A grilagem nos domínios dos platôs piauienses nasce (com novos métodos e com a participação de pessoas de outros Estados) na década de 1970, mas se intensifica em meados dos anos 1980 em diante, quando a região começa a despertar maior interesse do capital agropecuário. Como observado, os mecanismos de apropriação irregular da propriedade da terra são variados, embora exista uma metodologia semelhante nas ações. Os primeiros agentes econômicos a se instalar no Piauí, sejam aqueles motivados pelos recursos da Sudene sejam os que chegam de forma independente na década de 1980, procuravam tomar posse de grandes extensões de terras, freqüentemente estabelecendo alianças com grupos da própria região ou de Estados vizinhos, particularmente de municípios baianos na divisa com o sul do Piauí. Suspeita-se, também, de servidores do Instituto de Terras do Piauí (Interpi) e da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi), que participariam dos esquemas de corrupção ao facilitar a titulação de terras devolutas para grupos privados.

O crescente interesse pelas terras dos cerrados piauienses, principalmente as dos platôs planos (denominados pela população local de “gerais”, de “chapadas” ou, ainda, de “serras”) induziu esses domínios a apresentar expressiva valorização econômica. Tal fato desencadeou um lucrativo comércio fundiário capitaneado não apenas por empresas do

ramo imobiliário, como as “colonizadoras” (muitas delas remanescentes de empresas beneficiadas com recursos da Sudene), mas que se amplia para outros segmentos econômicos: revendedoras de maquinários e equipamentos agrícolas, cooperativas, bancos, agricultores autônomos etc. Segundo revela o negócio com terra envolvendo diferentes ramos de atividades, a especulação fundiária constitui uma importante face do fenômeno recente de produção do espaço sul piauiense, ampliada ainda mais com o aumento de pessoas interessadas na região.

O acompanhamento do preço do hectare de terra nos últimos anos nos principais municípios de produção de grãos, como Uruçuí e Bom Jesus, permite constatar a valorização dessas áreas, particularmente as dos platôs, mais procuradas para a agricultura moderna. Atualmente um hectare de terra bruta nos platôs é vendido pelo preço médio de trinta sacas de soja.¹ Em meados dos anos 1990, entretanto, este hectare custava dez sacas de soja. No final dos anos 1980, pagava-se pelo hectare apenas uma saca de soja. Antes disso, porém, em meados daquela década, as terras planas dos platôs valiam bem menos, costumava-se dizer, na região, que o hectare poderia ser adquirido pelo “preço de uma cerveja”. Mas, apesar da sua recente valorização, o preço da terra ainda é o principal atrativo da população que chega aos cerrados piauienses.

Deve-se considerar também a localização estratégica do sul do Piauí como outro fator comparativo importante a influenciar na decisão dos produtores quanto à escolha do Estado para aplicar investimentos. A posição geográfica dos cerrados permite maior acessibilidade – se comparada à de outras regiões produtoras de grãos do interior do Brasil – ao porto de Itaqui/Ponta da Madeira, no Maranhão, importante escoador de commodities para os principais mercados consumidores do mundo. Além disso, coloca-se como relevante a relativa proximidade de várias cidades nordestinas: num raio de 1.500 km é possível atingir todas as capitais de Estados nordestinos e mais Brasília e Goiânia. No cálculo dos produtores para optar pelos cerrados piauienses contabiliza-

¹ Moeda corrente para a comercialização de terras e de outros produtos em regiões de fronteira agrícola. Uma saca de soja (60 kg) equivale, em média, a R\$ 24,00, valor referente a agosto de 2005. Os valores mencionados foram obtidos em diferentes anos de trabalhos de campo na região em análise.

se também o fato de que brevemente se iniciará um dos principais projetos de infra-estrutura viária no país, a ferrovia Transnordestina. Esta se tornará um expressivo corredor de escoamento ao ligar a região em discussão, a partir da cidade de Eliseu Martins, aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). Tais fatores constituem, assim, os principais motivadores da instalação de agricultores e empresas de agronegócios no sul do Piauí, bem como explicam a crescente valorização de suas terras.

A mobilidade sulista e as transformações recentes do espaço sul piauiense

Desembarcaram, nos últimos anos, nos cerrados piauienses, pessoas procedentes das mais variadas direções: diretamente do Sul do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul e do Paraná; das fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil; do oeste da Bahia; ou até mesmo do Paraguai. Chegam não mais em caminhões abarrotados, como nos acostumamos a ver na iconografia sobre a frente pioneira que ocupou o oeste paulista, a do norte do Paraná, ou a da Amazônia, na década de 1970, mas são freqüentes os grupos organizados de produtores sulistas em excursões pelos cerrados do Piauí à procura de terras.

O apelo para que os sulistas, principal grupo de migrantes, fossem ocupar aquela região iniciou-se com o próprio governo piauiense que enviou seus técnicos ou contratou empresas para divulgação – a partir de diferentes meios de comunicação – dos cerrados, ao vendê-los como a última fronteira agrícola à espera de exploradores capacitados (MORAES, 2000). O Estado foi em busca desse produtor modernizado onde ele se encontrava, seja no Sul do Brasil, nas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste ou no oeste da Bahia.

Do despertar pelas terras piauienses participaram outros agentes de propaganda, tais como os vendedores/especuladores de terra² e os próprios migrantes. Nesse último caso, justifica-se pelo papel exercido pelas

²Normalmente são gravadas fitas de vídeo com informações da área. Nelas são veiculadas as fazendas disponíveis para compra com suas características edafó-geográficas, localização das empresas compradoras de grãos; localização das fontes fornecedoras de calcário etc. Atualmente, também, há divulgação das terras dos cerrados piauienses para venda via sítios, na internet.

redes sociais nas dimensões dos deslocamentos humanos, sobretudo quando envolvem questões de trabalho. Na mobilidade sulista, a rede estabelecida permitiu compor o quadro de espalhamento desse grupo pelo território brasileiro ou para outros países da América do Sul (HAESBAERT, 1998). Os que chegam ao Piauí participam intensamente dessa rede cujas articulações são mantidas por meio de distintos relacionamentos sociais: parentesco, amizades, vizinhança etc. Esses migrantes são invariavelmente descendentes de europeus, com vínculos marcantes na agricultura. Seguem, de certo modo, as tradições dos seus antepassados que saíram da Europa no século XIX para se aventurarem em terras brasileiras.

Atualmente, a migração para o sul do Piauí é caracterizada por sua diversidade quanto aos lugares de onde provêm as pessoas interessadas em se estabelecer na região. Embora predomine amplamente o fluxo de agricultores sulistas, nem todos eles emigram do mesmo ponto. Portanto, são numerosas as áreas de sua dispersão. Nesse sentido, é possível apontar a existência de duas ramificações da migração sulista, cujos desmembramentos ocorreram ao longo dos últimos anos pelas áreas de agricultura moderna.

Uma das ramificações em direção ao Piauí tem sua origem diretamente no Sul do Brasil, especialmente na região produtora de grãos no noroeste do Rio Grande do Sul. Dela participa um grupo de aproximadamente setenta famílias gaúchas da região de Santa Rosa/RS que se instalou nos domínios dos platôs entre os municípios de Bom Jesus e Uruçuí, e fundou o núcleo urbano de Nova Santa Rosa. Esse grupo compõe-se de médios e pequenos produtores, se comparados ao padrão de outros agricultores atualmente ocupantes das terras da região.

A outra ramificação é vastíssima quanto à sua área de procedência. É formada também por descendentes de europeus, mas que realizam uma segunda ou terceira migração. Esses migrantes predominam amplamente nos cerrados do Piauí. Ou seja, são agricultores que saíram do Sul do Brasil para outras regiões de fronteira agrícola antes de chegarem ao Piauí. Vários deles foram responsáveis pela abertura, para a agricultura capitalista, dos cerrados do Centro-Oeste, ou de outras terras do Brasil e

de países vizinhos e, por razões variadas, se desfizeram de suas propriedades e dali seguiram adiante rumo ao Piauí.

Os migrantes que passaram por outra fronteira agrícola antes de chegarem ao Piauí tiveram uma visível mobilidade social. Desembarcam nos cerrados com capital suficiente para comprar grandes extensões de terras, transformando uma parte delas em unidade produtiva de grãos de médio e grande porte, principalmente soja, e deixando a outra parte como reserva de valor. Por vezes, o migrante sulista em sua trajetória por outra fronteira agrícola foi acumulando riquezas, tornando-se inclusive um grande empresário do setor de agronegócio. Mas, na sua origem, muitos deles eram camponeses com pouca ou nenhuma terra. Nesse sentido, a migração para as regiões de fronteira agrícola representou a possibilidade de se libertar de sua antiga condição de pequeno proprietário, de empregado ou de rendeiro na propriedade de outro, lá no Sul (SANTOS, J., 1993). Muitos deles construíram nas regiões de fronteiras um importante patrimônio, concentrado, freqüentemente, em terras e maquinários.

O perfil etário dos migrantes sulistas que chegam aos cerrados piauienses é composto, em sua maioria, de jovens, alguns solteiros, outros recém-casados, com filhos ainda pequenos ou sem filhos. Também é possível encontrar casais mais velhos com família já constituída, os quais migram com todos os membros ou alguns deles. Em determinados casos seguem para o Piauí, dentro de um mesmo núcleo familiar, os pais, os filhos e os netos. Outra situação muito comum é a de deslocamento dos pais viúvos que passam a acompanhar seus filhos.

Muitos desses migrantes se desfazem da terra e seus pertences móveis, ou carregam consigo apenas o que é possível. Outros vão deixando os familiares ao longo de suas trajetórias. Ou seja, migraram os pais com seus filhos ainda pequenos para uma fronteira agrícola em formação; os filhos cresceram e constituíram novas famílias, mas as terras adquiridas já não conseguiam abrigar a todos, ou, ainda, se projetava o sonho de crescer economicamente. Decidem, então, que alguns deverão partir para uma nova fronteira, sendo o sul do Piauí um dos caminhos possíveis.

As dinâmicas atuais do espaço rural e urbano nos cerrados piauienses

Os cerrados piauienses situam-se numa zona fisiográfica de transição entre o semi-árido e a Amazônia. Pertencem à área nuclear dos cerrados brasileiros, na porção da bacia Maranhão-Piauí (AB'SÁBER, 2003). Os chapadões com vales encaixados recobertos de vegetação de cerrado *stricto sensu*, campo cerrado, brejos e mata ciliar (SALES, 1997) compõem as principais características paisagísticas da região. Historicamente, os vales foram os preferidos pela população piauiense, principalmente porque os cursos de água tornaram-se os condutores dos povoadores daquelas terras. Desde seu início, a produção da vida dos piauienses dos cerrados passa a ser fundamentalmente nos vales, seja para desenvolver atividades agrícolas, de criação de gado ou de extrativismo, seja para trabalhar a formação das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os vales constituíram-se nos lugares de referência para a construção daquele território.

A ausência de água nos platôs planos e sua difícil comunicação com os núcleos urbanos, instalados freqüentemente próximos aos principais rios, impediam os piauienses habitarem esses domínios, exceto nos vales intercalados, os baixões, onde havia água e em muitos deles moravam posseiros que sobreviviam de suas pequenas roças e do que poderiam extrair dos chamados gerais. Estes representavam lugares de usos complementares aos da vazante, pouco aproveitados para fins agrícolas ou de moradia, mas muito para a prática de uso comum. Caracterizavam-se como importantes reservas naturais onde se soltava o gado da população local (de fazendeiros a camponeses), que aproveitava as pastagens naturais em determinadas épocas do ano, ou serviam de lugar de caça e de extrativismo de lenha e de frutos (ALVES, 2001). Por constituir-se predominantemente de terras devolutas, não cercadas, esses domínios formavam extensos descampados de matas de cerrados com fartas pastagens e árvores frutíferas, medicinais etc. No contexto social local, as terras dos gerais significavam um lugar de vital significado para a manutenção do modo de vida das comunidades. Seu equilíbrio se mantinha pelo uso das roças na vazante, onde as propriedades são cercadas, e pelo uso dos recursos existentes nos gerais, passíveis de se aproveitar sem qualquer impedimento.

Diante da instalação dos novos agentes econômicos, as terras dos platôs se metamorfoseiam: de espaço de uso tradicional explorado comunitariamente pelas necessidades concretas de vida da população local, em espaço privado destinado à agricultura capitalista moderna. Na nova configuração territorial dos gerais predominam os objetos que incorporam conteúdos da ciência, da tecnologia e da informação (SANTOS, 1993a). A diversidade natural que garantia o sustento dos mais pobres cede lugar às formas espaciais modernas, que se prolongam homoganeamente por extensas áreas com plantações de soja, de algodão, de milho etc. Nos gerais, a tecnologia torna-se um elemento presente e auxilia o ritmo da produção de mercadorias agrícolas: pivôs de irrigação; máquinas agrícolas fiscalizadas por satélites; grandes galpões capazes de armazenar milhares de toneladas de grãos monitorados sob rígido controle de qualidade; escritórios controlando em tempo real o preço dos commodities nas principais bolsas mundiais; unidades de recebimento de grãos das grandes empresas instaladas em pontos estratégicos, próximo delas intenso movimento de caminhões despejando ou retirando produtos para as fábricas esmagadoras ou para os portos exportadores. Esse movimento torna-se esclarecedor de um novo tempo vivido pelos cerrados piauienses.

Contudo, as mudanças ocorridas nos gerais não resultam apenas da presença de uma nova paisagem agrícola cujos campos se sucedem em quadrados numa monotonia somente alterada pelo movimento frenético das máquinas a circular dentro deles dia e noite. Verifica-se também uma urbanização em curso. A formação de núcleos urbanos nos gerais é recente na organização do espaço sul-piauiense, na medida em que naquele Estado, assim como em todo o interior nordestino, para a existência de uma aglomeração urbana, salvo raras exceções, necessitava-se da presença dos cursos de água (PRADO JÚNIOR., 1976). Por essa razão, as cidades piauienses têm se concentrado, em sua grande maioria, nos fundos de vale onde a maior umidade representava para os moradores do Piauí, desde o início da sua formação, um elo agregador do povoamento. Para a população dos cerrados imaginava-se improvável, antes desse processo de modernização, nos domínios dos gerais, ocorrer qualquer fixação humana mais prolongada, a não ser nos baixões onde se anuncia água.

Os novos habitantes dos cerrados alteram substancialmente essa regra, ao impor àquele espaço outra concepção de uso, tanto no sentido de aproveitá-lo para a produção de novas mercadorias quanto para fixar moradia. No contexto atual do sul do Piauí, a água não significa mais um obstáculo fundamental que limita a prática da agricultura e nem a construção de moradias permanentes. Os sistemas técnicos modernos permitem aos novos investidores dos gerais reverter as limitações naturais e possibilitam processos antes improváveis. Como observado, o conhecimento das técnicas de perfuração contornou a ausência de água na superfície, e esta foi buscada no subsolo a grandes profundidades. Superadas essas limitações naturais, o que se leva em conta agora para selecionar o local de um povoamento nos domínios dos platôs planos, como os vários núcleos a surgir, é a sua localização estratégica, pela capacidade do lugar para permitir a fluidez das mercadorias produzidas. Ou seja, a escolha de uma área para estabelecer moradias é feita segundo a proximidade da unidade de produção agrícola, no entroncamento de um corredor viário de escoamento ou, ainda, no entorno de uma grande empresa compradora de grãos.

Esse é o tipo de ocupação a se consolidar nos cerrados piauienses recentemente, apontando uma nova fase da sua reprodução, agora sob o comando da agricultura produtivista. Nos gerais, a construção de núcleos de moradias é parte das novas territorialidades manifestadas no sul do Estado. Apesar de ainda embrionários, eles indicam a ocorrência de novos padrões de urbanização, na medida em que seguem o estilo dos grupos sociais que ali desembarcam, representados, sobretudo, pelos sulistas. É ilustrativo desse fenômeno o núcleo urbano de Nova Santa Rosa, fundado em 1998, e que já reivindica sua emancipação de Uruçuí, o que se constituiria em um novo município dos cerrados piauienses, habitado, predominantemente, por agricultores modernizados sulistas.

Em 1998, esse grupo de gaúchos chegou ao Piauí com um planejamento de colonização conduzido pela Cooperativa Triticola de Santa Rosa (Cotrirosa). Esta cooperativa organizou a seleção das famílias no Rio Grande do Sul, as acompanhou no Piauí, e manteve-se junto delas nos primeiros quatro anos. Posteriormente, vendeu suas instalações para a Bunge Alimentos. Do início das operações da cooperativa no

Piauí ao repasse das suas estruturas de armazenagem de grãos à empresa multinacional, foi um período marcado por crises envolvendo questões de relacionamento da cooperativa com seus associados e de dificuldades em lidar com as adversidades naturais e de adaptação a um outro lugar culturalmente distinto do Rio Grande do Sul. Tais problemas alteraram o projeto pensado inicialmente pela cooperativa para as famílias gaúchas no Piauí, qual seja, auxiliá-las na compra de um lote rural de extensão média de 400 ha e alojá-las numa futura cidade nos mesmos moldes daquelas surgidas pela migração de sulistas em outras regiões do Brasil, que receberia o nome de Nova Santa Rosa.

No projeto “Nova Santa Rosa” previa-se a aquisição de uma área que comportasse, além dos módulos rurais dos colonos, uma planta urbana e uma agrovila extensiva à cidade, reservada apenas às primeiras famílias participantes do plano de colonização. Para cada uma delas seria reservado um lote com um hectare, no qual pudesse cultivar hortas e criar pequenos animais domésticos. Para a planta urbana constaria, além dos espaços públicos, setores de residência dos colonos, de comércio e de indústria, ordenados por largas ruas uniformemente retilíneas em forma de quadras. A futura cidade reproduziria, assim, o padrão urbano das cidades construídas desde os primeiros colonizadores europeus no Sul do Brasil (ROCHE, 1969).

Embora não tenha ocorrido a concretização plena do planejado (sobretudo no relacionado à execução da planta urbana onde deveria funcionar a cidade de Nova Santa Rosa), parte dos lotes da agrovila foram ocupados pelos colonos, e aí elas construíram suas casas de moradia permanente. É nessa área que se delinea a germinação da cidade de Nova Santa Rosa cujos traçados do arruamento obedecem também a um planejamento. Hoje já existem alguns equipamentos urbanos como escola, posto de saúde, posto de combustível, mercado e pousada.

Num sentido geral, a nova configuração urbana anunciada no sul do Piauí acompanha um modelo muito semelhante ao que se consolidou na formação espacial das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e também dos cerrados nordestinos, destacadamente os do oeste da Bahia, como Luís Eduardo Magalhães. Cidades originadas de pequenos núcleos habitados por produtores sulistas e que, em poucas décadas, se situam como

importantes centros econômicos regionais, aceleradas pelo ritmo do capital. Elas nascem suprimindo fases, na medida em que surgem e imediatamente já incorporam o tempo do mercado. São concebidas não pelo e para o encontro das pessoas, mas, também, para servir de base à produção e à circulação das mercadorias. Representam, dessa forma, os lugares da economia, embora carentes de sociabilidade. Em Nova Santa Rosa, antes de se construir uma igreja – símbolo da formação de um núcleo urbano no passado, que além da promoção religiosa possuía também o papel de reunir as pessoas – é construído um posto de combustível; há menos circulação de pessoas pelas ruas do povoado do que de caminhões. Isso demonstra que, nesses lugares, nasce um outro sentido de consumo do urbano.

Na formação das novas cidades da fronteira agrícola, sob a determinação da circulação acelerada da mercadoria, se dispensa a concepção do tempo da natureza na condução dos processos sociais. A festa está ausente na construção desses novos espaços (MARTINS, 1993), porquanto o tempo para os encontros sociais é quase inexistente em razão dos seus moradores se preocuparem dioturnamente em atender às crescentes demandas do mercado consumidor. Nessas novas cidades, o tempo da vida é substituído pelo tempo da produção e do consumo das coisas, sem a possibilidade da convivência das pessoas. A futura cidade de Nova Santa Rosa, como outras do novo Brasil rural, faz parte da lógica das novas cidades da fronteira que, nas palavras de Santos (1993a, p. 52), “não nascem rurais, já surgem urbanas”.

Esse movimento cujas marcas permanecem na organização do espaço dos gerais também se manifesta onde já existiam áreas urbanas, as cidades piauienses. Essas, até recentemente, moviam-se sob o comando do tempo da população local, marcado por um modo de vida camponês, muito associado à dinâmica da natureza. A ruptura nessa dinâmica ocorrerá com a instalação dos novos grupos adaptados ao ritmo do capital.

Como evidenciado, dois núcleos urbanos do sul do Piauí estão no centro desse processo de modernização: Uruçuí e Bom Jesus³, os maiores

³ Há outros municípios do sul do Piauí (Corrente, Gilbués, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Baixada Grande do Ribeiro etc.) com dinamismo econômico após a chegada de grupos que trabalham com agricultura moderna. Mas Uruçuí e Bom Jesus são os dois mais importantes na recente ocupação da região.

produtores de grãos do Piauí, condição alcançada nos últimos anos com a instalação de migrantes sulistas e de empresas. A presença desses grupos trouxe mudanças profundas tanto na dinamização da estrutura espacial urbana quanto na incorporação de novos costumes antes estranhos aos piauienses dos cerrados, como frequentar churrascarias, pizzarias, padarias etc.

Conforme se percebe, a paisagem dessas cidades adquire novas formas e funções. Nela, não se refletem apenas os traços da cultura piauiense, pois são nítidos novos elementos na sua constituição, anunciando as transformações em curso. Além das empresas que se instalam interessadas em atender às novas demandas, sobretudo comércio e serviços voltados para o consumo produtivo (SANTOS, 1993a), surgem outros estilos de vida trazidos pelos novos habitantes. Tais estilos ajudam a compor novas manifestações sociais e formas de organização da paisagem. Nesse contexto destacam-se: a introdução de cultos da igreja luterana; bailes gaúchos; bairros predominantemente de população sulista; residências com características distintas da arquitetura tradicional local, as quais mantêm outra relação com o espaço da rua. Ademais, as casas são muradas, dificultando a interação dos seus moradores com a rua, diferentemente do que ocorre com as residências dos piauienses.

As transformações do espaço urbano produziram também a expansão e o melhoramento de serviços, como os de saúde e de educação, e a ampliação de postos de trabalho, embora se empreguem, principalmente, aquelas pessoas mais escolarizadas e com determinadas especializações. Nesse sentido, atingem positivamente uma parcela da população local, na medida em que esta passa a obter recursos financeiros advindos de outra ocupação afora a do aparelho público das prefeituras, uma das poucas possibilidades de empregar-se até então nesses municípios.

Contraditoriamente, porém, tal movimento produz a exclusão de outra considerável parcela da população, frequentemente os mais pobres. Esses moradores passam a sofrer não somente porque são raras as atividades geradas nas quais eles podem se ocupar (quando isso ocorre os ganhos são quase irrisórios), mas também porque crescem as dificuldades de acesso aos bens básicos, como os de alimentação, cujos

preços se elevaram nos últimos anos, se comparados aos de outros municípios da região com menor participação de agricultores modernizados. Além disso, esses mesmos moradores pobres começam a ser empurrados para a periferia dessas ainda pequenas cidades. A ocupação das franjas urbanas é feita, principalmente, por camponeses que deixaram – muitos expulsos pelo avanço da agricultura modernizada – as áreas rurais dos próprios municípios (MORAES, 2000). Tais grupos são duplamente atingidos por esse movimento modernizador, porquanto, ao perderem suas terras, ocorre uma desarticulação na organização das formas de vida camponesa. Ao mesmo tempo, na cidade, tornam-se desocupados e excluídos dos espaços de moradias.

As disparidades sociais aumentam ainda pela recente valorização do solo urbano. Nesse novo momento vivido nas cidades dos cerrados piauienses, o rápido crescimento do preço da terra urbana ganha substancial importância e surpreende seus antigos moradores. A especulação imobiliária, amplamente incorporada ao processo de modernização, causou grande euforia a quem possuía terrenos nessas cidades. Em Uruçuí ou Bom Jesus, por exemplo, um lote urbano passível de ser adquirido, há cinco anos, por R\$ 5.000,00, hoje custa, no mínimo, R\$ 50.000,00, e pode atingir R\$ 250.000,00, conforme sua localização no perímetro da cidade.

Essa modernização desvenda também nas cidades dos cerrados piauienses – sobretudo naquelas que mais receberam migrantes – novos sentidos tanto na composição do poder político local quanto na formação de novas formas de consumo. No relacionado ao primeiro, já se observam mudanças na estrutura de poder. Os grupos locais não comandam mais sozinhos as instâncias públicas de alguns municípios dos cerrados; dividem-nas agora com os novos habitantes. Estes passam a partilhar também das esferas de decisão. A formação de alianças entre os dois grupos amplia-se para outras frentes políticas, como as articulações existentes com vistas a desencadear um movimento conjunto para a criação do Estado do Gurguéia. Embora seja um desejo antigo dos moradores da região, ele ganha força com a presença dos novos grupos econômicos que manifestam interesse por um Estado independente no sul do Piauí, para atender mais prontamente suas reivindicações.

As mudanças de sentido, entretanto, são mais incisivas nas manifestações econômicas, sobretudo quando se trata das novas manifestações de consumo. As cidades (especialmente as recém-mencionadas) transformam-se, em pouco tempo, de portadoras de atividades econômicas de fraca expressão (sustentadas, predominantemente, na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva) em fornecedoras de bens e serviços dotados de grande aporte técnico. Elas metamorfoseiam-se. Desse modo, deixam de ser, a “cidade no campo e transformam-se na cidade do campo” (SANTOS, 1993a, p. 52).

A instalação das empresas de agronegócios no sul do Piauí

É possível apontar no processo recente de ocupação do sul do Piauí dois momentos importantes de atuação das empresas. O primeiro deles, conforme vimos, ocorre na década de 1970 e corresponde à instalação de grupos ligados ao setor de reflorestamentos e de pecuária melhorada agraciados com generosos incentivos fiscais estatais, derivados da Sudene e/ou do Finor Agropecuário. Naquela etapa de ocupação, predominam grupos econômicos nordestinos, mas também aparecem os primeiros empreendimentos de sulistas nessa região. Ambos amparados por políticas governamentais (DINIZ, 1984).

O segundo momento de instalação de empresas nos cerrados piauienses ocorre nos meados da década de 1990. Aos grupos empresariais preexistentes somaram-se outros, apesar de instalados com perfil um pouco diferenciado, por serem empresas maiores, nacionais e estrangeiras, que atuam em setores a montante e a jusante da agroindústria.

Atualmente pouco existe das empresas instaladas na década de 1970. A maioria delas se desfez (algumas nunca existiram verdadeiramente) ou partiu para novas áreas, deixando, porém, desfalque nos bancos públicos, por conta dos empréstimos contraídos e não pagos. Dessa primeira leva, as que ainda continuam nos cerrados piauienses sobrevivem com atividades diversas: fazendas de produção de soja e de pecuária melhorada; lojas de revenda de maquinários e de insumos agrícolas ou

de material de construção civil ou, ainda, dedicam-se simplesmente ao negócio de compra e venda de terras.

Na expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, conforme se observa, as empresas instaladas nesse segundo momento vêm a reboque dos pioneiros, ou seja, das famílias de agricultores individualizadas ou em grupos. Parte dessas empresas se instala para atender ao mercado consumidor em formação, no intuito de provê-lo com a venda de maquinários, de defensivos etc. Outras se articulam para adquirir o que é produzido na região, muitas vezes estabelecendo uma estratégia de monopolização do setor. Destaca-se nas duas situações a Bunge Alimentos, conglomerado econômico de grande porte dos setores de alimentos processados e de fertilizantes. Essa empresa montou em Uruçuí, entre 2002 e 2003, uma fábrica de esmagamento de soja para a produção de óleo e farelo.

Desde a instalação da Bunge Alimentos nos cerrados piauienses, o pólo das relações de produção e de comercialização de grãos na região passa a ser dessa empresa. Sua presença no Piauí foi marcada por uma agitação geral tanto entre os produtores agrícolas modernizados e comerciantes quanto nos setores governamentais. Estes últimos disponibilizaram todos os suportes (incentivos fiscais, investimentos em infra-estrutura etc.) para poder a empresa manifestar interesse pelo Piauí. A sensação mantida por todos era a de que a presença da empresa nos cerrados constituiria uma alavanca definitiva para a inserção do sul do Estado na mesma dinâmica de desenvolvimento de outras regiões de fronteira agrícola mais consolidadas. E quando ela ameaçou desmontar toda sua estrutura e deixar o Piauí, em decorrência de conflitos jurídicos com ambientalistas, a população de Bom Jesus e Uruçuí se mobilizou e organizou manifestações nas ruas para defender a permanência da empresa. Essa postura da população é uma clara demonstração das mudanças ocorridas na concepção do novo urbano sul-piauiense, como local também de movimentos sociais reivindicatórios (nesse caso em favor de uma grande empresa monopolista) pouco freqüentes em outros momentos da história da região.

Durante a primeira fase de sua territorialização no sul do Piauí, a Bunge buscou controlar os setores da cadeia de distribuição de grãos,

sobretudo da etapa de secagem e armazenamento do produto colhido. Nesse caso, a empresa adquiriu todos os grandes silos da região, estrategicamente localizados próximos dos principais produtores, em Uruçuí e Bom Jesus. Tais silos passaram apenas a armazenar soja, já que a fábrica instalada em Uruçuí destina-se ao esmagamento do produto para obter óleo e farelo. Começa assim o enquadramento da maioria dos produtores locais de soja à lógica da empresa, pois restam a eles poucas alternativas de comercializar seus produtos em outros mercados mais distantes, em razão, sobretudo, do encarecimento do transporte.

A expansão da Bunge no Piauí foi veloz; em pouco tempo havia construído (ou comprado de outros) unidades de armazenamento e montado uma planta de fábrica para beneficiamento de farelo e óleo de soja, com capacidade de esmagamento diário de 4.000 toneladas do produto. Na outra ponta do processo de produção, no setor a montante, detém a maioria das empresas de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas, e controla parte significativa do segmento, tais como a Serrana, a IAP, a Maná e a Ouro Verde. Sujeita, assim, o produtor a uma completa dependência dos interesses econômicos da empresa.

Como evidenciado, a forma de atuação da Bunge Alimentos segue certa padronização que caracteriza a atuação do capital monopolista estudado por Oliveira (2002). Primeiramente, forja as condições ou se aproveita das situações de dificuldades de gerenciamento das empresas menores, como ocorreu com a Cotrirosa, para se apoderar posteriormente, a baixos custos, de suas instalações. Após a concretização dessa etapa de eliminação da concorrência, parte para fincar novas bases de relacionamento com o produtor, e o subordina em todas as esferas. Além dos espaços de decisão tornarem-se totalmente verticalizados, aumenta o grau de exploração dos seus novos empregados diretos ou de seus fornecedores, porquanto, com a redução ou com o desaparecimento da concorrência, fica mais fácil impor as regras de monopólio.

Também é característico da empresa monopolista atuar como agente financiador, papel ampliado nos últimos anos com a crise do Estado. Nesse caso, diante da ausência de outros compradores e de maiores restrições a empréstimos em bancos oficiais, força os produtores a

negociar com as empresas processadoras de alimentos acordos nos quais se inclui também o financiamento da safra. Em contrapartida, eles são obrigados a assumir outros compromissos, como os de adquirir de empresas indicadas produtos utilizados na lavoura. Ou seja, os agricultores passam a se atrelar às empresas monopolistas (no sul do Piauí atuam a Bunge Alimentos e, em menor intensidade, a Cargill Agrícola) não somente como fornecedores de soja, pois também compram delas próprias os insumos de que necessitam. O financiamento funciona nos mesmos moldes do sistema bancário, isto é, elas concedem uma espécie de empréstimo ou um pagamento adiantado para o produtor investir na produção de suas terras. Entretanto, este é obrigado a firmar um compromisso de devolução do adiantamento, com acréscimo de juros, a ser pago em produto na primeira safra. Esse sistema de crédito rural para a produção de soja ficou conhecido como “soja verde”.

Do mesmo modo que o capital monopolista amplia as relações de exploração sobre os trabalhadores/produtores, apropria-se ainda dos recursos naturais como uma fonte de ampliação dos lucros, e não lhe importa quais impactos suas ações acarretarão sobre o ecossistema e a população que sobrevive dele.

É característica desse capital apresentar imediatamente, nos lugares onde chega, um discurso mistificador da modernidade, ao se colocar como o baluarte de novos tempos de prosperidade. Segundo o discurso do *status quo*, o desembarque da Bunge no Piauí representaria o símbolo do progresso num Estado carente de modernização.

A imagem construída no momento da instalação da empresa não é condizente, no entanto, com a forma pela qual vem se apropriando dos recursos naturais dos cerrados. Como evidenciado, a empresa chega ao Piauí, mas antes realiza extensa rede de articulação considerada necessária para não sofrer os impedimentos do seu projeto de ampliação dos lucros. Nesse contexto, o poder público estadual concedeu-lhe, além de outras vantagens fiscais, quinze anos de isenção do ICMS e providenciou melhorias no sistema viário, nas telecomunicações e no fornecimento de energia. Em contrapartida a empresa prometeu geração de empregos, ainda limitada,

ao menos os diretos, haja vista tratar-se de uma planta de fábrica com instalações modernas para as quais se exigem poucos trabalhadores. Ademais, os que são efetivamente empregados da empresa, em sua maioria, foram transferidos de outras regiões por conta de suas especializações.

Do lado dos empresários/proprietários e/ou especuladores de terras, o discurso é aquele das oportunidades de novos negócios criadas pela empresa, com conseqüente intensificação do comércio de maquinários e de insumos agrícolas, além do grande salto no preço das terras, já efetivamente concretizado. Atualmente, os anúncios de vendas de terras no sul do Piauí trazem, necessariamente, informações sobre a distância do local em relação às unidades de recebimento ou à fábrica esmagadora de soja da Bunge.

Quanto à subordinação dos produtores à Bunge, este não é o único problema protagonizado pela empresa no Piauí, pois as questões ambientais são também motivadoras de conflitos entre ela e uma parte da sociedade piauiense, aquela interessada em proteger o que ainda resta do bioma dos cerrados. Conforme se sabe, a vegetação nativa tornou-se a principal fonte energética para o aquecimento das caldeiras junto à fábrica esmagadora de soja. A empresa é acusada, inclusive com disputas judiciais, de adotar práticas inadequadas no uso da matriz energética: ao invés de gás, mais oneroso financeiramente, mas com menos impacto sobre o meio ambiente, preferiu a lenha obtida dos cerrados, com grande prejuízo para a manutenção do bioma. Calcula-se que para manter o atual ritmo de produção, a empresa deverá consumir, anualmente, cerca de 217,5 milhões de metros estéreis de lenha. Isto representaria 10.876,7 hectares de vegetação sucumbidos no período de um ano (Revista Isto é, 8/10/2003).

A questão ambiental, entretanto, não se resume apenas à exploração de mata nativa pela Bunge Alimentos. Como observado, transformou-se em um problema generalizado nos cerrados piauienses, principalmente pela capacidade avassaladora dos novos grupos empresariais em destruir os espaços naturais. Tal problema é sentido mais intensamente nos gerais, onde vastas áreas de vegetação são substituídas por grandes e modernas lavouras de grãos, anunciando drásticas conseqüências como as observadas nas nascentes que alimentam os principais rios da região. Estes já

demonstram evidentes sinais de desaparecimento. Além disso, o fenômeno em andamento aponta para uma grave ameaça às formas organizativas da população piauiense, particularmente dos pequenos agricultores empobrecidos que presenciam a cada dia crescente redução dos seus espaços de reprodução da vida, aprofundando um processo de exclusão social.

Considerações finais

Segundo se percebe, as transformações em curso nos cerrados piauienses apontam um processo de reorganização das bases de ampliação do capital naquela região. As atividades sustentadas na agricultura camponesa e na pecuária extensiva – até recentemente as principais responsáveis pela economia do sul do Piauí – são substituídas rapidamente por novas estruturas de produção, sob o comando da agricultura capitalista. Ao incorporar o aparato da técnica, da ciência e da informação, estimuladoras de novas relações de produção e de trabalho, aquele lugar se apresenta como portador de novos componentes da modernidade. Os campos agrícolas detentores de técnicas sofisticadas de produção e as novas formas de consumo surgidas nas cidades sul-piauienses são indicativos dessa modernidade.

Entretanto, a face moderna que emerge se mostra sustentada em processos arcaicos. Conforme o discurso dominante, o agronegócio transformou-se na salvação dos cerrados piauienses que, segundo este, sempre foi uma região carente de modernidade. Ao mesmo tempo, essa face trouxe consigo a ampliação do trabalho escravo, modalidade adotada principalmente nas empresas agropecuárias modernas, como se comprova nas investigações do Ministério do Trabalho. Essas mesmas empresas que contratam profissionais com especializações seguindo os preceitos da empresa moderna utilizam, simultaneamente, famílias camponesas (inclusive crianças) para serviços pouco qualificados e as remunera de forma irrisória e sem as garantias trabalhistas legais. Elas comercializam suas mercadorias agrícolas pelos preços do mercado internacional, pois estão sintonizadas em tempo real com as principais bolsas de valores do

mundo. Enquanto isso, se apropriam (muitas vezes de maneira ilegal) dos espaços de vida da população local e destroem os recursos naturais indispensáveis para aquele contexto social.

Diante daqueles que possam representar ameaça aos projetos de ampliação das novas forças produtivas, os novos grupos atuam com violência, como evidenciam os muitos casos relacionados a empresas acusadas de expulsar famílias de posseiros das terras dos baixões, adotando para isso métodos coercitivos. Estas mesmas terras, posteriormente, são colocadas à venda no mercado imobiliário com grande valorização. Nas principais cidades receptoras do fluxo de migrantes e de empresas, como Uruçuí e Bom Jesus, a especulação com a terra urbana empurra seus moradores mais pobres, ou os que chegam sem trabalho e sem capital, para as periferias. Desse modo, produzem formas de segregação social urbana, menos visíveis em momentos anteriores naquela região. Até então, as desigualdades sociais preexistentes emergiam em outras esferas da vida, mas na produção do espaço da cidade era pouco perceptível, visto que havia mescla de pobres e ricos partilhando de locais semelhantes no urbano. Vislumbra-se, assim, um novo momento para os cerrados piauienses, não somente de bonança, restrita a um seleto grupo de pessoas, mas, principalmente, de exclusão dos que historicamente ajudaram na construção das riquezas daquele território.

Referências

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

ALVES, V. E.L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados piauienses. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 77, p.7-28, 2001.

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. 1993. 493 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

CARNEIRO, R.; SAMPAIO, Y.; GOMES, G. M. Os programas de desenvolvimento rural: Região Nordeste. *In*: SUDENE. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. 4 v. Recife, 1984. p. 87-245, v. 3.

DINIZ, J. A. F. Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste. **Revista Geonordeste**, Aracaju, ano 1, n. 1. p. 12-20, 1984.

HAESBAERT, R. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul. *In*: STROHAECKER, T. M. *et al.* **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 59-68.

MARTINS, S. M. M. **Cidade sem infância no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. 1993. 221 f. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MORAES, M. D. de C. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense**. 2000. 481 f. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 365 p.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 401 p.

SALES, M. C. L. **Estudo da degradação ambiental em Gilbués-PI: reavaliando o núcleo de desertificação**. 1997. 182 f. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, J. V. T. dos. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

Parte 3

Discutindo o Novo Espaço Frutícola Globalizado: o Baixo Jaguaribe (CE)

Relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe¹

Alexsandra Muniz

Introdução

O presente artigo constitui a análise da dinâmica do trabalho agrícola² fundamentada no processo de reestruturação produtiva e conseqüentemente espacial em curso na agropecuária do Baixo Jaguaribe.

Como estratégia de ação para alcançar os objetivos propostos, utilizamos a base de dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1985 e 1995, e, então, retabulamos as informações a fim de ter um panorama das transformações ora ocorridas na região do Baixo Jaguaribe a partir da análise quantitativa e qualitativa destas informações. As tabelas representam uma manipulação das séries temporais anuais construídas com base na seleção de variáveis (máquinas e instrumentos agrícolas, condição do produtor, pessoal ocupado, grupos de área, utilização das terras) consideradas relevantes para este estudo em que tivemos o cuidado de observar as mudanças conceituais. Para isto procedemos a uma busca do significado atribuído às diferentes categorias utilizadas e às mudanças de procedimentos entre um censo e outro, evitando, assim, cometer equívocos e extrair o maior rendimento possível destes dados.

¹ Artigo originado de dissertação de mestrado (MUNIZ, 2004) apresentada à Universidade Estadual do Ceará (UECE) e orientada pela professora Denise Elias.

² A utilização da expressão trabalho agrícola deve-se ao fato de que nem todo trabalho rural é agrícola, pois, com a proliferação das agroindústrias e a crescente urbanização do meio rural, este adquire uma heterogeneidade de atividades vinculadas ou não à agropecuária, como é o caso das atividades não-agrícolas ligadas à prestação de serviços, o comércio e a indústria, que têm como lócus não mais somente as zonas urbanas (SILVA, 1996; 1999).

No relacionado à pesquisa documental, as principais fontes de informações foram as seguintes: teses, dissertações, livros, mapas, censos, anuários estatísticos, programas de governo, periódicos e jornais diários.

Este levantamento foi complementado pela pesquisa de campo realizada nos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Jaguaruana e Quixeré, onde as informações e observações permitiram confrontar os dados estatísticos coletados com a realidade da região, obtendo um quadro representativo das transformações em curso nas relações de trabalho no Baixo Jaguaribe.

Como a realidade não pode ser explicada somente pelos indicadores quantitativos, recorreremos, então, à pesquisa qualitativa, com o objetivo de conhecer fundamentalmente o processo e não simplesmente resultados/produtos.

Portanto, afora os dados de origem secundária, utilizamos dados de origem primária, obtidos por meio de entrevistas diretas junto aos produtores, trabalhadores agrícolas da região e representantes das instituições públicas e privadas de interesse para a pesquisa, bem como representantes das diferentes categorias de trabalhadores, e pessoas conhecedoras da história regional. Estes dados somados à observação da organização espacial se tornaram fundamentais para uma aproximação mais precisa do real. Dessa forma, a entrevista semi-estruturada e a observação direta funcionaram como o principal instrumento de coleta das informações.

Além de englobarmos a multiplicidade de formas de trabalho agrícola durante as entrevistas, procuramos selecionar os trabalhadores dotados de desenvoltura ao falar, experiência na atividade exercida e situados em estabelecimentos rurais de diferentes dimensões, níveis de utilização de tecnologia, formas de utilização das terras e condição do produtor (parceiros, arrendatários, ocupantes, proprietários etc.). Desse modo, embora as categorias de trabalhadores a serem entrevistados estivessem predefinidas, a escolha dos representantes de cada categoria

foi definida durante o processo de realização da pesquisa de campo e à medida que fatos emergiam e sugeriam a necessidade de entrevistar novas pessoas.

Com a pesquisa qualitativa tivemos a oportunidade de compreender a realidade sob a perspectiva dos sujeitos nela envolvidos, detectando os significados atribuídos pelos atores aos fenômenos, em outras palavras, a pesquisa qualitativa permitiu a interpretação da realidade a partir da apreensão do seu significado por parte dos entrevistados.

No trabalho de campo também foram efetivadas pesquisas junto às instituições públicas e privadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Secretaria de Agricultura e Pecuária (Seagri), o Centro de Ensino Tecnológico (Centec), a Secretaria do Trabalho e Ação Social, o Agropólo Baixo Jaguaribe, cooperativas, associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sistema Nacional de Emprego/ Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT) e o Sebrae, entre outros.

A pesquisa de campo revelou-se bem mais proveitosa à luz do conhecimento teórico que fundamenta o objeto de estudo e dos resultados obtidos com a pesquisa documental e estatística. Desse modo, permitiu-nos uma melhor compreensão da realidade empírica, percebida como um todo complexo.

Relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe

Desde a década de 1970, a produção agrícola no espaço agrário jaguaribano passa por inúmeras metamorfoses. Foi a partir deste período que o cultivo do arroz e o de frutas seguiram outra lógica, caracterizando-se entre outras coisas pelo uso racional da irrigação associado ao de insumos modernos.

No tocante às formas de ocupação na região do Baixo Jaguaribe, ao analisarmos o quadro a seguir, relativo ao período de 1975 a 1995, conforme constatamos, os responsáveis e membros da família não remunerados³, chamados aqui de trabalho familiar⁴, predominam desde 1975 (Tabela 1).

Diante disto, podemos afirmar que no Baixo Jaguaribe, mesmo diante de crescente processo de reestruturação, persistem as relações de

Tabela 1 – Pessoal ocupado na agropecuária do Baixo Jaguaribe (1975-1995)

Baixo Jaguaribe	1975	%	1985	%	1995	%
Familiar	58.250	86,44	61.150	84,64	41.221	78,22
Emp. Perm.	950	1,41	2.448	3,39	2.868	5,44
Emp. Tempor.	4.779	7,09	7.731	10,70	7.442	14,12
Parceiros	3.030	4,50	430	0,60	506	0,96
Outra Condição	376	0,56	491	0,68	661	1,25
Total	67.385	100	72.250	100	52.698	100

Fonte: IBGE (1975; 1985; 1995).

trabalho não-capitalistas, isto é, a expansão capitalista não determinou a eliminação destas relações, embora elas venham declinando continuamente.

Mesmo em face do processo de reestruturação produtiva, a presença das relações de trabalho não-capitalistas significa que este

não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização... (SILVA, 1978).

Na nossa opinião, é inegável estar o predomínio da força de trabalho familiar intrinsecamente relacionado com a própria estrutura

³ “O produtor ou administrador responsável pela direção do estabelecimento, recebendo quantia fixa ou quota-parte da produção, e os membros da sua família que ajudam na execução dos trabalhos, sem receber qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados” (IBGE, 1998, p. 23).

⁴ Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, agricultor familiar é aquele que contrata até dois trabalhadores. Acima dessa quantidade já é considerado empresário.

fundiária da região que apresenta uma predominância dos estabelecimentos de 0 a 10ha em crescimento desde 1975. No entanto, a área ocupada por estes estabelecimentos vem sofrendo redução e em 1995 passou a representar 4% da região (Tabela 2).

Isto significa que os pequenos estabelecimentos, onde geralmente predomina a mão-de-obra familiar, embora venham crescendo em número, vêm perdendo espaço, e por ser a disponibilidade de terra para produzir uma condição fundamental para a manutenção da força de trabalho na unidade familiar, a escassez de terra para a prática da agricultura desse estrato da população já vem mostrando suas conseqüências, pois a família se vê impossibilitada de garantir sua reprodução com o seu trabalho. Por este motivo, tem de fazer uso de formas alternativas para prover sua subsistência. A parceria, o trabalho de alugado, a empreitada, o assalariamento rural ou urbano e até mesmo a migração temporária ou definitiva são estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais que se encontram nesta situação.

Além disso, conforme sabemos, somente a terra não resolve os inúmeros problemas enfrentados por estes agricultores, mas a posse desta representa a segurança da família, sua continuidade no campo e as condições mínimas de consumo. Ademais, não ter acesso à terra significa não ter acesso a recursos financeiros para investimento na produção.

O declínio no trabalho familiar também se deve, em parte, ao fato de os estabelecimentos de 10 a 100ha, que representam o segundo maior em número na região desde 1975, virem sofrendo crescente declínio. Concomitante à redução dos estabelecimentos nesta dimensão, como constatamos pelo Tabela 2, verifica-se contínua redução da área ocupada por estes estabelecimentos desde 1975, isto é, os médios estabelecimentos, também responsáveis por considerável emprego de mão-de-obra familiar, vêm declinando tanto em número como na área ocupada.

Se analisarmos os dados absolutos sobre o pessoal ocupado, veremos que a queda no trabalho familiar acompanha a tendência geral de decréscimo das pessoas ocupadas na agricultura, mesmo com o aumento significativo ocorrido em 1985, onde o trabalho familiar também sobressaiu sobre as demais categorias.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos segundo os grupos de área

	Ano	0 – 10	%	10 – 100	%	100–1.000	%	1.000 – 10.000	%	10.000	%	Total	%
EST.	1975	9.923	56,56	6.427	36,64	1.117	6,37	73	0,42	3	0,02	17.543	100
ÁREA	1975	38.089	5,37	194.937	27,47	274.212	38,64	157.582	22,21	44.836	6,32	709.656	100
EST.	1985	13.848	63,46	6.738	30,88	1.142	5,23	94	0,43	1	0,00	21.823	100
ÁREA	1985	47.016	6,06	202.551	26,09	289.103	37,24	222.528	28,67	15.050	1,94	776.248	100
EST.	1995	10.824	65,80	4.715	28,66	847	5,15	61	0,37	3	0,02	16.450	100
ÁREA	1995	35.004	4,00	136.593	15,59	222.687	25,42	116.645	13,32	365.000	41,67	875.929	100

Fonte: IBGE (1975; 1985; 1995).

A evidência tanto estatística como durante a pesquisa de campo de que no Baixo Jaguaribe predomina o trabalho familiar vai de encontro à seguinte afirmação: “O capital só se reproduz e desenvolve, na produção capitalista, através do trabalho assalariado” (SINGER, 1979). Essa evidência só vem corroborar a afirmação segundo a qual, no capitalismo, embora a relação de produção fundamental seja a verificada entre capitalistas (detentores dos meios de produção e compradores de força de trabalho) e proletários (desposados dos meios de produção e vendedores de força de trabalho), isto não significa ser ela a única relação existente, ou seja, o modo de produção capitalista pressupõe existir o assalariado, mas isto não exclui a possibilidade de existir outras relações de trabalho, pois o processo de produção do capital também se faz por meio de relações não-capitalistas⁵ pela metamorfose da renda da terra em capital, utilizando-se dessas relações sem remunerá-la.

Ademais, o fato de a maioria absoluta das pessoas ocupadas estarem na categoria trabalho familiar esconde e camufla uma situação de exploração, de baixos salários e de extração de um sobretrabalho presente na região, dado o processo de diferenciação social no seio da produção familiar⁶ e as diferentes formas de subordinação ao capital.

Como sabemos, na década de 1970, diante da nova realidade criada a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o conceito de pequena produção passou a ser usado como alternativa ao de camponês e notadamente, na década de 1990, foi o conceito de agricultura familiar que passou a substituir o de camponês. Entretanto essa busca por novas formas de expressar o termo camponês não se deu por acaso, mas na medida em que se buscava a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo, porquanto um grande número de produtores familiares passava a utilizar de forma crescente recursos técnicos e a se integrar cada vez mais ao mercado.

⁵ Estas relações não são consideradas um regime de trabalho assalariado, uma vez que neste o salário em dinheiro é a única forma de pagamento. Daí muitas vezes preferirmos usar esse termo para expressar relações como arrendatários, parceiros, meeiros, produtores de base familiar e posseiros (SORJ, 1980).

⁶ Entre os que defendem uma diferenciação social dentro do próprio segmento da produção familiar mencionamos Kautsky (1986) e Lênin (1982).

Para Abramovay (1992), enquanto o campesinato apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar moderno representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea da produção familiar.

Conforme Lamarche (1993, p.19), em nossos dias, “é possível encontrar explorações que tenham um comportamento ainda bastante próximo ao das explorações camponesas e outras, mais orientadas para o mercado, que funcionam como pequenas empresas”.

No Baixo Jaguaribe, entre as comunidades ainda não inseridas totalmente na via capitalista, podemos citar as que se encontram no distrito de Bixopá, em Limoeiro do Norte, onde se pratica a agricultura de subsistência⁷, dependente das condições naturais para produzir e na qual se usam métodos de rotação de culturas, com pouca ou nenhuma utilização de tecnologia e adubos químicos.

Além destas comunidades do distrito de Bixopá, há as de Viuvinha, em Limoeiro do Norte, onde se destacam a criação de ovinos e caprinos e a produção de farinha para o consumo. No trabalho da raspa da mandioca vale ressaltar o trabalho desenvolvido pela Cáritas Diocesana.

No distrito de Peixe, em Russas, existe a comunidade Lagoa dos Cavalos, que é atualmente a unidade demonstrativa da Cáritas, considerada exemplo a ser seguido pelo sucesso alcançado tanto na linha de produção como no nível de organização desta comunidade.

Na Lagoa dos Cavalos, onde foi possível presenciar a labuta diária do agricultor, encontramos também a casa de farinha. Aí a mandioca é transformada em farinha. O trabalho da farinhada envolve toda a comunidade que se reúne em mutirão.⁸ Da mandioca é também extraída a goma, utilizada na produção de alimentos regionais típicos como o beiju, a tapioca e o grude.

⁷ “... não se deve confundir agricultura de subsistência com autoconsumo. Ao mesmo tempo em que envolve um excedente destinado ao mercado, ela não implica em completo auto-abastecimento” (SILVA, 1978, p. 252). Na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria (OLIVEIRA, 1997).

⁸ Esta cooperação da farinhada é comumente chamada de ajutório (ANDRADE, 1986).

Entre as obras de importante referência para compreender o modo de vida destes agricultores, onde o trabalho tem como fundamento o consumo da família e não a produção de valor, mencionamos a de Chayanov (1974) e a de Garcia Júnior (1989). Segundo Garcia Júnior (1989, p. 117),

... há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade.

Outra indicação, entre tantas, é a obra *A questão agrária e o capitalismo*, de Amin e Vergopoulos (1977, p. 27). Conforme os autores “... o camponês em questão não é um empresário capitalista, não procura maximizar o lucro de seu capital, e acumular, mas antes viver na terra que é sua em virtude de uma organização social camponesa”.

Além da casa de farinha, existe na Lagoa dos Cavalos a casa de sementes, construída mediante um projeto financiado pelo Esplar com o objetivo desta comunidade não depender mais das sementes do governo.

Os agricultores desta comunidade praticam também a apicultura, atividade geradora de trabalho e renda para os agricultores familiares deste local, que contam com o apoio da Cáritas Diocesana e do projeto Rede Abelha Ceará no qual estão articulados 23 grupos de agricultores familiares. Isto tem facilitado a produção e comercialização de produtos derivados desta atividade, como o Mel de Abelhas Sabor da Natureza, produzido e processado por esta comunidade no Apiário Floremel da Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa.

Além dos menores custos monetários, decorrentes da não utilização de agrotóxicos, os quais encarecem a produção, o mel tem boa aceitação no mercado, notadamente no segmento de consumidores em busca de produtos naturais, pois o produto apresenta “selo de garantia” de sua condição de 100% natural, como afirmou o presidente da Associação da Lagoa dos Cavalos.

Com vistas a garantir uma renda destinada a suprir as necessidades de consumo e não uma renda compatível com a taxa de lucro médio, o

pequeno produtor aparece como mais flexível e mais resistente que a agricultura empresarial.

Pelos exemplos ora expostos é possível concluir que a produção familiar possui uma dinâmica diferenciada⁹ e particular. Isso, porém, não a torna uma “ilha” apartada do atual contexto de reestruturação em curso, conforme pudemos verificar entre outras atividades na apicultura. Nestas, os agricultores mantêm relação com o atual sistema econômico, e tentam oferecer um produto de qualidade, sem usar agrotóxicos e seguindo adequadas condições fitossanitárias, como observamos ao acompanhar esta atividade desde o início do trabalho de produção do mel ao processo final de enchimento das garrafas a serem comercializadas.

Nos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana, fruto da política de modernização agrícola no Baixo Jaguaribe, baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada, estamos diante do processo de transformação social no seio da produção familiar e da metamorfose da renda da terra em capital. Como sabemos, por meio desta política, o Estado transformou as unidades familiares em pequenos produtores capitalistas, como também “possibilitou a transformação da renda em capital, utilizando-se das relações de trabalho familiar e não contratando mão-de-obra assalariada” (DINIZ, 1999, p. 85).

Desse modo, a sujeição da renda da terra ao capital¹⁰ não se dá de forma direta, pois não se trata de assalariamento e nem, portanto, de extração de mais-valia; ocorre, sim, de forma indireta, mediante um processo, estimulado pelo Estado, de farmerização do campesinato (produção moderna em base familiar como no modelo de farmer’s americanos¹¹) onde se incentiva a capitalização dos irrigantes ao viabilizar a utilização de um pacote tecnológico baseado na utilização massiva de insumos artificiais, produzidos industrialmente, sujeitando a renda da terra produzida por estes à sua lógica.

⁹ Como afirma Lamarche (1993, p. 18), “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”.

¹⁰ A leitura de Kautsky (1986) nos possibilita perceber as dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista ao campesinato, com destaque para a sujeição da renda da terra ao capital.

¹¹ Como bem afirmou Oliveira (1990, p. 6): “A agricultura norte-americana não tem seu suporte nas corporate farms e sim nas family farms”.

Assim, quando o agricultor, ao lidar com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por preço às vezes inferior às despesas (em virtude das oscilações de preço no mercado ou mesmo exploração por parte de atravessadores ou cooperativas que operando no setor do crédito e da comercialização acabam representando apenas interesses próprios ou de uma minoria de grandes cooperados), ele está na verdade transferindo parte da sua renda para a sociedade, ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente. Neste caso, não é preciso haver uma expropriação para subordinar o agricultor familiar ao capital. No entanto,

... na medida em que matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência vão, progressivamente, se transformando em mercadoria o produtor vai sendo colocado cada vez mais sob a dependência do mercado e, mesmo que ainda detenha a posse parcial e precária dos meios de produção, esta é mediatizada pela mercadoria e pelo capital... (SILVA, 1978, p. 2).

Vale ressaltar que o nível de exploração pode levá-los à expropriação e conseqüente proletarização. No Baixo Jaguaribe verificamos inúmeros casos de irrigantes e filhos de irrigantes que perderam seus lotes de terra e para garantir o sustento da família passaram a vender sua força de trabalho. Acontece aqui aquilo que Kautsky (1986) afirma, pois a subordinação do camponês se dá principalmente no nível do fornecimento de força de trabalho por sua expropriação.

O processo de diferenciação social interna à produção familiar e à metamorfose da renda da terra ao capital também pode ser evidenciado no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Ali a pequena produção tecnificada passa a funcionar como uma pequena empresa capitalista na qual os irrigantes que até então se dedicavam ao cultivo de grãos e utilizavam em sua maioria o trabalho familiar se transformam em microempresários que usam modernas tecnologias e se dedicam ao cultivo de frutas, valendo-se do trabalho assalariado.

Para Silva (1982), a adoção de pacotes tecnológicos é a principal causa de transformação da pequena produção, tanto em nível interno quanto em nível de suas relações com a sociedade capitalista, que finda na recriação do campesinato na condição de um “novo camponês”, do “trabalhador para o

capital”, o qual, apesar de possuir a terra, submete-se ao capital por este possuir o controle do processo de produção. Em outro momento, conforme o autor acrescenta,

embora a pequena produção se tecnifique, não podemos afirmar que a pequena produção esteja se convertendo em pequenos capitalistas do “tipo farmer” (parece ser o caso de uma tecnificação sem capitalização, entendendo que a capitalização implica num processo de diferenciação social e econômica) [já que] essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo (SILVA, 1994, p. 59).

Diferentemente dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana, no Jaguaribe-Apodi é raro encontrar os membros da família executando alguma atividade dependente de contato direto do agricultor com a terra e quando o fazem é numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada.

Esta situação decorre do fato de que na Chapada do Apodi os espaços dedicados ao cultivo de frutas se inserem na nova lógica de produzir e a relação com a terra passa a ser de exploração do trabalho. Nesta, o agricultor depende cada vez mais do capital para sobreviver em “detrimento de sua agricultura que se torna cada vez mais irracional” (KAUTSKY, 1986, p. 188).

Outro fator a contribuir para isso é a inexistência de agrovilas neste perímetro, dificultando o deslocamento dos membros da família para a área de produção. Segundo percebemos, há uma nítida distinção entre o lugar de moradia e o de trabalho, pois a maioria dos agricultores que cultivam suas terras têm como lugar de residência a cidade de Limoeiro do Norte. Portanto a vida familiar não se confunde mais com o espaço produtivo como ocorria anteriormente, conforme relataram agricultores que cultivavam suas terras antes da implantação do perímetro. Como acrescentaram, a Chapada do Apodi era um espaço de pouco adensamento populacional, sendo área de criação de gado, ao contrário do observado na planície aluvial, onde os laços de vizinhança e o coletivismo se fazem presentes com o adensamento e proximidade das casas à área de produção.

Além disso, muitos produtores hoje encontrados no Perímetro Jaguaribe-Apodi não são os mesmos selecionados quando do repasse dos lotes. Grande parte são empresários agrícolas de outros Estados e até mesmo de outros países. Muitos destes, com atuação em diversos ramos de atividades, compraram os lotes de irrigantes endividados, se comprometeram a pagar a dívida e estão cultivando produtos de elevado valor comercial, mas usam mão-de-obra assalariada.

Enquanto o trabalho familiar vem decrescendo na região como um todo, situação oposta pode ser verificada quando analisamos o número de empregados temporários. Neste caso, existe um crescimento contínuo desde 1975 (Tabela 1) constituindo a segunda categoria de trabalho de maior destaque se compararmos aos empregados permanentes¹², parceiros empregados¹³ e outra condição.¹⁴

Segundo Soares (1999), ao contrário da criação de gado e da produção do algodão, feijão, milho e mandioca que permitiam o estabelecimento de relações não-monetarizadas entre proprietário e trabalhador, a utilização da força de trabalho na atividade extrativa da cera da carnaúba que teve papel significativo na economia do Baixo Jaguaribe desde 1920, ao ocupar elevado número de pessoas, marca a formação das relações monetarizadas e do arrendamento no Baixo Jaguaribe.

A atividade de extração do pó cerífero tinha na colheita das palhas da carnaúba o período de maior necessidade de contratação de mão-de-obra. Essa força de trabalho era originada, principalmente das pequenas propriedades, na sua grande maioria, minifúndios [...] vendiam sua força de trabalho para completar sua renda familiar através do assalariamento temporário, onde o pagamento de uma diária era a forma principal dessa relação (SOARES, 1999, p. 9).

¹² Sazonalidade ou estacionalidade do trabalho agrícola refere-se às variações nas exigências de mão-de-obra numa determinada cultura, fato ligado às diferentes estações do ano agrícola e acentuado pelo aumento da composição orgânica do capital na agricultura.

¹³ “Pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantia fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliaram na execução de suas respectivas tarefas” (IBGE, 1998, p.24).

¹⁴ “Pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas” (Ibid).

A crise da cera da carnaúba, a partir da década de 1960, em virtude da queda do seu preço no mercado internacional, com a substituição da cera vegetal pela matéria-prima sintética na indústria, somado à extração insustentável, ocasionou uma queda no extrativismo da carnaúba. Essa situação se agravou no início da década de 1970, com sérias conseqüências para o mercado de trabalho, pois era uma atividade de significativa fonte de emprego na região.

A fruticultura irrigada, mediatizada pela racionalidade capitalista explorada de forma intensiva em moldes modernos e em bases eminentemente empresariais dentro da lógica do agronegócio destinado à exportação, além de tornar possível intensiva sucessão de cultivos com um aumento da produção, produtividade e rentabilidade, vem permitindo incrementos expressivos no nível de emprego, notadamente na época da colheita para os menos qualificados. Concomitantemente, mas não no mesmo ritmo, vem crescendo o mercado de trabalho para os mais capacitados.

Com base na premissa segundo a qual parte considerável do progresso técnico e das mudanças nas relações de produção ocorre nos espaços onde se concentram os perímetros irrigados, empresas agrícolas e agroindústrias, estes têm sido o lócus da expansão das relações de trabalho capitalistas nos moldes atuais.

Com a presença de empresários agrícolas na Chapada do Apodi que usam modernas tecnologias e se dedicam ao cultivo de frutas, observamos a utilização crescente do trabalho assalariado temporário, pois, como sabemos, quanto maior o capital privado, maior o uso racional da terra e menor o uso de mão-de-obra durante todo o processo produtivo. Assim, é mais viável e lucrativo para o produtor recorrer ao trabalho assalariado temporário.

Diante disto, conforme podemos afirmar, o processo de reestruturação vem determinando necessidades decrescentes ou localizadas em espaços de tempo muito específicos da mão-de-obra sem maior especialização. Desse modo, o emprego temporário torna-se mais

vantajoso para o empregador do que a manutenção dessa mão-de-obra durante o ano todo.

Daí Silva (1981, p. 119) afirmar que o assalariado temporário além de

ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases.

Segundo foi possível verificar na região, os trabalhadores temporários estão concentrados nas empresas agrícolas, localizadas no município de Quixeré, especializadas na produção de frutas, notadamente o melão, que no período da colheita emprega temporariamente um maior número de trabalhadores. Um dos fatores a contribuir para isso é o fato de muitos destes trabalhadores morarem em comunidades próximas a estas empresas, o que facilita o deslocamento.

Além dos fatores próprios da atividade agrícola, a intensificação na variação da demanda por trabalhadores agrícolas ocorre em virtude de a introdução de técnicas modernas não ter atingido todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita, uma das mais exigentes em termos de mão-de-obra. No caso da fruticultura atingiu principalmente a preparação do solo, pois nas atividades relacionadas com os tratos culturais e de colheita permanece o trabalho manual. Embora já possamos vislumbrar a existência de colheitadeiras na cultura do abacaxi, por parte da multinacional Del Monte, o uso deste maquinário não prescinde do trabalho manual, indispensável no corte e colocação do abacaxi nos braços da máquina que alcança o estreito espaço ocupado pelos trabalhadores para colher o abacaxi.



**Foto 1 – Trabalhadores agrícolas em empresa agrícola,
município de Quixeré**

Fonte: Alessandra Muniz (2003).

O crescimento do assalariado temporário em Quixeré também pode ser assim explicado: enquanto existe uma minoria de pequenos produtores que se modernizam e contratam o trabalho assalariado, perdura a pequena produção dedicada predominantemente à cultura de subsistência. Desse modo, quando chega a um processo de pauperização a ponto de não ser mais capaz de fornecer os meios necessários à sua subsistência, a tendência é seus proprietários e familiares se assalariarem (é comum encontrar nas empresas agrícolas instaladas neste município trabalhadores e trabalhadoras assalariados temporários pais de muitos filhos que antes viviam somente da sua terra e agora só a cultivam quando não estão empregados). Diante disto, se grande parte da pequena produção perde importância como ofertante de gêneros alimentícios, paralelamente ela ganha destaque como reservatório de braços para grandes proprietários ou empresas agrícolas.



**Foto 2 – Colheitadeira de abacaxi em empresa agrícola,
município de Limoeiro do Norte**

Fonte: Alexandra Muniz (2004).

À falta de políticas públicas voltadas às áreas de várzeas em uma situação de abandono, as quais exercem atualmente o papel de geradoras de mão-de-obra para empresas, pois muitos colonos e pequenos produtores que perderam suas terras passam a servir de mão-de-obra, quando não caem na sazonalidade ou se transformam em bóias-frias, ocorre, assim, crescente processo de marginalização de grande parte de produtores que passam a ser utilizados como mão-de-obra temporária pelos empreendimentos ditos modernos.

A crescente disponibilidade de força de trabalho desprovida de meios de produção aliada ao aumento do volume de capital nas mãos dos empresários agrícolas evidencia a sujeição do trabalho e das modalidades tradicionais de produção ao capital.

Desta forma, se por um lado temos um contingente significativo de trabalhadores rurais completamente separados dos meios de produção,

de outro, temos o pequeno produtor (seja ele posseiro, parceiro, arrendatário ou pequeno proprietário) que contrata diaristas no momento de preparo da terra, plantio ou colheita. Ele pode também se assalariar temporariamente quando está ocioso durante parte do ano ou quando não suporta a oscilação de preços diante do aumento da produção orientada para o mercado, ou mesmo não consegue o suficiente para o seu sustento. Portanto, para ocorrer o assalariamento não é necessário ser o trabalhador desvinculado dos seus meios de produção. Em síntese, neste caso, existem trabalhadores rurais que possuem “... dupla referência igualmente contraditória, a de empregados e empregadores” (SILVA, 1994, p. 69), ora servindo aos interesses capitalistas, ora lhes sendo contraditório, apresentando-se como sujeitos ao mesmo tempo ativo e passivo. Na maioria dos casos, porém, não é fácil determinar até que ponto se é um ou outro.

Os grupos acima citados dependem, em maior ou menor intensidade, da venda de sua força de trabalho para sobreviver, seja por disporem de meios de produção insuficientes (como é o caso dos operários-camponeses), seja por não disporem de nada mais para vender além de sua força de trabalho (como é o caso dos bóias-frias) (SILVA, 1994, p. 99).

Assim como Silva, Sorj expõe as diferentes formas de trabalho assalariado temporário:

Aquele que provém do assalariamento da pequena produção tradicional, na procura de rendas complementares. Trabalhadores temporários que dependem totalmente da venda de sua força de trabalho e que moram em vilas e cidades. Aqui, podemos igualmente distinguir entre trabalhadores assalariados temporários dedicados exclusivamente ao trabalho na agricultura e trabalhadores temporários que eventualmente trabalham tanto no campo quanto na cidade (SORJ, 1980, p. 127-128).

Com a intensificação das relações capitalistas na agricultura e a permanência da concentrada estrutura fundiária o que assistimos na região em estudo é “o problema da expulsão do campo de pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores de base familiar e posseiros, culminando na expropriação destes trabalhadores” (ELIAS, 2000, p. 20). Mas a estrutura fundiária concentrada, que como bem afirmou

Silva (1994) acompanha o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, não significa um impedimento à produção de caráter familiar, pois “o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro” (OLIVEIRA, 1999, p. 106). Essa relação dialética baseia-se “... no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade” de reprodução e existência do campesinato (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

Diante do processo de reestruturação capitalista, o Baixo Jaguaribe é muito mais o espaço da destruição do que da recriação das relações de trabalho não-capitalistas, que, em diferentes escalas, estão inseridas no mercado. Ao mesmo tempo, esse processo vem impulsionando a expansão das relações de trabalho capitalistas onde a presença do assalariado é cada vez maior em relação aos parceiros, meeiros, moradores.



Foto 3 – Meeiro no cultivo de cebola (Poço Redondo-Russas)
Fonte: Alexsandra Muniz (2004).

Desse modo, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, a irrigação privada, os médios e grandes estabelecimentos rurais, as empresas agrícolas e as agroindústrias passam a ser o espaço de concentração da classe trabalhadora assalariada, quer seja a permanente quer seja a temporária, por meio do trabalho realizado tanto informalmente, na forma de diária ou *empeleita*¹⁵, quanto formalmente, de acordo com as normas da legislação trabalhista.

Entretanto, ao contrário do assalariado formal e sindicalizado¹⁶ que predomina na Chapada do Apodi e nas agroindústrias, nos espaços onde o processo de reestruturação ainda não chegou persiste o predomínio das relações de trabalho não-capitalistas, e as relações de trabalho capitalistas, quando ocorrem, são baseadas na informalidade.

Pelo exposto, conforme podemos concluir, um dos indicadores do impacto do processo de reestruturação nas relações de trabalho é a intensificação do trabalho agrícola informal na figura do trabalhador assalariado temporário, do diarista, do alugado, parceiro, entre outros, uma vez que expressam a crescente precarização das condições de trabalho daqueles que, despossuídos dos meios de produção, se submetem a todo tipo de situação, como as observadas em campo, quais sejam: atraso de pagamento, aumento da jornada de trabalho, péssimas condições de trabalho (como falta de instalações sanitárias, água potável, inexistência de material de proteção, como botas, luvas, bonés etc.), trabalho sem registro em carteira, portanto, privado dos direitos trabalhistas.

Segundo pudemos constatar na região do Baixo Jaguaribe, essa informalidade é mais presente no trabalho braçal, ou melhor dizendo, naqueles que não têm capacitação, mas detêm experiência empírica. Todavia, o oposto verificamos entre aqueles com maior nível de instrução e especialização, quase todos com registro em carteira.

¹⁵ “*Empeleita*”, termo bastante utilizado na linguagem do sertanejo, significa empreita, empreitada. Conforme Ferreira (1995), o termo empreitada quer dizer trabalho ajustado para pagamento global, e não a dias.

¹⁶ O trabalhador sindicalizado paga 2% do salário bruto. É mediante esta mensalidade, mais a arrecadada pela prestação de serviços aos trabalhadores autônomos os quais pagam 20% do salário mínimo, que o sindicato se mantém.



Foto 4 – Trabalhadores assalariados em empresa agrícola, município de Limoeiro do Norte

Fonte: Alexsandra Muniz (2004).



Foto 5 – Trabalhadores informais – Empreiteiros - Faezo – PIJA

Fonte: Alexsandra Muniz (2004).

Ante tal cenário, vislumbramos uma névoa em torno do futuro do trabalhador dotado de experiência e conhecimento empírico mas sem o domínio do técnico.

Ao mesmo tempo em que representa o novo no espaço rural, o assalariado formal reproduz a pobreza e exclusão daqueles que não têm outro meio de garantir sua reprodução, a não ser pela venda de sua força de trabalho.

Considerações finais

Para podermos falar em desenvolvimento na região, o aumento da produtividade e rentabilidade terão de ser “casados” com incrementos expressivos no nível de emprego não só da classe mais instruída, mas também daqueles com menos instrução, os quais constituem a grande maioria da classe trabalhadora. Ademais, as mudanças em curso devem vir acompanhadas de melhoria nas condições de trabalho, redução de horas trabalhadas e aumento de salários, além de uma redistribuição da renda nos diversos segmentos sociais.

Lamentavelmente, como mostra a realidade, diante do processo de reestruturação, a maior parte da população local se encontra alijada das benesses que favorecem uma minoria de grandes empresários rurais à custa da exploração da classe trabalhadora, obrigada a produzir mais, e que, por isso, passa a trabalhar mais horas por dia e se conformar com a exploração à qual se submete, muitas vezes por falta de consciência da própria situação em que vive. Assim, a maioria dos trabalhadores agrícolas são compelidos a trabalhar por um salário que não garante nem mesmo as mínimas condições de sua reprodução, dado o pequeno poder aquisitivo dos salários e a numerosa família a ser sustentada.

Destarte, o aumento da produtividade e da diminuição do tempo social necessário para a reprodução de valor da força de trabalho, o processo em curso, além de empobrecer a população local e impedir um verdadeiro desenvolvimento da agricultura, baseia-se, fundamentalmente, na intensa exploração dos trabalhadores que aumentam a produção da riqueza, mas ficam com uma parte cada vez menor do resultado do seu

trabalho. Isso pode ser medido, entre outras coisas, pelo valor dos salários e pela concentração de terra que persiste e se intensifica. Como sabemos, a concentração da terra traz a concentração da propriedade dos outros meios de produção (máquinas, benfeitorias etc.), do poder econômico, da renda e do poder político no meio rural. Em outras palavras, o resultado da monopolização do território pelo capital simultaneamente a uma concentração da renda e do poder econômico e político por parte de uma minoria que domina o meio rural se traduzem numa permanente dominação sobre ampla camada da população cujo trabalho é cada vez mais explorado.

Contudo, o que defendemos é que paralelamente à atração de novos investidores e do incentivo ao agronegócio é necessário haver políticas eficazes e eficientes voltadas para atender às demandas dos agricultores locais.

Se por um lado ocorre a descentralização das atividades econômicas, por outro lado se acentua a concentração de capital nos novos espaços da produção, que passam a ser também espaços para alocação da mão-de-obra e exploração do trabalho. Desse modo, mantêm-se as condições de dominação ao deixar a população dependente não mais apenas dos grandes latifundiários, mas também dos grandes empresários locais e extralocais.

Nesse sentido, o novo reproduz o velho, que se expressa, ainda, na estrutura fundiária concentrada agora nas mãos de grandes empresas, os novos perímetros, que de novo trazem somente o nome, mas a expropriação e exploração do trabalhador são antigas.

Assim, apesar de terem mudado os agentes da produção, uma vez que grande parte dos produtores passam a ser empresários e a propriedade passa a ser vista como uma empresa rural, os atores marginalizados do processo e dos resultados da reestruturação excludente delineada no meio rural são os mesmos.

Diante disso, urgem, entre outras iniciativas, a adoção de medidas capazes de garantir a ampliação das oportunidades de inclusão social da classe trabalhadora, assim como uma redistribuição da renda, do poder, dos direitos e dos deveres, mesmo que para isso seja preciso mudar

também a estrutura política e social vigente no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

DINIZ, A. S. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados no Nordeste. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral: UVA, ano 1, n. 1, 1999.

ELIAS, D. Modernização conservadora da agropecuária no Baixo Jaguaribe. *In*: **Propostas alternativas: Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural – I**. Fortaleza: Imopec, 2000.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Sul, o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural; Proposta Editorial, 1986.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MUNIZ, A. M. V. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências**.

2004. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. (Caminhos da geografia).

SILVA, J. G. da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRS, 1999.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

SOARES, H. dos S. Irrigação e desenvolvimento no Baixo Jaguaribe: as metamorfoses de um velho discurso. *In*: **Propostas alternativas: Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural – I**. Fortaleza: Imopec, 1999a.

_____. **A agricultura e reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte, Ceará**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999b.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SINGER, P. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

Uma análise da estrutura fundiária e dos determinantes do preço e uso de terras no Perímetro Irrigado Morada Nova¹

Francisco Kennedy Silva dos Santos

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar as implicações estruturais decorrentes do processo de modernização da agricultura no Perímetro Irrigado Morada Nova, Estado do Ceará, nas últimas três décadas, a partir da sua estrutura fundiária e dos mecanismos de obtenção de terras para a implantação do objeto de estudo. A opção por tais variáveis advém do reconhecimento dos impactos socioespaciais desenvolvidos desde a intervenção pública no perímetro irrigado.

Conforme se pode considerar, metodologicamente, a tradição da análise da modernização e do desenvolvimento fundamenta-se em algumas características herdadas do pensamento tradicional, nas quais operam as noções do todo como somatória de partes independentes. Esta tradição conforma-se na análise da agricultura ao estruturar alguns impasses interpretativos e diferentes paradigmas no tratamento da questão, como aponta Moreira (1995).

¹ Este texto teve como referencial a dissertação de mestrado do autor, intitulada Políticas públicas e reorganização do espaço: o caso do Perímetro Irrigado Morada Nova (CE), apresentada na UECE.

Assim, em muitos trabalhos, o processo de modernização da agricultura, segundo Souza (1997), acaba por ser considerado sinônimo de desenvolvimento, com típica simplificação da chamada teoria da modernização e do crescimento, cujo apogeu, no Brasil, ocorreu nos anos 1960 e 1970, quando os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico eram vistos como conseqüências naturais dos processos de crescimento e de modernização.

Para Buarque (1993), no Brasil, essa concepção de desenvolvimento foi forjada a partir da importação das teorias desenvolvimentistas elaboradas nos países centrais. Com isso a explicação da ausência de valores essenciais e conseqüentes problemas sociais decorrentes da pobreza que assolava, e ainda assola, a grande maioria da população brasileira foi dada com o argumento de serem estas conseqüências diretas de um atraso econômico.

Sem dúvida, diante dessa concepção de desenvolvimento, a agricultura passou por esse processo com a chamada modernização da agricultura, porquanto, como houve aumento do PIB agrícola e ganho de produtividade pelos cultivos que incorporaram as tecnologias trazidas pela modernização, houve aumento de divisas geradas pela ampliação das exportações de produtos agrícolas.

Contudo, os problemas nutricionais da população não se modificaram, e, até pioraram. Ainda mais grave, para implementação do processo de modernização, foi, segundo Buarque (1993), a necessidade de desapropriar e concentrar a propriedade da terra, com conseqüente desemprego das populações camponesas, migrações em massa e queda no nível de vida das populações. Ao mesmo tempo, verificou-se o enriquecimento tanto das empresas que utilizavam o avanço tecnológico como dos setores da indústria a montante e a jusante da agricultura, além da concentração de capital pelos setores de financiamento e comercialização. Tal fato é bastante perceptível ao se analisar a gênese da política de irrigação do Nordeste, em especial no Estado do Ceará, onde os pacotes de políticas tiveram como proposta inicial a desapropriação de significativo número de famílias para a implantação de projetos de irrigação, a exemplo do Projeto Morada Nova.

Diante disso, é preciso interpretar a realidade da agricultura conforme uma concepção de desenvolvimento na qual o dinamismo do processo econômico não seja focado como meta, mas sim como meio, submetido e condicionado aos objetivos sociais, e não ao contrário, de acordo com o destacado por Brum (1990), Buarque (1993) e Furtado (1999).

Na década de 1990, têm-se observado importantes mudanças no tratamento teórico da questão agrária, como produto de transformações significativas no processo de reprodução da agropecuária, no âmbito das novas condições da economia de mercado, segundo ressaltam Jones e Bressan (1999), além da desregulamentação de vários segmentos agrícolas (cana-de-açúcar, leite, trigo etc.) e da menor participação do Estado como agente financiador do setor agrícola. Para esses autores, gradativamente, diante da crescente falência das antigas (e algumas vezes dogmáticas) interpretações das hipóteses acerca das tendências da organização e do desenvolvimento da agricultura, buscam-se as formulações de novas hipóteses e/ou a descoberta de novas especificidades, que dessem conta, teoricamente, das mudanças pelas quais passa o processo de produção agropecuário no atual estágio de desenvolvimento econômico.

Existe uma série de fatores estruturais e conjunturais que impõem um limite ao processo de modernização. No caso brasileiro, consoante já se verificou, a política agrícola discriminatória, implementada nos últimos quarenta anos, integrante da lógica de reprodução do capital, é um desses fatores. Além disso, há de se considerar a estrutura social e fundiária e o desenvolvimento do setor não-agrícola.

Sobre a estrutura fundiária, segundo destaca Sorj (1980), o desenvolvimento da agricultura é parte de um processo mais amplo de expansão da indústria de insumos para a agricultura e da indústria processadora de alimentos. Nesse quadro, como evidenciado, uma reforma não atinge apenas um grupo de privilegiados latifundiários. É o conjunto da estrutura industrial, da lógica de acumulação capitalista, na qual a agricultura está integrada, que está em questão no caso de uma modificação profunda da estrutura agrária.

Para Muller (1993), a tendência à generalização do modo moderno de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso ao crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, e alterou-lhes seu caráter: “Não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano – modernização tecno-econômica e social – o que nos permite falar de pobreza moderna” (MULLER, 1993, p. 40).

Assim, apesar de não ter se estendido a todas as regiões, cultivos e categorias de produtores rurais, os impactos, positivos e negativos, causados pelo processo de modernização, se fizeram sentir em toda a agricultura brasileira.

A política de irrigação implantada pelo Estado via Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) contribuiu diretamente para o surgimento de novas relações de trabalho na agricultura cearense, em especial nos anos 1970. Portanto, esta tendência à generalização do modo moderno de produzir impôs alterações na composição da mão-de-obra empregada no campo, e promoveu a combinação entre a mão-de-obra permanente e temporária, além de conservar e reproduzir, em atividades tradicionais, relações de trabalho não tipicamente capitalistas, como é o caso do trabalho familiar e da parceria.

Sobre este aspecto, conforme observou Martins (1981, p. 214), “Não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, (...) como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capitalista, embora o sejam, (...)”. Não podemos esquecer jamais que o modo capitalista de produção não se circunscreve à produção; ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadoria por dinheiro.

A pobreza resultante da modernização brasileira não tem sua origem na própria atividade agrária moderna, mas sim na dinâmica sociopolítica, que tem dado incentivo à concentração fundiária, ao viabilizar a exclusão – pauperização e semiproletarização – dos pequenos produtores tradicionais e possibilitar a integração de tecnologia moderna numa camada de proprietários médios, levando à concentração e capitalização desses.

Aos grandes proprietários foi possível a canalização dos recursos da modernização agrícola em razão de seus interesses, muitas vezes movidos por caráter especulativo, beneficiados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado no país.

Neste sentido, segundo Muller (1998), as políticas de crédito generosas, os subsídios à compra de máquinas e de insumos modernos e mesmo boa parte do esforço de mudanças tecnológicas têm beneficiado prioritariamente esses grupos. Com isso elas vêm contribuindo fortemente para um aumento na concentração da renda rural, tanto em termos pessoais como regionais. Como são os grandes agricultores, as empresas rurais e os especuladores fundiários os que mais acesso têm às políticas de incentivos, são eles que mais lucram.

Um olhar para o Perímetro Irrigado Morada Nova

No começo dos anos 1970, com os governos militares, entraram em vigência os planos nacionais de desenvolvimento, os quais, além das políticas macroeconômicas de âmbito nacional, contemplaram vários programas de desenvolvimento específicos. Assim, em meio à seca verificada no início da década, o governo militar de Emílio Médici lançou o Programa de Integração Nacional (PIN), no intuito de, além de aproveitar os vales úmidos da região com a utilização da irrigação, integrar mais acentuadamente o Nordeste ao mercado nacional, em especial ao capital industrial de insumos agrícolas, mais desenvolvido no Centro-Sul do país. Acentuava-se nas políticas de desenvolvimento agrícola da região o processo de modernização da agricultura, em um período de crescente centralização das decisões sobre a região Nordeste na esfera federal.

Diversos estudos demonstraram ampla possibilidade de irrigação nos vales e tabuleiros nordestinos. Entre estes merecem destaque os produzidos pelo Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (Geida), nos anos 1960, que combustanciaram em 1971 o pormenorizado relatório intitulado Programa Plurianual de Irrigação (PPI), uma espécie de plano diretor, em nível nacional, para a agricultura irrigada no Brasil, com ênfase especial ao Nordeste.

A irrigação passa, então, a ser o eixo central de uma política que visava promover a criação de projetos de assentamento, onde os colonos receberiam lotes irrigados. Assim, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), foram criados diversos projetos públicos de irrigação em toda a região Nordeste.

Um dos primeiros perímetros públicos irrigados a surgir localizou-se na microrregião do Baixo Jaguaribe no Estado do Ceará, sob a gerência do Dnocs. Instituiu-se, então, o Projeto de Irrigação Vale do Banabuiú, no qual está contido o Projeto Morada Nova, denominação pela qual ficou conhecido. Por ser um dos mais antigos e de maior porte, tornou-se o grande vetor para o desenvolvimento das forças produtivas na região do Baixo Jaguaribe, tanto em nível estadual, como regional e nacional. Sua gênese se deu com os relatórios produzidos pelo Grupo de Estudos do Vale Jaguaribe (GEVJ), coordenados pela Sudene no período de 1961-1965, que viram na irrigação uma alternativa para atender aos objetivos de fortalecimento da economia regional em face das secas.

A área do Perímetro Irrigado Morada Nova está inserida nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, mais especificamente no subvale Banabuiú, a 170 km de Fortaleza, com sua maior área encravada no município de Morada Nova. Pertence à bacia do rio Jaguaribe, a mais importante do Estado do Ceará e uma das maiores do Nordeste, 73.000 km². O acesso ao perímetro irrigado é feito pela Rodovia Federal BR – 116 até o Km 90, e, em seguida, pela Rodovia Estadual CE – 138.

Em 1998, a área inicial desapropriada correspondia a 11.025,12 ha. Destes, 6.692,12 ha eram classificados como área de sequeiro e 4.333,00 ha como área irrigável. Da área irrigável foram implantados 3.737,00 ha dos quais 3.677,00 ha ocupados por irrigantes. Atualmente, de acordo com o Dnocs, restam 596 ha, utilizados por trabalhadores temporários residentes fora do perímetro. Esta área está localizada nos distritos de Lagoa Grande e Pedras, pertencentes ao município de Morada Nova.

Em virtude de os projetos de irrigação representarem uma possibilidade de mudança na estrutura fundiária do semi-árido, via desapropriação de terras nas bacias de irrigação, as forças conservadoras cearenses, representadas pelos latifundiários defensores da manutenção da agricultura de sequeiro, reagiram e passaram a coordenar tais projetos.

As principais alegações das forças conservadoras para combater os projetos de irrigação referiam-se ao elevado custo de tais empreendimentos. Em razão disso, os governos estaduais do Nordeste passaram a privilegiar a irrigação privada. Posteriormente, surgiu o incentivo federal a este mesmo tipo de irrigação, por meio do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas Nacional).

Nesse esforço de atuação governamental foram intensificados investimentos com infra-estrutura hidráulica voltada para a irrigação, principalmente no semi-árido e nas várzeas, direcionadas à iniciativa privada e à pequena produção para expandir a agricultura irrigada e integrá-la à agroindústria por meio da ação de órgãos de assistência técnica, cujo objetivo seria a integração dos agricultores às modernas técnicas de irrigação.

Ao Dnocs, como órgão especializado em obras hidráulicas, competia a responsabilidade de controlar os usos da água com vistas a promover o desenvolvimento ordenado de suas potencialidades em benefício das populações interioranas, na melhor forma de otimizar a rentabilidade econômica e social dos investimentos.

A estratégia de ação do Dnocs no Perímetro Irrigado Morada Nova estava orientada no sentido de conferir prioridade à valorização econômica do trabalho agrícola da região, passo necessário à sua integração às comunidades produtivas e ascensão social. Nessa estratégia, via-se a implantação de uma economia de mercado no setor agrícola, principalmente por meio da agricultura irrigada, combinada a ações integradas nas propriedades rurais, tendo como base o desenvolvimento dos recursos hídricos.

A sistemática adotada pelo Dnocs para execução da obra de implementação do Perímetro Irrigado Morada Nova partiu da desapropriação das áreas previamente estudadas por empresas consultoras, também contratadas para elaborar o planejamento propriamente dito. A etapa de execução compreendia desde as devidas informações à realização da sistematização das terras, construção de infra-estrutura de irrigação, equipamentos comunitários, residências dos colonos e tudo mais necessário ao funcionamento do perímetro.

Além do acompanhamento e coordenação dos estudos e obras, cabia ao Dnocs a seleção, treinamento e assentamento dos colonos, a operação e administração diretas da estrutura hidráulica, bem como a supervisão das tarefas das cooperativas. Foi pela difusão de novas tecnologias e insumos que o Dnocs controlou toda a cadeia produtiva, com restrição de algumas culturas, mesmo diante da então Revolução Verde assistida no cenário nacional nos anos 1970, palco de efervescente processo de modernização. Todo este processo originou um conjunto de fatores que facilitaram um retrocesso nos níveis de aumento de produção e produtividade dos perímetros, que teve por conseqüências desequilíbrios tanto econômicos quanto sociais refletidos no território.

Ultrapassada a etapa do processo seletivo, iniciou-se o assentamento dos irrigantes, acompanhado do funcionamento dos perímetros irrigados. Nesta fase, a atuação do poder público deveria ter como meta a autogestão dos perímetros. Isto pressupôs possibilidades de participação dos irrigantes nas decisões que os afetavam. No entanto, segundo Bursztyn (1985), os perímetros públicos de irrigação foram implantados e geridos sem a contribuição direta dos agricultores irrigantes. O paternalismo, que cria forte vínculo de dependência dos colonos ante o poder público, marcou a atuação do Dnocs quanto ao assentamento dos irrigantes em seus respectivos projetos de irrigação, e encontrou nos agricultores assentados, sem vínculos anteriores entre si, um terreno propício para a reprodução do capital.

De acordo com Diniz (2002), as comunidades formadas nos perímetros irrigados seguiam regras estabelecidas alheias à participação dos irrigantes nas decisões referentes à organização interna do perímetro.

Nesse contexto, a prática paternalista teve por característica o tratamento individual dos irrigantes, do processo seletivo às formas de uso e propriedade de terra, passando pelo tipo de resolução dado aos problemas do cotidiano do perímetro. O paternalismo, além de ter propiciado o controle total dos órgãos públicos sobre a vida e a produção dos colonos, garantiu-lhes certa proteção contra os reveses do mercado, onde eles nem sempre conseguiam colocar sua produção. Desse modo, a presença ostensiva do Estado nos perímetros inibiu não só a plena capacitação dos irrigantes na gestão do seu lote como a formação de entidades fortes e representativas capazes de, efetivamente, romper os limites das soluções individuais dos problemas de cada um, e tratá-los coletivamente.

Pensar a estratégia dos órgãos executores do Programa de Irrigação do Nordeste, em especial do Dnocs, é entender que as características das ações marcam a intervenção estatal desde o seu início. Segundo Silva et al. (1989), na desapropriação da área necessária à implantação de perímetros irrigados não existiu uma garantia de retorno para os pequenos produtores desapropriados, pois estes tiveram de competir em igualdade de condições com os outros candidatos, aptos a preencher melhor os critérios do processo seletivo.

Nesse processo, a intervenção do Estado implicou a desarticulação das comunidades existentes nas áreas desapropriadas. Estas comunidades, como tais, não foram reaproveitadas pelos projetos.

Conforme Bursztyn (1985), o Dnocs adotou uma política de desenvolvimento do cooperativismo no sentido de implementar maior participação dos associados. Isto se tornou muito difícil em face do baixo nível de educação dos cooperados. Mencionada ação partiu do próprio paternalismo imposto pelo Estado, o qual alcançou as próprias formas de organização dos irrigantes e resultou na articulação como foram criadas e mantidas essas entidades: associações ou cooperativas.

Estrutura fundiária e o preço da terra

Para se entender a dinâmica fundiária do Perímetro Irrigado Morada Nova tomou-se a princípio o estudo das formas de arrecadação de terras² e posteriormente a análise dos determinantes do preço da terra³ na área de estudo.

Na análise dos mecanismos de arrecadação de terras, procurou-se enfocar os principais aspectos e impactos da intervenção pública na obtenção do recurso fundiário para instalação do perímetro de irrigação. Convém destacar, desde logo, que o papel assumido pelo Estado não correspondeu às justificativas de programas de interesse social predominante. Como observado, a ação pontual e localizada das intervenções não vem causando impactos positivos expressivos para a transformação da estrutura fundiária e para o desenvolvimento social da área em estudo.

Consoante Silva et al. (1989), a ação do Estado na obtenção das áreas necessárias aos estabelecimentos dos projetos de irrigação, especialmente daqueles que envolvem a construção de grandes barragens, deslocou um contingente populacional das áreas atingidas. Para o Projeto Morada Nova foram deslocadas cerca de 3 mil famílias. Estas famílias ocupavam uma área aproximada de 11.025,12 ha, no total de 1.368 estabelecimentos com área média de 6,3 ha.

Nos dados obtidos diretamente junto ao Dnocs, o maior número de estabelecimentos que constituem, em 2004, o Perímetro Irrigado Morada Nova estão situados na categoria de 0 a 10 ha e totalizam 782 estabelecimentos, enquanto três estão localizados no estrato de 10 a 100 ha.

² Segundo Silva et al. (1989, p. 89), a arrecadação de terras dentro do contexto da Política Nacional de Irrigação é entendida como “o conjunto de mecanismos utilizados pelo Estado para obtenção e legitimação de áreas selecionadas com o objetivo da implantação de perímetros de irrigação”.

³ O preço da terra é compreendido aqui seguindo uma lógica dos estudos de Chayanov (1981, p. 142), no qual ele afirma que “se o arrendamento de terra e um mercado de terra livre se desenvolvem sobre circunstâncias não-capitalistas, naturalmente a capitalização da renda não pode determinar os preços da terra, já que a própria categoria de renda não existe. Não obstante, num mercado monetário de terra as propriedades não mudam de mãos sem pagamento”.

De acordo com Silva et al. (1989), em 1979 os 1.368 estabelecimentos desapropriados foram rearranjados e o número diminuiu para 519 propriedades com área média de 16 ha. A partir de 1980 estes estabelecimentos sofreram um processo de fragmentação com base no qual aumentaram em número e diminuíram em área. A área média de cada estabelecimento passou a ser de 4,64 ha.

O descompasso existente entre a desapropriação de terras de boa qualidade situada nestes estratos e sua efetiva utilização tornou ociosa grande parte destas, e diminuiu o volume de produção. Este, se antes era baixo, hoje é praticamente nulo em decorrência da sua não utilização.

Na área de estudo, os problemas encontrados na arrecadação de terras não advieram, em sua maioria, da fragilidade dos instrumentos utilizados na intervenção por parte do Estado. As exigências de ordem técnica ou financeira foram secundárias e dependiam muito mais dos objetivos e metas que o poder público se propôs a atingir, enquanto os entraves decorreram da atuação ambígua do Estado, que tornou incompatível sua necessidade de legitimação ante as fontes de poder local e regional.

Como menciona Sorj (1980), a natureza capitalista e cartorial do Estado e sua atuação clientelística, que favorece sempre grupos determinados, implicou a falta de unidade da intervenção fundiária no Perímetro Irrigado Morada Nova, seja entre os órgãos, seja entre as cooperativas de irrigantes, seja em relação aos diferentes agentes atingidos.

A ação do Estado, via desapropriação por atividade pública ou interesse social, tem sido legitimada e justificada em duas situações, como apontam Silva et al. (1989, p.49): “(a) na constatação da relevância de uma obra em benefício de uma coletividade não individualizável; (b) na redistribuição de bens que revertam em prol de um determinado grupo em situação social desprivilegiada”.

A existência de significativo número de posseiros na área desapropriada para o Projeto Morada Nova não suscitou, nos órgãos públicos, uma preocupação conivente com a integração efetiva das famílias

no projeto ou com o justo ressarcimento dos danos por elas sofridos com a desocupação da terra. De fato, o que ocorreu foi uma seleção arbitrária realizada pelo Dnocs. Das famílias desalojadas no início da década de 1970 poucas retornaram para sua área.

Nos últimos dez anos, o observado no perímetro é uma tendência de crescimento do número de vendas do uso de lotes, propiciando a entrada de particulares não submetidos ao processo seletivo. Esta prática tem gerado uma concentração da área por uma minoria de particulares.

Conforme informações obtidas junto ao Dnocs, a prática dos desapossamentos foi comum no perímetro, e pode ser notada nas planilhas de controle de indenização: há o pagamento da terra e benfeitorias, no caso da propriedade, e somente das benfeitorias, no caso das posses, sendo estas transferidas, mediante cessão de direitos, ao órgão público.

Na área do projeto, a política de intervenção pública via arrecadação de terras limitou-se à aplicação dos mecanismos legais existentes e deixou de lado a real confrontação com problemas concretos dos produtores afetados. A intervenção em áreas ocupadas por pequenos proprietários e posseiros com titulações precárias ou inexistentes em relação ao uso da terra exigiu a adoção de um mecanismo de ajuda para o aproveitamento desta população no próprio projeto executado. No entanto, o grau de distorção foi bastante elevado, haja vista que o número de famílias realocadas para o perímetro não chegou a 20% dos desabrigados, como aponta Lima (1990).

A obtenção da área para instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova sob a forma de desapropriação, desapossamento público demonstrou a fragilidade das populações atingidas por estas intervenções, evidenciada pelo número cada vez maior de pequenos proprietários, posseiros, moradores e trabalhadores que desocuparam suas áreas de origem sem o devido ressarcimento pelo dano sofrido e pelo favorecimento de particulares, beneficiados direta e indiretamente pelos investimentos públicos, desvinculados de um projeto mais integrado e amplo de reestruturação fundiária da área estudada.

Segundo Silva et al. (1989), anteriormente à construção dos projetos e obras de irrigação, o principal papel da terra no mercado residia no poder público conferido a seus proprietários. Entretanto, a estruturação de um mercado de terras pela influência dos projetos públicos permitiu uma transformação nesta forma de retenção da terra, que passou de mero patrimônio a um ativo econômico. O poder público passou a ser determinado a partir da produção agrícola irrigada e em razão das aplicações de capitais, e não apenas pela propriedade da terra em si.

Como observado, o Projeto Morada Nova teve um impacto institucional caracterizado por um movimento no preço da terra que, em geral, apresentou o seguinte sentido: elevação quando do anúncio da obra, queda no período de desapropriação e elevação após a instalação do projeto (Perímetro Irrigado Morada Nova).

Algumas áreas de influência do projeto de irrigação pública Morada Nova, apesar de terem sofrido o impacto de sua instalação, não tiveram seu mercado de terras estruturado, ou este foi estruturado por outras causas. Consoante Carvalho (1988), por estruturação do mercado de terras entende-se sua conversão de um simples meio de produção (cujo preço é determinado em razão da acumulação patrimonial e da produção de subsistência) em uma mercadoria negociada em função de expectativas produtivas e especulativas de agentes que levam em conta, também, os retornos do mercado financeiro.

Para Carvalho (1988), o mercado fundiário estruturado torna-se subordinado ao capital. Isto faz com que a apropriação de terras seja guiada pelas mesmas expectativas que regem a valorização do capital, além de eliminar as formas extraeconômicas de apropriação e utilização da terra.

A subordinação da terra ao capital, ao se transformar em ativo financeiro, induz seu preço a se formar a partir da interação de quatro determinantes gerais: “As expectativas de ganhos produtivos com o uso da terra; os movimentos da taxa de juros; as expectativas de valorização do uso da terra e os gastos governamentais” (SILVA et al., 1989, p. 93).

A despeito da desapropriação da área do Projeto Morada Nova ter se dado no início dos anos 1968, foi só após a instalação do perímetro de irrigação que, efetivamente, estruturou-se um mercado de terras. De acordo com informações do Dnocs, ainda não se impuseram mudanças significativas no uso e na apropriação das terras do Perímetro Irrigado Morada Nova. O preço da terra ainda não se estabelece a partir da interação das quatro determinantes antes mencionados, mas compras esporádicas de terras afetam drasticamente o mercado local do perímetro. Embora o desenvolvimento prévio das forças produtivas e a regularização jurídica das propriedades da área de estudo tenham sido bastante razoáveis no passado, o maior obstáculo atualmente à dinamização do mercado da terra é a crise do arroz, sua principal cultura.

O arroz no perímetro está profundamente vinculado à estrutura pretérita da produção e ação do capital comercial. Segundo Coimbra (1986, p. 89), “a prática da irrigação não foi capaz de romper essa estrutura e, por isso mesmo, não contribuiu para estruturar um mercado de terras e nem mesmo um novo mercado de produtos”.

Entretanto, a efetiva estruturação do mercado de terras tem como determinação a formação de um mercado moderno de produtos viabilizado, em grande medida, não apenas pela irrigação mas pela ação de grupos políticos que conseguem se apropriar das ações do Estado na direção da modernização agrícola, rompendo com as forças tradicionais persistentes no local. Neste processo, a propriedade da terra em si mesma tem sua importância diminuída na determinação do poder político local, cedendo espaço aos grupos empresariais à frente do capital produtivo e das cadeias de comercialização, como aponta Coimbra (1986).

Em geral, as áreas de lavoura do Perímetro Irrigado Morada Nova estão próximas aos canais de irrigação. Assim, o maior crescimento do preço da terra nas áreas de lavoura pode ser explicado pela sua valorização decorrente da implantação da infra-estrutura da irrigação. Quase sempre as áreas de campos são distantes da infra-estrutura de irrigação, portanto, estas áreas são pouco influenciadas pela irrigação. Isto explica o fato de não haver, segundo Lima (1990), diferença significativa entre as taxas de crescimento do preço da terra das duas áreas citadas.

O período situado entre os anos de 1979 e 1983 foi marcado pela ocorrência de seca no Nordeste. Neste período o preço da terra, como aponta Lima (1990), tanto nas áreas de lavouras como nas de campos, caiu no perímetro. Somente a partir de 1990 foi constatado significativo crescimento.

Com a crise de água no final dos anos 1990 os preços voltaram a cair, e atualmente, devido a diversificação da cadeia produtiva quanto às categorias de produtos comercializados, já se percebe expressivo aumento.

Em 1960, o Índice de Gini⁴ para o município de Morada Nova era de 0,322. Esse índice evoluiu para 0,566 em 1970 com a implantação do Perímetro Irrigado Morada Nova. A evolução da estrutura fundiária pode ser um indicador de forte relação entre as especulações em torno dos investimentos públicos em infra-estrutura de irrigação e a elevação do índice de concentração fundiária, como constata Lima (1990). Isto foi motivado pelo anúncio dos investimentos do Estado, que teria provocado a valorização e estimulação da compra de terras, principalmente das pequenas e médias propriedades próximas às áreas de instalação do perímetro, resultando em uma elevação deste índice.

Ainda segundo Lima (1990), o Índice de Gini para o município de Morada Nova em 1980 correspondia a 0,633, e evoluiu para 0,752 em 1985. Isto pode ser explicado por ter este coincido com a seca de 1979-1983, quando foi grande o movimento migratório no município e principalmente no interior do perímetro.

No perímetro, alguns irrigantes venderam o direito ao uso dos lotes ou os abandonaram em busca das cidades. A incorporação desses lotes por outros irrigantes ou particulares resultou no crescimento da área média dos estabelecimentos e na elevação do Índice de Gini.

⁴ O Índice de Gini é um indicador do grau de desigualdade em determinada distribuição, assumindo valores que vão de zero à unidade. No caso da distribuição da propriedade agrária, este índice é considerado zero quando a concentração é nula, e é considerado um quando a concentração é absoluta. Mais detalhes sobre a metodologia de cálculos do Índice de Gini podem ser encontrados em Gastwirth (1972). Segundo Câmara (1949, p. 56), um critério arbitrário de classificação do Índice de Gini pode ser obtido da seguinte forma: “0,000 a 0,100 – concentração nula; 0,101 a 0,250 – concentração nula e fraca; 0,251 a 0,500 – concentração fraca e média; 0,501 a 0,700 – concentração média e forte; 0,701 a 0,900 – concentração forte e muito forte; 0,901 a 1,000 – concentração muito forte e absoluta”.

Segundo informações colhidas diretamente no perímetro via Dnocs, no ano de 2001 o Índice de Gini no município chegou a 0,799 em virtude da crise de água e da falta de incentivos governamentais, e conseqüente afastamento de grande número de famílias do perímetro. Atualmente, com o retorno da produção, nota-se um aumento no número de famílias no perímetro, mas estas não são irrigantes e sim trabalhadores temporários que estão residindo em alguns lotes habitacionais abandonados pelos irrigantes em decorrência da mencionada crise e de desequilíbrios naturais no final dos anos 1990.

Considerações finais

O Estado capitalista tem progressivamente investido e contribuído para a organização do espaço. Nesse sentido, a atuação do Estado se deu em termos de extensão da legislação e serviços sociais às populações rurais e do controle das instituições sindicais pelo governo.

Desse modo, conforme se percebe, o Estado se coloca a serviço do domínio econômico e financeiro, e representa, de certa forma, o suporte de sustentação do modelo econômico explorador, concorrendo decisivamente para o processo de exclusão social de significativa parcela dos trabalhadores rurais, concretizado principalmente na expropriação territorial.

A transformação do espaço, promovida pelo Estado via construção de um perímetro irrigado, e a chegada dos assentados significam para o lugar o advento da modernização. A modernização, marcada pelo desenraizamento e o constante surgimento de novos objetos e tecnologias, impõe a intensificação do processo produtivo, a se traduzir na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos destinados a elevar a produção do trabalho.

Uma das primeiras mudanças decorrentes da instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova, no início dos anos 1970, foi a reorganização do espaço mediante fragmentação de uma área de 11.025,12 ha. Em 1970 esta área foi dividida em lotes agrícolas com média de 5 ha, distribuídos entre famílias, diferenciando-se da região cujas propriedades

variam entre menos de 10 ha e mais de 10.000 ha, embora exista ainda uma infra-estrutura montada e os canais de irrigação, formando uma rede, que servia aos lotes, e uma malha viária a interligar todos os lotes do perímetro, assim como as residências.

Outra mudança foi o surgimento do colono ou irrigante em substituição ao pequeno produtor. Isto representou um novo agente na organização socioespacial do sertão, pois nesta sociedade, caracterizada pela dominação coronelista, não havia lugar para a classe média ligada à produção. No perímetro, os atores sociais mais característicos eram, como no restante do sertão, os latifundiários, os pequenos proprietários, os parceiros, os arrendatários e um pequeno contingente de assalariados rurais.

O quadro histórico, no qual a estrutura social podia ser resumida pelo binômio latifúndio-minifúndio, tinha sua existência assegurada pela ação conservadora do Estado.

A partir da intervenção direta do Estado via Dnocs, os irrigantes se adaptaram aos mecanismos impostos e constituíram uma categoria social bem diferenciada da estrutura tradicional. Sua denominação – irrigantes – torna-se um imperativo não só para a análise teórica, mas também para o cotidiano das relações sociais em nível local, da mesma forma que as expressões latifundiário, camponês, meeiro, morador etc foram consagradas.

As novas relações de trabalho estabelecidas dentro do Perímetro Irrigado Morada Nova se configuram como mudanças na vida do irrigante em detrimento dos mecanismos de regulamentação de um mercado de terras. Nas antigas relações entre o dono da terra e o produtor rural, este se apresentava na condição de pequeno proprietário, meeiro, parceiro, arrendatário ou morador, o que permitia certa independência na escolha do produto a ser cultivado para subsistência.

No relacionado à rentabilidade dos lotes do perímetro quanto à valorização da terra, conforme se pode constatar por meio de pesquisa direta com alguns colonos, a implantação do perímetro permitiu maior influência na elevação dos seus preços em áreas de lavouras, principalmente as declarantes do uso de irrigação.

Segundo evidenciado, a ação indutora do Estado teve reflexos não somente na base técnica e estrutura produtiva. Outros aspectos da realidade agrária, como a estrutura fundiária, também se transformaram ao longo da intensificação da modernização agrícola do Perímetro Irrigado Morada Nova. Pôde-se destacar um processo de minifundização a partir dos menores estabelecimentos – os lotes irrigáveis – que cresceram em número de unidades até o final dos anos 1980 a um ritmo mais acelerado que seu incremento em área, paralelamente à expansão da área ocupada pelas maiores propriedades. No entanto, a partir de 1990 a área dos lotes passou por um processo de expansão, ao se incorporar a outros estabelecimentos ou a áreas não implantadas.

Referências

- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BUARQUE, C. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1985.
- CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico do IBGE**, Rio de Janeiro, v. 77, p. 516-528, 1949.
- CARVALHO, O. de. **A economia, novas políticas do Nordeste: suas irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-136.
- COIMBRA, F. G. **Análise sócio-econômica do Projeto de Irrigação Morada Nova-CE em relação à estratégia de desenvolvimento rural**

integrado. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1986.

DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. *In*: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização excludente**. Fortaleza: D. Rocha, 2002. 160 p.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASTWIRTH, J. L. The estimation of the Lorenz curv and Gini index. **The review of economios and statistics**, Greenwich, v. 54, n. 3, p. 306-316, 1972.

JONES, A. S.; BRESSAN, M. Organização da produção independente e reforma agrária: possibilidades da cooperação produtiva. *In*: AGUIAR, D. R. D.; PINHO J. B. **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Brasília: SOBER, 1999.

LIMA, R. C. **Impactos do Programa de Irrigação Pública do Nordeste na estrutura agrária em sua área de influência**: o caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova – CE. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar no capitalismo**: formas sociais em mutação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (Mimeogr.).

MULLER, C. C. A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil. *In*: VIEIRA, A. P. **Política agrícola**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

MULLER, G. **Nosso agrário verde-amarelo**: contabilizando heranças e sugerindo uma estratégia. **Rascunho**, Rio Claro: UNESP; IGCE, n. 27. 1993.

SILVA, J. G. da et al. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. São Paulo: UNICAMP, 1989. 130 p.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, H. R. de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberação comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 499-518, out./dez. 1997.

Construcción del espacio político a través de las prácticas locales: Bajo Jaguaribe y la política de recursos hídricos de Ceará

Andrea Ballestero

El espacio se construye y re-configura a través de las prácticas que en él, o a la distancia, impactan su (des)organización. En primera instancia, pensar en el espacio de esta forma nos refiere a la idea de espacio geográfico, reconocido como resultado de la interconexión entre flujos económicos, políticos y culturales. Por lo tanto, lo aceptamos como socialmente construido; no como independiente de las sociedades que lo ocupan. Aunque este concepto inicial nos lleva a considerar el espacio geográfico como construido a través de las prácticas que en el mismo se desenvuelven, la globalización nos ha enseñado que, eventos distantes geográficamente, adquieren relevancia en la re-constitución de un espacio como Bajo Jaguaribe. Otro espacio, coexistente con el geográfico, es el espacio político, el cual, entendido como un producto local, ha recibido menos atención.

El espacio político tiende a ser identificado exclusivamente con el Estado en ciertos sistemas administrativos como el Brasileño en los cuales la administración pública ejerce y acumula un capital simbólico de grandes dimensiones. Por ello, mayoritariamente los estudios sobre participación social y descentralización se han concentrado en presentar las tensiones existentes entre el nivel de cuenca hidrográfica y el nivel Estatal o Federal. Sin embargo, son escasos los estudios que focalizan su interés en comprender las dinámicas de la implementación de una política Federal o Estatal a nivel local. Es en este último nivel en donde podemos evaluar efectivamente hasta qué punto la participación social ha madurado como un instrumento político.

Tomar un enfoque de este tipo contribuye a visibilizar las complejidades a través de las cuales se construye el orden político en una región específica. Dicha complejidad se da cuando los factores involucrados están relacionados pero no suman linealmente, cuando es difícil ordenar secuencialmente en el tiempo los eventos que determinan una situación (MOL; LAW, 2002, p. 1). En situaciones complejas resulta apropiado entender la realidad política local como un ensamblaje dinámico que no es una aplicación directa y limitada de una política pública. Esta comprensión de la realidad política local como un ensamblaje posibilita visualizar las contingencias que implica el hecho que la sociedad está configurada por una serie de prácticas situadas en un espacio y tiempo definidos, más que por el reflejo de una lógica omnipresente que informa todas las acciones que los actores ejercen desarrolladas en los ámbitos políticos, productivos y culturales.

Sin embargo, aún cuando las prácticas no corresponden a una lógica pre-definida (BOURDIEU, 1990), a la hora de analizar la realidad, no como un proyecto académico sino en nuestro diario actuar, notamos que constantemente estamos construyendo argumentos que otorgan unidad simbólica a una realidad que es en esencia desorganizada. Por ello, las prácticas que componen la sociedad reflejan cierto grado de unidad simbólica, aún cuando ésta funcione más como una etiqueta de contenidos variados y no como un conjunto de significados que funcionan íntegramente como una unidad. Entonces, si los espacios geográficos y políticos como categorías de análisis son producidos a través de las prácticas, y si las prácticas son específicas a un tiempo y espacio y no están orientadas por una lógica macro que las define a priori, entonces, cómo podríamos entender nuevas formas de re-configuración del espacio en Estados como Ceará, y particularmente en regiones como Bajo Jaguaribe?

En este artículo ensayamos una respuesta a dicha pregunta que pretende construir una perspectiva que no es comúnmente abordada. Proponemos comprender la re-configuración del espacio geográfico a través de la re-configuración del espacio político local en el gobierno del agua en Bajo Jaguaribe la cual ha sido desencadenada, entre otros factores, por la implementación de la reforma del sector hídrico Cearense impulsada en

los años 90's. Para ello utilizamos la teoría de práctica (BOURDIEU, 1990; GIDDENS, 1984) para revisar los procesos a través de los cuales la política de recursos hídricos del Estado de Ceará ha adquirido cuerpo, materialidad y movimiento. Nuestro propósito no es hacer un diagnóstico integral de las prácticas políticas existentes en Bajo Jaguaribe, sino dirigir la atención hacia algunas de esas prácticas, las cuales están re-posicionando parte de la energía social en actores previamente clasificados como de escaso poder económico o dominio directo sobre el espacio geográfico. Esta re-distribución de la energía política local ha dado como resultado una inicial y tímida participación de actores tradicionalmente excluidos de la institucionalidad política y las dinámicas productivas que generan mayores ingresos en la región.

Para lograr dicho objetivo en el presente artículo pretendemos concentrarnos en una de las partes de la política de recursos hídricos impulsada en los 90's que ha sido presentada por el Estado y por organismos multilaterales como el Banco Mundial, como un éxito en la democratización del gobierno del agua en América Latina: los mecanismos de participación social para la toma de decisiones sobre gestión de agua. Bajo Jaguaribe resulta icónico en este proceso no sólo porque las primeras acciones para promover la participación social tuvieron lugar allí, sino también porque es en esta región donde con mayor intensidad se están desarrollando actividades productivas orientadas a la exportación principalmente en forma de fruticultura y producción de camarón. Al mismo tiempo, es en Bajo Jaguaribe donde la sociedad civil se ha apropiado de mayor espacio político en la implementación de las nuevas políticas hídricas.

El presente artículo está organizado de la siguiente manera: en primera instancia presentamos el marco teórico a través del cual leemos las prácticas que se desarrollan en Bajo Jaguaribe. Segundo, procedemos a presentar un resumen de los contenidos de la política de recursos hídricos en sus documentos fundamentales (Lei das Águas, 1992). Tercero, continuamos describiendo ciertas prácticas que en la región de Bajo Jaguaribe han re-configurado el contenido de la política y así parcialmente la organización del espacio político local. Finalmente, presentamos algunas conclusiones y desafíos que la consideración del gobierno del agua como el gobierno del espacio político presenta para Ceará; y no solamente para Ceará, sino también para

las propuestas de desarrollo que pretenden mayor justicia social a través de la incorporación de los actores locales en los procesos de toma de decisiones.

Políticas hídricas: materialidad y movimiento a través de las prácticas

Existe una tendencia a concebir las políticas públicas como objetos estáticos que una vez adoptados por los Gobiernos en la forma de documentos son implementados como si en sí mismos acumulasen el poder simbólico y material necesario para automáticamente re-organizar el espacio. Estudios de este tipo tienden a entender la realidad como el resultado de una fuerza uni-direccional que, surgiendo desde las instituciones estatales, viaja hasta el espacio local a través de diferentes tecnologías de gobierno. En dicha conceptualización de la realidad, tanto las estructuras sociales como las instituciones políticas parecieran tener vida propia y existir independientemente de los individuos. Esta concepción ha sido cuestionada por autores como Giddens (1984) y Bourdieu (1990) para quienes eso que percibimos como orden social es el producto de la reproducción, a través de prácticas diarias, de principios de comportamiento que han sido institucionalizados y en los cuales no nos concentrarnos intencional o concientemente en el día a día. Ello significa que, contrario a las teorías de “actor racional”, muchas de las acciones de construcción de la sociedad las desarrollamos sin darnos cuenta. O en otras palabras, no están premeditadas como acciones que contribuyen a fortalecer el orden institucional.

Para el estudio de la construcción del espacio político en Bajo Jaguaribe esto tiene al menos dos consecuencias. Primero, nos permite leer la realidad social como un proyecto en construcción y por ende – visibilizar posibles ventanas que facilitan el cambio. Segundo, simultáneamente nos orienta en la identificación de prácticas diarias que contribuyen a la reproducción de cierto orden social o que desafían un orden social heredado. Por ello, y considerando que las instituciones y estructuras sociales no se re-producen automáticamente, sino por el contrario son reproducidas a través de las prácticas del día a día (BOURDIEU, 1990; GIDDENS, 1984), analizar los impactos de dichas

prácticas implica acercarnos un poco más a los complejos mecanismos a través de los cuales se producen y re-producen espacios políticos que están ensamblados con la re-estructuración del espacio geográfico.

Diversos autores han señalado que la vulnerabilidad económica y social no es una condición innata asociada a características biofísicas. Así lo confirma la variabilidad en las condiciones sociales de grupos ubicados en ambientes relativamente similares (e.g. Israel, Arizona, EEUU; Desierto de Atacama, Chile; Ceará, Brasil). Este no es un hallazgo nuevo. Sin embargo, en el discurso técnico y político continúa entendiéndose la escasez de agua como un problema primordialmente biofísico. Es un hecho que la distribución espacial y temporal de las lluvias en Ceará es desigual, es un hecho que el sub-suelo es de una composición cristalina que imposibilita la captación e infiltración; también se sabe que la evapotranspiración excede en 400mm en promedio la precipitación (REBOUÇAS, 1997). Sin embargo, es la forma de organización económico-social la que hace que dichas condiciones estén asociadas a que 40% de la tierra está en manos de 0.71% de la población, que 48% de los pobladores rurales del Estado no cuentan con una fuente permanente de renta, y 46% no pueden leer o escribir de forma funcional (IBGE, 2000; IBGE, 2002).

En la organización simbólica y material del espacio, las políticas públicas juegan un papel central como mecanismos de distribución de beneficios y cargas (SCHNEIDER; INGRAM, 1997). Aunque tradicionalmente las políticas son conceptualizadas como soluciones mecánicas a problemas pre-definidos, Stone (1985, p. 280) sugiere otro enfoque que concibe a las políticas públicas como “estrategias para estructurar relaciones y coordinar comportamientos para conseguir objetivos colectivos” (traducción propia). Esta conceptualización de las políticas requiere pensar en ellas no como documentos sino como ensamblajes prácticos, simbólicos y textuales.

En 1992 el Congreso Cearense aprobó la nueva legislación de aguas (Lei das Águas, 11.966) que suponía un cambio simbólico y material en la construcción social del agua y sus efectos en la modelación del espacio. El cambio se ha manifestado a diferentes escalas. Por una parte

ha insertado a Ceará en el imaginario global a través de la construcción de una reforma hídrica que es presentada por el Banco Mundial como una de las más exitosas transformaciones institucionales realizadas en América Latina (JOHNSON; KEMPER, 2005; SIMPSON, 2003; SIMPSON; RINKSOG, 1997). Por otra, en regiones como Bajo Jaguaribe, las prácticas de toma de decisiones se han revestido de simbologías y ceremonias que se contrastan con las ideas heredadas sobre la identidad nordestina. Estos contrastes no se traducen necesariamente en una transformación de la distribución del ingreso que mejore las condiciones de vida de la mayoría de la población rural. Sin embargo, de forma dinámica han incluido en el escenario político nuevas piezas, que a través de la adaptación a nivel local de los contenidos de la política, han construido ensamblajes dinámicos que se actualizan y acomodan a las fuerzas económicas y políticas construidas a través de prácticas locales y vinculadas a procesos económicos y culturales globales. Dichos ensamblajes yuxtaponen formas de conocimiento, identidades políticas y materialidades (agua en sí misma) en el imaginario que el contenido de la política constituye.

Para revisar las configuraciones de dichos ensamblajes a continuación presentamos una revisión de la lógica “técnica” que la reforma siguió y luego nos referiremos a los eventos históricos (localizados en el tiempo y el espacio) que dieron pie a la nueva ley.

Modernidad en la gestión del agua: participación y ciencia

La reforma del sector hídrico iniciada en los años 90's definió como objetivo primordial lograr la descentralización y manejo integrado del agua en el Estado (CEARÁ, 2000). La visión estaba basada en cambiar el enfoque de uno concentrado en la oferta hacia uno concentrado en la demanda. Las políticas hídricas enfocadas en la oferta se orientan hacia el incremento de la cantidad de agua disponible para el uso a través de la construcción de infraestructuras hídricas que mantengan la disponibilidad de forma constante. A partir de los años 90's, las tendencias globales en el manejo del agua se re-orientan hacia un mejor entendimiento de la demanda de agua en regiones como Ceará y Bajo Jaguaribe, caracterizadas por una distribución espacial y temporal no homogénea de las lluvias.

Siguiendo esta re-orientación se da un cambio hacia la promoción de políticas hídricas enfocadas en la demanda que parten de las necesidades de los usuarios para definir la infraestructura y las actividades de gestión apropiadas (GLEICK, 2000). En esencia, la gestión del agua orientada por la demanda se caracteriza, al menos teóricamente, por el involucramiento de los usuarios públicos y privados en la gestión, por el uso de instrumentos de mercado para la distribución de derechos o permisos de uso, por la descentralización de la gestión y por la integración de las variables ecológicas y económicas en la toma de decisiones (SALETH; DINAR, 2000, p. 193). Este fue el enfoque seguido en el Estado de Ceará para impulsar la reforma hídrica (ASAD et al., 1999).

Al volcarse la atención a las diferentes demandas de agua se inicia el desarrollo de una preocupación por los usos que se le da a la misma una vez que llega a los usuarios. En otras palabras, las políticas públicas inspiradas en estudios de demanda y uso del agua penetran en un ámbito que anteriormente era dominio personal de los usuarios: los tipos de utilización del agua en relación con usos productivos y rendimientos financieros. De esta manera, comienza a difundirse la noción de que en regiones donde el agua es escasa, ésta debe utilizarse en actividades productivas que tengan la mayor tasa de retorno financiero y generen más renta.

En concreto, el cambio formal hacia las políticas orientadas a la demanda se da en Ceará a finales de la década de los 80's. A partir de 1987, las autoridades del Gobierno Jereissatti encomendaron la realización de un estudio para identificar en detalle los recursos hídricos del estado, las cantidades de agua en uso, y proyectar las necesidades de agua en el mediano y largo plazo. Este estudio dio pie para el diseño de la nueva política de recursos hídricos de Ceará que, con el apoyo del Banco Mundial, se ha venido implementando hasta el día de hoy. El impulso inicial para este proceso se encuentra en el discurso modernista por el que Jereissatti prometía “sacrificar el clientelismo político para una mejor distribución social de los beneficios económicos” y “sacar a Ceará del retraso y llevarlo a la modernidad” (CEARÁ, 2000). Dicha promesa de “modernizar” el Estado se tradujo en el sector hídrico en un discurso de avance tecnológico a través de la utilización de

conocimiento científico de punta y la participación social en la gestión del agua para asegurar su sostenibilidad como recurso estratégico para el desarrollo (AMARAL FILHO, 2003; SIMPSON, 2003).

La propuesta de una nueva visión y gestión de los recursos hídricos se caracterizó por tres aspectos formales: valoración económica del agua como eje para su gestión, participación social en la toma de decisiones sobre gestión, y adaptación de las actividades económicas a las condiciones ambientales de la región a través del uso de información científica. En consonancia con estos principios, se han implementado tres instrumentos políticos básicos: la outorga y la cobrança como medio para impulsar la conversión del agua en un bien de mercado, el uso de información científica en la toma de decisiones de gestión, y los órganos para la participación social (BALLESTERO, 2004).

En este proceso ha sido fundamental el discurso que promueve la incorporación del ciudadano en la toma de decisiones como un puente entre el ámbito público y el privado y con el objeto de constituir al Estado en un ente más democrático y recuperar la legitimidad perdida. En general, la participación social se ha convertido en la “nueva ortodoxia” (BRETT, 1996; MOHAN; STOKKE, 2000; RONDINELLI et al., 1989). Sin embargo, esta ortodoxia ha estado caracterizada por una gran inversión en desarrollo y evolución de técnicas que faciliten la participación y con mucho menor interés hacia qué tan participativos o democráticos realmente son los resultados de dichos procesos. Por ejemplo, la participación social es promovida a nivel de técnicas de administración que incorporan diferentes actores (e.g. técnicas participativas de toma de decisiones, conformación de Comités, conformación de Comisiones Consultivas) y es evaluada en función de la aplicación de dichas técnicas. Menos atención, y esfuerzo se destina a evaluar en qué medida la participación social ha contribuido a democratizar el acceso al agua a través del incremento del número de “nuevos” usuarios que participan de los Comités o Comisiones.

Teniendo como uno de sus ejes la incorporación de los ciudadanos en la gestión, una vez formalizado el texto de la política a nivel central del Estado Cearense, fue necesaria la participación estrecha de los actores

locales para convertir los ideales tecnocráticos en prácticas que a nivel de las cuencas hidrográficas fuesen reconocibles. Con ese objetivo, a partir de 1993 el Gobierno del Estado orienta recursos humanos y financieros, provenientes en gran medida del Banco Mundial, para la implementación de la política a nivel de cuencas hidrográficas. Una de las primeras regiones en la cual se organizan acciones es Bajo Jaguaribe. Desde ese momento, y con la coordinación de los miembros del entonces Departamento de Organización de Usuarios de Cogerh (Companhia de Gestão de Recursos Hídricos), se inicia la movilización de los usuarios de agua del Valle de Jaguaribe y se organiza la primera negociación participativa de agua en el año 1994 (BALLESTERO, 2004; LEMOS, 2003; LEMOS; OLIVEIRA, 2004). En la práctica, el proceso de negociación adquirió una forma organizacional sui generis no prevista en la legislación. Posteriormente se constituye como uno de los estandartes del éxito de la reforma de sector: la Comisión de Usuarios del Valle de Jaguaribe. Dicha comisión se reúne anualmente desde 1994 para negociar, con base en las informaciones técnico-científicas proporcionadas por Cogerh, las cantidades de agua que serán liberadas de los reservorios en función de las predicciones de lluvia y las necesidades de los usuarios.

De esta manera, y desde un inicio, la implementación de la política hídrica a nivel de cuenca hidrográfica está caracterizada por la adaptación del texto de la Ley. Estas adaptaciones no son inherentemente positivas o negativas en relación con los objetivos de democratización del agua en el Estado. Simplemente nos alertan sobre la complejidad en la que las políticas hídricas se implementan. En el caso específico de Bajo Jaguaribe, las adaptaciones prácticas han contribuido a una re-constitución de los espacios políticos pero han sido casi inexistentes en lo relativo a la democratización del acceso al agua en sí para la mayoría de la población rural.

La política de recursos hídricos en acción

La participación social es hoy en día un modelo político aceptado, al menos en principio, en diversos niveles de toma de decisiones desde los gobiernos centrales hasta el ámbito “local”. Atendiendo criterios

hidrológicos, geográficos y sociales, la cuenca hidrográfica se ha construido como la escala adoptada para la negociación entre usuarios quienes son definidos como los actores principales en los modelos de gestión participativa. En el caso Cearense, un usuario de agua es una persona física o jurídica que cuenta con una licencia para el uso de agua o ha sido catastrado como un usuario menor. Al día de hoy el sistema de licenciamiento (*outorga*) no ha sido implementado exhaustivamente en parte porque el Decreto de definición de tarifas para el pago del agua (*cobrança*), una decisión sumamente controversial y rechazada por las organizaciones de base por no considerarla una decisión negociada, fue aprobado recién en 2003 y aún no se ha podido materializar en la forma de un cobro universalizado.

El resultado de la inaplicación ha sido un juego de visibilidades e invisibilidades basadas en la cantidad de agua que los usuarios consumen. Grandes usuarios, fácilmente identificables y asociados con grandes o medianos emprendimientos, se mantienen como actores locales primarios ocupando mayores espacios políticos. Usuarios pequeños, usuarios informales, o no-usuarios (personas sin acceso pero con interés de acceder al agua, como por ejemplo agricultores de seca) continúan ocupando espacios políticos a la sombra de los usuarios mayores. Sin embargo, dicha sombra no es un estado permanente, sino un producto de las prácticas diarias a través de las cuales los usuarios mayores se abren dicho espacio con la ayuda de una estructura social que se los facilita. Simultáneamente, se desarrollan prácticas que desafían dicha relación de claridad y oscuridad, y que tienden a abrir brechas de luz para grupos e intereses tradicionalmente excluidos del escenario político. La situación actual refleja más bien procesos de luminosidad intermitente que por instantes vuelcan la atención política y económica hacia los usuarios menores. Dicha intermitencia en la distribución de la luminosidad política es el resultado de una serie de episodios que han ido adaptando los ensamblajes dinámicos de formas de conocimiento, identidades políticas y materialidades.

Por ello, la experiencia de Bajo Jaguaribe es esclarecedora. Porque en dicha experiencia los actores locales se han negado a actuar bajo los parámetros de la ideología dominante que implica la imposibilidad de acción

local con impacto estructural. Los logros en la apertura de espacios para una participación social más extensa están lejos de ser cambios estructurales que incluyan a los amplios sectores de la sociedad rural que se encuentran excluidos. Sin embargo, construyen un espacio político que se re-configura en formas que tienen potencial. La riqueza de dichas experiencias es que permiten ejemplificar los mecanismos de re-configuración de la realidad que han sido desencadenados en el contexto de la política hídrica del Estado en la región de Bajo Jaguaribe.

Re-definiendo el espacio político a través de la práctica

Las políticas públicas, y fundamentalmente los documentos en las cuales se codifican, reflejan formas de conocimiento e identidades políticas que han sido aceptadas como dominantes entre los grupos de tomadores de decisión. Sin embargo, como mencionamos anteriormente, las políticas públicas son más que documentos. Las políticas públicas suman el poder simbólico del Estado junto con las prácticas que las poblaciones locales ejercen en su implementación. Esta idea de política pública refleja la doble vía a través de la cual las instituciones sociales son creadas y reproducidas. Giddens (1984) se refiere a este proceso como prácticas de “estructuración” que reflejan la naturaleza recursiva de la vida social. Decir que las instituciones y estructuras sociales tienen una naturaleza dual y recursiva implica reconocer la dependencia mutua de las estructuras con la capacidad de acción de los individuos o grupos sociales. En otras palabras, las instituciones existen solamente porque los actores sociales las hacen realidad a través de comportamientos que pueden o no estar racionalmente dirigidos hacia ese fin. El ejemplo clásico es el lenguaje. Al utilizar nosotros el español como lengua, seguir sus reglas ortográficas y gramaticales, sin ser nuestra intención, estamos automáticamente reproduciendo las estructuras del lenguaje. Desde esta perspectiva surge la pregunta, cómo conceptualizamos aquellas prácticas que en teoría corresponden a una política pública, como lo es la política hídrica del Estado de Ceará, y sin embargo, las acciones tomadas en su nombre no corresponden con las ideas heredadas sobre los contenidos de dicha política?

Esta sección se concentra en una muestra de tres de dichas prácticas: adaptación de la estructura organizacional, cambios en las rutinas de elección del directorio del Comité de Bacia, y ampliación de la temática en la cual se enfoca el Comité. Dichas prácticas nos indican cuáles áreas del tejido social han sido aprovechadas como ventanas para el cambio, y cuáles han sido las estrategias utilizadas por los actores involucrados. Previamente, nos hemos referido a dichos cambios como procesos de “adaptación institucional” a través de los cuales “un conjunto de instituciones formales, o reglas de comportamiento (como las políticas públicas), adquieren nuevos significados que resultan en la modificación de las prácticas asociadas a ellas” (Ballester, 2004, p. 69). Estos procesos de adaptación no implican la transformación estructural o cambio formal de las instituciones, más bien, operan para incrementar la coherencia entre los regímenes institucionales y los valores, creencias y prácticas a nivel local. El resultado de estos procesos es dual. Los regímenes institucionales, y estructurales, son cotidianamente reproducidos y desafiados.

La primera forma de adaptación que presentamos se refiere a la estructura organizacional de gestión del agua. La reforma del sector hídrico de Ceará incluyó la creación de espacios formales para la participación social en la toma de decisiones. El Comité de Bacia es en la ley la forma primordial para la participación social a nivel de cuenca hidrográfica. Sus atribuciones son políticas y administrativas, y es responsable de definir anualmente cuál será la demanda de agua para la planificación de su liberación por parte de Cogerh. El Comité es también el cuerpo con mayor formalidad y cuyo funcionamiento está regulado a través de la Ley 11.966 y del Estatuto del Comité aprobado como Decreto en 1999. Al iniciarse la reforma, una de las primeras acciones para llevar la legislación a la práctica a nivel de cuencas hidrográficas se dirigió a la difusión de las nuevas regulaciones, y la convocatoria de los usuarios del Valle del Jaguaribe. En 1994 se realiza un primer encuentro de lo que se denominó entonces Comisión de Usuarios, una figura que en la Ley no está prevista como tal. Los funcionarios del Departamento de Organización de Usuarios convocan a un grupo amplio y diverso de la cuenca para realizar uno de los primeros ejercicios de negociación del agua “a puertas abiertas”. De esta manera se da la primera

adaptación de la política hídrica. La decisión sobre demanda de agua y liberación de reservorios, formalmente reservada para el Comité de Bacia, es en la práctica ejercida por la Comisión de Usuarios.

La Comisión de Usuarios se reúne anualmente para revisar los resultados de los modelos hidrológicos que Cogerh utiliza para procesar el histórico de disponibilidad y uso de agua junto con información meteorológica y proyecciones climáticas. Con base en tres posibles escenarios, la plenaria de la Comisión dividida por sub-bacias toma una decisión colegiada sobre la cantidad de agua a ser liberada de los reservorios en el año siguiente. En principio, un espacio abierto para la negociación y la difusión democrática de la información, cual es la negociación participativa del agua en Ceará, continúa sufriendo de grandes limitaciones. En primera instancia, la definición de la figura del usuario de agua reproduce una lógica economicista a través de la cual uso es igual a utilización para actividades económicas de alto impacto en el PIB del Estado. El concepto de usuario excluye a más del 80% de la población rural en Ceará que no tiene acceso directo a la infraestructura de distribución del agua para actividades productivas (IBGE, 2002). Simultáneamente, la participación de los usuarios registrados, efectivamente, ha incrementado una seguridad simbólica para los productores irrigados en cuanto a la seguridad en el acceso al agua en momentos de incertidumbre por razón de escasez. La función de la Comisión es doble. Por un lado efectivamente incrementa la seguridad para aquellos que tienen acceso al agua y por el otro re-produce patrones antiguos de inclusión y exclusión social. Al día de hoy, la Comisión sigue funcionando y es sin lugar a duda el cuerpo que de manera más robusta ha logrado incorporar a los usuarios en la toma de decisiones. Sin embargo, en este punto es importante recordar el concepto de “usuario” en el cual la política está basada (i.e. usuario con licencia de uso o catastrado ante el registro central).

Dado que el sistema de licenciamiento aun no está implementado universalmente, la definición de usuarios se hace a nivel informal, lo que ha permitido cierta flexibilidad en la inclusión de actores tales como los representantes de cooperativas de agricultores de seca, por ejemplo. En

síntesis, una primera adaptación de la política a través de las prácticas ha sido la preponderancia otorgada a la Comisión de Usuarios que es un órgano no previsto en la legislación que ha resultado ser el icono de la reforma en el Estado.

La preponderancia de la Comisión no significa que el Comité de Bacia no juegue un rol importante en la región. Por el contrario lo que le ha permitido al Comité de Bacia de Bajo Jaguaribe consolidarse como un ente de análisis y discusión, ha sido su fortalecimiento a través de la elección en 2003 de un Directorio con visiones políticas radicalmente distintas a las del Gobierno del Estado. Esta confrontación de visiones entre el Directorio del Comité y el Gobierno del Estado y Cogerh si bien ha provocado un desgaste político, ha fortalecido la institucionalidad y la propuesta de democratización de los recursos hídricos dado que los enfrentamientos ideológicos que se han dado han hecho patente la diversidad de visiones con respecto a la conceptualización del agua como un bien social, de mercado o no.

Esta segunda adaptación no tiene un impacto directo en la formalidad institucional pero sí la tiene en la re-configuración del espacio político. Como hemos expuesto previamente, las políticas públicas no se reducen a los contenidos de un texto que ha sido formalizado a nivel del Gobierno Estatal. Las políticas están también constituidas por las prácticas que las hacen materialidad y movimiento. Las acciones que llevaron a la elección de un Presidente del Comité de Bajo Jaguaribe proveniente de la Sociedad Civil en 2003 son parte inherente de la política y no un evento externo a ella. Desde esta perspectiva, dicha elección ha llevado al límite al diseño institucional en cuanto a su capacidad para integrar visiones radicalmente opuestas a las de los dirigentes de las organizaciones del Estado durante ese periodo. A continuación presento algunos detalles de dicha elección.

Desde la creación del Comité de Sub-Bacia de Bajo Jaguaribe en 1999, y hasta el 2003, los dos directorios del Comité habían estado presididos por representantes del sector público municipal de Bajo Jaguaribe. En 2003 esta tendencia fue modificada al presentarse dos grupos para disputar el directorio del mismo. Uno de esos grupos estaba

conformado exclusivamente por representantes de la sociedad civil organizada, que por la forma en que la categoría de usuario es comprendida en la región, incluye a los pequeños agricultores de subsistencia. Luego de una elección muy ajustada, dicho grupo obtuvo los votos suficientes para ocupar los cargos de Presidente, Vice-presidente y Secretario, un hecho inédito en el Estado de Ceará. A partir de la entrada de un nuevo directorio, que representa un cambio menor en el gran panorama estructural de la región, se han desencadenado acciones que han tenido impactos mayores en la construcción de la identidad política de los actores menores participando de la toma de decisiones y en la re-configuración del espacio social.

El nuevo directorio que asumió el Comité en el 2003 definió como una de sus áreas de acción prestar atención a la explosión de carcinicultura que existía en el Estado, y en particular en Bajo Jaguaribe. La agenda tradicional de carencia de acceso al agua, el problema de la cantidad, se había transformado en un problema crónico, el cual, por estar asociado a las masas pobres del Estado, posee un tono político y técnico que lo mueve directamente al grupo de problemas estructurales que son percibidos como aquellos que ningún actor político “puede resolver”. Otro tema, emergente en el nuevo contexto espacial construido con más intensidad desde los años 80’s a través de los nuevos modelos de agropecuaria globalizada, es el de la calidad del agua, principalmente asociado a los diferentes usos que compiten en la utilización del agua como un insumo para la producción. Particularmente la producción de camarón en la región costera de Bajo Jaguaribe.

A través de la organización de seminarios de información, y movilizaciones asociadas a las organizaciones de las cuales el Directorio forma parte, tácitamente el Comité comenzó a tornar su atención, ya no sólo a procesos de negociación participativa del agua, sino a aspectos de calidad y a temas estructurales como las prioridades productivas del Estado y la utilización de los recursos hídricos para las mismas. Las movilizaciones realizadas se sumaron a diferentes flujos de acción que han dado como resultado el cierre de una hacienda de camarón la cual salinizaba los pozos de agua de una comunidad costera. Aunque sería ingenuo adscribir dichos eventos exclusivamente a las acciones del Comité, el mismo jugó un papel fundamental como articulador de procesos de resistencia social

de actores percibidos como menores en el escenario político de la región.

La experiencia en la movilización para el cierre de la hacienda de camarón ha expandido la visión de los actores locales sobre los espacios políticos que pueden moldearse para responder a las reivindicaciones sociales. El cierre de la hacienda implicó que acciones ejecutadas en distintos ámbitos (judicial, opinión pública, administrativo) y que parecían no tener mayores impactos, resultaron en un ensamblaje que posicionó al Comité como un espacio a través del cual es posible re-construir oportunidades de acción política para impulsar el cambio social. En otras palabras, a través del Comité se ha podido dar unidad simbólica a una serie de acciones dirigidas a modificar “la forma en que normalmente se hacen las cosas” (LOVELL, 2003) en Bajo Jaguaribe. Aunque este logro parece menor, ubicado en la historia política de la región implica una fisura en las relaciones de poder que favorecen la figura del coronel moderno como aquel gran inversionista que es dueño de la tierra y cuenta con el capital para impulsar procesos de producción agropecuaria que lo insertan en el flujo global de bienes agrícolas.

Algunas reflexiones finales

Aún cuando el control efectivo de decisiones como las tarifas sobre el agua, o la transferencia de aguas hacia Fortaleza desde Jaguaribe sigue estando en el gobierno central (JOHNSON, 1990, p. 30) y la situación política local tiende a una re-centralización de los mecanismos más progresistas de la reforma (LEMOS; OLIVEIRA, 2004), los eventos en los cuales se ha involucrado el Comité de Bacia denotan las posibilidades que a través de la práctica pueden ser aprovechadas para que los procesos de descentralización y participación social sean más receptivos a las necesidades políticas de grupos tradicionalmente excluidos del escenario político en Bajo Jaguaribe. Por supuesto que estos episodios no pueden darse por sentado. Las posibilidades de nuevos espacios políticos están en construcción constante, y por ello, las estructuras sociales que estos espacios materializan también lo están. De ahí la importancia de prestar atención a las prácticas a través de las cuales las políticas públicas se hacen materialidad y movimiento, y no concentrarse exclusivamente en aquellas acciones que parecen reforzar los contenidos textuales de una política pública. Este enfoque nos ha permitido identificar en Bajo Jaguaribe una

serie de acciones que pueden re-configurar el espacio político-geográfico a través de practicas que en el tiempo y el espacio se niegan a reproducir patrones de exclusión heredados. Al mismo tiempo, estas experiencias visibilizan las oportunidades que las políticas publicas pueden abrir para modificar estructuras de poder que dichas políticas al mismo tiempo refuerzan.

Referências

AMARAL FILHO, J. do. **Reformas estruturais e economia política dos recursos hídricos no Ceará.** Fortaleza: SEPLAN-IPECE, 2003.

ASAD, M. *et al.* **Management of water resources: bulk water pricing in Brazil.** Washington, D.C.: The World Bank, 1999.

BALLESTERO, A. **Institutional adaptation and water reform in Ceara: revisiting structures for social participation at the local level.** Michigan: University of Michigan, 2004. 104 p.

BOURDIEU, P. **The logic of practice.** Stanford: Stanford University Press, 1990.

BRETT, E. A. The participatory principle in development projects: the costs and benefits of cooperation. **Public Administration and Development**, New Jersey, n. 16, p. 5-19, 1996.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos. **The political economy of water resources in Ceará.** Fortaleza, 2000.

GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of a theory of structuration.** Berkeley: University of California, 1984.

GLEICK, P. H. The changing water paradigm: a look at twenty-first century water resources development. **Water International**, California, n. 25, p. 127-38, 2000.

IBGE. **Censo demográfico.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002.** Rio de Janeiro, 2002.

JOHNSON, A. Agricultural land use and transformation of ecosystems in the semi-arid region, Northeast Brazil. NISHIZAWA, T. (Ed.). *American anthropologist*, California, v. 92, n. 1, 1990.

JOHNSON, R. M. F.; KEMPER, K. **Institutional and policy analysis of river basin management: the Jaguaribe river basin, Ceara, Brazil.** Washington: World Bank, 2005.

LEMOS, M. C. A tale of two policies: the politics of climate forecasting and drought relief in Ceará, Brazil. *Policy Sciences*, Maryland, n. 36, p. 101-23, 2003.

LEMOS, M. C.; OLIVEIRA, J. L. F. de. Can water reform survive politics? institutional change and river basin management in Ceará, Northeast Brazil. *World Development*, Quebec, n. 32, p. 2121-37, 2004.

LOVELL, T. Resisting with authority: historical specificity, agency and the performative self. *Theory, Culture & Society*, California, n. 20, p. 1-17, 2003.

MOHAN, G.; STOKKE, K. Participatory development and empowerment: the dangers of localism. *Third World Quarterly*, New York, n. 21, p. 247-68, 2000.

MOL, A.; LAW, J. **Complexities: an introduction, in complexities.** Durham: Duke University, 2002. p. 1-22.

REBOUÇAS, A. D. C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, p. 127-54, 1997.

RONDINELLI, D. A.; MCCUSLLOUGH, J. S.; JOHNSON, R. W. Analyzing decentralization policies in developing countries: a political economy framesork. *Development and Change*, Amsterdam, n. 20, p. 57-87, 1989.

SALETH, M. R.; DINAR, A. Institutional changes in global water sector: trends, patterns and implications. *Water Policy*, California, n. 2, p. 175-99, 2000.

SCHNEIDER, A.; INGRAM, H. **Policy design for democracy.** Lawrence: Kansas University, 1997.

SIMPSON, L. D. **Integrated water resources management.** Fortaleza: World Bank, 2003.

SIMPSON, L. D.; RINKSOG, K. **Water markets in the americas.** Washington: World Bank, 1997.

STONE, D. **Policy paradox and political reason.** Glenville, I.L.: Foresman and Company, 1985.

Modernização agropecuária: o novo contexto da expressão regional de Limoeiro do Norte¹

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

Introdução

Procura-se mostrar, neste trabalho, como a dinâmica da atividade agropecuária moderna contribuiu para que Limoeiro do Norte se tornasse o principal centro urbano de controle dessa atividade na região do Baixo Jaguaribe. Faz-se necessário apresentar, no decorrer do texto, dois momentos importantes da relação espacial estabelecida pela cidade com essa região. O primeiro compreende o período de 1940 a 1960, quando há forte interferência da Igreja Católica na criação de serviços sociais. O segundo inicia-se na década de 1970, e se estende aos dias atuais, tendo o Estado como principal provedor de serviços públicos voltados ao atendimento à dinâmica da agropecuária moderna.

No século XIX, a paisagem rural da região pecuária do Baixo Jaguaribe começa a se modificar quando surgiram as capelas de grande influência na formação das primeiras vilas, as quais, posteriormente, se transformaram em cidades. A vila Limoeiro nasceu do povoado formado ao redor da capela de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1845. O desenvolvimento econômico da vila estava associado ao comércio de produtos agropecuários, como também à existência de um grupo social constituído por proprietários, comerciantes e religiosos. Com o aumento da população, do poder aquisitivo de grupos sociais dominantes, da elaboração de leis reguladoras do espaço urbano e da convivência social,

¹ Este artigo teve como referência a dissertação de mestrado (CHAVES, 2004) apresentada à Universidade Estadual do Ceará (UECE), orientada pela professora Denise Elias.

estavam postas as condições para a criação da cidade de Limoeiro do Norte, ocorrida em 30 de agosto de 1897, pela Lei n^o 364.

Limoeiro do Norte encontra-se a leste do Estado do Ceará. Faz parte da microrregião do Baixo Jaguaribe², onde se limita, ao norte, com os municípios de Russas e Quixeré; ao sul, com São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte; a oeste, com Morada Nova e, a leste, com Mossoró – município do Rio Grande do Norte (Figura 1).

Com o fim do “exclusivismo pastoril no Ceará” (GIRÃO, 1971) ligado à ocorrência de secas e ao surgimento da indústria de charque no Rio Grande do Sul, desponta um novo produto na economia cearense, notadamente na região do Baixo Jaguaribe, assentada no binômio gado-algodão. A partir do século XIX, a cultura do algodão se expande no interior do Estado, encontrando condições naturais favoráveis, mormente na bacia do rio Jaguaribe, sendo o primeiro produto de exportação da região.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a cera de carnaúba transforma-se em produto de exportação para o mercado americano e europeu e, neste último período, chega a ser o segundo produto de exportação da região do Baixo Jaguaribe. De acordo com Lima (2003), essa região chegou a responder por aproximadamente 70% da produção do Estado e 20% da produção nacional. Na primeira metade do século XX, a exploração da cera de carnaúba, segundo Silva (2002), provocou um processo de interiorização das funções urbanas, antes concentradas na cidade de Aracati, para as cidades de Russas e Limoeiro do Norte. Esta última cidade, na opinião de Soares (1999), apresentou índice de crescimento urbano relevante, associado ao enriquecimento da elite agrária e ao seu fortalecimento junto à estrutura de poder do Estado.

Para dar suporte à produção de cera no município de Limoeiro do Norte, ampliaram-se, na década de 1940, os armazéns e as ações da Firma Comercial Oliveira e Irmão, que passou a lidar com o capital

² Compreende os municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte (IBGE, 1992).

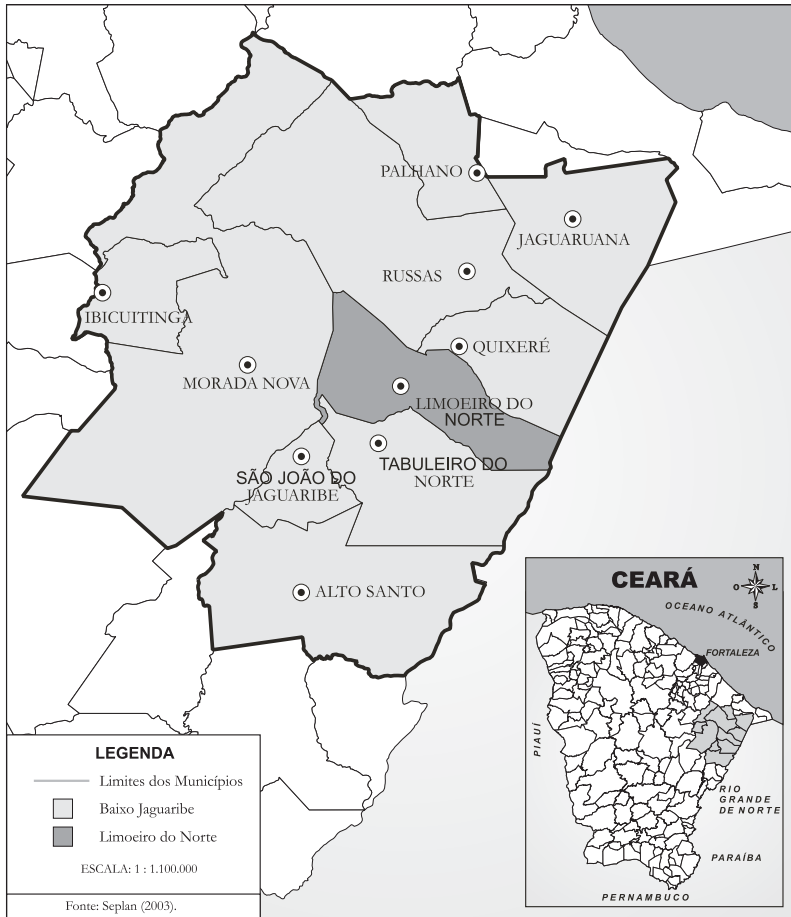


Figura 1 – Município de Limoeiro do Norte (CE)

Fonte: Seplan (2003)

financeiro de diferentes agências bancárias³. Quanto às firmas comerciais, adverte Santos (1965), exerceram estas papel similar ao dos bancos, muito antes da instalação de agências de crédito, continuando, depois, a exercê-lo mediante financiamento das safras ou da própria comercialização dos produtos

³ Agências do Banco do Brasil, de Crédito Comercial S/A, do Comércio, Frota Gentil S/A e Sul-América Capitalização.

agrícolas. Somente em 1955, a cidade de Limoeiro do Norte recebe o Escritório do Banco do Nordeste S/A, sua primeira agência de crédito.

A desvalorização da cera de carnaúba no mercado internacional, na década de 1950, foi conseqüência do desenvolvimento da matéria-prima sintética, que substituiu a cera vegetal e gerou uma queda nas exportações da região do Baixo Jaguaribe. Mas as repercussões na economia regional e na de Limoeiro do Norte agravaram-se principalmente durante a década de 1960. Tal motivo levou as lideranças políticas locais a reivindicarem, junto ao Estado, medidas para reativar o crescimento econômico.

A resposta do Estado veio mediante implantação de programas e projetos de irrigação pública na planície fluvial dos rios Jaguaribe e Banabuiú. Foram criados, então, os perímetros públicos de irrigação, na década de 1970, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e o Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (Promovale), na década de 1980, sob a responsabilidade de execução do governo estadual. Este programa levou a modernização agrícola às pequenas e médias propriedades particulares da mesorregião do Jaguaribe.⁴ Dessa forma, dava-se início ao processo de modernização da agricultura, em Limoeiro do Norte e na região do Baixo Jaguaribe. Em um primeiro momento dessa modernização, o Estado cria condições para a “monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1999), conquanto em espaços limitados. Foi o que ocorreu com a pequena produção familiar na planície fluvial, subordinada aos circuitos comerciais e industriais e sob o comando de produtores agrícolas locais.

Para Silva (1998), a agricultura brasileira começa a passar por profundas mudanças a partir de 1970, com a constituição dos complexos agroindustriais e a integração de capitais, implicando, portanto, sua subordinação ao capital monopolista. Nos anos 1980 e, principalmente, na década de 1990, chama a atenção Araújo (2000) para o avanço do projeto neoliberal e da internacionalização da economia brasileira, sendo exigido que o Estado reformule suas ações para o setor agrícola.

⁴ Abrangia os municípios de Alto Santo, Aracati, Iracema, Itaiçaba, Jaguaruana, Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Nessa última década, na região do Baixo Jaguaribe, ao contrário do ocorrido nos anos 1970 e 1980, quando a política de irrigação priorizou a agricultura familiar como componente da política de desenvolvimento regional, foi incentivada a irrigação privada, centrada numa agricultura intensiva em capital e tecnologia, inserida nos “circuitos espaciais da produção” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O Estado assume, então, uma nova função: a de permitir a inserção do grande capital representado pelas empresas agrícolas e agroindustriais, a resultar na “territorialização do capital monopolista” (OLIVEIRA, 1999) no espaço agrícola regional. Este processo iniciou-se na Chapada do Apodi nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, atingiu o perímetro público Jaguaribe-Apodi e continua se expandindo para outros municípios. A instalação do perímetro público Tabuleiros de Russas, no município do mesmo nome, serve como exemplo.

Como observado, a modernização agrícola na região do Baixo Jaguaribe repercutiu sobre o processo de urbanização de Limoeiro do Norte, e alargou suas funções, de modo a permitir o fortalecimento das relações interurbanas que a cidade vem mantendo com essa região desde a década de 1940. Ao mesmo tempo, houve ampliação dessas relações para além das fronteiras regionais.

Por ser a cidade um espaço produzido, é preciso estar atento para o alerta de Saint-Clair Junior (2004): esse espaço não revela, necessariamente e de imediato, o processo histórico de sua produção. Há variáveis que podem estar associadas a diferentes temporalidades. Na cidade de Limoeiro do Norte fazem-se presentes atividades urbanas associadas a diferentes temporalidades que movem relações interurbanas.

Para desvendar a propalada modernização agropecuária, usa-se como referência Silva (1998), ao defini-la como um processo crescente de subordinação da agricultura ao capital, resultando em alterações intensas nas relações sociais de trabalho e de produção no campo. Para Santos (1996), na região onde ocorre essa modernização é o campo quem comanda a vida econômica e social do sistema urbano, sobretudo em níveis mais inferiores da escala. A cidade, nessa região, conforme Santos (1996; 1999; 2002) e Elias (2003), responde pelo consumo produtivo do campo moderno, ou seja, de

fertilizantes, máquinas, assistência técnica, dinheiro em forma de crédito etc. Nesse contexto, Limoeiro do Norte, cidade da região agrícola do Baixo Jaguaribe, é um centro que vem desempenhando o papel de atender ao consumo produtivo agrícola gerado pela atividade agropecuária regional. Essa forma de consumo e as noções de horizontalidade e verticalidade, Santos (1999, 2002) – a primeira expressando relações espaciais com a região e a segunda relações associadas às grandes distâncias – norteiam a compreensão das relações interurbanas de Limoeiro do Norte.

Primeiras funções regionais

O comércio foi a primeira função regional de Limoeiro do Norte. Uma primeira função diz respeito à “atividade em que primeiro se ocupou a sua região de influência” (SANTOS, 1965, p.18). O surgimento do comércio, numa cidade, e o seu desenvolvimento, partem “da existência regular de um excedente de produção que engendra a troca e, por sua vez, também passa a ser regular” (PINTAUDI apud SUZUKI, 1996, p. 94). A expansão da troca permite o aparecimento da figura do comerciante, bem como da atividade comercial, e aumenta a divisão social do trabalho. Essa atividade exerceu grande importância na organização inicial do espaço urbano da cidade de Limoeiro do Norte.

Para o crescimento do comércio associado ao consumo consumptivo (SANTOS, 1996), ou seja, aquele que responde às necessidades das famílias, contribuiu significativamente a construção da estrada Transnordestina, em 1932, atual BR-116, correspondente aos municípios de Russas e Limoeiro do Norte. Mencionada estrada favoreceu tanto a entrada de mercadorias e de pessoas quanto o escoamento da produção agrícola de Limoeiro do Norte, situada a 7 quilômetros da BR-116. No ano de 1965, com a construção da ponte Dr. Fernando Távora, sobre o rio Jaguaribe, melhorou o acesso à cidade. Isto propiciou a expansão de estabelecimentos comerciais de produtos industrializados e suas relações comerciais com a própria região.

A segunda função regional de Limoeiro do Norte é representada pelos serviços sociais públicos e particulares na área da saúde e,

principalmente, da educação, que passaram a coexistir com a atividade comercial. Segundo Donne (1985, p.45), a cidade “não tem apenas uma função e sim funções, ou seja, atividades que justificam sua existência e sua evolução.” Uma função urbana pode sofrer mudanças, assim como pode perder a força na organização do espaço intra-urbano e nas relações interurbanas, sem, no entanto, desaparecer, quando do surgimento de outras funções urbanas. Na opinião de Araújo (2003), os serviços de educação e saúde fizeram com que a cidade de Limoeiro do Norte ascendesse à condição de pólo regional. Não resta dúvida quanto à importância da diocese e o desempenho do bispo Dom Aureliano Matos para a cidade chegar a essa condição.

Criados pela interferência da Igreja Católica, os serviços particulares começam a surgir quando a cidade passa a sede da diocese, em 1938, tendo à frente da sua coordenação o bispo Dom Aureliano Matos. Conhecedor dos precários serviços sociais e membro da elite religiosa pensante, utilizou seu prestígio social e projetou a criação de serviços de saúde, educação e comunicação, não apenas para as famílias cristãs de Limoeiro do Norte, mas de toda a sua diocese. Para viabilizar seu projeto social buscou o apoio da classe agrocomercial, que acumulava riquezas com o comércio da cera da carnaúba, como também dos governos municipal e estadual. Sua relação com o Estado apoiava-se no clientelismo, que, segundo Gondim (2002), surge e se reproduz incessantemente nas estruturas socioeconômicas tradicionais, e se caracteriza por relações de dependência mútua entre os parceiros envolvidos. Na prática, tais relações são mediadas a partir de bens e serviços, em troca de votos, proteção, concessões as mais várias, sentimentos de lealdade e gratidão, fomentados, a bem dizer, na permuta de favores.

Na década de 1940, em Limoeiro do Norte, o serviço de educação particular explicitou dois aspectos: primeiro, a separação entre os sexos –, as escolas funcionavam em regime de internato: umas se destinavam às moças e outras recebiam rapazes, fato este compreensível para o período, pois, como se sabe, historicamente a sociedade tem mostrado uma série de restrições à mulher. O outro aspecto diz respeito ao acesso

diferenciado ao serviço de educação, com a criação de escolas para ricos, as quais preparavam para o ingresso na Universidade, e escolas para pobres. Estes mal chegavam ao término do ensino fundamental. O ensino profissionalizante oferecido pela escola Liceu de Artes e Ofícios era uma opção de qualificação de mão-de-obra para os pobres e incluía cursos de soldagem, eletricidade, operação de máquinas agrícolas e industriais, marcenaria e artes gráficas, enquanto a escola Patronato Santo Antônio disponibilizava o curso de magistério para o ensino primário.

Com a disseminação, na região, dos centros educacionais da Campanha Nacional de Escolas na Comunidade (Cenec), que formava professores para atuar no ensino da primeira à quarta série, de escolas públicas estaduais da quinta à oitava série, além da necessidade de ampliar, nessas escolas, o ensino para o nível médio, originou-se uma demanda por cursos de nível superior, com vistas a habilitar professores para esses ensinos, motivo pelo qual foi criada, pelo Estado, em atendimento a um pedido de Dom Aureliano Matos ao governador do Estado do Ceará, Cel. Virgílio Távora, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam), campi da Universidade Estadual do Ceará, em 1968. Esta faculdade veio consolidar a função educacional de Limoeiro do Norte, porquanto tal função foi reconhecida como preponderante no seu papel regional. No ano seguinte à sua criação, o Estado trazia para a cidade o Centro Executivo Regional da 4^a Região de Saúde do Ceará.

Fazia, ainda, parte do projeto pensado pela Igreja o programa de alfabetização de jovens e adultos, propagado por todo o Nordeste. Este programa foi encaminhado à população rural pelo Departamento do Movimento de Educação de Base (MEB), que contava com os serviços de radiodifusão para orientar os monitores das escolas nas comunidades. As rádios criadas pela Igreja estavam a seu serviço, e divulgavam os ensinamentos da pastoral e de evangelização a todas as famílias diocesanas. Entretanto, com o advento e a expansão da rede telefônica, da televisão, e demais meios de comunicação de massa moderno, a Igreja perdeu o monopólio da informação pelo rádio. Em Limoeiro do Norte, a evolução da base material ligada à comunicação foi gradativa.

A centralização dos serviços que atendem à demanda da população local e regional motivou profissionais de formação e vivência em centros urbanos maiores a virem trabalhar e morar na cidade. Concentrado na principal avenida, a Dom Aureliano Matos, o serviço educacional possibilita movimento e considerável circulação de pessoas.

Modernização da agricultura e urbanização

Segundo evidenciado, a análise do processo de urbanização mantém estreita ligação com o desenvolvimento capitalista de produção. Como parte desse desenvolvimento, é também um processo de organização do espaço, que se manifesta na sociedade. Portanto, deste modo, pode ser assim apreendida. A urbanização é indissociável da cidade. Esta, para Sposito (1991, p. 27), “é a própria expressão do processo de urbanização e síntese de sua dinâmica espaço-temporal”. No caso de Limoeiro do Norte, o entendimento do processo de urbanização é construído a partir da relação estabelecida entre modernização agropecuária e urbanização. A dinâmica dessa modernização regional criou demandas urbanas respondidas pela cidade, resultando em maior concentração de atividades terciárias, de pessoas e na ampliação de seus papéis urbanos e relações interurbanas.

Logo, a cidade não mais é compreendida, conforme Soja (1993, p. 118), apenas por “seu papel distinto de centro de produção e acumulação industrial, mas, também, como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista, em termos de força de trabalho, de troca e dos padrões de consumo”. São as novas condições históricas e espaciais do capitalismo monopolista e globalizado, que passa a exigir nova abordagem do processo de urbanização e da cidade.

Em período recente, a urbanização brasileira, de acordo com Santos (1996), tem-se caracterizado por se fazer acompanhar de uma difusão espacial da modernização, em termos de capitais, tecnologia e novas formas de organização. Isto resulta em maior fluidez do território, o que possibilita ao trabalho, aos produtos, às mercadorias e ao capital maior e mais intensa mobilidade.

A intensificação da urbanização, em algumas cidades do interior cearense, tem relação com a iniciativa do Estado em apoiar atividades econômicas como serviço (turismo), indústria (fábrica de calçados), agricultura para exportação, ao melhorar as estradas e expandir as redes técnicas de comunicação, de eletrificação, as infovias etc. Igualmente o Estado responde pelos serviços de acompanhamento a essas atividades, que, por sua vez, geram incentivo à iniciativa da criação de outros serviços capazes de lhe servir de apoio.

Limoeiro do Norte está entre os municípios do interior cearense que o Estado pretende tornar atrativos aos interesses dos investimentos privados. O desenvolvimento de uma agricultura empresarial, em pontos da região do Baixo Jaguaribe, contribui para sua urbanização se manifestar em níveis diferenciados. Com a modernização agropecuária, esta cidade tornou-se um centro de residência de trabalhadores agrícolas, de comando técnico referente à produção propriamente dita e de limitado controle político, principalmente em relação à comercialização, diante da vocação global da produção. Em face dessa modernização, surge uma dinâmica concentracionista com conseqüente reforço nas centralidades urbanas preexistentes, evidenciando as mesmas cidades, Russas e Limoeiro do Norte, embora a segunda sobressaia pelos serviços e pelo comércio agropecuário, enquanto suas pequenas cidades participam dessa modernização de forma periférica. Portanto, ao contrário do anunciado por sucessivos governos estaduais, não vem ocorrendo o desenvolvimento regional esperado, e sim um crescimento econômico e uma urbanização concentrados, que não contribuem para corrigir desigualdades socioeconômicas e espaciais intra-região.

Esse crescimento econômico concentrado, resultante de novos conteúdos técnicos incorporados ao campo e à cidade de Limoeiro do Norte, repercutiu em sua dinâmica populacional. Não se quer, aqui, negar a existência e a importância de elementos da demografia tradicional: fecundidade, fertilidade, expectativa de vida. É nosso propósito, todavia, ressaltar aspectos das migrações: interurbana, campo-cidade e descendente (SANTOS, 1996).

Limoeiro do Norte foi o único município do Baixo Jaguaribe a apresentar uma taxa de crescimento positivo da população rural,

equivalente a 11,23%, entre 1970 e 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contribuíram para esse crescimento as sucessivas políticas governamentais voltadas para o campo, as quais resultaram na criação de perímetros irrigados, na implementação do Promovale, na aplicação de linhas de crédito do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e na instalação de empresas agrícolas. Tais políticas atraíram trabalhadores rurais de municípios da mesorregião do Jaguaribe e de municípios do Rio Grande do Norte, próximos à fronteira agrícola do Baixo Jaguaribe, para as comunidades rurais de Limoeiro do Norte. De acordo com dados absolutos, apresentados pelo IBGE, correspondentes ao período recém-mencionado, a agropecuária foi a atividade que mais empregou em Limoeiro do Norte.

Desse modo, como evidenciado, os projetos, os programas e a atuação de empresas responsáveis pela expansão do trabalho assalariado no campo não conseguiram capitalizar os produtores agrícolas familiares, tampouco diminuir-lhes a pobreza em relação à redução do êxodo rural. Um fator marcante para a permanência de famílias no campo, em Limoeiro do Norte, é a melhoria relativa do serviço de saúde oferecido pelo Programa Saúde da Família e do serviço municipal de educação, a partir de um melhor acompanhamento pedagógico dos professores, aquisição de material didático, lanche e transporte escolar. A implementação deste último serviço enseja aos jovens residentes no campo complementar seus estudos na cidade, e facilita, também, o deslocamento dos professores de residência urbana para as escolas rurais.

Ainda para o mesmo período, a população urbana de Limoeiro do Norte cresceu o equivalente a 342,35%, dado superior ao da população municipal, 93,65%. Conforme observado, ampliou-se a população residente em sua sede. Alguns motivos contribuíram para o aumento da população urbana. Entre estes, a migração interurbana ocorrida com famílias urbanas que se deslocaram de cidades da mesorregião do Jaguaribe, a migração descendente de profissionais especializados, advindos de Fortaleza para atuar nas áreas de saúde e educação e os advindos das demais capitais nordestinas e de outros Estados do Brasil para trabalhar no agronegócio. A migração campo-cidade deu-se a partir de

trabalhadores rurais e suas famílias, provindas de municípios do Baixo Jaguaribe e que passaram a residir nos bairros periféricos de Limoeiro do Norte. Esses trabalhadores formam o contingente de trabalhadores agrícolas transformados em urbanos em razão de suas residências. Com o crescimento da população na cidade surgiram demandas urbanas e aumentaram as necessidades de saneamento, de educação, de saúde, de habitação e o consumo de bens e produtos industrializados.

Para uma demanda não-solvável a moradia passa a ser respondida com a ajuda do poder público. Este foi responsável pelo surgimento do bairro José Simões (chamado Populares), próximo ao Centro, iniciado com o conjunto habitacional Dom Aureliano Matos, construído com recursos da Companhia de Habitação (Cohab), em 1970. Um outro bairro, distante do Centro, o Antônio Holanda (conhecido pelo nome de Cidade Alta), formou-se ao lado da atual estrada CE-256, em 1974, também mediante ajuda financeira do poder público, somada ao sistema de mutirão. Esta forma de construção, apoiada pelos investimentos públicos, esteve e está presente na construção dos bairros periféricos de Limoeiro do Norte. A demanda solvável procura os agentes imobiliários que vêm ampliando suas ações significativamente, desde a segunda metade da década de 1990, com oferta de imóveis para aluguel, venda de casa própria e de novos loteamentos. Entretanto o acesso a estes imóveis está subordinado ao nível salarial de comerciantes, profissionais diversos, empresas, estudantes, professores universitários, entre outros.

O aumento da população e, conseqüentemente, do consumo, refletiu-se no comércio em geral, terceira atividade econômica que mais emprega em Limoeiro do Norte. Segundo dados do então Instituto de Pesquisa e Planejamento do Estado do Ceará (CEARÁ, 2000), referentes ao ano 2000, o comércio do setor varejista representava 97,32% do total dos estabelecimentos comerciais existentes na cidade. Deste total, 46,63% eram de produtos alimentícios, aproximadamente 20% de vestuário e calçados e 7,02% de automóveis. Já o número de estabelecimentos do comércio atacadista correspondia apenas a 2,68%. Não mais existe o comércio atacadista direcionado ao consumo consumptivo. Eventualmente, pessoas das cidades do Baixo Jaguaribe

vêm comprar roupas, calçados e eletrodomésticos em Limoeiro do Norte. Ao contrário dos serviços, segunda atividade que mais ocupa mão-de-obra, e são procurados regularmente, esse centro urbano divide com a cidade de Russas a área de influência dos serviços públicos e particulares de saúde⁵, educação e segurança.

Contrariamente, o comércio atacadista responsável pelo consumo produtivo agrícola, correspondente a 2,06% dos estabelecimentos totais referentes ao ano 2000, ampliou a área de influência de Limoeiro do Norte na mesorregião do Jaguaribe. Tais fatores colaboraram para que o comércio ligado ao consumo consumptivo perdesse sua importância para a região, ao propiciar melhoramento das estradas, aumento do número de transportes, novas formas de comunicação a distância. Estas facilidades permitiram às empresas e aos supermercados venderem suas mercadorias diretamente, nos pequenos estabelecimentos do comércio varejista no Baixo Jaguaribe, por meio de representantes. Ao mesmo tempo possibilitaram tanto o deslocamento de produtores rurais à cidade de Limoeiro do Norte como a mobilidade de profissionais prestadores de assistência técnica, além da venda de produtos agropecuários pelos representantes dos seus estabelecimentos comerciais em toda a mesorregião do Jaguaribe.

Na cidade de Limoeiro do Norte há uma dinâmica de reprodução produzida pelos agentes imobiliários em seu empenho para incorporar áreas rurais à cidade. Isto cria uma expansão horizontal do seu espaço urbano, enquanto a concentração de atividades terciárias, na área central, produz modesta expansão vertical. Tal tipo de reprodução do espaço urbano, denominado por Corrêa (1989) de expansão simples, ocorre ou pela agregação ao espaço já construído de novas empresas comerciais e de serviços ou pela ampliação das já existentes, tanto quanto pelos novos empreendimentos imobiliários residenciais. Diferentemente do presenciado na primeira metade da década de 1990, quando existiam doações de terra para construção de equipamentos urbanos, ao final do

⁵ Municípios sob a coordenação de Limoeiro do Norte: Quixeré, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, São João do Jaguaribe, Jaguaribara, Jaguaribe, Iracema, Potiretama, Ererê, Pereiro. Municípios sob a coordenação de Russas: Palhano, Jaguaruana, Ibucuitinga, Morada Nova, Jaguaretama.

século XX e, principalmente, no início do século XXI, presencia-se a expansão capitalista do espaço urbano de Limoeiro do Norte.

Conforme observado, a mais recente tendência de crescimento da área urbana vem se acentuando ao norte na área limítrofe com os municípios de Russas e Quixeré, nas proximidades da CE-377, onde se encontram os bairros Luís Alves de Freitas, Boa Fé e outros, ocupados pela população pobre. A leste, na direção da Chapada do Apodi, formaram-se os bairros Santo Antônio e Pedro Celestino, onde residem famílias de classe média e, no sentido oeste, na direção da BR-116, o crescimento dá-se de forma gradativa.

Novas funções regionais

As novas atividades urbanas de Limoeiro do Norte, que atendem à região, surgem com a desestruturação da economia natural, pelo processo crescente de subordinação da agricultura regional ao capital, integrando-a à produção industrial. Segundo Santos (1996), a modernização da atividade agrícola redefine o consumo do campo, e este deixa de ser apenas consumptivo para se tornar produtivo, criando novas demandas a serem respondidas pela cidade.

Como enfatiza Santos (1996; 1999), nas áreas que participam, de forma mais complexa, do processo de modernização agrícola, o qual demanda o consumo produtivo agrícola, as cidades mais próximas se adaptam às exigências desse consumo, uma vez que fornecem a grande maioria de aportes técnicos, serviços, produtos e mão-de-obra necessários à sua realização. Na região agrícola do Baixo Jaguaribe, as cidades localizadas na mancha da modernização agropecuária não respondem à demanda gerada por essa mesma produção. Esse papel, portanto, cabe apenas à cidade de Limoeiro do Norte. Isto se explica por ser referida cidade um centro caracterizado por urbanização mais expressiva, exercendo influência na região, desde a primeira metade do século XX, e, também, por ser um dos primeiros municípios a desenvolver uma agricultura apoiada nas inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas (SILVA, 1998), as quais proporcionam o surgimento de pequenos comércios de produtos

agropecuários, resultantes dessas inovações. Inclusa, igualmente, está a presença de lideranças políticas limoeirenses, articuladoras de interesses econômicos locais junto à esfera do poder político, estadual e federal.

A modernização no campo, na região do Baixo Jaguaribe, não expandiu, em seu primeiro momento, um mercado para a produção industrial de insumos e equipamentos agrícolas. Nos anos 1970, o Estado paternalista internalizou, nas áreas de perímetros públicos, a assistência técnica, a administração, a mecanização e os insumos. Até então, as relações dessas áreas com a cidade davam-se mais por parte de agências bancárias e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Na década de 1980, o Estado não apenas ampliou o processo de modernização para a mesorregião do Jaguaribe, via Promovale, como também instalou, na cidade de Limoeiro do Norte, escritórios de órgãos públicos para atendimento mais eficaz a esse programa.

Órgãos públicos criados para viabilizar o desenvolvimento do setor agropecuário podem mudar suas ações ou serem substituídos, quando ocorrem mudanças, no âmbito das políticas nacionais para esse setor. Foi o que aconteceu com a Ematerce e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento Rural (SAAB), cujos papéis foram direcionados conforme a nova concepção na política pública de irrigação, tendo seus primeiros reflexos na região nos dois últimos anos da década de 1980. Disseminada em toda a região, a Ematerce era a principal referência na assistência técnica à agricultura municipal; passou a lidar apenas com pequenos produtores familiares da área de sequeiro e, muito recentemente, agregou os produtores das pequenas propriedades irrigadas. A SAAB restringiu sua ação à classificação de sementes e produtos de qualidade e à proteção de barreiras fitossanitárias. Outros órgãos públicos, como a Companhia de Desenvolvimento Agrário (Codagro), que respondia pela mecanização, corretivos e defensivos agrícolas; a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (Epace), destinada à pesquisa agropecuária, e o Instituto da Terra do Ceará (Iterce), que expedia títulos de propriedade da terra rural, foram extintos entre o final da década de 1980 e os primórdios de 1990.

Tanto a agricultura familiar moderna como a pequena produção empresarial destinadas ao mercado nacional possibilitaram investimentos

na cidade de Limoeiro do Norte. Muitos comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais limoeirenses que tinham atividades agrícolas transferiram a renda da terra para setores não-agrícolas da economia, principalmente o comércio.

A década de 1990 é marcada por forte inserção da economia brasileira no processo de globalização, com profundas transformações na agricultura. Para atender às exigências do mercado, das empresas agrícolas e das agroindustriais, é redefinido o papel do Estado e colocado em prática um conjunto de mecanismos com o propósito de tornar a agricultura uma atividade competitiva. Nesse contexto, sobressaem a utilização do conhecimento científico, em bases informatizadas, a flexibilidade institucional e a integração de capitais.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento do setor agrícola, tendo à frente a gestão empresarial e o grande capital, vem sendo aplicado desde a década de 1970, no Vale do São Francisco (PE e BA). No entanto, somente a partir da década de 1990, principalmente na segunda metade, segundo Soares (2003), foi implantado este modelo na região do Baixo Jaguaribe. As empresas agrícolas e agroindústrias jamais chegariam a essa região se não apresentassem vantagens comparativas vinculadas ao seu potencial de recursos naturais e localização, como a capacidade de competir no mercado, aplicar inovações tecnológicas à produção, ofertar bens, serviços e mão-de-obra especializada, enfim, se o Estado não se comprometesse a responder a essas exigências das empresas interessadas em investir na referida região.

O desenvolvimento da atividade agropecuária regional resultou na criação do agropólo Baixo Jaguaribe, cujo principal centro urbano era Limoeiro do Norte. De acordo com Little (1999), o agropólo representa uma forma específica de desenvolvimento econômico numa microrregião determinada. A cidade de Limoeiro do Norte, que já sediava atividades regionais de atendimento à agropecuária moderna, desde a década de 1980, expande, nos anos 1990, a oferta de serviços e comércio agropecuários e demais serviços econômicos para garantir o adequado funcionamento do agropólo. No entanto, a partir do ano 2000, o número

de estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários parou de crescer, em virtude, entre outros fatores, da concorrência interna e da venda direta ao campo, realizada por representantes das empresas industriais distantes. No primeiro caso, as três maiores empresas comerciais de Limoeiro do Norte, Terra Fértil, Agovale e Agrofértil, concorrem entre si e monopolizam o comércio regional. Em segundo lugar, vêm os representantes de empresas oriundas de Estados nordestinos e de empresas multinacionais, a exemplo da Bayer, que vendem produtos diretamente nas fazendas agrícolas e nas demais propriedades rurais.

Não apenas comerciantes, mas profissionais especializados procedentes da região, quando formados pelo Centro de Ensino Tecnológico (Centec), e de áreas agrícolas modernas do Nordeste ou do Sul do país, procuram Limoeiro do Norte. Os principais serviços públicos que se encontram na cidade, oferecidos pela nova institucionalidade criada pelo governo cearense para dinamizar o agronegócio associado à agricultura são os seguintes: a Secretaria de Agricultura e da Pecuária do Ceará (Seagri), que articula e integra os vários elos do agronegócio ligados à agricultura irrigada regional; a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), gerenciadora do consumo de água em atividades econômicas; o Instituto de Ensino Tecnológico, de natureza educacional, responsável pela formação de mão-de-obra para o agronegócio e pesquisa aplicada na área da agronomia, desenvolvida pela Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão Tecnológica (UEPE), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A demanda por profissionais especializados dá-se em face da incorporação de ciência, técnica e informação ao processo produtivo regional, além das novas determinações políticas e normativas impostas pela política agrícola nacional.

Ante a acirrada competição com as empresas agrícolas, a partir do momento em que a produção agrícola é encaminhada para o mercado globalizado, muitos empreendedores urbanos de Limoeiro não mais conseguem ampliar seu capital com a agricultura. Conseqüentemente, apenas um número muito reduzido desses empreendedores continua investindo em atividades não-agrícolas. Dizem ser rentáveis a construção

de imóveis para aluguel, hotéis e pousadas, concessionárias, estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios e escritórios de assistência técnica aliados aos setores agropecuário e de informática.

Como novos agentes sociais urbanos de Limoeiro do Norte mencionam-se os seguintes: o empresário agrícola, o comerciante proprietário de supermercados, o comerciante de produtos agropecuários, o agente imobiliário e o Estado. Este, responsável pela criação de serviços públicos de saúde e de educação de alcance regional, atualmente se omite quanto aos interesses da população, embora se torne mais atuante e presente na economia. Os velhos agentes sociais urbanos – a Igreja Católica, os tradicionais comerciantes e os tradicionais proprietários de terra, que antes exerceram papel de destaque na expansão inicial do espaço urbano de Limoeiro do Norte – perderam sua importância. Atribui-se esse fato ao empobrecimento da tradicional classe agrocomercial, com a desvalorização econômica da cera de carnaúba; à morte do bispo Dom Aureliano Matos; ao enfraquecimento do modelo político alimentado pelo assistencialismo e clientelismo e às transformações técnico-econômicas associadas à agricultura.

Relações interurbanas

As atividades comerciais e de serviços continuam integrando a cidade de Limoeiro do Norte à região do Baixo Jaguaribe. Coexistem, no seu espaço urbano, os serviços sociais criados com a interferência da Igreja Católica e pelo Estado assistencialista, com as atividades públicas e particulares voltadas a atender à dinâmica da agricultura científica e da carcinicultura.

Ante a necessidade de circulação e acumulação de capital, essencial a esse processo de modernização, exige-se, imediatamente, nova reestruturação do trabalho e do espaço geográfico, a partir de maior diversificação e complexidade de objetos e ações incorporados a esse espaço, independente da escala espacial. Conforme adverte

Santos (1997, p. 54), “quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance”. Muitas cidades situadas em áreas agrícolas modernas, ainda segundo Santos(1996; 1999), passam a adquirir funcionalidade mais complexa em face de um maior grau de articulação entre os centros urbanos, e passam a estabelecer uma relação direta com a demanda da sua região. Esta, por sua vez, especializa-se e, com lugares distantes, não mais revelando um sistema exclusivamente christalleriano.⁶

O modelo de modernização agropecuária que se estende na região do Baixo Jaguaribe não tem como meta criar um mercado interno de produtos agrícolas *in natura*; tampouco tenciona fortalecer as agroindústrias existentes, muito menos expandi-las. Pretende, sim, apropriar-se da mão-de-obra barata, dos recursos naturais, e atender à indústria a montante, da agricultura que abrange bens de capital e insumos, e à indústria a jusante, voltada ao processamento da matéria-prima agrícola (SILVA, 1998).

Como mostra a Figura 2, Limoeiro do Norte concentra um comércio de produtos agropecuários das empresas industriais a montante da agricultura, que atende não apenas às manchas da modernização mas a toda a mesorregião do Jaguaribe. Esses produtos, indispensáveis à agropecuária regional, são consumidos nas pequenas e médias propriedades rurais e nas fazendas agrícolas, embora, muitas dessas fazendas, comprem diretamente nas empresas comerciais distantes. Ao atender não apenas às empresas nacionais e multinacionais, mas também a um número significativo de pequenos e médios produtores, o comércio agropecuário cria uma relação da cidade com espaços contíguos à região. Desse modo, configura-se como um comércio produtor de horizontalidades, apesar de sua origem verticalizante. Os fertilizantes químicos, que representam maior volume de vendas entre os produtos agropecuários

⁶ Segundo Christaller, “existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como localidades centrais” (apud CORRÊA, 1989, p. 2).

comercializados na cidade, são praticamente monopolizados pelas empresas multinacionais.

Na cidade também podem ser encontrados os serviços públicos voltados a dinamizar o setor agroexportador. Por meio da Seagri, da Cogerh, do Centec, do Banco do Nordeste, entre outros, o Estado vem implementando programas e projetos responsáveis pela criação da densidade técnico-científico-informacional e da normatização para adequar a região agrícola do Baixo Jaguaribe às exigências das empresas do agronegócio que tendem a ser verticalizadas, atuando em mais de um segmento da cadeia produtiva. Mas, destaque-se, o desenvolvimento do agronegócio, associado à agricultura irrigada, necessita de articulação com agentes das cadeias produtivas (insumos, sementes, tecnologia, agroindústrias, transporte, comercialização, marketing e supermercados). Neste intuito, são encontrados em Limoeiro do Norte insumos agrícolas, medicamentos veterinários, equipamentos e máquinas modernas, no caso de tratores, e os serviços de formação de mão-de-obra, assistência técnica, aquisição de tecnologias, pesquisa de menor porte, transportes para mão-de-obra, gestão, gerenciamento do uso de água, bancários, contábeis, além de eventos científicos e culturais etc. Na Figura 2 pode ser vista a área de influência de Limoeiro do Norte, ou seja, aquela que recebe não apenas esses serviços e produtos agropecuários, como também os serviços sociais.

Os serviços públicos voltados a atender à atividade agrícola moderna agregam áreas de pequenos e grandes produtores de frutas destinadas à exportação. Expressam, pois, uma relação com espaços contíguos à região, em torno de uma cooperação mais limitada, criando, neste caso, relações horizontalizadas. Contudo, os mesmos serviços contribuem para as relações verticalizadas quando fortalecem uma cooperação mais ampla, tanto econômica, política quanto espacial, ao responder também às exigências da circulação, distribuição e consumo globalizados. Conforme se percebe, o Estado preocupa-se, sobretudo, com o desempenho das empresas, as quais impõem regras não apropriadas aos interesses de grande parte dos atores locais e desconhecem particularidades do espaço agrário regional, levando à ampliação de verticalidades e, simultaneamente, à necessidade de reafirmação de horizontalidades

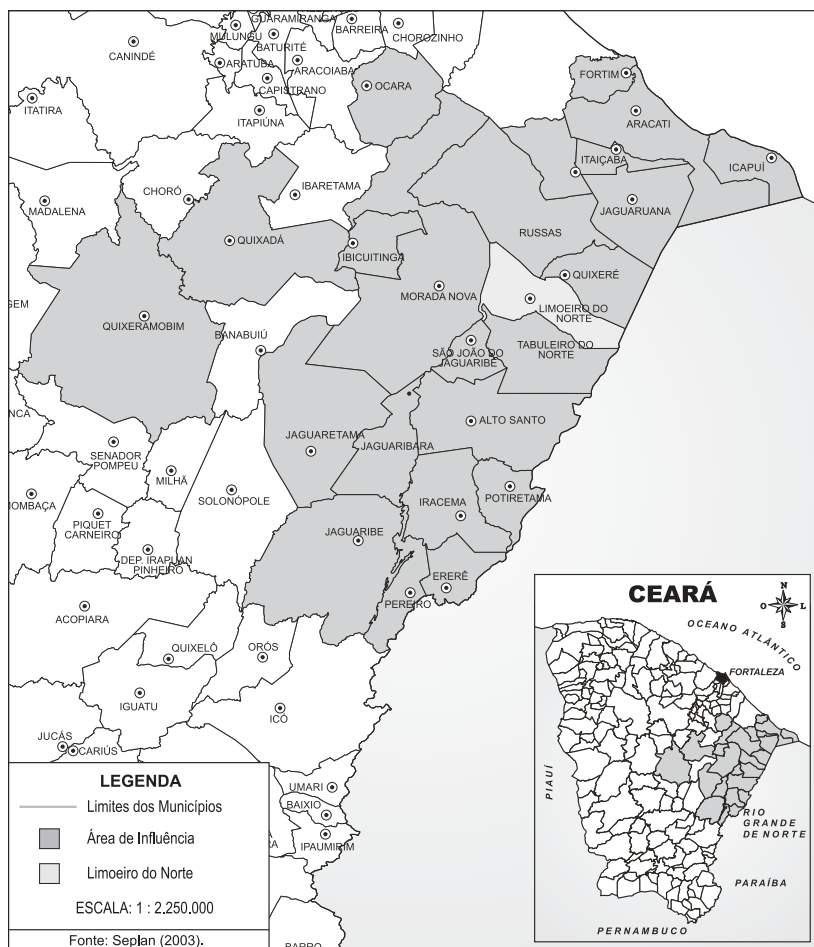


Figura 2 – Limoeiro do Norte e sua área de influência

Fonte: Seplan (2003)

Considerações finais

A mudança na base técnica da agricultura regional desestruturou a economia rural, assentada em bases naturais, e impôs um outro modo de produzir, dependente da indústria e dos circuitos espaciais da produção

em escala nacional e internacional. Era o início de uma nova dinâmica de acumulação do capital no campo, na qual a cidade de Limoeiro do Norte tinha um papel a desempenhar. Como observado, esta cidade apresenta maior centralidade, decorrente não apenas de serviços especializados, a exemplo do de educação superior, do comércio e de outros serviços especializados destinados ao atendimento da agropecuária moderna.

Na dinâmica espacial, própria da reprodução do espaço urbano, há de se levar em conta uma modesta verticalização da área central da cidade, com a expansão do setor terciário. Nos bairros mais afastados do Centro, houve ampliação da área residencial com a chegada de trabalhadores agrícolas e surgimento de equipamentos comerciais de pequeno porte. Além disso, o crescimento da população urbana, principalmente de uma classe média, favoreceu os agentes imobiliários, que passaram a incorporar áreas rurais à cidade, gerando uma expansão horizontal do seu espaço urbano e, conseqüentemente, fragmentação socioespacial.

As inter-relações criadas a partir de atividades urbanas regionais (comércio e serviços), que respondem ao consumo produtivo agrícola, produziram horizontalidades que só vieram fortalecer as relações da cidade com a região do Baixo Jaguaribe e ampliá-las para outros municípios da mesorregião do Jaguaribe. Tais atividades atendem também a interesses e agentes externos, de acordo com lógicas verticalizadas. Como evidenciado, a dinâmica urbana, resultante das inter-relações com a sua região e lugares distantes, não eliminou antigas atividades regionais ligadas à saúde e, principalmente, à educação. Estas continuam a desempenhar os mesmos papéis, embora abranjam uma área bem menor de influência.

A urbanização de Limoeiro do Norte, portanto, ganhou peculiaridades e um ritmo mais intenso, mediante a reestruturação da atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe. Inegavelmente, a urbanização ocorre; todavia, mais em razão das atividades econômicas inseridas no mercado nacional e internacional, das necessidades de consumo da classe média do que dos interesses da maioria da população local e regional.

Referências

- ARAÚJO, R. L. de. **Organização espacial e questão ambiental: o caso da cidade de Limoeiro do Norte (CE)**. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 150 p.
- CEARÁ. Iplance. **Perfil básico de Limoeiro do Norte**. Fortaleza, 2000.
- CHAVES, M. L. J. **Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais**. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96 p.
- DONNE, M. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: M. Afonso, 1985. 137 p.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo: Edusp, 2003. 480 p.
- GONDIM, L. M. P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). *In*: SOUZA, S. de; GONÇALVES, A. (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: D. Rocha, 2002. p. 409-424.
- GIRÃO, R. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971. 105 p.
- IBGE. **Censo Demográfico: 1970, 1980, 1991, 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- LIMA, L. C. **Produção do espaço: sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho**. Fortaleza: [s. n.], 2003. (Mimeogr.).

LITTLE, P. E. Agropólos e meio ambiente: a dimensão conceitual. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA. **Agropólos: uma proposta metodológica**. Brasília: IBIPTI, 1999. p. 93-114.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

SAINT-CLAIR JÚNIOR, C. da T. Espacialidades e temporalidades nas dinâmicas das formas urbanas. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 241-258, jul./dez. 2004.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 1754 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. São Paulo: Record, 2002. 174 p.

SILVA, J. B. da. A cidade contemporânea no Ceará. *In*: SOUZA, S. de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: D. Rocha, 2002. p. 215-236.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. 216 p.

SOARES, H. dos S. **Agricultura e (re)organização do espaço: a**

rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte - Ceará. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

_____. **O estudo da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe: elementos metodológicos.** Limoeiro do Norte: (s. n.), 2003. 11 p. (Mimeogr.).

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324 p.

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade.** 1991. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis.** 1996. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Transformações no espaço intra-urbano e processos de planejamento no Baixo Jaguaribe

Renato Pequeno

Introdução

Fruto de uma pesquisa denominada Economia política da urbanização do Baixo Jaguaribe,¹ este artigo trata das transformações ocorridas no espaço intra-urbano dos municípios que compõem o Baixo Jaguaribe, no Ceará.² Nos últimos vinte anos, em virtude de programas conduzidos pelo governo federal e estadual, esta região passa por inúmeras transformações inerentes à difusão do agronegócio de frutas tropicais.

Buscamos apresentar os processos associados à atual configuração da rede de cidades, especialmente aqueles que têm conduzido à expansão, dispersão e fragmentação do espaço intra-urbano. No referente aos impactos socioespaciais decorrentes da reestruturação produtiva da agropecuária sobre o espaço intra-urbano, tratamos de temas como os conflitos de uso do solo e ocupação do território; os problemas de mobilidade e transporte; as carências de infra-estrutura e serviços urbanos; e processos e instrumentos de planejamento urbano.

Partimos do princípio de que o planejamento urbano, como atividade interdisciplinar e multiprofissional, requer abordagens

¹ Esta pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizada de 2004 a 2006, sob a coordenação da professora doutora Denise Elias, do Laboratório de Estudos Agrários (LEA) do Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² O Baixo Jaguaribe compreende uma microrregião situada na porção nordeste do Estado do Ceará, composta por dez municípios: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

diversificadas e multifacetadas (SOUZA, 2002). Entendemos, assim, o planejamento como um processo dinâmico que se volta para antever cenários bem como para formular estratégias e ações capazes de reverter quadros adversos ou potencializar situações promissoras, sempre focados no desenvolvimento territorial (PFEIFFER, 2005).

Com isso, apresentamos uma caracterização do Baixo Jaguaribe com vistas a avaliar as possibilidades trazidas pelos instrumentos de planejamento e gestão urbana, notadamente o plano diretor reconhecido como principal produto decorrente de um processo de planejamento urbano na escala do município.

Apesar de equivocadamente apontado por muitos como verdadeira salvação aos problemas do espaço intra-urbano, os planos diretores elaborados para os principais municípios da região serão aqui analisados como instrumentos de planejamento e organização territorial (VILLAÇA, 1999).

Entendido como resultado de um processo, o plano diretor reúne um conjunto de etapas organizadas numa seqüência lógica. Buscamos verificar a compreensão do que vem a ser um plano diretor como fruto de um processo de planejamento a partir da visão de diversos atores envolvidos. Tal destaque se dá em função dos procedimentos metodológicos equivocados segundo os quais eles vêm sendo realizados, impedindo a iteração e interação entre as diferentes fases, refletindo uma visão unidirecionada dos técnicos responsáveis por sua realização.

Complementa esta análise a investigação quanto aos conflitos e contradições perceptíveis entre a realidade existente e a situação futura desejada nos planos. Para tanto, têm-se como referencial os princípios que fundamentam o Estatuto da Cidade, Lei federal 10.257/2001.

Ao abranger em seu conteúdo um conjunto de diretrizes norteadoras destinadas à produção de cidades sustentáveis, assim como um conjunto de instrumentos voltados para induzir o desenvolvimento urbano e combater a especulação imobiliária; promover a regularização fundiária; viabilizar a gestão democrática e participativa, o Estatuto da Cidade tem

no plano diretor o principal veículo de transformação da realidade. Como área de abrangência, passa-se a considerar o município como um todo. Isto, no caso das cidades vinculadas ao agronegócio representa profundas transformações, realçando nova importância para a ordenação do uso do território.

Como afirma Rodrigues (2004, p. 12):

os princípios do Estatuto da Cidade propiciam desvendar conflitos relacionados ao planejamento, à apropriação, à propriedade, à gestão e ao uso do solo nas áreas urbanas. O Estatuto não resolve nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra, mostrando que a sociedade é desigualmente constituída, reconhecendo também o predomínio da população urbana e a falta de acesso da maioria aos padrões de urbanidade vigentes.

Em seus aspectos metodológicos, este artigo é fruto de uma série de trabalhos de campo nos quais foram realizadas entrevistas junto a atores sociais diretamente envolvidos com os processos pré-identificados na região e nas cidades. Além disso, foram analisados dados obtidos em diferentes bases, assim como feita leitura de relatórios técnicos de planos diretores de desenvolvimento elaborados por escritórios de consultoria, sempre buscando estabelecer relações entre o teórico e o empírico.

A despeito de se ter adotado diferentes escalas de abordagem – regional, municipal ou intra-urbana – e considerando apenas a divisão político-administrativa como critério, buscamos nos deter na identificação de processos caracterizadores do estágio de urbanização na escala da cidade ou intra-urbana. Todavia, sempre que necessário, foram estabelecidas relações inter-escalares, pois as causas destes processos podem ser melhor percebidas em escalas superiores. O mesmo pode ser dito em relação aos impactos reconhecidos de forma direta ou indireta em escalas distintas: superiores ou inferiores.

Neste sentido, embora não tenhamos a pretensão de chegar a um elenco de proposições, apontamos alguns aspectos da realidade das cidades do Baixo Jaguaribe passíveis de ser reformulados, objetivando cidades mais justas e democráticas.

O recente processo de desenvolvimento urbano no Ceará

Ao longo das últimas duas décadas, o Ceará passa por um processo de significativas transformações econômicas e territoriais. Tais modificações são empreendidas por um novo grupo político que assume o poder no Estado, composto por políticos e empresários locais autodenominados de Governo das Mudanças (GONDIM, 2000). Este vem implementando o que classifica de plano de desenvolvimento sustentável, com vistas a criar as condições necessárias para inserir o Ceará nos circuitos da produção e consumo globalizados.

Ao contar com amplo apoio do governo federal e financiamento de organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, um grande conjunto de ações, traduzidas em programas e projetos, é empreendido, já sendo significativas as transformações econômicas. Além dos investimentos em infra-estrutura econômica, entre os setores escolhidos para receber tais investimentos destacam-se o agronegócio de frutas tropicais, o turismo litorâneo e a atração de indústrias, esta mediante incremento da guerra fiscal, acirrando a luta entre os lugares pelos investimentos produtivos, apresentando-se, hoje, como os principais vetores de reorganização da economia e do território.

Por ser a cidade o *lócus* preferencial da reprodução do capital, todos os programas e projetos têm entre seus objetivos o fortalecimento das cidades consideradas estratégicas para a produção e gestão das transformações em processo. Atualmente, destacamos, o incremento da urbanização é uma realidade também bastante presente no Ceará. Dos seus 7,4 milhões de habitantes, no ano de 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, mais de sete em cada dez viviam nas áreas urbanas dos municípios, refletindo o esvaziamento progressivo do campo.

O quadro de distribuição da população segundo lugar de domicílio mostra-se ainda mais desigual quando observamos que cerca de 30% do total da população cearense residem na sua capital, Fortaleza, e mais de 40% na Região Metropolitana, composta por treze municípios dos 184 que formam o Ceará.

A urbanização macrocefálica é ainda mais visível ao evidenciarmos que em todo o Estado somente seis municípios têm população superior a cem mil habitantes. Destes, na própria Região Metropolitana situam-se Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, enquanto somente Fortaleza tem mais de 2.300 mil habitantes.³ Em contrapartida, 98 dos 184 municípios cearenses têm população inferior a 20 mil habitantes e concentram 16,5% do total da população cearense.

Um dos grupos mais representativos em percentual de população em relação ao total do Estado diz respeito aos municípios com população entre 20 e 100 mil habitantes. São oitenta municípios e juntos representam 43,5% do total da população estadual. Entre estes, dezoito têm entre 50 e 100 mil habitantes e concentram cerca de 10% do total da população cearense. Desta forma, os 62 municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes concentram 33,5 % do total da população do Estado.

Todavia a urbanização é uma realidade não somente nos municípios maiores, mas também nas outras classes de tamanho. A exemplo do ocorrido em todo o restante do país, esta se acelera nas últimas duas décadas, e se processa de forma caótica. Compreende-se, assim, que no cerne dos programas implementados pelo governo do Ceará merece ser destacado o Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (Prourb), cujo objetivo maior é inserir o Estado na produção e consumo globalizados.

O Prourb se divide em dois subprogramas: o Águas do Ceará e o Cidades do Ceará. Em face dos nossos objetivos neste artigo, trataremos especificamente do segundo, o qual se volta para o fortalecimento dos municípios por meio da realização de instrumentos de planejamento e gestão. Entre estes, sobressai a realização dos planos diretores.⁴

³ Caucaia tem pouco mais de 250 mil habitantes e Maracanaú cerca de 180 mil habitantes. Dos outros três municípios fora da Região Metropolitana de Fortaleza, um fica ao norte do Estado, Sobral (cerca de 150 mil habitantes) e os outros dois no sul: Juazeiro do Norte (aproximadamente 212 mil habitantes) e Crato (em torno de 104 mil habitantes). Estes centros regionais compõem uma aglomeração urbana na região do Cariri.

⁴ O Programa Cidades do Ceará foi inicialmente conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, passou para a Secretaria de Infra-Estrutura em 1999 e, posteriormente, em 2003, para a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. Além dos planos diretores, outras ações foram priorizadas, como o cadastro multifinalitário de imóveis e a reestruturação administrativa municipal.

Dos 184 municípios que compõem o Ceará, 48 foram selecionados para receber os investimentos do Prourb⁵, considerados estratégicos para a implementação do plano de desenvolvimento sustentável do governo estadual. Entre estes, três encontram-se no Baixo Jaguaribe os seguintes: Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova.⁶

O Baixo Jaguaribe como região estratégica e suas cidades

Situada na porção nordeste do Estado do Ceará, o Baixo Jaguaribe possui uma população de 286 mil habitantes dos quais 54% vivem nas cidades (IBGE, 2000). Entre o conjunto de cidades que compõem a região, podem ser apontadas algumas tipologias, diferenciadas entre centralidade regional e cidade local. Como centralidades regionais podem ser apontadas Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte, embora apresentem uma diferenciação tanto em relação à dinâmica demográfica como em relação à dinâmica econômica.

A região vem sobressaindo do restante do território cearense, exceto a Região Metropolitana, por um mais rápido processo de difusão de inovações, notadamente associadas ao agronegócio da fruticultura tropical. Seu processo histórico de territorialização evidencia a agropecuária e o extrativismo vegetal como suporte básico do povoamento, da urbanização e da formação dos demais setores econômicos. Desde o início da década de 1990, apoiado por inúmeras políticas públicas, o agronegócio ganha grande impulso e transforma-se no principal vetor de reorganização da produção e do território regionais.

Já é possível sentir os resultados deste processo, pois a região é palco, hoje, da territorialização de renomadas empresas, notadamente agrícolas, entre as quais uma multinacional, incluída entre uma das três

⁵ Entre os escolhidos, encontram-se os municípios considerados estratégicos para viabilizar a efetivação dos objetivos governamentais associados aos seus vetores de crescimento econômico.

⁶ Segundo a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, referentes à política urbana, todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, assim como todos os que façam parte de regiões metropolitanas e de áreas de relevante interesse ambiental, devem elaborar seus planos diretores. No caso do Baixo Jaguaribe, outros dois municípios, apesar de apresentarem população superior a 20 mil pessoas, não foram selecionados.

mais importantes do mundo no setor de fruticultura. Atualmente, o Baixo Jaguaribe se constitui não só na mais destacada região do agronegócio da fruticultura do Ceará, como num novo arranjo territorial produtivo agrícola globalizado do país (ELIAS, 2002).

Vale ressaltar que o Baixo Jaguaribe é uma das regiões consideradas estratégicas para o plano de desenvolvimento sustentável do Estado. Vários investimentos vêm sendo realizados em infra-estrutura (de transportes, de irrigação, de telecomunicações, de eletrificação etc.) no intuito de tornar a região atraente para os investimentos produtivos, especialmente para o agronegócio. Em pleno semi-árido, a região é uma das mais evidenciadas do Estado em relação às condições edafoclimáticas para a realização da agricultura.

Neste sentido, a região é também palco de influentes programas associados ao Águas do Ceará (Prourb), uma vez que está em execução um dos mais importantes no relacionado à interligação de bacias hidrográficas, o qual está mudando a geografia dos recursos hídricos do Estado. Tal programa tem o objetivo principal de transportar a água do Baixo Jaguaribe até o novo porto do Ceará (Pecém), localizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Para isto, foi construído o açude Castanhão, que abrange terras em alguns municípios do Baixo Jaguaribe, considerado o “coração” para os programas de interligação de bacias hidrográficas do Estado. Como é notório, o Ceará, especialmente a região do Baixo Jaguaribe, é um dos grandes “laboratórios” do Banco Mundial para os novos programas de gestão dos recursos hídricos.⁷

Ainda associado aos sistemas de objetos (SANTOS, 1996) inerentes aos recursos hídricos, devemos enfatizar o Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas, construído com verbas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (SRH). Este projeto reúne o que há de mais moderno hoje no Ceará para a produção agrícola irrigada. Além disso, no semi-árido, associados à irrigação, existem os sistemas técnicos viabilizadores da agricultura. Quando toda a obra for concluída, representará cerca de 15.000 ha de terras agricultáveis.

⁷ Vale destacar que o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Ceará é bem anterior ao do próprio país.

Vale ainda mencionar o novo sistema viário regional implantado em função das áreas produtivas, especialmente na Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte: Estrada do Melão e Estrada das Frutas. Estas devem alterar a configuração espacial da região, inclusive influenciando a região fruticultora situada no Estado vizinho, Rio Grande do Norte. No caso, conforme observado, além de facilitar o escoamento da produção, tais melhorias no sistema viário poderão vir a dinamizar o setor agrícola e demais empreendimentos a ele associados, fortalecendo ainda mais a cidade cujas funções estejam associadas mais fortemente ao agronegócio.

Evidencia-se, dessa forma, expressivo processo de reestruturação do espaço agrícola do Baixo Jaguaribe, com conseqüências para a reestruturação das cidades. O desenvolvimento desigual ocorrido em todo o país, tanto em relação ao meio urbano, como no referente ao espaço agrícola, também é sentido na escala regional. Assim, no âmbito regional, alguns municípios são fortalecidos, notadamente os que já se apresentavam como centros regionais, reforçando-se a hegemonia de Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte.

No caso de municípios cujas sedes urbanas se apresentavam compactas como tecido urbano, até o início da década de 1990 ainda prevalecia maior contingente populacional no campo do que nas cidades. Entretanto, as cidades do Baixo Jaguaribe, especialmente aquelas de maior porte, passaram a ter seu crescimento demográfico dinamizado pelas migrações, tanto intra como intermunicipal, possibilitadas pelas vias de caráter regional. Se no primeiro momento eram somente associadas ao êxodo rural, cada vez mais se faz sentir o peso da migração descendente (SANTOS, 1993), realizada pelos profissionais especializados no agronegócio, de origem e vivência urbanas, explícita principalmente em Limoeiro do Norte.

Mesmo infra-estruturas de abrangência inter-regional, como a do açude Castanhão, influenciaram o crescimento urbano das principais cidades da região, uma vez que parte das famílias desabrigadas com a construção da barragem migraram para suas periferias urbanas ou mesmo localidades rurais.

Embora seja um processo comum à maioria dos municípios do Ceará, a intensificação do crescimento demográfico nas sedes municipais

que compõem o Baixo Jaguaribe é notória nas últimas décadas, como pode ser observado a partir da evolução da taxa de urbanização. Como alvo de políticas públicas promovidas pelos governos federal e estadual, a região tem seu processo de urbanização intensificado desde os anos 1970. Em 2000, de acordo com dados do IBGE, segundo constatado, sete dos seus dez municípios já apresentavam taxa de urbanização superior a 50%. Merece destaque o município de Russas, que desde o Censo Demográfico de 1970 desponta como o município com maior taxa de urbanização.

Tabela 1 – Evolução da urbanização dos municípios do Baixo Jaguaribe

Municípios	População total 1970	Taxa de urbanização 1970 (%)	População total 1980	Taxa de urbanização 1980 (%)	População total 1991	Taxa de urbanização 1991 (%)	População total 2000	Taxa de urbanização 2000 (%)
Alto Santo	11.904	14,84	12.885	23,05	13.610	28,80	15.394	35,38
Ibicuitinga	-	-	-	-	8.598	28,19	9.435	46,50
Jaguaruana	22.437	27,41	24.905	33,15	25.917	45,28	29.735	55,76
Limoeiro do Norte	25.623	24,84	32.757	41,33	41.700	55,98	49.620	56,86
Morada Nova	53.552	17,87	64.536	29,59	58.912	44,98	64.400	52,59
Palhano	5.106	18,02	7.106	28,26	7.946	44,36	8.166	52,16
Quixeré	11.221	13,37	12.483	23,34	13.801	48,49	16.862	58,46
Russas	34.239	33,22	38.517	48,15	46.566	58,10	57.320	61,62
S. João Jaguaribe	7.723	14,02	8.335	22,08	8.018	31,42	8.650	31,72
Tabuleiro do Norte	19.421	28,36	23.242	38,59	25.106	50,53	27.098	58,50

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000).

Morada Nova é um dos maiores municípios da região, e sobressai como um dos principais pólos de agricultura irrigada do Ceará. Embora um dos primeiros municípios a receber a construção de um perímetro irrigado público do Dnocs em toda região Nordeste, ainda na década de 1970, quando estes eram considerados o sistema técnico agrícola redentor para a transformação da agricultura do semi-árido, hoje remanesce uma agricultura menos intensiva, não priorizada pelas novas políticas públicas associadas à agricultura no Estado.⁸

⁸ Sobre o Perímetro Irrigado de Morada Nova pode ser visto o artigo de Francisco Kennedy Silva dos Santos, nesta mesma coletânea.

Tradicionalmente ligado às cerâmicas, presentes em grande número no município, Russas está entre os municípios que mais vem se diferenciando em relação aos demais, principalmente associado à instalação de uma indústria calçadista (Dakota), que emprega cerca de três mil pessoas e tem promovido profundo impacto na economia urbana, no mercado de trabalho e na dinâmica populacional.⁹

Limoeiro do Norte, por sua vez, é considerado por nós como o grande destaque da região. Concentra parte significativa das políticas públicas associadas à reestruturação da produção agrícola, dos investimentos das empresas agrícolas, das instituições de ensino tecnológico, do comércio e dos serviços especializados para a agricultura científica, dos sistemas técnicos agrícolas associados à irrigação etc. Tais características fazem emergir uma nova tipologia de cidade no Baixo Jaguaribe, e isto nos leva a concordar com as hipóteses que vêm sendo trabalhadas por Elias (2002; 2005) quando afirma ser a cidade de Limoeiro do Norte a emergente cidade do agronegócio no Estado do Ceará.¹⁰

A partir da análise do processo de crescimento urbano de Limoeiro do Norte, conforme se percebe claramente, a polarização que este município passou a desempenhar na região tem sido fator fundamental no direcionamento de sua expansão urbana, orientando-se em duas direções e interligando-se a outros municípios e distritos vinculados à fruticultura¹¹.

Por um lado, a importância da BR-116 como principal via de acesso de caráter regional, que interliga a região a Fortaleza e ao Centro-Sul do país, faz com que o setor situado entre a sede de Limoeiro e a rodovia tenha apresentado forte crescimento urbano e demográfico, despontando na confluência entre a BR-116 e a via de acesso um núcleo urbano denominado Triângulo, agregando uma série de equipamentos e serviços.

A intensificação da produção agrícola no município com a territorialização das empresas vinculadas ao agronegócio influencia

⁹ Sobre o assunto pode ser visto o artigo de Edilson Pereira Júnior e Diego Gadelha, nesta mesma coletânea.

¹⁰ Sobre as cidades do agronegócio pode ser visto artigo de Denise Elias, nesta mesma coletânea.

¹¹ Sobre o papel regional de Limoeiro do Norte pode ser visto o artigo de Lucenir Jerônimo Chaves, nesta mesma coletânea.

diretamente o crescimento de Limoeiro do Norte e orienta sua expansão ao longo da via de ligação entre a cidade e as áreas produtivas ao leste. Constatações similares podem ser emitidas em função de vínculos tradicionais entre Limoeiro e os municípios vizinhos de Russas e Tabuleiro do Norte, os quais foram estabelecidos pelo sistema viário regional anterior à BR-116, conseguindo se manter por conta das atividades econômicas regionais. Primeiro, em decorrência da produção da cerâmica, situada na área de transição urbano-rural de Limoeiro; segundo, pela função absorvida pelo município de Tabuleiro do Norte no atendimento às demandas microrregionais associadas ao setor metal-mecânico.

Em face da localização das sedes urbanas em relação à principal via regional, no caso a BR-116, conforme se percebe, Russas desponta entre as demais. Situada quase à margem desta rodovia federal, seu crescimento urbano se organiza de forma linear, e tem num dos principais rios que cortam a cidade (Arahibu) uma barreira a ser vencida, observando-se um padrão diferenciado de urbanização na outra margem do rio, caracterizado pela precariedade das redes de infra-estrutura e pela predominância da paisagem de transição urbano-rural de seus assentamentos. Este crescimento urbano alongado fica ainda mais reforçado por conta da implantação de dois grandes empreendimentos, embora de períodos distintos: a rodoviária na saída da cidade em direção ao sul do Estado e a planta industrial da Dakota, na entrada da cidade.

Entre as demais cidades locais que compõem a região, é visível a diferenciação entre Jaguaruana e Tabuleiro do Norte, em razão das atividades secundárias pouco intensivas nelas desenvolvidas. A primeira, associada à indústria têxtil tradicional, voltada à produção de redes, e a segunda, à indústria metal-mecânica. Num patamar inferior, sobressai o município de Quixeré, que apesar de apresentar população inferior a 20 mil habitantes, se destaca em relação às demais por conta de uma nova dinâmica do mercado de trabalho formal, notadamente agrícola, decorrente do agronegócio. Este município concentra a principal produção de melão do Ceará, realizada quase na sua totalidade pela multinacional Del Monte. Dessa forma, o crescimento demográfico de Quixeré tem se intensificado devido às migrações provenientes dos municípios vizinhos, em virtude do oferecimento de trabalho agrícola sazonal, como mostra a Figura 1.

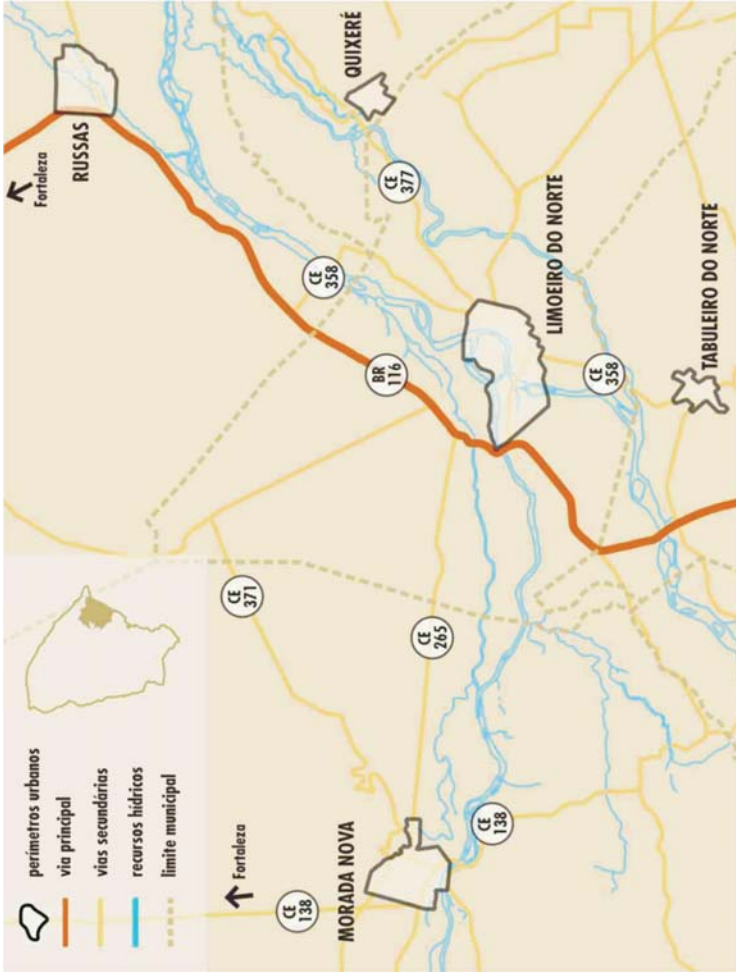


Figura 1 – Rede de cidades e estrutura viária no Baixo Jaguaribe
Fonte: Elaborada pelo autor.

A acessibilidade desigual aos equipamentos sociais, a centralização institucional nos municípios pólos, e as disparidades quanto à provisão de redes de infra-estrutura entre o urbano e o rural também têm sido processos perceptíveis na região. Desta condição desigual, verifica-se a ocorrência de fluxos migratórios crescentes, os quais caracterizam a dinâmica demográfica da região. O crescente número de domicílios vagos nas zonas rurais, assim como a menor taxa de crescimento demográfico de alguns municípios evidenciam esses deslocamentos populacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004). Disto exacerba-se um quadro de desenvolvimento desigual na região, diretamente associado à concentração de investimentos produtivos, e propicia-se às atividades econômicas vinculadas ao agronegócio ocorrer nas proximidades de outras áreas onde as práticas tradicionais ainda remanesçam. Entretanto, será nas cidades onde essas disparidades ganharão maior peso, assim como a justaposição e a intensidade de uso do espaço intra-urbano poderão ser melhor percebidas.

Questões do espaço intra-urbano no Baixo Jaguaribe

O espaço intra-urbano, na forma como vem sendo produzido no Baixo Jaguaribe, reflete claramente as transformações promovidas no espaço regional nas suas diferentes escalas. A exemplo da maioria das cidades brasileiras, uma série de processos pode ser identificada, como situações recorrentes, porém com causas e efeitos diferenciados em função das peculiaridades locais, sejam elas associadas às relações sociais de produção ou aos processos naturais.

Tendo em vista que os diagnósticos e as propostas de estruturação urbana elaboradas para os municípios e para a região servirão de subsídios para esta análise, buscamos aqui classificar os processos característicos da situação existente em três categorias principais: conflitos de uso e ocupação do solo; problemas de mobilidade urbana; e carências de infra-estrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais.

Diante da sua importância como variável capaz de traduzir as desigualdades socioespaciais¹², a questão da moradia e da irregularidade fundiária merece estudo aprofundado. Por conta da utilização dos planos diretores como bases comuns de análise do espaço intra-urbano, seja para análise do estado em que se encontra a sede urbana, nas suas pressões e nos seus impactos, seja nas respostas formuladas pelos consultores aos problemas constatados, não adotaremos a habitação como tema crítico. Todavia, o uso residencial será analisado nas suas compatibilidades e nos seus conflitos sempre que ocorrer de forma desarmônica com os demais.

Vale ainda lembrar que a análise, diagnóstico e síntese estarão amplamente concentradas na realidade dos três principais municípios da região do Baixo Jaguaribe, Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte, os quais apresentam características demográficas semelhantes, porém se diferenciam nos seus aspectos econômicos e produtivos, levando a uma configuração espacial diversa e peculiar.

Conflitos e compatibilidades no uso do solo e do espaço intra-urbano

A diversidade de uso do solo no espaço intra-urbano dos municípios componentes do Baixo Jaguaribe abrange funções típicas de cidades que apresentam inter-relações diretas com o espaço rural que as envolve e com as sedes dos distritos integrantes destes municípios.

A predominância do uso residencial nas sedes urbanas em relação aos demais usos traz a necessidade de serem outras variáveis agregadas à condição de moradia, tais como a acessibilidade às redes de infra-estrutura, com vistas a uma melhor compreensão dos diferentes usos do solo nestas cidades.

Todavia, embora de forma fragmentada, é possível constatar a presença de determinados usos e funções, especialmente aqueles associados

¹² Nesta pesquisa, as condições de moradia têm sido priorizadas buscando-se evidenciá-las como variável capaz de demonstrar as desigualdades socioespaciais nas diferentes escalas. O artigo elaborado pelo arquiteto Francisco Rérisson Máximo, constante desta coletânea, traz um panorama geral dos processos associados a esta temática.

às atividades produtivas que caracterizam a cidade como espaço de trocas, sejam elas de mercadorias ou de serviços. Nesta condição, podem ser apontadas as áreas centrais destas cidades, onde também ocorrem os usos institucionais associados ao poder local e às outras esferas de governo.

Complementam as centralidades principais do espaço intra-urbano os espaços livres sob a forma de praças ou largos quase sempre conformando uma seqüência de elementos que trazem uma identidade própria destas áreas. Desse modo, o centro de cada cidade torna-se único, apesar das similitudes.

No referente ao uso industrial, tem-se por um lado a presença de pequenos estabelecimentos tradicionais inseridos na malha urbana da cidade, e por outro a chegada de plantas industriais, que em virtude do seu porte passam a se destacar na paisagem.

Mencionamos, ainda, a presença de setores ambientalmente frágeis, também inseridos na área mais urbanizada, os quais apesar da necessidade de preservação ambiental tornam-se alvos preferenciais de ocupações irregulares na cidade. Como verificado, por conta do regime hídrico extremamente irregular, as ocupações em áreas ribeirinhas têm sido recorrentemente alvo de acidentes ambientais, particularmente quando o regime pluviométrico no período chuvoso se mostra mais intenso.

O uso industrial sem controle ambiental próximo a áreas residenciais

O uso industrial, cuja presença se mostra tão reduzida na sede urbana da quase totalidade dos municípios, em regra apresenta-se periférico em relação ao espaço intra-urbano. No caso do Baixo Jaguaribe, as atividades de transformação tradicionais como as cerâmicas, e as novas plantas industriais implantadas desde meados dos anos 1990, encontram-se localizadas na franjas periféricas das cidades e interferem diretamente no seu processo de crescimento urbano.

No município de Russas observa-se uma situação exemplar comparativamente ao processo de industrialização motivada pela

implantação da indústria de calçados Dakota. Situada numa das entradas da cidade, esta indústria corresponde à matriz em relação a outros dois empreendimentos situados em outros municípios do Ceará.

Por conta da sua localização, ocorre uma série de impactos decorrentes da sua implantação como a implementação de infra-estruturas urbanas, a reestruturação do sistema viário, assim como a disseminação de novos parcelamentos do solo, redirecionando os vetores de crescimento da sede urbana. Ainda no ramo calçadista, outras empresas de menor porte foram implantadas, todavia sem conformar um sub-espaço voltado para esta atividade.

Além destas formas, o uso industrial do solo se manifesta pontualmente sob a forma de estabelecimentos tradicionais, de pequeno porte, inseridos no espaço intra-urbano, independente da sua localização próxima ao centro, ou mesmo às áreas de uso residencial. Mesmo de porte reduzido, estas indústrias chegam a causar impactos tanto pela necessidade de infra-estruturas urbanas, como pela rede de energia, vindo a desestabilizar as outras atividades lindeiras, seja no tráfego gerado tanto pela matéria-prima trazida como pelo escoamento da produção.

Com vistas a criar condições favoráveis à implantação das estruturas produtivas que passaram a migrar para o interior do Estado do Ceará atraídas na época por programas governamentais conduzidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, alguns municípios, especialmente aqueles de maior porte, passaram a apresentar diferentes possibilidades de áreas aptas ao uso industrial. Desta maneira, galpões vieram a ser construídos quase sempre em terrenos de propriedade da prefeitura, passando a servir de barganha, e cedidos como moeda de troca em contrapartida aos empregos possivelmente gerados com a vinda destes empreendimentos.

Outros os buscaram mediante criação de minidistritos industriais, capazes não apenas de abrigar as novas plantas industriais a serem atraídas, como também de acomodar os antigos estabelecimentos do setor secundário do município. Dotados de infra-estrutura especial, tais empreendimentos visavam mitigar os impactos causados nas vizinhanças, como a sobrecarga no uso de energia, a geração de tráfego, além dos

riscos ambientais. Entretanto, a escolha destas áreas não é alvo de análises criteriosas da parte do poder público local, o qual não observa os impactos socioambientais que porventura possam vir a ocorrer nas áreas adjacentes.

Ainda que tenham sido lançados nos planos diretores elaborados por ocasião do Prourb, segundo se constata, outros critérios têm sido utilizados na escolha destas áreas, tais como a proximidade com as vias regionais e com a área intra-urbana provida de infra-estrutura. Assim, prevalecem como condicionantes a acessibilidade viária e a presença de serviços urbanos, fazendo com que as áreas ofertadas sejam aquelas de maior valor imobiliário.

Evidencia-se, ainda, forte tendência ao crescimento desordenado e à exclusão territorial, pois no entorno destas áreas industriais passam a se localizar, além de atividades comerciais informais e parques de estacionamento, ocupações e conjuntos habitacionais.

Associem-se a isso a precariedade dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano, bem como as condições de subdesenvolvimento institucional em que se encontra a maioria destes municípios, dependentes dos órgãos de controle ambiental do Estado, cuja presença no município se dá esporadicamente.

Áreas comerciais em conflito com bairros residenciais

Por serem as áreas centrais as que se apresentam mais heterogêneas no seu uso, abrangendo especialmente os usos terciário (comercial, serviços e instituições) e residencial, conforme se constata, as áreas comerciais intensivas como os mercados municipais, as feiras e os estabelecimentos atacadistas mostram-se muitas vezes incompatíveis com as moradias ainda remanescentes.

À falta de atividades de lazer, os espaços livres do centro passam a ser o lócus da maioria das festividades e manifestações culturais, renovando a simbologia destas áreas, diferente do que ocorre em cidades de maior porte. Na verdade, a diversidade de uso passa a contribuir com o não esvaziamento do centro nos períodos noturno e fins de semana, e, desse modo, mitigam problemas de violência urbana.

A situação de Limoeiro do Norte merece ser ressaltada em relação ao uso e à ocupação permanente da área central. Como é notório, a presença de estabelecimentos de ensino, renovando a presença de usuários notadamente no período noturno com a vinda de estudantes da zona rural e de municípios vizinhos, dada a existência da Faculdade Dom Aureliano Matos (Universidade Estadual do Ceará), assim como os serviços de hotelaria e restaurantes atendendo à demanda crescente típica das cidades do agronegócio, contribuem para o uso permanente do centro.

Situação diferente pode ser observada em Russas, onde os espaços de lazer da área central recentemente reformulados são intensamente frequentados apenas nos finais de semana. No caso de Morada Nova, verifica-se que o comércio intenso nos dias de feira provoca fortes impactos sobre a vizinhança, ainda que se apresente de forma concentrada ao longo de uma via.

Conflitos entre o uso residencial, áreas de preservação e uso institucional

O aumento da taxa de urbanização tem sido acompanhado com o incremento da população de baixa renda devido às mudanças na estrutura produtiva, seja na estrutura fundiária, seja nas relações de trabalho e na mecanização da produção. O fluxo definitivo de famílias migrando do campo para a cidade, assim como o empobrecimento intra-urbano e a falta de perspectivas para as unidades domésticas mais jovens recém-constituídas têm levado a expansão das áreas residenciais de baixa renda em direção às áreas de preservação permanente.

Historicamente desconsiderados no seu valor ambiental e nos seus aspectos paisagísticos, os recursos hídricos como rios, riachos e lagoas transformam-se em alvo de ocupações irregulares em suas margens. Diante de tais ocupações, estas cidades passam a conviver com situações típicas da metrópole como as áreas de risco. Isto induz o poder local a adotá-las como prioridade máxima em termos de política habitacional de interesse social.

Todavia, se o uso habitacional mostra-se incompatível com as áreas exigentes de medidas preservacionistas como as margens de rios,

determinados equipamentos de caráter institucional mostram-se em desarmonia com as áreas residenciais.

Cemitérios mal localizados e com capacidade supersaturada, matadouros públicos em condições precárias, gerando impactos ambientais e lixões municipais compõem um conjunto de equipamentos públicos que já não condizem com as disponibilidades tecnológicas. Desse modo, faz-se urgente sua desativação, a regeneração ambiental da área, assim como sua relocação em condições sanitárias adequadas.

A despeito de se tratar de questão recorrente nos diagnósticos ambientais urbanos feitos no processo de elaboração dos planos diretores, a implantação de novos equipamentos em substituição aos existentes, na dependência de recursos financeiros, tende a demorar, e, às vezes, as localizações sugeridas tornam-se inviáveis.

Alternativas regionais, a exemplo da formação de consórcios municipais, têm sido sugeridas, como no caso de Morada Nova e Limoeiro do Norte, pelos consultores responsáveis pelo último plano diretor, assim como incentivadas pelo governo federal mediante recursos alocados do Ministério do Meio Ambiente.

Incompatibilidades na produção do espaço de transição urbano-rural

O ritmo de crescimento urbano, associado às mudanças na estrutura produtiva da região, faz do espaço que envolve o intra-urbano das sedes municipais alvo de permanentes transformações.

Primeiro, por meio de ocupações desordenadas, ao abrigar migrantes recém-chegados do campo, observa-se a formação de assentamentos precários nas entradas da cidade ou às margens dos recursos hídricos, apresentando-se nas suas formas, nos usos do entorno imediato e nos materiais utilizados como verdadeiros indicadores de empobrecimento e de desigualdade intra-regional.

Segundo, por meio dos loteamentos lentamente implementados nas sedes urbanas de Limoeiro do Norte e Morada Nova, onde ainda

predomina o desmembramento de terras lote a lote, sem que haja um empreendimento típico do mercado imobiliário aprovado conforme a legislação de parcelamento do solo municipal¹³. No caso de Limoeiro, verifica-se um loteamento voltado para a população de renda média, onde ainda remanesçam alguns lotes com produção de sequeiro, não havendo a destinação de áreas para fins institucionais ou como espaço livre. Por sua vez, em Russas, há um processo de parcelamento de forma mais acelerado, pois a industrialização, ao promover um maior número de empregos permanentes, transforma a aquisição do lote urbano num investimento possível para os trabalhadores do setor secundário.

Terceiro, em decorrência dos projetos habitacionais de interesse social promovidos pelo poder local, com vistas ao reassentamento de famílias provenientes das áreas de risco, assim como para atender ao crescente déficit habitacional da região, glebas de terra têm sido adquiridas em faixas de transição urbano-rural, mesmo ainda desprovidas de infraestrutura. Considerando os conjuntos habitacionais realizados pelo Proureb, também denominados como urbanização de microáreas de risco, conforme se verifica, nos três municípios da região onde se deu o programa – Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas – os novos assentamentos, por conta de sua localização periurbana, contribuíram para o espraiamento das cidades em direção à zona de transição, fazendo do crescimento desordenado e fragmentado a tônica do espaço periférico onde ainda predominam atividades e modos de vida tipicamente rurais.

Vale ainda destacar que instrumentos de organização do território como o perímetro urbano, ao incluírem grandes faixas de transição urbano-rural, apresentam nas áreas por eles circunscritas uma dimensão superior à projeção de crescimento demográfico para as próximas décadas. Com isto, ao invés de contribuir para o crescimento intra-urbano compacto, promove-se a fragmentação e a descontinuidade da ocupação do território, e, assim, surgem inúmeros terrenos vazios, influenciando diretamente nos custos da urbanização destas áreas.

¹³ Considerando que só em 1999 estes municípios passaram a contar com legislação específica de parcelamento do solo, conforme se observa, mesmo a Lei federal de loteamentos, 6.766/1979, atualmente em processo de revisão, não vinha sendo utilizada.

Problemas de circulação e transporte

Entre os problemas associados à mobilidade urbana, as áreas centrais concentram grande parte dos conflitos, embora as centralidades regionais em questão sejam de pequeno porte e os seus respectivos centros não sejam comparáveis ao que existe nas grandes cidades.

Diferente de outras regiões do Estado do Ceará, o Baixo Jaguaribe não apresenta o problema da passagem de vias regionais por suas áreas centrais. Como se observa, seus fluxos regionais não se direcionam para as sedes urbanas, utilizando a BR-116 como via troncal regional nos casos de Limoeiro do Norte e Russas.

Devido à diversidade de usos nos setores centrais, eles têm condição de maior intensidade de ocupação, favorecida em grande parte pela convergência de vias arteriais em direção ao centro. Observa-se ainda que em sua maioria os deslocamentos intra-urbanos passam obrigatoriamente pela zona central, independente da necessidade de usá-la. Entretanto, em razão das diferentes funções e características das três maiores cidades da região, associadas aos aspectos morfológicos do ambiente urbano destas, verificam-se problemas díspares os quais caracterizam Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte de forma peculiar.

Situações de congestionamento nas áreas centrais, especialmente naquelas vinculadas às movimentações de carga e descarga, mostram-se mais intensas na zona central de Morada Nova por ocasião da sua feira livre. Por seu caráter regional, ocorre a completa transformação da paisagem urbana da cidade pelos produtores rurais aos sábados pela manhã. Distribuída em diferentes pontos da cidade, a feira de Morada Nova representa um dos maiores pólos geradores de tráfego da região, cujas mercadorias atraem compradores de diferentes regiões do Estado. A dificuldade de deslocamento nas vias de circulação entre veículos, pedestres e ambulantes se repete também nas faixas de passeio amplamente ocupadas por atividades informais.

No caso da cidade de Russas, as transformações trazidas pela industrialização, como a expansão do mercado de trabalho assalariado,

têm levado ao aquecimento do comércio formal. Em sua maioria, os estabelecimentos comerciais e os serviços permanecem concentrados ao longo da rua Padre Raul Vieira em volta do mercado público e na paralela avenida Dom Lino. Esta última corresponde a uma via arterial que atravessa o centro e que passa por um processo de renovação dos seus usos lindeiros, substituindo-se o uso residencial por serviços e comércio, dada a expansão recente do setor terciário. Entre estas duas vias principais do comércio, há pequenos trechos de vias locais com largura ainda mais reduzida, onde também predomina o setor terciário. Todavia, a possibilidade de acesso ao comércio ao longo de toda a semana permite uma distribuição equilibrada e espontânea dos consumidores, concentrada, particularmente, no período matutino.

Em Limoeiro do Norte, o centro mostra-se ampliado em face da sua complementação pelos mercados municipais, pelos ambulantes nas calçadas e nos espaços livres, e mesmo pela feira livre, aos sábados. Disto tem-se uma amenização dos problemas decorrentes do fluxo intenso, contribuindo para esta situação a largura das vias centrais. Observa-se ainda uma tendência de expansão do comércio de forma fragmentada, e desconcentrada em torno da área central, diante das novas necessidades de serviços especializados trazidas com o advento do agronegócio.

No referente ao tráfego de veículos pesados, as vias estaduais construídas para o escoamento da produção interligadas ao sistema viário regional tendem a retirar do espaço intra-urbano o fluxo de veículos pesados.

Mas, conforme percebido, a pavimentação mostra-se precária na totalidade das cidades do Baixo Jaguaribe. Com exceção das áreas centrais e das vias principais de circulação que interligam o sistema viário regional a elas, predomina a ausência de pavimentação, mesmo em pedra tosca. A situação torna-se ainda pior por conta da falta de sistema de drenagem urbana e de esgotamento sanitário. Em períodos chuvosos, a paisagem periférica fica marcada por diversos pontos de alagamento para os quais confluem águas pluviais e águas servidas, evidenciando-se quase sempre riscos de calamidade pública.

Carências de infra-estrutura e equipamentos sociais

Nas últimas décadas, a crescente urbanização do Estado do Ceará traz para as cidades um contingente de população distribuída desordenadamente em assentamentos precários onde predominam condições inadequadas de moradia, agregando, entre outros aspectos: a irregularidade fundiária, o adensamento excessivo, a ausência de instalações sanitárias e principalmente a carência de infra-estrutura (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004).

Desta maneira, num curto intervalo de tempo, cidades até recentemente caracterizadas por uma forma de ocupação compacta, com seu centro acessível a todos, passam a ser compostas por fragmentos. Estes, justapostos uns aos outros, constituem áreas periféricas em acelerado processo de degradação ambiental.

A situação de carência acentuada de saneamento ambiental aproxima-se daquela condição vivida no campo, marcada pela alta densidade demográfica, passando a se constituir num verdadeiro processo de favelização destas cidades.

Como observado, a presença de tipologias habitacionais tradicionais feitas em taipa nas periferias de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, e até nas cidades de menor porte, que também apresentam taxas crescentes de urbanização, pode ser apontada como indicador desta condição de precariedade e carência de infra-estrutura urbana.

Ao mesmo tempo, passa a ocorrer um processo semelhante nas áreas centrais onde a disponibilidade de infra-estrutura leva à valorização destas áreas e dos espaços adjacentes, muitas vezes sobrecarregando a capacidade instalada das redes de infra-estrutura. Além disso, tem-se a definição de vetores de expansão das cidades vinculados à lógica do mercado imobiliário, onde determinados grupos passam a se auto-segregar e a se apropriar de áreas alvo de investimentos públicos, com reflexos no crescimento de desigualdades socioespaciais.

Disto resulta o surgimento de enormes vazios entre o núcleo urbano central e os espaços periféricos, configurando-se em interstícios com maior valor imobiliário, dada a possibilidade de expansão das redes de infra-estrutura urbana. Todavia, a capacidade de investimento dos proprietários de terras e a condição incipiente dos incorporadores imobiliários locais, associadas ao reduzido poder de compra da população, fazem com que esta situação leve a um agravamento das condições diferenciadas de acesso às redes de infra-estrutura, aumentando cada vez mais os custos da urbanização dos espaços periurbanos.

No caso de Limoeiro do Norte, é notória a situação dos setores ao sul e ao sudeste da zona central, em comparação à efervescência presente na periferia ao norte e nordeste do centro. Ainda conforme se verifica, nas áreas de maior valor imobiliário, lotes maiores vêm sendo desmembrados, cujas dimensões até permitem uma condição adequada de saneamento com a construção de fossas sépticas. Nos vetores de expansão periféricos há exatamente o contrário, destacando-se como indicadores: a presença de estações descentralizadas de tratamento de esgotos, as quais atendem às demandas específicas dos projetos habitacionais de interesse social, quase sempre dissociados de um plano de saneamento municipal; a disseminação de valas e de fluxos de esgoto a céu aberto ao longo de vias não pavimentadas seguindo em direção aos cursos de água e gerando pontos de degradação ambiental quando as condições geotécnicas – solo argiloso e relevo muito plano – forem favoráveis ao surgimento de pequenos pontos de alagamento.

As áreas com acesso às redes de abastecimento de água costumam ser muito maiores que aquelas providas de redes de esgoto. Com isso, nas situações de maior adensamento nos espaços periféricos, onde a localização se associa à presença de algum curso de água, tem-se um impacto ambiental imediato sobre os recursos hídricos, os quais podem ser ampliados quando situados a montante de alguma área onde se faça um uso mais nobre da água.

As condições pluviométricas da região agravam ainda mais este problema, pois o fluxo de água nos períodos de estiagem se reduz a níveis muito baixos e impede qualquer capacidade de regeneração das águas.

O caso de Morada Nova constitui-se numa situação exemplar, onde praticamente se tem a universalização do acesso à água encanada, atingindo, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) mais de 92% da população da sede urbana municipal. Por sua vez, apenas 4% da população apresenta situação adequada de saneamento seja com rede de esgoto, seja com fossa séptica. Assim, a peculiaridade de Morada Nova, cuja urbanização se dá em torno da lagoa Salina, expandindo-se cada vez mais ao longo de cursos de água que a alimentam e dela sangram, quando associada à extrema precariedade do saneamento ambiental, deixa claro a condição insustentável com que vem se dando esse processo de urbanização.

Ademais, os municípios de Russas e Limoeiro do Norte, cujos aspectos demográficos e socioambientais se assemelham a Morada Nova, apresentam uma situação um pouco melhor em relação ao esgotamento sanitário. Segundo o Ipece, em Russas a cobertura da rede de saneamento atinge mais de 50% dos domicílios na sede urbana, enquanto em Limoeiro este percentual já ultrapassa mais de um quinto da população urbana.

Contudo, o restante dos municípios de menor porte que compõem o Baixo Jaguaribe apresentam em sua maioria altíssimos percentuais de saneamento inadequado, exceção feita a Tabuleiro do Norte, com cerca de 17% dos domicílios atendidos, e São João do Jaguaribe, onde quase dois terços das moradias encontram-se em condições adequadas de esgotamento.

Na Figura 2, a seguir, tem-se a distribuição das áreas com maior precariedade no saneamento, reunindo as sedes urbanas de Russas, Morada Nova e Limoeiro, subdivididas em setores censitários, os quais encontram-se circunscritos ao perímetro urbano de cada um destes municípios. A condição de saneamento precário corresponde aos casos em que inexistem redes de coleta de esgotos ou fossas sépticas onde predomina como alternativa o uso de fossas rudimentares ou o lançamento de águas servidas em vias públicas ou em cursos de água.

Numa leitura geral, podemos afirmar que a condição inadequada possui características similares, tais como: a localização periférica, a

proximidade dos cursos de água de maior importância, assim como a sobreposição às áreas de maior crescimento urbano. Segundo se observa, as áreas centrais mostram-se melhor providas de redes de saneamento, seja pela oferta do serviço pelo poder público, seja pela capacidade da população em investir na construção de fossas sépticas.

No caso de Russas, a precariedade se alastra em direção às áreas pouco adensadas, onde sobressaem aspectos de transição urbano-rural. Vale ainda mencionar que os trechos mais carentes encontram-se a montante do riacho Arahibu, principal recurso hídrico a atravessar a sede do município. Além disso, a situação precária de saneamento também coincide com a localização dos conjuntos habitacionais promovidos recentemente pelo poder público, assim como se aproxima da área onde se implantou a indústria de calçados Dakota.

Em relação a Morada Nova, a situação mais precária engloba as áreas periurbanas, onde as ocupações desordenadas vêm se dando ao longo das estradas vicinais que ligam a sede urbana aos distritos e localidades rurais. As bacias do rio Banabuiú e do sangradouro da lagoa Salina também se apresentam como áreas com saneamento mais deficiente, indicando a necessidade de mais cuidados com a disseminação de áreas com urbanização desordenada.

A análise do espaço intra-urbano de Limoeiro do Norte quanto à precariedade do esgotamento sanitário indica uma situação semelhante, na qual se verifica a precariedade ao longo dos rios Banabuiú e Jaguaribe, assim como nos setores periféricos em processo de ocupação desordenada.

Entretanto, a situação de desigualdade socioespacial não se restringe apenas às redes de infra-estrutura urbana, pois ocorre também na acessibilidade aos equipamentos sociais, caracterizada nos seguintes processos: a incapacidade dos equipamentos instalados em acompanhar o crescimento demográfico; a concentração de serviços e equipamentos sociais no centro; a ausência de creches, escolas, postos de saúde e assistência social em áreas habitadas pela população de menor renda.

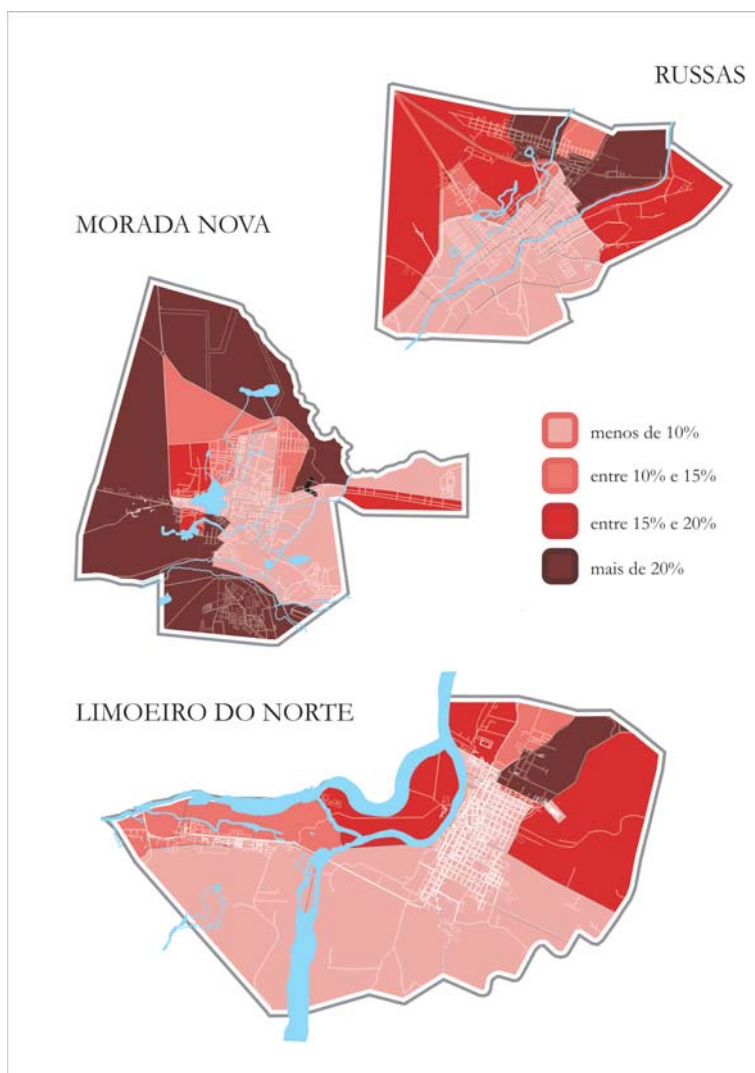


Figura 2 – Localização de áreas com saneamento precário nas sedes urbanas

Fonte: Organizada pelo autor a partir de dados do IBGE (2000).

O intenso processo de urbanização tem levado ao aumento da demanda por equipamentos sociais nas cidades, seja na área de educação, seja na área de saúde, ou mesmo noutros setores da assistência social voltados para a geração de emprego e renda. Conforme se observa, diante da insuficiente capacidade instalada de tais equipamentos, a qual não acompanha o crescimento demográfico, a municipalização destes serviços sociais tem sido uma maneira de distribuir espacialmente de forma mais eqüitativa o acesso às redes de ensino e saúde.

Mediante os recursos disponíveis pelos fundos setoriais de saúde e educação, ambos dotados de verba vinculada proveniente do governo federal, como o Sistema Unificado de Saúde (SUS)¹⁴, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)¹⁵, verifica-se a expansão do atendimento das demandas setoriais, sem grandes transformações nas instalações. Fossem considerados apenas os percentuais de população matriculada, ou de população atendida nos programas de saúde comunitária, provavelmente a situação estaria melhor. Alguns dados oficiais obtidos junto aos órgãos do Estado indicam entre outros aspectos que os principais municípios da região do Baixo Jaguaribe, como Limoeiro do Norte e Russas, apresentam índices melhores em relação à média do Estado do Ceará, tais como maior taxa de atendimento a gestante, reduzida taxa de mortalidade infantil, melhor

¹⁴ Criado em 1988 e regulamentado em 1990, o SUS é destinado a todos os cidadãos mediante financiamentos oriundos de impostos e contribuições sociais pagos pela população. Estes, portanto, compõem os recursos do governo federal, estadual e municipal, e têm como finalidade alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças financeiras sob qualquer pretexto.

¹⁵ Criado em 1996 e regulamentado em 1997, o Fundef, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, é um fundo instituído em cada Estado da federação e no Distrito Federal, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério. Trouxe como inovação a mudança da estrutura de financiamento do ensino fundamental no país, pela subvinculação de uma parcela dos recursos destinados a esse nível de ensino.

nível de formação de docentes do ensino médio e maior taxa de escolarização no ensino médio.

Entretanto se a investigação utilizar uma abordagem quali-quantitativa no referente às instalações prediais vinculadas à sua distribuição espacial pela cidade e pelo município, devem ser constatados, entre outros aspectos: a concentração das escolas de ensino médio nas áreas centrais das sedes urbanas, requerendo grandes deslocamentos para a população e, por conseguinte, levando a uma redução da adequação da faixa etária da população à série entre a maioria daqueles entre 15 e 17 anos; a ocorrência de um grande número de escolas isoladas, também denominadas anexos ou escolas aglutinadas, principalmente nos distritos e localidades rurais; a relação entre o número de escolas e o número de equipamentos de ensino complementares como bibliotecas e laboratórios, aquém das necessidades, a evidenciar a urgência de mais investimentos no setor.

Há de se ressaltar que os setores periféricos e de transição urbano-rural têm apresentado maior crescimento demográfico por conta da migração campo-cidade, embora contem com escolas de ensino fundamental, fazendo por merecer desde já a sua expansão tanto em número de salas como de séries. Por se tratar de áreas ocupadas com a população mais pobre, onde a situação de analfabetismo do chefe de família é maior que nos demais setores, tem-se aqui uma clara situação onde a inversão de prioridades poderia contribuir para a mudança no quadro de exclusão social, porquanto, via educação, se poderia obter uma reversão da situação de pobreza existente.

Todavia permanece a concentração destes equipamentos nas áreas centrais das sedes municipais. Da mesma forma, predomina a localização de instituições de maior porte nos municípios maiores da região. Com isso, a condição de centralidade regional de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova fica cada vez mais fortalecida, com destaque para o primeiro por conta das instituições de ensino superior, diretamente vinculadas às atividades econômicas da região.

Instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano

Ao considerarmos que os problemas ora apontados, sejam eles associados aos conflitos de uso do solo e ocupação do território, às questões de mobilidade urbana e de circulação, ou mesmo às carências de infraestrutura e serviços urbanos, correspondem aos principais desafios a serem enfrentados na elaboração de instrumentos de planejamento e gestão do espaço urbano, pretendemos aqui realizar uma leitura crítica dos programas promovidos pelo governo do Estado em parceria com os municípios no sentido de implementar uma política de desenvolvimento urbano.

Aspectos como a ordem de elaboração dos instrumentos, as escalas de abordagem e seus escopos serão aqui discutidos. Contudo, tentaremos enfatizar os procedimentos metodológicos adotados, assim como os papéis atribuídos e assumidos pelos diferentes atores sociais envolvidos num programa desta natureza. Passados cinco anos da realização dos planos diretores de desenvolvimento urbano, estes já se encontram em condições de serem avaliados, pois os efeitos deles esperados já poderiam se fazer presentes.

A análise ora exposta corresponde ao programa de desenvolvimento urbano, na sua componente de planejamento urbano, como um todo, diante da sua repercussão na realidade socioespacial dos municípios beneficiados com o Prourb.

A atuação do Prourb no planejamento urbano do Baixo Jaguaribe

Apoiado na participação de consultorias em planejamento urbano, estabelecidas em Fortaleza, nas quais se verificou a forte predominância do arquiteto-urbanista como profissional à frente das atividades, pode-se afirmar que o programa não obteve êxito quanto à sua inserção na política municipal de desenvolvimento urbano. Com base em uma lógica na qual o processo de planejamento apresenta um caminho uni-direcionado com vistas à realização de produtos, os planos diretores foram elaborados a partir

de uma realidade existente constatada pelos técnicos responsáveis, mas sem consulta à comunidade local a respeito da sua compreensão referente à cidade que se tinha na época, assim como à cidade que se pretendia ter.

Levantadas as questões principais, diversos projetos vieram a ser apontados e incluídos no plano estratégico de desenvolvimento do município – único momento em que o território municipal foi objeto de análise propositiva na sua totalidade. Das linhas estratégicas apontadas e dos projetos estruturantes identificados, resultaria a formulação dos planos de estruturação urbana, englobando questões como o uso e a ocupação do solo, o sistema viário, a proteção ambiental, o parcelamento do solo, entre outros aspectos urbanísticos.

No entanto, sem a operacionalização deste plano estratégico no sentido de avaliar a viabilidade de sua execução, assim como a capacidade financeira dos municípios de arcar com os custos de sua execução, observa-se a consolidação do círculo vicioso do planejamento urbano desconectado da realidade local nas diferentes dimensões.

Chega-se até à formulação de projetos de lei, seja de organização territorial, seja de uso do solo e parcelamento, ou de sistema viário, todos eles fundados nos projetos pretendidos, porém não executados, denunciando a realidade das leis, não efetivadas na prática.

À falta de um corpo técnico local em cada prefeitura habilitado a compreender a importância do planejamento urbano desde o seu início, os instrumentos de planejamento elaborados não obtiveram êxito na sua função principal, qual seja, a de contribuir para o ordenamento territorial destes municípios. Por ser a estratégia de implementação do plano a parte derradeira do conjunto de atividades, verifica-se que em regra ela se restringiu a um relatório técnico. Assim, remanesce nestes municípios beneficiados com a elaboração de planos diretores um conjunto de relatórios técnicos em processo de obsolescência.

Situação ainda pior pode ser constatada com a falta de percepção da comunidade local em relação ao que estaria sendo realizado, pois não houve nenhuma atividade voltada para sensibilizar a população ou para

envolvê-la na discussão dos destinos de suas cidades. Em alguns casos buscou-se até constituir um comitê local pró-formação de um conselho municipal de desenvolvimento urbano composto pelos setores mais representativos da sociedade local. Entretanto, o que se constatou foi a sua progressiva e rápida desmobilização, em virtude da ausência das equipes consultoras nos municípios, cuja estada nas cidades restringia-se aos eventos de apresentação de resultados.

Outra constatação em termos da debilidade recorrente deste processo foi a falta de envolvimento do Poder Legislativo local ao longo do processo de elaboração dos planos diretores, apesar de ser ele responsável pela aprovação do plano diretor sob a forma de projeto de lei.

Mesmo da parte do Executivo, a compreensão sobre o que estava sendo realizado foi ínfima, e sua atenção inicialmente voltou-se para os projetos de urbanização das microáreas de risco e em seguida para os possíveis projetos estruturantes. Disto depreende-se a incapacidade do Executivo em assimilar o planejamento como processo capaz de alavancar o desenvolvimento do município no médio prazo.

Ante as especificidades regionais, teceremos aqui uma breve análise dos planos elaborados para os três municípios tidos como estratégicos no Baixo Jaguaribe: Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova¹⁶. Merece ser destacado que outros municípios da região como Tabuleiro do Norte e Jaguaruana também deveriam ter sido inseridos no programa segundo determinado pela Constituição de 1988 nos seus artigos 182 e 183, dado que o plano diretor tornava-se obrigatório para todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes¹⁷. Para efeito de análise

¹⁶ Os planos diretores que serão objeto de análise neste artigo foram realizados por meio de contratos de consultoria junto às empresas KL Serviços e Engenharia S/C Ltda., no caso de Russas, e Planos Engenharia, nos casos de Limoeiro do Norte e Morada Nova. Contratadas mediante processos de licitação, estas empresas assumem o papel principal na condução dos processos de planejamento urbano do município, dispondo de quatro meses para a sua realização.

¹⁷ No final da década de 1970 e início dos anos 1980, alguns planos diretores foram elaborados por técnicos da Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Sudec), órgão do governo do Estado, destacando-se que Russas e Morada Nova, municípios da região do Baixo Jaguaribe, haviam sido contemplados.

comparativa entre os planos diretores elaborados para os três maiores municípios serão apresentados neste artigo alguns aspectos que permitam a compreensão das diferenças e similaridades entre eles.

Abordagem da caracterização: regional, municipal ou intra-urbana

Como primeiro ponto, chama a atenção o fato de os municípios terem sido caracterizados, em relação ao uso e ocupação do solo, sem reconhecê-los como parte integrante de uma região, especialmente no caso do Baixo Jaguaribe. Exceção pode ser feita a Russas, onde se verifica uma breve análise descritiva do município em relação às ações estratégicas do governo estadual na região. Nem mesmo a escala municipal foi contemplada de forma satisfatória, pois a análise restringiu-se a dados secundários gerais, seja nos seus aspectos físico-naturais, seja nos seus aspectos socioeconômicos. Disto resultam verdadeiros compêndios de dados derivados de fontes diversas, os quais raramente são utilizados numa abordagem intersetorial.

Plano estratégico: estratégias em relação ao planejamento urbano

Como ponto seguinte, consideramos a abrangência do plano estratégico assim como a sua orientação em relação às questões urbanas propriamente ditas. Percebe-se aqui a manutenção do equívoco de considerar o plano diretor de desenvolvimento urbano como um superplano capaz de resolver todos os problemas do município, sejam eles econômicos, sociais, políticos e territoriais (VILLAÇA, 1999).

Evidencia-se o fato de que Limoeiro do Norte e Morada Nova, apesar de suas diferentes condições socioambientais, possuam estratégias semelhantes, não havendo qualquer diferença entre as linhas de desenvolvimento recomendadas para os municípios.

A vocação para o agronegócio, a agricultura irrigada e a agroindústria são reforçadas, assim como a necessidade de implementação

de infra-estrutura hídrica, cuja sinergia torna secundárias as preocupações com o espaço intra-urbano. Suas necessidades, carências e deficiências, tanto associadas a conflitos de uso e ocupação do solo, a problemas de mobilidade urbana, ou mesmo de acessibilidade às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, apresentam-se orientadas por estratégias gerais de promoção de infra-estrutura básica e para o desenvolvimento humano.

No caso de Russas, também se percebe a abertura de diferentes frentes de desenvolvimento mediante as linhas estratégicas apontadas, tais como a re-estruturação da base econômica do município, a proteção ambiental, o desenvolvimento urbano, a melhoria da qualidade de vida da população e a organização e mobilização social. Todavia, nota-se a debilidade decorrente da não operacionalização das estratégias quanto à inter-setorialidade das ações, restringindo-se à recomendação de dezenas de projetos estruturantes e à identificação daqueles considerados prioritários.

Plano de estruturação urbana: perímetro urbano e zoneamento

No relacionado ao plano de estruturação urbana, conforme se evidencia, o perímetro urbano definido mostra-se muito amplo, sem contribuir para a contenção ou ordenamento do crescimento urbano dos municípios. A situação é mais grave para Limoeiro do Norte e Morada Nova, pois a superfície do espaço intra-urbano propriamente dito é muito inferior em relação à totalidade do espaço intra-urbano circunscrito à linha perimetral. Na proposta formulada para Russas, observa-se a preocupação com a delimitação do perímetro urbano associada ao sistema viário e aos recursos hídricos, o que poderá conter o crescimento desordenado ora em andamento nas franjas periurbanas da sede municipal (Ver Figura 3).

No caso de municípios cuja atividade econômica principal se associa ao agronegócio, era de se esperar maior preocupação com o uso do solo e a ocupação do território nas áreas de entorno imediato ao espaço urbano, indicando diretrizes para o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Na formulação do zoneamento do espaço intra-urbano, chama a atenção a proposição de áreas de adensamento em Morada Nova, as quais

são maiores que a própria área urbana atual, levando a um crescimento desordenado e caótico, justamente o oposto do esperado de um plano diretor.

A mesma situação pode ser verificada em Limoeiro do Norte, onde se aponta uma série de áreas de adensamento, apesar das características distintas por elas apresentadas em relação à disponibilidade de redes de infra-estrutura. Pior, ainda, são as áreas consideradas de expansão urbana e de revitalização, ambas situadas nas frentes periféricas ao norte e ao leste, as quais, apesar de não disporem de infra-estrutura urbana e já apresentarem um processo de ocupação inadequado e precário, são recomendadas como áreas para instalação do uso residencial de interesse social.

Diante das proposições formuladas no plano de estruturação urbana, o plano diretor de Russas sobressai por sua qualidade técnica se comparado aos demais. Fundamentado na questão habitacional, na proteção ambiental, disponibilidade de vazios, na localização de áreas comerciais e na estruturação viária, o zoneamento de uso e ocupação do solo se organiza em seis macrozonas, compostas por setores censitários do IBGE.

Da mesma forma, no seu zoneamento funcional indicam-se as áreas de uso predominantemente comercial e industrial, assim como os corredores de atividades mistas, com vistas a controlar o uso do solo urbano. Além disso, são identificados oito setores residenciais para dimensionamento das demandas por equipamentos sociais de educação e saúde.

O uso industrial também chama a atenção, particularmente por sua localização distante da sede urbana, como em Limoeiro do Norte. A despeito de ter sido considerada a sua proximidade com o triângulo da BR-116, o distrito industrial na cidade alta proposto mostra-se distante da sede, e, portanto, exigirá o transporte público para o trabalhador.

A Figura 3, a seguir, indica a localização dos distritos industriais e de outros principais projetos estruturantes, assim como os eixos viários de maior importância na orientação do crescimento urbano das sedes urbanas de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte.

No caso de Morada Nova, a área destinada ao uso industrial requer comentários não apenas relativos à sua distância das áreas residenciais,

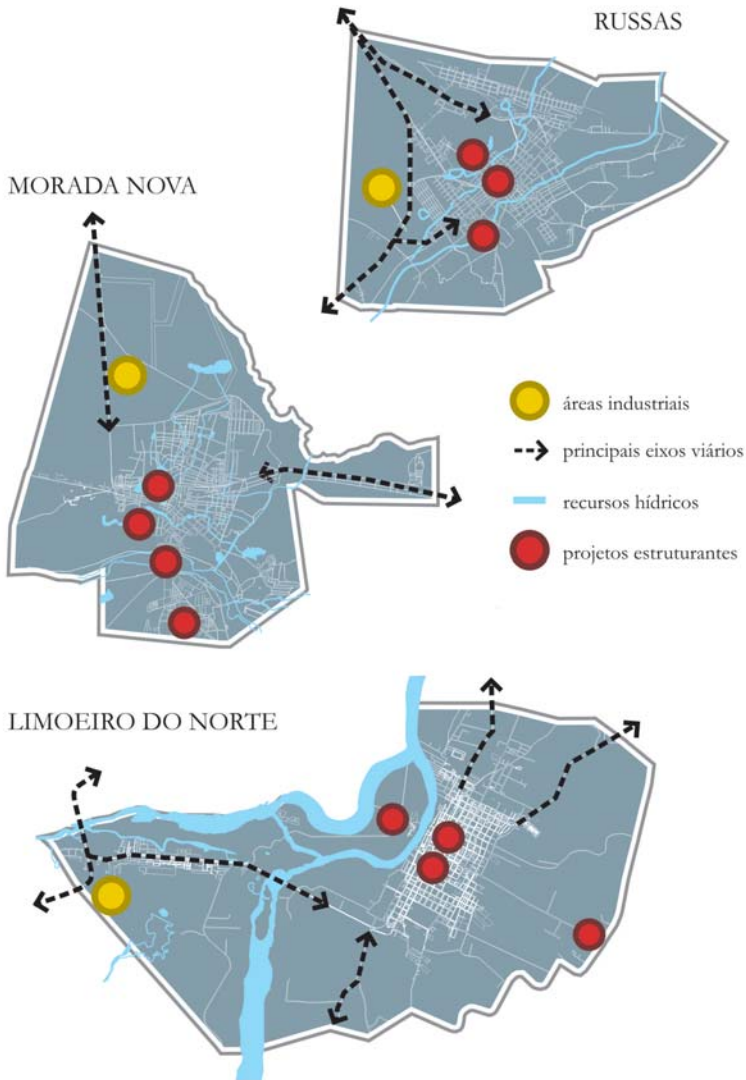


Figura 3 – Localização de projetos estruturantes e vias regionais principais

Fonte: Organizada pelo autor a partir de dados dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova.

como também à descontinuidade urbana e ao seu dimensionamento, chegando a ser maior que a atual área ocupada na sede.

Em Russas, o problema é de outra natureza, e relaciona-se à existência de um distrito industrial ao longo da BR-116 ao sudoeste, principal via de acesso do Baixo Jaguaribe à região metropolitana. Este distrito tem como meta abrigar as agroindústrias que possam vir a se instalar no município devido ao Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas, composto por 11.000 ha na sua fase inicial. Informações obtidas junto à prefeitura municipal dão conta da existência de vários protocolos de intenção de instalação de agroindústrias no município de Russas.

Chama a atenção também o fato da indústria de calçados Dakota ter se instalado numa das entradas da cidade, inserida nas áreas residenciais dotadas de infra-estrutura e de sistema viário. Disto decorrem significativos impactos no ambiente urbano de Russas, como o tráfego de veículos pesados e os serviços que passam a ocorrer no entorno da indústria, além de influenciar diretamente no direcionamento dos vetores de expansão do município.

Vale ainda lembrar a tentativa de regulamentação do uso do solo e do controle ambiental da indústria da cerâmica existente em Russas, recomendando-se seu afastamento das áreas residenciais periféricas.

Quanto à estruturação viária, como se observa, as vias troncais regionais, apontadas para Limoeiro do Norte e Morada Nova como vias expressas, situam-se bem distantes do espaço intra-urbano propriamente dito. Disto há a possibilidade de um crescimento urbano descontínuo e desordenado, especialmente se funções regionais vierem a se instalar ao longo delas.

Situação inversa pode ser constatada no caso de Russas, dada a sua localização entre a BR-116 e o riacho Arahibu. Além disso, a marcação de suas entradas principais advindas desta BR apresenta uma influência positiva do sistema viário na sua estruturação.

Projetos estruturantes selecionados

Desde a fase de planejamento estratégico, foram apontadas dezenas de projetos estruturantes para cada município, os quais se organizaram em torno de linhas estratégicas. Todavia, segundo se verifica, não houve qualquer análise operacional do conjunto no sentido de apurar a viabilidade econômica e socioambiental destes projetos, assim como algum indício de participação popular na sua escolha.

Entre os projetos selecionados como os mais importantes, fica evidente a repetição de soluções para os problemas identificados. Quanto às intervenções vinculadas à urbanização e recuperação ambiental, verifica-se que os cursos de água e as lagoas urbanas são alvos de projetos de parques urbanos, como o riacho Arahibu, em Russas, a lagoa Salina e o rio Banabuiú, em Morada Nova, o sítio Ilha, em Limoeiro do Norte, entre os rios Jaguaribe e Banabuiú, e o próprio sistema de drenagem urbana da sede municipal.

Todos os planos indicaram também a necessidade de instalação de distritos industriais, quase sempre superdimensionados e distantes em relação aos bairros mais centrais. Nos três casos prevalece a proximidade com as vias regionais de interligação com Fortaleza como critério principal. Projetos associados ao sistema viário também podem ser listados, sendo propostas vias de contorno, com vistas a remover o tráfego regional das proximidades das áreas urbanas.

No caso dos projetos indicados como estruturantes para Russas, fica evidente a ampla abrangência do plano diretor, incluindo programas de geração de emprego e renda, apoio à agropecuária entre outros. Em antecipação ao que o Estatuto da Cidade viria a trazer, todo o território do município passa a ser incluído como alvo de intervenções. Assim, mais do que um plano de ordenamento territorial, o plano diretor torna-se um plano de desenvolvimento local integrado.

Situação semelhante pode ser mencionada quanto aos projetos específicos para Morada Nova, onde a implantação de escola agrícola e a regularização fundiária de propriedades inseridas no perímetro irrigado

do Dnocs foram apontadas como questões transformadoras para o desenvolvimento urbano do município.

Atores locais e participação popular no planejamento

De acordo com as entrevistas realizadas junto aos órgãos públicos e às instituições da sociedade civil, pode-se concluir que os processos de elaboração de planos diretores destes municípios não obtiveram êxito quanto à participação.

A existência de conselhos e grupos interdisciplinares participativos durante o processo pode ser identificada apenas em Russas. Além de um grupo de acompanhamento e participação popular, denominado GAPP, formado durante a elaboração do PDDU, foi prevista como parte integrante da estratégia de implementação a formação de um conselho municipal de desenvolvimento urbano com 50% do poder público e o restante da sociedade civil e entidades. Este conselho atuaria como órgão técnico, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo na análise e proposição de medidas que concretizem a política urbana proposta. Todavia, após quatro anos da sua formação, não havia mais qualquer indício da atuação deste grupo, muito menos do conselho municipal.

Nos três casos analisados, conforme se verificou, a elaboração e acompanhamento deste PDDU estiveram a cargo de profissionais radicados em Fortaleza, temporariamente contratados pelas prefeituras. Assim, o término dos mencionados planos coincide com a finalização do processo de planejamento, e, diante disto, eles não são incorporados pelo poder público como instrumento de planejamento. Assim, confirma-se a hipótese da sua não implementação, por ser compreendido como produto e não como processo. Em geral, não há qualquer registro de sua utilização, a não ser nos casos de Russas e Morada Nova, onde os projetos estruturantes vieram a ser elaborados e executados.

Ao longo da pesquisa também se fez referência à aquisição de terras para loteamentos por parte do dirigente de uma das empresas responsáveis pela elaboração do plano diretor de Russas. No caso,

configura-se num claro exemplo de utilização de informações estratégicas, pois as redes de infra-estrutura foram implantadas nestas terras levando à sua valorização no mercado local e conseqüentemente a um processo de especulação imobiliária.

Conexão entre o planejamento urbano e o planejamento regional

Decorrida a fase de elaboração dos planos diretores de desenvolvimento urbano, o governo do Estado veio tardiamente a promover novas ações de planejamento, pautadas na escala regional. Desde 2003, algumas regiões do Estado passaram a ser alvo de planos diretores regionais, entre as quais o Baixo Jaguaribe.

O volume de informações coletadas, analisadas e apresentadas sob a forma de relatórios presentes no plano de desenvolvimento regional do Baixo Jaguaribe deixa claro a capacidade produtiva das consultorias externas contratadas mediante processos de licitação. Todavia, a forma como o processo foi organizado e a ausência de definição de papéis dos atores envolvidos levam ao descrédito tais iniciativas em que o produto prevalece sobre o processo.

Para as regiões assumirem um papel como ator político voltado para o desenvolvimento, faz-se necessário um processo preparatório no qual alguns esclarecimentos sejam feitos aos diferentes agentes sociais envolvidos. Seria o momento em que municípios e demais instituições possam compreender na sua plenitude o sentido da cooperação e da coesão, em detrimento da competição e fragmentação, tão amplamente propagados por ocasião dos planos diretores de desenvolvimento urbano, e mesmo por outras iniciativas de planejamento vez por outra apresentadas.

Resta aqui valorizar a regionalização como estratégia de desenvolvimento voltada para reduzir as iniquidades socioespaciais, porquanto o seu sucesso decorrerá da autonomia dos atores envolvidos, que não tem sido almejada pelos governos de esferas superiores ao município. Fosse esse o objetivo, recomendar-se-ia a realização de etapas

prévias nas quais se busquem o desenvolvimento institucional e a definição de responsabilidades de quantos compõem a região como unidade territorial de planejamento. Assim, ao desconsiderar a necessidade de implementação de escritórios de desenvolvimento regional, constata-se a perda da possibilidade de descentralizar as ações e fomentar a formação de grupos regionais capazes de gerar as bases exigidas à redução das disparidades regionais no Estado do Ceará.

Perspectivas de adoção dos princípios do Estatuto da Cidade

Desde a inserção de um capítulo próprio referente à política urbana na Constituição Federal de 1988, torna-se indispensável a regulamentação dos artigos 182 e 183 para que as cidades brasileiras possam ser socialmente mais justas. Assim, ao final dos anos 1990 passa a ser elaborado o Estatuto da Cidade¹⁸, portanto, paralelamente à realização dos planos diretores de desenvolvimento urbano promovidos pelo Prourb no Estado no Ceará.

Embora aprovado apenas em agosto de 2001, desde o final dos anos 1990 o Estatuto agregou em seu conteúdo, ao longo do seu processo de discussão, um conjunto de mecanismos de gestão do solo urbano já testados em outros municípios com administrações democráticas e populares, assim como um conjunto de diretrizes gerais capazes de contribuir para a construção de cidades sustentáveis. Instrumentos voltados para o combate à especulação imobiliária, para a promoção da regularização fundiária e para a garantia da gestão democrática e participativa reunidos numa só lei, porém dependendo da elaboração ou revisão dos planos diretores para poderem ser utilizados.

No caso dos planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios do Baixo Jaguaribe, cuja análise até poderá se ampliar para o conjunto de 48 municípios alvo do Prourb, observa-se que os princípios

¹⁸ Como Lei federal 10.257, o Estatuto veio a ser aprovado em agosto de 2001, confirmando que o plano diretor representa a principal peça da política urbana municipal por meio da qual os seus instrumentos poderiam ser implementados.

norteadores do Estatuto da Cidade não se fizeram presentes na sua plenitude ao longo da elaboração destes documentos. Conforme se pode constatar, prevaleceu como base teórica a lógica do planejamento físico-territorial associado ao planejamento estratégico sempre orientado na identificação de projetos estruturantes.

No momento, conforme a regulamentação do próprio Estatuto da Cidade, devem os municípios realizar a revisão de seus planos diretores, buscando-se adequá-los aos princípios propagados pela lei federal, quais sejam: a garantia do direito à cidade e do direito à moradia; a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária e o cumprimento da função social da propriedade.

Outro ponto a ser destacado refere-se à abrangência do plano diretor, a qual passou a considerar a superfície do município como um todo. Especialmente no caso do Baixo Jaguaribe, onde a agricultura irrigada tende a aquecer ainda mais o mercado de terras, a delimitação do perímetro urbano e a definição de diretrizes para a ocupação sustentável do território nas áreas de transição urbano – rural merecem cuidados especiais. Assim, mecanismos de regularização fundiária e principalmente de combate à especulação imobiliária e indução do desenvolvimento poderão ser utilizados, mitigando possíveis impactos indesejados¹⁹.

Ainda em relação à abrangência territorial do plano diretor, vale lembrar que diante das condições ambientais do semi-árido, devem ser realizados estudos aprofundados sobre a proteção dos mananciais e preservação dos recursos hídricos, recomendando-se inclusive que esta temática possa contribuir para a realização de consórcios intermunicipais, possíveis geradores de capital social nas regiões no intuito de serem

¹⁹ Estudos realizados pelo Instituto Polis, especialmente pelo arquiteto Kazuo Nakano por ocasião da elaboração de planos diretores de municípios do interior de São Paulo, constituem-se nos primeiros escritos acerca das questões associadas à elaboração de planos diretores considerando o município como um todo. Procedimentos metodológicos podem ser obtidos na publicação Plano diretor participativo, elaborada pelo BRASIL (2004).

²⁰ Recomenda-se aqui a leitura de Mudar a cidade, de Souza (2002), no qual o autor discute o princípio da autonomia no planejamento baseado na obra de Cornelius Castoriadis.

promovidos no futuro próximo novos processos de planejamento na escala regional, fundamentados no princípio da autonomia²⁰.

O crescimento urbano desordenado, confirmado com o aumento da taxa de urbanização e a disseminação de formas precárias de moradia, traz à tona a necessidade de elaboração de novos planos diretores. Com isso, espera-se que eles contenham programas de regularização fundiária, inclusive dos assentamentos precários situados na zona rural, assim como instrumentos indutores de desenvolvimento territorial nos vazios, sejam eles urbanos ou rurais, fazendo cumprir a função social da propriedade.

Considerações finais

A partir destas considerações acerca do Baixo Jaguaribe, visto aqui como uma região estratégica para os interesses governamentais em virtude do seu potencial de desenvolvimento, foi possível constatar similaridades entre suas cidades e muitas outras que compõem as demais regiões do Ceará e mesmo do Nordeste. No entanto, observa-se que em função dos investimentos governamentais concentrados no Baixo Jaguaribe passam a emergir diferenças associadas às suas características intrínsecas nas suas diversas dimensões.

Por ser o setor do agronegócio um dos que mais têm se destacado na economia nacional, a vocação da região para a agricultura irrigada em face dos seus aspectos naturais e da sua localização traz para o Baixo Jaguaribe um papel relevante no cenário do desenvolvimento desejado para o Estado do Ceará. Todavia, há de se ressaltar que esse processo vem sendo historicamente construído. Portanto, a irrigação não é uma inovação na região, mas sim a atividade matriz da reestruturação produtiva da agropecuária no qual ela se insere.

Chama a atenção, no entanto, que tudo isso tenha se dado sem prévio planejamento territorial, prevalecendo apenas o discurso e a construção de diretrizes estratégicas dos planos de governo. Ou seja, mais uma vez, embora denominado de plano de desenvolvimento sustentável, o planejamento na escala maior não aprofunda nem estabelece interfaces com as escalas menores.

Além da quebra de seqüência nas escalas de abordagem e da inexistência de interação e iteração entre as diversas fases de um processo de planejamento, verifica-se que a ausência de uma estratégia de implementação dos planos de desenvolvimento ao longo do seu curso compromete totalmente sua utilização. Com isso, a obsolescência dos relatórios técnicos é imediata.

Os processos que caracterizam os problemas constatados no espaço regional e intra-urbano foram aqui agrupados em torno de temas segundo os seguintes aspectos: conflitos de uso do solo e ocupação do território; problemas de circulação e transporte; carências de infra-estrutura e serviços urbanos. Tais aspectos constituem um diagnóstico que caracteriza a urbanização ora em curso na região. A partir de sua análise, verifica-se a ineficácia dos instrumentos de planejamento urbano seja em solucionar disfunções no uso do espaço intra-urbano, seja em dinamizar potencialidades pautadas no uso harmônico do território. Descontinuidade no sistema viário, crescimento urbano fragmentado, justaposição de usos incompatíveis, saneamento ambiental precário, irregularidade fundiária, entre outros, fazem da desigualdade socioespacial a tônica do e no espaço socialmente produzido, o qual, rotineiramente, jamais considera os processos naturais típicos da região semi-árida.

Conforme se constata cada vez mais, cidades como Limoeiro do Norte, denominada por Elias (2005) como a Cidade do Agronegócio no Estado do Ceará, desperdiçam possibilidades de desenvolvimento por falta de compreensão do que possa ser trazido como benefícios por um planejamento bem conduzido. O mesmo vale para o Estado do Ceará como instituição governamental. Faz-se necessário compreender a importância da inserção de quadros técnicos locais nestes processos, no sentido de evitar que aqueles unidirecionados, orientados na formulação de relatórios técnicos e pseudoparticipativos venham a se repetir.

Da análise dos planos diretores de desenvolvimento urbano para os principais municípios do Baixo Jaguaribe, é notória a sua objetivação na identificação de projetos denominados estruturantes, restritos ao território intra-urbano e desconsiderando possibilidades de cooperação e coesão. Disto percebe-se a latência de um capital social incapaz de desabrochar por meio de processos semelhantes aos destes planos realizados pelo Prourb.

Entretanto, novos processos de planejamento territorial foram posteriormente efetuados na região do Baixo Jaguaribe, como o plano de desenvolvimento regional. Reproduziam, porém, as mesmas controvérsias, trazendo à tona as mesmas questões, embora numa escala maior. Igualmente, deve ser chamada a atenção para que os princípios do Estatuto da Cidade possam vir a ser implementados no futuro próximo, ficando a nosso cargo a difusão da informação e do conhecimento como contribuição. Esperamos, assim, evitar, no presente, a repetição dos problemas vividos no passado.

Referências

- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasília, 2004.
- CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. **Plano de desenvolvimento regional do Baixo Jaguaribe.** Fortaleza, 2004.
- SOBREIRA, F. R. (Org.). **Projeto de desenvolvimento urbano e gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará: PROURB.** Fortaleza: Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional do Ceará, 2004.
- ELIAS, D. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE).** Fortaleza: Funece, 2002.
- ELIAS, D. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. *In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS*, 9., 2005, Manaus, AM. **Anais...** Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2005. 1 CD-ROM.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil.** Belo Horizonte, 2004.
- GONDIM, L. Os governos das mudanças. *In: SOUZA, S. de (Org.). Uma nova história do Ceará.* Fortaleza: D. Rocha, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

LIMOEIRO DO NORTE. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Limoeiro do Norte**. Limoeiro do Norte, CE, 1999. (Relatórios técnicos).

MORADA NOVA. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Morada Nova**. Morada Nova, CE, 1999. (Relatórios técnicos).

PEQUENO, R. Condição da moradia: retrato das desigualdades socioespaciais. *In*: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS, 9., 2005, Manaus, AM. **Anais...** Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2005. 1 CD-ROM.

PFEIFFER, P. **Gerenciamento de projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da cidade: função social da cidade e da propriedade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, n. 12, p. 9-26, 2004.

RUSSAS. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Russas**. Russas, CE, 1999. (Relatórios técnicos).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (Org.). **O processo de urbanização brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1999.

A produção da moradia no Baixo Jaguaribe¹

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo

Introdução

Historicamente atrelado a uma economia fundamentada na atividade agropecuária tradicional, como pode ser visto pela formação de suas redes de cidades, ligadas inicialmente às fazendas de gado e à cultura do algodão, o Ceará é, nos últimos vinte anos, alvo de inúmeras políticas públicas que transformam seu setor produtivo e acarretam profundas modificações na sociedade e no território estaduais. Tal fato está associado ao modelo econômico vigente no país, que resulta na dispersão espacial da produção e em especializações produtivas.

O Ceará insere-se na lógica de tal modelo, a partir da implementação de importantes políticas com vistas ao fortalecimento de atividades produtivas diretamente ligadas ao capital internacional, que experimentam forte relação entre Estado e economia, quando as instâncias governamentais atuam como indutores do crescimento econômico mediante estabelecimento de projetos de infra-estrutura. Disso decorre uma redefinição das atividades econômicas induzidas, centradas principalmente na atração de indústrias, no turismo litorâneo e no agronegócio de frutas tropicais.

¹ Este artigo é fundamentado na pesquisa A produção da moradia nas áreas de modernização da agricultura: a realidade do Baixo Jaguaribe, como bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), associado ao projeto integrado de pesquisa Economia política da urbanização do Baixo Jaguaribe (CE), coordenado pela professora Denise Elias, que contou com auxílio do mesmo conselho. Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos ao professor Renato Pequeno, tanto pelas importantes orientações durante a realização da pesquisa quanto pela valorosa colaboração quando da redação deste artigo.

Dessa forma, o Ceará, antes associado à imagem da semi-aridez e da “conseqüente” escassez de recursos ambientais favoráveis à produção agropecuária em larga escala, constitui-se atualmente como respeitável produtor de frutas do país. Isso porque, a partir da seleção de algumas áreas pelas suas características naturais e vantagens econômicas apresentadas, determinadas áreas passam a contar com abundante soma de recursos financeiros destinados à reestruturação do espaço produtivo (ELIAS, 2002) atrelados à agricultura. Desse modo, redesenha-se um novo mapa das fronteiras agrícolas brasileiras, no qual está inserido o Baixo Jaguaribe² que, com a fruticultura, torna-se a região de maior destaque do agronegócio no Ceará.

Concomitantemente ao incremento da produção agropecuária nestas áreas, é notório que o modelo econômico adotado tem funcionado como propulsor de profundas transformações sociais rebatidas diretamente na forma como o território tem sido reproduzido. Evidenciam-se claramente a elevação e o redirecionamento dos fluxos migratórios, a intensificação do processo de urbanização, a consolidação de redes de cidades e o estabelecimento de um modo de vida predominantemente urbano, a partir do adensamento excessivo das cidades. Com base em tais constatações, segundo se percebe, o desenvolvimento territorial apresentado nas regiões onde ocorre a dinamização da economia tem acentuado o quadro de disparidades socioespaciais, intensificando-se

diversos déficits que atingem os setores de infra-estrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação, tornando-os reveladores das diferenças estruturais que explicam os contrastes de nossa realidade (SILVA, 2004).

Como observado, todas essas ações têm trazido uma série de problemas de organização do território, principalmente pela convergência, para algumas cidades médias e pequenas do interior do Estado, de vultosa

² A microrregião do Baixo Jaguaribe é composta pelos seguintes municípios: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Recentemente, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Baixo Jaguaribe (PDR), foi estabelecida uma nova divisão territorial para a região, e se incluíram mais três municípios: Itaiçaba, Jaguaratama e Jaguaribara.

soma de investimentos financeiros e uma população associada a tais recursos. Isto transforma os municípios em espaços de desordem territorial atrelada à maneira como a urbanização tem se apresentado nessas cidades, onde se tornam manifestos de forma cada vez mais evidente problemas característicos dos maiores centros urbanos, e intensificam-se os já existentes e específicos das cidades interioranas. Expõem-se os conflitos de uso e ocupação do território, as carências na mobilidade e transporte e a crescente desigualdade no acesso aos serviços públicos e às redes de infra-estrutura.

Contudo, a partir de todas essas questões, a moradia parece ser o elemento espacial capaz de proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre a segregação socioespacial que se assenta de forma mais intensa no Ceará, e mais especificamente na região do Baixo Jaguaribe. Ao analisar a construção do espaço residencial, compreendem-se a complexidade e as divergências encontradas no modelo econômico presente. Isso porque nos territórios municipais, seja no espaço urbano ou no rural, tornam-se evidentes os problemas fundiários e habitacionais representados pela maneira como decorre a produção da moradia, geralmente associada aos loteamentos clandestinos, aos conjuntos habitacionais, à autoconstrução, à favelização (RODRIGUES, 2001) e à irregularidade fundiária, aspectos que se tornam característicos da maioria das cidades do interior.

Em face desta situação, algumas evidências podem ser observadas, como: a ocupação de áreas em situação de risco; a intensificação da favelização nos espaços destinados a usos institucionais e nos setores de proteção ambiental; o desenho espontâneo das ocupações, em desacordo com as normas urbanísticas; a implantação de loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infra-estrutura; o fortalecimento de um mercado imobiliário local; a construção de conjuntos habitacionais periféricos induzindo à expansão urbana; a retenção especulativa de terras urbanas, com conseqüente supervalorização imobiliária; e a formação de periferias urbanas, antes apenas restritas às cidades metropolitanas, além de estar contribuindo para a construção de cidades cada vez mais desprovidas das mínimas condições de habitabilidade.

Diante desse cenário nada aprazível é que a região do Baixo Jaguaribe torna-se extremamente propícia à investigação cujo objetivo é

analisar as questões relacionadas à produção social do espaço (GOTTDIENER, 1997), a partir da compreensão da construção de ambientes residenciais, como forma de explicar a relação existente entre a reestruturação produtiva da agropecuária e os problemas de organização do território, cada vez mais constantes nas cidades onde decorre tal processo.

A evolução da rede de cidades cearenses tem se caracterizado por ser um processo extremamente concentrador, explicado pelo fato de a capital Fortaleza se apresentar como majoritário pólo de convergência. Dessa forma, denota um desenvolvimento desigual e excludente mais exacerbado quando analisadas as diferenças existentes na hierarquia urbana estadual. No entanto, importantes ações políticas assumidas pelo governo, a partir do final da década de 1980, ainda persistentes na atualidade, passam a redirecionar os investimentos para determinadas áreas do interior do Estado com vistas à sua inserção na nova lógica da reestruturação da produção e do espaço produtivo.

Essas políticas, baseadas predominantemente nas isenções fiscais e na aplicação de recursos destinados ao provimento ou à melhoria da infra-estrutura, buscam apresentar o Ceará como destino viável a capitais externos, na maior parte das vezes de forma incompatível com a realidade territorial e os anseios da população. Nesse sentido, foram definidas pelo governo estadual como principais diretrizes econômicas a industrialização, a terciarização, o turismo e o agronegócio de alguns municípios do interior³.

Evidencia-se um processo pontual a partir da concentração de investimentos em determinados municípios beneficiados com condições naturais e vantagens econômicas para a implantação de empreendimentos de tal natureza. No caso do agronegócio, extremamente associado ao sistema técnico da irrigação, apresenta-se com base em regionalizações, consolidando grupos de municípios atrelados às atividades agropecuárias modernas. Isso pode ser observado pela instalação dos agropólos⁴,

³Diretrizes contidas nos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos períodos de 1999 a 2002 e 2003 a 2006, elaborados pelo governo estadual.

⁴Áreas escolhidas pelo governo estadual por apresentarem características ambientais propícias ao desenvolvimento do agronegócio. São eles: Metropolitano, Sertão Central, Baixo Acaraú, Cariri, Centro Sul, Ibiabapa e Baixo Jaguaribe.

unidades de planejamento e gestão criadas pelo governo do Estado, encaradas como principal destino dos investimentos no setor agrícola e, por isso, local onde são adotadas políticas específicas destinadas à modernização da agricultura (ELIAS, 2002). Dessa forma, apesar da condição ambiental de semi-aridez presente na maior parte do Estado, atualmente é possível observar áreas cuja economia é fortalecida pela produção agropecuária moderna, com processos de desenvolvimento extremamente desiguais quando comparadas às distintas regiões cearenses.

Em alguns destes agropólos, a atividade agrícola passa a ser reestruturada, alterando o perfil econômico do Ceará. No entanto, enquanto se processa tal reestruturação podem ser encontradas diversas mazelas socioespaciais diretamente atreladas à modernização da agricultura, as quais afetam a qualidade da vida das pessoas e do meio ambiente, presente mediante exacerbação dos problemas historicamente ignorados e do surgimento de novos.

Em contraste com o crescimento da economia no Ceará, percebem-se a escassez de infra-estrutura urbana e a predominância de uma população com baixa renda e reduzido nível de escolaridade. Alguns dados (IBGE, 2000) mostram a precariedade do saneamento ambiental, comprovada quando mais de 60% dos domicílios apresentam carência de infra-estrutura. Ao mesmo tempo em que apenas 2% dos domicílios não possuem energia elétrica, mais da metade das residências não contam com rede de esgotamento sanitário, 40% não possuem banheiro, quase dois terços dos domicílios de 90% dos municípios não dispõem de rede geral de abastecimento de água e somente 23% dos municípios do Estado oferecem o serviço de coleta de lixo para mais da metade dos domicílios existentes. Somam-se à indisponibilidade de infra-estrutura as mínimas condições socioeconômicas da população, observadas quando o chefe de três quartos das famílias em 75% dos municípios possuem até três anos de estudo, ou mesmo quando quatro de cada cinco municípios possuem 75% das famílias com renda de até dois salários mínimos.

Tais carências passam a se refletir diretamente na condição de moradia, elevam a precariedade da habitabilidade nos municípios do interior do Estado e demonstram a gravidade do problema nessas cidades. Geralmente

associado aos centros urbanos metropolitanos, é notória a intensidade com que o déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004)⁵ aporta nas pequenas e médias cidades. No Ceará esse índice corresponde a quase um quarto do total de domicílios, embora estejam em situação mais grave as áreas rurais, onde essa relação sobe para quase metade. Além disso, na quase totalidade dos municípios, a densidade na moradia⁶ é maior no espaço rural, denotando maior coabitação nas residências do campo. Fato também grave é que 5% dos domicílios constituem os chamados aglomerados subnormais⁷, representando a situação mais crítica na região Nordeste. Do valor do déficit habitacional, 65% correspondem à coabitação e cerca de 30% à rusticidade dos imóveis. Do total de domicílios, um décimo encontra-se em situação de irregularidade fundiária e 11% são considerados rústicos. Ademais, apesar da elevada carência de unidades habitacionais, um em cada quatro domicílios no Estado encontra-se desocupado. Quando comparado com os números do déficit habitacional, percebe-se que a quantidade de imóveis vazios equivale a três quartos daquele índice.

A Figura 1, com divisões por microrregiões, mostra o déficit habitacional no Estado. Conforme se pode perceber, esse índice é maior nas áreas litorâneas, onde são implementadas a maior parte das ações políticas e dos investimentos no setor turístico, e menor onde a condição de semi-aridez é mais intensa. A Figura 2, com divisões por município, apresenta a inexistência de banheiro ou sanitário, fato dominante na maior parte dos municípios, e destaca duas áreas no Estado onde essa carência é relativamente menor: a norte, a Região Metropolitana de Fortaleza; e a leste, alguns municípios do Baixo Jaguaribe.

⁵ No estudo realizado sobre o déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004), consideram-se as necessidades habitacionais relativas ao déficit propriamente dito e à inadequação habitacional. No caso do déficit propriamente dito são incluídos os domicílios rústicos, construídos com materiais inadequados; a coabitação, quando ocorre a presença de duas ou mais famílias em um mesmo domicílio; e os domicílios improvisados, que representam os locais de moradia impróprios para tal fim.

⁶ Relação que considera o número de moradores por unidade habitacional.

⁷ No estudo do déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004) não foram considerados aglomerados subnormais aqueles com menos de cinquenta unidades habitacionais. Isto torna esse número inferior à realidade das pequenas e médias cidades, já que são mais presentes os pequenos núcleos de favelização.

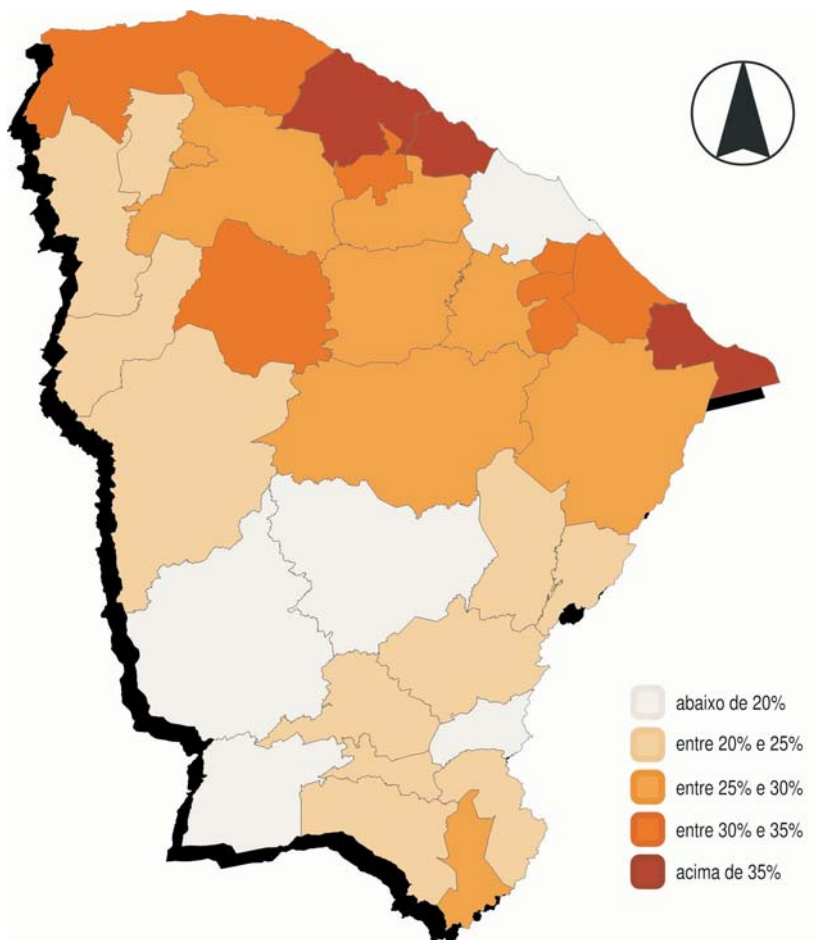


Figura 1 – Déficit habitacional no Estado do Ceará

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Cidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004) e do IBGE (2000).

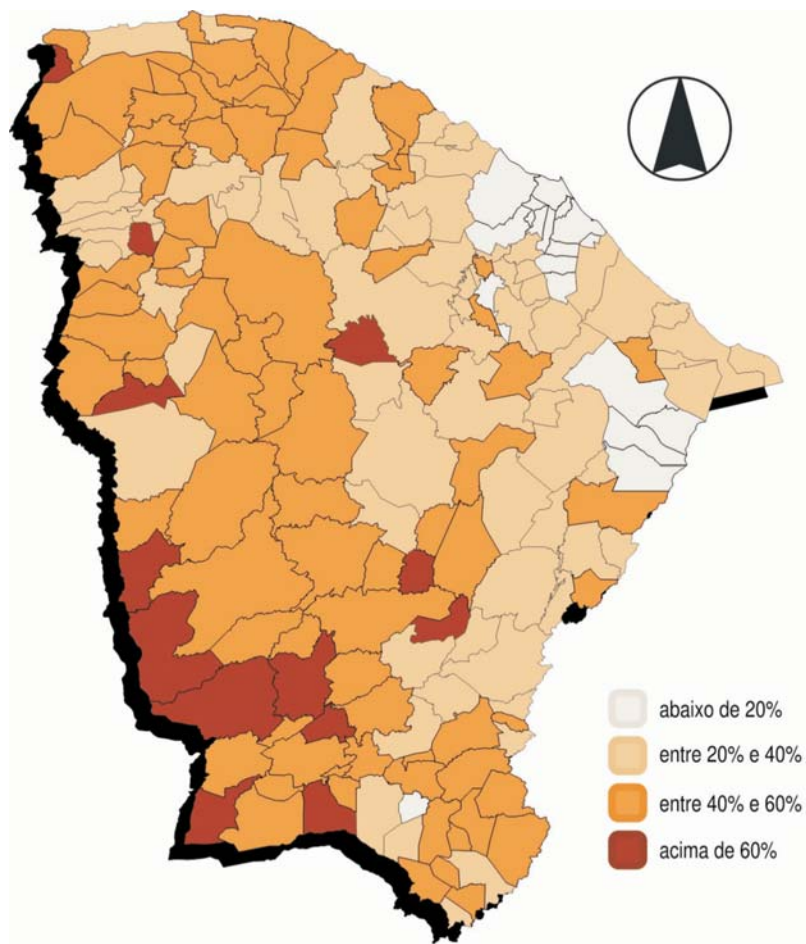


Figura 2 – Carência de infra-estrutura no Estado do Ceará

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Cidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004) e do IBGE (2000).

Contudo, enquanto o déficit habitacional é maior nas áreas onde se processam os investimentos econômicos de maneira mais intensa, a exemplo das faixas litorâneas associadas à implantação de empreendimentos hoteleiros e das áreas com abundância de recursos hídricos e aspectos climáticos favoráveis à modernização da agricultura, esse índice é menor nas regiões onde as condições ambientais de semi-aridez são mais severas, tornando estas áreas espaços sem atratividade para investimentos de maior escala como o apresentado em outras partes do Estado. Antes de considerar o decréscimo do déficit habitacional como indicador positivo, tal fato deve ser observado como conseqüência da repulsão populacional para outras áreas com melhores condições, e comprova o caráter desigual do desenvolvimento apresentado no Ceará.

Baixo Jaguaribe: agronegócio e problemas de organização do território

Diante desse cenário de contrastes entre o desenvolvimento de setores tratados como estratégicos e a intensificação de problemas existentes e de outros trazidos como conseqüência do processo de modernização da agricultura, a região do Baixo Jaguaribe tem se mostrado peculiar quando analisado o processo de desenvolvimento desigual presente no Estado do Ceará.

Na região, a principal atividade dentro desse modelo econômico é o agronegócio da fruticultura tropical, fortemente baseada na irrigação, justificada por apresentar o Baixo Jaguaribe condições ambientais tradicionalmente propícias às práticas agrícolas, e pela série de políticas econômicas e territoriais recentemente elaboradas para a região⁸. Tal fato traz consigo transformações na dinâmica demográfica e o conseqüente adensamento urbano em algumas cidades, advindos da migração associada à maior disponibilidade de equipamentos sociais e redes de infra-estrutura e à centralização das instituições públicas e serviços nos distritos-sede.

⁸ Além das políticas econômicas, a região foi alvo de um conjunto de planos de desenvolvimento territorial elaborados pelo governo estadual, tais como o Proureb.

É justamente nas cidades, espaço urbano em sua plenitude, que os problemas de organização do território decorrentes da modernização da atividade agropecuária tornam-se mais evidentes, particularmente na produção dos espaços habitacionais, quando a incipiente urbanização contribui para a produção do espaço de uma cidade cheia de problemas pelos quais é possível perceber claramente a forma desigual como as benesses trazidas com o modelo econômico estão sendo distribuídas no território.

A despeito das particularidades, o Baixo Jaguaribe não demonstra características habitacionais que o tornem representativo em relação às demais regiões do Estado. Nas construções residenciais, de modo geral, evidencia-se a acessibilidade desigual às redes de serviço e infra-estrutura urbanas e aos equipamentos sociais. Isto agrava o quadro de pobreza urbana, percebido quando mais de 70% dos domicílios apresentam carência de infra-estrutura. Evidencia-se, também, a precariedade sanitária, tanto pela insuficiência da rede de esgotamento sanitário quanto pela ausência de banheiro nas residências, condição comprovada quando do total de domicílios apenas 5% são atendidos por rede geral de esgotamento sanitário e 25% não possuem banheiro. Além disso, nos perímetros urbanos, a rede de esgotamento está disponível apenas em poucos setores das cidades, principalmente nas áreas centrais, ao contrário do abastecimento de água, praticamente universalizado.

Somam-se às péssimas condições de infra-estrutura a rusticidade das construções residenciais, especialmente na zona rural e na região de entorno imediato (CYMBALISTA, 2004), conferindo ao morar condições extremamente inadequadas; a densidade excessiva de moradores nas unidades habitacionais, seja pela existência de muitos membros de uma mesma família, seja pela presença de duas ou mais famílias sob o mesmo teto; e a irregularidade fundiária, tanto nas autoconstruções periféricas como nos próprios conjuntos habitacionais implantados pelo poder público.

De modo geral, a crescente demanda habitacional é satisfeita pelos loteamentos clandestinos e pela autoconstrução, empreendimentos

desenvolvidos nos setores periféricos das cidades, em áreas com urbanização incipiente, com conseqüente ampliação da malha urbana de forma caótica e encarecimento ou mesmo inviabilização da disponibilização de infraestrutura para tais regiões das cidades, como legitimado pela implantação dos conjuntos habitacionais oriundos do poder público.

Segundo se percebe, a intensificação do processo de urbanização em municípios da região tem promovido a ocupação residencial de áreas de proteção e preservação ambiental próximas às lagoas e vales de rios, gerando conflitos de uso e ocupação do solo. A histórica proximidade com os recursos hídricos, importantes elementos indutores da formação e consolidação de cidades no Ceará, torna-se agora fator que compromete as características da habitabilidade pela forma predatória como tem se dado o adensamento urbano nessas áreas. Observa-se, também, a ocupação de áreas de maior declividade e das bordas dos principais eixos viários de acesso às cidades, de forma irregular e desordenada, trazendo conflitos de uso pelo fluxo intenso de veículos nas saídas das cidades, associado principalmente às atividades agrícolas.

A Figura 3 mostra a adequação geral dos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados) e a Figura 4 mostra os domicílios que não possuem banheiro nem sanitário. Em ambas é possível observar o destaque do município de Limoeiro no contexto regional.

Tem-se evidenciado também, embora em pequenas proporções, o surgimento de favelização, a indicar a interiorização da urbanização que carrega para as cidades pequenas e médias as mazelas urbanas antes só presentes nas grandes cidades. Denuncia-se, assim, a proliferação da pobreza de forma dispersa ao longo do território, fruto de um desenvolvimento desigual exacerbado, direcionado quase exclusivamente para o crescimento econômico de setores ditos estratégicos.

Vale salientar ainda que a intensificação do adensamento populacional vai se dar também em áreas distantes do perímetro urbano dos distritos-

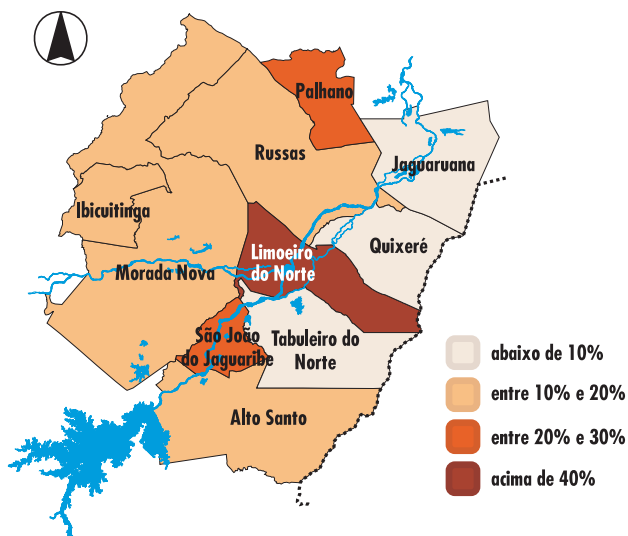


Figura 3 – Características da infra-estrutura de saneamento da região do Baixo Jaguaribe

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do IBGE (2000).

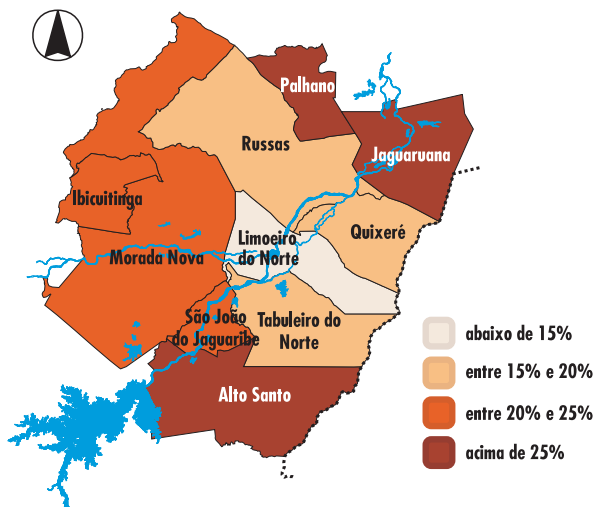


Figura 4 – Características da infra-estrutura de saneamento da região do Baixo Jaguaribe

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do IBGE (2000).

Tabela 1 – Características socioeconômicas e de infra-estrutura nos domicílios - 2000

Municípios	% domicílios sem banheiro sanitário	% domicílios sem lixo por coleta de serviço público de limpeza	% domicílios sem abastecimento de água por rede geral	% moradores em domicílios com renda até 3 salários mínimos	% responsáveis pelos domicílios com até 3 anos de estudo	Média de moradores por situação de domicílio		% domicílios sem a propriedade do terreno	% domicílios alugados
						Urbana	Rural		
Alto Santo	44,06	67,28	66,66	76,87	77,45	3,84	4,39	18,76	5,75
Ibicutinga	30,58	60,11	44,21	70,00	76,42	4,13	4,37	6,55	5,63
Jaguaruana	35,14	56,28	46,27	71,81	70,08	3,96	4,16	25,33	4,66
Limoeiro do Norte	13,32	48,79	43,04	73,02	58,06	3,81	4,13	8,19	10,23
Morada Nova	34,60	63,66	45,30	83,28	72,71	4,07	4,29	14,54	6,87
Palhano	44,46	60,79	62,78	85,16	73,86	4,17	4,39	9,92	2,73
Quixeré	16,62	43,26	40,31	89,56	74,63	3,87	4,11	6,36	4,75
Russas	16,32	44,47	42,81	73,72	58,68	4,09	4,24	15,09	8,78
São João do Jaguaribe	36,57	67,55	31,67	80,02	68,53	3,35	3,65	18,44	3,34
Tabuleiro do Norte	19,83	48,71	44,91	78,56	65,09	3,71	3,98	9,24	10,03
Baixo Jaguaribe	25,45	53,92	45,26	77,50	66,70	3,95	4,18	13,64	7,45

Fonte: IBGE (2000).

sede, em regiões próximas às áreas produtivas, quando estas oferecem condições propícias para moradia. Está presente, por exemplo, no distrito de Lagoinha, em Quixeré, que quase supera em termos populacionais a sede urbana e concorre pelo controle político do município; ou mesmo em áreas com características predominantemente rurais mas que oferecem a comodidade da proximidade com o local de trabalho.

A industrialização associada ao novo modelo econômico estadual se faz presente na região especialmente via município de Russas, onde se verifica um incremento da sua economia pela instalação de destacada indústria calçadista (Dakota) e conseqüente geração de emprego e renda para os mais diversos setores sociais. Tal fato se reflete diretamente no mercado imobiliário local quando, associado à baixa oferta de imóveis para locação, torna-se possível a disponibilização de loteamentos voltados para as mais diversas classes de renda. Dessa forma, a população beneficiada diretamente com o emprego na indústria tem buscado nos recentes parcelamentos do solo a saída para suprir suas necessidades habitacionais. Ademais, a instalação de uma indústria de grande porte em espaço periférico da malha urbana, mas de fácil acessibilidade, torna-se um indutor do desenvolvimento urbano (SOUZA, 2003) para aquele setor da cidade, pois o corredor entre a indústria e as áreas centrais passa a contar com infraestrutura e serviços urbanos, valorizando vazios reservados à especulação.

De outro lado, Morada Nova, o município mais populoso e de maior dimensão territorial, mostra pequena taxa de urbanização e uma economia atrelada à produção agrícola e a uma estrutura fundiária tradicionais. O espaço urbano fragmentado, pela presença de elementos naturais, direciona a uma ocupação irregular, e assiste à ocorrência de pequenos núcleos de favelização. Limoeiro do Norte, já evidenciado como um dos principais centros regionais, com tradicionais equipamentos religiosos e de ensino, passa a concentrar a prestação de serviços e o comércio especializado associados às demandas agropecuárias. Isto tem promovido a dinamização de um mercado habitacional voltado para a locação, principalmente para universitários e profissionais que passam a ter essa cidade como local de trabalho. Conforme se observa, a

consolidação desse mercado tem se dado pela verticalização, por meio da construção de edifícios de pequeno porte, de forma concentrada na região central das cidades e em seu entorno imediato.

A resposta governamental para a crescente demanda por moradia na região tem ocorrido sob a forma de escassas ações pontuais, exclusivamente mediante construção de unidades habitacionais e distantes de uma mínima política habitacional. Além disso, tais empreendimentos apresentam características homogêneas: localização periférica, repetição de tipologias, reduzido espaço domiciliar e ausência de áreas e equipamentos públicos, apesar da implantação de redes de água e esgotamento sanitário. Contudo, a maior parte das ações habitacionais acontece nos três maiores centros urbanos da região, e demonstra a diferenciação que se apresenta como modelo de desenvolvimento, contribuindo na escala intra-regional para a desigualdade que faz crescer a distância entre as cidades do Estado.

Conseqüentemente, as insuficientes ações habitacionais implementadas pelo governo não têm tido um efeito considerável junto ao crescente déficit habitacional verificado na região. Este, atualmente, corresponde a mais de um quarto do número absoluto de domicílios. Do total daquele índice, 96% correspondem à coabitação e à rusticidade dos domicílios, e quase a totalidade dos domicílios com estas características são ocupados por famílias com renda de até três salários mínimos. Mencionado dado demonstra a associação entre carência de moradia e escassez de recursos financeiros. Do total de unidades habitacionais, 10% apresentam famílias conviventes e 15% foram construídas com materiais inadequados, valor que se eleva para quase 30% quando analisados dados referentes somente às áreas rurais. À semelhança da situação encontrada no Estado do Ceará como um todo, no Baixo Jaguaribe um em cada cinco domicílios encontra-se vazio. Tal relação se eleva para 75% quando comparada ao déficit habitacional.

Tabela 2 – Estimativas do déficit habitacional e domicílios vagos: 2000

Unidade Geográfica	Déficit habitacional básico						Domicílios vagos			% domicílios vagos em relação ao déficit habitacional		
	Absoluto			% do total dos domicílios			Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural						
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural			
Limoeiro do Norte	2.897	1.275	1.622	23	17	31	1.949	1.040	909	67	82	56
Morada Nova	4.182	1.663	2.519	27	20	36	2.697	1.022	1.675	64	61	66
Russas	3.092	1.421	1.671	22	17	32	2.361	1.052	1.309	76	74	78
Demais municípios ¹	8.160	2.539	5.621	28	16	42	6.222	2.341	3.881	76	92	69
Baixo Jaguaribe	18.331	6.898	11.433	26	17	37	13.229	5.455	7.774	72	79	68
Ceará	391.717	217.782	173.935	22	17	38	301.564	185.682	115.882	77	85	67

Fonte: IBGE (1975, 1985,1995).

Tabela 3 – Participação dos componentes no déficit habitacional urbano (%): 2000

Unidade Geográfica	Improvistos urbanos	Coabitação familiar urbana	Rústicos urbanos	% no déficit habitacional básico urbano	
				Improvistos	Coabitação familiar
Limoeiro do Norte	36	855	384	2,82	67,06
Morada Nova	70	991	602	4,21	59,59
Russas	39	948	434	2,74	66,71
Demais municípios ¹	133	1.340	1.066	5,24	52,78
Baixo Jaguaribe	278	4.134	2.486	4,03	59,93
Ceará	4.960	142.703	70.119	2,28	65,53

Fonte: IBGE (1975, 1985,1995).

Tabela 4 – Inadequação dos domicílios urbanos em 2000

Unidade Geográfica	Inadequação fundiária		Adensamento excessivo		Domicílios sem banheiro		Carência de infra-estrutura	
	Absoluto	% domic. urbanos	Absoluto	% domic. urbanos	Absoluto	% domic. urbanos	Absoluto	% domic. urbanos
Limoeiro do Norte	398	5,42	242	3,30	1.495	20,36	2.376	32,35
Morada Nova	444	5,37	399	4,82	2.534	30,62	6.521	78,80
Russas	753	8,77	524	6,11	2.295	26,74	7.228	84,21
Demais municípios	559	3,61	603	3,90	5.193	33,55	12.662	81,81
Baixo Jaguaribe	2.154	5,43	1.768	4,46	11.517	29,03	28.787	72,55
Ceará	130.905	10,12	108.783	8,41	337.776	26,10	788.638	60,94

Fonte: Fundação João Pinheiro(2004).

Tabela 5 – Domicílios urbanos não-atendidos por serviços de infra-estrutura em 2000

Unidade Geográfica	Iluminação elétrica		Abastecimento de água		Esgotamento sanitário		Abst.de água e esgot. sanitário		Coleta de lixo		Domicílios urbanos
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Limoeiro do Norte	90	1,23	1.760	23,97	577	7,86	303	4,13	1.211	16,49	7.344
Morada Nova	259	3,13	732	8,85	6.133	74,11	680	8,22	2.893	34,96	8.275
Russas	193	2,25	1.770	20,62	7.162	83,44	1.716	19,99	1.395	16,25	8.583
Demais municípios	345	2,23	2.717	17,56	12.266	79,25	2.441	15,77	2.829	18,28	15.477
Baixo Jaguaribe	887	2,24	6.979	17,59	26.138	65,87	5.140	12,95	8.328	20,99	39.679
Ceará	25.427	1,96	255.321	19,73	702.947	54,32	190.847	14,75	221.679	17,13	1.294.064

Fonte: Fundação João Pinheiro(2004).

A moradia em Limoeiro do Norte, a cidade do agronegócio

Na consolidação de uma rede de cidades onde é intensa a atividade agropecuária, determinados municípios adjacentes às áreas de modernização da agricultura tendem a se tornar responsáveis por significativas e crescentes demandas do conjunto de novos produtos e serviços atrelados a essa atividade. Desse modo, geram um aumento da importância dessas cidades tanto no contexto regional quanto no estadual. Apesar de não ser a cidade mais populosa, Limoeiro do Norte vem se apresentando como destacado pólo regional pela convergência de investimentos e negócios relacionados direta e indiretamente ao agronegócio presente no Baixo Jaguaribe.

Assim, esta cidade torna-se peculiar diante do quadro de desenvolvimento apresentado na região e em outras áreas do Estado. Tal condição apresentada tem favorecido intenso crescimento demográfico mediante redistribuição espacial da população, acelerando uma migração de caráter intra-regional ou mesmo interestadual. Esta, por sua vez, gera um crescimento urbano desordenado e promove uma expansão territorial da cidade de forma caótica. Mais do que isso, percebe-se a perversidade na forma de ocupação do território, quando são deixados sinais de degradação no ambiente, com conseqüente comprometimento da habitabilidade via desgaste da paisagem na cidade. Apesar de essas questões estarem associadas ao município como um todo, particularmente nos espaços residenciais é que se nota claramente a dualidade de tal desenvolvimento. Numa mesma cidade convivem realidades diversas e muitas vezes distintas, denotando a segregação socioespacial (VILLAÇA, 1998) a se evidenciar na cidade do agronegócio.

Desenvolvimento desigual e segregação socioespacial

Pela produção dos espaços residenciais pode-se perceber como tem se dado a apropriação do território municipal em Limoeiro do

Norte, onde são mostradas intensas disparidades a partir da clara diferenciação na distribuição das benfeitorias advindas com o processo de modernização da agricultura.

Entre estas disparidades vem sendo produzida a cidade informal, via constituição de uma periferia fragmentada, composta por pequenos espaços urbanos desligados da malha urbana mais adensada, distantes das áreas centrais e desprovidos de equipamentos e redes de infra-estrutura. Nesses setores da cidade, onde o preço da terra torna-se menor, verifica-se o adensamento excessivo e a geração de um quadro de carência acentuada de saneamento ambiental e de desordenamento territorial, transformando o urbano num espaço fragmentado (CORRÊA, 1995). São essas áreas, onde é pequeno o interesse do mercado imobiliário em virtude das péssimas condições de habitabilidade, que se tornam o habitat das famílias de baixa renda. Mencionadas famílias permutam a moradia em condições insalubres e inadequadas pelo aluguel ou mesmo pela construção de uma residência por preço acessível ao seu orçamento familiar. Isso mostra que “as periferias representam hoje o espaço mais dinâmico das nossas cidades, concentrando cada vez mais grandes contingentes de trabalhadores e sofrendo transformações que pautam a nova estrutura territorial do país” (VALADARES, 1980, p. 11).

Percebe-se, também, como alternativa diante da pauperização de grande parte da população, o surgimento de áreas de ocupação irregular sobre margens de recursos hídricos, de forma predatória e prejudicial, tanto aos próprios corpos hídricos e ao meio circundante, como para os moradores dispostos a ocupar tal ambiente. As margens dos rios, permanentemente locais secos, passam a ser ocupadas por uma população que não possui outro local para habitar, embora representem áreas de risco por estarem propícias a alagamentos originados pelas precipitações chuvosas geradoras de cheias ocasionais.

Este fato pode ser exemplificado pela própria formação do bairro Cidade Alta, hoje uma área de relativa densidade ao longo do corredor que liga a malha urbana adensada à BR-116, e ocupa área distante das margens ribeirinhas, com vistas a uma maior segurança nos períodos

chuvosos. Além disso, os rios Jaguaribe e Banabuiú, ao invés de constituírem importantes marcos visuais e espaços naturais de lazer, são usados como destino final para esgoto e lixo domésticos de domicílios urbanos, o que tem exacerbado a poluição desses recursos hídricos.

Como conseqüência da carência de alternativas habitacionais para as pessoas provenientes do campo e de outras áreas vizinhas, nota-se o surgimento de favelas nas regiões periféricas, resultado da busca de melhores oportunidades de trabalho na cidade e da expropriação imposta aos pequenos agricultores no campo. As ocupações vão se dar ainda nas entradas da cidade, onde ocorre concentrada ocupação de casas de famílias migrantes, predominando as construções de materiais rústicos e sem qualquer condição de habitabilidade.

Além disso, antes presentes apenas no espaço urbano, as favelas já surgem também no espaço rural, localizadas em trechos próximos às áreas de produção e geralmente em sobras de terra de projetos de irrigação. São características dessas favelas a irregularidade fundiária, a precariedade construtiva dos espaços residenciais e a carência de infra-estrutura e serviços públicos, ou seja, condições apenas para uma mínima habitabilidade. Apesar disso, algumas comunidades têm crescido populacionalmente. Desse modo, torna-se viável inclusive a formação de um pequeno mercado imobiliário local, mediante locação e venda de casas de taipa, demanda advinda das pessoas interessadas na proximidade dos seus locais de trabalho e, conseqüentemente, no menor custo financeiro e temporal no deslocamento para o emprego. Em conversa com moradores, conforme se constatou, algumas famílias até possuem recursos para melhorar as condições de sua residência, mas não o fazem pela inexistência da propriedade da terra e pelo conseqüente receio de perdê-la. Isso mostra que, nas cidades do agronegócio (ELIAS, 2005), como é o caso de Limoeiro do Norte,

o processo de favelização mostra-se ainda mais acentuado, nas quais a condição construtiva das moradias colabora para que estes espaços retratem ainda mais a situação de pobreza, desigualdade e exclusão como impactos característicos das novas relações de produção trazidas pela modernização da agricultura (PEQUENO, 2005, p. 6).

Ao mesmo tempo, como se pode perceber, as melhores condições de saneamento encontram-se exatamente nos bairros onde os lotes têm as maiores dimensões e o poder aquisitivo da população é maior. Nessas áreas ocorre também a centralização dos equipamentos institucionais, numa clara demonstração de uma produção induzida do espaço urbano, de forma a atender aos anseios das classes dominantes, em detrimento de uma parcela maior, mantida em áreas onde as condições de habitabilidade são mais precárias. São estas áreas que passam a ser ocupadas pelos profissionais de maior destaque nas empresas agropecuárias e nos empreendimentos de comércio e serviços relacionados àquela atividade.

Mencionados profissionais passam a ocupar os locais de melhores condições ambientais para residir, principalmente em edifícios verticais e loteamentos distantes da malha urbana adensada, no intuito de um intencional distanciamento das áreas onde predomina a carência dos equipamentos e serviços urbanos. Entretanto, a procura pela ocupação de espaços com maior disponibilidade de infra-estrutura e com acessibilidade facilitada à área central ou aos bairros onde se localizam os principais equipamentos institucionais da cidade tem elevado o preço da terra e ocasionado a reserva especulativa de terras, na sua maioria glebas de grandes dimensões, anteriormente destinadas às atividades rurais, mas que passam a incorporar o perímetro urbano em virtude da sua expansão.

Essa produção diversificada do espaço urbano, geradora de uma segregação socioespacial representada antagonicamente pelos espaços intencionalmente escolhidos por aqueles com maior renda e pelas áreas determinantemente de exclusão ocupadas pelos menos beneficiados com a reestruturação produtiva da agropecuária, caracteriza a ecologia da desigualdade (MARICATO, 2001) presente em Limoeiro do Norte, ilustrada pelos dois principais vetores de crescimento urbano da cidade. De um lado, a área próxima à rodoviária, na direção sul da cidade, setor no qual se concentra uma população de maior renda, onde é possível observar quase a totalidade das redes de infra-estrutura e a presença mais intensa do mercado imobiliário, seja com a implantação de loteamentos, seja com a reserva de terras para a especulação. No lado oposto, na direção norte, o

bairro Luís Alves de Freitas, onde predominam a carência de infra-estrutura e a irregularidade fundiária, local escolhido para construção de conjuntos habitacionais populares e onde ocorre o adensamento urbano da população de menor renda, apesar das péssimas condições ambientais existentes.

A Figura 5 mostra os domicílios que não possuem banheiro ou sanitário. Já a Figura 6 representa os domicílios cujo chefe possui mais de oito anos de estudo. Quando comparadas, é possível perceber a segregação socioespacial apresentada em Limoeiro do Norte pela clara divisão entre dois grandes setores da cidade.

A diversidade na produção socioespacial da moradia

As formas como vem sendo produzida a moradia em Limoeiro do Norte demonstram a complexidade de um problema cada vez mais explícito. Como se pode perceber, a crescente demanda por habitação no município – reflexo direto do adensamento excessivo do espaço urbano e das precárias condições de habitabilidade apresentadas no espaço rural – evidencia a incapacidade e a ineficiência das políticas habitacionais implantadas pelo poder público, proporciona o crescimento de um mercado imobiliário local voltado para a locação de imóveis residenciais e para a implantação de loteamentos periféricos, e torna possível o surgimento de formas alternativas de produção habitacional, assumidas pela própria população, que reivindica o acesso à moradia, e por ONGs, para as quais o problema constitui um campo de atuação.

De modo geral, as respostas provenientes do poder público municipal, quase sempre atreladas a programas dos governos estadual e federal, caracterizam-se por ações habitacionais fragmentadas, tanto no referente à sua materialização como objeto do espaço urbano quanto no caso dos planos e programas implementados. Predominantemente tem se dado a construção de conjuntos habitacionais de pequeno porte, sem qualquer interligação à malha urbana existente e sem redes de infra-estrutura urbana, em áreas periféricas, em decorrência do menor custo da gleba a ser desapropriada ou mesmo por pertencerem os locais das reservas de

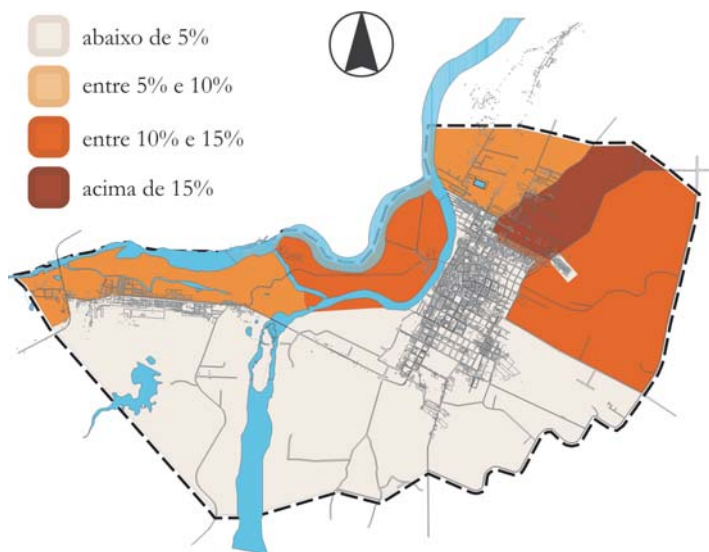


Figura 5 – Perímetro urbano de Limoeiro do Norte

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do IBGE (2000).

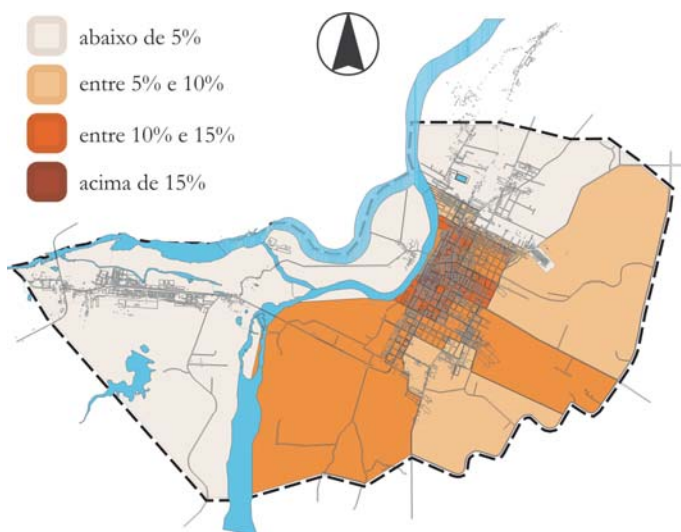


Figura 6 – Perímetro urbano de Limoeiro do Norte

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos do IBGE (2000).

terra à própria prefeitura. De certa forma essas ações reproduzem, embora numa escala reduzida, a política habitacional dominante no cenário brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980⁹. Isto dificulta a mobilidade da população atendida e contribui para a produção de um espaço urbano cada vez mais caótico, ao induzir à expansão urbana desordenada.

Inegavelmente, a localização de empreendimentos habitacionais nas regiões periféricas tem promovido uma diferenciação da produção do espaço urbano, já que nos conjuntos construídos são ofertados equipamentos sociais e redes de infra-estrutura urbana, ainda que minimamente, em contraposição às características dos espaços periféricos preferencialmente escolhidos para a implantação dos projetos habitacionais. Ocorre então que os moradores das áreas marginais a tais conjuntos, por não contarem com aqueles benefícios, passam a utilizar, de forma clandestina, as redes e equipamentos instalados. Desse modo, inviabilizam sua utilização em virtude do aumento da capacidade de atendimento e, ao mesmo tempo, reivindicam melhorias para os seus locais de morada.

As péssimas condições de habitabilidade desses empreendimentos habitacionais, somadas às próprias condições do meio urbano onde estarão inseridos, advêm também da baixa qualidade projetual e construtiva das tipologias habitacionais adotadas, outra característica dominante das ações governamentais. Segundo evidenciado, a intencional redução de custos pode ser percebida na construção de casas nas quais prevalece a utilização de materiais de péssima qualidade, refletindo-se no desconforto termo-acústico e na diminuição da durabilidade das residências. Percebem-se, ainda, a customização de espaços, quase sempre incompatíveis com as necessidades cotidianas; a escolha por lotes mínimos, impossibilitando a posterior ampliação das casas, seja para a implantação de pontos comerciais seja pela necessidade decorrente do aumento da família, ou mesmo a utilização dos quintais para o plantio de subsistência; a ausência de critérios na destinação das unidades habitacionais; a padronização das tipologias utilizadas, inadequadas às necessidades socioeconômicas da população usuária; e a inexistência de áreas públicas de lazer.

⁹ Período em que predominaram os projetos habitacionais implementados pelo Banco Nacional da Habitação.

Ademais, os próprios conjuntos habitacionais implementados pelo poder público em suas diferentes escalas de atuação trazem como característica a inexistência de título de posse para os moradores, contribuindo para a construção de uma cidade ilegal. Fato ainda mais grave é que, mesmo diante da dimensão do problema, as escassas políticas municipais de habitação quase sempre estão associadas a intenções assistencialistas e de cunho eleitoreiro. Isto torna a moradia um produto de barganha para troca de favores políticos.

Ao mesmo tempo, por estarem essas políticas habitacionais concentradas no espaço urbano contribuem para a intensificação de fluxos migratórios campo-cidade. Desse modo, denota-se a importância do planejamento e gestão do território municipal de forma integrada, pois, apesar de o déficit habitacional se concentrar mais intensamente no espaço urbano, resultado do adensamento populacional no distrito-sede, existe uma demanda considerável no campo, cuja condição de inadequação habitacional e de adensamento domiciliar apresenta índices superiores aos verificados na zona urbana.



Fotos 1 e 2 – Produção pública e privada da moradia

Fonte: Renato Pequeno e Rérisson Máximo.

Estas fotos mostram à esquerda o conjunto habitacional Santa Rita, construído pela prefeitura municipal, em área periférica desprovida de infra-estrutura, e, à direita, casa de taipa ainda em construção na localidade Km 60, região próxima às áreas produtivas e que tem recebido relevante número de trabalhadores rurais.

Dessa forma, é inegável que os programas do poder público têm se mostrado incapazes de resolver, ou pelo menos minimizar, a carência habitacional deflagrada no município. Se o déficit existente já enfrenta dificuldades de ser superado, a demanda crescente pelo aporte cada vez maior de uma população relacionada à reestruturação da atividade agropecuária e a outras atividades intensificadas no município, fatos que têm elevado a taxa de urbanização e de crescimento populacional de Limoeiro do Norte, torna o problema da moradia uma prioridade a ser trabalhada pelas ações governamentais.

Diante desse quadro de abandono e ineficácia das políticas e programas habitacionais do poder público, decorre, como resposta, o surgimento de ações geridas por outros atores, os quais passam a atuar de maneira mais intensa sobre a produção do espaço urbano, na tentativa de encontrar respostas para o problema da habitação.

Pelo menos em relação aos trabalhadores empregados no mercado formal da atividade agropecuária, nota-se uma mudança na condição de irregularidade fundiária dos seus domicílios, já que essa população, agora detentora de um pequeno capital, passa a buscar na aquisição de um lote urbano, mesmo em áreas periféricas ou em empreendimentos clandestinos e irregulares, uma forma de investimento para a construção da casa própria.

Conforme se percebe, então, “os loteamentos periféricos se constituem numa alternativa habitacional aos programas oficiais (...), ou seja, além da propriedade da terra, permitem o acesso à casa própria, construída de acordo com as suas necessidades e disponibilidades financeiras” (CHINELLI, 1980, p. 67). No entanto os loteamentos clandestinos e irregulares desconsideram as normas urbanísticas quando não destinam um percentual da área loteada para a implantação de equipamentos sociais e áreas de lazer, afetando a qualidade habitacional nesses empreendimentos. Exemplo contundente são as terras adjacentes ao perímetro urbano, antes dotadas de amplas dimensões pela estrutura fundiária baseada em grandes glebas destinadas à produção agropecuária tradicional e que, pelo próprio aumento territorial do distrito-sede, passam a incorporar ou margear o perímetro urbano, e são retalhadas

com vistas à comercialização de pequenos lotes não-urbanizados no mercado imobiliário local. Caracteriza-se, assim, o parcelamento do solo de forma irregular e clandestina.

Caminho inverso ocorre no campo, quando as pequenas fazendas e lotes agrícolas passam por um processo de agrupamento, por conta da compra dessas terras pelas empresas agrícolas, as quais extraem do pequeno produtor sua principal propriedade, e, ao mesmo tempo, favorecem a migração para áreas rurais próximas às áreas produtivas, mas que, na maioria das vezes, gera uma repulsão para a cidade.

Na realidade urbana de Limoeiro do Norte, de modo especial nos espaços periféricos do perímetro urbano, e quase na totalidade do espaço rural, percebe-se claramente a produção habitacional por meio da autoconstrução, quando as responsabilidades e custos referentes à construção da moradia são assumidos pela própria população carente de tal necessidade, transferindo-se para o poder público apenas o ônus referente à urbanização. Entretanto, o empobrecimento da população, o elevado preço dos aluguéis e o encarecimento da terra urbana e das edificações tornam atraente para as classes de menor renda a compra de lotes em parcelamentos do solo irregulares e clandestinos, em áreas afastadas das regiões centrais ou mesmo da malha urbana adensada, distantes das redes de infra-estrutura.

A aceitação de todas essas severas condições de habitabilidade condicionada à permuta pela casa própria tem transformado a autoconstrução na forma mais presente de produção da moradia em Limoeiro do Norte. “Desse processo penoso, moroso e descontínuo, resulta uma casa permanentemente inacabada e com precárias condições de habitabilidade” (LIMA, 1980, p. 88). Estas, associadas às deficiências de infra-estrutura urbana, contribuem para uma deterioração das condições de vida.

Outro importante aspecto presente em Limoeiro do Norte é o surgimento e o crescimento, embora incipiente, de lideranças comunitárias, de movimentos sociais, de organizações não-governamentais e de outras instituições que encontram no problema da moradia seu espaço para atuação.

Nesse processo, fazem crer em uma mudança na realidade apresentada, até mesmo pelo fato de tais movimentos estarem, tradicionalmente, voltados, de modo particular, para as questões referentes ao campo.

A batalha pela terra urbana e pela moradia, decorrente do aumento da população que migra para as cidades, pode ser observada como importante indicador de uma fundamental presença de movimentos populares na participação da vida política do município. Desse modo, a luta pela reforma agrária, tão presente na região em decorrência dos conflitos no campo e do modelo agrário pautado na grande propriedade, passa a dividir o espaço político com as questões relacionadas à cidade. Exemplo concreto dessa atuação é a construção de casas por ONGs envolvidas com o problema da moradia, onde é possível perceber inclusive maior qualidade nos projetos desenvolvidos se comparados aos implementados pelo governo.



Fotos 3 e 4 – Formas alternativas encontradas pelos distintos atores promotores da habitação

Fonte: Renato Pequeno e Rérisson Máximo.

A foto à esquerda mostra exemplo dos edifícios verticais destinados à locação, construídos na região central de Limoeiro do Norte e geralmente localizados nos pavimentos superiores de estabelecimentos comerciais. À direita, conjunto habitacional construído pela ONG Habitat para a Humanidade no bairro Luís Alves de Freitas.

A considerável soma de investimentos presentes na cidade de Limoeiro do Norte, associada às atividades agropecuárias existentes no município e nas cidades próximas, tem promovido expressivo incremento

à sua economia urbana, favorecendo a atração de um número cada vez maior de trabalhadores para a cidade, sejam eles de caráter permanente ou apenas temporário. A partir disso surge uma crescente demanda habitacional relacionada aos comerciantes, prestadores de serviço e estudantes. Isto contribui para o fortalecimento de uma burguesia comercial urbana, que passa a investir no mercado imobiliário local. Até mesmo os detentores de um pequeno capital, não diretamente ligado à produção agropecuária, se beneficiam dos investimentos e passam a aplicar seus lucros no mercado imobiliário, mediante construção de imóveis para aluguel.

O resultado espacial é um conjunto de cômodos para locação, geralmente erguidos em pavimentos acima dos estabelecimentos comerciais. A consolidação desse mercado imobiliário vai se dar especialmente nas áreas centrais ou em partes da cidade onde se concentram significativos equipamentos e instituições relacionadas às atividades agrícolas na cidade do agronegócio. De acordo com dados do IBGE (2000), a importância desse mercado imobiliário é comprovada por 10% dos domicílios em Limoeiro do Norte serem voltados para locação, posição majoritária quando comparado a outros municípios da região. Desse total, 40% são ocupados por famílias com renda de até um salário mínimo, o que demonstra a baixa renda das pessoas usuárias do aluguel como alternativa habitacional.

Contraditoriamente, apesar da grande disponibilidade de terras no perímetro urbano, a verticalização tem se mostrado para os empreendedores imobiliários do setor da habitação como uma solução bastante atraente, por possibilitar melhor aproveitamento do solo urbano nas áreas mais adensadas, aumentando os lucros, mesmo que para isso os requisitos urbanísticos legais sejam ignorados, pois se eleva a área impermeável, o que contribui para o congestionamento das redes de infra-estrutura.

Assim como ocorre em outras cidades do interior, o déficit habitacional em Limoeiro do Norte demonstra a gravidade da carência de moradia, e denuncia uma realidade ainda mais intensa quando comparada com a da área metropolitana.

O déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004) no município é estimado em 2.897 unidades, número correspondente a 25% do total de domicílios. Entretanto, quando analisados apenas dados da zona rural, esse índice eleva-se para mais de 30%. Desse modo, a situação dessas áreas torna-se ainda mais crítica em virtude de parcela importante do território considerado urbano apresentar características mais próximas do rural, o que elevaria ainda mais os valores da carência por moradia no campo.

Do total do déficit habitacional, 67% correspondem à coabitação e 30% à rusticidade das residências, e mais de 90% dos domicílios com essas características são habitados por famílias com renda de até três salários mínimos. A precariedade das condições de habitabilidade é demonstrada por 11% dos domicílios serem considerados rústicos, situação ainda mais crítica no meio rural, quando a rusticidade se mostra quatro vezes maior que nos domicílios urbanos, atingindo os 20%. Do total de domicílios, mais de 5% apresentam irregularidade fundiária, um quinto não possui banheiro ou sanitário, mais de 10% possuem famílias conviventes e um em cada três domicílios apresenta alguma carência de infra-estrutura. Desse total, três quartos são domicílios cujos responsáveis detêm rendimento de até três salários mínimos. Entretanto, apesar da carência de moradia, é grande a quantidade de imóveis vazios, pois 15% dos domicílios estão desocupados, isto é, quase 70% do déficit habitacional.

Algumas considerações finais

Conforme observado, a forma como tem ocorrido o crescimento econômico no Ceará, agora disperso pelo interior, comprova seu caráter desigual e excludente. Se determinadas regiões do Estado apresentam-se como foco de desenvolvimento concentrado, local de atração de elevados investimentos e de dinamização da economia urbana, outras permanecem alheias a esse processo, reforçando a lógica da disparidade socioespacial e da diferenciação inter-regional, tradicionalmente característica do território cearense. Como resultado, esse processo tem transformado o

Baixo Jaguaribe num cenário nada animador, diante da precariedade do desenvolvimento territorial presente nos municípios da região, exacerbando o quadro de segregação e exclusão social existente no Estado, aqui explicitado pela questão da moradia (RIBEIRO, 1985).

O modo como se encaminha o quadro vigente aponta para uma situação cada vez mais insustentável de precariedade ambiental e das condições de habitabilidade. Exemplo disso são os problemas de organização do território decorrentes do crescimento urbano desordenado, traduzidos em algumas evidências, como a falta de qualidade dos espaços residenciais, a partir do adensamento excessivo da moradia e da coabitação, da construção de moradias rústicas, da formação de áreas de concentração da pobreza, da carência do atendimento de serviços sociais e infra-estrutura, e da ocupação dos elementos naturais de preservação. Tais circunstâncias têm dificultado a ordenação territorial do município e tornado o desenvolvimento da região extremamente danoso para o meio ambiente e perverso para a população mais carente.

Todavia, em face das potencialidades da região, é possível transformar a realidade encontrada. Apesar da diversidade de problemas, é possível que o seu futuro se distancie da perversa condição existente na maior parte das grandes cidades. As próprias particularidades da região, pela intensa presença das atividades agropecuárias modernas, quando os impactos territoriais no campo passam a se refletir profundamente no meio urbano, recaem sobre indispensável ordenamento do território municipal de forma integrada. Diante disto, tornam-se ainda mais urgentes a elaboração e a aplicação de planos diretores para os municípios da região, notadamente para os de maior porte e aqueles onde os impactos da modernização da agricultura são mais visíveis, e onde os novos instrumentos trazidos pelo Estatuto da Cidade (ROLNIK, 2001) possam ser inseridos, permitindo às cidades se desenvolverem de forma socialmente mais justa.

No entanto, isso vai demandar uma reestruturação institucional em nível municipal, mediante implantação de uma mínima equipe técnica capaz de elaborar e implementar tais ações com vistas à municipalização das políticas territoriais e habitacionais. Ademais, a despeito da responsabilidade

municipal em ordenar seu território, políticas de desenvolvimento urbano e, principalmente, de provisão da moradia, devem ser postas em prática com a atuação das diversas esferas governamentais, cada qual com suas competências, aliadas ao aporte da sociedade civil e de órgãos que se associem das mais diversas formas à questão.

Portanto, em face da complexidade da moradia como problema urbanístico, técnico, jurídico, socioeconômico e político, devem ser buscadas estratégias diversificadas para sua minimização. Nesse sentido, tornam-se relevantes:

- a) a implementação de ações não hegemônicas sobre a idéia de ser o problema da moradia resolvido apenas com a construção de novas residências, como por exemplo políticas direcionadas para a ocupação de imóveis vazios e para a melhoria das condições das edificações, o que induziria a uma diversificação de projetos e programas com intuito de atender às mais distintas demandas habitacionais;
- b) a identificação e a hierarquização das prioridades quando da implementação de programas habitacionais, já que o processo de modernização da agricultura tem-se mostrado extremamente excludente para as populações de baixa renda, impossibilitadas de ter acesso ao mercado formal da moradia;
- c) o fortalecimento da rede de cidades cearense, porquanto o problema da moradia apresenta-se em todos os municípios do Estado, ação que minimizaria os fluxos migratórios e conseqüentemente contribuiria para a diminuição do déficit habitacional nos principais centros regionais;
- d) o impedimento da privatização dos investimentos públicos quando de intervenções urbanísticas e ou mesmo de projetos habitacionais, na busca de uma gestão social da valorização da terra (SANTORO, 2004);
- e) o estabelecimento de mecanismos de promoção da regularização fundiária, no meio urbano e também no rural, assim como a indução do desenvolvimento urbano nos espaços vazios, com vistas ao combate da especulação imobiliária e à consolidação de uma cidade menos fragmentada espacialmente;
- f) a associação da produção da moradia a mecanismos de geração de emprego e renda para a população de baixa renda, mediante fortaleci-

mento de uma economia urbana calcada na produção alimentar voltada para o mercado local, aproveitando as cultiváveis áreas não-urbanizadas do perímetro urbano e a mão-de-obra abundante, situação capaz de possibilitar a entrada de mais pessoas no mercado formal de habitação, conduzindo a uma considerável diminuição do déficit habitacional;

- g) e o estabelecimento de parcerias com os diversos atores sociais, assim como o incentivo à participação popular no processo de gestão, como forma de dividir tarefas e responsabilidades, além de possibilitar um contato direto com os principais atores do espaço.

Como forma de avaliar e redirecionar o futuro da região, fez-se necessário entender o processo de urbanização e as transformações espaciais apresentadas no Baixo Jaguaribe. Espera-se, assim, a associação de adensamento populacional com desenvolvimento sustentável, planejamento territorial com gestão participativa, fortalecimento da economia com distribuição de renda, desenvolvimento territorial com melhoria da qualidade de vida. Enfim, é preciso haver uma convergência de esforços direcionados para uma outra urbanização, intencional e planejada. Dessa forma, será possível a construção de uma nova realidade territorial.

Referências

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano diretor de desenvolvimento urbano do Município de Limoeiro do Norte**. Fortaleza, 2000.

_____. **Plano de desenvolvimento regional do Baixo Jaguaribe**. Fortaleza, 2004a.

_____. **Plano diretor da habitação**. Fortaleza, 2004b.

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. *In*: VALADARES, L. do P. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980. 196 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. 95 p.

CYMBALISTA, R. **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Pólis, 2004.

ELIAS, D. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: FUNECE, 2002. 366 p.

_____. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. *In*: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS, 9., 2005, Manaus, AM. **Anais...** Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2005. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Belo Horizonte, 2004. 108 p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 312 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, M. H. B. de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. *In*: VALADARES, L. do P. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980. 196 p.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 208 p.

PEQUENO, R. **Condição de moradia: retrato das desigualdades socioespaciais**. *In*: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA: CIDADES, TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS, 9., 2005, Manaus, AM. **Anais...** Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2005. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. M. **O que é questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 71 p.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001. 72 p.

ROLNIK, R. (Org.). **Estatuto da cidade: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Pólis, 2001.

SANTORO, P. (Org.). **Gestão social da valorização da terra**. São Paulo: Pólis, 2004. 80 p.

SILVA, J. B. da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: D. Rocha, 2004. 448 p.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 397 p.

VALADARES, L. do P. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. 196 p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 376 p.

O novo espaço da produção calçadista no Ceará: o caso do município de Russas

*Edilson Pereira Júnior
Diego Gadelha*

Introdução

No atual momento histórico, a nova dinâmica da produção e da acumulação das riquezas aponta para a emergência de elementos que vão redefinir a organização do espaço, cada vez mais marcado pelos impactos da revolução informacional e das racionalidades flexíveis.

Ao impor aos mais diferentes lugares uma ordem interessada em legitimar os mecanismos de acumulação capitalista, a internacionalização da economia vai dar aos objetos e aos fluxos uma dinâmica jamais observada.

Os lugares então se internacionalizam e passam a ser ponto de encontro de interesses diversos, demarcados por atores hegemônicos que não mais respeitam os limites da contigüidade espacial. Assim, novas materialidades e funcionalidades são impostas aos lugares para poderem estes responder às exigências globais da reprodução capitalista.

Nesse processo de reestruturação, o espaço constituirá um importante componente ao qual caberá desempenhar papel fundamental na busca dos atores hegemônicos por inúmeras vantagens comparativas, legitimadas a partir da redução dos custos com mão-de-obra e infraestrutura ou com a oferta de subsídios estatais.

No mencionado período histórico, a busca por lugares de reserva vai se tornar constante, como uma estratégia para o capital resolver seu

problema de superacumulação que solapava, sobretudo, o modo de acumulação fordista. Desse modo, faz com que lugares sem nenhuma tradição industrial passem a ser ponto de encontro dos interesses longínquos e mundiais, tanto pela expansão dos equipamentos como pela intensificação de políticas públicas de atração do capital.

A dispersão geográfica do capital, aliada às novas realidades da acumulação flexível, estruturadas na intensificação da mais-valia absoluta, com a expansão da jornada de trabalho, redução do padrão de vida, corrosão do salário real, e ainda, na mudança organizacional e tecnológica das empresas, passa a garantir ampliada margem de lucro aos capitalistas.

Todos esses elementos vão fazer parte da nova realidade industrial do Estado do Ceará, que nas últimas décadas experimenta um processo de reestruturação na sua economia, onde novos elementos ligados à mundialização do capital passam a fazer parte da realidade local.

A montagem deste ambiente propício para o pleno desenvolvimento da atividade industrial aparece como prioridade da nova organização política que assume o poder em meados da década de 1980. Nesse contexto, a superação das práticas políticas tradicionais, alicerçadas no clientelismo, surge como prioridade do novo governo. Estas são, então, substituídas pela racionalidade capitalista, de acordo com os anseios da classe empresarial emergente no Estado.

A implementação de uma política de atração de investimentos baseada na instalação de uma infra-estrutura adequada, somada ao uso de mecanismos de incentivos fiscais, foi fundamental para a instalação de fábricas industriais em municípios sem nenhuma tradição no setor.

Com apoio nessa reflexão, o presente artigo busca investigar as transformações socioespaciais no município de Russas, localizado na região do Baixo Jaguaribe, a partir da instalação da Dakota S/A, indústria de calçados instalada no lugar em 1998.

Conforme planejamos, a análise privilegiará quatro temáticas centrais. A primeira delas pretende compreender como a empresa Dakota S/A consegue articular o município de Russas com outras parcelas do

território, inserindo o lugar no circuito calçadista de produção-distribuição-circulação-consumo nacional e internacional.

Posteriormente, procuraremos entender como se dá a organização do processo produtivo da empresa e a dinâmica do novo mercado de trabalho, onde mais de 3 mil funcionários são inseridos numa ótica produtiva totalmente renovada, impondo novos ritmos à produção local e ao cotidiano dos trabalhadores.

Por fim, trataremos do rebatimento de todo esse processo na economia urbana ao perceber como o mercado de trabalho e renda gerada pela Dakota-Russas dinamiza o comércio local e redefine a dinâmica regional, e, ao mesmo tempo, confere ao município um papel de centralidade na região do Baixo Jaguaribe.

O Estado como promotor da industrialização no Nordeste e no Ceará

O entendimento do processo de industrialização no Nordeste brasileiro deve estar ligado aos pressupostos que regem o desenvolvimento desigual e combinado do capital produtivo no território nacional.

No nosso país, este processo tem como marco a década de 1930, na região Sudeste, com destaque para São Paulo, que gradativamente foi reunindo condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade fabril. Tais condições estavam atreladas a uma série de fatores externos e internos que propiciaram a consolidação da atividade industrial, entre eles a recessão mundial no período “entreguerras” e o grau de capitalização gerada pela atividade cafeeira, os quais, juntos, favoreceram o desenvolvimento de atividades industriais nacionais mediante substituição das importações.

Contudo, somente a partir da década de 1950 o Brasil conhece um processo de integração nacional, e rompe o caráter de “arquipélago” das “economias regionais”.

Este processo de interligação das “economias regionais” ocorre em dois momentos complementares, como bem afirma Araújo (2000).

A princípio as articulações vão se dar pela via comercial, impondo uma concorrência inter-regional. E no segundo momento, pela transferência de capital da região Sudeste, que passa a investir na instalação de atividades modernas no Nordeste brasileiro.

Entretanto, tal processo provoca transformações na estrutura produtiva da região Nordeste do Brasil, primeiramente com a modernização da indústria tradicional nordestina e, posteriormente, com a chegada de investimentos externos a partir da transferência de capitais oriundos do Sudeste do país.

Todas essas transformações, porém, estão na base de uma nova política de desenvolvimento regional, desencadeada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Como proposto por esta política, o objetivo era combater as disparidades entre o Sudeste, caracterizado por forte expansão alicerçada na indústria, e o Nordeste, cuja economia de base agrário-exportadora encontrava-se estagnada.

Então, no intuito de implementar ações voltadas ao desenvolvimento da região, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1958, passa a ser um dos principais agentes transformadores da estrutura socioespacial, ao proporcionar uma série de investimentos em infra-estrutura. Como exemplo, mencionamos os incentivos do artigo 34/18, segundo o qual se oferecia redução de até 50% do imposto de renda devido à união para empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no espaço nordestino.

Com isso, verifica-se gradativa redefinição das atividades industriais tradicionais. Nestas, a produção de bens intermediários passa a se destacar ante a produção de bens de consumo não-duráveis, antiga especialidade da região, articulando uma nova divisão inter-regional do trabalho industrial no Brasil, responsável pela submissão do Nordeste ao mercado capitalista do Sudeste.

Somado a isso, há uma concentração espacial dos novos investimentos atraídos em apenas três Estados – Bahia, Pernambuco e Ceará – que já dispunham de vantagens locacionais no referente à infra-estrutura básica necessária.

Em relação especificamente ao Ceará, mesmo com os incentivos concedidos pela Sudene, o Estado não recebe grandes inversões industriais no período de 1960 a 1978, pois predominam investimentos nos ramos de fiação, tecelagem, curtume, metalurgia e tipografia, já integrantes da tradicional indústria local¹.

Com a intensificação da participação do poder público como disseminador dos mecanismos que viriam garantir a racionalidade produtiva no Estado, a partir de 1978, o Ceará deixa de priorizar um sistema econômico agrário-exportador para desenvolver um modelo econômico calcado na indústria e na produção capitalista moderna.

Tal fato tem como principal indutor o II Plameg (II Plano de Metas Governamentais), desenvolvido no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982), que não mediu esforços na tentativa de transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste, via incentivos da Sudene. Após a instalação de uma usina siderúrgica, a política desenvolvida priorizava a atração de indústrias na área metal-mecânica e, ao mesmo tempo, procurava incentivar a modernização e expansão do setor têxtil.

Outra ação do II Plameg foi a criação de mecanismos financeiros para garantir a consolidação da atividade industrial cearense. Com isso, o governo do Ceará propôs a elaboração, em 1979, do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que oferecia incentivos referentes à concessão de empréstimos e, ainda, a redução do custo de capital para as empresas que viessem a ser implantadas, ampliadas ou realocadas no Estado.

Apesar de todas as tentativas de modernização e (re)distribuição espacial da atividade industrial, os benefícios concedidos durante o governo de Virgílio Távora não alteram significativamente a atividade industrial no Estado, que continuava sustentada em ramos tradicionais, com a maioria das fábricas concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)².

¹ Como destaca Pereira Júnior (2005, p. 41), até 1978 “a atividade se deu muito mais como um prolongamento da agricultura, tento em vista que se ocupou da transformação da matéria-prima local e se concentrou nas mãos de grupos familiares”.

² Conforme Bonfim (2001, p. 110), “o pólo, ligado à indústria tradicional aproveitou as potencialidades e a tradição da região promovendo uma integração entre a indústria local e o mercado consumidor nacional. No entanto, ao fazê-lo, não conseguiu dotar aquela economia de um setor forte na acumulação de capital.”

Nessa mesma época, uma nova elite de jovens industriais cearenses reativava o Centro Industrial do Ceará (CIC)³. Essa retomada do CIC vem acompanhada de um rompimento da política defendida pela Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), sinalizando algumas mudanças na política econômica até então desenvolvida no Estado.

Contudo, a consolidação do Ceará numa lógica de racionalização produtiva tem como marco o ano de 1986, quando uma nova elite emergente conhecida como “jovens empresários” chega ao poder estadual. Com um projeto político que criticava a estatização e o intervencionismo desenvolvimentista do setor público, privilegiaram o combate à participação efetiva do Estado na economia, a irracionalidade fiscal-financeira predominante no governo estadual e a intensa ação estatal em projetos de natureza social.

Tal discurso tinha como finalidade a superação do “modelo” atrasado praticado pelos “coronéis” e sua substituição por uma política capitalista moderna, guiada pelos princípios da eficiência, racionalidade e divisão entre o público e privado.

Inicia-se assim uma nova fase com a chegada ao poder do empresário Tasso Jereissati e seu conhecido Governo das Mudanças, com uma série de transformações no relacionado à infra-estrutura, atração de investimentos externos, reformas estatais, modernização do aparelho governamental e, sobretudo, no fortalecimento da industrialização como estratégia de desenvolvimento, sob o argumento de que o clientelismo e a elite oligárquica eram os responsáveis pelo atraso socioeconômico do Estado.

Mencionadas ações são acompanhadas por um transbordamento dos investimentos antes concentrados apenas na capital, e possibilitam a incorporação de novos lugares na divisão territorial do trabalho, onde paralelamente ocorre intensa guerra fiscal articulada com o poder das lideranças políticas locais e regionais que impulsionam a disputa dos lugares na atração de novos investimentos internos e externos.

³ Segundo Amaral Filho (2003, p. 27), “o Centro Industrial do Ceará foi fundado em 1919 como um órgão ‘apêndice’ da Federação das Indústrias do Ceará – FIEC”.

Entre as estratégias da política estadual para incentivar a atividade industrial, devemos enfatizar a ação do Provin, que propôs o financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) para instalação de novas empresas nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e para as demais regiões administrativas do Estado. Desse modo, favorecia ainda mais a apropriação de novos espaços à lógica do capital industrial.

Como conseqüência desse processo, no decorrer da década 1990 a política de atração industrial resultou na aplicação de recursos líquidos da ordem de 1,3 bilhão de reais pelo Tesouro Estadual, com as indústrias atraídas empregando, hoje, em torno de 70 mil trabalhadores. O resultado dessa política é a inserção de lugares sem nenhuma tradição industrial no circuito de reprodução do capital produtivo, uma marca da ação migratória dos novos investimentos no espaço cearense.

No entanto, segundo enfatiza Pereira Júnior (2005, p. 57), é necessário “reconhecer o papel do Estado, leia-se aqui Governo do Estado e programas de desenvolvimento regional, como promotor e delineador dos caminhos no crescimento industrial cearense”. A análise da participação do Estado como mediador dos interesses internos e externos ao local deve ser privilegiada para o entendimento da chegada de novos fixos industriais no Ceará.

Além disso, ressalta Santos (2002), o Estado é levado a ampliar cada vez mais seu papel na sociedade, sendo convocado a atender aos interesses dos mais diversos atores sociais. Entre esses atores destacamos o capital, representado pelas grandes empresas particulares que sempre recorrem ao poder público para garantir condições favoráveis à ampliação das margens de lucro da iniciativa privada.

Podemos então afirmar que o emergente grupo de empresários que passou a comandar a política cearense em meados dos anos 1980, legitimado pelo aparelho estatal, impôs uma nova lógica na organização do espaço do Ceará, onde a indústria foi claramente um dos vetores do desenvolvimento econômico.

Ceará: o novo espaço da produção calçadista

Nesse ambiente favorável para o desenvolvimento industrial no Estado do Ceará, uma das atividades de destaque é, sem dúvida, a indústria de calçados. Em 2000, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ceará exportou 18 milhões de pares de sapatos, no valor total de US\$ 81 milhões. Com isso, a exportação de calçados ocupa a segunda posição no Estado, correspondendo em 2000 a 16% do total das exportações.

A indústria de calçados no Ceará é bastante diversificada, pois conta com 198 empresas de pequeno, médio e grande porte distribuídas por mais de 25 municípios. O setor é responsável pela geração de 27.353 empregos, dos quais 80% gerados por grandes empresas que migraram nos anos 1990 do Sul/Sudeste.

Tais empresas estão dispersas no território estadual, principalmente nos municípios do interior, como podemos observar na Figura 1, justamente por causa dos incentivos estaduais. Mas ainda há uma forte concentração de fábricas na Região Metropolitana de Fortaleza, em especial nos municípios de Maracanaú, Pacajus, Maranguape, Horizonte e na própria capital do Estado. Os três últimos municípios são os mais importantes em termos de contratação de mão-de-obra, e absorvem 7.408 funcionários em 63 estabelecimentos.

Outro destacado pólo calçadista cearense é a região do Cariri, localizada no sul do Estado, com ênfase para os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Tal pólo apresenta-se como a área de maior concentração de micro e pequenas empresas do gênero, e emprega em média 1.759 pessoas, num total de 66 estabelecimentos.

É importante salientar que dez das maiores empresas brasileiras de calçados possuem filiais no Ceará. Entre elas incluem-se as seguintes: Grendene Nordeste (Sobral e Crato), Paquetá do Nordeste, Aniger do Nordeste, Dakota-Nordeste, Vulcabrás do Nordeste, HB Betarello, Democrata, Musa Calçados e Dilly. Graças a esta atuação, o Estado ocupa a terceira posição no referente à produção de calçados, superado apenas pelo Rio Grande do Sul e São Paulo.

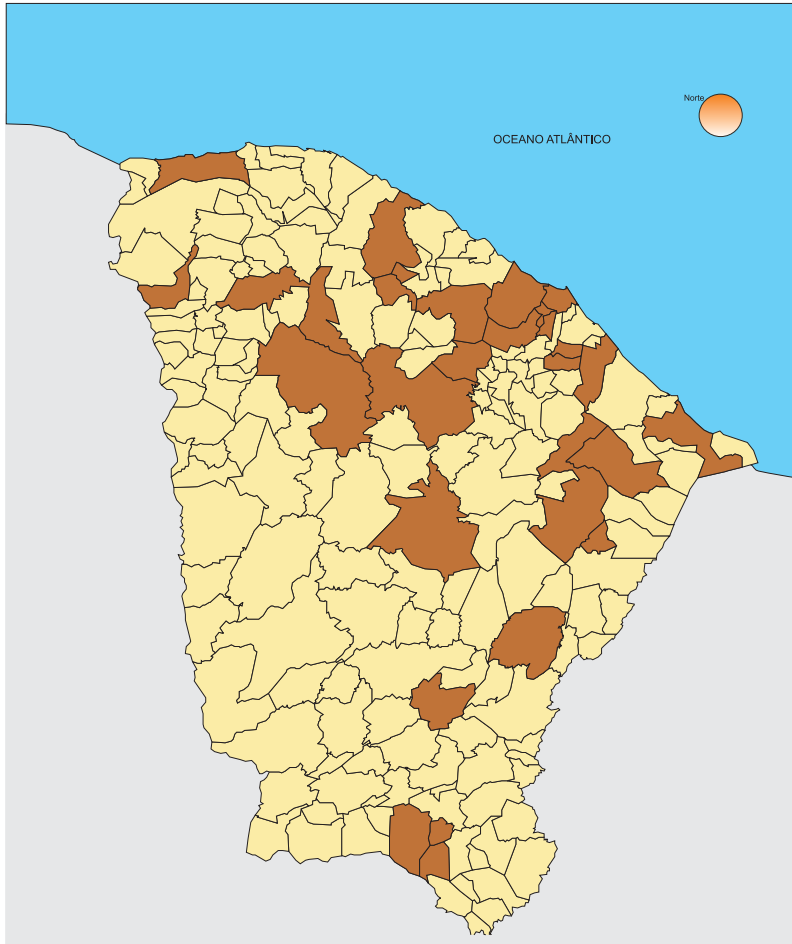


Figura 1 – Municípios que concentram investimentos do setor calçadista no Ceará

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipece

As empresas recém-citadas são responsáveis por colocar o Ceará no circuito nacional do setor calçadista. Elas chegam a concentrar 85% de toda a produção estadual com expressivo destaque para a Grendene, localizada em Sobral, a qual, sozinha, corresponde a 73% da produção de calçados cearenses, com uma geração de 9.600 empregos diretos.

Os mecanismos fiscais e os programas de desenvolvimento industrial despontam como os principais impulsionadores da chegada de novos fixos ligados à indústria. Somente na década de 1990 sobressaíram dois programas específicos desenvolvidos pelo governo do Estado no incentivo à atividade calçadista. O Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais (Proapi) e o Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará (PDCI).

Lançado em 1995, o primeiro tinha como objetivo incentivar as exportações das empresas calçadistas instaladas no Estado. O segundo, criado em 1996, oferecia incentivos para a importação de componentes para tênis esportivos e outros tipos de calçados fabricados no Estado, pois era mais rentável importar do que adquirir insumos no próprio território nacional.

Somado aos investimentos estatais, o Ceará possui enorme contingente de mão-de-obra pronto para ser inserido na lógica racionalizadora do capital. Isto favorece a indústria calçadista, ainda hoje caracterizada por ser uma atividade de uso intensivo de mão-de-obra.

Se tomarmos como base o custo da mão-de-obra no setor de calçados nordestinos, independente de existência de incentivos fiscais, o produto fabricado na região ainda teria uma redução de pelo menos 10% em seu custo, se comparado ao calçado produzido no Sul/Sudeste. Enquanto a indústria de calçados no Nordeste paga em média um salário mínimo ao operário da produção, na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, são pagos até dois ou dois e meio salários para a mesma função.

Diante destas vantagens, o Ceará aparece como um atrativo para as grandes empresas justamente por contar com as condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade, onde os mecanismos fiscais e os programas de desenvolvimento industrial, somados à mão-de-obra barata, despontam como os principais impulsionadores da chegada de novos investimentos ligados à indústria.

Em nível nacional, porém, existem as conseqüências advindas da abertura econômica ao grande capital, assim como a inserção da atual lógica flexível que favorece a incorporação de novos lugares ao processo global de reprodução.

Desse modo, o espaço vai ser um componente essencial nesse processo de reestruturação capitalista, sendo levado cada vez mais a desempenhar um papel fundamental na busca dos atores hegemônicos em expandir suas margens de acumulação.

O novo espaço da produção calçadista: o caso Dakota-Russas

Indubitavelmente, o destaque na produção de calçados nacional é a região do Vale dos Sinos situada no Estado do Rio Grande do Sul. Essa região concentra em torno de 60% da indústria de componentes e 80% da indústria brasileira de máquinas para couros e calçados. Nela também se localizam as instituições de ensino técnico e os centros de pesquisa e assistência tecnológica que atendem ao gênero calçadista.

A hegemonia gaúcha vai ocorrer principalmente a partir da década da 1970 e início da década de 1980, quando o setor experimenta forte crescimento da produtividade e se insere no mercado internacional. Contudo, com o início da década de 1990, as empresas calçadistas gaúchas entram num profundo processo de reestruturação do setor.

Tal reestruturação justifica-se por dois motivos principais. Primeiro, as mudanças tecnológicas e produtivas levam a novas formas de organização mais flexíveis, tanto na produção como na subcontratação de mão-de-obra, e dão origem à subcontratação de etapas da produção de calçados.

Logo em seguida, verifica-se a inserção no mercado mundial dos calçados produzidos nos países asiáticos, responsáveis por maior concorrência. Esta, gradativamente, leva à crise a indústria gaúcha.

Como estratégia de redução de custos e fuga da crise, algumas empresas de calçados do Rio Grande do Sul passaram a migrar para outros Estados do Brasil na busca de novas condições capazes de favorecer a redução dos custos para enfrentar os desafios impostos pela mundialização do capital.

A empresa gaúcha Dakota S/A é um exemplo desse processo. Em 1995 esta empresa inicia a descentralização das suas unidades, chegando ao Estado do Ceará. A princípio, instala-se no município de Maranguape e posteriormente nos municípios de Iguatu e Russas, respectivamente. Como um dos destaques no Estado do Ceará na produção de calçados, a Dakota S/A ocupa a segunda posição no ranking estadual de pares de sapatos por ano⁴.

No município de Russas, localizado na microrregião do Baixo Jaguaribe⁵, a Dakota S/A chega no ano de 1998, e instala aí a sede nordestina da empresa, atualmente considerada como a maior unidade do Estado em produção e contratação de mão-de-obra.

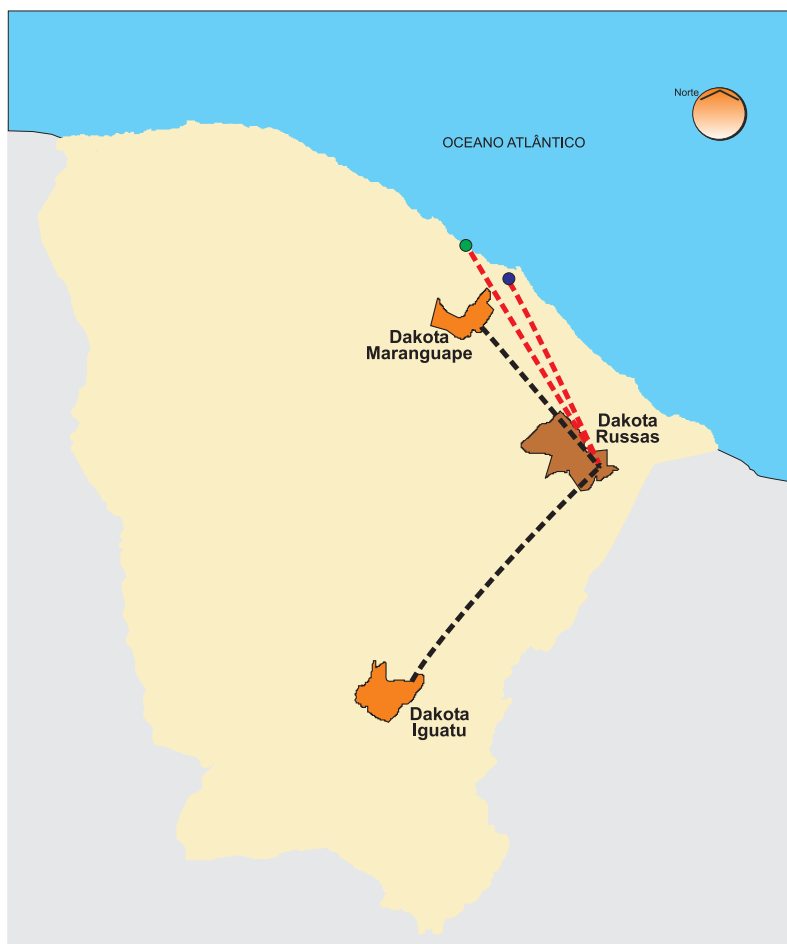
A partir de então, o município redefine gradativamente sua economia, antes calcada na agricultura de subsistência e no comércio local, e passa a receber elementos da lógica industrial, marcados pela intensificação dos valores racionais de produção, consumo e trabalho.

A Dakota-Russas nos primeiros dois anos de funcionamento contava com apenas 300 funcionários. Instalada num galpão alugado, só adquiriu sua atual estrutura em 2000. Hoje, a empresa ocupa uma área coberta de 30.000 m² e absorve 3 mil funcionários, responsáveis por uma produção de mais de 8 mil pares de sapatos por dia.

Sua localização pode ser considerada estratégica, como mostra a Figura 2. Primeiro, por estar na margem da BR-116, principal via de escoamento da produção no Estado. Segundo, por se situar em nível territorial como uma intermediária entre as duas outras unidades da empresa, ao se tornar a matriz regional da Dakota S/A no Nordeste. A unidade de Russas é também responsável por toda a produção de solados que abastece as três unidades da empresa no Ceará.

⁴ Segundo dados do BNDES(2000), a empresa Dakota S/A produziu 7.260.000 milhões pares/ano, ficando em segundo lugar no *ranking* estadual, com 5,58% da produção do Ceará.

⁵ Conforme o IBGE, a microrregião do Baixo Jaguaribe é formada por dez municípios: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.



LEGENDA







- | | | |
|---|--|--|
|  PORTO |  MUNICÍPIOS DE IGUATU E MARANGUAPE |  MUNICÍPIO DE RUSSAS |
|  AEROPORTO |  FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO |  FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA: SOLADOS |

Figura 2 – Dakota-Russas no contexto estadual

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta no departamento de expedição da Dakota Russas, 2005

A empresa encontra-se, ainda, próxima do Complexo Portuário do Pécem⁶ e do aeroporto internacional Pinto Martins. Isto significa vantagens para a aquisição de matérias-primas e exportação do produto final, pois o Ceará possui uma localização estratégica em relação ao mercado exterior. Desse modo, reduz os custos de exportação principalmente para os Estados Unidos e Europa.

Tal localização facilita a articulação de Russas com os mais variados lugares, de modo especial na compra de insumos e no escoamento de matéria-prima. Mas a empresa ainda guarda fortes laços com o Rio Grande do Sul, local de origem da Dakota e onde se encontra a matriz nacional. E é no Sul do país que o desenvolvimento da produção começa, pois os pedidos, negociações e design do produto são realizados diretamente com a matriz, enquanto à unidade em Russas cabe apenas receber ordens, por ser somente o espaço do fazer, mostrando que “o território passa ser comandando a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço” (SANTOS, 2005, p. 128).

No referente à aquisição de matéria-prima, a empresa se relaciona com os diversos lugares no seu circuito espacial da produção. Os insumos necessários à produção são oriundos de quatro regiões brasileiras, exceto a região Norte.

O Sul, Sudeste e Centro-Oeste são responsáveis por 35%, 20% e 15%, respectivamente, da origem de matéria-prima, onde o couro desponta como o principal insumo. Estas são, pois, as regiões de maior tradição na produção e beneficiamento do couro para a produção de calçados. Entre os principais Estados fornecedores de couro para a Dakota-Russas estão Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul. Neste último, encontramos o maior número e os mais tradicionais curtumes para o beneficiamento do couro.

O circuito da matéria-prima é completado pelo Ceará e demais Estados da região Nordeste. Enquanto o primeiro responde pelo envio de 20% dos insumos indispensáveis para a produção de calçados, oriundos

⁶ O porto do Pécem possui a menor tarifa para transporte de containers do Brasil, sendo aproximadamente 50% inferior aos custos do porto de Santos, em São Paulo.

principalmente da Região Metropolitana de Fortaleza, o segundo envia apenas 10% do necessário à Dakota-Russas para efetivar sua produção.

Mas é no destino do produto final que a empresa articula o município com os mais variados lugares. Primeiro, lembramos, a Dakota-Russas possui dois produtos finais na sua linha de produção: a sola e o calçado.

O circuito da sola é estadual. Neste a empresa estabelece laços com as duas outras unidades instaladas no Ceará, como observamos ainda na Figura 2, ao enviar constantemente solados para a fabricação de calçados nos municípios de Iguatu e Maranguape.

Com o circuito do calçado a empresa firma laços com os mais variados lugares, principalmente com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, onde o fluxo do produto final é mais intenso, e elas respondem, respectivamente, por 20%, 30% e 15% da aquisição do produto. Já o Estado do Ceará é responsável por consumir apenas 5% da produção da empresa.

No caso de Russas, em pesquisa feita junto aos comerciantes do ramo de calçados, nenhum deles estabelece laços de compra com a empresa, sendo muito difícil encontrar no município produtos da marca Dakota, ou seja, a empresa possui pouca relação de proximidade com o local.

Diferente de outras fábricas de capital nacional instaladas no Ceará, como a Paquetá e a Aniger, que exportam toda a produção, a Dakota-Russas, como vimos, tem como maior destino do seu produto final o mercado nacional. Ao mercado internacional cabe apenas 8% da produção. Os países latinos, México, Colômbia, Chile e Peru, juntamente com os Estados Unidos, representam os maiores consumidores de calçados no exterior.

Para dar conta da produção, a indústria possui duas divisões instaladas em quatro grandes galpões que se articulam na produção: a divisão de solados e a de calçados. A primeira divisão trabalha na produção de solas para todos os tipos de calçados, numa média de 50 mil pares de solas. A divisão de solados se diferencia por ser a única a operar em três turnos, A, B e C, e funcionar vinte e quatro horas por dia para cumprir a produção que abastece todas as unidades da empresa.

É nesta divisão que as solas injetadas são produzidas, marcando o início da montagem do calçado. Grandes máquinas automáticas dominam o espaço dessa produção, onde os trabalhadores, principalmente homens, entram em contato com os mais variados produtos químicos estocados em um galpão ao lado, almoxarifado da divisão de solados.

Como observado, o almoxarifado da Dakota-Russas, por ser a matriz regional, é responsável por receber toda a matéria-prima adquirida pelas unidades instaladas no Ceará, ocupando grande parte da planta da empresa.

Concluída a injeção da sola, base para a fabricação de calçados, o produto é enviado para o setor seguinte, onde passa por uma lavagem e pela primeira pintura, e depois para uma esteira onde será feito o retoque. Nesta última função, as mulheres compõem maioria.

Finalizado o processo produtivo da sola, o produto é dividido de acordo com o tamanho e modelo, e distribuído para as três unidades da empresa conforme a demanda solicitada por cada uma delas. As solas que ficam na Dakota-Russas seguem para a divisão de calçados, onde a peça será montada e costurada.

Na divisão de calçados, a esteira fordista ainda é predominante. Nessa unidade a empresa divide-se em pequenas fábricas, as quais respondem pela produção de um determinado tipo de calçado.

Quanto à jornada de trabalho, é de um único turno, das 7 da manhã às 5 da tarde, chegando a concentrar na divisão mais de 50% do número de funcionários. Nessa divisão as mulheres são maioria, principalmente na parte do acabamento e costura, que exige mais cuidado e detalhamento na produção.

Após finalizado, o calçado é separado de acordo com tamanho e modelos, seguindo para a seção de embalagem onde é colocado em caixas. Encerra-se, assim, o processo produtivo. Com isso, as caixas seguem para a seção de expedição, quando o produto final é distribuído pelos caminhões localizados no pátio da fábrica.

Para cumprir todo esse processo, a empresa insere algumas estratégias da produção flexível, apesar de ainda contratar muitos empregados e

concentrar grande parte das etapas da produção, operando de acordo com o pedido dos clientes feito junto à matriz no Rio Grande do Sul. Os pedidos chegam ao Departamento de Programação da fábrica, que controla praticamente todo o ritmo da produção da seguinte forma: 1. recebe e organiza o pedido; 2. envia informações acerca da quantidade e do tempo necessário para a produção; 3. controla o ritmo da esteira, para garantir o atendimento ao cliente na quantidade e no tempo exigido; 4. expede o produto.

A Dakota-Russas trabalha com uma média 100 a 150 linhas de calçados, com dez a doze modelos diferentes, e muda a produção de acordo com as tendências da moda e estações do ano, o que implica a necessidade de flexibilização da produção e do trabalho operário para fabricar, no mesmo dia, diferentes tipos de calçados.

Entre as principais mudanças advindas da instalação da Dakota-Russas merece destaque o novo mercado de trabalho gerado pela indústria no município. Essa inserção deve ser analisada tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas em nível mundial no referente às transformações do mundo do trabalho, ora sob a mais profunda crise, em que a redução do emprego regular e o uso do trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado, ganham cada vez mais força como estratégia de extração de mais-valia.

Apesar da expansão das relações capitalistas ligadas ao setor de serviços e financeiro, o atual modo de produção ainda tem como base de sustentação a contradição capital/trabalho. Esta, a despeito de suas metamorfoses, continua desempenhando um grande papel no processo de acumulação.

Como evidenciado, a necessidade de aumentar ainda mais a produção de lucros leva o capital a passar por mutações no interior do seu processo de acumulação com vistas a garantir o dinamismo exigido ao aumento do giro do capital. Nesse contexto, o controle do trabalho aparece como estratégia fundamental para o desenvolvimento pleno do capitalismo.

Assim, a escolha de Russas como novo lócus da produção de calçados não é aleatória. O fator mão-de-obra, como vimos, é fundamental para o sucesso do investimento de empresas que ainda recrutam elevado contingente de trabalhadores.

A adaptação dos trabalhadores ao tempo da esteira fordista e da jornada de trabalho de até nove horas de duração traz profundo impacto na vida da população, a qual, acostumada à lentidão das pequenas cidades e ao trabalho no campo, é inserida na racionalidade capitalista.

Na empresa, os salários são pagos por horas trabalhadas. Um trabalhador ao iniciar na linha de produção recebe R\$ 1,19 por hora, valor aumentado de acordo com o tempo de serviço e o cargo que passar a ocupar no processo produtivo. Entre as principais funções desempenhadas destacamos os operários, auxiliares, contramestres, gerentes de produção e supervisores.

No início da chegada da empresa ao município, grande parte dos cargos estratégicos da produção e administração eram desempenhados por gaúchos. Mas, para diminuir custos e aproveitar a mão-de-obra local barata e desqualificada, a empresa passa a oferecer treinamento aos trabalhadores de Russas, e a ocupá-los em cargos de maior responsabilidade, contudo, mediante salários inferiores aos pagos nas demais unidades da empresa no Sul do país.

Uma estratégia que demonstra a inserção da empresa na lógica flexível das relações de trabalho, assim como no controle sobre os funcionários, é o regime de banco de horas ao qual os trabalhadores têm de se submeter.

Este consiste numa alternativa usada pela empresa para intensificar ainda mais a extração de mais-valia, e funciona da seguinte maneira: em períodos de baixa produção os funcionários são dispensados, contabilizando-se no Departamento de Pessoal as horas não trabalhadas no determinado dia ou período. Quando a empresa aumenta o ritmo da produção, a partir do aumento dos pedidos, as horas não trabalhadas começam a ser repostas para dar conta da demanda. Tal dispositivo de controle do trabalho elimina a hora extra, que seria uma alternativa de complemento salarial.

É justamente nos meses de fevereiro a maio e de julho a dezembro que a empresa experimenta maior ritmo da produção. Neste momento, ela usa o sábado para saldar o banco de horas acumulado no período da baixa produtividade. Durante o sábado, o funcionário chega a trabalhar de 7 da manhã às 13 horas, sem acréscimo salarial.

Mas, mesmo com a estratégia do banco de horas no período de baixa produção, em alguns meses a Dakota-Russas chega a entrar em férias coletiva ou passa a demitir parte dos operários que entram na ciranda contratação/demissão, comum nesse setor da atividade econômica.

Outra estratégia importante adotada pela empresa para facilitar o controle do trabalho é a preferência na contratação de funcionários residentes na zona rural do município. Mais de 60% dos trabalhadores são oriundos de distritos e localidades da zona rural, ou seja, há um expressivo contingente de funcionários não residentes na sede de Russas.

A maioria desses novos operários da indústria exercia atividades ligadas à agricultura de subsistência ou trabalhava nas fábricas de cerâmica vermelha, outro destacado gênero da indústria de transformação do município. Essas atividades, porém, têm pouca aproximação com o ritmo imposto pelo trabalho formal e disciplinado da indústria moderna. Todavia, segundo dados do Departamento de Pessoal da empresa, tais operários, oriundos da zona rural, são os que mais facilmente se adaptam aos novos ritmos impostos pela disciplina na fábrica.

Esse fato faz surgir no município de Russas um grande fluxo pendular de trabalhadores procedentes dos mais variados distritos, e mesmo de alguns municípios próximos, como Palhano e Jaguaruana, atraídos pela possibilidade do pleno emprego industrial (Figura 3). Em alguns casos, a economia dos distritos ou das localidades passa a ganhar muito mais dinamismo, aumentando a renda e o consumo da população local.

Para dar conta do fluxo de funcionários de lugares tão distintos a Dakota montou um esquema de transporte, feito por uma empresa subcontratada, Viação Russana, que disponibiliza dezesseis ônibus e vinte rotas ao todo, e trabalha em todos os turnos de funcionamento da empresa.

Cada rota tem seu horário e caminho predeterminados, saindo quase sempre de pontos de referência, como as praças dos distritos. Os ônibus chegam a transportar setenta funcionários. Estes, para “usufruírem” do serviço, sofrem um desconto de R\$ 11,00 no seu salário todos os meses.

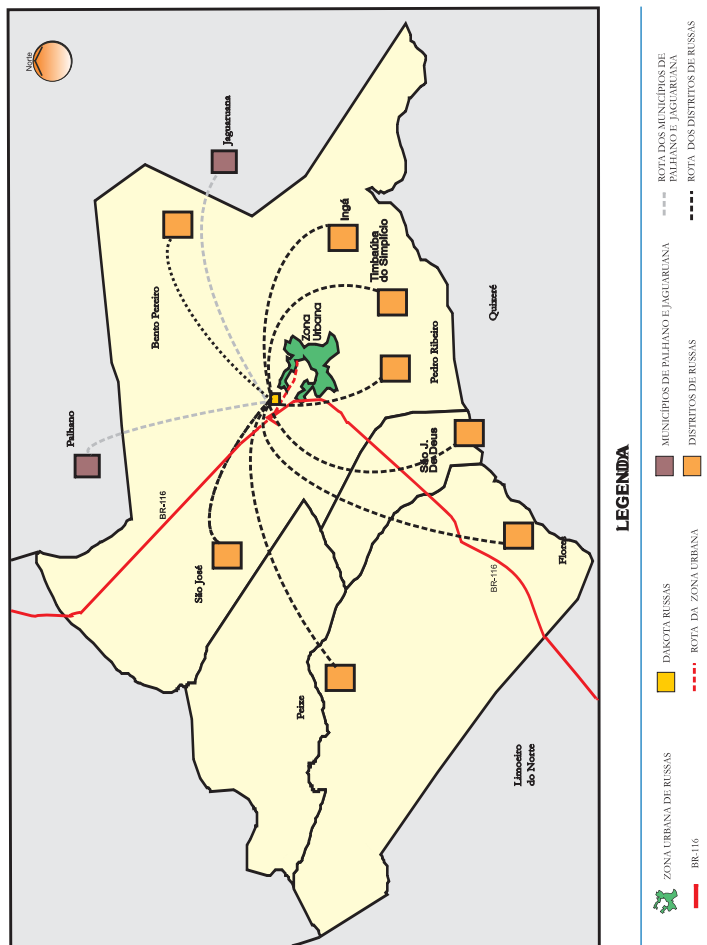


Figura 3 – Rota dos trabalhadores da Dakota-Russas

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa direta no departamento de expedição da Dakota Russas, 2005

Mesmo com a disponibilidade do ônibus da empresa para os trabalhadores da zona urbana do município, no total de seis rotas que atendem, principalmente, o Centro e bairros da periferia, um grande número de trabalhadores prefere ir para a Dakota-Russas de bicicleta, transporte muito comum no município, justamente pela proximidade da fábrica do Centro urbano. Muitos também chegam de moto, transporte alvo de sensível aumento nos últimos anos em Russas.

Percebemos a magnitude do fluxo de funcionários da Dakota-Russas ao término dos turnos de trabalho, principalmente no turno “A”, no qual se concentram os funcionários das duas divisões, soldados e calçados. No horário de mudança de turno, forma-se verdadeiro “mercado” na frente da empresa, pois vários comerciantes ambulantes aproveitam a saída dos funcionários para vender os mais diversos produtos, desde bijuterias até lanches. Quem também tenta aproveitar a troca de turno para obter algum lucro são os mototaxistas, pela oportunidade de transportar algum passageiro.

Contudo, o que mais chama a atenção é a estratégia desenvolvida pelos comerciantes, prestadores de serviços e organizadores de eventos, que usam a frente da fábrica como um verdadeiro espaço publicitário. Forma-se uma territorialidade, onde carros de som anunciam festas, promoções de lojas, consórcios de motos e carros, serviços médicos e odontológicos, enfim, os mais variados serviços e produtos para os potenciais consumidores do município.

Outro elemento dessa territorialidade são os ônibus da empresa Viação Russana. Estes, prontamente às 17 horas, estacionam em frente à fábrica para garantir o transporte dos funcionários. Cada um dos ônibus está identificado com o número da sua rota, que indica o itinerário a ser percorrido, como zona urbana, distritos, localidades e até outros municípios (Figura 3). Enquanto isso, os demais funcionários usuários de bicicletas e motos disputam espaço no bicicletário e no estacionamento da fábrica, acrescentando outros ritmos à paisagem.

Num espaço de aproximadamente vinte minutos à frente da fábrica territorializada pelos funcionários da empresa, motos e bicicletas

cruzam a via de acesso à Dakota-Russas nas várias direções, indicando uma movimentação acelerada de trabalhadores que saem da fábrica com a mesma pressa com que se dispersam pelas ruas da cidade. Por breve tempo a paisagem se transforma.

Minutos depois da partida de todos os funcionários, a territorialidade se desfaz. Os ambulantes recolhem suas barracas, o carro de som e os mototaxistas deixam o local, demonstrando os múltiplos rebatimentos da chegada da Dakota-Russas ao município e a alteração da economia local.

Outro fato marcante da produção de calçados no município é o trabalho em domicílio, subcontratado, realizado pelas “enfiadeiras”. Essa atividade é desenvolvida principalmente por mulheres cuja função é costurar peças de couro usadas como adorno nos calçados da Dakota-Russas.

O trabalho em domicílio, subcontratado, é característico da fase pré-fabril do capitalismo e persiste até hoje na atividade industrial, mesmo no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Esta estratégia é ainda muito utilizada na produção de calçados, e proporciona altos lucros na apropriação do trabalho, por não manter nenhum vínculo legal com o contratado.

Em Russas a atividade das “enfiadeiras” é desempenhada por mais de quarenta mulheres subcontratadas. De acordo com a demanda da empresa, a produção é distribuída na casa da contratante, onde também é repassado, diariamente, o modelo de costura a ser trabalhado.

Ao andar pela periferia do município, é comum observar famílias inteiras sentadas na calçada ou na área de casa costurando as peças a serem usadas como enfeite nos calçados. O trabalho é realizado artesanalmente, com muito detalhe. Mediante uso de agulhas especiais, as “enfiadeiras” traçam finas linhas de couro ou palha em peças fornecidas pela contratante, que disponibiliza toda a matéria-prima.

Algumas enfiadeiras chegam a produzir 400 pares de enfeites por dia, em períodos de grande demanda. O preço da peça, estipulado de acordo com a dificuldade e detalhes da costura, varia entre cinco, sete, doze e até vinte centavos por peça produzida.

O interessante dessa atividade é que o salário final da enfiadeira chega a ser superior ao do trabalhador do chão de fábrica da Dakota-Russas, pois algumas chegam a ganhar até R\$ 800,00 por mês em períodos de alta produção.

Todavia, essa atividade é marcada pelo trabalho familiar coletivo, onde os filhos e os parentes próximos ajudam na produção para dar conta da demanda. Como afirma Antunes (1999, p.115), essa estratégia do capital é “um mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça, de que falou Marx, o qual o capitalismo da era mundialização está recuperando em grande escala”. Tal mecanismo pode ser percebido na atividade subcontratação das “enfiadeiras”, em que o uso do trabalho produtivo em domicílio ainda demonstra outra estratégia do capital flexível, qual seja, a inserção do trabalho feminino na esfera da produção.

Deste modo, a Dakota-Russas impõe uma nova reorganização das relações de trabalho do município, onde o ritmo da lógica fabril passa a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores, antes acostumados com o tempo lento e o trabalho sazonal das atividades tradicionais.

Podemos, assim, perceber a substituição gradativa de uma solidariedade orgânica por uma solidariedade organizacional, cada vez mais imbuída de novos valores de consumo na vida cotidiana dos trabalhadores.

A Dakota-Russas e o seu rebatimento na dinâmica socioespacial

O município de Russas está inserido na região do Baixo Jaguaribe, que nas últimas décadas vem conhecendo um processo de reestruturação socioeconômica embasada, sobretudo, na agricultura científica responsável pela produção de frutas para exportação. Além de Russas, é nos municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova onde essa dinâmica se materializa com maior intensidade, expressando um crescimento econômico que redefine a dinâmica do espaço urbano, impondo novas formas e funções às cidades.

Mas, apesar de estar inserida nessa nova trama produtiva, Russas, como já vimos, possui outro vetor de crescimento, a Dakota-Russas, responsável por grande reatamento na economia urbana e na geração de emprego, conferindo centralidade ao município no contexto regional.

Como apontam alguns indicadores estatísticos, o município vem ganhando destaque em nível estadual por conta dessas mudanças. De acordo com dados do Ipece (Iplance, 2000), Russas passa a ocupar o 12º lugar no Estado na taxa de crescimento do PIB entre os anos de 1997 e 2000, fato ocorrido após a chegada e consolidação da Dakota-Russas.

Com isso, a composição setorial do PIB é alterada. De município predominantemente agrícola, a atividade industrial passa, no ano de 2000, a representar 33,96% do então produzido. Isso é confirmado pela arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no total de R\$ 12.564,00 em 1997, e R\$ 334.000,00 em 2000, ou seja, houve um crescimento exponencial.

Assim, a indústria de calçados assume grande importância na dinâmica econômica do município, em contraste com as atividades ligadas à indústria de transformação tradicional, como a cerâmica vermelha. Esta, apesar de ser a maior do Ceará, não gera tantos impactos na economia local quando comparada à força dinamizadora da indústria de calçados moderna.

Ademais, o município ainda conhece relativa expansão do trabalho assalariado formal. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 1990, ano anterior à chegada da Dakota S/A, Russas contava com 1.580 trabalhadores com carteira assinada. Em 2002 já existiriam 3.160 trabalhadores formais no setor secundário.

Esse fato provoca um conjunto de mudanças a imprimir nova dinâmica à economia urbana do município, pois como os trabalhadores da empresa recebem seus salários a cada quinze dias, há maior circulação da riqueza no comércio local, antes movido pelo dinheiro das aposentadorias e da pouca renda gerada pela agricultura de subsistência e a indústria tradicional.

A territorialização do comércio estende-se por mais de três quarteirões, com início na rua Dom Lino, e se prolonga até a rua Padre Raul Vieira, onde se concentra a maioria dos estabelecimentos comerciais.

Conforme podemos perceber, o terciário no Centro da cidade conhece uma relativa expansão com o transbordamento de estabelecimentos para quarteirões paralelos e ocupação de pequenas galerias em ruas adjacentes, mas ainda com a presença de moradias que quebram a contigüidade das lojas.

No terciário local, os ramos de eletrodomésticos, móveis, roupas e miudezas são os que mais crescem e ganham dinamicidade. Especialmente o de eletrodomésticos, onde encontramos empresas de pequeno e médio porte destinadas ao atendimento dos diversos níveis de poder aquisitivo da população.

Este ramo conta com investimento de empresas locais e estaduais, com destaque para a Macavi, Eletroguerra, Lojas Maravilha, Leleo Móveis, as quais encontram no município um novo mercado sustentado pela expansão do emprego formal a partir da chegada da indústria, responsável pelo incremento demográfico no município nos últimos anos⁷.

Planos de pagamento e parcelamento especiais para aposentados, pensionistas do INSS e principalmente para empregados da Dakota-Russas, no total de quase 3 mil funcionários, são estratégias adotadas por tais empresas para tentar inserir os mais diversos níveis da população na trama do consumo.

Essa nova dinâmica é materializada particularmente no início de cada mês, quando se somam os recebimentos dos funcionários públicos, dos aposentados e dos operários da indústria. É possível, então, observar no Centro da cidade um grande número de pessoas e veículos, conferindo ao setor varejista de Russas o maior dinamismo da região do Baixo Jaguaribe.

Assim, toda essa dinâmica oferece ao município um papel de centralidade em relação aos do Baixo Jaguaribe, cujos moradores, por

⁷O município de Russas, de acordo com o IBGE, conhece um incremento populacional principalmente na zona urbana, que passa de 27.057 mil habitantes em 1997, para 35.323 mil habitantes em 2000, sendo acompanhada por uma taxa de urbanização de 61,02%, em 2000, a maior da região do Baixo Jaguaribe.

sua vez, consomem no setor terciário de Russas por oferecer maior diversidade de produtos. Em face dessas condições, muitos moradores de Quixeré, Palhano, Jaguaruana e Itaiçaba preferem se deslocar para consumir na sede municipal.

Isso só confirma o importante papel desempenhado por Russas na região, ao desenvolver, sobretudo, o consumo consumptivo, em contraste com o município do Limoeiro do Norte, que acaba por centralizar as atividades relacionadas ao consumo produtivo. Esse último, ligado à agricultura moderna da região, contando com comércios e serviços especializados.

Todo esse processo implica expressiva reestruturação do espaço urbano do município, onde observamos expansão da especulação imobiliária, mudanças nos padrões habitacionais, com o surgimento de pequenos prédios de até três pavimentos, e também na formação de uma periferia na cidade, na qual se concentra a população de baixa renda, e a questão da habitação emerge como problemática principal.

Segundo percebemos, a instalação da indústria de calçados no município de Russas não ocorre sem alterar os circuitos da economia urbana e a organização do espaço urbano. Primeiro por um incremento de consumidores em potencial na economia local, fruto da inserção de quase 3 mil postos de trabalho formais no município. E segundo, por apontar esta nova dinâmica da produção e da acumulação das riquezas para a emergência de elementos que vão definir a (re)produção do território, cada vez mais marcado por novas realidades flexíveis, não representadas, porém, por mera sobreposição da ordem anterior.

Considerações finais

A nova dinâmica da produção e da acumulação das riquezas no município de Russas aponta para a emergência de elementos que vão definir a (re)produção do espaço, cada vez mais marcado pelos impactos da revolução informacional e das racionalidades flexíveis inseridas nos mais diversos ramos e estágios da produção. Esse quadro de transformações mundiais é acompanhado pelas recentes mudanças no desenvolvimento capitalista ora verificadas no Estado do Ceará.

Sua recente inserção nessa nova trama produtiva, a partir da emergência de um novo paradigma político, imbuído de uma racionalidade capitalista de orientação neoliberal, escolhe a indústria como principal vetor de desenvolvimento.

Assim, o Estado, ao usar de incentivos fiscais e da modernização da infra-estrutura territorial estabelece todos os mecanismos para o desenvolvimento da atividade industrial e apropriação do território cearense pelas grandes empresas de capital internacional e nacional.

Desse modo, a migração de investimentos para lugares sem nenhuma tradição industrial passa a dominar o cenário estadual, principalmente a partir da década de 1990. Municípios que tinham sua vida econômica sustentada pela agricultura de subsistência e o comércio tradicional passam a conviver com um novo vetor de desenvolvimento calcado na atividade industrial, que impõe uma nova temporalidade e organização do espaço urbano.

O município de Russas é um exemplo de todo esse processo, capturado pela indústria de calçados de capital gaúcho, que migra para o Ceará na tentativa de superação da crise desencadeada no início da década de 1990.

Com a chegada da empresa de calçados Dakota S/A o município insere-se no processo mundial de produção de mercadorias, e rompe com a lógica local fundada no tripé agricultura de subsistência, comércio local e indústria tradicional de transformação, esta última, representada pela atividade ceramista.

A temporalidade lenta das pequenas cidades passa, então, a ser rompida, e a quebra da solidariedade orgânica com a gradativa inserção de uma solidariedade organizacional marca a vida cotidiana de Russas a partir da inserção da racionalidade capitalista no espaço.

Contudo, todas essas transformações acabam por promover uma (re)organização da economia urbana, das formas de emprego e renda, da dinâmica da população e conseqüentemente da nova organização do espaço urbano.

Atraída, principalmente, pela mão-de-obra abundante e barata, a Dakota-Russas introduz a população local numa nova realidade produtiva calcada no tempo rápido e disciplinado da esteira fordista, ainda em vigor na indústria de calçados, caracterizada por contratar grande número de operários.

Sem dúvida, a criação de quase 3 mil novos postos de trabalho emerge como uma das mais importantes inversões na realidade local. A expansão do trabalho formal, tendo como pano de fundo as mudanças verificadas no mundo do trabalho, inclui novas categorias nas relações de trabalho, onde a redução do emprego regular e o uso do trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado ganham cada vez mais força no município como estratégia de extração de mais-valia.

A necessidade de aumentar ainda mais a produção de lucros leva a empresa a impor um programa de controle do trabalho sustentado na contratação de trabalhadores oriundos da zona rural, justamente aqueles que menos têm proximidade com a lógica da produção industrial, no total de mais da metade dos funcionários da empresa, legitimados pela total falta de tradição sindical na luta pelos direitos trabalhistas.

Mas esse incremento dos trabalhadores industriais não ocorre sem promover um rebatimento na economia urbana do município, movimentada até o momento anterior à chegada da Dakota-Russas pelos pagamentos dos aposentados e funcionários públicos no início do mês.

Nos últimos cinco anos o comércio local ganha nova dinâmica com a consolidação de quase 3 mil novos consumidores ante a instalação da empresa, promovendo o crescimento dos equipamentos, a dinamização dos fluxos e a expansão das atividades modernas.

Tal dinâmica se materializa principalmente na expansão dos ramos de eletrodomésticos, móveis, roupas e miudezas, conferindo um papel centralizador ao município de Russas, que passa a ser ponto de referência para algumas cidades da região do Baixo Jaguaribe, como Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana e Quixeré.

O raio de ação do município amplia-se, assim como sua relação com os mais diversos lugares, principalmente via circuitos espaciais da Dakota-Russas, que articula o local ao global, e passa por todas as demais escalas intermediárias na tentativa de atender a todos os estágios da produção/distribuição/circulação/consumo.

Todo esse processo vai repercutir diretamente na dinâmica demográfica, impondo profundas transformações socioespaciais para o lugar, uma vez que Russas conhece considerável incremento populacional com um acréscimo no contingente migratório dos mais diversos distritos e demais cidades do Estado, atraídos pela possibilidade do pleno emprego. E, ainda, o município conhece relativa concentração da população na zona urbana, destacando-se como o único a apresentar uma taxa de urbanização superior a 60% no Baixo Jaguaribe.

Ora, todas essas transformações indicam claramente os novos rumos assumidos pelo capital na sua jornada de difundir os meios técnicos e flexíveis que garantam uma acumulação ampliada da mais-valia. No caso de Russas, essas novas estratégias de acumulação capitalista vêm tomando forma nos últimos anos, com importantes alterações nos sistemas que redefinem a lógica de organização do espaço.

A cidade de Russas torna-se um mero espaço do fazer, e atende às ordens impostas pelo capital ora difundido pelo território, tendo na informação o seu mais novo mecanismo de apropriação e dominação territorial. O espaço do município passa, então, a representar os interesses do mais novo ator estruturador do espaço, a indústria, que gradativamente redefine o cotidiano e a organização espacial.

Referências

ABU-EL-HAJ, J. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza: UECE, ano 3, n. 6, jul./dez. 2003.

ALVEZ, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. *In*: TEIXEIRA; OLIVEIRA (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

AMARAL FILHO, J. do. Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza: UECE, ano 3, n. 6, jul./dez. 2003.

AMORA, Z. B. O processo de urbanização. *In*: ELIAS, D. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE**. Fortaleza: D. Rocha, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BONFIM, W. L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. *In*: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. **A era Jereissate: modernidade e mito**. Fortaleza: D. Rocha, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, L. F. A. da. **O sertão não virou mar: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IPLANCE. **Aspectos globais e setoriais da economia cearense: evolução e perspectivas**. Fortaleza, 1995.

_____. **Anuário estatístico do Ceará – 1998/1999**. Tomo 2: economia e finanças. Fortaleza, 2000.

_____. **Anuário estatístico do Ceará – 2001**. Tomo 2: economia e finanças. Fortaleza, 2002.

LIMA, L. C.; ROCHA, A. M. Expansão do terciário. *In*: ELIAS, D. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE.** Fortaleza: D. Rocha, 2002.

MENELEU NETO, J. Dinâmica populacional e condições de vida por indicadores. *In*: ELIAS, D. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE.** Fortaleza: D. Rocha, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Elegia para uma re(ligião):** Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRÃO, F. **Economia urbana.** Ilhéus: Editus, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus.** Fortaleza: EDUECE, 2005.

POCHAMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: USP, 2005. (Coleção Milton Santos, 7).

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

—

ANEXOS

Fotos e organização:

Denise Elias

Renato Pequeno

Rérisson Máximo

Agricultura Intensiva

Em pouco mais de uma década, alguns espaços agrícolas do Nordeste conheceram significativa mudança da base técnica da agricultura. Os impactos são grandes, seja para as relações de trabalho, seja para o meio ambiente ou mesmo para a estrutura fundiária.

Foto 1 – Área de cultivo de uva em Lagoa Grande (PE)

A produção da uva, seja para consumo direto ou para produção de vinho, neste município localizado na região de Petrolina (PE), é resultado da expansão da fruticultura a partir do perímetro irrigado público implantado pela Codevasf. Atualmente, mais de 56% da produção se destina à exportação.



Foto 2 – Área de Cultivo de Melão em Quixeré

Este município, localizado na região do Baixo Jaguaribe, é um dos mais afetados pela difusão do agronegócio da fruticultura no Estado do Ceará, especialmente através da monocultura do melão.



Foto 3 – Maquinário agrícola em funcionamento na produção de uva, no município de Lagoa Grande (PE)

Foto 4 – Área de cultivo do melão em Quixeré

Esta produção é destinada à exportação, principalmente para os mercados europeu e norte-americano. A evolução da produção do melão no Baixo Jaguaribe é paralela à chegada das empresas agrícolas. Hoje, este produto lidera as exportações de frutas no Ceará.



Agricultura Intensiva

No Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, encontra-se uma das mais importantes produções de banana do Brasil. A empresa multinacional que monopoliza a produção utiliza-se do que há de mais moderno no mundo para o setor, e o pacote tecnológico é quase todo importado, assim como toda a produção é voltada para a exportação. Entre os sistemas técnicos agrícolas modernos utilizados há os “cabos guias” para o transporte dos cachos do local de colheita até o *packing house*.

Foto 5 – Sistema de transporte da produção da banana

É possível visualizar a utilização simultânea de um sistema tecnológico moderno e um meio de transporte tradicional da região.



Foto 6 – Sistema de transporte de frutas até o *packing house*

Foto 7 – *Packing house*



Foto 8 – Setor de lavagens de frutas

Sistemas Técnicos

Como resultado da inserção dos lugares de reserva à produção e ao consumo globalizados, há importante difusão de infra-estruturas, com objetivo de dar fluidez ao território produtivo. Os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de reorganização da economia e do território e todo o restante fica à margem desse processo. Reforça-se, assim, a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos, fortalecendo as diferenças, cada vez mais complexas e devastadoras.

Foto 9 – Barragem do açude Castanhão, Jaguaribara (CE)

A construção de barragens, açudes, canais de irrigação está entre as formas mais usuais de lidar com os problemas inerentes à escassez e irregularidade dos recursos hídricos do semi-árido nordestino. As fotos mostram a barragem do açude Castanhão e um dos trechos do Canal da Integração, o coração do maior e mais portentoso programa de interligação de bacias hidrográficas do Estado do Ceará. Tem por objetivo principal realizar a redistribuição dos recursos hídricos, transportando-os da região do Baixo Jaguaribe para a Região Metropolitana de Fortaleza, até o município de Pecém, onde se localiza o novo porto do Estado, e se encontra em construção a primeira siderúrgica do Ceará.



Foto 10 – Trecho do Canal da Integração, Morada Nova (CE)



Foto 11 – Balsa utilizada na travessia de veículos e de carga entre Balsas (MA) e Uruçuí (PI) e Foto 12 – Precariedade do sistema utilizado para o transporte de óleo vegetal da soja

Nos lugares de reserva mais recentemente incorporados à produção agrícola globalizada, os sistemas técnicos existentes encontram-se em descompasso com as demandas das multinacionais que comandam o processo produtivo. As fotos mostram a melhor e mais rápida possibilidade de ligação entre os municípios de Uruçuí (PI), onde se localiza a esmagadora da Bunge, e Balsas (MA), outro importante nó do circuito produtivo da soja nos cerrados nordestinos. Além da necessidade da travessia por balsa, grande parte da estrada é de terra. A distância entre as cidades é de 250km e o tempo utilizado para a travessia é de cerca de cinco horas. Na balsa pode ser visto tanto o caminhão transportando óleo vegetal da soja, como o ônibus que transporta a população.



Esmagadoras de Soja

As multinacionais Cargill e Bunge incluem-se entre as mais importantes empresas atuantes no setor de agronegócio em todo o mundo. Estão instaladas em vários municípios dos cerrados nordestinos com indústrias esmagadoras de soja, inúmeros silos e, no caso da Bunge, também com uma indústria de fertilizantes. Os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Uruçuí destacam-se por possuir as plantas da Bunge e o município de Barreiras, a da Cargill. A Bunge é a principal empresa na industrialização de soja e líder na comercialização de grãos (soja, trigo, milho, sorgo, girassol e semente de algodão). No Brasil, está presente em dezesseis Estados, e é líder na comercialização de óleos vegetais.



Foto 13 – Silo da empresa Bunge, Luís Eduardo Magalhães (BA)



Foto 14 – Silo da empresa Cargill, Balsas (MA)



Foto 15 – Silo da Empresa Bunge, Luís Eduardo Magalhães (BA)

Foto 16 – Silo da Empresa Cargill, Balsas (MA)



Economia Urbana

A reestruturação da produção agrícola provoca um incremento da economia urbana das cidades adjacentes aos espaços agrícolas dinâmicos. Crescem tanto o consumo produtivo, associado às mais diversas demandas desta atividade (insumos químicos, máquinas agrícolas, sementes etc.), quanto o consumo associado às demandas mais prementes da população.



Foto 17 – Mercado municipal de Limoeiro do Norte (CE)

O sábado é o dia da feira livre nas cidades de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no Baixo Jaguaribe (CE), que atraem compradores de toda a região. É um meio de comercialização importante para os pequenos produtores. Entre as mercadorias mais comercializadas estão o feijão e os pequenos animais.

Foto 18 – Rua Comercial na área central de Morada Nova (CE)

Rua central da cidade de Morada Nova, que serve de estacionamento para as inúmeras formas de transporte dos compradores da região. Dada a inexistência ou precariedade de transporte coletivo intra-regional, entre as formas mais comuns de transporte encontra-se o pau-de-arara. É comum o mesmo veículo conduzir pessoas, mercadorias e animais.



Foto 19 – Placa de anúncio de empresa de produtos agrícolas em Uruçuí (PI)

Cidades com padrões de urbanização incipientes como Uruçuí, no sul do Piauí, já dispõem de estabelecimentos comerciais onde se dispõe de máquinas e implementos agrícolas de última geração.

Foto 20 – Venda de tratores em Barreiras (BA)

O comércio de máquinas agrícolas presentes em parques de exposição de feiras agropecuárias de Barreiras (BA). Realizadas nas cidades da agronegócio, atendem às demandas da região e movimentam a economia local.



Setor Industrial

Entre os vetores da reorganização produtiva do Nordeste, destacá-riamos a instalação industrial, fruto da guerra fiscal. No cerne das metamorfoses advindas de tais processos é que o Estado do Ceará inicia, nas duas últimas décadas, um novo momento de sua história. Ocorre uma transferência e crescimento das indústrias, principalmente de bens de consumo, como de calçados, têxteis, de confecções e de alimentos, em grande parte impulsionadas pela existência de uma gama importante de incentivos fiscais, trabalho extremamente barato e a não existência de sindicatos fortes. Denotam-se especializações produtivas, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais.

Foto 21 – Indústria de calçados Dakota, instalada no município de Russas, no Baixo Jaguaribe (CE)

Desde sua chegada, com seus cerca de 3 mil empregos, num município com população próxima a 50 mil habitantes, houve o incremento dos setores de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos, móveis, vestuário, criando uma nova dinâmica na cidade. Outro setor afetado foi o imobiliário, com a disseminação de loteamentos populares.



Foto 22 – Indústria de Redes, Jaguaruana no Baixo Jaguaribe (CE)

A produção de redes está, também, entre os mais tradicionais ramos da indústria na região do Baixo Jaguaribe. Coadunando-se com os novos “ventos da economia”, o setor passa por forte processo de concentração.

Foto 23 – Indústria de cerâmica, Limoeiro do Norte (CE)

Setores industriais tradicionais, associados ao extrativismo, como as cerâmicas, continuam representando parte significativa do setor secundário no Baixo Jaguaribe.



Cidades do Agronegócio

Em todas as áreas nas quais se processa a territorialização do capital no campo inerente ao agronegócio globalizado, é visível o crescimento das cidades e da urbanização. Algumas cidades passam a exercer a gestão da agricultura moderna, estabelecendo-se inúmeras novas relações campo-cidade. Para Denise Elias, pode-se falar em cidades do agronegócio, que seriam aquelas cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.



Foto 24 – Imagem de satélite da cidade de Petrolina (PE)



Foto 25 – Vista aérea dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)



Foto 26 – Perfil da cidade de Petrolina (PE)

Cidades do Agronegócio

Antigo distrito do município de Barreiras (BA), a cerca de 1.000 quilômetros de Salvador, Luís Eduardo Magalhães se origina de antigas fazendas e cresce a partir de um posto de gasolina (posto Mimoso do Oeste), localizado às margens da BR-242. No início da década de 1980, surgem os dois primeiros loteamentos e, menos de uma década depois, instalam-se as plantas da multinacional Bunge (esmagadora e fertilizantes). A Bunge Alimentos instalada em Luís Eduardo Magalhães está entre as maiores refinadoras de óleo de soja da América Latina. Com estas, o distrito começa a crescer em ritmo acelerado, e culmina com sua emancipação.



Foto 27 – Vista aérea do município de Luís Eduardo Magalhães (BA)



Foto 28 – Planta da empresa Bunge em Luís Eduardo Magalhães (BA)



Foto 29 – Hotel Saint Louis em Luís Eduardo Magalhães (BA)

Desigualdades Socioespaciais

A difusão do agronegócio no Nordeste acirra o crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras. Conforme evidenciaram as características da incorporação do semi-árido e dos cerrados nordestinos à produção e ao consumo agropecuário globalizados, a prevalência da concentração fundiária continua sendo uma realidade extremamente presente, em pleno século XXI, juntamente com outros dos seus traços estruturantes, aumentando sobremaneira a expropriação e a expulsão de agricultores que não detêm a propriedade da terra (meeiros, antigos parceiros, pequenos arrendatários). Agrava-se, também, a privatização da água.



Foto 30 – Monocultura de banana no Vale do Açu (RN)

Foto 31 – Ocupação do MST no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, no município de Limoeiro do Norte (CE)

Este perímetro irrigado oferece lotes de diferentes dimensões, voltados para empresários, técnicos agrícolas e pequenos agricultores. Os movimentos sociais pressionam por maior acesso às áreas dotadas de infra-estrutura.



Foto 32 – Agricultura familiar no bairro Ilha, Limoeiro do Norte (CE)

No entorno imediato do espaço intra-urbano da cidade, verifica-se a presença de ocupações e pequenas propriedades rurais onde se pratica a agricultura familiar de pequeno porte. Essas áreas constituem-se em zonas de transição urbano-rural, quase sempre carentes de infra-estrutura.

Desigualdades Socioespaciais

Na cidade, a moradia é uma das formas mais visíveis e dramáticas da desigualdade socioespacial. Da mesma forma, ela também retrata a inserção de diferentes atores no processo de produção da cidade: o poder público em suas diferentes esferas, o mercado imobiliário e os grupos excluídos.



Foto 33 – Conjunto Habitacional Proub, em Limoeiro do Norte (CE)

O conjunto, implantado pelo governo do Estado, localiza-se em espaço periférico, dotado de infra-estrutura urbana, ainda que mínima, diferenciando-se do seu entorno, onde predominam a autoconstrução e a irregularidade fundiária.

Foto 34 – Condomínio de luxo na beira-rio, Petrolina (PE)

Na cidade do agronegócio, determinados setores, onde os investimentos em infra-estrutura são realizados, têm sido alvo de empreendimentos imobiliários que consolidam a segregação socioespacial da população mais abastada, especialmente mediante a verticalização.



Foto 35 – Ocupação em área de risco em Morada Nova (CE)

As transformações na estrutura fundiária e a dinamização da economia urbana têm promovido o incremento no processo de urbanização, visível por meio da proliferação de áreas de ocupação, inclusive em situação de risco.

Produção da Moradia

Também nas cidades do agronegócio dos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas do Nordeste é possível observar processos de verticalização associados a diferentes usos de classes de renda. A concentração de investimentos e por consequência a valorização da terra no mercado imobiliário contribuem para este processo, exacerbando a segregação socioespacial nestas cidades.

Foto 36 – Vista da faixa próxima ao Rio São Francisco em Petrolina

Na cidade de Petrolina (PE), o processo mais intenso de verticalização associado à moradia de alto padrão dá-se na beira-rio, às margens do rio São Francisco, “olhando” para a cidade de Juazeiro (BA). Nesta, não se observa o mesmo processo.



Foto 37 – Condomínio residencial em Petrolina (PE)

Novos empreendimentos habitacionais voltados para a classe média baixa, utilizando recursos financeiros federais, caracterizam a diversificação do mercado imobiliário e a diferenciação socioespacial.

Foto 38 – Edifício misto voltado para locação em Limoeiro do Norte(CE)

Nessa cidade, ainda é muito comum o uso múltiplo, ficando o térreo destinado para o comércio e os pavimentos superiores para os domicílios. O uso diversificado das edificações, especialmente nas áreas centrais da cidade, onde predomina o uso comercial no térreo e a construção de apartamentos para aluguel nos pavimentos superiores, atendendo à demanda surgida com o advento do agronegócio: representantes comerciais, prestadores de serviço, técnicos agrícolas especializados, entre outros.



Produção da Moradia



Foto 40 – Casa de taipa em construção na localidade Km 60, Limoeiro do Norte (CE)

A implantação dos projetos de agricultura irrigada nas áreas rurais tem promovido um fluxo migratório para áreas próximas, ampliando o déficit habitacional e as condições inadequadas de moradia.



Foto 42 – Conjunto habitacional construído pela ONG Habitat para a Humanidade em Limoeiro do Norte (CE)

A atuação de ONGs e movimentos sociais organizados já se faz presente nas cidades do agronegócio.

Foto 39 – Conjunto Habitacional Santa Rita, Limoeiro do Norte (CE)

A construção de conjuntos habitacionais pelo poder público tem tido como regra básica a implantação em áreas periféricas e a ausência de infra-estrutura e equipamentos sociais.



Foto 41 – Casa de taipa localizada no Km 60, Limoeiro do Norte (CE)

O adensamento populacional em áreas próximas aos projetos de agricultura irrigada tem gerado a demanda pela implantação de redes de infra-estrutura e equipamentos sociais.



Os Autores

Alexsandra Muniz. Geógrafa, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE). E-mail: alexsandramuniz@yahoo.com.br

Andrea Ballester. Graduada em Direito, Mestre em Legislación Ambiental de la Universidad para la Cooperación Internacional (Costa Rica) e em Políticas de Recursos Naturales y Ambiente de la Universidad de Michigan (EUA), doutoranda em Ecología Social de la Universidad de California, Irvine (EUA). E-mail: aballes@uci.edu

Dalva Maria da Mota. Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br

Denise Elias. Bacharela e Licenciada em Geografia e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (SP). Professora adjunta do Departamento de Geociências e do Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE) e do grupo de pesquisa (CNPq) Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste. Pesquisadora do CNPq. E-mail: denise.elias@pesquisador.cnpq.br e deniselias@uol.com.br

Diego Gadelha. Graduando em Geografia e bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES) do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: diegogadelha@yahoo.com.br

Edgard Porto. Arquiteto e Especialista em Planejamento Urbano pela UFBA, Doutor em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial pela Universidade de Barcelona. Diretor de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Secretário Executivo do Instituto de Pesquisas Sociais, Econômicas e Ambientais (InP). E-mail: edgard-porto@uol.com.br

Edilson Pereira Júnior. Geógrafo e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor assistente do Departamento de Geociências

da UECE. Pesquisador do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE). E-mail: edilsonjr@uece.br

Francisco Kennedy Silva dos Santos. Geógrafo e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador de Projetos do Núcleo de Educação da Proex/UECE. Professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará. E-mail: kennedy@uece.br

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo. Graduando em Arquitetura e Urbanismo, bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Componente do Laboratório de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (LEAU), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE). E-mail: rerrisson@gmail.com

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. Pós-doutorada pela University of Wisconsin-Madison e Cardiff University. Doutora em Sociologia, Universidade de Manchester. Mestra em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Professora de Sociologia e Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do CNPq. E-mail: saletcav@hotmail.com.br

Maria Dione Carvalho de Moraes. Socióloga, Mestra em Sociologia pela UFPB (Campina Grande, Campus II), Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora Adjunta Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e dos Mestrados em Políticas Públicas e em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Prodemá (UFPI). E-mail: mdione@uol.com.br e mdione@superig.com.br

Maria do Socorro Lira Monteiro. Economista, Doutora em Economia Aplicada pela Unicamp. Professora adjunta do Departamento de Economia e Coordenadora da Área de Pesquisa: Política de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, integrante da Rede Prodemá, Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: socorrolira@uol.com.br

Maria Luценir Jerônimo Chaves. Geógrafa e Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Departamento de Geografia da Fafidam (UECE, campus Limoeiro do Norte).

Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE). E-mail: mljeronimo@ig.com.br

Pedro Carlos Gama da Silva. Doutor em Economia, pesquisador da Embrapa Semi-Árido, Petrolina (PE). E-mail: pgama@cpatsa.embrapa.br

Renato Pequeno. Arquiteto, Mestre em Planejamento de Infra-Estruturas pela Universitat Stuttgart (U.S.), Alemanha, e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e coordenador do Laboratório de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (LEAU/DAU) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório de Estudos Agrários (LEA / UECE). E-mail: luisrenatobp@uol.com.br

Soraia de Fátima Ramos. Bacharela e Licenciada em Geografia, Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. E-mail: soraia@iea.sp.gov.br

Teresinha de Jesus Alves Aguiar. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Prodeva, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Agrônoma da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí. E-mail: ttaguiar@hotmail.com

Vicente Eudes Lemos Alves. Bacharel e licenciado em Geografia, Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: veudes@terra.com.br



**Banco do
Nordeste**



*SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2006-08/1.349 - Tiragem: 1.000*